ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLXII Nº 85 Brasília - DF, sexta-feira, 3 de maio de 2024 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Senado Federal 3
Atos do Poder Executivo 4
Presidência da República 6
Ministério da Agricultura e Pecuária 6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 8
Ministério das Comunicações 10
Ministério da Cultura 12
Ministério da Defesa 23
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar 43
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome 44
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços 50
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania 52
Ministério da Educação 52
Ministério da Fazenda 55
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos 63
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional 64
Ministério da Justiça e Segurança Pública 65
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima 77
Ministério de Minas e Energia 79
Ministério de Portos e Aeroportos 442
Ministério da Previdência Social 442
Ministério das Relações Exteriores 443
Ministério da Saúde 443
Ministério do Trabalho e Emprego 455
Ministério dos Transportes 456
Banco Central do Brasil 457
Controladoria-Geral da União 458
Conselho Nacional do Ministério Público 458
Ministério Público da União 458
Poder Legislativo 459
Poder Judiciário 459
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 460

Esta edição é composta de 465 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 362 **(1)**

ORIGEM : ADPF - 362 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
REQTE.(S) : MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : GRACILIANO JOSE MASCARENHAS BOMFIM (4404/BA)
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO)
ADV.(A/S) : PEDRO AUGUSTO DE FREITAS GORDILHO (00138/DF, 53353/GO)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA - SINDALBA
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA - SINDICONTAS
ADV.(A/S) : FERNANDO CESAR DE SOUZA CUNHA (40645/BA, 31546/DF)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - SINTCE.BA
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - ASTEB
ADV.(A/S) : WESLEY RICARDO BENTO DA SILVA (DF018566/)

Decisão: Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Edson Fachin, Cármen Lúcia, Dias Toffoli (Presidente) e Marco Aurélio, que confirmavam a medida cautelar, conheciam parcialmente da arguição de descumprimento de preceito fundamental e, nessa parte, julgavam procedente o pedido para desconstituir decisões judiciais e extinguir os processos em tramitação no âmbito do Tribunal de Justiça baiano que, fundados no Ofício 265/91, tenham por objeto a extensão do percentual de 102% de reajuste a servidores da Assembleia Legislativa local contemplados com índice menor, ou ainda a sua extensão a servidores do Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios da Bahia, ficando ressalvados, em qualquer caso, os processos nos quais as decisões já tenham sido atingidas pelo trânsito em julgado, pediu vista dos autos o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, Sessão Virtual de 8.11.2019 a 19.11.2019.

Decisão: Em continuidade de julgamento, pediu vista dos autos o Ministro Nunes Marques. Não votou o Ministro André Mendonça, sucessor do Ministro Marco Aurélio, que votara em assentada anterior. Na sessão em que houvera pedido de destaque, posteriormente cancelado, o Ministro Ricardo Lewandowski proferiu voto-vista divergindo do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), no sentido de conhecer parcialmente desta ADPF e, na parte conhecida, julgá-la parcialmente procedente para desconstituir as decisões judiciais e extinguir os processos em tramitação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que, fundamentados no Ofício 265/1991, tenham por objeto a extensão do percentual de 102% de reajuste a servidores da Assembleia Legislativa local contemplados com índice menor, ressalvados, no entanto, os processos nos quais as decisões já tenham sido atingidas pelo trânsito em julgado, bem como aqueles nos quais as relações jurídicas estejam resguardadas pelas Leis estaduais 12.923/2013, 12.923/2014 e 13.801/2017. Os Ministros Rosa Weber (Presidente) e Gilmar Mendes também proferiram voto naquela sessão, ambos acompanhando o Relator. Plenário, Sessão Virtual de 2.6.2023 a 12.6.2023.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Nunes Marques, que acompanhava o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator) a fim de ratificar a medida cautelar, de modo a conhecer parcialmente desta arguição, e, na parte conhecida, julgar o pedido procedente para desconstituir decisões judiciais e extinguir os processos em tramitação no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia que, "fundados no Ofício 265/91, tenham por objeto a extensão do percentual de 102% de reajuste a servidores da Assembleia Legislativa local contemplados com índice menor, ou ainda a sua extensão a servidores do Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios da Bahia", acompanhando também a limitação proposta pelo Ministro Teori Zavascki, no sentido de ressalvar, "em qualquer caso, os processos nos quais as decisões já tenham sido atingidas pelo trânsito em julgado", bem como a ressalva do Ministro Ricardo Lewandowski, ressalvando-se, também, aqueles nos quais as relações jurídicas estejam resguardadas pelas Leis estaduais 12.923/2013, 12.923/2014 e 13.801/2017; e do voto do Ministro Gilmar Mendes, ora reajustado para acompanhar a divergência aberta pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que proferira voto em assentada anterior, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Não votam os Ministros André Mendonça e Cristiano Zanin, sucessores, respectivamente, dos Ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, que proferiram voto em assentada anterior. Plenário, Sessão Virtual de 3.11.2023 a 10.11.2023.

Decisão: O Tribunal, por maioria, confirmou a medida cautelar, conheceu parcialmente da presente arguição e, nessa parte, julgou-a parcialmente procedente para desconstituir decisões judiciais e extinguir os processos em tramitação no âmbito do Tribunal de Justiça baiano que, fundados no Ofício 265/91, tenham por objeto a extensão do percentual de 102% de reajuste a servidores da Assembleia Legislativa local contemplados com índice menor, ou ainda a sua extensão a servidores do Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios da Bahia, ficando ressalvados, em qualquer caso, os processos nos quais as decisões já tenham sido atingidas pelo trânsito em julgado, bem como aqueles nos quais as relações jurídicas estejam resguardadas pelas Leis estaduais nº 12.923/2013, 12.934/2014 e 13.801/2017, ficando vencidos apenas no tocante a essa última ressalva os Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Edson Fachin, Cármen Lúcia e os Ministros Marco Aurélio e Rosa Weber, que votaram em assentadas anteriores. Redigirá o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes (Relator). Não votaram os Ministros André Mendonça e Cristiano Zanin, sucessores, respectivamente, dos Ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, que proferiram voto em assentadas anteriores. Plenário, Sessão Virtual de 9.2.2024 a 20.2.2024.

EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONHECIMENTO PARCIAL. OFÍCIO 265/1991 DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. EXIGÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA CONCESSÃO DE REAJUSTE REMUNERATÓRIO PARA SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO. PERÍODO ANTERIOR AO ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 19/98. DESNECESSIDADE. NÃO ATENDIMENTO ÀS REGRAS DO PROCESSO LEGISLATIVO. AUSÊNCIA DE ATO FORMAL DA MESA DIRETORA DELIBERANDO SOBRE O AUMENTO CONCEDIDO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. CONFIGURAÇÃO.

1. Os processos objetivos do controle abstrato de constitucionalidade não constituem meio idôneo para tutelar situações jurídicas nas quais o ato impugnado teve a sua eficácia jurídica exaurida.

2. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não é cabível para desconstituir decisões transitadas em julgado (ADPF 249 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 1º/9/2014).

3. O cabimento da Ação será viável desde que haja a observância do princípio da subsidiariedade, que exige o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais, ou a verificação, *ab initio*, de sua inutilidade para a preservação do preceito. Precedentes desta CORTE.

4. A Multiplicidade de ações em curso, ainda não alcançadas pela preclusão maior, e a magnitude das alegações formuladas, envolvendo, entre outros, usurpação de competência legislativa, configuram controvérsia judicial relevante, cuja lesividade não pode ser estancada com eficiência semelhante por outra alternativa processual.

5. A subtração, pelo Presidente da Assembleia Legislativa, das atribuições conferidas à Mesa Diretora sugere haver indevida usurpação de competência, em conflito com os preceitos constitucionais relativos à autonomia do Poder legislativo, às regras do processo legislativo e aos princípios que regem a Administração Pública.

6. Ressalva referente a relações jurídicas resguardadas pelas Leis estaduais nº 12.923/2013, 12.934/2014 e 13.801/2017.

7. Medida Cautelar confirmada. Arguição conhecida parcialmente e, nessa parte, julgada procedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.849, DE 2 DE MAIO DE 2024

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para exigir análise de mobilidade urbana nos estudos prévios de impacto de vizinhança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do inciso V do **caput** do art. 37 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir a exigência de análise de mobilidade urbana entre as questões a serem consideradas por ocasião da elaboração dos estudos prévios de impacto de vizinhança.

Art. 2º O inciso V do **caput** do art. 37 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. .....

.....

V - mobilidade urbana, geração de tráfego e demanda por transporte público;

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de maio de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Jader Fontenelle Barbalho Filho

AVISO

Foi publicada em 2/5/2024 a edição extra nº 84-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

LEI Nº 14.850, DE 2 DE MAIO DE 2024

Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Qualidade do Ar e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão da qualidade do ar no território nacional.

Parágrafo único. Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis pela emissão de poluentes atmosféricos, pela gestão da qualidade do ar e pelo controle da poluição.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - gestão da qualidade do ar: conjunto de ações e de procedimentos realizados por entidades públicas e privadas, com vistas à manutenção ou à recuperação da qualidade do ar em determinada região;

II - padrão de qualidade do ar: um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar, determinado como valor de concentração de um poluente específico na atmosfera, associado a um intervalo de tempo de exposição, para que o meio ambiente e a saúde da população sejam preservados em relação aos riscos de danos causados pela poluição atmosférica;

III - poluente atmosférico: qualquer forma de matéria em quantidade, concentração, tempo ou outras características que torne ou possa tornar o ar impróprio ou nocivo à saúde, inconveniente ao bem-estar público, danoso aos materiais, à fauna e à flora ou prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade ou às atividades normais da comunidade;

IV - poluentes primários: poluentes diretamente emitidos pelas fontes de poluição atmosférica;

V - poluentes secundários: poluentes formados a partir de reações químicas na atmosfera entre os poluentes atmosféricos;

VI - controle de emissões: processos, equipamentos ou sistemas destinados à redução ou à prevenção da liberação de poluentes para a atmosfera;

VII - inventário de emissões de poluentes atmosféricos: conjunto de informações sobre as emissões atmosféricas geradas por fontes ou grupo de fontes localizadas em uma área geográfica específica, em um intervalo de tempo definido;

VIII - Índice de Qualidade do Ar (IQAr): valor utilizado para fins de comunicação e informação à população que relaciona as concentrações dos poluentes monitorados aos possíveis efeitos adversos à saúde;

IX - emissão atmosférica: liberação de poluentes na atmosfera em uma área específica e em um período determinado a partir de fontes de poluentes atmosféricos;

X - fontes de emissão atmosférica: quaisquer atividades ou processos oriundos de causa natural ou antropogênica, por fontes fixas, móveis ou difusas, que resultem na liberação na atmosfera de substâncias nas formas particulada, gasosa ou aerossol, acompanhadas ou não de energia, capazes de causar alterações no ambiente atmosférico;

XI - limite máximo de emissão: quantidade de poluentes atmosféricos permissível de ser lançada por fontes de emissão atmosférica antropogênicas;

XII - fonte fixa: instalação ou equipamento, situado em local fixo, que emite poluentes atmosféricos de forma pontual ou fugitiva;

XIII - fonte móvel: veículo ou equipamento móvel que emite poluentes atmosféricos;

XIV - fonte difusa: fonte não pontual de poluentes atmosféricos, caracterizada por ser esparsa e pela extensão de sua ocorrência;

XV - prevenção: ações e procedimentos para evitar ou reduzir a geração de poluentes atmosféricos, de forma a eliminar ou diminuir a necessidade do uso de equipamento de controle;

XVI - modelagem atmosférica: simulação numérica da dispersão e das reações químicas dos poluentes atmosféricos, para determinar a variação temporal e espacial dos poluentes na atmosfera;

XVII - monitoramento da qualidade do ar: monitoramento da concentração de poluentes no ambiente e dos parâmetros auxiliares; e

XVIII - controle social: condições que garantam aos cidadãos acesso a informações sobre a qualidade do ar, com vistas à melhoria da sua gestão.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA NACIONAL DE QUALIDADE DO AR

Seção I
Dos Princípios e dos Objetivos

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Qualidade do Ar:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - o desenvolvimento sustentável;

IV - o respeito às diversidades locais e regionais;

V - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

VI - a razoabilidade e a proporcionalidade;

VII - o cuidado com as populações mais vulneráveis, especialmente os grupos sensíveis; e

VIII - a visão sistêmica, na gestão da qualidade do ar, que considere as diferentes fontes de emissões e as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Qualidade do Ar:

I - assegurar a preservação da saúde pública, do bem-estar e da qualidade ambiental para as presentes e futuras gerações;

II - assegurar o adequado monitoramento da qualidade do ar;

III - fomentar a pesquisa científica aplicada à tecnologia e à inovação;

IV - reduzir progressivamente as emissões e as concentrações de poluentes atmosféricos;

V - propor e estimular a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas, com vistas à proteção da saúde e à melhoria da qualidade do ar;

VI - alinhar-se com as políticas de combate à mudança do clima;

VII - assegurar o acesso amplo a dados e informações públicas atualizadas de monitoramento e de gestão da qualidade do ar; e

VIII - fortalecer a gestão da qualidade do ar nos órgãos e nas entidades que integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Seção II
Dos Instrumentos

Subseção I
Disposições Gerais

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Qualidade do Ar:

I - os limites máximos de emissão atmosférica;

II - os padrões de qualidade do ar;

III - o monitoramento da qualidade do ar;

IV - o inventário de emissões atmosféricas;

V - os planos, os programas e os projetos setoriais de gestão da qualidade do ar e de controle da poluição por fontes de emissão;

VI - os modelos de qualidade do ar, os estudos de custo-efetividade e a proposição de cenários;

VII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde, bem como os órgãos colegiados estaduais e municipais destinados ao controle social;

VIII - o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar (MonitorAr);

IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios; e

X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Subseção II
Dos Padrões de Qualidade do Ar

Art. 6º A União, por meio do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), estabelecerá padrões nacionais de qualidade do ar que integrarão o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (Pronar).

Parágrafo único. (VETADO).

Subseção III
Do Monitoramento e da Avaliação da Qualidade do Ar

Art. 7º O monitoramento da qualidade do ar ficará sob a responsabilidade dos órgãos e instituições integrantes do Sisnama, que deverão criar uma Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar.

§ 1º Compete à União, por meio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

I - apoiar e fomentar supletivamente a capacitação técnica para a operação, a integração e a consolidação dos dados de monitoramento; e

II - elaborar e manter atualizado, em conjunto com os órgãos ambientais estaduais e distrital, o Guia Técnico para o Monitoramento e a Avaliação da Qualidade do Ar.

§ 2º Compete aos Estados e ao Distrito Federal:

I - coordenar e supervisionar as ações do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (I/M) no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), observado o disposto no art. 15 desta Lei;

II - assegurar perante o MonitorAr a integração dos dados de medição cujo monitoramento seja de sua competência e jurisdição, observados os critérios e as diretrizes estabelecidos no Guia Técnico para o Monitoramento e a Avaliação da Qualidade do Ar;

III - elaborar o Relatório de Avaliação da Qualidade do Ar anualmente, que deve conter os dados de monitoramento, a evolução da qualidade do ar e o resumo executivo, de forma objetiva e didática, com informações redigidas em linguagem acessível, garantindo sua publicidade;

IV - divulgar os dados de monitoramento e as informações relacionados à gestão da qualidade do ar, em linguagem acessível, de acordo com o definido no Guia Técnico para o Monitoramento e a Avaliação da Qualidade do Ar; e

V - seguir o Guia Técnico para o Monitoramento e a Avaliação da Qualidade do Ar atualizado.

Art. 8º O monitoramento realizado nas fontes fixas emissoras deve atender aos termos estabelecidos em licenciamento ambiental respectivo, em conformidade com os regulamentos vigentes.

Parágrafo único. As estações de monitoramento da qualidade do ar que operam em atendimento à condição de validade estabelecida em licenciamento ambiental deverão ter seus dados integrados ao MonitorAr.

Subseção IV
Do Controle das Fontes Poluidoras

Art. 9º (VETADO).

Art. 10. A fixação de limites máximos de emissão levará em conta, concomitantemente:

I - as melhores práticas e tecnologias disponíveis, acessíveis e já desenvolvidas em escala que permita sua aplicação prática;

II - a viabilidade técnica, econômica e financeira das práticas e das tecnologias disponíveis;

III - o impacto ambiental decorrente da manutenção ou da substituição de equipamentos, quando couber; e

IV - as informações técnicas fornecidas por fabricantes de equipamentos de controle de poluição do ar e as mensurações de emissões efetuadas no País.

Subseção V
Do Inventário de Emissões Atmosféricas

Art. 11. O inventário de emissões atmosféricas será elaborado na forma definida em regulamento:

I - (VETADO);

II - (VETADO).

Parágrafo único. Os Municípios contribuirão para elaboração do inventário estadual de emissões atmosféricas com informações sobre a circulação de veículos em seus territórios e outras fontes de emissão, quando demandados pelo órgão ambiental estadual.

Art. 12. O inventário de emissões atmosféricas deverá conter, no mínimo:

I - fontes de emissão atmosférica;

II - poluentes inventariados;

III - distribuição geográfica das emissões por regiões definidas pelo órgão ambiental competente, consideradas as principais fontes de emissão;

IV - metodologia de estimativa de emissões; e

V - lacunas de informações identificadas no inventário e respectivas providências para sua correção.

Parágrafo único. (VETADO).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

RUI COSTA DOS SANTOS
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

LARISSA CANDIDA COSTA
Coordenadora-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Seção III
Dos Planos de Gestão da Qualidade do Ar

Subseção I
Disposições Gerais

Art. 13. São planos de gestão da qualidade do ar:
I - o Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar;
II - os Planos Estaduais e Distrital de Gestão da Qualidade do Ar; e
III - o Plano para Episódios Críticos de Poluição do Ar.
§ 1º Os Planos Estaduais e Distrital de Gestão da Qualidade do Ar deverão ser elaborados pelo órgão ambiental estadual ou distrital e aprovados pelo conselho de meio ambiente correspondente.
§ 2º É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de gestão da qualidade do ar previstos no caput deste artigo, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003.

Subseção II
Do Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar

Art. 14. A União, por meio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, elaborará o Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar, com vigência por prazo indeterminado e perspectiva de duração de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, que deverá ter como conteúdo mínimo:
I - diagnóstico, incluídos a identificação das principais fontes de emissões atmosféricas e os seus impactos para o meio ambiente e a saúde;
II - proposição de cenários; e
III - metas e prazos para a execução dos programas, dos projetos e das ações, com vistas ao atingimento dos padrões de qualidade do ar, de acordo com as diretrizes definidas pelo Conama, que servirão como referências para os demais entes federados.
Parágrafo único. O Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar deverá ser elaborado no prazo máximo de 2 (dois) anos após a publicação do Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas.
Art. 15. São programas de controle de poluição nacionais, entre outros:
I - o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (Pronar);
II - o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve);
III - o Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (Promot);
IV - o programa de sucateamento e de reciclagem de veículos e de renovação de frotas de veículos automotores; e
V - o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (I/M).
§ 1º Na hipótese de ausência de regulamento sobre os programas de controle de poluição previstos neste artigo, normas complementares serão estabelecidas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da entrada em vigor desta Lei.
§ 2º (VETADO).

Subseção III
Do Plano Estadual ou Distrital de Gestão da Qualidade do Ar

Art. 16. Os órgãos ambientais estaduais e distrital deverão elaborar, no prazo máximo de 2 (dois) anos após a publicação do inventário estadual ou distrital de emissões de poluentes atmosféricos, o Plano Estadual ou Distrital de Gestão da Qualidade do Ar, que deverá ter como conteúdo mínimo:
I - diagnóstico, incluídos a identificação das principais fontes de emissões, os respectivos poluentes atmosféricos e os seus impactos para o meio ambiente e a saúde;
II - abrangência geográfica e regiões a serem priorizadas;
III - proposição de cenários;
IV - indicação de padrões nacionais de qualidade do ar e, quando houver, padrões estabelecidos em âmbito estadual ou distrital;
V - programas, projetos e ações, com as respectivas metas e prazos, com vistas ao atingimento dos padrões de qualidade do ar;
VI - diretrizes para o planejamento e as demais atividades de gestão da qualidade do ar, observadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional e a legislação vigente;
VII - planejamento da implementação e da expansão da rede de monitoramento de qualidade do ar com base na dispersão de poluentes atmosféricos e na escala pretendida para as estações; e
VIII - convergência com planos, programas, ações e metas definidos nos âmbitos nacional e estadual ou distrital para o atendimento das políticas de mudanças climáticas.

Seção IV
Do Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar

Art. 17. O Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar (MonitorAr) integra e divulga os dados gerados pelas estações estaduais e distrital de monitoramento da qualidade do ar.
Art. 18. Para a divulgação dos dados de monitoramento em tempo real, horário ou diário, os órgãos ambientais estaduais deverão utilizar o IQAr.
Parágrafo único. Para o cálculo do IQAr deverá ser utilizada a metodologia e as faixas e os valores de concentração constantes do Guia Técnico para o Monitoramento e a Avaliação da Qualidade do Ar, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Seção V
Dos Incentivos Fiscais, Financeiros e Creditícios

Art. 19. O poder público deverá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:
I - prevenção e redução de emissões de poluentes atmosféricos;
II - capacitação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos ou processos com menores impactos à saúde e à qualidade ambiental;
III - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial direcionados à redução de emissões e ao monitoramento de poluentes atmosféricos; e
IV - fomento à implementação dos programas previstos no art. 15 desta Lei.
Art. 20. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender às diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.
Art. 21. O atendimento ao disposto nesta Seção será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e os objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.
Art. 22. O Poder Executivo da União, dos Estados e do Distrito Federal, segundo suas possibilidades orçamentárias e financeiras e observados os princípios e as diretrizes desta Lei, farão constar dos respectivos projetos de planos plurianuais e de leis de diretrizes orçamentárias ação programática que abranja a qualidade do ar.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 23. A elaboração dos inventários, dos planos de qualidade do ar, dos programas de controle e dos relatórios de avaliação de qualidade do ar, nos termos previstos nesta Lei, é condição para os Estados e o Distrito Federal terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados às políticas públicas, a empreendimentos e a serviços relacionados à qualidade do ar e ao controle da poluição do ar, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou de fomento para essa finalidade.
Parágrafo único. Encerrados os prazos estabelecidos nesta Lei, os Estados ou o Distrito Federal que não tenham elaborado os instrumentos previstos no caput deste artigo ficarão impedidos de receber recursos do orçamento geral da União consignados ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima até que sejam cumpridas as exigências previstas, ressalvada a hipótese de instrumentos de repasse já celebrados.
Art. 24. Os planos de controle de emissões atmosféricas previstos em regulamento já existentes deverão ser compatibilizados e integrados com o respectivo plano de gestão da qualidade do ar, observado o disposto nesta Lei.
Art. 25. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às penalidades e às sanções previstas na legislação.
Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 2 de maio de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima
Nísia Verônica Trindade Lima
Rui Costa dos Santos

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 4, DE 2024

Autoriza o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito externo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:
Art. 1º É o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, autorizado a contratar operação de crédito externo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o **caput** destinam-se ao financiamento do "Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande - Transforma Campina".
Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:
I - devedor: Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba;
II - credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata);
III - garantidor: República Federativa do Brasil;
IV - valor: US$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
V - valor da contrapartida: US$ 13.000.000,00 (treze milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
VI - juros: Secured Overnight Financing Rate (SOFR) acrescida de margem fixa a ser determinada na data de assinatura do contrato;
VII - atualização monetária: variação cambial;
VIII - liberações previstas: US$ 338.000,00 (trezentos e trinta e oito mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, US$ 2.820.537,49 (dois milhões, oitocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e sete dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e nove centavos) em 2025, US$ 26.955.960,30 (vinte e seis milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta dólares dos Estados Unidos da América e trinta centavos) em 2026, US$ 16.052.167,10 (dezesseis milhões, cinquenta e dois mil, cento e sessenta e sete dólares dos Estados Unidos da América e dez centavos) em 2027, US$ 4.703.335,11 (quatro milhões, setecentos e três mil, trezentos e trinta e cinco dólares dos Estados Unidos da América e onze centavos) em 2028 e US$ 1.130.000,00 (um milhão, cento e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2029;
IX - aportes estimados de contrapartida: US$ 0,00 (zero) em 2024, US$ 3.147.581,01 (três milhões, cento e quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e um dólares dos Estados Unidos da América e um centavo) em 2025, US$ 4.634.737,10 (quatro milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, setecentos e trinta e sete dólares dos Estados Unidos da América e dez centavos) em 2026, US$ 3.685.894,47 (três milhões, seiscentos e oitenta e cinto mil, oitocentos e noventa e quatro dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e sete centavos) em 2027, US$ 1.531.787,42 (um milhão, quinhentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta e sete dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e dois centavos) em 2028 e US$ 0,00 (zero) em 2029;
X - prazo total: até 240 (duzentos e quarenta) meses;
XI - prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses;
XII - prazo de amortização: 168 (cento e sessenta e oito) meses;
XIII - periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;
XIV - sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante;
XV - comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;
XVI - comissão de administração: até 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo;
XVII - juros de mora: 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros em caso de atrasos no pagamento de juros e parcelas da amortização e 20% (vinte por cento) da taxa de comissão de compromisso, em caso de atrasos no pagamento dessa comissão.
Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.
Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.
Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada:
I - à verificação e ao atesto pelo Ministério da Fazenda, previamente à assinatura do contrato, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis e do adimplemento quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;
II - à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba, e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.
Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de maio de 2024
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 12.011, DE 2 DE MAIO DE 2024

Transforma e remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão para a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, em caráter temporário, os seguintes Cargos Comissionados Executivos - CCE da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para a Secretaria-Geral da Presidência da República:

I - um CCE 2.15;

II - dois CCE 2.14;

III - dois CCE 2.13; e

IV - três CCE 2.12.

Parágrafo único. Os cargos de que tratam o **caput**:

I - destinam-se ao assessoramento e ao apoio à organização e à participação da Secretaria-Geral da Presidência da República nas atividades relacionadas ao G20 Social e à participação dos movimentos sociais na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP30, que será realizada no Município de Belém, Estado do Pará; e

II - serão restituídos à Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em 31 de dezembro de 2025, quando seus ocupantes ficarão automaticamente exonerados.

Art. 2º Os cargos em comissão objeto deste remanejamento não integrarão a Estrutura Regimental da Secretaria-Geral da Presidência da República, e os atos de nomeação relacionados terão seu caráter de transitoriedade expressos, mediante remissão ao **caput** do art. 1º.

Art. 3º Ficam transformados CCE, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, na forma do Anexo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de maio de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Esther Dweck
Márcio Costa Macêdo

ANEXO

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 7º DA LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CCE 14	4,31	-	-	2	8,62	2	8,62
CCE 12	3,10	-	-	3	9,30	3	9,30
CCE 7	1,39	13	18,07	-	-	-13	-18,07
TOTAL		13	18,07	5	17,92	-8	-0,15

DECRETO Nº 12.012, DE 2 DE MAIO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.364, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes Cargos Comissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE:

I - da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para a Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos:

a) um CCE 1.15;
b) dois CCE 2.13;
c) um CCE 2.12;
d) um CCE 2.10;
e) um CCE 2.08;
f) um CCE 3.10;
g) uma FCE 2.17;
h) uma FCE 2.13;
i) uma FCE 2.09;
j) uma FCE 2.07; e
k) uma FCE 2.06; e

II - da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República:

a) um CCE 1.16;
b) um CCE 1.14;
c) um CCE 2.17;
d) um CCE 2.15;
e) um CCE 2.14;
f) dois CCE 2.11;
g) um CCE 2.09;
h) um CCE 2.05;
i) um CCE 3.15;
j) dois CCE 3.13;
k) um CCE 3.11;
l) duas FCE 1.10;
m) uma FCE 2.15;
n) duas FCE 2.11;
o) duas FCE 2.10;
p) uma FCE 2.03; e
q) cinco FCE 3.13.

Art. 2º Ficam transformados CCE e FCE, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, na forma do Anexo II.

Art. 3º O Anexo I ao Decreto nº 11.364, de 1º de janeiro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

II - .....

.....

d) Secretaria-Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável: Diretoria de Fóruns Participativos; e

....." (NR)

"Art. 9º .....

.....

IV - elaborar estudos e estabelecer estratégias que fundamentem propostas legislativas e ações administrativas de fortalecimento da cooperação entre os entes federativos;

.....

XII - apoiar o planejamento, a organização e o acompanhamento da agenda do Presidente da República, no âmbito de sua competência, mediante demanda da Secretaria-Executiva da Secretaria de Relações Institucionais, e auxiliar nas viagens presidenciais;

XIII - assistir o Ministro de Estado nos assuntos relativos a viagens nacionais e internacionais, no âmbito da sua competência;

XIV - elaborar projetos e ações que promovam o fortalecimento do pacto federativo;

XV - pesquisar, analisar e sistematizar informações estratégicas no âmbito da execução das políticas públicas destinadas aos entes federativos; e

XVI - promover a capacidade institucional dos entes federativos, por meio da disseminação de informações e de conhecimentos." (NR)

"Art. 15-A. À Diretoria de Fóruns Participativos compete:

I - coordenar as Comissões e os Grupos de Trabalho do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável; e

II - apoiar os membros do Conselho na análise e na avaliação de políticas econômicas, sociais, ambientais e de inovação." (NR)

Art. 4º O Anexo II ao Decreto nº 11.364, de 2023, passa a vigorar na forma do Anexo III a este Decreto.

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos:

I - do Anexo I ao Decreto nº 11.364, de 2023:

a) o item 1 da alínea "a" do inciso II do **caput** do art. 2º; e
b) o art. 10;

II - do Decreto nº 11.650, de 16 de agosto de 2023:

a) o art. 5º; e
b) o Anexo III; e

III - o art. 3º do Decreto nº 11.395, de 21 de janeiro de 2023, na parte em que altera o art. 2º do Anexo I ao Decreto nº 11.364, de 2023.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

Brasília, 2 de maio de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Esther Dweck
Alexandre Rocha Santos Padilha

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE

a) DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PARA A SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	DA SRI/PR PARA A SEGES/MGI	
		QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.15	5,04	1	5,04
CCE 2.13	3,84	2	7,68
CCE 2.12	3,10	1	3,10
CCE 2.10	2,12	1	2,12
CCE 2.08	1,60	1	1,60
CCE 3.10	2,12	1	2,12
SUBTOTAL 1		7	21,66
FCE 2.17	3,76	1	3,76
FCE 2.13	2,30	1	2,30
FCE 2.09	1,00	1	1,00
FCE 2.07	0,83	1	0,83
FCE 2.06	0,70	1	0,70
SUBTOTAL 2		5	8,59
TOTAL		12	30,25

b) DA SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS PARA A SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	DA SEGES/MGI PARA A SRI/PR	
		QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.16	5,81	1	5,81
CCE 1.14	4,31	1	4,31
CCE 2.17	6,27	1	6,27
CCE 2.15	5,04	1	5,04
CCE 2.14	4,31	1	4,31
CCE 2.11	2,47	2	4,94
CCE 2.09	1,67	1	1,67
CCE 2.05	1,00	1	1,00
CCE 3.15	5,04	1	5,04
CCE 3.13	3,84	2	7,68
CCE 3.11	2,47	1	2,47
SUBTOTAL 1		13	48,54
FCE 1.10	1,27	2	2,54
FCE 2.15	3,03	1	3,03
FCE 2.11	1,48	2	2,96
FCE 2.10	1,27	2	2,54
FCE 2.03	0,37	1	0,37
FCE 3.13	2,30	5	11,50
SUBTOTAL 2		13	22,94
TOTAL		26	71,48

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS - CCE E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE, TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 7º DA LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CCE-17	6,27	-	-	1	6,27	1	6,27
CCE-16	5,81	-	-	1	5,81	1	5,81
CCE-15	5,04	-	-	1	5,04	1	5,04
CCE-14	4,31	-	-	2	8,62	2	8,62
CCE-12	3,10	1	3,10	-	-	-1	-3,10
CCE-11	2,47	-	-	3	7,41	3	7,41
CCE-10	2,12	2	4,24	-	-	-2	-4,24
CCE-9	1,67	-	-	1	1,67	1	1,67
CCE-8	1,60	1	1,60	-	-	-1	-1,60
CCE-5	1,00	-	-	1	1,00	1	1,00
FCE-17	3,76	1	3,76	-	-	-1	-3,76
FCE-15	3,03	-	-	1	3,03	1	3,03
FCE-13	2,30	9	20,70	-	-	-9	-20,70
FCE-11	1,48	-	-	2	2,96	2	2,96
FCE-10	1,27	4	5,08	-	-	-4	-5,08
FCE-9	1,00	1	1,00	-	-	-1	-1,00
FCE-7	0,83	1	0,83	-	-	-1	-0,83
FCE-6	0,70	1	0,70	-	-	-1	-0,70
FCE-5	0,60	2	1,20	-	-	-2	-1,20
FCE-3	0,37	-	-	1	0,37	1	0,37
TOTAL		23	42,21	14	42,18	-9	-0,03

ANEXO III
(Anexo II ao Decreto nº 11.364, de 1º de janeiro de 2023)

"a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.17
	1	Assessor Especial	FCE 2.16
	1	Assessor Especial	FCE 2.15
	1	Assessor Especial	CCE 2.15
	1	Assessor	FCE 2.14
	3	Assessor	CCE 2.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.12
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	3	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assistente	CCE 2.09
ASSESSORIA ESPECIAL	1	Chefe de Assessoria Especial	FCE 1.17
	4	Assessor	FCE 2.14
	1	Assessor	CCE 2.14
	2	Assessor	CCE 2.13
	2	Assessor	FCE 2.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.12
	1	Assessor Técnico	FCE 2.11
	1	Assistente	CCE 2.09
	1	Assistente	CCE 2.07
ESCRITÓRIOS REGIONAIS DE REPRESENTAÇÃO	1	Diretor	CCE 1.15
	1	Assessor Técnico	CCE 2.11
	2	Assessor Técnico	CCE 2.10
	3	Assistente	CCE 2.07
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO DA FEDERAÇÃO	1	Secretário-Executivo	CCE 1.17
	2	Assessor Especial	FCE 2.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.11
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1	Chefe de Assessoria Especial	CCE 1.15
	3	Assessor	CCE 2.13
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
	2	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente	FCE 2.07
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	CCE 1.18
	1	Secretário-Executivo Adjunto	FCE 1.17
	2	Assessor Especial	FCE 2.17
	1	Assessor Especial	CCE 2.17
	1	Assessor Especial	CCE 2.15
	1	Assessor Especial	FCE 2.15
	1	Assessor	CCE 2.13
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.15
	1	Assessor	FCE 2.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assistente	CCE 2.08
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
DIRETORIA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	1	Diretor	CCE 1.15
	2	Gerente de Projeto	FCE 3.13
	1	Coordenador de Projeto	CCE 3.11
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL E PROJETOS	1	Diretor	CCE 1.15
	1	Gerente de Projeto	FCE 3.13
	2	Coordenador de Projeto	FCE 3.10
	1	Assistente	FCE 2.09
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA	1	Diretor	CCE 1.15
	2	Assessor Técnico	CCE 2.11
	1	Assistente	CCE 2.08
	1	Assistente	CCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.06
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS	1	Secretário Especial	CCE 1.18
	1	Secretário Especial Adjunto	CCE 1.16
	2	Assessor Especial	FCE 2.15
	4	Assessor Especial	CCE 2.15
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.14
	2	Assessor	CCE 2.13
	3	Coordenador de Projeto	CCE 3.10
	2	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
DIRETORIA DE GESTÃO INTERGOVERNAMENTAL	1	Diretor	CCE 1.15
	2	Coordenador de Projeto	CCE 3.10
	1	Coordenador de Projeto	FCE 3.10
	1	Assistente	CCE 2.07
SECRETARIA ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO GOVERNAMENTAL	1	Secretário Especial	CCE 1.18
	1	Secretário Especial Adjunto	CCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.15
	1	Assessor	CCE 2.13
	2	Assessor Técnico	FCE 2.12
DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor	FCE 2.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.11
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Coordenador de Projeto	CCE 3.10
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.03
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.12
	1	Assessor Técnico	CCE 2.11
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL SUSTENTÁVEL	1	Secretário-Executivo	CCE 1.17
	1	Secretário-Executivo Adjunto	FCE 1.16
	1	Diretor de Programa	CCE 3.15
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.14
	1	Assessor	CCE 2.14
	1	Assessor	FCE 2.14
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor	CCE 2.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assistente	CCE 2.09
DIRETORIA DE FÓRUNS PARTICIPATIVOS	1	Diretor	FCE 1.15
	5	Gerente de Projeto	FCE 3.13
	4	Gerente de Projeto	CCE 3.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.11
	3	Assessor Técnico	FCE 2.10
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS PARLAMENTARES	1	Secretário Especial	CCE 1.18
	2	Assessor Especial	FCE 2.17
	1	Secretário Adjunto	CCE 1.15
	2	Assessor Especial	CCE 2.15
	1	Assessor Especial	FCE 2.15
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.14
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
	3	Assessor	CCE 2.13
	3	Assessor Técnico	CCE 2.12
	2	Assessor Técnico	CCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05

DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO JUNTO AO CONGRESSO NACIONAL	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor	FCE 2.13
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO JUNTO AO SENADO FEDERAL	1	Diretor	CCE 1.15
	1	Assessor	CCE 2.13
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO JUNTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS	1	Diretor	CCE 1.15
	1	Assessor	FCE 2.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.11
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CCE 1.18	6,41	4	25,64	4	25,64
SUBTOTAL 1		4	25,64	4	25,64
CCE 1.17	6,27	4	25,08	4	25,08
CCE 1.16	5,81	-	-	1	5,81
CCE 1.15	5,04	13	65,52	12	60,48
CCE 1.14	4,31	2	8,62	3	12,93
CCE 1.13	3,84	5	19,20	5	19,20
CCE 1.12	3,10	1	3,10	1	3,10
CCE 2.17	6,27	-	-	1	6,27
CCE 2.15	5,04	7	35,28	8	40,32
CCE 2.14	4,31	1	4,31	2	8,62
CCE 2.13	3,84	19	72,96	17	65,28
CCE 2.12	3,10	5	15,50	4	12,40
CCE 2.11	2,47	4	9,88	6	14,82
CCE 2.10	2,12	14	29,68	13	27,56
CCE 2.09	1,67	3	5,01	4	6,68
CCE 2.08	1,60	3	4,80	2	3,20
CCE 2.07	1,39	10	13,90	10	13,90
CCE 2.05	1,00	-	-	1	1,00
CCE 3.15	5,04	-	-	1	5,04
CCE 3.13	3,84	4	15,36	6	23,04
CCE 3.11	2,47	-	-	1	2,47
CCE 3.10	2,12	7	14,84	6	12,72
SUBTOTAL 2		102	343,04	108	369,92
FCE 1.17	3,76	2	7,52	2	7,52
FCE 1.16	3,48	1	3,48	1	3,48
FCE 1.15	3,03	3	9,09	3	9,09
FCE 1.13	2,30	4	9,20	4	9,20
FCE 1.10	1,27	-	-	2	2,54
FCE 2.17	3,76	5	18,80	4	15,04
FCE 2.16	3,48	1	3,48	1	3,48
FCE 2.15	3,03	6	18,18	7	21,21
FCE 2.14	2,59	6	15,54	6	15,54
FCE 2.13	2,30	7	16,10	6	13,80
FCE 2.12	1,86	3	5,58	3	5,58
FCE 2.11	1,48	1	1,48	3	4,44
FCE 2.10	1,27	12	15,24	14	17,78
FCE 2.09	1,00	2	2,00	1	1,00
FCE 2.07	0,83	7	5,81	6	4,98
FCE 2.06	0,70	3	2,10	2	1,40
FCE 2.05	0,60	3	1,80	3	1,80
FCE 2.03	0,37	-	-	1	0,37
FCE 3.13	2,30	3	6,90	8	18,40
FCE 3.10	1,27	3	3,81	3	3,81
SUBTOTAL 3		72	146,11	80	160,46
TOTAL		178	514,79	192	556,02

" (NR)

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 165, de 2 de maio de 2024. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafo do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.849, de 2 de maio de 2024.

Nº 166, de 2 de maio de 2024.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 3.027, de 2022 (Projeto de Lei nº 10.521, de 2018, na Câmara dos Deputados), que "Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar.".

Ouvida, a Casa Civil da Presidência da República manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos do Projeto de Lei:

Parágrafo único do art. 6º do Projeto de Lei

"Parágrafo único. Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer em regulamentos próprios padrões de qualidade do ar em seu território, desde que mais restritivos que os padrões nacionais de qualidade do ar vigentes."

Art. 9º do Projeto de Lei

"Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e, de forma suplementar, os Municípios, mediante decisão fundamentada em estudos técnicos e em necessidades consistentemente demonstradas, poderão estabelecer limites de emissão mais restritivos que aqueles definidos pelo Conama, com vistas a proteger a saúde e o bem-estar da população e a preservar o meio ambiente e o equilíbrio ecológico, quando o gerenciamento da qualidade do ar assim o exigir."

Razões dos vetos

"Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público ao prever a possibilidade de tratamento diferenciado a atividades ou empreendimentos desenvolvidos em Estados e Municípios diferentes, como aqueles relacionados às fontes de emissão móveis. A normatização de padrões de qualidade do ar e de limites de emissão editada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, em nível nacional, garante unicidade e segurança jurídica e operacional à regulamentação."

Incisos I e II do caput do art. 11 do Projeto de Lei

"I - no âmbito estadual e distrital, pelos órgãos ambientais estaduais e distrital, respectivamente, no prazo de até 3 (três) anos a partir da publicação desta Lei, e deverá ser apresentado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;"

"II - no âmbito federal, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no prazo de 1 (um) ano a partir da publicação dos inventários estaduais e distrital."

Razões dos vetos

"Trata-se de comando pelo qual o Poder Legislativo federal imporia aos Chefes dos Poderes Executivos da União, do Distrito Federal e dos Estados o dever de elaborar o inventário de emissões atmosféricas, em prazo estipulado. Referidas disposições podem ser entendidas como inconstitucionais, na medida em que implicariam violação à separação dos Poderes, disposta no art. 2º e no inciso II do **caput** do art. 84 da Constituição.

Ademais, os dispositivos possibilitariam o início da contagem de prazo sem que se tivesse ao menos a publicação do regulamento citado no **caput**, necessário para estabelecer o correto procedimento e a adequação do inventário de emissões atmosféricas às necessidades do Poder Público. Os prazos, dessa forma, poderiam se tornar inexequíveis pela falta de definição de parâmetros adequados, o que acarretaria riscos e custos ao Poder Público.

Vale ressaltar que o veto aos incisos também garante padronização, coerência e segurança jurídica ao posicionamento desta Presidência da República, considerados os vetos manifestados anteriormente em situações semelhantes. Nesse sentido, mencionam-se a Mensagem nº 32, de 11 de janeiro de 2023, e a Mensagem nº 326, de 13 de julho de 2023, que também impediram a vigência de dispositivos específicos que impunham prazo aos demais Poderes e entes federativos.

Dessa forma, em que pese a boa intenção do legislador, entende-se pertinente e necessário o veto aos incisos I e II do **caput** do art. 11 do Projeto de Lei nº 3.027, de 2022, por inconstitucionalidade, na medida em que contrariam o disposto no art. 2º e no inciso II do **caput** do art. 84 da Constituição."

Ouvida, a Advocacia-Geral da União manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos do Projeto de Lei:

Parágrafo único do art. 12 do Projeto de Lei

"Parágrafo único. A União, por meio de ato do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, deverá regulamentar, no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Lei, a metodologia para a elaboração dos inventários de que trata o art. 11 desta Lei."

§ 2º do art. 15 do Projeto de Lei

"§ 2º O monitoramento de emissões atmosféricas da frota de veículos motorizados, o controle da poluição do ar e a inspeção de veículos automotores no que se refere às emissões atmosféricas poderão ser realizados por meio de tecnologias de medição por sensoriamento remoto, conforme regulamentado por ato do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima."

Razões dos vetos

"No parágrafo único do art. 12 e no § 2º do art. 15 existiam determinações expressas para que o Poder Executivo editasse regulamentações. Trata-se de atividade nitidamente administrativa, representativa de atos de gestão e de escolha política para a satisfação das necessidades essenciais coletivas.

A execução de atos concretos de gestão é privativa do Poder Executivo e está inserida na esfera do poder discricionário da administração pública. Não se trata, portanto, de atividade sujeita à disciplina legislativa, já que não cabe ao Poder Legislativo ocupar-se da administração, sob pena de invadir área privativa do Poder Executivo.

Dessa forma, em que pese a boa intenção do legislador, o parágrafo único do art. 12 e o § 2º do art. 15 padecem de inconstitucionalidade material, por afronta ao Princípio da Separação dos Poderes e ao artigo 84, inciso II, da Constituição, , uma vez que não cabe ao Poder Legislativo iniciar projeto de lei que determine a forma de o Poder Executivo regulamentar instrumentos de política pública, com repercussão direta nas atribuições dos seus órgãos."

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar os dispositivos mencionados do Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Ministério da Agricultura e Pecuária

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA SFA-ES/MAPA Nº 194, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12 de abril de 2018 e considerando o(s) processo(s) 21018.002741/2022-20 e 21018.005641/2020-93, resolve:

Art. 1º Atualizar a Habilitação nº 191/ES concedida ao(a) Médico(a) Veterinário(a) KAIRAN RODRIGUES TRINDADE inscrito(a) no CRMV ES nº 2718 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para Eventos Agropecuários nos municípios do Estado do Espírito Santo e para Aves nos municípios de ALFREDO CHAVES, DOMINGOS MARTINS, GUARAPARI e MARECHAL FLORIANO para as propriedades relacionadas no respectivo processo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GOMES DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 1.308, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

HABILITAR a Médica Veterinária GABRIELA ALEXANDRE STEVANATO, CRMV-PR Nº 17269 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.004436/2024-36).

CLEVERSON FREITAS

PORTARIA Nº 1.309, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

HABILITAR o Médico Veterinário RAMON DE MELLO, CRMV-PR Nº 7356 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para as espécies EQUINOS, ASININOS E MUARES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.004539/2024-04).

CLEVERSON FREITAS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 4, DE 2 DE MAIO DE 2024

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.025540/2024-51, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de SETÁRIA (Setaria italica (L.) Beauv.) os descritores mínimos definidos na forma do Anexo. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/forrageiras.

STEFÂNIA PALMA ARAUJO
Coordenadora

ANEXO

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE SETÁRIA (Setaria italica (L.) Beauv.).

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de SETÁRIA (Setaria italica (L.) Beauv.).

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a manter e a apresentar ao SNPC, amostras vivas da cultivar objeto de proteção, como especificadas a seguir:

- 100 g de sementes como amostra de manipulação e exame (apresentar ao SNPC);
- 100 g de sementes como germoplasma (apresentar ao SNPC); e
- 200 g de sementes mantidas pelo obtentor.

2. A amostra viva deverá apresentar vigor e boas condições fitossanitárias, devendo atender aos critérios estabelecidos nas Regras de Análise de Sementes - R.A.S.

3. A amostra deverá estar isenta de qualquer tratamento que afete a expressão das características da cultivar, salvo em casos especiais, devidamente justificados. Nesse caso, o tratamento deverá ser detalhadamente descrito.

4. A amostra viva deverá ser disponibilizada ao SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção e precisará ser fornecida pelo solicitante sempre que, durante a análise do pedido, for necessária a sua apresentação para confirmação de informações.

5. A amostra viva de cultivares nacionais ou estrangeiras deverá ser mantida no Brasil.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios deverão ser realizados por, no mínimo, dois ciclos independentes de cultivo, em condições ambientais similares.

2. Os ensaios deverão ser conduzidos em um único local. Caso nesse local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em outro local adicional.

3. Os ensaios de campo deverão ser conduzidos em condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas. O delineamento do ensaio deverá possibilitar que plantas ou suas partes possam ser avaliadas individualmente ou removidas para avaliações, sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo de cultivo.

4. Os métodos recomendados para observação das características são indicados na primeira coluna da Tabela de Descritores Mínimos, segundo a legenda abaixo:

- MG: mensuração única de um grupo de plantas ou partes de plantas;
- MI: mensuração de um número de plantas ou partes de plantas, individualmente; e
- VG: avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes de plantas.

5. Cada ensaio deverá incluir, no mínimo, 1000 plantas, divididas em duas ou mais repetições;

6. Para avaliação da distinguibilidade, as observações deverão ser realizadas em, no mínimo, 20 plantas ou partes retiradas de cada uma das 20 plantas.

7. Para a descrição da cultivar as avaliações deverão ser realizadas nas plantas com expressões típicas, devendo ser desconsideradas aquelas com expressões atípicas.

8. Para a avaliação da homogeneidade, deve-se aplicar uma população padrão de 1% e uma probabilidade de aceitação de, pelo menos, 95%. No caso de uma amostra de 1000 plantas, será permitido, no máximo, 15 plantas atípicas.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferente locais, podem ser usados para a organização dos ensaios de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, para selecionar:

a) cultivares cuja existência seja reconhecida que possam ser excluídas do ensaio; e
b) cultivares similares que possam ser plantadas agrupadas.

2. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

(a) Planta: pigmentação antocianínica da bainha da folha basal (Característica 2);
(b) Ciclo até a emergência (Característica 6);
(c) Haste: comprimento (Característica 15);
(d) Grão: cor (Característica 27); e
(e) Endosperma: tipo (Característica 29).

V. SINAIS CONVENCIONAIS

- (a), (+) e (11-92): ver item "IX OBSERVAÇÕES E FIGURAS";
- QL: Característica qualitativa;
- QN: Característica quantitativa; e
- PQ: Característica pseudo-qualitativa;
- MG, MI, VG: ver item III, 4.

VI. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º, da Lei nº 9.456, de 1997, para poder ser protegida, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de quatro anos.

2. Conforme estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

VII. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet.

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo SNPC.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VIII. TABELA DE DESCRITORES MÍNIMOS DE SETÁRIA (Setaria italica (L.) Beauv.).

Nome proposto para a cultivar:

Característica	Identificação de cada característica	Código de cada descrição
1. Primeira folha: formato da ponta QN VG (+) 11	pontiagudo pontiagudo a arredondado arredondado	1 2 3
2. Planta: pigmentação antocianínica da bainha da folha basal QN VG 15	ausente ou fraca média forte	1 2 3
3. Planta: intensidade da cor verde da folhagem QN VG 35	clara média escura	1 3 5
4. Planta: hábito de crescimento QN VG (+) 35	ereto semiereto aberto	1 2 3
5. Planta: pigmentação antocianínica do colar da folha QN VG (+) 35	ausente ou fraca média forte	1 2 3
6. Ciclo até a emergência QN MG (+)	precoce médio tardio	3 5 7
7. Haste: pigmentação antocianínica das raízes adventícias QL VG 45	ausente presente	1 2
8. Folha: porte da lâmina QN VG (+) 47	ereto semiereto ligeiramente pendente fortemente pendente	1 2 3 4
9. Panícula: comprimento das aristas QN VG (+) 65	curto médio longo	1 3 5
10. Panícula: pigmentação antocianínica das aristas QL VG 65	ausente presente	1 2
11. Antera: cor PQ VG (+) 65	branca laranja marrom	1 2 3
12. Folha bandeira: comprimento da lâmina QN MI 71	curto médio longo	3 5 7

13. Folha bandeira: largura da lâmina QN MI (+) 71	muito estreita média muito larga	1 3 5
14. Folha bandeira: pigmentação antocianínica da lâmina QN VG 71	ausente ou muito fraca média muito forte	1 3 5
15. Haste: comprimento QN MI (+) 71	muito curto curto médio longo muito longo	1 3 5 7 9
16. Haste: diâmetro QN MI (+) 71	fino médio grosso	1 3 5
17. Gluma: pigmentação antocianínica QL VG 83	ausente presente	1 2
18. Planta: número de entrenós alongados QN MI (+) 91-92	baixo médio alto	3 5 7
19. Panícula: porte em relação à haste QN VG (+) (a) 91-92	ereto semiereto horizontal pendente	1 2 3 4
20. Planta: comprimento do pedúnculo QN MI (a) (+) 91-92	curto médio longo	3 5 7
21. Panícula: formato PQ VG (a) (+) 91-92	cônico fusiforme cilíndrico claviforme forma de boca de pato forma de pé de gato ramificado	1 2 3 4 5 6 7
22. Panícula: comprimento QN MI (a) 92	curto médio longo	3 5 7
23. Excluindo variedades com formato de panícula ramificado: Panícula: densidade QN MG (a) (+) 92	laxa média densa	1 3 5
24. Panícula: número de grãos no ramo primário QN MI (a) (+) 92	baixo médio alto	3 5 7
25. Grão: peso de 1000 grãos QN MG 92	baixo médio alto	3 5 7
26. Grão: formato PQ VG (+) 92	ovalado estreito ovalado médio circular	1 2 3
27. Grão: cor PQ VG 92	esbranquiçada cinza amarela marrom vermelha preta	1 2 3 4 5 6
28. Grão descascado: cor (sem polir) PQ VG 92	esbranquiçada cinza amarela	1 2 3
29. Endosperma: tipo QL VG (+) 92	ceroso não ceroso	1 2

IX. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

1. Explanações relativas a diversas características

1.1. As características contendo a seguinte classificação na primeira coluna da Tabela de descritores mínimos deverão ser examinadas como indicado abaixo:

(a) As observações devem ser feitas na panícula da haste principal.

2. Explanações relativas a características individuais

2.1. As características contendo a indicação (+) na primeira coluna da Tabela de Descritores Mínimos deverão ser observadas conforme as orientações do formulário da internet.

X. TABELA DE MEDIDAS ABSOLUTAS PARA CARACTERÍSTICAS MENSURADAS DA CULTIVAR CANDIDATA E DAS MAIS PARECIDAS

Médias observadas Característica	Cultivar Candidata	Cultivar	Cultivar
6. Ciclo até a emergência	_____ dias	_____ dias	_____ dias
12. Folha bandeira: comprimento da lâmina	_____ cm	_____ cm	_____ cm
13. Folha bandeira: largura da lâmina	_____ cm	_____ cm	_____ cm
15. Haste: comprimento	_____ cm	_____ cm	_____ cm
16. Haste: diâmetro	_____ mm	_____ mm	_____ mm
18. Planta: número de entrenós alongados	nº_____	nº_____	nº_____
20. Planta: comprimento do pedúnculo	_____ cm	_____ cm	_____ cm
22. Panícula: comprimento	_____ cm	_____ cm	_____ cm
24. Panícula: número de grãos no ramo primário	nº_____	nº_____	nº_____
25. Grão: peso de 1000 grãos	_____ g	_____ g	_____ g

XI. BIBLIOGRAFIA

1. União Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), TG/289/1, Genebra, 2020. Disponível em: https:/www.upov.int/edocs/tgdocs/en/tg016.pdf. Acesso em: 06 de março de 2024.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SEXEC/MCTI Nº 8.162, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre as atribuições dos servidores que atuam no monitoramento e revisão da Lei Orçamentária Anual, no monitoramento e revisão do Plano Plurianual 2024-2027, bem como no monitoramento de atributos dos Programas e Ações Estratégicas dos Planos Regionais de Desenvolvimento com atuação do MCTI.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo art. 41, inciso I do Anexo I do Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023, resolve:

Art. 1º Instituir os responsáveis pelo monitoramento, revisão e reporte das informações relacionadas à Lei Orçamentaria Anual (LOA), aos Programas do Plano Plurianual (PPA) e aos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD) com atuação do MCTI, bem como definir suas atribuições.

DOS RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Serão denominados Coordenador de Ação e Coordenador de Ação - Substituto os(as) servidores(as) que atuarão no monitoramento, revisão e reporte das informações das Ações Orçamentárias para as quais forem designados.

Art. 3º Constituem atribuições do Coordenador de Ação e Coordenador de Ação - Substituto:

I - monitorar os resultados e acompanhar a execução física e financeira da Ação Orçamentária e dos Planos Orçamentários vinculados à Ação sob sua responsabilidade, de modo a dar transparência acerca do resultado geral da Ação Orçamentária, com observância aos princípios de eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos;

II - manter registros atualizados, com documentação comprobatória sobre as atividades inerentes à respectiva Ação Orçamentária, de modo a prestar informações precisas e tempestivas, quando solicitado;

III - gerir os riscos e as restrições que possam influenciar a execução e bom desempenho da ação;

IV - efetivar o registro de informações de qualidade, em sistema de monitoramento, acerca das realizações, perspectivas, desempenho físico, restrições à execução e providências tomadas em relação à Ação e Planos Orçamentários (POs);

V - participar das reuniões preparatórias de monitoramento e revisão do orçamento, quando convocados;

VI - revisar ações e planos orçamentários sob sua responsabilidade.

DOS RESPONSÁVEIS PELOS PLANOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 4º Os(as) servidores(as) que atuarão no monitoramento, revisão e reporte das informações dos respectivos Planos Orçamentários (POs) serão denominados Responsáveis e Corresponsáveis.

Art. 5º Constituem atribuições dos Responsáveis e Corresponsáveis por Planos Orçamentários:

I - monitorar os resultados e acompanhar a execução orçamentária, física e financeira dos respectivos POs, de modo a garantir maior eficiência, eficácia, efetividade e transparência no resultado do plano orçamentário;

II - prestar informações ao Coordenador de Ação e ao Coordenador de Ação - Substituto, sempre que demandados, para subsidiar o acompanhamento e a revisão da execução da metas física e financeira da Ação Orçamentária, bem como a alimentação dos sistemas informatizados de monitoramento.

DOS RESPONSÁVEIS PELO MONITORAMENTO E REVISÃO DO PPA

Art. 6º Os(as) servidores(as) responsáveis pelo monitoramento e revisão das atividades vinculadas aos atributos do PPA serão denominados Gestor PPA e Gestor PPA - Substituto.

Art. 7º Constituem atribuições dos Gestores PPA e Gestores PPA - Substitutos:

I - monitorar objetivos, metas, entregas, indicadores, ações não orçamentárias, investimentos plurianuais, medidas institucionais e agendas (transversais e prioritárias) do PPA;

II - prestar informações de qualidade acerca da análise situacional dos Objetivos, Metas, Entregas, Indicadores, Ações não Orçamentárias, Investimentos Plurianuais, Medidas Institucionais e Agendas (Transversais e Prioritárias), quando solicitadas, destacando restrições e riscos que poderão comprometer o alcance dos resultados, assim como as providências adotadas para mitigar ou eliminar tais problemas. Os registros deverão ser inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do governo federal (SIOP);

III - apresentar contributos à revisão dos atributos do PPA, quando solicitado;

IV - participar dos eventos relacionados ao monitoramento e revisão do PPA, quando convocados;

V - exercer outras atividades correlatas à matéria.

DOS RESPONSÁVEIS PELO MONITORAMENTO DE ATRIBUTOS DOS PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 8º Os(as) servidores(as) responsáveis pelo monitoramento de atributos dos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRDs) com participação do MCTI serão denominados Gestor PRD e Gestor PRD - Substituto.

Art. 9º Constituem atribuições dos Gestores PRD e Gestores PRD - Substitutos.

I - Prestar informações referentes aos programas, ações estratégicas e ações indicativas dos Planos Regionais de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), da Amazônia (PRDA) e do Centro-Oeste (PRDCO) com atuação do MCTI, expressa no PPA, seguindo orientações do órgão central de planejamento e quando por ele solicitado;

II - participar dos eventos relacionados ao monitoramento e revisão dos PRD, quando convocados;

III - exercer outras atividades correlatas à matéria.

DAS INDICAÇÕES

Art. 10º Cabe aos Secretários, Diretores das Unidades de Pesquisa e Presidentes das Entidades Vinculadas a indicação de servidores para atuarem como:

I - Coordenadores de Ação e Coordenadores de Ação - Substitutos, quando se tratar de responsáveis pela execução das Ações Orçamentárias;

II - Responsáveis e Corresponsáveis, quando se tratar da execução de Planos Orçamentários;

III - Gestores PPA e Gestores PPA - Substituto, quando se tratar de assuntos relacionados às atividades de monitoramento e revisão dos atributos do PPA;

IV - Gestores PRD e Gestores PRD - Substituto, quando se tratar de assuntos relacionados aos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD) com participação do MCTI.

§1º. As indicações de que trata o caput deste artigo deverão recair preferencialmente sob os servidores ocupantes de cargos CCE / FCE 1.10 ou 1.13.

§2º. Eventuais alterações quanto à composição de seus membros devem ser comunicadas à Coordenação de Planejamento (COPLA). Para as unidades da administração direta, isso deve ser feito por meio de processo SEI, enquanto que para as unidades da administração indireta, a comunicação deve ser feita por ofício. Adicionalmente, a COPLA pode requerer atualizações semestrais conforme necessário.,

Art. 11º Os Titulares das unidades mencionadas no caput do art. 10º, bem como os servidores indicados para as funções designadas nas alíneas I, II, III e IV daquele artigo, deverão observar os seguintes preceitos:

I - as indicações serão formalizadas por memorando/ofício a ser encaminhado à Coordenação de Planejamento (COPLA).

II - os indicados devem manter cadastro atualizado, conforme formulário próprio disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Parágrafo único. A atualização do rol de servidores indicados para prestar informações referentes aos atributos da LOA, PPA e PRD será publicada semestralmente no Boletim de Serviço do MCTI.

Art. 12º Fica revogada a Portaria MCTI nº 4.181, de 8 de dezembro de 2020.

Art. 13º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 6.163, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53520.000173/2019-33. Outorgar autorização para uso de Radiofrequências a(ao) FUNDACAO FREI ROGERIO, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 78.474.251/0001-03, no município de Curitibanos/SC, até 01/05/2034, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos de Ligação para Reportagem Externa.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 6.165, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53520.000224/2024-94. Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à(ao) RADIO CLUBE DE LAGES LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 84.937.275/0001-46, no município de Lages/SC, até 01/11/2033, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos de Ligação para Transmissão de Programas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 6.407, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo nº 53516.001437/2024-01: Expede à LUCAS CAMILOTTI SEMCZECHEN, CPF nº ***.446.969-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 6.408, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo nº 53516.000910/2024-24: Outorga à GRANDFOOD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 46.325.254/0008-57, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 25 DE ABRIL DE 2024

Nº 5.868 - Expedir autorização a AYSLLAN HENRIQUE DE VASCONCELOS, CPF nº ***.896.196-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.869 - Expedir autorização a ADALBERTO ROSSATTO RUBIN, CPF nº ***.482.370-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 29 DE ABRIL DE 2024

Nº 6.113 - Expedir autorização à OLA FM SOCIEDADE LTDA, CNPJ nº 11.950.849/0001-42, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.114 - Expedir autorização a LUIZ FILIPE VIEIRA BORGES, CPF nº ***.682.106-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.115 - Expedir autorização a CALEB ROCHA FERREIRA, CPF nº ***.123.546-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.116 - Expedir autorização a FREISDER LUCIO PEREIRA, CPF nº ***.342.066-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 5.147, DE 17 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53554.002019/2023-95. Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, expedida à entidade ALBERTO BUENO DE FRANCA, CPF: ***.514.438-**, FISTEL nº 50415224136, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no parágrafo 7º, do artigo 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, combinado com os artigos 139 e 169, ambos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT).

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 6.224, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53504.001454/2024-79. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à(ao) Femepe Agropecuaria Ltda, CNPJ nº 26.074.812/0001-75, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 6.225, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53504.002652/2024-50. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à(ao) 4 X 4 Aventura Ltda, CNPJ nº 24.540.988/0001-40, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATOS DE 30 DE ABRIL DE 2024

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, a:

Nº 6.202 - Processo nº 53528.001267/2024-17, Virtueyes Soluções em Tecnologia e Conectividade M2M Ltda, CNPJ nº 26.811.491/0001-44.

Nº 6.204 - Processo nº 53528.001299/2024-12, Copa Energia Distribuidora de Gás S A, CNPJ nº 03.237.583/0066-02.

Nº 6.205 - Processo nº 53528.001309/2024-10, Carlos Roberto Nuncio, CPF nº ***.927.090-**.

Nº 6.207 - Processo nº 53528.001310/2024-44, Mayara Dayane Correa Pinto, CPF nº ***.433.260-**.

Nº 6.208 - Processo nº 53528.001319/2024-55, Jackson Luis Gnoatto, CPF nº ***.261.450-**.

Nº 6.209 - Processo nº 53528.001321/2024-24, Thiago Zurchimitten Galarca, CPF nº ***.304.050-**.

Nº 6.210 - Processo nº 53528.001328/2024-46, Construwilson Contrucoes Ltda, CNPJ nº 72.526.759/0001-13.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.860, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Expedir autorização a ALEXANDRE MAGNO SÁ LUNA, CPF nº ***.735.633-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 5.862, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Expedir autorização a RAFAEL QUEIROZ GUERRA, CPF nº ***.257.353-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente í

ATO Nº 5.863, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Expedir autorização a ERICK FREITAS MEDEIROS DE OLIVEIRA, CPF nº ***.551.703-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 5.975, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Expedir autorização a LUIZ ALDO SANTOS GOIANA, CPF nº ***.558.903-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 6.211, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Expedir autorização a WALMYR MAGALHAES JUNIOR, CPF nº ***.617.433-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 6.212, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Expedir autorização a WILKER DAVID MAIA DE SOUZA, CPF nº ***.892.023-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 6.213, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Expedir autorização a CAMILA RAQUEL DE ASSIS SILVA, CPF nº ***.952.363-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 6.104, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53542.000855/2024-55. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a MAURICIO MARTINS DE OLIVEIRA, CPF nº ***.965.971-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e declara extinta a eventual outorga do direito de uso de radiofrequências associadas aos respectivos serviços de interesse restrito objetos da cassação.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 6.161, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53542.000992/2024-90. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a AGROSEG SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.737.376/0001-50, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 2 DE MAIO DE 2024

Nº 6.410 - Processo nº 53542.001051/2024-73. Expede autorização a OESTE CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 04.746.603/0001-98, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.411 - Processo nº 53542.001056/2024-04. Expede autorização a CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHAS LTDA, CNPJ nº 13.070.801/0001-75, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.412 - Processo nº 53542.001057/2024-41. Expede autorização a GESTÃO PIPER JETPROP SPE LTDA, CNPJ nº 54.474.585/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.585, DE 23 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53504.002906/2024-30. Declarar extinta, por Renúncia, a autorização outorgada à entidade, DANIEL SOARES ROCHA, CPF nº ***.371.515-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 29 DE ABRIL DE 2024

Nº 6.108 - Processo nº 53548.000344/2024-83. Expede autorização à ALDRIN HAMMERSCHMIDT, CPF nº ***.147.228-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.109 - Processo nº 53548.000392/2024-71. Expede autorização à MAICON DANTE PASQUALETO, CPF nº ***.763.811-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.111 - Processo nº 53548.000391/2024-27. Expede autorização à ADUBOS FERTIPOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 09.122.329/0003-61, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 6.426, DE 2 DE MAIO DE 2024

Expedir autorização a COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GAS S A, CNPJ: 03.237.583/0101-20, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

ALEXANDRE ATAIDE GONÇALVES OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 30 DE ABRIL DE 2024

Expede autorização, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, as entidades a seguir relacionadas:

Nº 6.219 - Processo: 53504.003049/2024-95- VINICIUS HENRIQUE CORREA, CPF nº ***.488.588-**

Nº 6.166 - Processo: 53504.003075/2024-13- VINICIUS GUIMARAES CARNEIRO, CPF nº ***.678.628-**

Nº 6.220 - Processo: 53504.003056/2024-97- ANDRE LUIS RAIMUNDO, CPF nº ***.435.508-**

Nº 6.178 - Processo: 53578.000460/2024-45 AIDNO SOARES BEZERRA, CNPJ nº 01.523.883/0001-87

Nº 6.181 - Processo: 53578.000457/2024-21 AIRTON JOSE DA SILVA, CPF nº ***.578.169-**

Nº 6.187 - Processo: 53578.000456/2024-87 A BARROS SILVA COM & SERV LTDA, CNPJ nº 44.466.123/0001-98

Nº 6.217 - Processo: 53578.000452/2024-07 ANDRE LUIGI COELHO DE OLIVEIRA, CNPJ nº 14.716.929/0001-2

Nº 6.215 - Processo: 53578.000453/2024-43 ALDERNEYS MORAES CARVALHO LTDA, CNPJ nº 32.783.889/0001-17

Nº 6.188 - Processo: 53578.000454/2024- ITALO SANTANA PANZA DE FARIAS, CPF nº ***.742.932-**.

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBA
Gerente

ATOS DE 30 DE ABRIL DE 2024

Extingue, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito e do único serviço notificado, Outorga: Rádio do Cidadão, declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequência associada, as entidades a seguir relacionadas:

Nº 6.222 - Processo: 53504.003193/2024-21 GEOVANE SEBASTIAO REIS DA ROCHA, CPF nº ***.479.438-**.

Nº 6.223 - Processo: 53504.003187/2024-74 - ADENILSON PEREIRA DA CRUZ, CPF nº ***.433.688-**.

Nº 6.169 - Processo: 53504.003133/2024-17 - ANTONIO AURÉLIO DUARTE, CPF nº ***.750.318-**.

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBA
Gerente

ATO Nº 6.413, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo: 53578.000467/2024-67- Expede autorização a FABIANE MARQUES DE OLIVEIRA E OLIVEIRA, CPF nº ***.374.122-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 3.788, DE 28 DE MARÇO DE 2024

Processo nº 53569.000958/2024-17. declara extinta, por cassação, as autorizações outorgadas às entidades listadas na tabela, por intermédio do Ato nº 4337, de 13 de agosto de 2020, publicado no Boletim de Serviço de 24 de dezembro de 2020 ou do Ato nº 623, de 29 de janeiro de 2021, publicado no Boletim de Serviço de 04 de fevereiro de 2021, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nome	CNPJ/CPF	Serviço Notificado	Processo de Cassação
SAGA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	10.725.236/0001-49	Serviço Móvel Aeronáutico	53572.000201/2023-93
IRENEU POSSAMAI	***.037.930-**	Serviço Móvel Aeronáutico	53572.000248/2023-57
AMEC CONSTRUTORA LTDA	10.841.108/0002-41	Serviço Móvel Aeronáutico	53572.000069/2024-09
JOSÉ HERNANE ALVES DE SOUSA	***.574.203-**	Serviço Móvel Aeronáutico	53572.000074/2024-11

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 22, DE 23 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 do Regimento Interno da Anatel - aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, decidiu submeter a comentários e sugestões do público em geral a proposta de definição dos Requisitos Técnicos e Procedimentos de Ensaios para Avaliação da Conformidade de Acumuladores Secundários de Lítio para Aplicações Estacionárias, constante dos autos do processo SEI nº 53500.113179/2023-94.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel e na Plataforma Participa na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões, fundamentadas e devidamente identificadas, devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Participa Anatel, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 70 (sessenta) dias.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

ATO Nº 6.359, DE 1º DE MAIO DE 2024

Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Luís/MA, no período de 30/04/2024 a 28/06/2024.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 4.130, DE 3 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53500.112762/2023-88. Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ISABEL ERNESTINA BEZERRA, CNPJ 40.998.296/0001-04, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Senador Georgino Avelino (Senador Georgino Avelino)/RN.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 11 DE ABRIL DE 2024

Nº 4.710 - Processo nº 53500.025441/2024-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Redenção/CE.

Nº 4.711 - Processo nº 53500.025447/2024-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Russas/CE.

Nº 4.712 - Processo nº 53500.025452/2024-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santa Quitéria/CE.

Nº 4.713 - Processo nº 53500.025456/2024-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santa Quitéria/CE.

Nº 4.714 - Processo nº 53500.025546/2024-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São Benedito/CE.

Nº 4.715 - Processo nº 53500.025548/2024-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Senador Pompeu/CE.

Nº 4.716 - Processo nº 53500.025551/2024-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV CIDADE DE FORTALEZA LTDA, CNPJ 07.152.630/0001-20, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Senador Pompeu/CE.

Nº 4.717 - Processo nº 53500.025559/2024-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tamboril/CE.

Nº 4.718 - Processo nº 53500.025595/2024-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tauá/CE.

Nº 4.720 - Processo nº 53500.025914/2024-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tianguá/CE.

Nº 4.721 - Processo nº 53500.025917/2024-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV CIDADE DE FORTALEZA LTDA, CNPJ 07.152.630/0001-20, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tianguá/CE.

Nº 4.722 - Processo nº 53500.025918/2024-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Trairi/CE.

Nº 4.723 - Processo nº 53500.025919/2024-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ubajara/CE.

Nº 4.724 - Processo nº 53500.025928/2024-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Uruburetama/CE.

Nº 4.725 - Processo nº 53500.025935/2024-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Várzea Alegre/CE.

Nº 4.726 - Processo nº 53500.025936/2024-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Viçosa do Ceará/CE.

Nº 4.727 - Processo nº 53500.026160/2024-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA, CNPJ 05.263.116/0001-37, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Altamira/PA.

Nº 4.732 - Processo nº 53500.026467/2024-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO SENTINELA DA AMAZONIA LTDA, CNPJ 05.419.544/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Óbidos/PA.

Nº 4.733 - Processo nº 53500.026490/2024-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Anastácio/MS.

Nº 4.734 - Processo nº 53500.026492/2024-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Rio Brilhante/MS.

Nº 4.741 - Processo nº 53500.027430/2024-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CASPER LIBERO, CNPJ 61.277.273/0001-72, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Guarapuava/PR.

Nº 4.742 - Processo nº 53500.027674/2024-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO BANDEIRANTES DO PARANA LTDA, CNPJ 77.969.145/0001-20, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Castro/PR.

Nº 4.745 - Processo nº 53500.027936/2024-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PARANA FM LTDA, CNPJ 01.749.015/0001-10, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santa Inês/MA.

Nº 4.750 - Processo nº 53500.027955/2024-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO PIRACAMBU LTDA, CNPJ 41.479.999/0001-80, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Zé Doca/MA.

Nº 4.751 - Processo nº 53500.027956/2024-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Zé Doca/MA.

Nº 4.756 - Processo nº 53500.028371/2024-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE TELEVISAO CERRADO LTDA, CNPJ 13.806.266/0001-78, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Balsas/MA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 4.855, DE 12 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53500.025578/2024-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tamboril/CE.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 5.837, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53500.035369/2024-44. declara extinta, por renúncia, a partir de 23/04/2024, a autorização outorgada à SUPER MIDIA TV A CABO LTDA, CNPJ/MF nº 07.257.362/0001-01, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 29 DE ABRIL DE 2024

Nº 6.105 - Processo nº 53500.036393/2024-09. Expede autorização à G. A. DA SILVA - PIXFIBRA SERVICOS DE INTERNET, CNPJ/MF nº 10.880.097/0001-28, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.106 - Processo nº 53500.035977/2024-59. Expede autorização à CONNECT TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 54.241.171/0001-31, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.125 - Processo nº 53500.025560/2024-88. Expede autorização à VIVASNET LTDA, CNPJ/MF nº 52.721.447/0001-53, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.132 - Processo nº 53500.035053/2024-52. declara extinta, por renúncia, a partir de 23/04/2024, a autorização outorgada a NAXI TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 10.608.275/0001-66, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 30 DE ABRIL DE 2024

Nº 6.168 - Processo nº 53500.036086/2024-10. declara extinta, por renúncia, a partir de 25/04/2024, a autorização outorgada à CENTRO OESTE TELECOMUNICACOES E METALURGICA LTDA, CNPJ/MF nº 10.955.922/0001-06, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.171 - Processo nº 53500.036163/2024-31. declara extinta, por renúncia, a partir de 25/04/2024, a autorização outorgada à MTWNET SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA, CNPJ/MF nº 32.441.985/0001-87, por intermédio doAto nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.214 - Processo nº 53500.035674/2024-36. Expede autorização à NETLINK FIBRA LTDA, CNPJ/MF nº 53.730.162/0001-41, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.218 - Processo nº 53500.035240/2024-36. Expede autorização à TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 54.298.541/0001-77, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.221 - Processo nº 53500.034866/2024-25. Expede autorização a R DALLER CONSULTORIA DE NEGOCIOS E COBRANCA LTDA, CNPJ nº 18.802.188/0001-57, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 1º DE MAIO DE 2024

Nº 6.360 - Autoriza REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP, CNPJ nº 03.508.097/0003-06, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Niterói/RJ, no período de 18/05/2024 a 21/05/2024.

Nº 6.361 - Autoriza M. P. MOTOR SPORT LTDA, CNPJ nº 05.059.719/0001-11, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Londrina/PR, no período de 10/05/2024 a 12/05/2024.

Nº 6.362 - Autoriza AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A, CNPJ nº 09.296.295/0001-60, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Campinas/SP, no período de 05/05/2024 a 03/07/2024.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Cultura

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 27, DE 2 DE MAIO DE 2024

O(A) SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1.408, de 31 de janeiro de 2023 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
202319 - O Lugar Antes de Mim
Karla Adriana Nascimento Cunico
CNPJ/CPF: ***.654.189-**
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Complementado: R$ 21.852,42
Valor total atual: R$ 472.804,64
212565 - Cultura Videomaker
LUCAS HUNGRIA MACHADO DA SILVEIRA - ME
CNPJ/CPF: 18.736.515/0001-10
Cidade: Campinas - SP;
Valor Complementado: R$ 90.669,17
Valor total atual: R$ 1.090.659,04
231693 - Movimento Cidade 2024
MOVIMENTO CIDADE PROJETOS CRIATIVOS LTDA
CNPJ/CPF: 37.281.569/0001-82
Cidade: Vitória - ES;
Valor Complementado: R$ 1.516.541,71
Valor total atual: R$ 4.552.817,36
235970 - 19ª CINEOP - Mostra de Cinema de Ouro Preto
UNIVERSO PRODUÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 00.246.471/0001-84
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 845.067,70
Valor total atual: R$ 2.550.567,85
221579 - 5º Mostra Itinerante de Cinemas Negros Mahomed Bamba (MIMB 2022)
DAIANE DO ROSARIO SILVA 05221523507
CNPJ/CPF: 13.943.319/0001-00
Cidade: Salvador - BA;
Valor Complementado: R$ 37.753,03
Valor total atual: R$ 433.207,98

Art. 2.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
203847 - Menino Monstro
Pink Flamingo Produções LTDA ME
CNPJ/CPF: 05.463.157/0001-77
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 0,49
Valor total atual: R$ 206.624,51
232118 - Festival Clássicos do Cinema em Paranaguá
Grafo Audiovisual Ltda.-ME
CNPJ/CPF: 09.437.566/0001-50
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 108.840,62
Valor total atual: R$ 378.093,09

Art. 3.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 212942 - OS GRÃOS DA HISTÓRIA, publicado na portaria nº 0082/21 de 31/12/2021, no D.O.U. em 03/01/2022, para GRÃOS DA HISTÓRIA - CAFÉ .

Art. 4.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 204552 - AQUELES DIAS - WEBSÉRIE, publicado na portaria nº 0071/20 de 23/11/2020, publicada no D.O.U. em 24/11/2020.

Onde se lê: Realizar a websérie Aqueles Dias, em 25 episódios de até 10 minutos, trazendo histórias e personagens que marcaram a Semana de 22 para o século XXI. Com previsão de lançamento na Internet por ocasião da comemoração dos 100 anos do evento, em 2022.

Leia-se: Realizar a websérie Aqueles Dias, em 4 episódios de até 30 minutos, trazendo histórias e personagens que marcaram a Semana de 22 para o século XXI.

Art. 5.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 6.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOELMA OLIVEIRA GONZAGA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
211724 - Mostra Inclusiva LAIS
OPALMAS ARTES CULTURA AUDIOVISUAL LTDA
CNPJ/CPF: 11.513.528/0001-80
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/05/2024
220892 - Cinema para Todos
THIAGO MATIOLI DA SILVA
CNPJ/CPF: 29.594.038/0001-11
Cidade: Diadema - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/12/2024
221537 - PARADIGMA
URUCU PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 09.024.905/0001-76
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/05/2024
221743 - Cinesolarzinho - 4a edição
Brazucah Produções Culturais Ltda ME
CNPJ/CPF: 05.357.127/0001-86
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 14/08/2024
222950 - Festival Crias - Edição 2
Terreiro de Idéias e Fazeres Culturais
CNPJ/CPF: 10.193.220/0001-32
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 31/03/2024 à 31/05/2024
223670 - 51º Festival de Cinema de Gramado
AM PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.322.179/0001-78
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/06/2024
2317154 - Festival Ópera na Tela 2024
Bonfilm Produção e Distribuição Audiovisual LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.383.039/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 30/11/2024
233542 - VIII Festival Imperial de Cinema de Petrópolis
Pacheco Monteiro comunicações Ltda
CNPJ/CPF: 15.676.647/0001-05
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/06/2024
234901 - Pipoca em Cena
Fundação Rede Amazônica
CNPJ/CPF: 05.554.944/0001-24
Cidade: Manaus - AM;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 31/12/2024
234919 - Documentario Oeste Cooperativo
GH FILMES LTDA
CNPJ/CPF: 19.272.623/0001-41
Cidade: Toledo - PR;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
235638 - Plano Anual Canal Futura 2024
Fundação Roberto Marinho
CNPJ/CPF: 29.527.413/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 31/12/2024
239678 - Uma em cada oito
A. S. BARONE - CONSULTORIA COMUNICACAO E PROJETOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 03.113.947/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 31/12/2024

SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL

PORTARIA SEFIC/MINC Nº 305, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/91, Decreto nº 11.453/2023 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
242585 - Joanna Cultural
FUNDACAO EDUCACIONAL JOANA DE ANGELIS
CNPJ/CPF: 00.509.114/0001-61
Processo: 01400010453202480
Cidade: Tubarão - SC;
Valor Aprovado: R$ 664.240,50
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Oferecer aulas de teatro, música (incluindo musicalização infantil, canto coral, violão, violino, e flauta doce), e dança para crianças, adolescentes, e pais, inspirando-se na rica história da cidade de Tubarão, com o intuito de promover a cultura local e fortalecer os laços comunitários.

242589 - A BALEIA
ALESSANDRA REIS 27 PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 08.743.458/0001-42
Processo: 01400010465202412
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.430.301,90
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Da obra original, A Baleia, de Samuel D. Hunter, de 2012, que deu origem ao filme homônimo "The Whale". Trata-se de a montagem da peça de teatro, A Baleia, tradução e direção de Luis Artur Nunes, reunindo o ator José de Abreu e grande elenco, para a realização de itinerância por 2 Regiões do Brasil, sendo: Região Sudeste: 32 apresentações no Rio de Janeiro/RJ | 2 meses no Teatro dos Quatro; 32 apresentações em São Paulo/SP | 2 meses no Teatro Faap (de quinta à domingo). Região Nordeste: 09 apresentações, sendo 3 apresentações em Recife/PB | no Teatro do Parque; 3 apresentações em Fortaleza/CE | no Cine Theatro São Luiz; 3 apresentações em Natal/RN | no Teatro Alberto Maranhão (de sexta à domingo). O espetáculo será comercializado e a faixa etária indicativa será a partir de os 12 anos de idade. A execução do projeto terá início a partir de o 2º semestre do ano de 2024, cujo período total para sua execução, será de 12 meses. A previsão total de público é de 36.000 expectadores.

242595 - Borná de Xêpa - Espetáculo infantil Bichos Brasileiros - Natal na Floresta
Ronildo Prudente
CNPJ/CPF: ***.734.006-**
Processo: 01400010496202465
Cidade: Três Corações - MG;
Valor Aprovado: R$ 118.581,10
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Bichos Brasileiros - Natal na Floresta é um projeto de teatro musical de cultura popular. Composto por 5 integrantes, o projeto tem como objetivo ofertar 4 apresentações do espetáculo Natal na Floresta para o município de Três Corações, em locais abertos e estratégicos para alcançar o público. Ao todo visa atingir cerca de 800 pessoas do município.

242607 - 62º FESTIVAL FOLCLÓRICO DE ETNIAS DO PARANÁ
AINTERPAR - Associação Inter-étnica do Paraná
CNPJ/CPF: 77.041.986/0001-72
Processo: 01400010539202411
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 557.238,82
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Este projeto tem por objetivo realizar o Festival Folclórico de Etnias do Paraná, dando sequência ao histórico e tradicional encontro de etnias e danças folclóricas do Paraná, realizados há mais de 60 anos, apresentando manifestações populares dos povos colonizadores deste Estado. O Festival reúne música, canto e dança em apresentações diversas.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
242580 - Vozes Afro
GOAT - SERVICOS ORGANIZACIONAIS DE FEIRAS E FESTAS LTDA
CNPJ/CPF: 37.282.569/0001-05
Processo: 01400010424202418
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 6.209.685,56
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 15/12/2024

Resumo do Projeto: Realizar o Festival Vozes Afrona cidade de Salvador - BA, que tem o objetivo de amplificar a voz da imensa riqueza da cultura preta, apresentando artistas/bandas dos segmentos: musical, dança, teatro e artes plásticas produzidos por pessoas pretas, aproximando a sociedade a suas origens por meio das artes e da cultura, valorizando o empoderamento a cultura negra e contribuindo com o sentimento de pertencimento.

242581 - São João do Reencontro
FR INTELIGENCIA CONTEUDO E ENTRETENIMENTO LTDA - RATZ MEDIA HOUSE
CNPJ/CPF: 39.495.802/0001-55
Processo: 01400010433202417
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.002.170,00
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 07/07/2024

Resumo do Projeto: O Festival São João do Reencontro, é uma iniciativa privada com o objetivo de reaproximar o povo baiano das suas tradições através do fomento de diversas festividades juninas em todo o estado da Bahia através do fomento

a circulação de artistas de música regional e folclore. Numa iniciativa única e pioneira no estado, selecionamos 35 municípios dentre os mais populosos, com maior relevância cultural para as festividades juninas e com grande potencial de fortalecimento da reconexão com as tradições culturais locais nesta celebração, para serem contemplados com um grande suporte cultural às suas programações. Construiremos uma ampla rede de circulação artístico-cultural onde cada artistas baianos de médio e pequeno porte, trios nordestinos e sanfoneiros, dentre os contratados, terão a sua agenda de shows do período plenamente preenchidas com apresentações em ao menos 5 dos 35 municípios selecionados durante o período da festividade.

242587 - TURNÊ LUIS AUGUSTO E PASCOAL
46891985 ISIS DE OLIVEIRA BORGES DE PAULA
CNPJ/CPF: 46.891.985/0001-93
Processo: 01400010459202457
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 998.919,68
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: O projeto se resume na realização de uma turnê de música sertaneja com a dupla Luis Augusto e Pascoal por 3 estados brasileiros.

242590 - Musical Retro João Reis & Alyssom Brasil Homenagem aos cantores sertanejos do passado
JOHN KINGS PRODUCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 43.883.753/0001-03
Processo: 01400010468202448
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 823.482,00
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: O projeto se resume na gravação de um DVD de músicas com foco em música regional no estilo sertanejo. A distribuição do resultado do objeto desta proposta será distribuída gratuitamente

242591 - LEMBRANÇAS
GISLAINE ALVES DO NASCIMENTO
CNPJ/CPF: ***.369.109-**
Processo: 01400010471202461
Cidade: Colombo - PR;
Valor Aprovado: R$ 836.206,80
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: O projeto "Lembranças" é uma jornada cultural que celebra a riqueza da música regional brasileira, em especial o gênero modão Paranaense, que ecoa nossas tradições e identidade cultural profundamente enraizadas na música. Em uma fusão criativa, unimos música ao vivo e artes cênicas, tecendo um espetáculo que transcende os limites das formas artísticas individuais. Com essa abordagem única, buscamos proporcionar ao público uma experiência imersiva e emotiva, onde cada nota e cada cena evocam memórias e emoções genuínas. "Lembranças" é mais do que um espetáculo, é uma jornada pela essência do povo paranaense, repleta de nostalgia e autenticidade.

242596 - Musica, mudando o futuro da cultura - MUDE
ASSOCIACAO CULTURAL MANOEL FELIPE NERY
CNPJ/CPF: 03.807.646/0001-73
Processo: 01400010514202417
Cidade: São João do Sabugi - RN;
Valor Aprovado: R$ 197.237,70
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: O projeto "MUDE" pretende proporcionar acesso a Cultural através da realização de oficinas de iniciação musical, envolvendo a teoria e prática instrumental, violão, flauta, teclado e percussão, através de aulas diárias com alunos oriundos da zona rural e urbana, no município de São João do Sabugi-RN e apresentações músicais. As oficinas são gratuitas e abertas ao público em geral, atendendo 40 alunos, compostos por crianças, adolescentes e jovens, por um período de 12 meses, realizadas na sede da Filarmônica Honório Maciel, com salas climatizadas, ambientes acusticamente confortáveis, localizada no centro da Cidade de São João do Sabugi-RN. A Realização de apresentações pela Filarmônica Honório Maciel em praça pública.

242598 - PAGU-COMPOSITORAS BRASILEIRAS - JAZZMINS BIG BAND
Amália Francisca De Vincenzo Produções - EPP
CNPJ/CPF: 11.814.862/0001-74
Processo: 01400010517202442
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.013.863,13
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Circulação da Jazzmin´s Big Band com o espetáculo "Pagu-Compositoras Brasileiras" por 4 cidades do Brasil: São Paulo, Cuiabá, Recife e Salvador. Intercâmbio com compositoras/musicistas locais como convidadas especiais. Mesa redonda "Diálogos musicais com Jazzmin´s Big Band" com musicista mediadora local e workshop "Encontro Mestre & Aprendiz" como contrapartida, além de registro de fotos, gravação de video e edição para disponibilização gratuita.

242605 - Festival da Música Brasileira (nome provisório)
RFRL PARTICIPACOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.482.854/0001-05
Processo: 01400010536202479
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.704.200,00
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo realizar apresentações de bandas de jazz, rock instrumentais e Djs. A entrada será gratuita.

242606 - CORAL SANTA CECÍLIA UM SÉCULO DE ARTE E CULTURA EM TURNÊ DIDÁTICO / PEDAGÓGICA 2024
Juliano Luis Sowa
CNPJ/CPF: ***.680.830-**
Processo: 01400010537202413
Cidade: Santo Cristo - RS;
Valor Aprovado: R$ 102.465,00
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Em outubro de 2023 o Coral Santa Cecília da cidade de Santo Cristo - RS - completou 108 anos de existência de forma ininterrupta, sendo um dos mais antigos corais do Estado, formado apenas por vozes masculinas. Ao longo desses seus 108 anos de atividades tem sido um dos mais importantes instrumentos de manutenção, preservação e divulgação da cultura germânica em seu Município e região. Seu repertório é bastante eclético, sendo constituído basicamente por canções Alemãs, mas também executa músicas em outras 5 línguas diferentes. Através do canto germânico, encontrou uma forma de manter viva a tradição do canto coral, herança dos antepassados, e indubitavelmente contribuiu na formação e crescimento cultural da população, através da manutenção do linguajar, usos e costumes da tradição alemã. Com o intuito de divulgar e levar para outras regiões do estado do RS esse seu pluralismo cultural, como também participar e contribuir com as homenagens alusivas aos 200 Anos da Imigração Alemã no Brasil e no nosso Estado, o Coral deseja realizar (06) sei espetáculos - intercâmbios culturais - em diferentes cidades gaúchas, citadas na justificativa.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

242584 - Memórias de Michael
odrigo Lopes de Mattos
CNPJ/CPF: ***.662.098-**
Processo: 01400010451202491
Cidade: Guarulhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 699.509,25
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Um trabalho cultural-educacional, direcionado às escolas, no formato de exposição com obras, registros, poemas, ensinamentos e trajes de Michael Jackson, além roda de conversa, bate papo e apresentação artística de Rodrigo Teaser, seu principal intérprete.

242593 - Arte pela Via
RESULT GESTAO E PLANEJAMENTOS DE EVENTOS CULTURAIS EIRELI
CNPJ/CPF: 33.192.128/0001-53
Processo: 01400010486202420
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 3.335.190,00
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Este projeto busca transformara realidade das vias urbanas e o olhar da população nestes locais públicos de alto fluxo da região metropolitana por meio das artes visuais, transformando os coletivos urbanos em grandes painéis assinados por artistas de diferentes modalidades artísticas. A iniciativa visa difundir as riquezas culturais locais e promover o interesse pelas artes visuais. Além disso, o projeto oportuniza atrair turistas e promover aspectos educativos ao incorporar elementos da cultura local e regional.

242599 - Projeto Neo Norte 5.0
SUBSTANCIA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.402.667/0001-95
Processo: 01400010520202466
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.259.607,56
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: O projeto Neo Norte 5.0, sob a curadoria e direção artística da artista chilena Tere Chad, oferece uma experiência crítica e significativa nas artes visuais, destacando culturas do Sul. Além da exposição de obras colaborativas internacionais, o projeto inclui três seminários, uma residência, quatro performances e um catálogo. Realizado no Memorial da América Latina, em São Paulo, busca atingir um público total de mais de 15000 pessoas. Em conformidade com a Lei de Incentivo à Cultura, o projeto visa difundir e valorizar expressões culturais brasileiras e latino-americanas, fomentando diálogo, diversidade artística e fortalecimento de cadeias produtivas locais.

242600 - Festival de Integração Cultural
SAGRE AGÊNCIA DE PROJETOS INCENTIVADOS E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 07.902.231/0001-30
Processo: 01400010522202455
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 691.599,48
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: O Projeto vai realizar o Festival de Integração Cultural (FIC), uma feira de artes visuais montada por expositores e artistas em situação de refúgio e imigrantes em situação de vulnerabilidade. O festival compreenderá as áreas de moda, artes plásticas e visuais, gastronomia e música.

242601 - Corset: Uma trajetória histórica
HOLY COW CRIACOES LTDA
CNPJ/CPF: 17.383.477/0001-04
Processo: 01400010523202408
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 973.090,80
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Esta proposta pretende trazer ao público uma exposição de artes visuais inédita, com curadoria de João Braga, contando a história de uma peça emblemática no mundo da moda - o corset, sua trajetória na moda do Brasil e desdobramentos na atualidade. Com realização prevista para o Museu de Arte Brasileira - MAB/FAAP, o projeto é composto por exposição, palestras, oficinas, visitas guiadas e oficina.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

242583 - ORIUNDI - HISTÓRIAS E RECEITAS DA COZINHA ÍTALO-BRASILEIRA EM SÃO PAULO
EDITORA ANFORA LTDA
CNPJ/CPF: 24.403.462/0001-18
Processo: 01400010446202488
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 236.118,17
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Edição de livro sobre a cozinha ítalo-brasileira a partir dos Imigrantes vindos do sul da Itália para o Brasil.

242586 - NICO NAS ESCOLAS DE INDAIATUBA
KATIA VALERIA WADT BATTISTELLA SENTINARO
CNPJ/CPF: ***.471.118-**
Processo: 01400010457202468
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 176.550,00
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: O Projeto "NICO NAS ESCOLAS DE INDAIATUBA", prevê a impressão de 2300 unidades do livro infantil "Nico, um coelho diferente" concebido na ideia de retratar a vitória de uma criança frente às limitações físicas com a ajuda de sua professora, de uma forma leve e divertida, através de uma história real de forma a beneficiar crianças da rede pública de ensino da cidade de Indaiatuba/SP, em situação de vulnerabilidade social. A história traz o coelho Nico como personagem principal, que nasceu sem uma das orelhas e, com a ajuda da professora Ciça, ganha uma orelha, de outra cor, e se torna o melhor aluno da sala, vencendo os obstáculos. A história é baseada na real situação vivida pela saudosa Professora Conceição (Ciça) e seu aluno Cido (Nico), ambos moradores da cidade de Araras/SP. Hoje ele é coordenador de um importante colégio estadual da cidade, a EE Cesário Coimbra, além de professor. O livro terá letras Arial 24 (ou similar) e ilustrações. Também será elaborado um site contendo: a história e as ilustrações do livro para impressão. A história será narrada com audiodescrição nas vozes dos personagens. Serão realizadas 10 sessões de contação da história para estudantes dessas escolas municipais e estaduais, prioritariamente, com tradução simultânea em Libras. Todas as ações acontecerão de forma gratuita. Pretende-se realizar de 3 a 4 apresentações por dia, totalizando3 dias de deslocamento.

242588 - Livro Infantil Inclusivo: Noite de Contar Estrelas
FABIANA BALLETE DE CARA ARAUJO
CNPJ/CPF: ***.306.578-**
Processo: 01400010460202481
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 145.833,77
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: O projeto consiste na publicação de LIVRO INFANTIL, totalmente INCLUSIVO com o título de NOITE DE CONTAR ESTRELAS, podendo ser usado pelo público com deficiência visual ou visão normal.

242592 - TERROIR DO EMPRENDEDORISMO DA SERRA GAÚCHA: História, Memória e Inspiração
VINICIUS ZANCHET DE LIMA
CNPJ/CPF: ***.849.690-**
Processo: 01400010478202483
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 199.773,75
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024

Resumo do Projeto: Produção e publicação do livro denominado "Terroir do Empreendedorismo da Serra Gaúcha: História, Memória e Inspiração" que aborda fatos históricos de homens e mulheres da Região da Serra Gaúcha que, por meio de um legado de múltiplos segmentos socioculturais e econômicos, construíram um patrimônio empresarial, pessoal e cultural, tornaram-se exemplo e inspiração para as novas e futuras gerações. Realizar palestras nas escolas públicas, como contrapartida social.

242602 - Festival Paulo Leminski
Múltiplo Leminski Produções Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 02.597.165/0001-18
Processo: 01400010528202422

Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.643.820,75
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O Festival Paulo Leminski será uma grande celebração a um dos principais ícones da literatura brasileira, que completaria 8 décadas em 2024. Um festival multilinguagens, que reunirá diversos artistas, parceiros e estudiosos de sua obra na Pedreira Paulo Leminski, no dia 24 de agosto, que é o aniversário do poeta e também de 35 anos da inauguração desse icônico espaço em sua homenagem em Curitiba. A feira literária, que abarca uma série de atividades, esperar atrair um público de 15 mil pessoas, e foi concebida para ser uma grande celebração e fazer uma conexão da cultura brasileira com a produção do homenageado. Durante todo o dia, vão acontecer performances e apresentações nas áreas de teatro, música, dança, grafitti, poesia além de uma feira gastronômica. Ainda haverá uma exposição para ambientar o evento trazendo elementos de sua vida e obra. Também estão previstas ações de continuidade ao longo do ano, como palestras e rodas de leituras em escolas públicas da cidade e outras ações.
242603 - A IMIGRAÇÃO ÍTALO EGÍPCIA NO BRASIL
PATRICIA NASCIMENTO CIFALI
CNPJ/CPF: ***.999.269-**
Processo: 01400010529202477
Cidade: Imbituba - SC;
Valor Aprovado: R$ 149.826,60
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto deste livro trata-se de uma pesquisa aprofundada sobre fatos históricos e a contribuição cultural da imigração Italiana, passando pela crise do Canal de Suezno Egito e a chegada dessas famílias no Brasil no final dos anos 50. A obra narra a saga das famílias italianas ameaçadas pela crise europeia na busca por terras prósperas para criarem seus filhos ainda ao redor do Mar Mediterrâneo. Nos anos seguintes, durante a primeira e segunda guerras mundiais, uma perseguição se sucedeu em virtude dos italianos radicados no Egito serem inimigos de guerra dos ingleses que tinham o domínio britânico na região. A obra expõe ainda a contribuição cultural dos ítalo-egípcios ao Brasil, através de um romance de época.
242604 - Encontro Equilíbrio do Ser
ATIVIDARTES PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 06.652.057/0001-51
Processo: 01400010532202491
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Valor Aprovado: R$ 430.399,20
Prazo de Captação: 03/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Encontro literário, artístico e humanitário unindo contação de história, breve palestra sobre o autor mineiro Rubem Alves, bate-papo e vivência a partir do conto "A Menina e o Pássaro Encantado". Este projeto prevê itinerância em 17 cidades brasileiras.

PORTARIA SEFIC/MINC Nº 306, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:
Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211110 - O Reino Sustentável de Oz - 3ª edição
MARINA MEDEIROS BRANCO 33576486879
CNPJ/CPF: 26.781.325/0001-42
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
211771 - Multiplique o Bem
TARGET BRASIL PROJETOS E EVENTOS EIRELI
CNPJ/CPF: 18.508.453/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/06/2024
211986 - Roda Riso
Allan Ortega Monteiro
CNPJ/CPF: ***.021.278-**
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 01/11/2024
220941 - Arte Por Toda Parte - Teatro da Pedra
TEATRO DA PEDRA - ASSOCIACAO CULTURAL
CNPJ/CPF: 07.238.138/0001-72
Cidade: São João del Rei - MG;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/07/2024
221588 - Circo Zanni
ZANNI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 18.496.407/0001-17
Cidade: Cotia - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/05/2024
222726 - O QUEBRA-NOZES
CISNE NEGRO PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL LTDA. ME
CNPJ/CPF: 17.845.070/0001-43
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
223138 - ARTES DA TRILHA - III EDIÇÃO
Fundação Solidariedade
CNPJ/CPF: 81.652.513/0001-89
Cidade: Campo Magro - PR;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/10/2024
223206 - Festival Social Good Brasil 2023
ASSOCIACAO SOCIAL GOOD BRASIL
CNPJ/CPF: 20.162.363/0001-30
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/06/2024
223758 - AUTO DA PAIXAO DE CRISTO 23a EDIÇÃO
cristiano dias de souza
CNPJ/CPF: ***.831.041-**
Cidade: Goiânia - GO;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/06/2024
230442 - Circuito Cresca Brincando
Fabrício Belmiro Rodrigues da Silva
CNPJ/CPF: ***.606.956-**
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
231051 - Expresso Jurássico
DILIX DESENVOLVIMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 08.541.572/0001-90
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 02/05/2024 à 31/12/2024
2310842 - TURMINHA DO NOSSO AMIGUINHO - PARAGOMINAS
ELIANE SARMENTO COMERCIO E PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 34.850.396/0001-88
Cidade: Paragominas - PA;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
231247 - Mestres do Ilusionismo
Cláudio Henrique Onofre
CNPJ/CPF: ***.344.148-**
Cidade: 352050 - SP;
Prazo de Captação: 02/05/2024 à 31/12/2024
232190 - Carnaval - Capítulo 4, Versículo 3 - Da rua e do povo, o HipHop: Um Manifesto Paulistano
Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Vai Vai
CNPJ/CPF: 47.460.266/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
232593 - Risoterapia Circense
João VIctor da Silva Coelho
CNPJ/CPF: 40.553.969/0001-04
Cidade: Juazeiro do Norte - CE;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
233046 - Grão Cultural
SM Produções
CNPJ/CPF: 04.038.149/0001-10
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
235069 - A Aforista - Temporada SP
Dama Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 03.664.880/0001-99
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
210462 - Arautos do Gueto - Formando com arte e cultura
ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARAUTOS DO GUETO
CNPJ/CPF: 04.027.134/0001-57
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/05/2024
212288 - 1º FIM DE SEMANA DE MÚSICA DE CÂMARA DE BRUSQUE
Fundação Cultural de Brusque
CNPJ/CPF: 04.894.677/0001-71
Cidade: Brusque - SC;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/05/2024
220124 - Edu Sangirardi II - Evento Virtual
EDUARDO LOPES SANGIRARDI 27231589855
CNPJ/CPF: 32.282.084/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
220905 - Arte nas Escolas
ASSOCIACAO ARTE NAS ESCOLAS
CNPJ/CPF: 34.639.796/0001-49
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/07/2024
221558 - CORO MISTO SANTA CECÍLIA DE GASPAR UMA EPOPEIA DE VOZES
CORO MISTO SANTA CECILIA
CNPJ/CPF: 02.272.204/0001-07
Cidade: Gaspar - DF;
Prazo de Captação: 02/05/2024 à 01/12/2024
221844 - CONEXÃO SOCIAL ARTHUR BELMONTE - VILA PLANALTO
INSTITUTO AMPB DE SOLIDARIEDADE
CNPJ/CPF: 06.020.919/0001-23
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/05/2024
222379 - Orquestra Sinfônica Mackenzie
Associação Mackenzie de Educação Pesquisa e Cultura
CNPJ/CPF: 45.567.104/0001-10
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
231304 - Viola Viva, Viva Viola - 2ª Edição
FRANCISCO DE FATIMA NERY
CNPJ/CPF: ***.137.099-**
Cidade: Campo Mourão - PR;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
232094 - Cultura no Viasoft Connect
Dafne Karen Viola
CNPJ/CPF: ***.404.269-**
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 30/08/2024
235306 - Lapa pela Lapa
OLGA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.144.135/0001-84
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
237663 - NATAL DOS SONHOS
MPRO - COMUNICACAO E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 37.408.278/0001-02
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
238304 - X Gramado in concert
VS Cultura e Comunicação
CNPJ/CPF: 09.452.840/0001-60
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
239626 - Circuito SP Folia
DOM DINO ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 44.196.363/0001-10
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
241545 - Forró Raiz: Gravação e Divulgação do CD de Músicas Inéditas
KAUAN CAMPOS MESQUITA
CNPJ/CPF: ***.466.753-**
Cidade: Boa Viagem - CE;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/09/2024
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
220044 - Exposição Coleção Oxenford [nome provisório]
ACT ARTE LTDA
CNPJ/CPF: 30.685.145/0001-34
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/06/2024
220869 - ARTE NO PONTO - Brumadinho
IZABELLA DAURIA DUARTE FERREIRA
CNPJ/CPF: ***.161.836-**
Cidade: Itaúna - MG;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
221643 - Mostra Darwin - Porto Alegre
M'Baraka Projetos e PRoducoes Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.959.913/0001-89
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 02/05/2024 à 01/06/2024

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300015
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

221666 - Volta ao Mundo
Associação Museu da Imaginação
CNPJ/CPF: 24.147.416/0001-03
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/08/2024
230988 - Querubins: Todas as Cores
ASSOCIAÇÃO QUERUBINS
CNPJ/CPF: 03.396.776/0001-60
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/08/2024
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
231303 - RESTAURO INICIAL DO MUSEU DE ARTE LEOPOLDO GOTUZZO
Josiele Pereira Castro
CNPJ/CPF: 18.040.107/0001-29
Cidade: Pelotas - RS;
Prazo de Captação: 02/05/2024 à 31/12/2024
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
212065 - A história de Erechim contada através da música
GLEISON JULIANO WOJCIEKOWSKI 98476998015
CNPJ/CPF: 17.629.697/0001-67
Cidade: Erechim - RS;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/07/2024
212134 - Mascarados
CGC-CSA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ/CPF: 07.981.568/0001-80
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 02/05/2024 à 31/12/2024
220520 - A HISTORIA DO PORTO DE SANTOS
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DE SANTOS
CNPJ/CPF: 58.250.358/0001-52
Cidade: Santos - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/10/2024
220617 - Arte, Energia, Relação
ACT ARTE LTDA
CNPJ/CPF: 30.685.145/0001-34
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/07/2024
221665 - O quinto elemento - A oralidade na cultura de rua do Vale do Aço
CLARA CAROLINA OLIVEIRA DA COSTA
CNPJ/CPF: 41.015.005/0001-75
Cidade: Ipatinga - MG;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 18/05/2024
223044 - LIVROS PATRIMÔNIOS CULTURAIS DA HUMANIDADE 01
VEM COM A GENTE REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA
CNPJ/CPF: 15.315.372/0001-84
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
223124 - LIVROS PATRIMÔNIOS CULTURAIS DA HUMANIDADE 02
VEM COM A GENTE REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA
CNPJ/CPF: 15.315.372/0001-84
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
223698 - SITAH - ANCESTRAIS
INSTITUTO OLGA KOS BRASILIA
CNPJ/CPF: 38.653.502/0001-94
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/11/2024
230017 - Voz e violão em diferentes culturas: um guia prático para soprano e violão clássico
GEISA CASSIA ROMANI DE ABREU 51813130000
CNPJ/CPF: 33.684.586/0001-00
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
230472 - Novos Olhares para Monalisa (título provisório)
Andréa Dall'Olio Hiluy
CNPJ/CPF: ***.475.543-**
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
2316362 - FLIPO - FEIRA LITERÁRIA DO POETA
B.T.PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.976.282/0001-20
Cidade: Castro Alves - BA;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
235316 - Incentive Cultura
Incentive Projetos e Eventos Ltda ME
CNPJ/CPF: 12.226.554/0001-90
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 02/05/2024 à 31/12/2024
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
221494 - MEMÓRIA DO TRANSPORTE BRASILEIRO - AMPLIAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE ACERVO E SÍTIO DE INTERNET
FUNDAÇÃO MUSEU DO TRANSPORTE
CNPJ/CPF: 01.213.377/0001-91
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
220087 - MPB em Movimento 2022
CADERNO 2 PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 40.560.773/0001-47
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/06/2024
2310068 - Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros
CASA DE CULTURA CAVALEIRO DE JORGE
CNPJ/CPF: 10.680.513/0001-44
Cidade: Alto Paraíso de Goiás - GO;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 30/09/2024

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 50-E, DE 2 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, nos termos de seus regulamentos de seleção e normativas de regência.

24-0408 AUGUSTA E KÁTIA
Processo: 01416.002794/2024-11
Proponente: CLARIÔ FILMES
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 22.889.475/0001-13
Valor total aprovado: R$ 5.261.334,46
Valor solicitado ao FSA: R$ 935.182,50

Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 907, realizada em 15/04/2024

24-0470 LÉLIA GONZALEZ: A VOZ DA AMEFRICANIDADE
Processo: 01416.000140/2024-44
Proponente: VIRALATA PRODUÇÕES LTDA ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 11.721.296/0001-56
Valor total aprovado: R$ 750.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 750.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 318-E, de 29/04/2024
24-0472 CHEF JACK 2 - A ILHA DO CAPITÃO COOK
Processo: 01416.013979/2023-61
Proponente: CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 23.391.665/0001-79
Valor total aprovado: R$ 704.050,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 352.025,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 320-E, de 29/04/2024
24-0474 O MONSTRO DO TRIÂNGULO
Processo: 01416.011052/2023-97
Proponente: COEVOS FILMES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 27.527.464/0001-07
Valor total aprovado: R$ 1.500.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.500.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 322-E, de 29/04/2024
24-0476 NO PRINCÍPIO ERA A DANÇA
Processo: 01416.003546/2024-89
Proponente: FUTURO COLETIVO PRODUÇÕES
Cidade/UF: Joinville / SC
CNPJ: 24.418.197/0001-41
Valor total aprovado: R$ 5.400.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 4.500.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 324-E, de 29/04/2024
24-0477 ANGELA R.
Processo: 01416.009571/2023-95
Proponente: TOCA DE REIS PROJETOS EM COMUNICAÇÃO E CULTURA LTDA
Cidade/UF: Lauro de Freitas / BA
CNPJ: 05.913.319/0001-21
Valor total aprovado: R$ 900.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 900.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 325-E, de 29/04/2024
Art. 2º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Iphan nº 159, de 3 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União, Edição nº 66, de 5 de abril de 2024, Seção 1, página 35:

Onde se lê:

"[...] contando com 32 (trinta e dois) membros titulares, e possui, em acordo com as instâncias governamentais envolvidas, a seguinte composição:".

Leia-se:

"[...] contando com 35 (trinta e cinco) membros titulares, e possui, em acordo com as instâncias governamentais envolvidas, a seguinte composição:".

DEPARTAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTERSETORIAIS

PORTARIA Nº 27, DE 2 DE MAIO DE 2024

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTERSETORIAIS DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria de Pessoal MINC n.º 1.010, de 16/08/2023, e de acordo com o disposto no Decreto n.º 11.178, de 18/08/2022, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JEANNE CRISTINA MENEZES CRESPO

ANEXO I

01-Processo nº 01425.000579/2023-87
Empreendedor: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso (SINFRA-MT)
Projeto: Programa de Pesquisa Arqueológica das Obras Emergenciais de Retaludamento no Portão do Inferno, MT - 251, Chapada dos Guimarães, Mato Grosso
Arqueólogo Coordenador Geral e de Campo: Marcos Vinícius Oliveira dos Santos
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro - IHB
Área de Abrangência: Município de Chapada dos Guimarães, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 6 meses

ANEXO II

01- Processo nº 01514.000607/2024-48
Projeto: Monitoramento Arqueológico das Obras de Conservação e de Restauração da Matriz Nossa Senhora da Conceição, Distrito de Camargos, Mariana, MG
Arqueóloga Coordenadora: Alenice Maria Motta Baeta
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - PUC Minas
Área de Abrangência: Município de Mariana, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO III

01-Processo nº 01514.001886/2023-86
Projeto: Acompanhamento Arqueológico nas Obras de Restauração da Capela nossa Senhora das Mercês, distrito de Bento Rodrigues - Mariana/MG.
Arqueólogos Coordenadores: Ângelo Pessoa Lima, Francisco Abrahão Gonzaga e Anaeli Queren Xavier Almeida
Apoio Institucional: Museu de Ciências naturais da Pontifícia universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
Área de Abrangência: Município de Mariana, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 16 (dezesseis) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Castello Cario Brasil Participações Ltda
Empreendimento: Vila da Vila
Processo: 01502.000202/2023-68
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Vila da Vila
Arqueóloga Coordenadora: Carem Daiane Brito Santana
Arqueólogo de Campo: Rômulo Timóteo Macêdo Barbosa
Apoio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Santa Cruz Cabrália, estado da Bahia
Prazo de Validade: 09 (nove) meses
02-Enquadramento IN: Nível III.
Empreendedor: MRV Engenharia e Participações S.A.
Empreendimento: Área de Implantação do Empreendimento "Bambuzal", porção "Ilha de Havana", localizado no município de São Luís, Maranhão.
Processo: nº 01494.000180/2019-04
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico "Bambuzal", localizado no Município de São Luís, Maranhão.
Arqueólogo Coordenador Geral: Welington Lage.
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Fernanda Lopes Viana.
Área de Abrangência: município de São Luís/Maranhão.
Prazo de Validade: 12 meses (doze) meses.

ANEXO V

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Newton Garcia Quites
Empreendimento: Prédio Residencial Unifamiliar - Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 551
Processo nº 01512.000207/2023-71
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação de Prédio Residencial Unifamiliar - Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 551
Arqueóloga Coordenadora: Kelli Bisonhim
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Kelli Bisonhim
Apoio Institucional: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Área de Abrangência: Município de Torres, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 3 (três) meses
02-Enquadramento IN nº 001/2015: Nível III
Empreendedor: CGH Mamborê Energética SPE Ltda
Empreendimento: CGH Mamborê
Processo nº 01508.000252/2021-23
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Mamborê
Arqueólogo coordenador Geral: Ezequiel Sena do Nascimento
Arqueólogo coordenador de Campo: Guilherme Rau dos Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Campina da Lagoa e Mamborê, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: A.H.O Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Loteamento Horizonte
Processo nº 01508.001136/2022-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Horizonte
Arqueóloga coordenadora e de campo: Amanda Lopes da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM)
Área de Abrangência: Município de Cascavel, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construtora Tanabi Ltda
Empreendimento: Residencial Morada das Flores
Processo nº 01508.000174/2024-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Residencial Morada das Flores - município de Corbélia, estado do Paraná.
Coordenação Geral: Crisvanete de Castro Aquino.
Arqueólogo de Campo: Murilo Galho Ribeiro.
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - LAEE/UEM
Área de Abrangência: Município de Corbélia, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
05-Enquadramento IN ANAELI: Nível III
Empreendedor: Loteadora Aeropark Ltda
Empreendimento: Loteamento Aeropark Porto Rico
Processo nº 01508.000203/2024-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Aeropark Porto Rico
Arqueólogo coordenador geral: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de campo: Ana Claudia Fragoso
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá - LAEE/UEM
Área de Abrangência: Município de São Pedro do Paraná, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Gincozeta Incorporações Ltda
Empreendimento: Condomínio Residencial - Ginco Zeta
Processo n° 01425.000544/2023-48
Projeto: Avaliação do Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada Condomínio Residencial - Ginco Zeta, Várzea Grande - MT
Arqueóloga Coordenadora Geral e de Campo: Elaine de Alencastro
Apoio Institucional: Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais - ECOSS,
Área de Abrangência: Município de Várzea Grande, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 03 (três) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: VCA Maggi Incorporadora Ltda
Empreendimento: Prédio Residencial Multifamiliar - esquina das Ruas Sirilo Sartori e Marechal Deodoro
Processo nº 01512.000315/2023-44
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Prédio Residencial Multifamiliar - esquina das Ruas Sirilo Sartori e Marechal Deodoro
Arqueóloga Coordenadora Geral: Juliana Soares
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Juliana Soares
Apoio Institucional: Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA) da Universidade de Passo Fundo
Área de Abrangência: Município de Torres, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 3 (três) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SENAI CIMATEC MAR
Empreendimento: Playground Marinho SENAI CIMATEC MAR
Processo nº 01502.001433/2023-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Playground Marinho SENAI CIMATEC MAR
Arqueólogo Coordenador: Daivisson Batista Santos
Arqueólogos de Campo: Clara Reis de Arimateia
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - Universidade Federal de Sergipe
Área de Abrangência: Município de Salvador, estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Clediane Sonia Leites Griss
Empreendimento: CGH Bracinho Energética SPE Ltda
Processo nº 01425.000322/2022-44
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Cgh Bracinho, Rio Cabaçal, Araputanga e Reserva do Cabaçal - MT
Arqueóloga Coordenadora Geral: Fabíula Martins Ferrer
Arqueólogo Coordenador de Campo: Ezequiel Sena do Nascimento
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro (IHB)
Prazo de Validade: 03 (três) meses
10-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: CONSÓRCIO GDE CE
Empreendimento: Sistema de Minigeração Fotovoltaica São Luis 2, município de São Gonçalo do Amarante- CE.
Processo nº 01496.000599/2023-14
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para o Sistema de Minigeração Fotovoltaica São Luis 2, município de São Gonçalo do Amarante- CE.
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueólogos Coordenadores de Campo: Edinara da Silva Braga
Área de Abrangência: Município de São Gonçalo do Amarante - Ceará
Prazo de validade: 7 meses
11-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: UFV GDPAR CE6 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda
Empreendimento: Sistema de Minigeração Fotovoltaica Umarituba 1, município de São Gonçalo do Amarante- CE.
Processo nº 01496.000600/2023-19
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para o Sistema de Minigeração Fotovoltaica Umarituba 1, município de São Gonçalo do Amarante- CE
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueólogos Coordenadores de Campo: Ingrid Lopes de Oliveira
Área de Abrangência: Município de São Gonçalo do Amarante - estado do Ceará
Prazo de Validade: 7 meses
12-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Consórcio GD CE
Empreendimento: Sistema de Minigeração Fotovoltaica Umarituba 2, município de São Gonçalo do Amarante- CE
Processo nº 01496.000601/2023-55
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para o Sistema de Minigeração Fotovoltaica Umarituba 2, município de São Gonçalo do Amarante- CE
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueólogos Coordenadores de Campo: Vanessa da Silva Belarmino
Área de Abrangência: Município de São Gonçalo do Amarante - estado do Ceará
Prazo de Validade: 7 meses
13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Designer Incorporadora Ltda.
Empreendimento: Prédio Residencial Multifamiliar - Avenida Beira Mar, nº 81
Processo nº 01512.000362/2023-98
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Na Área de Implantação de Prédio Residencial Multifamiliar - Avenida Beira Mar, nº 81
Arqueólogo Coordenador: André Garcia Loureiro
Arqueólogo Coordenador de Campo: André Garcia Loureiro
Apoio Institucional: Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA) da Universidade de Passo Fundo
Área de Abrangência: Município de Torres, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 4 (quatro) meses
14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: João Fernando da Cunha
Empreendimento: Loteamento Portal das Araucárias
Processo nº 01508.000148/2024-81
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Portal das Araucárias
Arqueóloga Coordenadora: Crisvanete de Castro Aquino
Arqueólogo Coordenador de Campo: Murilo Galho Ribeiro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Ribeirão do Pinhal, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Município de Ivaiporã
Empreendimento: Parque Urbano Florestal Guanabara II
Processo nº 01508.000135/2024-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Parque Urbano Florestal Guanabara II, município de Ivaiporã, estado do Paraná
Arqueólogo Coordenador Geral e de campo: Gabriel Farias Carneiro

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - LAEE/UEM
Área de Abrangência: Município de Ivaiporã, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
16-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA
Empreendimento: Sistema Adutor da Borborema - Transparaíba/Ramal do Cariri
Processo nº 01408.000146/2020-97
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Empreendimento Sistema Adutor da Borborema - Transparaíba/Ramal do Cariri
Arqueóloga Coordenadora Geral e de Campo: Gleyce da Conceição Lopes dos Santos
Área de Abrangência: Municípios de Monteiro, Sumé, Prata, Ouro Velho, Amparo, São João do Cariri, Serra Branca, Parari, Santo André, Gurjão, São José dos Cordeiros, Livramento, Desterro, Teixeira, Cacimbas, Taperoá, Assunção e Junco do Seridó, estado da Paraíba
Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses
17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: ENEVA S.A.
Empreendimento: Área de captação de água da UTE Azulão II.
Processo nº 01490.000014/2024-05
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Área de captação de água da UTE Azulão II.
Arqueóloga coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de campo: Hugo Lopes Tavares
Apoio institucional: Museu da Amazônia - Musa
Área de abrangência: Município de Silves, estado do Amazonas
Prazo de validade: 04 (quatro) meses
18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
Empreendimento: Setor Habitacional Sucupira
Processo nº 01551.000248/2022-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Arine Sucupira
Arqueóloga Coordenadora Geral e de Campo: Carolina de Abreu Marques Henriques
Apoio Institucional: Museu de Geociências do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília.
Área de Abrangência: Região Administrativa do Riacho Fundo I, Distrito Federal
Prazo de Validade: 03 (três) meses
19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Equinor Energy do Brasil Ltda
Empreendimento: Atividade de Produção de óleo e Gás no Bloco BM-C-33, Bacia de Campos
Processo nº 01450.005243/2022-12
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Trecho Marítimo para Implantação da Atividade de Produção de Óleo e Gás no Bloco BM-C-33, Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro.
Arqueólogo Coordenador: Lúcia J. Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Geovan Martins Guimarães, Suzana Eliza Roll Munsberg
Apoio Institucional: Fundação Cultura Barra Mansa
Área de Abrangência: Município de Macaé, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 03 (três) meses
20-Enquadramento IN: Nivel I
Empreendedor: VALE S.A
Empreendimento: Duplicação da Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Tocantins" - Marabá e São Felix/PA
Processo nº 01450.004093/2019-24
Projeto: Salvamento arqueológico do Sítio Arqueológico Nova Marabá identificado durante a execução do Estudo Ambiental do Programa Básico Ambiental EA/PBA no âmbito do Projeto de Duplicação da Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Tocantins
Arqueólogo Coordenador: Alexandre Pinto Coelho de Almeida
Arqueólogos Coordenadores de Campo: Patrícia Fernanda Carvalho de Sousa e Renato Saad Panunzio
Endosso institucional: Fundação Casa da Cultura de Marabá - Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Município Marabá e São Felix, estado do Pará
Prazo de validade: 10 (dez) meses
21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: A G & S C Indústria e Comércio de Silos e Secadores Importação e Exportação EIRELI
Empreendimento: A G & S C Indústria e Comércio de Silos e Secadores Importação e Exportação EIRELI
Processo nº 01508.001158/2023-53
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área da A G & S C Indústria e Comércio de Silos e Secadores Importação e Exportação EIRELI
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Cassiano Bervig
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Francisco Beltrão, estado do Paraná
Prazo de Validade: 10 (dez) meses
22-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Transmissora Acre SPE S/A
Empreendimento: Linha de Transmissão LT 230kV Feijó - Cruzeiro do Sul
Processo nº 01450.001114/2022-55
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área de implantação da Linha de Transmissão LT 230kV Feijó - Cruzeiro do Sul
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes Lins
Arqueólogo de Campo: Fernando Figali Moreira Júnior
Apoio institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura Municipal de Monte Mor
Área de abrangência: Municípios de Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, Estado do Acre
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: ELAWAN DESENVOLVIMENTOS BRASIL S.A
Empreendimento: Parque Eólico Limoeiro IV.
Processo nº 01421.000217/2021-64
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Parque Eólico Limoeiro IV.
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva
Arqueólogo de Campo: Jagoanhara Seixas Vicente
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Departamento de História (Larq/CCHLA) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município de Pedra Preta, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Elawan Desenvolvimentos Brasil S.A.
Empreendimento: Parque Eólico Limoeiro I.
Processo nº 01421.000213/2021-86
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Parque Eólico Limoeiro I.
Arqueóloga Coordenadora: Marluce Lopes da Silva
Arqueólogo de Campo: Jagoanhara Seixas Vicente
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Departamento de História (Larq/CCHLA) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município Pedra Preta, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
25-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Associação Administradora da Faixa 3,5 GHZ - EAF
Empreendimento: Infovia 02
Processo nº 01490.000021/2024-07
Projeto: Proposta de Acompanhamento Arqueológico da Infovia 02
Arqueólogo Coordenador: Fábio Origuela de Lira
Arqueólogos de Campo: Janaína Souza Silva
Área de Abrangência: Municípios de Alvarães, Amaturá, Belém dos Solimões, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Tefé, Tonantins e Uarini, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
26-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Associação Administradora da Faixa 3,5 GHZ - EAF
Empreendimento: Infovia 04
Processo nº 01490.000020/2024-54
Projeto: Acompanhamento Arqueológico da Infovia 04
Arqueólogo Coordenador: Fábio Origuela de Lira
Arqueólogos Coordenadora de Campo: Juliana Konflanz de Moura
Área de Abrangência: Municípios de Barcelos, estado do Amazonas e Municípios de Rorainópolis, Caracaraí e Boa Vista, estado de Roraima
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 24, de 22 de abril de 2024, Seção I, Anexo IV, Página 21, autorização nº 07, publicada em 23 de abril de 2024, referente ao processo nº 01498.000530/2021-17,
Onde se lê "Empreendedor: Solar do Nordeste Energia Renovável Ltda", leia-se "Empreendedor: Atiaia Renováveis" e
Onde se lê "Empreendimento: UFV SOL DO AGRESTE I, II e III",
Leia-se "Empreendimento: UFV SOL DO AGRESTE II, III e VI".

Na Portaria nº 24, de 22 de abril de 2024, Seção I, Anexo IV, Página 21, autorização nº 02, publicada em 23 de abril de 2024, referente ao processo nº 01498.000531/2021-53,
Onde se lê "Enquadramento IN: II",
Leia-se "02-Enquadramento IN: III"; e
Onde se lê "Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Sol do Agreste - UFV SOL DO AGRESTE IV, V e VI",
Leia-se "Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Sol do Agreste - UFV SOL DO AGRESTE I, IV e V".

Na Portaria nº 70, de 27 de novembro de 2024, Seção 1, Anexo IV, Página 23, Autorização nº 17, processo 01516.000224/2022-98, publicada em 28/11/2024,
Onde se lê "Arqueóloga coordenadora Geral: Fabiana Chagas Moreira",
Leia-se "Arqueóloga coordenadora de Geral: Crisvanete de Castro Aquino".

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO INTERNA

DIVISÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

RESOLUÇÃO FCP N° 18, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023 (*)

Aprova a Metodologia de Gestão de Riscos da Fundação Cultural Palmares.

O PRESIDENTE DO COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, XIII, da Portaria nº 64, de 24 de março de 2020, Resolução CIGFCP º 07, de 12 de agosto de 2021 e o deliberado na 3ª Reunião Ordinária do dia 20 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Aprovar a Metodologia de Gestão de Riscos da Fundação Cultural Palmares da Fundação Cultural Palmares, na forma do Anexo desta Resolução.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 02 de janeiro de 2024.
João Jorge Santos Rodrigues

(*) Republicada por ter saído no DOU, Seção 1, Edição nº 244, de 26-12-2023, pág. 25 com incorreção do original.

ANEXO

METODOLOGIA DE GESTÃO DE RISCOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
1. INTRODUÇÃO
Este documento apresenta a metodologia de gestão de riscos da Fundação Cultural Palmares - FCP, em conformidade com a Portaria nº 64, de 24 de março de 2020, que cria o Comitê Interno de Governança da entidade, pautada com as diretrizes dispostas na Resolução CIG/FCP nº 07, de 12 de agosto de 2021, que aprova a Política de Gestão de Riscos, e em observância com as demais normas que regem a matéria.
A metodologia abrange a definição de conceitos, diretrizes, atribuição de papéis e responsabilidades dos gestores, o detalhamento do processo de gerenciamento de riscos, a definição da Matriz de Riscos e o apetite a risco da FCP. Também, tem por parâmetro a ABNT NBR ISO 31000:2018, por se tratar de um normativo padrão internacional que fornece princípios e diretrizes genéricas, contudo, possibilita que seja adaptado à especificidade de cada organização.
A metodologia implementada pela FCP permitirá gerar um fluxo ordenado de ações de modo a avaliar, identificar, analisar, tratar, monitorar e comunicar os riscos da entidade. Quando efetivada e mantida de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta norma será mais um mecanismo de controle de prevenção e proteção para o alcance dos objetivos da entidade.
O processo de gerenciamento de riscos de maneira estrita, consiste nas seguintes etapas (ISO 31000:2018):
a) estabelecimento do contexto;
b) identificação de riscos;
c) análise de riscos em impacto e probabilidade;
d) avaliação de riscos em categorias (pequeno, moderado, alto e crítico);
e) tratamento de riscos;
f) comunicação e consulta;
g) monitoramento e análise crítica; e
h) registro e relato.
Em que pese se tenham essas fases, na prática o processo é iterativo e incremental, isto é, realizado em fases de revisão onde agrega-se e refina-se as informações de forma contínua a cada ciclo.

Em que pese se tenham essas fases, na prática o processo é iterativo e incremental, isto é, realizado em fases de revisão onde agrega-se e refina-se as informações de forma contínua a cada ciclo.

Para o gerenciamento dos riscos é necessário o mapeamento dos processos como etapa prévia, uma vez que é nessa etapa que são estudadas as entradas, as saídas, os fornecedores e os clientes do processo (Análise SIPOC), bem como o fluxograma do processo.

A metodologia foi elaborada pela equipe da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e posteriormente foi aprovada no âmbito do Comitê Interno de Governança da Fundação Cultural Palmares, deliberado na 3ª Reunião Extraordinária, do dia 20 de dezembro de 2023.

O gerenciamento de riscos será executado pelas unidades administrativas da FCP, de forma integrada aos processos oriundos das competências regimentais e do planejamento estratégico, levando em consideração a cultura organizacional da entidade, abrangendo os níveis estratégico, tático e operacional.

2. FUNDAMENTO LEGAL

a) Lei n º 7.668, de 22 de agosto de 1988, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências.

b) Decreto nº 11.203, de 21 de setembro de 2022, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Cultural Palmares e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

c) Instrução Normativa Conjunta MPOG e CGU nº 1, de 10 de maio de 2016 - Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal;

d) Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

e) Portaria FCP nº 64, 24 de março de 2020 - Institui o Comitê Interno de Governança da FCP, alterada pela Portarias nº 104, de 29 de maio de 2020 e nº 71, de 09 de março de 2021; e

f) Resolução CIGFCP º 07, de 12 de agosto de 2021, aprova a Política de Gestão de Riscos da Fundação Cultural Palmares.

3. CONCEITOS

Para fins deste documento, consideram-se os seguintes conceitos:

Accountability: conjunto de procedimentos adotados pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram, os quais evidenciam sua responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações;

Apetite ao Risco: nível de risco que a instituição está disposta a aceitar;

Agente Responsável pela Gestão de Riscos: servidor, funcionário, empregado ou colaborador em exercício na FCP que atue na Gestão de Risco dos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

Coordenação-Geral de Gestão Estratégica - CGE: unidade que tem a finalidade de orientar, sistematizar e padronizar a identificação, a avaliação e a adoção de controles (respostas aos eventos de riscos) dos processos das unidades administrativas da FCP. Também tem a responsabilidade de acompanhar a evolução e melhorias do Programa de Integridade da Fundação;

Controles Internos da Gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável e suficiente para o alcance dos objetivos estratégicos. Também visa:

a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações;

b) cumprimento das obrigações de accountability;

c) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; e

d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos.

Evento: um ou mais incidentes ou ocorrências, provenientes dos ambientes interno ou externo, ou mudança em um conjunto específico de circunstâncias, podendo também consistir em algo não acontecer;

Gestão de Riscos: processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a entidade, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos;

Gestor de Risco e Controle: agente responsável pelo gerenciamento do risco no âmbito de suas unidades organizacionais, quer seja o coordenador geral, diretor ou cargo equivalente, quer seja o agente operacional a frente da execução do processo;

Governança Pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

Matriz de Risco: ferramenta para classificar e apresentar riscos definindo faixas para impacto e probabilidade;

Medida de Controle: medida aplicada, no âmbito da FCP, para mitigar ou eliminar os riscos e aumentar a probabilidade de que os objetivos e as metas organizacionais sejam alcançados;

Nível do Risco: medida da importância ou significância do risco, considerando a probabilidade de ocorrência do evento e o seu impacto;

Objeto de Gestão de Riscos: qualquer processo de trabalho, atividade, projeto ou ação de plano institucional, assim como os recursos que dão suporte para a efetivação dessas iniciativas e para o alcance dos objetivos estratégicos da FCP;

Planejamento Estratégico: O planejamento estratégico consiste em um processo de reflexão, análise e tomada de decisão acerca dos grandes objetivos de uma organização e dos meios que serão utilizados para alcançá-los. Por meio dele, a instituição desenvolve autoconhecimento e promove uma orientação estratégica comum para todos os seus colaboradores, com a definição da sua Missão (razão de existir), sua Visão (projeção bem-sucedida da organização no futuro) e seus Valores (princípios mais relevantes que devem permear sua atuação).

Política de Gestão de Riscos: declaração das intenções e diretrizes gerais de uma organização relacionadas à Gestão de Riscos;

Processo: conjunto de ações e atividades interrelacionadas, que são executadas para alcançar produto, resultado ou serviço predefinido;

Risco: possibilidade de que um evento afete o alcance de objetivos estratégicos;

Riscos Institucionais: riscos priorizados e elencados para serem monitorados pela alta administração;

Risco Inerente: risco a que a entidade está exposta sem considerar quaisquer ações de controle que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto;

Risco Residual: risco a que a entidade está exposta após a implementação de controles para o tratamento do risco; e

Tolerância ao Risco: disposição da organização ou parte interessada em suportar o risco após o tratamento do risco a fim de atingir seus objetivos. Pode ser influenciada por requisitos legais ou regulatórios.

Tratamento dos Riscos: permitir a construção do Plano de Implantação das Ações de Controle dos Riscos (ou Plano de Ação). Trata-se de um documento que organiza as atividades a serem realizadas para a adequada implantação dos controles previstos na Matriz de Riscos. Busca-se estabelecer o tratamento dos riscos, por meio de ações de caráter imediato, curto, médio ou longo prazo, ou de aperfeiçoamento contínuo.

4. PRINCÍPIOS

Em conformidade com a Política de Gestão de Riscos da FCP e de acordo com a norma ABNT NBR ISO 31.000: 2018, constituem princípios da gestão de riscos:

I - proteção do ambiente organizacional;

II - melhoria contínua dos processos da organização;

III - visão sistêmica, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;

IV - qualidade e tempestividade das informações;

V - transparência;

VI - uniformidade de procedimentos;

VII - dinamismo e interatividade;

VIII -alinhamento à gestão estratégica;

IX - estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização;

X -estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados; e

XI - utilização do mapeamento de riscos para o apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico.

5. OBJETIVOS

A Metodologia é uma ferramenta capaz de auxiliar os gestores públicos no processo de tomada de decisão, a fim de assegurar a devida aplicação dos recursos públicos e, consequentemente, a efetividade das políticas públicas. Seus objetivos são:

a) aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos institucionais, reduzindo riscos a níveis aceitáveis;

b) apoiar a tomada de decisão dos gestores com informações tempestivas e suficientes a respeito dos riscos a que a organização está exposta;

c) promover uma gestão proativa;

d) melhorar a eficácia e a eficiência operacional;

e) melhorar a governança; e

f) agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

6. RESPONSABILIDADE

Para melhor compreensão das responsabilidades em gestão de riscos da FCP, propõe-se o Modelo de Três Linhas de Defesa do IIA - The Institute of Internal Auditors (2020) (Figura 1), o qual apresenta de forma simples e eficaz papéis e responsabilidades essenciais e suas competências. No entanto, competências específicas estão discriminadas na Resolução nº 7, de 2021, que aprova a Política de Gestão de Riscos da Fundação Cultural Palmares.

Figura 1 - Modelo das três linhas do IIA, 2020 aplicado à Fundação Cultural Palmares/Min. da Cultura

Nessa estrutura em que todos têm alguma responsabilidade, atuam como elementos centrais: (i)os gestores dos riscos, (ii) os especialistas em controles internos, gestão de riscos e conformidade, (iii) os auditores internos e os órgãos de governança.

O modelo envolve pessoas e setores diversos, formando uma estrutura clara, com transparência na comunicação e na distribuição de funções, conforme detalhamento a seguir:

a) Primeira Linha: são os gestores em seus respectivos âmbitos e escopos de atuação, os responsáveis pelos processos de trabalho, projetos, atividades e ações desenvolvidas nos níveis estratégicos, táticos ou operacionais. Compete aos gestores como Primeira Linha:

I - Escolher os processos, projetos, atividades e ações que terão seus riscos gerenciados e tratados, observada a Política de Gestão de Riscos;

II - Definir os níveis de risco aceitáveis e elaborar os planos de ação para o tratamento dos riscos, considerando a declaração de apetite a riscos do órgão;

III - Realizar o acompanhamento da evolução dos níveis de risco e da efetividade dos planos de ação;

b) Segunda Linha: composta pelos responsáveis pelo controle interno, gestão de riscos e conformidade da organização, que têm como objetivo apoiar os gestores dos riscos para que cumpram com suas responsabilidades de Primeira Linha, fornecendo conhecimento e ferramentas adequadas. Compete aos responsáveis pelo controle interno, gestão de riscos e conformidade da organização, como Segunda Linha:

I - Apoiar a Primeira Linha na implantação, monitoramento e melhoria dos controles internos estabelecidos na gestão de riscos;

II - Monitorar os riscos que impactam o alcance dos objetivos estratégicos;

III - Avaliar a adequação, a suficiência e a eficácia do processo de gestão de riscos, revisando a política e a metodologia de gestão de riscos sempre que necessário;

IV - Assessorar os órgãos de governança nos temas técnicos acerca da gestão de riscos.

c) Terceira Linha: composta pela Auditoria Interna, que tem o papel de fazer uma avaliação objetiva e independente dos controles e da gestão de riscos. Compete à Auditoria Interna, como Terceira Linha:

I - Avaliar as atividades da Primeira e Segunda Linhas no que tange à eficácia dos controles internos e da gestão de riscos, assessorando-os quanto às melhores práticas;

II - Verificar a conformidade das atividades executadas com a Política de Gestão de Riscos;

III - Avaliar o desempenho da gestão de riscos, com o objetivo de promover a melhoria contínua dos processos.

6.1 Método aplicado para definição de responsabilidade

As competências específicas dos atores da gestão de risco estão discriminadas na Resolução nº 7, de 2021, que aprova a Política de Gestão de Riscos da Fundação Cultural Palmares e estão disponíveis na Matriz RACI (Quadro 1).

A Matriz RACI é um método de discernimento dos atores da Gestão de Riscos, ou seja, ela tem a função de avaliar a distinção entre os diferentes papéis por meio do reconhecimento dos seguintes atores:

R: quem executa a atividade;

A: quem aprova a tarefa ou produto. Pode delegar a função, mas mantém a responsabilidade;

C: quem pode agregar valor ou é essencial para a implementação; e

I: quem faz o controle, mas não precisa necessariamente se envolver na decisão.

Quadro 1 - Matriz RACI da Gestão de Riscos na FCP.

Atividades	Atores do processo			
	CIG/FCP	CGE	GRs	Auditoria
Definir a matriz de risco	A	R	C	I
Definir o apetite ao risco	A	R	C	I
Definir diretrizes para priorização e tratamento dos riscos	A	R	C	I
Priorização de projetos/processos de trabalhos/serviços	A	C	R	I
Estabelecer o contexto geral	A	C	R	I
Identificar os riscos	A	C	R	I
Analisar os riscos	A	C	R	I
Avaliar os riscos	A	R	C	I
Tratar os riscos	A	C	R	I
Monitorar e realizar análise	A	R	C	R

7. MAPEAMENTO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS PARA DEFINIÇÃO DO OBJETO DA GESTÃO DE RISCO

7.1. Análise do Escopo do Processo

De forma a possibilitar a integração da Gestão de Riscos à Gestão de Processos, primeiro foi necessário compreender de forma detalhada os processos, uma vez que os processos serão o objeto de gerenciamento dos riscos.

Esse trabalho trará melhorias substanciais para ambas as atividades, gestão de processos e gestão de riscos, como por exemplo, melhor entendimento das etapas e dos fluxos dos processos e assim melhor controle de riscos nos pontos críticos; melhor entendimento do papel dos atores e das suas responsabilidades e ainda, visualização adequada das etapas para melhor dimensionamento do custo operacional e temporal dos processos.

Além desses benefícios, tanto a gestão de processos como a gestão de riscos colaboram para a mesma finalidade, isto é, o alcance dos objetivos estratégicos por meio de planos de ação com focos distintos, melhoria do processo e tratamento de riscos. Dessa forma, optou-se por integrar ambos os processos, buscando uma otimização do tempo, custo operacional e redução no impacto para as áreas executoras.

A estratégia adotada foi entrevistar cada área da entidade para levantamento de todas as atividades realizadas e identificação dos conjuntos de atividades que correspondem aos processos. Dentre os critérios para identificação dos processos estão: (i)a identificação de conjuntos de atividades que tenham interface com outras unidades da entidade ou público-alvo, (ii)normas reguladoras próprias e (iii) procedimentos específicos.

Nessa etapa é necessário que se avalie e confirme os processos para realizarmos um mapeamento dos processos da entidade, que consiste em descrever o fluxo de trabalho, objetivos, etapas, procedimentos, atividades, recursos humanos, equipamentos, sistemas de informação e materiais requeridos, entradas e saídas. Esses dados serão descritos na Planilha Diagrama de Escopo e Interface do Processo - DEIP (Figura 3).

Figura 3 - Diagrama de Escopo e Interface do Processo

Cabe ressaltar que esse passo fornece as saídas dos processos, o que é essencial para definir os eventos de riscos que podem afetar seus objetivos, uma vez que a ocorrência do risco acarreta na impossibilidade de obtenção da saída do processo (Figura 4).

Figura 4 - Representação do Risco sobre o Processo/Projeto/Programa/Objetivo

7.2. Modelagem do Processo

A modelagem do processo é representada por um fluxograma (Figura 5). O fluxograma uma representação gráfica de como o trabalho acontece e tem a função de simplificar ao entendimento sobre as tarefas. Ele é elaborado com o auxílio da ferramenta Bizagi.

Figura 5 - Exemplo de Fluxograma do Processo

Para facilitar a elaboração do fluxograma será solicitado inicialmente o preenchimento da planilha Lista de Tarefas do Processo (Figura 6).

Figura 6 - Lista de Tarefas do Processo para elaboração do fluxograma.

Assim que concluído os passos descritos acima, análise do escopo e fluxograma, será possível visualizar a carteira de processos de toda a entidade, bem como todas as tarefas e interfaces entre as diferentes áreas da entidade. Esses dados auxiliam o levantamento de riscos por permitirem a fácil identificação de pontos críticos e a reflexão mais objetiva sobre os riscos que prejudicam ou impedem a obtenção das saídas dos processos.

8. ETAPAS DA METODOLOGIA DE GESTÃO DE RISCO

O processo de gerenciamento de riscos, segundo a ISO 31000:2018 (Figura 7) contém as seguintes etapas:

Figura 7 - Diagrama do processo de gestão de riscos da norma ABNT NBR ISO 31000:2018 - Diretrizes

a) Escopo, Critério e Contexto - conhecer os objetivos organizacionais e os processos a eles relacionados, assim como definir os contextos internos e externos a serem levados em consideração ao gerenciar os riscos;

b) Identificação do risco - corresponde à aplicação do processo sistemático para compreender o que pode acontecer, como, quando e por quê;

c) Análise do risco - se relaciona com a compreensão de cada risco, suas consequências e probabilidades;

d) Avaliação do risco - envolve tomada de decisão sobre o nível do risco e prioridade de atenção através da aplicação do critério desenvolvido na ocasião em que o contexto foi estabelecido.

e) Tratamento do risco - se refere ao processo pelo qual os controles existentes são aperfeiçoados ou novos controles são desenvolvidos e implementados. Compreende a avaliação e seleção de opções, o que inclui análise de custos e benefícios e avaliação de novos riscos que podem ser gerados a partir de cada opção e, desse modo, priorizando e implementando o tratamento selecionado segundo o processo planejado.

f) Os elementos "Comunicação e Consulta", "Monitoramento e Análise Crítica" e "Registro e Relato" são considerados agentes de ação contínua do processo de gestão de riscos. A comunicação e consulta implica no envolvimento das partes interessadas internas e externas a organização, objetivando considerar seus pontos de vista, conhecendo seus objetivos por meio de envolvimento planejado. O "Monitoramento e a Análise Crítica" preveem a tomada de ação no momento em que surgirem novos riscos que mudem os riscos existentes, como produto de mudança nos objetivos organizacionais ou nos ambientes interno e externo. O "Registro e Relato" são os mecanismos apropriados para relatar e documentar os fatos apropriadamente.

Para registro dos riscos levantados será utilizada a "Planilha documentadora de Riscos", que é um documento em formato "xls" apensado a este manual. Este arquivo contém diversas abas as quais deverão ser preenchidas e impressas em pdf. A citada planilha é de autoria do TCU, na qual estão inseridos critérios para análise do impacto e probabilidade do risco, bem como fórmulas para ponderação dos fatores de impacto e probabilidade.

A execução do processo de gerenciamento de riscos, na FCP, acompanhará, o ciclo do planejamento estratégico. O processo de gerenciamento de riscos deverá ser executado integralmente, após à definição do planejamento estratégico para o período.

Ao alinhar o calendário de ambas as iniciativas estimula-se a sinergia entre os instrumentos, visto que há fases que se retroalimentam nesses processos. Por exemplo, a formulação da estratégia prevê a realização de diagnóstico organizacional e priorização de iniciativas e processos que devem direcionar a fase de escopo, contexto e critério, do gerenciamento de riscos.

A reunião de análise estratégica, de periocidade anual, que revisita iniciativas, processos, planos táticos e indicadores, também fornece subsídios para o monitoramento e controle do processo de gerenciamento de riscos, podendo redundar, inclusive, em novas iterações do processo.

Nesse sentido, será elaborado relatório anual acerca do monitoramento dos riscos mencionados e o Plano de Gestão de Riscos será quadrienal e em consonância ao Plano Estratégico Institucional.

8.1. Escopo, Contexto e Critérios

Segundo a ISO 31000:2018, o propósito do estabelecimento do escopo, contexto e critérios é personalizar a gestão de riscos, permitindo um processo de avaliação de riscos eficaz e um tratamento de riscos apropriado.

8.1.1. Escopo

Definir o escopo significa circunscrever os elementos básicos que nortearão a execução do processo de gerenciamento de riscos, como por exemplo: (i)Objetivos e decisões que precisam ser tomadas; (ii) Resultados esperados das etapas a serem realizadas no processo; (iii)Tempo, localização, inclusões e exclusões específicas; (iv) Ferramentas e técnicas apropriadas para o processo de avaliação de riscos; (v) Recursos requeridos, responsabilidades e registros a serem mantidos; (vi) Relacionamentos com outros projetos, processos e subprocessos.

Será priorizada a aplicação do gerenciamento de riscos no nível estratégico, por isso serão avaliados os processos que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos. Nos próximos ciclos poderão ser levantados os riscos a nível operacional, de programa, de projeto e ou de atividades.

Para tratamento serão priorizados os riscos que ameaçam os objetivos estratégicos. Em ordem de prioridade serão avaliados processos e riscos segundo as seguintes condições:

a) se possui recomendações e/ou determinações de órgãos como, Ministério Público, Tribunais, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Procuradoria Federal junto a FCP e Auditoria Interna;

b) se integra serviço prestado pela FCP;

c) se requer qualificação técnica específica;

d) se é dependente de recursos tecnológicos específicos;

f) se possui reclamações registradas na Ouvidoria; e

g) se possui denúncias registradas e associadas à sua execução.

A análise desses critérios definirá os processos prioritários para tratamento imediato.

8.1.2. Contexto

O contexto consiste no levantamento dos aspectos externos e internos do ambiente no intuito de compreender os fatores que podem interferir no alcance dos objetivos estratégicos da entidade.

O ambiente interno envolve aspectos como governança, estrutura organizacional, funções, alçadas e responsabilidades, políticas, estratégias, capacidades, competência, sistemas de informação, processos decisórios e cultura organizacional.

O ambiente externo envolve aspecto social, político, econômico, legal, regulatório, financeiro, tecnológico, econômico, ambiental, relações com partes interessadas externas e suas percepções e valores.

Para avaliação e registro do Contexto utilizar-se-á a ferramenta Análise SWOT - Strengths (pontos fortes), Weaknesses (pontos fracos), Opportunities (oportunidades para o seu negócio) e Threats (Ameaças). No português é conhecida como análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças - Figura 8). A análise SWOT é feita de modo específico para cada processo e ciclo, uma vez que a mudança de ambiente/contexto pode mudar os riscos, ou seja, em determinados contextos pouco hostis, um risco potencial pode deixar de sê-lo.

Figura 8 - Esquema e definições da Ferramenta Análise SWOT para avaliação do contexto. Fonte: ENAP, 2018.

A avaliação do contexto será registrada na Planilha Documentadora de Riscos (Arquivo em excel apensado a este documento), Aba 2 - Ambiente e Fixação de Objetivos (Figura 9), conforme modelo abaixo:

Figura 9 - Ambiente e Fixação de Objetivos

8.1.3. Critérios

No processo de gerenciamento de riscos os critérios são termos de referência contra os quais a significância de um risco é avaliada para dizer se um risco é tolerável ou aceitável (ABNT, 2009). Os critérios são baseados nos objetivos organizacionais, no contexto externo e interno e ainda podem ser derivados de normas e políticas.

Definir os critérios ajuda a apoiar a tomada de decisão, e significa especificar a quantidade, o tipo de risco e a significância do risco que a organização pode assumir em relação aos objetivos.

8.1.3.1. Matriz de Apetite a Riscos

Define o nível de risco que a organização está preparada para buscar, manter ou assumir. No caso da FCP, riscos com níveis de significância menor que 10 (pequeno, moderado e parte dos altos) serão aceitáveis (Figura 10). Já os riscos com níveis de significância maior ou igual a 10, que são parte dos níveis alto e crítico, serão considerados inaceitáveis e um Plano de Ação deverá ser proposto ao CGIFCP e o tratamento do risco deve ocorrer imediatamente. Abaixo apresenta-se a matriz de risco com impacto e probabilidade e níveis de risco:

Figura 10 - Matriz de risco com impacto e probabilidade e níveis de risco aceitáveis e não aceitáveis (³10, em destaque)

.

8.2. Identificação de Riscos

Esta etapa tem como finalidade desenvolver uma lista abrangente de eventos de risco que pode ter impacto no alcance dos objetivos, categorizando-os e identificando causas e potenciais consequências.

Recomenda-se que todos os riscos sejam incluídos no processo de identificação, mesmo aqueles provenientes de ambientes não controlados pela FCP, ou seja, potenciais ameaças externas, uma vez que, quando um risco não é identificado, ele não pode ser analisado ou tratado.

Identificar o risco implica em reconhecer os eventos que podem impedir o alcance dos objetivos e também identificar os efeitos de ocorrência do risco e as causas (Figura 11), isto é, as condições potenciais que podem originar o risco ou que viabilizem sua concretização.

Figura 11 - Relação Risco x causa x efeito e suas definições.

(Fonte: CAIXA - Guia prático de linhas de defesa. Ciclo anual de gerenciamento de riscos)

Os riscos, bem como causas, efeitos e controles serão inseridos na aba 3 da Planilha Documentadora de Riscos, a qual tem a seguinte aparência (Figura 12):

Figura 12 - Planilha Documentadora de Riscos. Aba 3. Mapa de Riscos

8.2.1. Definição das Técnicas para levantamento do risco com as equipes

Há várias técnicas disponíveis para identificação de riscos e essas podem ser combinadas. Para escolha das técnicas leva-se em consideração o grau de maturidade da organização; as especificidades do setor; a natureza do processo; e o nível de aprofundamento desejado.

Algumas das técnicas mais conhecidas que podem ser sugeridas para a realização do levantamento desses componentes são: Brainstorming, questionários, entrevistas, checklist, análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), análise de dados históricos, análise de premissas, opiniões especializadas, necessidades das partes interessadas e diagramas de causa e efeito. Essas técnicas estão descritas em ABNT. ISO/IEC 31010:2012.

Neste primeiro ciclo de levantamento de riscos serão realizadas entrevistas com gestores (com ou sem equipe), onde será utilizado brainstorming motivados pelas perguntas descritas no diagrama abaixo (Figura 13), na ordem indicada em cada quadro. Durante a entrevista é essencial que todos os participantes possam visualizar todo o diagrama durante o encontro.

Figura 13 - Diagrama utilizado durante as entrevistas para visualização das perguntas e para registro dos riscos, causas, efeitos e controles. (Fonte: Autoria própria)

Etapas do Ciclo de Levantamento:

a) O encontro inicia-se com a seguinte pergunta: Que eventos impedem ou prejudicam o alcance das saídas?

b) Após registros das respostas dos eventos de riscos realiza-se um momento de reflexão e realocação dos eventos que são causas no quadro correspondente, pois neste primeiro momento é comum que parte dos eventos mencionados se mostrem como causas dos demais.

c) Prossegue-se com a solicitação e registro dos efeitos e, então, verifica-se se todos os eventos de risco têm causas relacionadas já registradas, caso não tenham, registra-se as causas faltantes.

d) Passa-se a etapa de registros dos controles atualmente realizados.

e) Por último, registra-se as ações de tratamento que devem ser tomadas caso o risco ocorra e também as ações de controle que ainda não são tomadas.

8.2.2. Categorização dos Riscos

Quanto à categorização dos riscos, os eventos podem se enquadrar em algumas das classificações abaixo:

a) Estratégico: eventos que possam impactar o cumprimento da missão da FCP, das metas ou dos objetivos estratégicos, caso venham a ocorrer. Incluem riscos legais, isto é, eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade.

b) Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da unidade. Normalmente estão associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando a gestão eficaz e eficiente dos processos organizacionais.

c) Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade da FCP de contar com recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.

d) Reputação: eventos que podem comprometer a confiança das partes interessadas em relação à capacidade da FCP em cumprir sua missão institucional, interferindo diretamente na reputação da agência.

e)Integridade: eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos públicos e das atividades da organização, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.

f) Fiscal: eventos que podem afetar negativamente o equilíbrio das contas públicas.

g) Conformidade: eventos que podem afetar o cumprimento de leis, regulamentos e contratos aplicáveis.

8.3. Análise de Riscos

Alcançada a identificação dos riscos bem como suas causas, efeitos e controles, passa-se à etapa de análise dos riscos em impacto e probabilidade.

O resultado final dessa etapa atribuirá a cada risco identificado uma classificação, tanto para a probabilidade como para o impacto do evento, cuja combinação determinará o nível do risco e consiste na conjunção dos pesos do impacto, analisado em 5 categorias, e da probabilidade, também avaliada em 5 categorias (Figura 10), acima apresentado.

A análise de riscos é feita duas vezes: a) na primeira vez examina-se os parâmetros de Impacto e Probabilidade sem considerar os controles existentes (Risco Inerente ou potencial) e b) na segunda vez examina-se os mesmos parâmetros de Impacto e Probabilidade considerando-se os controles já existentes (Risco residual).

O Nível de Risco Inerente: É o nível do risco sem considerar quaisquer controles que podem reduzir a probabilidade da sua ocorrência ou o seu impacto. Nível de Risco Residual - RR é o nível de risco remanescente, após se analisarem os possíveis controles existentes que podem reduzir a probabilidade da sua ocorrência ou o seu impacto (Figura 14).

O nível de RI é obtido por meio do produto aritmético entre a Probabilidade (P) e o Impacto (I).

Figura 14 - Diagrama de riscos

Os registros serão realizados nas Abas 4 e 5 da Planilha Documentadora de Riscos, a qual tem a seguinte aparência (Figura 15):

Figura 15 - Planilha Documentadora de Riscos. Aba 4. Cálculo de Risco Inerente e Aba 5. Cálculo de Risco Residual

8.3.1. Análise dos riscos inerentes em impacto e probabilidade

Para análise do impacto são examinados 6 parâmetros (Figura 16), conforme as 5 categorias já mencionadas (Figura 10):

a) esforço da gestão para gerenciamento do risco identificado (Peso 15%);

b) nível de ação para regularização do processo caso o risco ocorra (Peso 17%);

c) amplitude de disseminação na mídia caso o risco ocorra (Peso 12%);

d) nível de interferência nos objetivos estratégicos (Peso 18%);

e) nível de intervenção hierárquica para lidar com as consequências do risco (Peso 13%); e

g) impacto financeiro-orçamentário do risco caso ocorra quando for possível reconhecer o impacto financeiro-orçamentário.

Figura 16 - Aspectos analisados para compreender o Impacto do Risco na organização conforme Planilha Documentadora de Riscos (TCU):

Na análise da probabilidade do risco serão consideradas as seguintes frequências e pesos (Figura 17): 1) Muito baixa para eventos de risco que podem ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, isto é em menos de 10% das vezes em que o processo associado ocorre; 2) Baixo para eventos que podem ocorrer em algum momento, isto é, de 10 a 30 % das vezes; 3) Média para eventos que devem ocorrer em algum momento, isto é de 30% a 50% das vezes; 4) Alta para evento que provavelmente ocorra na maioria das circunstâncias, isto é entre 50% e 90% das vezes; Muito alta para eventos esperados que ocorram na maioria das circunstâncias, ou seja em mais de 90% das vezes em que o processo associado acontece.

Figura 17 - Frequências e classificação analisados para o Probabilidade do Risco conforme Planilha documentadora de Riscos (TCU).

8.3.2 Análise dos riscos residuais em impacto e probabilidade

Nesta etapa analisa-se os riscos segundo os mesmos parâmetros utilizados para análise de riscos inerentes, mas agora ao refletir sobre Impacto e Probabilidade deve considerar os controles já existente. Esta última análise corresponde ao risco residual.

Ao analisar Impacto e Probabilidade é necessário registrar as etapas nas duas abas correspondentes da Planilha Documentadora de Riscos para que o cálculo do nível de risco seja feito ao multiplicar a nota do impacto pela nota da probabilidade levantada nas duas etapas anteriores, isto é de análise do risco inerente e do risco residual.

8.4. Avaliação de Riscos

8.4.1. Classificação do risco em 4 classes de acordo com a magnitude

A avaliação de riscos visa comparar o nível de risco encontrado durante a etapa de análise com os critérios de risco definidos, utilizando os resultados como subsídio para a tomada de decisões sobre quais riscos necessitam ser tratados ou não, e com que prioridade.

O resultado de Risco Inerente, bem como o resultado do Risco Residual, obtidos pelo produto de cada valor de probabilidade e impacto, pode então, ser classificado em termos de magnitude em 4 classes (Figura 18).

Figura 18 - Classes de avaliação do risco

Risco Pequeno	Risco Moderado	Risco Alto	Risco Crítico
R< 4	4 £ R < 7	R £ R < 15	R ³ 15
Verde	Amarelo	Vermelho	Preto

A matriz de risco (Figura 19) é gerada quando são combinados o impacto e a probabilidade. Esta classificação é obtida quando preenchemos a Planilha Documentadora de Riscos (Arquivo em excel apensado a este documento).

Figura 19 - Matriz de riscos com categorias por nível de magnitude: Pequeno (verde); Moderado (amarelo), Alto (vermelho) e Crítico (preto).

		Probabilidade				
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 3	Alta 4	Muito Alta 5
Impacto	Catastrófico 5	5	10	15	20	25
	Grande 4	4	8	12	16	20
	Moderado 3	3	6	9	12	15
	Pequeno 2	2	4	6	8	10
	Insignificante 1	1	2	3	4	5

8.5. Avaliação dos controles existentes

Os controles são essenciais para redução do impacto e da probabilidade de ocorrência do risco. Por isso, a definição de controles preventivos, corretivos e/ou compensatórios é de grande importância para aumentar as chances de alcance dos objetivos estratégicos e operacionais.

Uma vez identificados conjuntamente com os riscos na primeira etapa, cabe agora indicar o nível de maturidade dos controles, conforme segunda as classes predefinidas na Planilha Documentadora de Riscos.

Os Controles podem ser classificados quanto ao desenho em:
(1) não há sistema de Controle;
(2) há procedimento de controle para algumas atividades, porém informais;
(3) controles não foram planejados formalmente, mas são executados de acordo com a experiência dos servidores;
(4) é desenhado um sistema de controle integrado adequadamente planejado, discutido e documentado. O sistema de controle vigente é eficaz, mas não prevê revisões periódicas;
(5) o sistema de controle é eficaz na gestão de riscos (adequadamente planejado, discutido, testado e documentado com correções ou aperfeiçoamentos planejados de forma tempestiva).
Realiza-se também a classificação dos controles quanto a operação dos controles em:
(1) controle não executado;
(2) controle parcialmente executado e com deficiências;
(3) controle parcialmente executado;
(4) controle implantado e executado de maneira periódica e quase sempre uniforme. Avaliação dos controles é feita com alguma periodicidade;
(5) controle implantado e executado de maneira uniforme pela equipe e na frequência desejada. Periodicamente os controles são testados e aperfeiçoados.
8.6. Tratamento de Riscos
8.6.1. Preenchimento do Plano de Ação para tratamento dos Riscos Inaceitáveis
Esta etapa tem como finalidade selecionar a resposta (tratamento) a ser adotada, para cada risco avaliado, de acordo com o Nível de Risco Residual, com o apetite a riscos, com o contexto da FCP ou custo do controle, conforme o quadro a seguir (Quadro 2).
Quadro 2 - Estratégia de Resposta ao Risco. Fonte: Metodologia de Gestão de Riscos (CGU, 2018, adaptado)

Opções de tratamento	Descrição
Aceitar	Um risco normalmente é aceito quando seu nível está nas faixas de apetite a risco. Nessa situação, nenhum novo controle precisa ser implementado para mitigar o risco.
Reduzir	Essa estratégia normalmente é escolhida quando é classificado como "Alto" ou "Crítico". A implementação de controles deve apresentar um custo/benefício adequado. Reduzir o risco significa implementar controles que possam minimizar as causas ou as consequências dos riscos, identificadas anteriormente
Compartilhar	Um risco normalmente é compartilhado quando é classificado como "Alto" ou "Crítico", mas a implementação de controles não apresenta um custo/benefício adequado. Pode-se compartilhar o risco por meio de terceirização ou apólice de seguro, por exemplo.
Evitar	Um risco normalmente é evitado quando é classificado como "Alto" ou "Crítico", e a implementação de controles apresenta um custo muito elevado, inviabilizando sua mitigação, ou não há entidades dispostas a compartilhar o risco com a FCP. Evitar o risco pode significar encerrar ou deixar de implementar o processo organizacional. Nesse caso, essa opção deve ser aprovada pelo Comitê Interno de Governança - CIG/FCP.

Selecionada a resposta mais adequada ao tratamento de cada risco, a fase seguinte consistirá na elaboração dos planos de ação, e estabelecer os prazos para a implementação das iniciativas deles constantes. Os planos de ação podem implicar a adoção de novos controles ou a modificação de controles já existentes e deverão considerar:
¸ A eficácia das ações já existentes;
¸ As restrições organizacionais, técnicas e estruturais;
¸ Os requisitos legais;
¸ A análise custo/benefício;
¸ As ações a serem realizadas;
¸ As prioridades; e
¸ O cronograma de execução. O Plano de Tratamento de Riscos contemplará todos os planos de ação propostos, de acordo com os riscos identificados.
Os planos de ação conterão, pelo menos os seguintes itens (Figura 20) (e devem ser preenchidos em aba própria da Planilha Documentadora de Riscos (Aba 6. Plano de Ação) conforme ilustrado abaixo:
¸ Objetivos/benefícios esperados;
¸ Unidade organizacional responsável pela implementação dos planos de ação e unidade(s) interveniente(s);
¸ Gestor de Riscos responsável;
¸ Breve descrição sobre a implementação;
¸ Data prevista para início da implementação;
¸ Data prevista para o término, se for o caso; e
¸ Status dos planos de ação.
Figura 20 - Apresentação do Plano de Ação na Planilha Documentadora de Riscos
Cabe ao Gestor de Risco submeter ao Comitê Interno de Governança da FCP - CIG/FCP o Plano de Ação para os riscos considerados inaceitáveis, isto é, os riscos residuais com classificação de magnitude Crítico ou Alta (³10) conforme matriz de risco (Figura 10). Todos os riscos (pequenos, moderados, altos e críticos) devem ter uma resposta preenchida na aba correspondente (Aba 6. Plano de Ação), no entanto apenas os Riscos classificados como inaceitáveis devem ter um Plano de Ação submetido ao CIG/FCP para avaliação e decisão quanto ao tratamento a ser dado.
Se as iniciativas do Plano de Ação envolverem mais de uma unidade, o Gestor de Riscos responsável deve encaminhar a proposta do Plano para os Gestores de Riscos das unidades envolvidas, para que estes validem as iniciativas das quais fizerem parte. É importante ressaltar que o tratamento a ser implementado pode ser uma nova fonte de risco e deve ser tratado em conjunto com sua implementação.
O Gestor de Risco formaliza, o CIG/FCP aprova, e a CGE monitora os planos de ação, confirmando o responsável para cada iniciativa de tratamento e prazos acordados, que é de 6 meses para os riscos considerados inaceitáveis. A CGE, juntamente com os Gestores de Riscos, deve verificar se as medidas adotadas estão sendo eficazes, bem como atualizar o CIG/FCP da execução do Plano para os riscos considerados inaceitáveis.
Cabe ao Gestor de Risco, responsável pelo tratamento, atualizar o progresso das iniciativas do Plano de Ação e comunicar à CGE.
Após a execução da iniciativa de tratamento, é possível que permaneça algum risco residual. Este deve ser confrontado com o apetite a riscos definido, a fim de verificar se está compreendido no nível "Aceitável". Caso negativo, deverá ser adotado um Plano de Ação para tratamento do risco residual.
É necessário avaliar a necessidade de melhorar ou extinguir controles já existentes. Somente após essa avaliação podem ser propostos novos controles, caso ainda haja necessidade de redução do nível de risco.
O próximo quadro mostra a atitude a ser tomada, de acordo com o Nível de Risco residual (Quadro 3) encontrado:
Quadro 3 - Atitude perante o risco para cada Nível de Risco Residual. Fonte: Metodologia de Gestão de Riscos (CGU, 2018, adaptado)

Classificação	Ação necessária	Exceção
Risco pequeno	Nível de risco dentro do apetite a risco, mas é possível que existam oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custo x benefício, como diminuir o nível de controles. Indica que o risco inerente já está dentro da tolerância a risco.	Caso o risco seja priorizado para implementação de medidas de tratamento, essa priorização deve ser justificada pelo Gestor de Riscos e aprovada pelo CIG/FCP.
Risco Moderado	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da unidade na manutenção de respostas e controles para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais. Indica que o risco residual já está dentro da tolerância a risco, mas deve se buscar reduzi-lo.	Caso o risco seja priorizado para implementação de medidas de tratamento, essa priorização deve ser justificada pelo Gestor de Riscos e aprovada pelo CIG/FCP.
Risco Alto	Risco Alto Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado ao Núcleo de Gestão de Riscos e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do CIG/FCP. Indica que o risco residual será reduzido a um nível compatível com a tolerância a riscos.	Caso o risco não seja priorizado para implementação de medidas de tratamento, a não priorização deve ser justificada pelo Gestor de Riscos e aprovada pelo CIG/FCP.
Risco Crítico	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado ao Comitê Interno de Governança e ter uma resposta imediata, construção de Plano de Ação e tratamento em até 6 meses. Postergação de medidas só com autorização do CIG/FCP. Indica que nenhuma opção de resposta foi identificada para reduzir a probabilidade e o impacto a nível aceitável. Para identificação do tipo de resposta, isto é se deve evitar o processo ou prosseguir com o processo adicionando-se mais controles,	Caso o risco não seja priorizado para implementação de medidas de tratamento, a não priorização deve ser justificada pelo Gestor de Riscos e aprovada pelo CIG/FCP.
	deve-se avaliar se o custo do processo que gera o risco é desproporcional ou se a capacidade de lidar com o risco é muito limitada.	

8.7. Comunicação e Consulta
8.7.1. Comunicação dos Riscos Identificados
A comunicação consiste em um processo interativo de troca de informações e opiniões, envolvendo a organização e seus participantes, e as partes interessadas externas. Por sua vez, a consulta constitui-se em um processo de comunicação informativa entre a organização e as partes interessadas, antes de se tomar uma decisão ou definir um posicionamento em relação a uma determinada questão.
Muito do envolvimento das pessoas e unidades na gestão de riscos é influenciado por ações de comunicação e consulta eficazes. Consequentemente, essas devem ser mantidas durante todas as fases do processo de gerenciamento de riscos.
A comunicação e a consulta têm como objetivo principal facilitar a troca de informações, levando em consideração os aspectos de confidencialidade, integridade e confiabilidade e deve ser realizada contando, minimamente, com os seguintes instrumentos:
Plano de comunicação - No início de um novo ciclo de execução do processo de gerenciamento de riscos, é necessária a definição, em um documento estruturado, dos elementos-chave concernentes à comunicação como finalidade, destinatários, responsáveis, tipo e periodicidade das ações de comunicação que serão promovidas.
Registro das ocorrências de riscos - caso um evento de risco venha a ocorrer, devem ser registradas informações relativas ao fato, tais como descrição do evento ocorrido, impactos e prejuízos causados aos objetivos estratégicos e ao alcance das metas que permitam a construção de uma base histórica para avaliação da maturidade da instituição com relação à sua gestão de riscos.
Os relatórios gerenciais de riscos de cada unidade serão submetidos ao CIG/FCP a cada ciclo de monitoramento que é anual e também comporão os planos bianuais de Gestão de Risco como produto da fase de monitoramento e controle e auxílio à tomada de decisão para o Planejamento Estratégico.
Os planos serão aprovados por meio de Resolução, a serem publicados no Boletim de serviço Eletrônico, cuja matéria deve ser encaminhada à Procuradoria Federal junto à Fundação Cultural Palmares para exame e parecer.
8.8. Monitoramento e Análise Crítica
8.8.1. Análise crítica dos riscos monitorados
A etapa de monitoramento e análise crítica constitui-se em um processo contínuo ao longo do ciclo de gestão de riscos, e sua execução tem como objetivos:
a) possibilitar a identificação de mudanças na classificação do risco e ajustar o tratamento, bem como a prioridade e os planos de ação adotados, com base na reavaliação dos contextos interno e externo;
b) assegurar o acompanhamento dos eventos de risco e seus desdobramentos;
c) acompanhar e garantir a eficácia e eficiência dos controles internos adotados;
d) possibilitar a identificação de novos riscos ou riscos residuais que não haviam sido considerados, subsidiando o ciclo de Gestão de Riscos subsequente; e
e) possibilitar a atualização e melhoria contínua do Processo de Gestão de Riscos, e de sua estrutura.

O monitoramento e análise crítica ocorrerá anualmente e definirá as necessidades, podendo inclusive, determinar a realização de novo processo de avaliação de riscos ainda durante a vigência de determinado Plano de Ação, caso verifique mudanças relevantes que ensejem tal medida.

As competências para a execução dessa etapa são as seguintes:

a) Gestores de Risco: são responsáveis por monitorar os riscos levantados nos processos, subprocessos e projetos sob sua responsabilidade e o tratamento atribuído a eles;

b) CGE: Responsável por monitorar a execução dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos identificados pelos Gestores de Risco e suas equipes. Mudanças identificadas durante o monitoramento devem ser encaminhadas à CGE, a quem compete monitorar os resultados de todas as iniciativas de gestão de riscos da FCP. Tais alterações serão objeto de aprovação pelo CIG/FCP;

c) Comitê Interno de Governança: realiza a análise crítica do processo de gestão de riscos e é instância competente para aprovação dos planos de ação e de suas eventuais alterações.

A análise crítica deve ser realizada de maneira periódica, concretizada por intermédio de reuniões, feedbacks e análises que permitam a reavaliação contínua do processo de Gestão de Riscos, em busca de seu constante aperfeiçoamento. Aqui cabe registrar a recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE (2022) que sugere para cada unidade:

a) traduzir um repertório de riscos em questões orientadoras para apoiar os gestores no processo de identificação de riscos;

b) desenvolver e sistematizar um repertório de riscos transversais e sinais de alerta correspondentes;

c) identificar pontos de decisão ao longo do processo para lembrar os gestores de vieses típicos; e

d) oportunidade para explicar o que é risco, o que é integridade e por que a gestão de riscos é necessária.

8.9. Registro e Relato

O processo de Gestão de Riscos e seus resultados devem ser documentados e relatados por meio de mecanismos apropriados, a serem disponibilizados pela Coordenação de Gestão Estratégica. O registro e o relato visam a:

a) comunicar atividades e resultados de gestão de riscos em toda a organização;

b) fornecer informações para a tomada de decisão;

c) melhorar as atividades de gestão de riscos; e

f) Auxiliar a interação com as partes interessadas, incluindo aquelas com responsabilidade e com responsabilização por atividades de gestão de riscos.

Um calendário de reuniões com as diversas instâncias deve ser mantido, associado a uma produção regular de relatórios de monitoramento, a fim de estabelecer um fluxo constante de informações e monitoramento da Gestão de Riscos. Os Gestores de Riscos deverão implementar o acompanhamento da gestão de riscos em suas esferas de competência, de maneira a subsidiar, minimamente a seguinte estrutura:

a) relatório anual, produzido por CGE e Gestores de Riscos e aprovado pelo CIG/FCP acerca do monitoramento dos riscos mencionados no Plano;

b) Plano de Gestão de Riscos, que é um novo plano, elaborado quadrienalmente, contendo avaliação do resultado do ciclo que se encerra e abertura do seguinte com todos os riscos identificados, controles, e planos de ação para tratamento de todos os riscos identificados; e

c) o Plano de Ação para tratamento de riscos deve ser submetido à CGE para análise e ao CIG/FCP para avaliação e aprovação quando houver mudanças na magnitude de um risco e estes passarem a ser considerados inaceitáveis, isto é, com magnitude maior que 10. Caso um risco inaceitável seja detectado em qualquer momento do ano deve se produzir um Plano de Ação para tratamento com prazo de imediato.

O processo de gestão de riscos contará com diferentes mecanismos de documentação e comunicação que incluem, mas não estão limitados a: página da intranet da FCP, registros de pautas e atas de reuniões da CGE e CIG/FCP, informes periódicos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

9. REFERÊNCIAS

ABNT. ISO 31000:2009. Gestão de Riscos: Princípios e diretrizes. [Norma]. Rio de Janeiro, RJ. 2009

ABNT. ISO 31000:2018. Gestão de Riscos: Diretrizes. [Norma]. Rio de Janeiro, RJ. 2009

ABNT. ISO/IEC 31010:2012. Gestão de Riscos: Técnicas para o processo de avaliação de riscos. [Norma]. Rio de Janeiro, RJ. 2012.

ENAP. Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público. Mod. 3 Ciclo de Gerenciamento de Riscos Corporativos. [Cartilha]. 2018.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Guia prático de linhas de defesa. Ciclo anual de gerenciamento de riscos. [Manual]. Brasília, DF 2022.

CGU 2018. Metodologia de Gestão de Riscos. [Manual]. Brasília, DF jun/2018.

IIA 2020. O modelo das três linhas do IIA: uma atualização das 3 linhas de defesa. Disponível em: https://iiabrasil.org.br/noticia/novo-modelo-das-tres-linhas-do-iia-2020 Acesso 10 ago. de 2023.

PURDY, G. ISO 31000 2009: Setting a new standard for risk management. Risk Analysis. Vol. 30, n. 6, p. 881- 886, 2010.

OCDE. Modernizando a avaliação dos riscos para a integridade no Brasil: Rumo a uma abordagem comportamental e orientada por dados. OECD Publishing. Paris, 2022, 36 p. Disponível em: https://doi.org/10.1787/61d7fc60-pt . Acesso em: 14 out. 2022.

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 2.309, DE 1º DE MAIO DE 2024

Aprova a Diretriz Ministerial que regula o emprego temporário e episódico das Forças Armadas em atividades de apoio logístico às ações de Proteção e Defesa Civil nos municípios da Região Sul em situação de calamidade pública, nos termos da Portaria nº 2.852, de 7 de setembro de 2023, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 9º caput, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60240.000133/2024-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a Diretriz Ministerial que regula o emprego temporário e episódico de meios das Forças Armadas em atividades de apoio logístico às ações de Proteção e Defesa Civil nos municípios da Região Sul em situação de calamidade pública, nos termos da Portaria nº 2.852, de 7 de setembro de 2023, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

ANEXO

Diretriz Ministerial Que Regula O Emprego Temporário e Episódico
das Forças Armadas Em Atividades de Apoio Logístico às Ações de Proteção
e Defesa Civil Nos Municípios da Região Sul Em Situação de Calamidade Pública, Nos
Termos da Portaria nº 2.852, de 7 de Setembro de 2023,
do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil

DISPOSIÇÕES GERAIS

Diante da situação de calamidade pública, com danos humanos, materiais e ambientais nos Municípios da Região Sul afetados pelos eventos climáticos de chuvas intensas, relacionados na Portaria nº 2.852, de 7 de setembro de 2023, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil; com fundamento no art. 142 da Constituição Federal, no art. 16, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, no art. 12 da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e no inciso III do art. 15 do Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, autorizo o emprego temporário e episódico de meios das Forças Armadas em ações de apoio à Proteção e Defesa Civil.

DETERMINAÇÕES

1. Ativação do Comando Operacional Conjunto TAQUARI II para atuar nos municípios da Região Sul em situação de calamidade pública.

2. Ao Comandante da Marinha que:

2.1. Permaneça em condições de disponibilizar recursos operacionais e logísticos ao Comando Operacional Conjunto ativado;

2.1. Indique representantes dessa Força para comporem o Estado-Maior do Comando Operacional Conjunto ativado; e;

2.3. Informe ao Comando Operacional Conjunto as necessidades de recursos financeiros para o planejamento e execução das ações determinadas.

3. Ao Comandante do Exército que:

3.1. Proponha ao Ministro da Defesa a indicação de um Oficial General de Exército para desempenhar as funções de Comandante Conjunto;

3.2. Permaneça em condições de disponibilizar recursos operacionais e logísticos ao Comando Operacional Conjunto ativado;

3.3. Indique representantes dessa Força para comporem o Estado-Maior do Comando Operacional Conjunto ativado; e

3.4.Informe ao Comando Operacional Conjunto as necessidades de recursos financeiros para o planejamento e execução das ações determinadas.

4. Ao Comandante da Aeronáutica que:

4.1. Permaneça em condições de disponibilizar recursos operacionais e logísticos ao Comando Operacional Conjunto ativado;

4.2 Indique representantes dessa Força para comporem o Estado-Maior do Comando Operacional Conjunto ativado; e

4.3 Informe ao Comando Operacional Conjunto as necessidades de recursos financeiros para o planejamento e execução das ações determinadas.

5. Ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas que:

5.1. Encaminhe ao Comandante do Comando Operacional Conjunto as Instruções de Emprego das Forças Armadas;

5.2 Mantenha ligação com as autoridades federais envolvidas com as ações de apoio à Defesa e Proteção Civil;

5.3 Mantenha o acompanhamento permanente da operação e informe ao Ministro da Defesa o andamento das ações; e

5.4 Encaminhe à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa as necessidades de recursos financeiros exigidos para a operação.

6. Ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa, que envide esforços no sentido de tentar viabilizar os recursos necessários para atender às necessidades apresentadas pelas Forças Singulares para a operação.

7. Ao Consultor Jurídico deste Ministério, que organize o serviço de acompanhamento jurídico em apoio à operação.

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA Nº 3/DGCEA_SEC, de 02 de janeiro de 2024, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 316/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOÃO, situado no Município de Flores de Goiás, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.900772/2023-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 317/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo IBOTIRAMA, situado no Município de Ibotirama, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900690/2023-56. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 318/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto BH OUTLET, situado no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.901050/2023-83. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 319/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA MOCAMBO, situado no Município de Soure, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67615.900012/2024-64. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 320/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo CHAPADÃO DO CÉU, situado no Município de Chapadão do Céu, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.901128/2023-60. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 321/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ROTORFLY RESERVA TRANCOSO, situado no Município de Porto Seguro, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900042/2024-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 322/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA NEBRASKA, situado no Município de Balsas, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67614.900174/2024-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.mil.br/aga).

Ten Cel Av DEVILAN DUTRA PAULON JÚNIOR

COMANDO DA MARINHA

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS

7º DISTRITO NAVAL

CAPITANIA FLUVIAL DE BRASÍLIA

PORTARIA CFB/COMOPNAV/MB Nº 4, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2024

Aprova as Normas e Procedimentos para a Capitania Fluvial (NPCF)na área de jurisdição da Capitania Fluvial de Brasília e revoga a Portaria nº 3/CFB, de 29 de janeiro de 2024.

O CAPITÃO DOS PORTOS DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 135/ComOpNav, de 27 de novembro de 2018, a Portaria MB/MD nº 37, do Comandante da Marinha, de 21 de fevereiro de 2022, conforme o preconizado no inciso I, do art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas e Procedimentos para a Capitania Fluvial (NPCF) na área de jurisdição da Capitania Fluvial de Brasília, que a esta acompanham.

Art. 2º As alterações, acréscimos, substituições e cancelamentos destas Normas serão efetuados, quando necessário, por meio de Folhas de Distribuição de Modificações (FDM), emitidas e validadas por Atos Normativos específicos desta Capitania, ratificados pelo Comandante do 7º Distrito Naval, após serem submetidos à Diretoria de Portos e Costas.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 3/CFB, de 29 de janeiro de 2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.

CF
WANDERSON MORAIS RAMOS

ANEXO
63991.000146/2024-35

MARINHA DO BRASIL CAPITANIA FLUVIAL DE BRASÍLIA
NORMAS E PROCEDIMENTOS DA CAPITANIA FLUVIAL DE BRASÍLIA 1ª Edição
2023

OSTENSIVO NPCF

ATO DE APROVAÇÃO

Aprovo, para emprego na Área de Jurisdição, as Normas e Procedimentos da Capitania Fluvial de Brasília.

Brasília/DF, 19 de setembro de 2023.
CF GÚBIO DE OLIVEIRA

CAPÍTULO 1

ÁREA DE JURISDIÇÃO

1.1 - ORGANIZAÇÃO E JURISDIÇÃO

a) Organização

A Capitania Fluvial de Brasília (CFB), cujo sítio na internet é www.marinha.mil.br/cfb, é uma Organização Militar (OM) da Marinha do Brasil (MB) componente do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA) e subordinada diretamente ao Comando do 7º Distrito Naval (Com7ºDN). Atua como "Agente" da Autoridade Marítima e é responsável pela execução dos assuntos relacionados à Segurança do Tráfego Aquaviário (STA) e ao Ensino Profissional Marítimo (EPM) em sua Área de Jurisdição (AJ) no Distrito Federal (DF) e no Estado de Goiás (GO), não possuindo OM subordinada.

A CFB está organizada em quatro Divisões: Divisão de Ensino Profissional Marítimo (CF-10), Divisão de Segurança do Tráfego Aquaviário (CF-20), Divisão de Apoio (CF-30) e Divisão de Manutenção (CF-40). Sua sede está localizada na Esplanada dos Ministérios, s/n, Bloco N, Anexo A, Térreo, CEP: 70055-900 Brasília-DF, telefones (61) 3429-1450/4202/1578, estando sua garagem de barcos e viaturas (Patromoria), bem como sua estrutura de manutenção de meios estabelecida às margens do Lago Paranoá, no interior das dependências do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília (GptFNB).

A CFB tem estabelecida em seu Planejamento Estratégico Operacional (PEO) a seguinte missão: "Implementar e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e normas atinentes às atribuições da Autoridade Marítima; a fim de contribuir para a defesa nacional, a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e a prevenção da poluição hídrica ocasionada por embarcações, nas águas interiores de sua área de jurisdição, no DF e no estado de Goiás."

b) Jurisdição

A CFB é uma OM subordinada diretamente ao Com7ºDN e que atua sob supervisão técnica da Diretoria de Portos e Costas (DPC) no exercício das suas numerosas e variadas atividades, com base no tripé: segurança da navegação, salvaguarda da vida humana no mar e prevenção da poluição hídrica na sua vasta área da sua jurisdição, composta pelo DISTRITO: FEDERAL e por 46 municípios do estado de GOIÁS, quais sejam: ÁGUA FRIA DE GOIÁS, ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, ALEXÂNIA, ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, LUZIÂNIA, ALVORADA DO NORTE, BARRO ALTO, BRASÍLIA DF, BURITINÓPOLIS, CABECEIRAS, CAMPINAÇU, CAMPINORTE, CAMPOS BELOS, CAVALCANTE, CIDADE OCIDENTAL, COCALZINHO DE GOIÁS, COLINAS DO SUL, CRISTALINA, DAMIANÓPOLIS, DIVINÓPOLIS DE GOIÁS, FLORES DE GOIÁS, FORMOSA, GUARANI DE GOIÁS, IACIARA, MAMBAÍ, MIMOSO DE GOIÁS, MINAÇU, MONTE ALEGRE DE GOIÁS, MONTIVIDIU DO NORTE, NIQUELÂNDIA, NOVA ROMA, NOVO GAMA, PADRE BERNARDO, PLANALTINA, POSSE, SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO, SÃO DOMINGOS, SÃO JOÃO D'ALIANÇA, SIMOLÂNDIA, SÍTIO D'ABADIA, TERESINA DE GOIÁS, TROMBAS, URUAÇU, VALPARAÍSO DE GOIÁS, VILA BOA e VILA PROPÍCIO. e na divisa com o estado de Minas Gerais (MG) sobre o rio São Marcos, no trecho do município de CRISTALINA-GO; e sobre o rio Preto, no trecho compreendido entre os municípios de FORMOSA-GO e CRISTALINA-GO.

1.2 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

a) Horário de Atendimento

A CFB presta atendimento ao público externo nos dias úteis (segunda a sexta). Os horários de atendimento são os seguintes:

- Segunda-feira, de 13:45 às 16:30;
- Terça a quinta-feira, de 09h00 às 11h30 e de 13h45 às 16h30; e
- Sexta-feira, 09h00 às 11h30.

Eventuais necessidades de alterações de horário de atendimento serão divulgadas, com a devida antecedência, no sítio da CFB na internet, disponível para consulta em www.marinha.mil.br/cfb, bem como nos quadros de avisos localizados no espaço de atendimento ao público.

O Grupo de Atendimento ao Público (GAP) da CFB está dimensionado para bem atender aos usuários que a ele se dirijam, contando com assentos, atendimento preferencial, ambiente refrigerado, água potável, televisor, sanitários masculino e feminino nas proximidades e 06 (seis) guichês de atendimento. Os procedimentos e valores para cada serviço oferecido pelo GAP estão disponíveis na "Carta de Serviços ao Usuário" e no link "Perguntas Frequentes", ambos disponíveis para consulta no sítio da CFB na internet. Releva enfatizar que a contratação de representantes legais para quaisquer serviços é opcional do usuário, não havendo nenhum vínculo ou facilidades na Capitania.

No que se refere às solicitações de vistoria de embarcações (quando aplicável), deverão ser solicitadas diretamente ao GAP. O serviço será realizado em dia e horário estabelecido pela CFB, condicionado à disponibilidade de agenda. Ressalta-se que o transporte da equipe de vistoria será providenciado pelo proprietário, armador ou seu preposto. No caso de serviços prestados mediante solicitação em localidades fora de Brasília-DF, os custos referentes ao transporte, alimentação e uma possível estadia dos componentes da equipe serão, igualmente, de responsabilidade do solicitante.

Ao término de cada serviço prestado no GAP da CFB, nossos clientes são cordialmente convidados a responder um breve questionário acerca da qualidade do atendimento oferecido pela CFB, informações essas que nos permitem, constantemente, identificar possibilidades de melhora.

a) Canais de contato

Os contatos poderão ser realizados pelos canais abaixo:

Telefones:	- Secretaria: (61) 3429-1450 - Cadastro de Embarcações: (61) 3429-1578 - Habilitação de Amadores/Aquaviários: (61) 3429-4202
Email:	cfb.gap@marinha.mil.br e cfb.secom@marinha.mil.br
Endereço para correspondência:	Anexo A, Bloco N, Térreo, Prédio do Comando da Marinha - Esplanada dos Ministérios.
Emergências Marítimas/Fluviais:	Telefone 185 (Guarnecido 24 horas)
Disque Denúncias e Irregularidades	(61) 99521-0623 (Guarnecido 24 horas)

1.3- DENÚNCIAS E SUGESTÕES

A denúncia constitui-se em uma ferramenta extremamente importante para a prevenção e a correção de situações que possam comprometer ou vir a comprometer a segurança do tráfego aquaviário e, principalmente, da vida humana. Deste modo, é extremamente relevante que os (as) cidadãos se utilizem deste mecanismo para alertar a CFB sobre possíveis riscos à navegação, à vida humana e ao meio ambiente, identificados nos rios, lagos e lagoas de sua AJ.

As denúncias e sugestões poderão ser realizadas por meio dos canais de contato informados no Item 0102, bem como por meio da Ouvidoria do Com7ºDN, pelo e-mail com7dn.ouvidoria@marinha.mil.br .

1.4- LIMITES PARA A NAVEGAÇÃO INTERIOR

As características geográficas da AJ da CFB definem o tipo de navegação a ser realizada. Neste sentido, fica estabelecida para o DF e GO a navegação interior, definida pela Lei nº 9.537/97 e pelas Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Esporte e/ou Recreio-03/DPC (NORMAM-03/DPC).

Para os efeitos de dotação de equipamentos de navegação, segurança e salvatagem, do nível de habilitação de quem a conduz, e para o atendimento de requisitos de estabilidade intacta (apenas para embarcações com comprimento maior ou igual a 24m), deverão ser consideradas as seguintes áreas onde está sendo realizada a navegação:

Navegação Interior 1 (ÁREA 1): a realizada em águas consideradas abrigadas, tais como hidrovias interiores, lagos, lagoas, baías, angras, rios, canais e áreas marítimas, onde normalmente não sejam verificadas ondas com alturas significativas e que não apresentem dificuldades ao tráfego das embarcações.

Navegação Interior 2 (ÁREA 2):a realizada em águas consideradas abrigadas, tais como hidrovias interiores, lagos, lagoas, baías, angras, rios, canais e áreas marítimas onde, eventualmente, sejam verificadas ondas com alturas significativas e/ou combinações adversas de agentes ambientais, tais como vento, correnteza ou maré que apresentem dificuldades ao tráfego das embarcações.

Desta maneira, em conformidade com o item 1.7 da NORMAM-03/DPC, os rios, lagos e lagoas da AJ da CFB, quanto à área de navegação são qualificados, em sua totalidade, como ÁREA 1.

A navegação interior exige do navegador um perfeito conhecimento das características fisiográficas dos locais por onde trafegará e a elaboração de um planejamento prévio compatível com o tipo de sua embarcação. Ao navegar, ter pleno conhecimento dos possíveis riscos é exclusiva responsabilidade dos condutores de embarcações. Para uma navegação segura os seguintes aspectos, entre outros, devem ser observados:

a) Aplicação das regras previstas no Regulamento Internacional Para Evitar Abalroamentos no Mar (RIPEAM-1972), as quais servem, igualmente, para evitar acidentes na navegação interior, em especial as seguintes regras:

REGRA 6 (VELOCIDADE DE SEGURANÇA):

Toda embarcac–aþo deverá navegar, permanentemente, a uma velocidade segura, de forma a lhe possibilitar a ação apropriada e eficaz para evitar uma colisaþo, bem como para ser parada a uma distancia apropriada às circunstancias e condic–oþes predominantes.

REGRA 14 (SITUAÇÃO DE RODA A RODA):

REGRA 15 (SITUAÇÃO DE RUMOS CRUZADOS):

SITUAÇÃO DE RUMOS CRUZADOS

Quando duas embarcações de propulsão mecânica navegam em rumos que se cruzam em situação que envolva risco de abalroamento, a embarcação que avista a outra por boreste deverá se manter fora do caminho dessa e, caso as circunstâncias o permitam, evitará cruzar sua proa.

Na AJ da CFB, apenas o Lago Paranoá possui cartas de navegação editadas pela DHN (cartas náuticas nº 2792 e 2791). Aos interessados, a aquisição das cartas náuticas pode ser realizada por meio do sítio da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) Cartas Náuticas na internet, no endereço www.cartasnauticasbrasil.com.br/cartas-nauticas.

CARTA NÁUTICA Nº 2792 (LAGO DE BRASÍLIA):

CARTA NÁUTICA Nº 2791 (LAGO DE BRASÍLIA - PARTE CENTRAL):

c) Análise prévia das condicionantes meteorológicas principais. Objetivando a segurança e salvaguarda de vida humana, independentemente da área de navegação, quando houver a previsão de ventos com intensidade acima de 25 nós (aproximadamente 46 km/h) ou ondulação superior a 50 cm, recomenda-se que a saída da embarcação seja criteriosamente avaliada. É de exclusiva responsabilidade do Comandante e dos condutores de embarcações a realização de uma navegação segura, sendo o conhecimento das condicionantes meteorológicas um de seus requisitos. Para tanto, torna-se prudente verificar, antes de suspender, as condições meteorológicas reinantes na área onde navegará, bem como as previsões meteorológicas, ao menos, para as próximas 24 horas.

1.5 - MARINAS, CLUBES E ENTIDADES DESPORTIVAS NÁUTICAS

Conforme previsto no Capítulo 6 - Seção I, item 6.2 das Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Esporte e/ou Recreio-03/DPC (NORMAM-03/DPC), as marinas, clubes e entidades desportivas náuticas deverão ser cadastradas na CFB, visando à adoção de medidas preventivas para a salvaguarda da vida humana, a segurança da navegação e a prevenção da poluição das águas. No interesse da salvaguarda da vida humana nas águas e da segurança do tráfego aquaviário, o item 6.3 estabelece as seguintes regras de funcionamento para as marinas, clubes e entidades desportivas náuticas, sob pena de notificação em caso de não observância:

a) Regras gerais

1. Manter o registro das embarcações sob sua guarda ou responsabilidade;

2. Exigir dos proprietários, para efeito de guarda das embarcações, a apresentação da prova de propriedade e de legalização da embarcação na CFB;

3. Remeter, quando solicitado, à CFB, a relação das embarcações sob sua guarda, com os dados julgados necessários;

4. Participar do Conselho de Assessoramento sempre que for convidado

5. Obter e divulgar aos associados as informações meteorológicas da área

6. Prestar auxílio aos seus associados para a inscrição e a regularização de suas embarcações, para a inscrição de

candidatos aos exames de habilitação às diversas categorias de amadores, para a entrega e o recebimento de

documentos diversos tais como o Termo de Inscrição de Embarcação (TIE), as Carteiras de Habilitação de Amadores (CHA) e outros, junto às CFB. Para tanto deverão credenciar um representante junto à CFB;

7. Exigir do associado que sair com sua embarcação a entrega do plano de navegação, ou aviso de saída;

8. Prestar auxílio, com embarcação de apoio ou permitindo a atracação, a qualquer pessoa em perigo nas águas, desde que sem colocar em risco a tripulação da embarcação de apoio ou que as condições técnicas de calado e cabeços para amarração permitam a atracação;

9. Auxiliar na fiscalização do tráfego das embarcações de esporte e/ou recreio, de maneira não coercitiva, mas educativa, contribuindo dessa forma para a prevenção de acidentes da navegação;

10. Disseminar para os associados que:

I. As tripulações das embarcações atracadas ou fundeadas são obrigadas a se auxiliarem mutuamente nas fainas de amarração, e em qualquer outra que possa implicar em acidente ou sinistro; e

II. A velocidade de saída e chegada de embarcações nas áreas de apoio, rampas, marinas, flutuantes etc. deve ser sempre reduzida (inferior a 5 nós / 9 km/h). Especial atenção deve ser dada à presença de banhistas onde se esteja trafegando, procedendo-se com a maior cautela possível. Atitude idêntica deve ser adotada quanto à existência de embarcações atracadas ou fundeadas, que poderão ser danificadas devido a marolas provocadas por velocidade incompatível com o local. As embarcações que se aproximem ou se afastem de praias devem fazê-lo no sentido perpendicular.

a) Embarcação de apoio

As marinas, clubes e entidades desportivas náuticas que abriguem mais de 50 embarcações de esporte e/ou recreio deverão manter, permanentemente apta a manobrar, uma embarcação de apoio e segurança para atender suas embarcações filiadas, num raio máximo de até 10 milhas (aproximadamente 18,5 km) de sua sede, com capacidade para rebocar a maioria das suas embarcações, não somente durante as competições e eventos mas, também, em qualquer situação de emergência. Essa embarcação para apoio e segurança poderá ser mantida em parceria com outras marinas, clubes e entidades desportivas náuticas ou por meio de empresas terceirizadas.

A embarcação de apoio, além dos indispensáveis equipamentos de comunicação VHF ou HF, deverá ser dotada sempre com excesso de equipamentos e material de salvatagem e primeiros socorros, de modo a poder prestar a assistência que for requerida em emergências.

O serviço de apoio poderá ser indenizado de acordo com o estabelecido no estatuto de cada entidade ou no contrato de terceiros, desde que não se configure em salvaguarda da vida humana.

c) Serviço de localização

As marinas, clubes e entidades desportivas náuticas deverão possuir um serviço de localização, onde seus associados poderão entrar em contato com sua Marina durante todo o tempo em navegando, conforme previsão de seu plano de navegação ou aviso de saída. Este serviço pode ser por meio de equipamento rádio, telefone ou qualquer outro dispositivo que permita o navegante contactar sua Marina.

Este serviço deverá estar em condições de ser prontamente atendido caso um de seus associados necessite entrar em contato quando estiver navegando.

Deverão, também, manter atualizada uma lista com os números de telefone celular de todos os proprietários de embarcações, de forma a possibilitar o contato quando necessário.

d) Controle de saída e chegada de embarcações.

As marinas, clubes e entidades desportivas náuticas devem manter um mecanismo para o Controle de Saída e Chegada de suas embarcações com os seguintes itens que deverão ser preenchidos por ocasião da saída e chegada de todas as embarcações sob sua responsabilidade:

-data;
-nome do condutor;
-telefone celular de contato de pessoa a bordo;
-nome da embarcação;
-quantidade de passageiros;
-destino;
-horário de saída;e
-horário de chegada.

e) Boias de amarração

É terminantemente proibida a instalação de boias de amarração de embarcações no espelho d'água de quaisquer rios, lagos e lagoas sem a prévia autorização da CFB, que efetuará uma minuciosa análise quanto à interferência do posicionamento das boias, ao tráfego de embarcações.

Para que tal análise seja realizada, o interessado deverá requerer à CFB, informando a localização pretendida e o porte das embarcações utilizadoras, em conformidade com o previsto no Item 2.15 da NORMAM-11/DPC (disponível em www.marinha.mil.br/dpc/normas). O Capitão dos Portos de Brasília despachará o requerimento sumariamente, a seu critério, caso a localização pretendida não comprometa o ordenamento do espaço aquaviário e a segurança da navegação.

Nos casos em que o despacho à instalação das boias for favorável, será responsabilidade do solicitante assegurar que as embarcações fundeadas exibam iluminação de embarcação fundeada em conformidade com a Regra 30(a) do RIPEAM, mesmo que cobertas por alguma espécie de capa de proteção, de forma a torná-las visíveis durante períodos noturnos e de baixa visibilidade e, assim, evitar que venham a ser abalroadas por outras embarcações navegando nas proximidades.

Regra 30 (a)

EMBARCAÇÃO FUNDEADA
(A de comprimento inferior a 50 metros pode exibir apenas uma luz circular onde melhor possa ser vista)
[Ver as Regra 26 (a), Regra 27 (d) (III) e Regra 30 (c)]

f) Semestralmente, até os dias 31 de Janeiro e 31 de Julho, todas as Marinas, Clubes e entidades náuticas deverão encaminhar um ofício à Capitania Fluvial de Brasília com os seguintes dados atualizados para o e-mail cfb.secom@marinha.mil.br:

1) Nome e CPF do responsável pelo departamento Náutico.
2) e-mail e telefone;
3) quantidade de embarcações de propulsão a motor cadastradas;
4) capacidade máxima da garagem de embarcações;
5) número de inscrição da embarcação de apoio (acordo item b); e
6) se mantém controle de saída das embarcações (sim ou não).

1.6 - ESTABELECIMENTOS DE TREINAMENTO NÁUTICO (ETN)

Os ETN deverão possuir um controle rigoroso dos atestados de treinamento emitidos, com o propósito de evitar a falsificação de tais documentos. As aulas práticas deverão ser realizadas em conformidade com o previsto nos anexos 5-A da NORMAM-03 e 3-C da NORMAM-34/DPC e a CFB deverá ser informada sobre os horários de realização das aulas com, ao menos, dois dias de antecedência, de forma a possibilitar o acompanhamento e a avaliação da qualidade do treinamento.

A CFB oferece a facilidade da Prova Eletrônica para as categorias de Mestre-Amador, Arrais-Amador e Motonauta, na cidade de Brasília - DF. O usuário, ao dirigir-se ao GAP para dar entrada no seu processo para a obtenção de uma Carteira de Habilitação de Amador (CHA) nessas categorias, e apresentando toda a documentação exigida para tal serviço, agendará o seu exame de acordo com a disponibilidade de vagas. O sistema de prova eletrônica possui como principal vantagem a possibilidade de o candidato tomar conhecimento de sua nota na tela do computador, logo após o encerramento da prova, o que possibilita uma maior transparência e celeridade no processo de emissão da CHA.

Os ETN poderão solicitar o agendamento de exame para amadores para os demais municípios da AJ em GO. Para isto, deverá encaminhar um ofício com a demanda à CFB com, ao menos, 30 dias de antecedência. O pedido será analisado e o exame será agendado de acordo com a disponibilidade da CFB.

A realização da prova fora da sede em Brasília-DF está condicionada à abertura para todos os interessados, independentemente de qualquer vínculo com o ETN que a estiver sediando. A Marinha do Brasil (MB) não possui "despachantes navais" homologados ou credenciados para a coordenação e a realização de cursos preparatórios para os exames de habilitação de amadores, sendo de responsabilidade exclusiva dos ETN a contratação dos instrutores habilitados a conduzir tais cursos. No sítio da CFB na internet www.marinha.mil.br/cfb consta a relação dos ETN cadastrados e autorizados a organizar cursos e a emitir atestados de treinamento para os exames de amadores.

Os ETN supracitados poderão se fazer representar por procuradores legalmente constituídos, contudo, a solicitação de exames deve ser feita, obrigatoriamente, por membro dirigente do órgão solicitante.

Os procedimentos referentes à emissão de CHA e o credenciamento dos ETN e das EAMA podem ser consultados nos Capítulos 5 e 6 da NORMAM-03 e na NORMAM-34/DPC.

CAPÍTULO 2

ACIDENTES E FATOS DA NAVEGAÇÃO

2.1- APLICAÇÃO

A ocorrência de fatos ou acidentes da navegação deverá ser comunicada à CFB por meio dos canais existentes, pelo comandante da embarcação, com a brevidade que for possível, a fim de possibilitar ao Agente da Autoridade Marítima a instauração do Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos a Navegação (IAFN). Os telefones estão disponíveis no site da Capitania Fluvial de Brasília: https://www.marinha.mil.br/cfb/.

O local e as condições em que se encontre a embarcação não devem ser alterados até que seja procedida a perícia pelos agentes da CFB. Por conseguinte, não devem ser efetuados reparos, retiradas de peças e cargas ou tomadas quaisquer providências que prejudiquem as investigações, ressalvadas, naturalmente, aquelas necessárias à segurança da navegação, que devem ser adequadas e detalhadamente justificadas.

2.2 - ACIDENTES DA NAVEGAÇÃO.

Em conformidade com o preconizado nas Normas da Autoridade Marítima para Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação e para Investigação de Segurança dos Acidentes e Incidentes Marítimos (NORMAM-09/DPC), as seguintes situações são considerados ACIDENTES da navegação:

a) Naufrágio - afundamento total ou parcial da embarcação por perda de flutuabilidade, decorrente de embarque de água em seus espaços internos devido a adernamento, emborcamento ou alagamento;

b) Encalhe - contato das chamadas obras vivas da embarcação com o fundo, provocando resistências externas que dificultam ou impedem a movimentação da embarcação;

c) Colisão - choque mecânico da embarcação e/ou seus apêndices e acessórios, contra qualquer objeto que não seja outra embarcação ou, ainda, contra pessoa (banhista, mergulhador etc). Assim, haverá colisão se a embarcação se chocar com um corpo fixo ou flutuante insusceptível de navegar ou manobrar, tal como: recife, cais, casco soçobrado, bóia, cabo submarino etc;

d) Abalroação ou abalroamento - choque mecânico entre embarcações ou seus pertences e acessórios;

e) Água aberta - ocorrência de abertura nas obras vivas que permita o ingresso descontrolado de água nos espaços internos, ou a descarga de líquidos dos tanques, por rombo no chapeamento, falhas no calafeto, ou nas costuras, por válvulas de fundo abertas ou mal vedadas, por defeitos nos engaxetamentos dos eixos, ou qualquer falha ou avaria que comprometa a estanqueidade da embarcação;

f) Explosão - combustão brusca provocando a deflagração de ondas de pressão de grande intensidade;

g) Incêndio - destruição provocada pela ação do fogo por: combustão dos materiais de bordo, ou sobre as águas, em decorrência de derramamento de combustível ou inflamável, curto-circuito elétrico, guarda ou manuseio incorretos de material inflamável ou explosivo;

h) Varação - ato deliberado de fazer encalhar ou por em seco a embarcação, para evitar que evento mais danoso sobrevenha;

i) Arribada - fazer entrar a embarcação num porto ou lugar não previsto para a travessia, isto é, que não seja o porto ou local de escala programada ou de destino; e

j) Alijamento - é o ato deliberado de lançar n'água, no todo ou em parte, carga ou outros bens existentes a bordo, com a finalidade de salvar a embarcação, parte da carga ou outros bens.

2.3 - FATOS DA NAVEGAÇÃO

Em conformidade com o preconizado na NORMAM-09/DPC, as seguintes situações são consideradas FATOS da navegação:

a) O mau aparelhamento ou a impropriedade da embarcação para o serviço em que é utilizada e a deficiência da equipagem;

I) Mau aparelhamento da embarcação - a falta ou a impropriedade de aparelhos, equipamentos, peças sobressalentes, acessórios e materiais, quando em desacordo com o projeto aprovado, as exigências da boa técnica marinheira e demais normas e padrões técnicos recomendados;

II) Impropriedade da embarcação para o serviço ou local em que é utilizada - utilização da embarcação em desacordo com sua destinação, área de navegação ou atividade estabelecidas em seu Título de Inscrição; e

III) Deficiência de equipagem - falta ou deficiência quanto à quantidade e à qualificação de tripulantes, em desacordo com as exigências regulamentares, como a do cumprimento do cartão da tripulação de segurança da embarcação.

b) Alteração da rota - desvio da derrota inicialmente programada e para a qual o navio estava aprestado, pondo em risco a expedição ou gerando prejuízos;

c) Má estivação da carga, que sujeite a risco à segurança da expedição - má peação, colocação em local inadequado ou a má arrumação no porão, no convés ou mesmo no interior do contêiner, quer no granel, quer na carga geral, sem observar, ainda, a adequabilidade da embalagem, pondo em risco a estabilidade do navio, a integridade da própria carga e das pessoas de bordo;

d) Recusa injustificada de socorro à embarcação ou a náufragos em perigo;

e) Todos os fatos que prejudiquem ou ponham em risco a incolumidade e segurança da embarcação, as vidas e fazendas de bordo (como o caso da presença de clandestino a bordo); e

f) Emprego da embarcação, no todo ou em parte, na prática de atos ilícitos, previstos em lei como crime ou contravenção penal, ou lesivos à Fazenda Nacional (como o caso de contrabando ou descaminho).

2.4 - PROCEDIMENTOS NA OCORRÊNCIA DE FATOS OU ACIDENTES DA NAVEGAÇÃO

Compete ao Comandante de uma determinada embarcação comunicar à CFB:

a) Qualquer alteração dos sinais náuticos de auxílio à navegação e qualquer obstáculo ou estorvo à navegação que encontrar;

b) Acidentes e fatos da navegação ocorridos com sua embarcação; e

c) Qualquer infração da Lei nº 9.537/97 (LESTA) ou das normas e dos regulamentos dela decorrentes, cometida por outra embarcação.

2.5 - RETENÇÃO DAS EMBARCAÇÕES ENVOLVIDAS EM ACIDENTES OU FATOS DA NAVEGAÇÃO

Toda embarcação poderá ser retida, para investigação, por determinação da CFB, pelo tempo necessário à tomada dos depoimentos de tripulantes e à realização do exame pericial, a fim de instruir o respectivo IAFN, bem como pelo tempo necessário ao resguardo da segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e à prevenção da poluição hídrica causada por embarcações.

2.6 - PROCEDIMENTOS ENVOLVENDO OCORRÊNCIAS COM CARGAS PERIGOSAS

O transporte de cargas perigosas deve atender ao disposto no capítulo 5 da NORMAM-02/DPC, bem como o disposto, integralmente, na NORMAM-29/DPC que versa o transporte de cargas perigosas. As embarcações transportando cargas perigosas que sofram qualquer tipo de acidente deverão informar o fato imediatamente às autoridades competentes da área onde tenha ocorrido o fato.

CAPÍTULO 3

DOTAÇÃO DE MATERIAL DE SALVATAGEM E DE SEGURANÇA DAS EMBARCAÇÕES E DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

3.1 - DOTAÇÃO DE MATERIAIS DE SALVATAGEM E DE SEGURANÇA

Todas as embarcações de esporte e recreio empregadas na Navegação Interior deverão ser dotado de materiais de salvatagem e de segurança homologados e previsto nas Normas da Autoridade Marítimo para Atividades de Esporte e/ou Recreio-03/DPC (NORMAM-03/DPC). O quadro do anexo A - Lista de Verificação para Embarcações de Esporte e Recreio, discrimina os itens obrigatórios para essas embarcações, tendo como referência a NORMAM-03/DPC:

3.2 - ATIVIDADES COM DISPOSITIVOS FLUTUANTES, DISPOSITIVOS AÉREOS, EQUIPAMENTOS DE ENTRETENIMENTO AQUÁTICO E AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS (RPA)

a) A utilização de dispositivos flutuantes, dispositivos aéreos e equipamentos de entretenimento aquático nas áreas adjacentes às praias do litoral, canais, lagos, lagoas e rios só poderá ser utilizado a uma distância mínima de 200 metros da margem, a fim de que seja preservada a integridade física de banhistas e a segurança da navegação.

b) É proibido realizar o reboque de dispositivos flutuantes e aéreos no período entre o pôr e o nascer do sol.

c) Exemplos de dispositivos flutuantes, aéreos e equipamentos de entretenimento aquático:

Dispositivo flutuante

Dispositivo aéreo

Flyboard

Ski aquático

d) Em todos estes dispositivos é obrigatório o uso de colete salva-vidas.

e) Quando operados exclusivamente em caráter de esporte e lazer, é obrigatório que haja um observador a bordo para vigiar o usuário do dispositivo, informando ao condutor quaisquer anormalidades observadas que afetem a sua segurança, assim como a aproximação de outras embarcações pelo setor de través/popa;

f) Quando operados em caráter comercial:

1) a embarcação rebocadora não pode estar classificada como de esporte e/ou recreio;

2) a embarcação rebocadora deve, obrigatoriamente:

I) possuir um protetor de hélice, a fim de resguardar a integridade física de banhistas e usuário(s) do dispositivo;

II) ser especialmente adaptada para a instalação do ponto de fixação do cabo de reboque dos dispositivos flutuantes e/ou aéreos, para que sua manobra não fique limitada pelo seu movimento, principalmente por ocasião de guinadas;

III) possuir recursos e facilidades para o recolhimento expedito do(s) usuário(s)/dispositivo quando estiverem na água; e

IV) ser tripulada, no mínimo, por um condutor aquaviário e por um observador. O observador deverá ser um aquaviário ou amador.

3) o condutor será responsável pela segurança da embarcação e do(s) usuário(s) do dispositivo, devendo manter uma distância mínima de obstáculos potencialmente perigosos. O observador é responsável por vigiar o(s) usuário(s) do dispositivo, informando ao condutor quaisquer anormalidades observadas que afetem a sua segurança, assim como a aproximação de outras embarcações pelo setor de través/popa;

4) o condutor da embarcação rebocadora deve manobrá-la com velocidade compatível com a segurança necessária para os banhistas, o(s) usuário(s)/dispositivo e as embarcações em movimento ou fundeadas, sempre levando em consideração os riscos potenciais decorrentes do tráfego aquaviário e das limitações impostas pela geografia do local e pelas condições meteorológicas presentes;

5) o condutor da embarcação rebocadora deve manter a distância de banhistas, mergulhadores e embarcações em movimento ou fundeadas maior que aquela correspondente ao comprimento do cabo de reboque;

6) o condutor da embarcação deverá assegurar que o cabo de reboque possui comprimento suficiente para manter os usuários livres da popa da embarcação;

7) é obrigatória a utilização de colete salva-vidas por todos os usuários de dispositivos flutuantes e aéreos;

8) é proibida a manobra de embarcação rebocadora que objetivem arremessar deliberadamente os usuários dos dispositivos flutuantes na água ou o contato físico entre eles, em especial em dispositivos do tipo banana-boat e disc-boat;

9) transporte de crianças em dispositivos rebocados:

I) é proibido o transporte de crianças com idade inferior a sete (7) anos em dispositivos flutuantes rebocados, do tipo banana boat e disc boat;

II) crianças com idade igual ou maior do que sete (7) anos e inferior a doze (12) anos podem ser conduzidas nas bananas boat e disc boat desde que acompanhadas ou autorizadas pelos seus pais ou responsáveis. Será de inteira responsabilidade do condutor e/ou do proprietário da embarcação obter a anuência dos pais ou responsáveis pelo menor;

III) no caso da banana boat, a criança deve ter condições de manter-se firme no dispositivo flutuante, apoiando seus pés no local apropriado e as mãos segurando na alça frontal do assento desse dispositivo; e no caso do disc boat, manter-se com as mãos firmemente apoiadas nas alças laterais; e

IV) recomenda-se que no caso de transportes de crianças, autorizados por seus pais ou responsáveis, no banana boat/disc boat, elas sejam posicionadas entre dois adultos, de modo a manterem-se mais seguras e equilibradas.

3.3 - DOTAÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO

O Item 4.36 da NORMAM-03/DPC prevê a dotação de extintores de incêndio para embarcações de esporte e recreio, e anexo 4-D da NORMAM-02/DPC para embarcações de transporte de passageiros.

Embarcações com propulsão a motor e com comprimento inferior a 8m são dispensadas de dotarem extintores, porém para segurança é recomendável.

É fundamental que os extintores de incêndio estejam posicionados em locais de fácil acesso, com instruções básicas de operação visíveis, e que os tripulantes tenham pleno conhecimento de sua localização e modo de operação.

3.4 - RECOMENDAÇÕES E OBRIGATORIEDADE SOBRE USO DE COLETES SALVA-VIDAS

Em adição às orientações existentes nas Normas da Autoridade Marítima (NORMAM), em todos os rios, lagos e lagoas da AJ da CFB deverão ser observadas as seguintes recomendações no que se refere ao uso de coletes salva-vidas:

a) É recomendado o uso permanente de coletes salva-vidas por crianças com idade inferior a 07 (sete) anos enquanto estiverem a bordo de embarcações de quaisquer características e dimensões, independentemente da velocidade;

b) É recomendado o uso permanente de coletes salva-vidas por todos que não souberem nadar enquanto estiverem a bordo de embarcações de quaisquer características e dimensões, independentemente da velocidade;

c) É recomendado o uso permanente de coletes salva-vidas por todos a bordo de embarcações miúdas, independentemente da velocidade. Ressalta-se que para motos aquáticas o uso é obrigatório;

d) É recomendado o uso permanente de coletes salva-vidas por todos enquanto estiverem em conveses abertos de embarcações de quaisquer características e dimensões; e

e) É recomendado o uso permanente de coletes salva-vidas por todos quando conduzindo dispositivos de entretenimento náutico do tipo pedalinho, stand-up paddle, caiaques, wind-surf, kite-surf e outros que não sejam rebocados por embarcação motorizadas. Quando os dispositivos estiverem sendo rebocados por embarcação motorizada, o uso permanente de colete homologado é obrigatório.

3.5 - NAVEGAÇÃO NO PERÍODO NOTURNO

Somente as embarcações que possuem luzes de navegação previstas no Regulamento Internacional Para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM) podem navegar à noite. Após o pôr do sol, é proibida a navegação de motos aquáticas e embarcações com propulsão a motor sem luzes de navegação.

Nos casos em que uma lancha esteja rebocando uma moto aquática em período noturno, fato corriqueiro na Área de Jurisdição desta Capitania, a extensão do cabo não poderá ser superior a 5 (cinco) metros e a embarcação rebocadora deverá prover a iluminação da moto aquática. Ressalta-se que, em hipótese alguma, a moto aquática poderá estar tripulada sendo rebocada .

Em função da reduzida manobrabilidade e visibilidade, não é recomendada a navegação em embarcações sem propulsão a motor (canoas, caiaques, botes, etc) após o pôr do sol. Nos casos em que essas embarcações forem utilizadas para navegação no período noturno, é altamente recomendada a iluminação da embarcação de forma a tornar-se visível e, assim, reduzir as chances de acidentes.

3.6 - DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Todas as embarcações de esporte e recreio que navegam na AJ da CFB deverão portar os certificados ou documentos obrigatórios exigidos e informados na tabela do Item 0301 desta Norma, em conformidade com a NORMAM-03/DPC, NORMAM-34/DPC e NORMAM-02/DPC dentro dos seus prazos de validade.

3.7 - EMBARCAÇÕES DE TURISMO NÁUTICO

As embarcações de turismo náutico que operam no Lago Paranoá-DF deverão se atentar ao Capítulo 5 desta Norma.

Os passageiros das embarcações em atividade de turismo náutico e transporte de passageiros deverão ser orientados, pelos respectivos comandantes, antes de suspender, quanto ao uso correto do colete salva-vidas, dos procedimentos de abandono e a identificação dos locais de guarda dos coletes a bordo, além de disseminar a todos os passageiros as instruções de segurança observando o contido no ANEXO E desta Norma.

As embarcações de transporte de passageiros exigem documentação específica prevista na NORMAM-02/DPC. No intuito de estabelecer uma primeira orientação no tocante a documentação dessas embarcações, a CFB destaca os seguintes aspectos:

a) Cartão de Tripulação de Segurança (CTS)

Toda embarcação, para sua operação segura, deverá ser guarnecida por um número mínimo de tripulantes, estabelecido qualitativa e quantitativamente pela CFB, denominado Tripulação de Segurança. A composição dessa tripulação é fixada no Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) e equivale ao mínimo de tripulantes sem o qual a embarcação não poderá operar. Nada impede que a embarcação opere com mais tripulantes do que o estabelecido no CTS, desde que respeitada a lotação.

Considerando as características das embarcações, as peculiaridades inerentes aos tripulantes que as guarnecem e a região em que atuam, as tripulações de segurança para as embarcações que trafegam na AJ da CFB serão analisadas e estabelecidas observando-se os dados constantes do Laudo Pericial, cujo modelo constitui anexo das Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior (NORMAM-02).

b) Validade do CTS

Os CTS terão validade por tempo indeterminado. O proprietário, armador ou seu preposto poderá solicitar revisão do CTS, por meio de requerimento ao Capitão dos Portos de Brasília.

c) Embarcações isentas do CTS

As embarcações com Arqueação Bruta (AB) até 10 (dez) estão isentas do CTS, devendo a tripulação de segurança ser fixada no Título de Inscrição da Embarcação (TIE) no campo "tripulantes", no tocante a quantidade, e no campo "observações", no tocante aos quesitos qualitativos exigidos para a embarcação.

d) Emissão do CTS

Para a emissão do CTS deverão ser cumpridas as condições estabelecidas nas NORMAM-02/DPC e NORMAM-13/DPC. Com o intuito de possibilitar uma visualização geral sobre a composição dos CTS, principalmente para a navegação interior, são apresentados a seguir algumas informações as quais servem como orientação geral para emissão dos CTS, sem prejuízo do contido nas Normas da Autoridade Marítima (NORMAM) acima citadas:

CARTÃO DE TRIPULAÇÃO DE SEGURANÇA

SEÇÃO DE CONVÉS	+ 3000 AB	ATÉ 3000 AB	ATÉ 750 AB	ATÉ 300 AB	ATÉ 50 AB	ATÉ 10 AB
COMANDO	CFL	PLF	MFL	CMF	MFC (03)	MAF (04)
IMEDIATO	PLF	MFL	CMF (05)	----------	----------	------
SUBALTERNO DE QUARTO CONVÉS	MAF	MAF	MAF	MAF	MAF	MAF
SERV. GERAIS	MFC	MFC	MFC	MFC(06)	MAF	MAF
SERV. CÂMARA	CZA (01)	CZA (01)	CZA (01)	CZA (01)	CZA (01)	CZA (01)
	TAA (01)	TAA (01)	TAA (01)	TAA (01)	TAA (01)	TAA (01)
SEÇÃO DE SAÚDE	ASA (02)	ASA (02)	ASA (02)	ASA (02)	--------	--------
SEÇÃO DE MÁQUINAS	ACIMA DE 3000 KW	ATÉ 3000 KW		ATÉ 500 KW	ATÉ 150 KW	
CHEMAQ	SUF	CTF		MFM	MMA	
SUBCHEMAQ	SUF	CTF		MFM	MMA	
SUBALTERNO DE QUARTO MÁQ.	MFM	MFM		MMA	MMA	
SERV. GERAIS	MMA	MMA		MMA	MMA	

(01) Dispensado para singradura inferior a 12 horas e que trafeguem em área onde seja possível o apoio de rancho (conforme item 0113 da NORMAM-02/DPC);

(02) Dispensado para singradura inferior a 12 horas (conforme item 0114 da NORMAM-02/DPC);

(03) Comandante de embarcação exceto aquelas que transportam passageiros/ Comandante de embarcação até 50 AB que transportam passageiros, somente após 1 (um) ano de embarque na Navegação Interior (conforme Anexo 2-A da NORMAM-13/DPC);

(04) Comandante de embarcação exceto aquelas que transportam passageiros/ Comandante de embarcação até 10 AB que transportam passageiros, somente após 1 (um) ano de embarque na Navegação Interior (conforme Anexo 2-A da NORMAM-13/DPC);

(05) Para embarcações com AB menor que 500, não haverá Imediato formalmente designado no CTS, à exceção de casos especiais (conforme item 0111 da NORMAM-02/DPC); e

(06) MAF para Serviços Gerais de Convés somente em embarcações até 100 AB na Navegação Interior (conforme Anexo 2-A da NORMAM-02/DPC).

3.8 - DOTAÇÃO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA PARA AS MOTOS AQUÁTICAS (MA)

A peculiaridade intrínseca das motos aquáticas demanda de seus usuários o entendimento sólido do funcionamento do equipamento. Com o intuito de especificar este tipo de embarcação, a Diretoria de Portos e Costas criou a NORMAM-34. Para a utilização das motos aquáticas, as seguintes regras devem ser observadas:

a) São obrigatórios:

I) Condutor habilitado na categoria;

II) Uso do colete salva-vidas, classe II, III ou V, homologados pela DPC para o condutor e passageiro;

III) Chave de segurança atada ao pulso, ao colete ou a qualquer outra parte do condutor, de forma que ao se separar fisicamente da embarcação em movimento a propulsão seja desligada automaticamente, ou reduzida a aceleração da máquina; e

IV) Proibido o transporte de passageiros com idade inferior a 7 (sete) anos de idade.

b) Outras observações:

I) O condutor deverá estar devidamente habilitado como motonauta e estar de posse da sua CHA e de um documento original com foto (caso a sua CHA não tenha foto), ou apresentar o QR code da CHA digital. Também deverá portar o original do Título de Inscrição de Embarcação Miúda (TIEM), ou QR code do TIE - Digital;

II) É proibidos o transporte de crianças com idade inferior a 07 (sete) anos;

III) Com criança s na garupa deve-se adotar velocidades lentas e controladas, evitando manobras bruscas; e

IV) Recomenda-se como situação mais segura, o transporte da criança posicionada entre dois adultos em motos aquáticas de 03 (três) lugares; e

V) Quando estiver rebocando dispositivo flutuante, deverá atentar-se ao item 0302 desta Norma.

3.9 - SISTEMAS DE COMBUSTÍVEL

Em conformidade com o Item 4.26 da NORMAM-03/DPC, os sistemas de combustível da propulsão das embarcações com comprimento igual ou maior que 24 metros, deverão atender aos seguintes requisitos:

a) Não poderão ser utilizados combustíveis com ponto de fulgor inferior a 60ºC (como álcool, gasolina e GLP); e

b) Na saída de cada tanque de combustível deverá haver uma válvula de fechamento remoto capaz de interromper o fluxo da rede.

3.10 - INSTALAÇÕES DE GÁS DE COZINHA

Em conformidade com o Item 4.28 da NORMAM-03/DPC, as instalações de gás de cozinha de qualquer embarcação deverão atender aos seguintes requisitos:

a) Os botijões de gás deverão ser posicionados em áreas externas ou em compartimento não habitável, isolado de compartimento habitável, em local seguro e arejado, com a válvula protegida da ação direta dos raios solares e afastados de fontes que possam causar ignição; e

b) As canalizações utilizadas para a distribuição de gás deverão ter proteção adequada contra o calor e, quando flexíveis, deverão atender as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

3.11 - BOMBAS DE ESGOTO

Em conformidade com o Item 4.29 da NORMAM-03/DPC, as bombas de esgoto deverão atender aos seguintes requisitos:

a) as embarcações de Médio Porte e com comprimento menor que 12 (doze) metros, deverão ser dotadas de pelo menos 01 (uma) bomba de esgoto manual ou elétrica;

b) as embarcações de Médio Porte e com comprimento igual ou maior que 12 (doze) metros deverão ser dotadas de pelo menos 01 (uma) bomba de esgoto manual e 02 (duas) elétricas ou acopladas ao motor principal. A bomba não manual deverá ter vazão maior ou igual a 1,5 m³/h; e

c) as embarcações de Grande Porte, ou iates, deverão ser dotadas de pelo menos 03 (três) bombas de esgoto. Uma das bombas deverá ter acionamento não manual e independente do motor principal, com vazão superior a 5 m³/h. A bomba auxiliar deverá ter vazão superior a 2 m³/h.

3.12 - DOTAÇÃO DE TANQUE SÉPTICO EM EMBARCAÇÕES CONSTRUÍDAS ARTESANALMENTE

Com o intuito de evitar a poluição do meio hídrico através da descarga de esgotos sanitários e águas servidas das embarcações em águas interiores, toda embarcação do tipo escuna, saveiro ou multicasco (catamarã, trimarã, etc) e flutuantes que possua banheiro, obrigatoriamente, deverá dispor de tanque séptico dimensionado de acordo com a capacidade máxima de lotação da embarcação.

As embarcações serão inspecionadas oportunamente para verificar o cumprimento deste item, assim como o pleno funcionamento de qualquer tratamento de esgoto instalado a bordo.

CAPÍTULO 4

4.1 - SEGURANÇA DAS EMBARCAÇÕES CONTRA ASSALTOS, ROUBOS E SIMILARES.

As ocorrências envolvendo roubo ou assalto, tanto de carga quanto dos valores e objetos da embarcação ou tripulantes, devem ser comunicadas ao Departamento de Polícia Federal para as providências legais pertinentes. Essas informações possibilitarão, ainda, o estudo das medidas a serem adotadas para prevenção e combate a esses crimes, contribuindo para a garantia da segurança da tripulação e do navio.

Todo roubo ou furto de embarcação deverá ser comunicado à Capitania o mais rápido possível, para que sejam realizados os procedimentos pertinentes.

4.2 - NAVEGAÇÃO NOTURNA PARA FISCALIZAÇÃO

A fim de atender ocorrências e fiscalizações na Área de Jurisdição desta Capitania, todas as embarcações da Marinha são autorizadas a navegar no período noturno. Para tal, o Capitão dos Portos autorizará a navegação das mesmas.

CAPÍTULO 5

LAGO PARANOÁ

SEÇÃO I - ÁREAS SELETIVAS PARA O USO

5.1 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O Lago Paranoá em Brasília-DF é um lago artificial formado pelas águas represadas do Rio Paranoá que apresenta boas condições de navegabilidade em toda a sua extensão, com exceção das áreas de desembocadura de seus tributários (Ribeirões do Gama, Riacho Fundo, Torto e Bananal), assoreadas e com baixas profundidades. Trata-se de um dos cartões postais mais atrativos da capital federal e, cada vez mais, a população do Distrito Federal e os milhares de turistas que visitam Brasília anualmente, fazem dele o principal centro recreativo, de lazer e de esportes.

A paisagem do Lago Paranoá durante todo o ano, em especial na estação da seca (maio a setembro) e com maior ênfase nos finais de semana e feriados, é marcada pelo intenso tráfego de lanchas de todos os tipos e dimensões, motos aquáticas e embarcações de turismo náutico, bem como pela presença de banhistas e esportistas praticando natação, remo, vela, canoagem, esqui aquático, mergulho, kitesurf, stand up paddle, entre muitas outras modalidades.

Quando atingem a cota de 1.000 metros acima do nível do mar, suas águas se estendem por 37,5 km², com uma profundidade média de 12,42 metros e uma profundidade máxima de cerca de 40 metros, nas proximidades da Barragem do Paranoá. Com 40 km de comprimento, o Lago Paranoá possui uma largura máxima de 5 km e um perímetro de 111,87 km.

5.2 - ZONEAMENTO DO LAGO PARANOÁ (DECRETO Nº 39.555/2018/GDF)

Em conformidade com o previsto no item 1.4 das Normas da Autoridade Marítima (NORMAM-03/DPC), o qual estabelece que os Estados e Municípios poderão estabelecer o ordenamento do uso das praias, especificando as áreas destinadas a banhistas, prática de esportes e entretenimento aquático o qual poderá ser incorporado futuramente aos Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro, observadas as diretrizes dos Planos Nacional e Estadual de Gerenciamento Costeiro (PNGC), o Governo do Distrito Federal (GDF) atendeu a um anseio antigo da comunidade náutica e estabeleceu o Zoneamento do Lago Paranoá por meio do Decreto nº 39.555, de dezembro de 2018, com o propósito de oferecer maior segurança aos usuários do lago.

Foram estabelecidas oito zonas pelo referido Decreto (Fig.1), das quais três foram reservadas para o uso da população (banho, práticas náuticas não motorizadas e práticas náuticas motorizadas) e as outras cinco são relativas a áreas que envolvem os processos de diluição de efluentes das estações de tratamento de esgotos; de pontos de captação de água para abastecimento público; e de segurança da barragem, segurança nacional e de segurança ambiental, onde o acesso é proibido.

Fig.1 - Zoneamento do Lago Paranoá

a) ZONA I - USO PREFERENCIAL PARA BANHO

O Decreto estabelece que as áreas que constituem a zona de uso preferencial para banho (Fig.2) consistem de faixas de 100 metros contados a partir das margens, situadas em locais tradicionalmente usados pela população. Em conformidade com o item 1.8 das Normas da Autoridade Marítima (NORMAM-03/DPC), não é permitido o tráfego e o fundeio de embarcações nessas áreas reservadas para os banhistas, exceto quando as embarcações estiverem demandando para a atracação nas margens, quando então deverão adotar uma velocidade inferior a 3 nós .

CÓDIGO	ÁREAS	COMPRIMENTO (m)
1	Prainha do Lago Paranoá Norte ML 05	406,09
2	Praia do SHIN QL 11 - Lago Paranoá Norte	510,48
3	Praia do Parque Ecológico das Garças	631,69
4	Praia do Cais da Concha Acústica	749,11
5	Praia da Orla da Ermida Dom Bosco	403,32
6	Praia da Ponte JK	474,96
7	Praia da Península dos Ministros	402,12
8	Praia do Anfiteatro Natural do Lago Sul	623,11
9	Praia da Praça dos Orixás	174,92

Fig.2 - Zonas para o banho

b) ZONA II - USO PREFERENCIAL PARA ATIVIDADES NÃO MOTORIZADAS

Para as atividades náuticas não motorizadas, o Decreto estabelece que a zona de uso preferencial corresponde a uma faixa contínua de 300 metros, ao longo da margem de todo o Lago Paranoá (excetuadas as áreas IV, V, VI e VII), onde a prática de atividades náuticas não motorizadas é preferencial (Fig.3).

Contudo, caso o tráfego de embarcações motorizadas no Lago Paranoá fosse proibido em distâncias inferiores a 300 metros das margens, a navegação seria inviabilizada em diversos trechos do lago onde é possível que tais embarcações naveguem sem que a segurança da navegação ou a salvaguarda da vida humana sejam comprometidas, desde que a navegação seja realizada com cautela e com velocidades apropriadas para o local, como é o caso da região denominada "Saco do Paranoá", no caminho para a região da Barragem.

Desta forma, respeitadas as restrições impostas para as áreas onde o tráfego de embarcações é proibido, não é vedado o tráfego de embarcações motorizadas nesta zona, contudo, este Agente da Autoridade Marítima estabelece que as embarcações motorizadas que trafegarem a menos de 300 metros das margens deverão fazê-lo com velocidades compatíveis com o tráfego de outras embarcações, banhistas e praticantes de esportes náuticos no local, de forma que seja possível visualizar todas as interferências a uma distância que possibilite a realização de uma manobra segura pelo condutor, a fim de evitar acidentes. De uma forma geral, a menos de 100 metros das margens, velocidades de até 02 (dois) nós (3,7 km/h) possibilitarão a realização de manobras seguras, principalmente no que tange aos banhistas e nadadores, e entre 100 e 300 metros das margens, velocidades de até 10 nós (18,5 km/h) reduzirão sensivelmente as chances de acidentes.

Fig.3 - Zona para atividades não motorizadas

c) ZONA III - USO PREFERENCIAL PARA ATIVIDADES MOTORIZADAS

Para a prática de atividades motorizadas, o Decreto estabelece que a zona preferencial fica na região central do espelho d'água, a 300 metros das margens do Lago Paranoá (Fig.4).

Como o próprio nome já informa, a zona de uso preferencial para atividades motorizadas fixada pelo Decreto não atribui exclusividade de utilização para as embarcações motorizadas, mas apenas uma preferência essas embarcações, que poderão desenvolver maiores velocidades. Contudo, em função da preferência para o tráfego de embarcações motorizadas, este Agente da Autoridade Marítima estabelece que esta área não é recomendada para a prática de atividades não motorizadas, tais como: natação, remo, vela, canoagem, mergulho, kitesurf, stand up paddle, pedalinho, entre outros. Os

clubes, marinas e responsáveis pelo aluguel de equipamentos para as atividades não motorizadas (canoas, stand up paddle, caiaques, pedalinhos, etc) deverão orientar os seus usuários para que não ultrapassem a distância de 300 metros das margens, sob o risco de atropelamento por embarcações motorizadas em alta velocidade.

Fig.4 - Zona (hachurada) para atividades motorizadas (motonáutica)

d) ZONA IV - DILUIÇÃO DE EFLUENTES DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETEs)

O Decreto estabelece que as zonas de diluição de efluentes consistem de áreas delimitadas por um raio de 100 metros, centradas nos pontos de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgotos (Norte e Sul). Nessa zona não são recomendados o banho, as atividades náuticas não motorizadas e a pesca profissional e amadora. Para mais informações, consultar o Decreto em www.adasa.df.gov.br/legislacoes/decretos-main-menu.

e) ZONA V - SEGURANÇA DE PONTOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO

O Decreto estabelece que as zonas de diluição de captação de água para o abastecimento público consistem áreas delimitadas por um raio de 100 metros em torno dos pontos de captação de água da Companhia de Saneamento Amiental do Distrito Federal (Caesb). Nessas áreas são proibidos o banho, as atividades náuticas motorizadas e não motorizadas e a pesca profissional e amadora. Mais informações em www.adasa.df.gov.br/legislacoes/decretos-main-menu.

f) ZONA VI - SEGURANÇA DA BARRAGEM DO LAGO PARANOÁ

O Decreto estabelece que a zona de segurança da Barragem do Lago Paranoá localiza-se no espelho d'água, em uma área delimitada por uma distância de 100 metros ao longo da Barragem, em direção ao centro do lago (Fig.5). Em conformidade com o item 1.8 das Normas da Autoridade Marítima (NORMAM-03/DPC), nessa área são proibidos o tráfego e o fundeio de embarcações, o banho, as atividades náuticas não motorizadas e a pesca profissional e amadora.

Fig.5 - Zona (hachurada) de segurança da Barragem

g) ZONA VII - SEGURANÇA NACIONAL

A zona de segurança nacional consiste de duas áreas:

I) Área de Segurança do Palácio da Alvorada; e

II) Área de Segurança do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.

Em conformidade com o item 1.8 das Normas da Autoridade Marítima (NORMAM-03/DPC), essas áreas são delimitadas por uma faixa de 200 metros a partir da instalações em direção ao centro do lago (Fig.6) e nelas são proibidos o tráfego e o fundeio de embarcações, o banho, as atividades náuticas não motorizadas e a pesca profissional e amadora.

Fig.6 - Zona (hachurada) de segurança nacional

h) ZONA VIII - RESTRIÇÃO AMBIENTAL

O Decreto estabelece que a Zona de Restrição Ambiental é composta por 19 áreas localizadas no espelho d'água do Lago Paranoá, junto à foz de córregos afluentes. Nessas áreas é vedado o tráfego e o fundeio de embarcações motorizadas e a pesca amadora e profissional. Para mais informações, consultar o Decreto em www.adasa.df.gov.br/legislacoes/decretos-main-menu.

i) Hidroaviões

É vetado o uso de hidroaviões para pouso e decolagem em toda a extensão do Lago Paranoá. Hidroavião, de acordo com a NORMAM-03/DPC, é uma aeronave de asa fixa que pode pousar na água e dela decolar, dispondo de flutuadores no trem de pouso. Este dispositivo atenta risco à navegação na localidade, devido ao intenso tráfego aquaviário de embarcações de recreio, e não possui área demarcada para sua finalidade no Art. 3º do DECRETO Nº 39.555, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2020.

SEÇÃO II - ORIENTAÇÕES ADICIONAIS PARA O LAGO PARANOÁ

5.3 - NAVEGAÇÃO NO PERÍODO NOTURNO

Conforme descrito no item 4.18.6, somente as embarcações que possuem luzes de navegação previstas no Regulamento Internacional Para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM) podem navegar à noite.

Após o pôr do sol, é proibida a navegação no Lago Paranoá de motos aquáticas e embarcações com propulsão a motor sem luzes de navegação.

Em função da reduzida manobrabilidade e visibilidade, não é recomendada a navegação em embarcações sem propulsão a motor (canoas, caiaques, botes, etc) após o pôr do sol. Nos casos em que essas embarcações forem utilizadas para navegação no período noturno, é altamente recomendada a iluminação da embarcação de forma a tornar-se visível e, assim, reduzir as chances de acidentes.

5.4 - BOIAS DE AMARRAÇÃO

É terminantemente proibida a instalação de boias de amarração de embarcações no espelho d'água do Lago Paranoá sem a prévia autorização da CFB, que irá efetuar uma minuciosa análise quanto à interferência do posicionamento das boias, ao tráfego de embarcações

Nos casos em que o despacho à instalação das boias for favorável, será responsabilidade do solicitante assegurar que as embarcações amarradas a boia exibam iluminação de embarcação fundeada em conformidade com a Regra 30(a) do RIPEAM, mesmo que cobertas por alguma espécie de capa de proteção, de forma a torná-las visíveis durante períodos noturnos e de baixa visibilidade e, assim, evitar que venham a ser abalroadas por outras embarcações navegando nas proximidades.

5.5 - VOLUME DO SOM DE EMBARCAÇÕES

Conforme consta no sítio eletrônico do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), órgão responsável por fiscalizar a poluição sonora (www.ibram.df.gov.br/poluicao-sonora/), de acordo com a Lei Distrital nº 4.092 de 2008, poluição sonora é "toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade".

Para que tal análise seja realizada, o interessado deverá requerer à CFB, informando a localização pretendida e o porte das embarcações utilizadoras, em conformidade com o previsto no Item 2.15 da NORMAM-11/DPC (disponível em www.marinha.mil.br/dpc/normas). O Capitão dos Portos de Brasília despachará o requerimento sumariamente, a seu critério, caso a localização pretendida não comprometa o ordenamento do espaço aquaviário e a segurança da navegação.

Assim sendo, com o propósito de contribuir para com os esforços do órgão fiscalizador e, assim, minimizar os transtornos decorrentes da perturbação do sossego público causada pelo som alto de embarcações, o Capitão dos Portos de Brasília recomenda aos navegadores do Lago Paranoá que observem os limites estabelecidos em lei para a poluição sonora gerada por seus equipamentos de som a bordo, principalmente quando navegando, atracados ou fundeados em localidades do Lago Paranoá próximas a áreas comerciais e residenciais (ex: Pontão do Lago Sul, Península dos Ministros, etc).

Ressalta-se contudo, que a atribuição da fiscalização deste quesito é atribuição do IBRAM, e que a Capitania Fluvial de Brasília apoiará o Instituto quando houver solicitação.

5.6 - AVISO DE SAÍDA PARA EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS

A partir da data de aprovação desta publicação, passa a ser obrigatório que as embarcações classificadas como transporte de passageiros preencham uma relação de passageiros conforme o Aviso de Saída (Anexo B).

Este Aviso de Saída constará o nome, CPF e telefone para contato de todos os passageiros, inclusive crianças.

O Comandante/tripulação da embarcação enviará uma cópia desta relação, em meio físico ou digital, a algum representante da embarcação em terra.

A verificação do Aviso de Saída será realizado pelos Inspetores Navais. O não cumprimento irá sujeitar o responsável pela embarcação ao enquadramento no Art. 23 inciso VI - descumprir as regras regionais sobre tráfego, estabelecidas pelo representante local da Autoridade Marítima - do Regulamento de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas Jurisdição Nacional (RLESTA), cujas penalidades previstas são multa ou suspensão do Certificado de Habilitação por até 60 dias.

5.7 - SINALIZAÇÃO NÁUTICA

O Brasil, como país membro da Associação Internacional de Autoridades em Auxílios à Navegação Marítima e Faróis (AISM/IALA) adotou, para as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), por meio do Decreto 92.267/86 o Sistema de Balizamento Marítimo - Região "B" recomendado por aquele organismo.

O Lago Paranoá conta, atualmente, com 16 (dezesseis) sinais náuticos cuja manutenção e garantia do correto funcionamento é de responsabilidade da CFB.

Antes de listar as sinalizações, é importante recordar algumas definições previstas nas Normas da Autoridade Marítima (NORMAM-17/DHN), disponível em www.marinha.mil.br/dhn, as quais serão fundamentais para a navegação no lago:

a) SINAL CARDINAL

É aquele empregado para indicar ao navegante o quadrante da rosa-dos-ventos que possui águas seguras - norte (N), leste (E), sul (S) ou oeste (W) -, limitado respectivamente pelas marcações verdadeiras NW e NE, NE e SE, SE e SW, e SW e NW, tomadas a partir da posição do sinal. O sinal cardinal recebe sua denominação de acordo com o quadrante recomendado para a navegação e obrigatoriamente será dotado de marca de tope (Fig.7).

I) Sinal Cardinal Leste (E)

Cego ou luminoso, apresenta sua estrutura pintada de preto com uma faixa larga horizontal amarela no meio e deve exibir, como marca de tope, 2 (dois) cones na cor preta, um acima do outro, o superior com o vértice voltado para cima e o inferior com o vértice voltado para baixo. O sinal cardinal leste luminoso deve exibir, no período noturno, luz branca com grupo de 3 (três) lampejos muito rápidos a cada 5 (cinco) segundos ou rápidos a cada 10 (dez) segundos.

II) Sinal Cardinal Oeste (W)

Cego ou luminoso, apresenta sua estrutura pintada de amarelo com uma faixa larga horizontal preta no meio e deve exibir, como marca de tope, 2 (dois) cones na cor preta, um acima do outro, o superior com o vértice voltado para baixo e o inferior com o vértice voltado para cima. O sinal cardinal oeste luminoso deve exibir, no período noturno, luz branca com grupo de 9 (nove) emissões rápidas, a cada 15 (quinze) segundos, ou grupo de 9 (nove) emissões muito rápidas, a cada 10 (dez) segundos.

c) SINAL ESPECIAL (Fig.9)

Fig.7 - Sinais Cardinais

b) SINAIS LATERAIS

São aqueles empregados para definir as margens de um canal ou uma via navegável recomendada, segundo a direção convencional do balizamento.

I) Sinal Lateral de Boreste (Fig.8)

Deve ser deixado por boreste e tem as seguintes características, quando fixo:

-marca de tope cônica;

-estrutura na cor encarnada; e

-luz encarnada, se houver, exibida com qualquer ritmo, que não os designados para sinal de canal preferencial.

Fig.8 - Sinal Lateral de Boreste

I) Cego ou luminoso, é aquele que cuja finalidade é a de assinalar uma área ou configuração especial, mencionada em documentos náuticos apropriados, como, por exemplo:

-sinais para delimitação de áreas para exercícios militares;

-sinais indicadores de cabo ou tubulação submarina;

-sinais para delimitação de áreas de segurança de instalações militares;

-sinais para delimitação de perímetro de segurança nas proximidades de usinas hidrelétricas;

-sinais para delimitação de áreas de recreação;

-sinais para delimitação de obras sendo realizadas sobre e sob águas;

-sinais para indicação de áreas aquícolas; e

-sinais para outros fins especiais.

II) Os sinais especiais, cegos ou luminosos, têm as seguintes características:

-marca de tope em forma de "X", opcional;

-estrutura na cor amarela;

-formato opcional, porém, não conflitante com os outros sinais náuticos existentes onde for instalado; e

-luz amarela, se houver, com um dos seguintes ritmos: grupo de ocultação; lampejo simples, exceto lampejo longo a cada 10 (dez) segundos; grupo de lampejo com 4 (quatro), 5 (cinco) ou excepcionalmente 6 (seis) lampejos; grupo de lampejo composto; ou código Morse, com exceção das letras "A" e "U".

Fig.9 - Sinal Especial

Neste contexto, os seguintes sinais náuticos estão posicionados no Lago Paranoá:

b) 01 Boia Cardinal Leste (Península dos Ministros):

c) 01 Baliza Sinal Lateral Boreste (Ilhas dos Clubes):

d) 13 Boias de Sinalização Especial (Demarcação do Perímetro de Segurança do Palácio da Alvorada):

5.8 - ATRACAÇÃO A CONTRABORDO E FUNDEIO

Visando a segurança da navegação e evitar o transbordo de pessoal, o que ocasiona excesso de passageiros, é proibida a atracação a contrabordo entre embarcações. Somente autorizado este tipo de atracação quando realizada aos cais. Em outros Lagos da Jurisdição desta Capitania, será avaliado a interferência no tráfego aquaviário e segurança da vida humana, que em hipótese poderá ser afetado.

Conforme ilustrado nas Cartas n° 2791 (Lago de Brasília - Parte Central) e n° 2792 (Lago de Brasília), existem no Lago Paranoá cabos submarinos de transmissão de energia elétrica, de responsabilidade da Companhia Energética de Brasília (CEB). Os cabos cruzam o lago e estão localizados em uma área entre a "Enseada da Sucuri" e o Palácio da Alvorada. Em função da possibilidade de as âncoras das embarcações engancharem nos referidos cabos de transmissão, ocasionando uma situação de perigo para as embarcações e pessoas a bordo e uma possibilidade de avaria dos cabos, é proibido o fundeio na área delimitada pelo retângulo vermelho (Fig.10).

Fig.10 - Área proibida para o fundeio

É também terminantemente proibido o fundeio de embarcações na região do Vão Central das pontes. Nesta região também vedada a permanência prolongada de qualquer tipo de embarcação, por tratar-se de canal.

Ressalta-se que uma embarcação fundeada está navegando, e assim é necessário que haja um condutor habilitado a bordo. A não observância deste incide na não observância da Regra 5 do RIPEAM (Vigilância), e infração ao Art. 23 inciso IV da RLESTA.

CAPÍTULO 6

INSPEÇÕES NAVAIS

6.1-APLICAÇÃO

A Capitania realiza as fiscalizações nas vias navegáveis por meio de equipes de inspetores navais. As equipes são compostas por militares da Marinha do Brasil, uniformizados e com embarcações caracterizadas. Todas as inspeções navais visam fiscalizar a segurança do tráfego aquaviário, salvaguarda da vida humana e poluição hídrica proveniente de embarcações. Os itens a serem verificados pelos inspetores navais serão os contidos nas legislações em vigor. A Inspeção Naval é de cunho administrativo, e os militares (inspetores) durante as inspeções exercem o poder de Polícia Administrativa.

O Inspetor Naval sempre irá se dirigir ao condutor, que é o Comandante da embarcação. Este deverá sempre ser solícito e colaborar com a Inspeção. Qualquer outro cidadão, que não o condutor, só deverá se pronunciar quando solicitado pelo Inspetor Naval.

Quaisquer anomalias detectadas durante as abordagens das equipes, as quais não competem às atribuições da Marinha, serão reportadas aos órgãos competentes.

6.2 - PRINCIPAIS ITENS A SEREM VERIFICADOS

Na Área de Jurisdição da Capitania Fluvial de Brasília, a maior incidência são embarcações de esporte e recreio, e transporte de passageiros. Sendo assim, as normas que abrangem estas categorias de embarcações são respectivamente NORMAM-03, NORMAM-34 e NORMAM-02.

Os principais itens verificados durante as abordagens são:

1) Documento da embarcação;
2) Habilitação do Condutor;
3) Material de salvatagem (coletes e boias);
4) Marcação do número de inscrição no casco;
5) Lotação da embarcação;
6) Possível ingestão de bebida alcoólica; e
7) Extintores de incêndio.

6.3 - CONDUTORES EMBRIAGADOS

As equipes de Inspeção Naval fazem uso de equipamentos de etilômetro certificados pelo INMETRO.

Consideram-se como limites de teor alcoólico, para fins de aplicação de procedimentos administrativos, a concentração igual ou superior a 0,3 miligramas (três décimos de miligramas) de álcool por litro de ar alveolar ou 6 decigramas de álcool por litro de sangue, hipótese na qual será considerado estado de embriaguez.

A concentração inferior a 0,3 miligramas (três décimos de miligramas) de álcool por litro de ar alveolar ou 6 decigramas de álcool por litro de sangue não é considerada estado de embriaguez e, portanto, não se aplicam as medidas ou procedimentos administrativos.

Recusando-se o condutor a submeter-se ao teste de alcoolemia, este será notificado com base no inciso VIII do art. 23 do RLESTA, bem como impedido de conduzir a embarcação. Para a referida infração, a penalidade prevista é a multa do grupo C daquele regulamento ou suspensão do Certificado de Habilitação (CHA Ou CIR) por até 30 dias.

Na hipótese do teor alcoólico estar acima do limite permitido (0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar), este será notificado com base no inciso I do art. 23 do RLESTA, bem como impedido de conduzir a embarcação. Para referida infração, a penalidade prevista é a suspensão do Certificado de Habilitação (CHA Ou CIR) por até 120 dias.

Caso não haja condutor devidamente habilitado e que ao se submeter ao teste de alcoolemia, este não esteja em estado de embriaguez, a embarcação será apreendida.

6.4 - APREENSÃO DE EMBARCAÇÃO

A medida administrativa de apreensão da embarcação está prevista na LESTA e RLESTA.

A equipe de Inspeção Naval determinará o local a ser recolhida a mesma, podendo ser facultado a designação de um fiel depositário, o qual será o responsável pela guarda da embarcação. Os procedimentos serão os seguintes:

1) Quando, em virtude da avaliação do Inspetor Naval, a embarcação for recolhida às dependências da Capitania, um Inspetor Naval conduzirá a embarcação e o proprietário poderá solicitar o Termo de Liberação da mesma a partir do 1º dia útil após a apreensão.

2) Quando for designado o fiel depositário, a embarcação ficará sob responsabilidade deste, e em hipótese alguma poderá navegar enquanto não for emitido o Termo de Liberação pela Capitania. O Inspetor Naval irá recolher a chave e o documento da embarcação, os quais serão devolvidos ao proprietário no ato da liberação da embarcação.

A embarcação apreendida que for abordada navegando, o fiel depositário responderá pelo crime previsto no Art. 336 do Código Penal.

6.5 - INFRAÇÕES

A inobservância ao cumprimento destas Normas e Procedimentos será configurada como infração. Em decorrência disso, sujeitará o infrator às penas de multa, suspensão da habilitação, retirada de tráfego e apreensão previstas na Lei Nº 9.537/97, a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas Jurisdicionais Brasileiras (LESTA), que é regulamentada pelo Decreto Nº 2.596/98 (RLESTA); nas normas emanadas da Autoridade Marítima (NORMAM) e nos demais dispositivos legais em vigor, aplicáveis a cada caso específico.

A infração será constatada:

a) no momento em que for praticada;
b) mediante apuração posterior; e

c) mediante Inquérito Administrativo.

Constatada a infração, será lavrada a "Notificação para Comparecimento", por meio da qual o responsável pelo eventual cometimento de uma infração será convocado para a prestação de esclarecimentos e a obtenção de orientações nos casos de infringência à legislação vigente afeta à segurança da navegação, salvaguarda da viada humana em hidrovias interiores, e à prevenção da poluição ambiental originada de embarcações. Este documento dará origem ao "Auto de Infração", o qual será julgado pelo Oficial competente da CFB.

A "Notificação para Comparecimento" deverá ser, preferencialmente, assinada pelo infrator e por testemunhas. Caso o infrator se recuse a assinar, o fato será tomado a termo; caso não saiba assinar, a "Notificação para Comparecimento" será assinado a rogo. O "Auto de Infração" será emitido mesmo que o responsável convocado não compareça à CFB para prestar esclarecimento, dentro do prazo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data da "Notificação para Comparecimento".

Lavrado o "Auto de Infração", o infrator disporá de 15 (quinze) dias úteis para apresentar a sua defesa, contados a partir do dia consecutivo do conhecimento do "Auto de Infração", incluindo-se o dia do vencimento. Caso o infrator não queira apresentar a sua defesa, poderá declarar no "Auto de Infração" que renuncia a apresentação da defesa, datando e assinando.

O julgamento do "Auto de Infração" deverá ser proferido pela autoridade competente da CFB, com decisão devidamente fundamentada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de recebimento da defesa; ou julgado, caso esta defesa não seja apresentada, após decorrido o prazo para sua apresentação. Considerado procedente o "Auto de Infração", será estabelecida a pena e notificado o infrator. Caso a pena imposta seja uma multa, o infrator terá um prazo de 15 (quinze) dias corridos para o pagamento.

O infrator irá dispor de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso em relação ao julgamento, junto ao Capitão dos Portos de Brasília. Caso o recurso seja julgado improcedente e o infrator não concorde com a pena imposta poderá, ainda, recorrer da decisão por meio de recurso em última instância administrativa, sem efeito suspensivo, dirigido ao Representante da Autoridade Marítima para a Segurança do Tráfego Aquaviário, o Diretor de Portos e Costas (DPC), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação da decisão do recurso. O DPC irá dispor de 30 (trinta) dias para proferir a sua decisão, devidamente fundamentada.

As infrações e suas respectivas penalidades, incluindo os valores das multas, estão previstos na RLESTA, disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D2596.htm.

Informações mais detalhadas acerca das infrações, bem como de procedimentos e medidas administrativas, poderão ser encontradas no Capítulo 3 das Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval (NORMAM-07/DPC).

CAPÍTULO 7

QUEIMA DE FOGOS

O emprego de embarcações para realização de queima de fogos para eventos festivos, principalmente no fim de ano, tem-se tornado cada vez mais usual. Para a realização de tal evento, o interessado deverá cumprir os itens listados abaixo. O não cumprimento acarretaráno embargo da respectiva embarcação por não oferecer segurança na navegação, acordo Art 4º da Lei Nº 9.537/97, a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário.

1) A solicitação para realização de eventos com queima de fogos embarcada, deverá ser realizada com o prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis anterior à realização do evento;

2) Apresentar a relação de todas as embarcações que serão utilizadas no evento (balsas, rebocadores e embarcações de apoio) acompanh ado de toda a documentação das mesmas. Vale ressaltar que as balsas, mesmo sem propulsão, são embarcações e necessitam ser inscritas junto à Marinha do Brasil, apenas isentas as balsas com comprimento até 5 metros.

3) Apresentar laudo assinado por um engenheiro naval, com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) participando as condições seguras para as embarcações realizarem a queima de fogos;

4) A Capitania Fluvial de Brasília fará uma análise documental das embarcações que realizarão a queima de fogos, seguindo o previsto na legislação em vigor. No dia anterior a realização da queima

de fogos, a Capitania realizará a vistoria das mesmas. E posteriormente, com as embarcações fundeadas no local do evento, a fim de verificar as posições de fundeio e condições gerais de segurança;

5) Nos tanques das embarcações não deverá haver qualquer vestígio de combustível. Os mesmos deverão ser esgotados de todo combustível e completados com água ou retirados de bordo. Materiais

de fácil combustão não deverão permanecer a bordo;

6) As embarcações não deverão ser tripuladas no momento da queima de fogos. Durante a queima de fogos deverá ser mantida uma distância mínima de 100 metros de outras embarcações e da margem. As embarcações de apoio deverão controlar/manter esta distância a fim de que outras embarcações não se aproximem, nem tão pouco banhistas.

7) As equipes responsáveis pelo evento deverão ter permanente guarnecimento do VHF- canal 16, comunicando a Capitania por VHF ou pelo telefone de emergência (61) 99521-0623, tempestivamente, qualquer acidente ou fato da navegação que tenha ocorrido durante o evento;

8) Deverá ser mantida uma embarcação, guarnecida e pronta, para atender qualquer emergência de reboque ou combate a incêndio (embarcação de apoio);

9) Deverá ser cumprido o preconizado no Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento

o Mar (RIPEAM), no que diz respeito às marcas e luzes de fundeio;

10) A embarcação que efetuará a queima de fogos deverá ser retirada ao seu local de origem no prazo máximo de 24 horas após o término do evento;

11) Em posse da solicitação do item "j", a Capitania emitirá um "Aviso aos Navegantes" aos Clubes e Marinas acerca da interdição da navegação na área que a embarcação estiver fundeada.

Não serão cobradas taxas para a realização das vistorias.

O parecer da Capitania Fluvial de Brasília restringe-se à Segurança da Navegação, não eximindo o interessado o cumprimento de exigências de outros órgãos.

CAPÍTULO 8

EVENTOS NÁUTICOS

8.1 - Ofício de solicitação

1) Todos os eventos náuticos (regatas, competições, passeios, exibições, comemorações públicas, encontro de lachas/moto aquáticas, etc) na Área de Jurisdição da Capitania Fluvial de Brasília deverão ser solicitados por meio de ofício com antecedência mínima de quinze dias úteis. As seguintes informações indispensáveis sobre o evento que pretende realizar:

a) Data/hora do início e término do evento;

b) Tipo do evento (regata, natação, passeio, show, etc);

c) Nome da localidade;

d) Croqui com o percurso ou localização do evento;

e) Responsável pelo evento (Nome e CPF/CNPJ);

f) Quantidade e tipo de embarcações previstas; e

g) Nome e nº de inscrição da embarcação de apoio;

h) Detalhar o plano logístico, informando o apoio de terra, pontos de remoção de feridos, pontos de remoção equipamentos avariados e, se for o caso, pontos de reabastecimento;

2) Se o evento interferir com o uso de praias, especialmente se realizado a menos de duzentos metros da linha de base, ou se interferir com qualquer área utilizada por banhistas, as autoridades competentes deverão ser alertadas de modo a que possam ser tomadas as providências necessárias para garantir a integridade física dos frequentadores locais.

3) Os eventos realizados em clubes, marinas ou quaisquer outras áreas às margens dos lagos, que prevejam concentração de embarcações e/ou sejam divulgados à comunidade náutica, deverão cumprir o contido neste capítulo.

4) É de total responsabilidade da organização do evento realizar contato prévio com os demais órgãos municipais/distritais, inclusive para eventuais autorizações afetas àquelas autoridades;

8.2- Embarcações de apoio

1) Os eventos náuticos obrigatoriamente deverão dispor de embarcação de apoio. A cada 15 (quinze) embarcações participantes do evento, os organizadores deverão prover no mínimo

1 (uma) embarcação de apoio;

2) As embarcações de apoio, deverão estar claramente identificadas com bandeiras ou adesivos com a palavra "APOIO", possuir, pelo menos, duas boias circulares ou ferradura, com trinta metros de retinida, cabos de reboque sobressalentes, coletes salva-vidas suplementares, equipamento de comunicações em VHF para contato com equipe de apoio em terra e outros recursos complementares julgados convenientes;

3) As embarcações de apoio e segurança deverão ser guarnecidas por pessoal devidamente habilitado, podendo ainda ter a bordo dessas embarcações, profissionais não tripulantes com formação específica tais como: médicos, paramédicos, enfermeiros, salva-vidas, etc. Essas embarcações deverão ter classificação compatível com a área em que irão operar e capacidade para rebocar as embarcações apoiadas;

4) Durante o percurso, as embarcações de apoio deverão alertar as demais para ser mantida uma distância segura entre as embarcações, com o objetivo de evitar abalroamento e para que haja tempo de resposta em manobras; e

5) Em caso de acidente, a Capitania Fluvial de Brasília deverá ser comunicada mediatamente por meio dos telefones do item 0102.

8.3 - Menores de dezoito anos

A participação de menores de dezoito anos em competições que envolvam embarcações motorizadas, ou não motorizadas, está condicionada à apresentação à organização do evento, de autorização formal, com firma reconhecida, dos pais, tutores ou responsáveis legais.

CAPÍTULO 9

ALUGUEL DE EMBARCAÇÃO "CHARTER"

1) O aluguel de embarcações de esporte e/ou recreio só é admitido com a finalidade exclusiva de recreação ou para a prática de esportes pelo locatário;

2) O locatário poderá alugar as embarcações das seguintes formas:

a) sem tripulação:

- somente para locatário possuidor de habilitação compatível com a área de navegação onde se desenvolverá a singradura. Os estrangeiros não residentes no Brasil deverão observar as orientações contidas no artigo 1.16.4 da NORMAM-03; e

b) com tripulação:

- a tripulação deverá possuir habilitação (de amador ou de aquaviário) compatível com

a área de navegação da embarcação;

3) O locatário da embarcação de esporte e/ou recreio não poderá:

a) utilizá-la fora da finalidade citada no item 1 acima;

b) realizar a sua sublocação para terceiros, mesmo para a finalidade citada na alínea a); e

c) utilizá-la em atividade comercial de qualquer natureza (transporte de passageiros e/ou carga, prestação de serviços etc);

4) Deverão ser fornecidas, ao locatário, instruções impressas sobre procedimentos de segurança, contendo as seguintes orientações básicas, além de outras que forem julgadas necessárias:

a) área em que o usuário poderá navegar, delimitada por balizamento náutico ou pontos de referência;

b) cuidados na navegação;

c) cuidados com banhistas;

d) uso do colete salva-vidas apropriado; e

e) uso dos demais equipamentos de seguranç

5) A autorização para funcionamento de empresas de aluguel de embarcações de esporte e/ou recreio é atribuição dos órgãos competentes municipais ou estaduais que autorizam essa atividade comercial nas suas respectivas competências; e

6) Modalidades do aluguel:

Para o aluguel entre pessoas físicas vale o prescrito nos itens 1 a 4, em especial que o aluguel só é admitido com a finalidade exclusiva de recreação ou para a prática de esportes pelo locatário. Entre as partes dev e vigorar um contrato de aluguel ou instrumento legal similar.

Nas inspeções navais, este contrato deverá ser apresentado ao Inspetor Naval.

Nota: Embarcações do tipo Escuna, saveiro e similares, catamarã e trimarã (multicascos), com capacidade de transportar mais de 12 passageiros, não poderão ser classificadas como embarcações de esporte e/ou recreio, e assim não poderão ser enquadradas na modalidade CHARTER. Estas embarcações somente poderão ser classificadas para atividade de esporte e/ou recreio desde que destinadas ao uso próprio ou familiar, sendo vedado o seu emprego em atividades comerciais. Embarcações ofertadas reiteradamente por meio de publicações em redes sociais ou qualquer outro meio de comunicação, para a realização de evento comercial ou corporativo, atracada ou navegando, e que chegue até o conhecimento desta Capitania, será abordada, notificada e terá sua singradura interrompida para o desembarque obrigatório de todos os passageiros até o cais público mais próximo ou conforme determinação do Inspetor Naval chefe visando resguardar a integridade dos passageiros.

CAPÍTULO 10
VIAS NAVEGÁVEIS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO
10.1 - PRINCIPAIS VIAS NAVEGÁVEIS
A navegação interior no âmbito da AJ da CFB é intensamente realizada nos lagos, lagoas e rios, listados a seguir:
a) Lagoa Feia - localizada no município de Formosa-GO, tem cerca de 7 km de extensão e 400 m de largura. Esta lagoa natural está compreendida na Região Hidrográfica do São Francisco;
b) Lagoa Formosa - localizada no município de Planaltina, tem cerca de 13 km²;
c) Lago Corumbá III - localizado no município de Luziânia-GO, no médio Rio Corumbá, conta com uma área de inundação de 77 km²;
d) Lago Corumbá IV - formado pelo represamento do Rio Corumbá, esse lago banha os municípios de Luziânia-GO, Santo Antônio do Descoberto-GO, Alexânia-GO, Abadiânia-GO e Silvânia-GO, e tem uma área de 173 km²;
e) Lago de Serra da Mesa - formado pelo represamento do Rio Tocantins, esse lago banha os municípios de Colinas do Sul-GO, Niquelândia-GO, Barro Alto-GO, Santa Rita do Novo Destino-GO, Uruaçu-GO, Campinorte-GO, Campinaçu-GO e Minaçu-GO e tem uma área de 1.784 km². Em condições normais, este lago é considerado o 5º maior lago em volume de água do Brasil;
f) Lago de Cana Brava - formado pelo represamento do Rio Tocantins, a jusante da UHE de Serra da Mesa, banha os municípios de Minaçu-GO, Cavalcante-GO e Colinas do Sul-GO, e tem uma área de 139 km²;
g) Lago Paranoá - localizado em Brasília, no Distrito Federal, é formado pelas águas represadas do Rio Paranoá e tem uma área de 37,5 km²;
10.2 - Ordenamento do Lago Serra da Mesa sob jurisdição de Uruaçu-GO
Os ANEXOS D e D-1 contemplam a lei 2.172/2022 sobre o ordenamento das águas do Lago Serra da Mesa que banham o município de Uruaçu-GO, conforme preconizado no item 1.4 da NORMAM 03.

ANEXO A
LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA EMBARCAÇÕES DE ESPORTE E RECREIO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	REFERÊNCIA	EMBARCAÇÕES MIÚDAS	EMBARCAÇÕES DE MÉDIO PORTE	IATES
01	AGULHA MAGNÉTICA	4.19	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO	OBRIGATÓRIO (compensada ou curva de desvio atualizada, válido por 2 anos)
02	ÂNCORA (com no mínimo 20m de cabo ou amarra)	4.18	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO	OBRIGATÓRIO
03	APITO	4.18	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO	OBRIGATÓRIO
04	BANDEIRA NACIONAL	4.2	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO	OBRIGATÓRIO
05	BOIA SALVA-VIDAS (circular ou ferradura)	4.15	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO comp. < 12m: 01 und; comp. >= 12m: 02 und. Retinida flutuante	OBRIGATÓRIO 02 unidades. Pelo menos 01 com retinida flutuante.
06	BOMBA DE ESGOTO (ver detalhes inclusive vazão mínima no artigo 4;29)	4.29	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO comp.< 12m: 01 und.; Comp. >= 12m: 01 manual e 02 elétricasr	OBRIGATÓRIO (03 und., uma delas com acionamento não manual)
07	CERTIFICADO OU NOTAS DE ARQUEAÇÃO	3.29	DISPENSADO	DISPENSADO	DISPENSADO
08	COLETES SALVA-VIDAS	4.14	OBRIGATÓRIO (classes III ou V)	OBRIGATÓRIO (classes III ou V)	OBRIGATÓRIO (classe III)
09	EXTINTOR DE INCÊNDIO	4.27	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO (ver ref. e item 4.36)	OBRIGATÓRIO (ver ref. e artigo 4.36
10	HABILITAÇÃO (mínima)	5.3	Veleiro, Arrais ou Motonauta (conforme o tipo de embarcação)	ARRAIS-AMADOR	ARRAIS-AMADOR
11	LANTERNA PORTÁTIL	4.18	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO (01 unidade)	OBRIGATÓRIO (01 unidade)
12	LICENÇA DE CONSTRUÇÃO	3.3	DISPENSADO	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO
13	LUZES DE NAVEGAÇÃO	4.18	OBRIGATÓRIO (em navegação noturna) RIPEAM-Parte C	OBRIGATÓRIO RIPEAM-Parte C	OBRIGATÓRIO RIPEAM-Parte C
14	MARCAÇÕES NO CASCO (nome nos dois bordos, porto e no de inscrição)	2.16	OBRIGATÓRIO (somente o no de inscrição)	OBRIGATÓRIO	OBRIGATÓRIO
15	MATERIAIS E MEDICAMENTOS DE PRIMEIROS SOCORROS	4.22	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO (a partir de 15 pessoas a bordo)	OBRIGATÓRIO (a partir de 15 pessoas a bordo)
16	QUADROS	4.21	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO (ver referência)	OBRIGATÓRIO (ver referência)
17	RÁDIO VHF	4.23	DISPENSADO	RECOMENDADO	OBRIGATÓRIO
18	TERMO DE RESPONSABILIDADE	3.40	OBRIGATÓRIO (dispensado para as emb. Isentas de inscrição)	OBRIGATÓRIO (dispensado para as emb. Com comprimento menor ou igual à 12m)	OBRIGATÓRIO
19	TÍTULO DE INSCRIÇÃO	2.2	OBRIGATÓRIO (dispensado para as emb. Isentas de inscrição)	OBRIGATÓRIO	OBRIGATÓRIO AB maior que 100 deverão possuir PRPM
20	VISTORIA INICIAL	5.33	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO (isenta caso cumpra disposto artigo 3.33)	OBRIGATÓRIO (isenta caso cumpra disposto artigo 3.33)
21	ARTEFATOS PIROTÉCNICOS	4.17	DISPENSADO	DISPENSADO	OBRIGATÓRIO (porte de 01 facho manual de luz vermelha)

ANEXO B
AVISO DE SAÍDA PARA EMBARCAÇÃO DE PASSAGEIROS

Nome da Embarcação		Hora de saída	
Nº Inscrição		Previsão de Chegada	
Nome do Condutor		Nº de tripulantes	

Passageiros			
	Nome	CPF	Telefone
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

ANEXO C
LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA BALSAS DE QUEIMA DE FOGOS

Nº	Item	Sim	Não
1	Verificação da documentação da balsa (necessita ser inscrita se MAIOR que 5 metros)		
2	Verificar se a balsa está na distância mínima de 100m da margem		
3	Verificação da embarcação de apoio (documentação e materiais de salvatagem)		
4	Verificar a sinalização náutica com lâmpadas em todas as extremidades da balsa (luzes fixas na cor amarela, com alcance mínimo de duas milhas náuticas)		
5	Laudo de responsabilidade técnica do responsável pela queima de fogos		
6	Registrar a posição do dispositivo flutuante	Latitude ____ °_____ '____"S	Longitude ___ °_____ '____"W

Data da vistoria:_____/_____/_____ Hora: _____:_____

Obs: 1-A embarcação de apoio deverá manter uma distância de segurança da balsa e manter escuta permanente em VHF - canal 16, comunicando a Capitania, tempestivamente, qualquer acidente ou fato da navegação que tenha ocorrido durante o evento.

2-Os itens enumerados que apresentarem alguma discrepância durante a vistoria, deverão ser sanados em até 12 horas antes do início do evento.

3-As balsas não deverão ser tripuladas no momento da queima de fogos e seus tanques vazios.

_____ _____

Assinatura do Responsável da Balsa Inspetor Naval

CPF:

ANEXO D

ESTADO DE GOIAS
Municipio De Uruaçu
Gabinete do Prefeito

Certifico que o presente ato foi publicado no placar desta prefeitura nesta data.

Uruaçu-GO, 18 / 10 /2022.

Secretaria Mun. de Administração

Lei nº 2.172/2022

"Plano de Uso e Ocupação das Áreas no Entorno do Lago Serra da Mesa, no perímetro urbano do Município de Uruaçu."

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUAÇU, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal APROVA e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei estabelece um conjunto de diretrizes e proposições com o objetivo de disciplinar a conservação, a recuperação, o uso e ocupação do entorno do Lago Serra da Mesa, no perímetro urbano do Município de Uruaçu.

Art. 2º. Constituem diretrizes do Plano de Uso e Ocupação do Entorno do Lago Serra da Mesa no Perímetro Urbano do Município de Uruaçu:

I – definir parâmetros de uso e ocupação do entorno do Lago Serra da Mesa, no perímetro urbano, seus limites e restrições, como instrumentos de preservação dos recursos hídricos e uso sustentável;

II - definir competências institucionais e responsabilidades para a restauração e preservação dos recursos hídricos, a biodiversidade, a paisagem e o fluxo gênico da fauna e flora;

III - gestão dos recursos hídricos visando o uso racional, integrado e múltiplo das águas;

IV – garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente.

Art. 3º. Fica estabelecido o Zoneamento de Uso e Ocupação do Entorno do Lago Serra da Mesa, que delimita áreas sujeitas à restrição de uso, conforme detalhado nos Anexos, que fazem parte integrante desta lei:

I - Anexos I, II, III e IV, contém os Mapas do Zoneamento do Entorno do Lago Serra da Mesa, no perímetro urbano;

ESTADO DE GOIÁS
Município De Uruaçu
Gabinete do Prefeito

Certifico que o presente ato foi publicado no placar desta prefeitura nesta data.
Uruaçu-GO, 18/10/2022.
Secretaria Mun. de Administração

II - Anexo V, contém os conceitos dos termos utilizados na lei.

Art. 4º. O Zoneamento de Uso e Ocupação do Entorno no Lago Serra da Mesa é constituído pelas seguintes Zonas:

I – Zona de Interesse Turístico: espaço entre a lâmina d'água e a cota máxima, no reservatório de espera, ao longo de águas correntes e dormentes do Lago Serra da Mesa;

II – Zona Especial de Interesse Turístico: espaço de 182.121,57m² localizado entre o Memorial Serra da Mesa e as margens do Lago Serra da Mesa (**Praia Generosa**), reconhecida pelos atrativos naturais, ou artificiais, equipamentos de lazer e esportivos, serviços de alimentação e infraestrutura de apoio turístico, conforme mapa e coordenadas inseridas no Anexo III;

III – Zona de Uso Para Banho: faixa de 200 metros a partir do início do espelho d'água, conforme mapa inserido no Anexo I;

IV – Zona de Embarque e Desembarque:

a) **Embarque A,** localizado entre as coordenadas 14,5201122º e 49,04771135º, conforme mapa inserido no Anexo I e;

b) **Embarque B**, localizado entre as coordenadas 14,5188817º e 49,05250111º, conforme mapa inserido no Anexo I;

V – Zona de Uso Para Flutuantes de Lazer e Comercial: áreas demarcadas no mapa inserido no Anexo I, a partir dos pontos de embarque;

VI – Zona de Uso Para Atividades Náuticas Motorizadas: espaço a partir de 200 metros do início do espelho d'água, conforme Anexo I;

VII - Zona de Preservação Ambiental: faixa de 30 metros acima da cota 460 (quatrocentos e sessenta), ao longo do Lago Serra da Mesa, no perímetro urbano do Município;

VIII – Zona de Segurança do Ponto de Captação de Água para Abastecimento Público: raio de 50 metros do ponto de captação de água, conforme mapa inserido no Anexo IV;

VIX – Zona de Diluição de Efluentes de Estação de Tratamento de Esgoto: raio de 50 metros dos efluentes e da estação de tratamento, conforme mapa inserido no Anexo IV;

ESTADO DE GOIÁS
Município De Uruaçu
Gabinete do Prefeito

Certifico que o presente ato foi publicado no placar desta prefeitura nesta data.
Uruaçu-GO, 18/10/2022.
Secretaria Mun. de Administração

X – Zona de Segurança de Tráfego Aquaviário: espaço de 50 metros a partir das extremidades da Ponte na GO-237, que liga o Município de Uruaçu ao Município de Niquelândia, conforme mapa inserido no Anexo II.

Parágrafo único. O Zoneamento de que trata o ***caput*** deste artigo será parte integrante do Plano diretor da cidade de Uruaçu.

Art. 5º. O tráfego das embarcações deverão obedecer às disposições da Lei Federal nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 e da NORMAM-03 da Marinha do Brasil.

§1º - As embarcações de propulsão a remo, ou a vela, deverão trafegar a partir de 100 (cem) metros do início do espelho d'água.

§2º - As embarcações de propulsão a motor, deverão trafegar a partir de 200 (duzentos) metros do início do espelho d'água.

§3º - Os equipamentos obrigatórios para embarcações são: coletes salva-vidas, em quantidade superior ou igual ao número de pessoas dentro da embarcação, boia circular e extintor de incêndio.

Art. 6º. Fica permitido o uso de flutuantes em toda a extensão do Lago Serra da Mesa no Município de Uruaçu, exceto, na Zona de Uso para Banho no perímetro da praia generosa.

Art. 7º. Para aproximação da praia, as embarcações deverão utilizar as áreas reservadas e demarcadas com placas e com boias na água.

Art. 8º. O estabelecimento, o embarque e o desembarque de pessoal e de materiais nas embarcações, assim como naqueles dispositivos rebocáveis, deverão ser realizados nas áreas reservadas para embarcações.

Art. 9º. A aproximação e o afastamento das embarcações, das áreas reservadas, devem ser em baixa velocidade (até 5 nós) e no sentido perpendicular à praia.

Art. 10. O lançamento ou recolhimento de embarcações na água com auxílio ou não de veículos de reboque, deverão ser realizados nas áreas reservadas para embarcações, ou nas rampas de concreto existentes para esse fim.

ESTADO DE GOIÁS
Município De Uruaçu
Gabinete do Prefeito

Certifico que o presente ato foi publicado no placar desta prefeitura nesta data.
Uruaçu-GO, 18/10/2022.
Secretaria Mun. de Administração

Art. 11. Os veículos de reboque deverão permanecer nas áreas reservadas para embarcações somente o tempo suficiente para o lançamento ou recolhimento das embarcações na faixa de areia das praias.

Art. 12. Fica proibida a estocagem de combustível e o abastecimento de embarcações na faixa de areia da Praia Generosa.

Art. 13. Os organizadores de atividades náuticas, recreativas ou esportivas, tais como regatas, competições, exibições e comemorações públicas programadas no Lago Serra da Mesa, deverão observar as regras prescritas na NORMAM-03, da Marinha do Brasil.

§1º. Os organizadores das atividades mencionadas no ***caput*** deste artigo deverão informar o fato à Capitania Fluvial, com antecedência mínima de 10 (dez) dias; e solicitar à Prefeitura autorização e a interdição da área para garantir a integridade física dos banhistas e embarcações não participantes.

§2º. As áreas reservadas para a prática esportiva ou recreativa de que trata o ***caput***, bem como, distanciamento em relação à praia, serão demarcadas pela empresa exploradora da atividade, com sinalizadores apropriados, conforme orientação da Prefeitura e da Capitania Fluvial.

Art. 14. São consideradas intervenções de baixo impacto ambiental em Zona de Interesse Turístico e em Zona de Preservação Ambiental, sujeitas a licenciamento, aquelas previstas na Resolução nº 369/2006 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente:

a) trilhas ecoturísticas;
b) ciclovias;
c) pequenos parques de lazer;
d) acesso e travessia aos corpos de água;
e) mirantes;
f) equipamentos de segurança, lazer, cultura e esporte;
g) bancos, sanitários, chuveiros e bebedouros públicos; e
h) rampas de lançamento de barcos e pequenos ancoradouros;
i) construção de cercas de divisa de propriedades.

Parágrafo único. As intervenções de baixo impacto ambiental não poderão comprometer as funções ambientais, nem ultrapassar os percentuais de impermeabilização, e alteração para ajardinamento, limitados a respectivamente 5% e 15% da área total.

ESTADO DE GOIÁS
Município De Uruaçu
Gabinete do Prefeito

Certifico que o presente ato foi publicado no placar desta prefeitura nesta data.
Uruaçu-GO, 18/10/2022.
Secretaria Mun. de Administração

Art. 15. O não cumprimento desta Lei acarretará a lavratura de auto de infração, que será encaminhado à Capitania Fluvial, para ser julgado de acordo com as normas da autoridade marítima para inspeção naval - NORMAM – 07.

Parágrafo único. O julgamento do auto de infração a que se refere este artigo e a aplicação de multas aos infratores, poderão ser realizados pela Prefeitura, desde que seja firmado um convênio com a Marinha do Brasil, tendo como objeto a fiscalização do tráfego de embarcações nas áreas adjacentes às praias fluviais e lacustres.

Art. 16. O proprietário de embarcação em desacordo com a presente lei, será notificado para promover a regularização, no do prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do bem, ou confisco, no caso de não remoção de embarcação encalhada, ou naufragada.

Art. 17. Caberá à Prefeitura Municipal de Uruaçu a fiscalização do cumprimento desta Lei, em conjunto com a Capitania Fluvial.

Art. 18. O Zoneamento de Uso e Ocupação do Entorno no Lago Serra da Mesa fica inserido no Zoneamento Ambiental do Plano Diretor de Uruaçu.

Art. 19. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor 90 (noventa dias) após sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Uruaçu, Estado de Goiás, aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro de 2022.

Valmir Pedro Tereza
Prefeito Municipal

Lucivânia Ferreira da Rocha Oliveira
Secretaria Municipal de Finanças e Administração

Estado de Goiás
Município de Uruaçu
Gabinete do Prefeito

ANEXO I

Mapa de Zoneamento da Praia Generosa

- **Zona de Uso Para Banho:** 200 metros, a partir do espelho d'água;
- **Embarque A**: coordenadas 14,5201122° e 49,0477135°;
- **Embarque B**: coordenadas 14,518817° e 49,0525011°;
- **Zona de Uso Para Atividades Náuticas Motorizadas**: a partir de 200m do início do espelho d'água;
- **Zona de Uso Para Flutuantes de Lazer e Comercial**: a partir dos pontos de embarque;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Estado de Goiás
Município de Uruaçu
Gabinete do Prefeito

ANEXO II

Zona de Segurança de Tráfego Aquaviário

- **Zona de Segurança de Tráfego Aquaviário:** espaço de 50 metros em torno da Ponte na Rodovia GO-237, que liga o Município de Uruaçu - GO ao Município de Niquelândia - GO;

- **Zona de Interesse Turístico:** espaço entre a lâmina d'água e a cota máxima, no reservatório de espera, ao longo de águas correntes e dormentes do Lago Serra da Mesa;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Estado de Goiás
Município de Uruaçu
Gabinete do Prefeito

ANEXO III

Zona Especial de Interesse Turístico
Praia Generosa

- **Zona Especial de Interesse Turístico**: área de 182.121,57m² localizada entre o Memorial Serra da Mesa e as margens do Lago Serra da Mesa, reconhecida como **Praia Generosa**, pelos atrativos naturais, ou artificiais, equipamentos de lazer e esportivos, serviços de alimentação e infraestrutura de apoio turístico.

- **Coordenadas geográficas**:

P1 = 14°31'15.2"S 49°03'01.2"W -14.520886, -49.050336;

P2 = 14°31'09.4"S 49°03'12.8"W -14.519271, -49.053546;

P3 = 14°31'02.0"S 49°03'07.9"W -14.517211, -49.052183;

P4 = 14°31'11.5"S 49°02'49.0"W -14.519871, -49.046951.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Estado de Goiás
Município de Uruaçu
Gabinete do Prefeito

ANEXO IV

Zona de Segurança do Ponto de Captação de Água para Abastecimento Público

Zona de Diluição de Efluentes de Estação de Tratamento de Esgoto

- **Zona de Segurança do Ponto de Captação de Água para Abastecimento Público**: raio de 50 metros em torno do ponto de captação de água;

- **Zona de Diluição de Efluentes de Estação de Tratamento de Esgoto**: raio de 50 metros em torno dos efluentes e da estação de tratamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO E
INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA

INSTRUÇÕES SOBRE A LOCALIZAÇÃO DO MATERIAL DE SALVATAGEM, DEMONSTRAÇÃO DE USO DE COLETES SALVA-VIDAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

"BOM DIA! (BOA TARDE! ou BOA NOITE).

(A disseminação poderá ser realizada a viva voz, usando sistema de som ou a apresentação de cartão impresso descrevendo os procedimentos)

SENHORAS E SENHORES PASSAGEIROS, BEM VINDOS A BORDO. NOSSA CHEGADA A (DESTINO FINAL) ESTÁ PREVISTA PARA AS ____ HORAS DO DIA _____.

(Ou apresentar os detalhes da travessia ou singradura que será realizada)

EM CUMPRIMENTO ÀS NORMAS DA CAPITANIA FLUVIAL DE BRASÍLIA, PARTICIPAMOS QUE ESTA EMBARCAÇÃO POSSUI LOTAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA DE _____ PASSAGEIROS, E ESTÁ GUARNECIDA COM _____ TRIPULANTES.

O TELEFONE DA CAPITANIA E DEMAIS INFORMAÇÕES DA EMBARCAÇÃO CONSTAM DAS PLACAS LOCALIZADAS NAS SEGUINTES POSIÇÕES: _____.

1. APRESENTAREMOS AGORA A LOCALIZAÇÃO, O USO DO MATERIAL DE SALVATAGEM E OS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA: (adaptar conforme o caso e as características da embarcação).

2. ESTA EMBARCAÇÃO ESTÁ EQUIPADA COM O SEGUINTE MATERIAL DE SALVATAGEM:

(descrever o material e a localização).

3. INICIAREMOS AGORA A DEMONSTRAÇÃO DO USO DO COLETE SALVA-VIDAS.

4. O COLETE POSSUI FITAS NA PARTE SUPERIOR QUE DEVEM SER FIRMEMENTE AMARRADAS, UMA À OUTRA, E OUTRA INFERIOR, QUE APÓS CONTORNAR O CORPO, DEVERÁ SER BEM AMARRADA À CINTURA. O COLETE DISPÕE, TAMBÉM, DE UM APITO PARA FACILITAR A LOCALIZAÇÃO DO NÁUFRAGO.

(adaptar conforme o caso e as características da embarcação e os tipos de colete empregados).

5. AS ESCADAS FAZEM PARTE DAS ROTAS DE FUGA EM CASO DE INCIDENTES. POR MOTIVO DE SEGURANÇA, É PROIBIDO SENTAR OU PERMANECER NAS ESCADAS.

6. EM CASO DE ACIDENTE, MANTENHA A CALMA E SIGA AS INSTRUÇÕES DA TRIPULAÇÃO.

(adaptar conforme o caso e as características da embarcação e os tipos dos demais recursos de salvatagem disponíveis e sua localização).

7. DESCREVER OS DEMAIS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA, CASO EXISTENTES.

MUITO OBRIGADO. TENHAM TODOS UMA BOA VIAGEM OU BOM PASSEIO ESTA TRIPULAÇÃO ESTÁ ÀS SUAS ORDENS".

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

ATA Nº 25, DA 8ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Realizada em 15 de abril de 2024

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às onze horas e trinta minutos, na sala de reuniões do 6º andar, da sede da Empresa, situada na Ilha das Cobras, Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP nº 20180-001, realizou-se a 8ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, presente a totalidade do Capital Social, de titularidade da União, neste ato representada pelo Dr. Alexandre Cairo, Procurador da Fazenda Nacional, designado pela Portaria nº 115, de 25 de janeiro de 2024, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A reunião contou, ainda, com as presenças do Almirante de Esquadra Edgar Luiz Siqueira Barbosa, Presidente do Conselho de Administração da EMGEPRON; do Vice-Almirante (IM) Alexandrino Machado Neto, membro do Conselho Fiscal da Empresa; do Vice-Almirante (RM1-IM) Edesio Teixeira Lima Junior, Diretor-Presidente da EMGEPRON; do Contra-Almirante (IM) Gustavo Pereira Pinto, Diretor Administrativo-Financeiro; e do Senhor Kleber Luis Alves Guedes, representante da Auditoria Independente, por videoconferência. Para fins de atendimento aos requisitos formais, o Presidente do Conselho de Administração da Empresa assumiu a Presidência da Assembleia, nomeando como Secretário, o Capitão de Corveta da Reserva Remunerada, do Quadro de Oficiais Auxiliares da Armada, Rogério Braz de Almeida. Dispensada a publicação no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, tendo em vista a presença de representante legal do único acionista, o Presidente apresentou a seguinte Ordem do Dia: 1) Relatório de Administração 2023; 2) Aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; 3) Aprovação da Aplicação do Lucro Líquido na formação de reservas e da incorporação de reservas e de parte do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, ao capital social; 4) Aprovação do Orçamento de Capital; 5) Eleição de membro do Conselho de Administração; e 6) Proposta de Remuneração Global dos Membros Estatutários ABR/2024 a MAR/2025. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Representante da União votou pela aprovação do Relatório de Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Representante da União votou pela aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Representante da União votou pela aprovação da destinação do resultado do exercício de 2023, conforme proposto pela Administração da empresa, bem como pelo aumento de capital, na forma proposta pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no montante de R$ 1.666.863.614,43, passando o capital social da empresa dos atuais R$ 3.634.385.316,48 para R$ 5.301.248.930,91, conforme proposto pela Administração, e pela alteração do Art. 8º do Estatuto Social da empresa, nos termos do anexo I, a fim de adequá-lo ao novo valor do capital social aumentado. Passando ao quarto item da Ordem do Dia, o Representante da União votou pela aprovação da proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2024, conforme proposto pela Administração da empresa. Passando ao quinto item da Ordem do Dia, o Representante da União votou pela eleição de DÉBORA RAQUEL CRUZ FERREIRA, como membro do Conselho de Administração, representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, em recondução (Ofício SEI Nº 21029/2024/MGI, de 2 de fevereiro de 2024), com prazo de gestão unificado, até 14 de abril de 2026. Passando ao sexto item da Ordem do Dia, o Representante da União votou, conforme a orientação da SEST, constante da Nota Técnica SEI nº 11995/2024/MGI, datada de 23 de março de 2024, em atenção ao disposto no art. 36, inciso VI, alínea "i", do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, pela fixação da remuneração para os membros estatutários da EMGEPRON, no período de abril de 2024 a março de 2025, conforme a seguir: a) Administradores (presidente, diretores e membros do Conselho de Administração): até R$ 1.963.958,01; b) Conselho Fiscal: até R$ 104.199,12; c) Comitê de Auditoria (COAUD): até R$ 104.199,12; d) é vedado ao pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado na assembleia para os membros estatutários, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos do art. 152 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e) compete ao Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual da remuneração dos membros estatutários definidos na assembleia geral; f) é vedado o repasse aos administradores de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do acordo coletivo de trabalho na sua respectiva data-base; g) é responsabilidade das empresas estatais federais verificar a regularidade do pagamento dos encargos sociais de ônus do empregador, inclusive mediante análise jurídica; h) em situações em que o diretor seja também empregado da empresa estatal federal, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso (súmula nº 269 do Tribunal Superior do Trabalho); i) o pagamento da rubrica quarentena está condicionado à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente; j) o pagamento da rubrica auxílio moradia está condicionado à observância das leis orçamentárias e à implementação de regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração; e k) pela delegação de competência ao Conselho de Administração para efetuar a distribuição dos valores destinados ao pagamento da remuneração da Diretoria Executiva, observado o montante global, deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração. Outrossim, conforme orientação da STN, com o objetivo de aprimorar as demonstrações financeiras dos próximos exercícios, a Administração da EMGEPRON deverá seguir as seguintes recomendações: "a) incluir no rol de documentos a serem enviados a esta Secretaria, a manifestação do COAUD, com informações em relação às demonstrações financeiras; e b) descrever de forma detalhada no Relatório da Administração ou nas Notas Explicativas, conforme determina o Estatuto Social da companhia, como estariam evidenciados o custo e receitas, de forma transparente, inclusive no plano contábil, relativos às obrigações ou responsabilidades assumidas por orientação da União, em condições diversas das de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado." Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por mim, pelo Presidente da Assembleia e pelo representante da União, para os fins determinados em lei. Rio de Janeiro, quinze de abril de dois mil e vinte e quatro. Atesto que as deliberações aqui contempladas são fiéis à Ata original arquivada na Sede da EMGEPRON.

EDGAR LUIZ SIQUEIRA BARBOSA
Presidente do Conselho de Administração

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO

PORTARIA CGGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD Nº 2.301, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD nº 1.579, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000197/2024-91, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa EMERALD GEOMODELLING DO BRASIL LTDA., com sede social na Avenida Rio Branco, 43, Salas 1.801 a 1.805, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.090-003, inscrita no CNPJ sob o nº 47.161.073/0001-29, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "C".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 5 de maio de 2027.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Bda MAURÍCIO DE SOUZA BEZERRA

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 472, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Retifica localização de município de Projeto de Assentamento Morada Nova, sob gestão da Superintendência Regional do Maranhão - SR(MA).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 104 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 2.541, de 28 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2022 e o art. 11 do Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, e;

Considerando que os setores técnicos competentes da Superintendência Regional do Maranhão - SR(MA) e da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento (DD) procederam a análise do processo administrativo nº 54000.028032/2024-84 e decidiram pela regularidade da retificação de informações na Portaria Nº 57, de 02 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 04 de setembro do ano de 2002, que reconheceu o Projeto de Assentamento Estadual MORADA NOVA, código SIPRA MA0652000, com área de 980,4214 ha (novecentos e oitenta hectares, quarenta e dois ares e quatorze centiares), visando atender 31 famílias de pequenos produtores rurais, administrado pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA, situado no Município de São Domingos /MA;

Considerando a necessidade de retificação do município de localização do Projeto de Assentamento Estadual MORADA NOVA, de São Domingos do Maranhão/MA para o Município de Colinas/MA, conforme Parecer 5308 (19691965), resolve:

Art. 1º Retificar o município de localização do Projeto de Assentamento Estadual MORADA NOVA (MA0652000), do Município de São Domingos do Maranhão/MA para localização no Município de Colinas/MA, reconhecido pela Portaria Nº 57, de 02 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 04 de setembro do ano de 2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI

PORTARIA Nº 473, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Retifica área, capacidade e localização do município de Projeto de Assentamento Morro do Taió, localizado no município de Santa Terezinha, no estado de Santa Catarina, sob gestão da Superintendência Regional de Santa Catarina - SR(SC).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV do art. 22 do Decreto n.º 11.232, de 10 de outubro 2022, combinado com o inciso VIII do art. 104 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria n.º 2.541, de 28 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 2022; e

Considerando as manifestações da área técnica da Superintendência Regional de Santa Catarina - SR(SC) e da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD, que procederam à análise do processo administrativo n.º 21510.002714/1987-42, que decidiram pela regularidade da retificação de informações na PORTARIA/INCRA/P/Nº 439, de 26 de maio de 1987, que criou o Projeto de Assentamento Morro do Taió, código SIPRA SC0022000, localizado no município de Santa Terezinha, no estado de Santa Catarina, retificada em publicação no Diário Oficial da União n.º 211, de 30 de outubro de 2003, na Seção I.

Considerando a conformidade com a área do Projeto de Assentamento Morro do Taió com a base cartográfica do INCRA/SR(SC) na Nota Técnica n.º 854/2024/SR(SC)D3/SR(SC)D/SR(SC)/INCRA (SEI n.º 19952367); resolve:

Art. 1º Retificar a área de 750,3000 ha (setecentos e cinquenta hectares, trinta ares), constante da PORTARIA/INCRA/P/ Nº 439, DE 26 DE MAIO DE 1987, que criou o Projeto de Assentamento Morro do Taió, código SIPRA SC0022000, para a área de 722,4023 ha (setecentos e vinte e dois hectares, quarenta ares e vinte e três centiares), a capacidade do projeto de 70(setenta) famílias para a capacidade de 36 (trinta e seis) famílias, e a localização do município de Itaiópolis para o município de Santa Terezinha, no estado de Santa Catarina, em conformidade com a base cartográfica do INCRA/SR(SC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA SNAS Nº 87, DE 2 DE MAIO DE 2024

Torna pública lista anexa das programações oriundas de emendas parlamentares, ou de programação orçamentária própria, executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social na modalidade fundo a fundo, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, e tendo em vista a Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Tornar pública lista anexa das programações oriundas de emendas parlamentares, ou de programação orçamentária própria, executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social na modalidade fundo a fundo, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

Art. 2º As programações descritas no anexo desta Portaria visam a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (219G), tendo como destinação:

I -a aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes, para fins de investimento (GND 4); e

II - o incremento de maneira temporária as transferências regulares e automáticas financeiras para fins de custeio (GND 3).

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social adotará as providências necessárias para as transferências de recursos aos respectivos Fundos de Assistência Social estabelecidos nesta Portaria, em conformidade com os procedimentos da modalidade de transferência fundo a fundo, e somente após cumpridos os requisitos pelos entes federados das condições previstas na Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ QUINTÃO SILVA

ANEXO

UF	ENTE FEDERADO	ANO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMENDA N.º ou PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÓPRIA N.º	PROGRAMAÇÃO SIGTV	VALOR	GND	NOTA DE EMPENHO	PROCESSO
AL	BARRA DE SAO MIGUEL	2023	219G	55901270060202301	270060720230001	50.000,00	4	2023NE411037	71000098319202318
DF	FUNDO ESTADUAL - DF	2023	219G	55901530010202305	530000020230028	4.051.336,00	3	2023NE411005	71000098417202347
ES	RIO BANANAL	2023	219G	55901320435202301	320435120230002	120.000,00	4	2023NE409041	71000089562202337
MA	BEQUIMAO	2023	219G	55901210190202301	210190520230001	600.000,00	4	2023NE411023	71000097948202312
MG	BELO HORIZONTE	2023	219G	202335950006	310620020230007	100.000,00	3	2023NE409592	71000095830202350
MG	BELO HORIZONTE	2023	219G	202341570005	310620020230016	300.000,00	3	2023NE409598	71000095826202391
RJ	MIRACEMA	2023	219G	202339420005	330300520230001	210.000,00	3	2023NE409619	71000095762202329
RS	CANGUCU	2023	219G	55901430450202301	430450720230002	50.000,00	4	2023NE411046	71000098379202322
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	2023	219G	202319970009	354870820230002	212.015,00	4	2023NE409687	71000095763202373

PORTARIA SNAS Nº 88, DE 2 DE MAIO DE 2024

Torna pública lista anexa das programações oriundas de emendas parlamentares, ou de programação orçamentária própria, executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social na modalidade fundo a fundo, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023, e tendo em vista a Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020,

resolve:

Art. 1º Tornar pública lista anexa das programações oriundas de emendas parlamentares, ou de programação orçamentária própria, executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social na modalidade fundo a fundo, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

Art. 2º As programações descritas no anexo desta Portaria visam a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (219G), tendo como destinação:

I -a aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes, para fins de investimento (GND 4); e

II - o incremento de maneira temporária as transferências regulares e automáticas financeiras para fins de custeio (GND 3).

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social adotará as providências necessárias para as transferências de recursos aos respectivos Fundos de Assistência Social estabelecidos nesta Portaria, em conformidade com os procedimentos da modalidade de transferência fundo a fundo, e somente após cumpridos os requisitos pelos entes federados das condições previstas na Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ QUINTÃO SILVA

ANEXO

UF	ENTE FEDERADO	ANO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMENDA N.º ou PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÓPRIA N.º	PROGRAMAÇÃO SIGTV	VALOR	GND	NOTA DE EMPENHO	PROCESSO
AC	PORTO WALTER	2024	219G	202443940007	120039320240001	120.000,00	3	2024NE401483	71000021129202485
AL	ATALAIA	2024	219G	202442960007	270040920240001	700.000,00	3	2024NE401487	71000021130202418
AL	PAO DE ACUCAR	2024	219G	202442960007	270640620240001	200.000,00	3	2024NE401419	71000020024202417
AL	PARIPUEIRA	2024	219G	202444520008	270644820240001	325.000,00	3	2024NE401420	71000020136202460
AL	PENEDO	2024	219G	202442960007	270670320240001	200.000,00	3	2024NE401490	71000019794202417
AL	PENEDO	2024	219G	202442960007	270670320240002	700.000,00	3	2024NE401492	71000019795202453
AM	MANAQUIRI	2024	219G	202441370006	130255320240001	300.000,00	3	2024NE401787	71000022022202454
AM	SANTO ANTONIO DO ICA	2024	219G	202471040009	130370020240001	1.000.000,00	3	2024NE401705	71000021523202413
AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	2024	219G	202471040009	130353620240001	2.000.000,00	3	2024NE401704	71000022273202439
BA	BREJOES	2024	219G	202427370005	290430820240001	150.000,00	3	2024NE401827	71000022023202407
BA	FEIRA DE SANTANA	2024	219G	202424680012	291080020240002	450.000,00	3	2024NE401788	71000022447202463
BA	FEIRA DE SANTANA	2024	219G	202427370005	291080020240001	100.000,00	3	2024NE401828	71000022448202416
BA	IBOTIRAMA	2024	219G	202426010004	291320020240001	250.000,00	3	2024NE401424	71000021132202407
BA	IPIRA	2024	219G	202427370005	291400020240001	100.000,00	3	2024NE401425	71000021249202482
BA	MARAGOGIPE	2024	219G	202427370005	292060120240001	100.000,00	3	2024NE401497	71000020970202455
BA	SANTO ESTEVAO	2024	219G	202427370005	292880220240001	100.000,00	3	2024NE401498	71000021526202457
BA	GUANAMBI	2024	219G	202427370005	291170920240001	100.000,00	3	2024NE401423	71000020969202421
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	2024	219G	202427370005	291955320240001	100.000,00	3	2024NE401426	71000021131202454
BA	GANDU	2024	219G	202427370005	291120420240001	100.000,00	3	2024NE401422	71000021524202468
BA	SAUBARA	2024	219G	202427370005	292975020240001	150.000,00	3	2024NE401499	71000019494202420
BA	VALENTE	2024	219G	202427370005	293300020240001	100.000,00	3	2024NE401501	71000019618202477
BA	MUCURI	2024	219G	202438980008	292200320240002	150.000,00	3	2024NE401829	71000022118202412
BA	ACAJUTIBA	2024	219G	202427370005	290030620240001	150.000,00	3	2024NE401421	71000021525202411
BA	IRAJUBA	2024	219G	202427370005	291420820240001	400.000,00	3	2024NE401493	71000021250202415
CE	CEDRO	2024	219G	202443030016	230380820240001	180.000,00	3	2024NE401789	71000022024202443
CE	CHORO	2024	219G	202471070004	230393120240001	300.000,00	3	2024NE401706	71000021527202400
CE	FORTALEZA	2024	219G	202437330009	230440020240012	200.000,00	3	2024NE401513	71000020219202459
CE	FORTALEZA	2024	219G	202440460006	230440020240002	600.000,00	3	2024NE401427	71000020315202405
CE	FORTALEZA	2024	219G	202440460006	230440020240005	300.000,00	3	2024NE401428	71000020221202428
CE	FORTALEZA	2024	219G	202440460006	230440020240008	100.000,00	3	2024NE401429	71000020223202417
CE	FORTALEZA	2024	219G	202441380007	230440020240003	1.500.000,00	3	2024NE401505	71000020226202451
CE	FORTALEZA	2024	219G	202441380007	230440020240006	1.500.000,00	3	2024NE401506	71000020228202440
CE	FORTALEZA	2024	219G	202441380007	230440020240009	100.000,00	3	2024NE401507	71000020227202403
CE	FORTALEZA	2024	219G	202441380007	230440020240011	100.000,00	3	2024NE401509	71000020314202452
CE	FORTALEZA	2024	219G	202441380007	230440020240014	100.000,00	3	2024NE401514	71000020222202472
CE	FORTALEZA	2024	219G	202441380007	230440020240015	50.000,00	3	2024NE401517	71000020313202416
CE	JUAZEIRO DO NORTE	2024	219G	202443030016	230730420240001	180.000,00	3	2024NE401430	71000021644202465
CE	VARZEA ALEGRE	2024	219G	202443030016	231400320240002	180.000,00	3	2024NE401431	71000021134202498

CE	VARZEA ALEGRE	2024	219G	202427000007	231400320240003	100.000,00	3	2024NE401522	71000021133202443
CE	PIQUET CARNEIRO	2024	219G	202471070004	231090220240001	200.000,00	3	2024NE401707	71000022028202421
ES	ALEGRE	2024	219G	202420290007	320020120240002	200.000,00	3	2024NE401432	71000020058202401
ES	ALEGRE	2024	219G	202433120017	320020120240004	110.000,00	3	2024NE401434	71000020056202412
ES	ALEGRE	2024	219G	202441800008	320020120240003	50.000,00	3	2024NE401433	71000020059202448
ES	BOA ESPERANCA	2024	219G	202492040005	320100120240001	200.000,00	3	2024NE401435	71000020025202453
ES	COLATINA	2024	219G	202441800008	320150620240005	320.000,00	4	2024NE401527	71000019796202406
ES	ECOPORANGA	2024	219G	202492040005	320210820240001	200.000,00	3	2024NE401436	71000020060202472
ES	GUARAPARI	2024	219G	202441800008	320240520240005	130.000,00	3	2024NE401890	71000022664202453
ES	GUARAPARI	2024	219G	202443970005	320240520240002	100.000,00	3	2024NE401881	71000022739202404
ES	GUARAPARI	2024	219G	202443970005	320240520240007	100.000,00	3	2024NE401884	71000022740202421
ES	GUARAPARI	2024	219G	202492040005	320240520240004	100.000,00	3	2024NE401882	71000022741202475
ES	ICONHA	2024	219G	202441800008	320260320240001	130.000,00	3	2024NE401437	71000020057202459
ES	IRUPI	2024	219G	202443970005	320265220240003	100.000,00	3	2024NE401791	71000022030202409
ES	IRUPI	2024	219G	202492040005	320265220240002	100.000,00	3	2024NE401790	71000022029202476
ES	JAGUARE	2024	219G	202443970005	320305620240002	100.000,00	3	2024NE401885	71000023067202446
ES	JERONIMO MONTEIRO	2024	219G	202430930007	320310620240001	100.000,00	3	2024NE401438	71000020026202406
ES	LINHARES	2024	219G	202433120017	320320520240002	100.000,00	3	2024NE401440	71000020971202408
ES	LINHARES	2024	219G	202443970005	320320520240001	100.000,00	3	2024NE401439	71000020972202444
ES	LINHARES	2024	219G	202492040005	320320520240003	100.000,00	3	2024NE401441	71000020973202499
ES	SAO ROQUE DO CANAA	2024	219G	202433120017	320495520240001	150.000,00	3	2024NE401442	71000021255202430
ES	AGUA DOCE DO NORTE	2024	219G	202433120017	320016920240001	100.000,00	4	2024NE401526	71000020593202454
GO	ABADIA DE GOIAS	2024	219G	202471100002	520005020240001	100.652,00	3	2024NE401741	71000020061202417
GO	ABADIANIA	2024	219G	202471100002	520010020240001	150.000,00	3	2024NE401743	71000021054202432
GO	APARECIDA DE GOIANIA	2024	219G	202439650003	520140520240001	200.000,00	3	2024NE401792	71000022031202445
GO	AURILANDIA	2024	219G	202471100002	520260120240001	100.000,00	3	2024NE401745	71000020975202488
GO	CAMPESTRE DE GOIAS	2024	219G	202471100002	520460720240002	100.000,00	3	2024NE401416	71000022032202490
GO	CAMPOS VERDES	2024	219G	202471100002	520495320240001	100.000,00	3	2024NE401746	71000020761202410
GO	CATURAI	2024	219G	202471100002	520520820240001	150.000,00	3	2024NE401750	71000020479202424
GO	ESTRELA DO NORTE	2024	219G	202471100002	520750120240001	450.000,00	3	2024NE401752	71000019798202497
GO	ESTRELA DO NORTE	2024	219G	202471100002	520750120240002	100.000,00	3	2024NE401415	71000021530202415
GO	FORMOSA	2024	219G	202439650003	520800420240001	100.000,00	3	2024NE401886	71000023068202491
GO	GOIANIRA	2024	219G	202471100002	520880620240002	700.000,00	3	2024NE401753	71000020027202442
GO	GUARANI DE GOIAS	2024	219G	202471100002	520940820240001	100.000,00	3	2024NE401414	71000021532202412
GO	HIDROLANDIA	2024	219G	202471100002	520970520240001	100.000,00	3	2024NE401754	71000020594202407
GO	ISRAELANDIA	2024	219G	202440100003	521030720240001	220.000,00	3	2024NE401445	71000021528202446
GO	MOZARLANDIA	2024	219G	202439650003	521400220240001	70.000,00	3	2024NE401446	71000021258202473
GO	MOZARLANDIA	2024	219G	202471100002	521400220240002	150.000,00	3	2024NE401756	71000021261202497
GO	NOVA IGUACU DE GOIAS	2024	219G	202471100002	521487920240001	100.000,00	3	2024NE401757	71000020974202433
GO	PONTALINA	2024	219G	202440100003	521770820240001	200.000,00	3	2024NE401793	71000021835202427
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	2024	219G	202471100002	521930820240002	250.000,00	3	2024NE401413	71000020478202480
GO	TRINDADE	2024	219G	202471100002	522140320240002	140.000,00	3	2024NE401412	71000021839202413
GO	TRINDADE	2024	219G	202471100002	522140320240003	600.000,00	3	2024NE401411	71000021837202416
GO	TRINDADE	2024	219G	202471100002	522140320240004	640.000,00	3	2024NE401410	71000021838202461
GO	CATALAO	2024	219G	202471100002	520510920240001	100.000,00	3	2024NE401747	71000020402202454
GO	CATALAO	2024	219G	202471100002	520510920240002	100.000,00	3	2024NE401748	71000020403202407
GO	CATALAO	2024	219G	202471100002	520510920240004	100.000,00	3	2024NE401749	71000020401202418
GO	ITUMBIARA	2024	219G	202471100002	521150320240001	100.000,00	3	2024NE401755	71000021135202432
GO	GOIAS	2024	219G	202439650003	520890520240001	150.000,00	3	2024NE401444	71000021257202429
GO	TERESINA DE GOIAS	2024	219G	202471100002	522108020240001	100.000,00	3	2024NE401759	71000021260202442
GO	ARUANA	2024	219G	202439650003	520250220240001	400.000,00	3	2024NE401443	71000019497202463
GO	ARENOPOLIS	2024	219G	202471100002	520235320240001	100.000,00	3	2024NE401744	71000019496202419
GO	CACHOEIRA ALTA	2024	219G	202471100002	520410220240001	100.000,00	3	2024NE401417	71000021533202459
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	2024	219G	202471100002	520145420240001	100.000,00	3	2024NE401418	71000022595202488
GO	DAMOLANDIA	2024	219G	202471100002	520680020240001	100.000,00	3	2024NE401751	71000020911202487
GO	NOVA ROMA	2024	219G	202471100002	521490320240001	100.000,00	3	2024NE401758	71000020520202462
MG	ABRE CAMPO	2024	219G	202471140006	310030220240001	50.000,00	3	2024NE401760	71000020976202422
MG	ALTEROSA	2024	219G	202439760001	310200120240001	50.000,00	3	2024NE401891	71000023072202459
MG	ALTEROSA	2024	219G	202439760001	310200120240002	95.000,00	3	2024NE401892	71000023073202401
MG	ALTEROSA	2024	219G	202439760001	310200120240003	70.000,00	3	2024NE401893	71000023074202448
MG	ALTO CAPARAO	2024	219G	202414050004	310205020240001	50.000,00	3	2024NE401447	71000021543202494
MG	ANDRADAS	2024	219G	202414070010	310260520240007	150.000,00	3	2024NE401794	71000022276202472
MG	ARAUJOS	2024	219G	202439240007	310390020240001	100.000,00	3	2024NE401530	71000020038202422
MG	ARAUJOS	2024	219G	202439240007	310390020240002	50.000,00	3	2024NE401531	71000019928202491
MG	ARCEBURGO	2024	219G	202439760001	310410620240001	100.000,00	3	2024NE401532	71000020404202443
MG	AREADO	2024	219G	202439760001	310430420240001	140.000,00	3	2024NE401830	71000022120202491
MG	BOA ESPERANCA	2024	219G	202414070010	310710920240001	162.000,00	3	2024NE401448	71000021137202421
MG	BOTELHOS	2024	219G	202439760001	310840420240005	50.000,00	3	2024NE401539	71000019799202431
MG	BOTELHOS	2024	219G	202439760001	310840420240006	50.000,00	3	2024NE401541	71000019815202496
MG	BOTELHOS	2024	219G	202439760001	310840420240004	50.000,00	3	2024NE401538	71000019813202405
MG	BOTELHOS	2024	219G	202444370006	310840420240002	50.000,00	3	2024NE401537	71000019801202472
MG	BOTELHOS	2024	219G	202444540002	310840420240001	25.000,00	3	2024NE401449	71000019812202452
MG	BOTELHOS	2024	219G	202444540002	310840420240003	25.000,00	3	2024NE401450	71000019814202441
MG	CABO VERDE	2024	219G	202471140006	310950120240002	83.621,00	3	2024NE401388	71000022279202414
MG	CABO VERDE	2024	219G	202471140006	310950120240003	83.621,00	3	2024NE401389	71000022280202431
MG	CABO VERDE	2024	219G	202471140006	310950120240004	100.000,00	3	2024NE401390	71000022282202420
MG	CACHOEIRA DE MINAS	2024	219G	202414050004	310970920240004	50.000,00	3	2024NE401795	71000022055202402
MG	CALDAS	2024	219G	202439760001	311030120240002	90.000,00	3	2024NE401542	71000019367202421
MG	CALDAS	2024	219G	202444540002	311030120240001	50.000,00	3	2024NE401451	71000019368202475
MG	CAMPESTRE	2024	219G	202424880009	311100220240004	100.000,00	3	2024NE401452	71000019807202440
MG	CAMPESTRE	2024	219G	202439760001	311100220240001	64.000,00	3	2024NE401543	71000019800202428
MG	CAMPESTRE	2024	219G	202439760001	311100220240002	63.000,00	3	2024NE401544	71000019808202494
MG	CAMPESTRE	2024	219G	202439760001	311100220240003	63.000,00	3	2024NE401547	71000019810202463
MG	CAMPINA VERDE	2024	219G	202471140006	311110120240001	200.000,00	3	2024NE401391	71000022040202436
MG	CARATINGA	2024	219G	202444370006	311340420240001	100.000,00	3	2024NE401549	71000020032202455
MG	CARMO DA MATA	2024	219G	202441000003	311400620240002	25.000,00	3	2024NE401887	71000022458202443
MG	CARMO DA MATA	2024	219G	202441000003	311400620240003	25.000,00	3	2024NE401888	71000022454202465
MG	CARMO DA MATA	2024	219G	202441000003	311400620240005	25.000,00	3	2024NE401889	71000022459202498
MG	CARMO DA MATA	2024	219G	202471140006	311400620240001	89.081,00	3	2024NE401392	71000022453202411
MG	CARMO DE MINAS	2024	219G	202424880009	311410520240001	100.000,00	3	2024NE401453	71000019805202451
MG	CARMO DE MINAS	2024	219G	202427550005	311410520240002	100.000,00	3	2024NE401552	71000019806202403
MG	CARMO DO RIO CLARO	2024	219G	202439760001	311440220240005	70.000,00	3	2024NE401553	71000017199202439
MG	CAXAMBU	2024	219G	202437340002	311550820240002	200.000,00	3	2024NE401455	71000021060202490
MG	CAXAMBU	2024	219G	202443000007	311550820240001	100.000,00	3	2024NE401454	71000021056202421
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	2024	219G	202439760001	311710820240002	97.000,00	3	2024NE401554	71000020065202403
MG	CONCEICAO DOS OUROS	2024	219G	202439240007	311780120240004	100.000,00	3	2024NE401555	71000020316202441
MG	CONTAGEM	2024	219G	202413490009	311860120240003	1.050.000,00	3	2024NE401459	71000020034202444
MG	CONTAGEM	2024	219G	202427620001	311860120240001	500.000,00	3	2024NE401456	71000020028202497
MG	CONTAGEM	2024	219G	202437340002	311860120240002	1.000.000,00	3	2024NE401458	71000020036202433
MG	CONTAGEM	2024	219G	202444370006	311860120240004	100.000,00	3	2024NE401557	71000020033202408
MG	COROMANDEL	2024	219G	202444370006	311930220240001	50.000,00	3	2024NE401895	71000022455202418
MG	COROMANDEL	2024	219G	202471140006	311930220240002	167.242,00	3	2024NE401393	71000022461202467
MG	CURVELO	2024	219G	202441000003	312090420240001	50.000,00	3	2024NE401460	71000019930202461
MG	CURVELO	2024	219G	202444370006	312090420240002	200.000,00	3	2024NE401559	71000019931202413
MG	ERVALIA	2024	219G	202471140006	312400520240002	50.000,00	3	2024NE401395	71000022462202410
MG	ERVALIA	2024	219G	202471140006	312400520240001	67.242,00	3	2024NE401394	71000022464202409

MG	FRUTAL	2024	219G	202427690010	312710720240001	100.000,00	3	2024NE401462	71000017881202421
MG	GOVERNADOR VALADARES	2024	219G	202440160005	312770120240003	200.000,00	3	2024NE401463	71000021536202492
MG	GOVERNADOR VALADARES	2024	219G	202440160005	312770120240004	200.000,00	3	2024NE401465	71000021539202426
MG	GOVERNADOR VALADARES	2024	219G	202440160005	312770120240005	200.000,00	3	2024NE401466	71000021534202401
MG	GOVERNADOR VALADARES	2024	219G	202440160005	312770120240006	200.000,00	3	2024NE401467	71000021540202451
MG	GOVERNADOR VALADARES	2024	219G	202471140006	312770120240007	50.000,00	3	2024NE401396	71000021264202421
MG	GUAXUPE	2024	219G	202439760001	312870920240001	526.000,00	3	2024NE401564	71000019929202436
MG	GUAXUPE	2024	219G	202471140006	312870920240002	100.000,00	3	2024NE401468	71000019927202447
MG	IBIRACI	2024	219G	202439760001	312970720240001	150.000,00	3	2024NE401832	71000022061202451
MG	IBITIURA DE MINAS	2024	219G	202439760001	312990520240002	50.000,00	3	2024NE401566	71000018772202421
MG	IBITIURA DE MINAS	2024	219G	202444540002	312990520240001	100.000,00	3	2024NE401469	71000018776202418
MG	IBITIURA DE MINAS	2024	219G	202429240015	312990520240003	100.000,00	3	2024NE401568	71000018771202487
MG	ILICINEA	2024	219G	202439760001	313050720240001	180.000,00	3	2024NE401569	71000021268202417
MG	IPATINGA	2024	219G	202435950004	313130720240002	100.000,00	3	2024NE401796	71000022065202430
MG	IPATINGA	2024	219G	202440160005	313130720240003	400.000,00	3	2024NE401797	71000022046202411
MG	IPATINGA	2024	219G	202444720004	313130720240001	200.000,00	3	2024NE401833	71000022062202404
MG	IPATINGA	2024	219G	202471140006	313130720240004	100.000,00	3	2024NE401397	71000022053202413
MG	ITAJUBA	2024	219G	202444540002	313240420240001	50.000,00	3	2024NE401470	71000019503202482
MG	ITURAMA	2024	219G	202471140006	313440020240002	68.000,00	3	2024NE401763	71000020062202461
MG	ITURAMA	2024	219G	202471140006	313440020240003	167.242,00	3	2024NE401764	71000020063202414
MG	ITURAMA	2024	219G	202471140006	313440020240004	69.245,00	3	2024NE401765	71000020119202422
MG	JACINTO	2024	219G	202440290005	313470720240001	32.758,00	3	2024NE401896	71000022456202454
MG	JACUI	2024	219G	202439760001	313480620240001	70.000,00	3	2024NE401571	71000019926202401
MG	JURUAIA	2024	219G	202439760001	313690020240001	95.000,00	3	2024NE401572	71000020232202416
MG	LADAINHA	2024	219G	202471140006	313700720240001	50.000,00	3	2024NE401766	71000018779202443
MG	LAMBARI	2024	219G	202444370006	313780920240002	100.000,00	3	2024NE401573	71000018798202470
MG	LEOPOLDINA	2024	219G	202471140006	313840120240002	267.242,00	3	2024NE401398	71000022460202412
MG	MALACACHETA	2024	219G	202471140006	313920120240002	50.000,00	3	2024NE401399	71000021138202476
MG	MALACACHETA	2024	219G	202471140006	313920120240003	50.000,00	3	2024NE401400	71000021141202490
MG	MALACACHETA	2024	219G	202471140006	313920120240004	50.000,00	3	2024NE401401	71000021270202488
MG	MANHUMIRIM	2024	219G	202414050004	313950820240001	450.000,00	3	2024NE401472	71000020066202440
MG	MINDURI	2024	219G	202443000007	314190020240001	100.000,00	3	2024NE401798	71000021265202475
MG	MINDURI	2024	219G	202443000007	314190020240002	100.000,00	3	2024NE401799	71000021269202453
MG	MONTE CARMELO	2024	219G	202439240007	314310420240001	50.000,00	3	2024NE401897	71000022452202476
MG	MONTES CLAROS	2024	219G	202444370006	314330220240001	100.000,00	3	2024NE401898	71000022753202408
MG	MONTES CLAROS	2024	219G	202471140006	314330220240002	267.242,25	3	2024NE401403	71000022757202488
MG	MONTES CLAROS	2024	219G	202471140006	314330220240003	100.000,00	3	2024NE401404	71000022754202444
MG	MONTES CLAROS	2024	219G	202471140006	314330220240004	100.000,00	3	2024NE401405	71000022843202491
MG	MUTUM	2024	219G	202437310010	314400320240001	496.585,00	3	2024NE401899	71000022465202445
MG	MUZAMBINHO	2024	219G	202471140006	314410220240007	167.242,00	3	2024NE401767	71000020496202461
MG	PASSOS	2024	219G	202444390001	314790720240002	200.000,00	3	2024NE401901	71000022756202433
MG	PEDRALVA	2024	219G	202471140006	314910120240002	267.242,00	3	2024NE401407	71000022037202412
MG	POCO FUNDO	2024	219G	202439760001	315170120240004	120.000,00	3	2024NE401575	71000020322202407
MG	POCO FUNDO	2024	219G	202444540002	315170120240001	25.000,00	3	2024NE401474	71000020231202463
MG	POCO FUNDO	2024	219G	202444540002	315170120240002	50.000,00	3	2024NE401475	71000020317202496
MG	POCO FUNDO	2024	219G	202444540002	315170120240003	25.000,00	3	2024NE401476	71000020323202443
MG	POCOS DE CALDAS	2024	219G	202439760001	315180020240002	50.000,00	3	2024NE401905	71000022606202420
MG	POCOS DE CALDAS	2024	219G	202444370006	315180020240001	200.000,00	3	2024NE401904	71000022597202477
MG	PRATAPOLIS	2024	219G	202439760001	315290720240001	180.000,00	3	2024NE401906	71000022121202436
MG	RIACHINHO	2024	219G	202439240007	315445720240001	50.000,00	3	2024NE401907	71000023254202420
MG	SABARA	2024	219G	202471140006	315670020240001	267.242,00	3	2024NE401770	71000020603202451
MG	SALINAS	2024	219G	202441400008	315700520240002	150.000,00	3	2024NE401908	71000022755202499
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	2024	219G	202439240007	315960520240005	40.000,00	3	2024NE401577	71000021843202473
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	2024	219G	202439240007	315960520240007	60.000,00	3	2024NE401578	71000021849202441
MG	SANTANA DA VARGEM	2024	219G	202439760001	315830020240001	50.000,00	3	2024NE401909	71000023071202412
MG	TURVOLANDIA	2024	219G	202439760001	316980220240002	50.000,00	3	2024NE401837	71000022051202416
MG	UBERLANDIA	2024	219G	202435950004	317020620240001	300.000,00	3	2024NE401838	71000022044202414
MG	UBERLANDIA	2024	219G	202435950004	317020620240005	100.000,00	3	2024NE401804	71000022057202493
MG	UBERLANDIA	2024	219G	202443000007	317020620240002	100.000,00	3	2024NE401801	71000022035202423
MG	UBERLANDIA	2024	219G	202443000007	317020620240003	100.000,00	3	2024NE401802	71000022052202461
MG	UBERLANDIA	2024	219G	202443000007	317020620240004	70.000,00	3	2024NE401803	71000022277202417
MG	VICOSA	2024	219G	202471140006	317130320240002	50.000,00	3	2024NE401409	71000021535202448
MG	VICOSA	2024	219G	202471140006	317130320240001	50.000,00	3	2024NE401408	71000021541202403
MG	RAUL SOARES	2024	219G	202437310010	315400220240002	200.000,00	3	2024NE401836	71000021263202486
MG	RAUL SOARES	2024	219G	202444340008	315400220240001	300.000,00	3	2024NE401835	71000021267202464
MG	NOVORIZONTE	2024	219G	202441400008	314537220240001	100.000,00	3	2024NE401574	71000020405202498
MG	RITAPOLIS	2024	219G	202413490009	315610620240003	150.000,00	3	2024NE401479	71000020037202488
MG	RITAPOLIS	2024	219G	202413490009	315610620240001	50.000,00	3	2024NE401477	71000020035202499
MG	RITAPOLIS	2024	219G	202427560006	315610620240002	100.000,00	3	2024NE401478	71000020031202419
MG	RITAPOLIS	2024	219G	202471140006	315610620240004	267.242,00	3	2024NE401769	71000020030202466
MG	BELA VISTA DE MINAS	2024	219G	202424880008	310600220240001	300.000,00	3	2024NE401535	71000020120202457
MG	NEPOMUCENO	2024	219G	202441400008	314460720240003	100.000,00	3	2024NE401900	71000022668202431
MG	ARACUAI	2024	219G	202471140006	310340520240002	67.242,00	3	2024NE401387	71000020610202453
MG	ARINOS	2024	219G	202444370006	310450220240001	100.000,00	3	2024NE401831	71000022122202481
MG	CONFINS	2024	219G	202471140006	311787620240001	267.242,00	3	2024NE401761	71000021139202411
MG	DOM SILVERIO	2024	219G	202471140006	312270220240002	50.000,00	3	2024NE401762	71000020406202432
MG	DOM SILVERIO	2024	219G	202427640010	312270220240001	100.000,00	3	2024NE401561	71000020320202418
MG	MARAVILHAS	2024	219G	202471140006	313970620240001	50.000,00	3	2024NE401402	71000021542202440
MG	SANTA FE DE MINAS	2024	219G	202427620001	315760920240001	100.000,00	3	2024NE401800	71000021840202430
MG	CIPOTANEA	2024	219G	202427640010	311630820240001	110.000,00	3	2024NE401894	71000022278202461
MG	NOVA ERA	2024	219G	202471140006	314470620240002	50.000,00	3	2024NE401406	71000022066202484
MG	NOVA ERA	2024	219G	202427640010	314470620240001	70.000,00	3	2024NE401834	71000022050202471
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	2024	219G	202427640010	314915020240001	100.000,00	3	2024NE401902	71000022942202472
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	2024	219G	202441400008	314915020240002	150.000,00	3	2024NE401903	71000022944202461
MG	SANTANA DO PARAISO	2024	219G	202441400008	315895320240001	150.000,00	3	2024NE401579	71000021061202434
MG	SAO JOSE DA BARRA	2024	219G	202441400008	316294820240001	250.000,00	3	2024NE401910	71000022467202434
MG	VAZANTE	2024	219G	202443000007	317100620240001	55.000,00	3	2024NE401580	71000021142202434
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO	2024	219G	202471140006	316480320240002	50.000,00	3	2024NE401771	71000020763202409
MG	PRUDENTE DE MORAIS	2024	219G	202471140006	315360820240001	67.242,00	3	2024NE401768	71000021136202487
MS	CAMPO GRANDE	2024	219G	202440860001	500270420240006	100.000,00	3	2024NE401595	71000020233202452
MS	CAMPO GRANDE	2024	219G	202442790007	500270420240003	200.000,00	3	2024NE401592	71000020236202496
MS	CHAPADAO DO SUL	2024	219G	202439640013	500295120240001	50.000,00	3	2024NE401583	71000020498202451
MS	RIO NEGRO	2024	219G	202444200014	500730720240001	200.000,00	3	2024NE401911	71000022669202486
MS	RIO BRILHANTE	2024	219G	202439640013	500720820240003	400.000,00	3	2024NE401805	71000021648202443
MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	2024	219G	202440860001	500410620240001	100.000,00	3	2024NE40198	71000020614202431
MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	2024	219G	202444200014	500410620240002	100.000,00	3	2024NE401604	71000020613202497
PB	ALAGOA GRANDE	2024	219G	202471160005	250030420240001	100.000,00	3	2024NE401772	71000020616202421
PB	ALAGOA GRANDE	2024	219G	202471160005	250030420240002	200.000,00	3	2024NE401773	71000020620202499
PB	ALAGOINHA	2024	219G	202440880011	250050220240001	200.000,00	3	2024NE401839	71000021546202428
PB	AREIA DE BARAUNAS	2024	219G	202471160005	250115320240001	150.000,00	3	2024NE401774	71000020772202491
PB	CATURITE	2024	219G	202471160005	250435520240001	150.000,00	3	2024NE401775	71000020408202421
PB	JOAO PESSOA	2024	219G	202412830008	250750720240007	200.000,00	3	2024NE401809	71000022283202474
PB	JOAO PESSOA	2024	219G	202427150001	250750720240002	110.000,00	3	2024NE401806	71000022290202476
PB	JOAO PESSOA	2024	219G	202427150001	250750720240004	100.000,00	3	2024NE401807	71000022289202441
PB	JOAO PESSOA	2024	219G	202427150001	250750720240005	150.000,00	3	2024NE401808	71000022302202462
PB	JOAO PESSOA	2024	219G	202427150001	250750720240008	200.000,00	3	2024NE401840	71000022292202465

PB	JOAO PESSOA	2024	219G	202471160005	250750720240009	50.000,00	3	2024NE401709	71000022296202443
PB	JOAO PESSOA	2024	219G	202471160005	250750720240012	100.000,00	3	2024NE401710	71000022288202405
PB	JURIPIRANGA	2024	219G	202471160005	250790320240001	100.000,00	3	2024NE401777	71000020618202410
PB	JURIPIRANGA	2024	219G	202471160005	250790320240002	100.000,00	3	2024NE401778	71000020621202433
PB	LUCENA	2024	219G	202471160005	250860420240001	100.000,00	3	2024NE401779	71000020919202443
PB	LUCENA	2024	219G	202471160005	250860420240002	100.000,00	3	2024NE401780	71000020916202418
PB	MATO GROSSO	2024	219G	202471160005	250937020240001	100.000,00	3	2024NE401711	71000021852202464
PB	MONTEIRO	2024	219G	202440880011	250970120240002	100.000,00	4	2024NE401606	71000019816202431
PB	NATUBA	2024	219G	202471160005	250990920240001	100.000,00	3	2024NE401712	71000022070202442
PB	PAULISTA	2024	219G	202412770007	251090720240001	150.000,00	3	2024NE401599	71000019932202450
PB	PEDRA LAVRADA	2024	219G	202471160005	251110320240001	300.000,00	3	2024NE401713	71000021548202417
PB	PIANCO	2024	219G	202471160005	251130120240001	300.000,00	3	2024NE401714	71000022469202423
PB	PIANCO	2024	219G	202471160005	251130120240002	200.000,00	3	2024NE401715	71000022470202458
PB	RIO TINTO	2024	219G	202471160005	251290320240001	100.000,00	3	2024NE401781	71000020978202411
PB	SALGADINHO	2024	219G	202471160005	251300020240001	200.000,00	3	2024NE401717	71000021544202439
PB	SALGADINHO	2024	219G	202471160005	251300020240002	100.000,00	3	2024NE401718	71000021547202472
PB	SAO DOMINGOS DO CARIRI	2024	219G	202471160005	251394320240001	100.000,00	3	2024NE401782	71000021551202431
PB	SAO DOMINGOS DO CARIRI	2024	219G	202471160005	251394320240002	150.000,00	3	2024NE401719	71000021549202461
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	2024	219G	202471160005	251440420240001	100.000,00	3	2024NE401783	71000020328202476
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	2024	219G	202471160005	251440420240002	100.000,00	3	2024NE401784	71000020327202421
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	2024	219G	202412770007	251480020240001	200.000,00	3	2024NE401912	71000023076202437
PB	SOSSEGO	2024	219G	202471160005	251615120240001	100.000,00	3	2024NE401720	71000021851202410
PB	SOSSEGO	2024	219G	202471160005	251615120240002	100.000,00	3	2024NE401721	71000021853202417
PB	ZABELE	2024	219G	202471160005	251740720240001	200.000,00	3	2024NE401785	71000020329202411
PB	ZABELE	2024	219G	202471160005	251740720240002	100.000,00	3	2024NE401786	71000020326202487
PB	COXIXOLA	2024	219G	202471160005	250485020240001	200.000,00	3	2024NE401776	71000020330202445
PB	PIRPIRITUBA	2024	219G	202440880011	251180620240001	100.000,00	3	2024NE401600	71000020407202487
PB	BREJO DOS SANTOS	2024	219G	202471160005	250290420240001	300.000,00	3	2024NE401708	71000022067202429
PB	PITIMBU	2024	219G	202471160005	251190520240001	100.000,00	3	2024NE401716	71000021550202496
PB	TACIMA	2024	219G	202471160005	251640920240001	100.000,00	3	2024NE401722	71000022073202486
PB	VISTA SERRANA	2024	219G	202471160005	250550120240001	100.000,00	3	2024NE401723	71000022068202473
PE	OLINDA	2024	219G	202427240013	260960020240001	500.000,00	3	2024NE401841	71000022075202475
PE	QUIXABA	2024	219G	202444090010	261153320240001	137.158,00	3	2024NE401602	71000020237202431
PE	RECIFE	2024	219G	202439130004	261160620240002	100.000,00	3	2024NE401913	71000023111202418
PE	SAO LOURENCO DA MATA	2024	219G	202444220006	261370120240001	200.000,00	3	2024NE401608	71000021272202477
PE	SERRA TALHADA	2024	219G	202441750016	261390920240001	200.000,00	3	2024NE401610	71000021650202412
PE	SERRA TALHADA	2024	219G	202438130006	261390920240002	550.000,00	3	2024NE401613	71000021649202498
PE	TEREZINHA	2024	219G	202444090010	261510220240001	137.158,00	3	2024NE401615	71000020238202485
PE	ITACURUBA	2024	219G	202444090010	260740620240001	137.158,00	3	2024NE401810	71000022123202425
PR	ABATIA	2024	219G	202440890004	410010320240001	200.000,00	4	2024NE401620	71000018150202401
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	2024	219G	202437020014	410040020240001	150.000,00	4	2024NE401616	71000019375202477
PR	ANDIRA	2024	219G	202420380018	410110120240002	100.000,00	3	2024NE401618	71000020239202420
PR	ANDIRA	2024	219G	202444450002	410110120240001	100.000,00	3	2024NE401624	71000020241202407
PR	CAMBE	2024	219G	202437300008	410370120240001	100.000,00	3	2024NE401625	71000019933202402
PR	CASCAVEL	2024	219G	202430410004	410480820240002	150.000,00	3	2024NE401623	71000021858202431
PR	CASCAVEL	2024	219G	202440890004	410480820240001	300.000,00	3	2024NE401626	71000021863202444
PR	CASTRO	2024	219G	202444450002	410490720240001	100.000,00	3	2024NE401843	71000022077202464
PR	COLOMBO	2024	219G	202443140008	410580520240003	100.000,00	3	2024NE401915	71000022614202476
PR	COLOMBO	2024	219G	202443140008	410580520240004	235.792,00	3	2024NE401916	71000022620202423
PR	COLOMBO	2024	219G	202444450002	410580520240002	500.000,00	3	2024NE401914	71000022617202418
PR	DOURADINA	2024	219G	202420380018	410725620240001	100.000,00	3	2024NE401621	71000021066202467
PR	FLORESTA	2024	219G	202440890004	410790020240001	150.000,00	3	2024NE401627	71000019935202493
PR	GUARAPUAVA	2024	219G	202437050004	410940120240005	100.000,00	3	2024NE401954	71000022081202422
PR	IGUARACU	2024	219G	202428740007	411000320240003	25.000,00	3	2024NE401619	71000019818202420
PR	IMBITUVA	2024	219G	202442770005	411010220240002	150.000,00	3	2024NE401628	71000019684202447
PR	ITAPERUCU	2024	219G	202420380018	411125820240001	100.000,00	3	2024NE401614	71000019934202449
PR	JATAIZINHO	2024	219G	202420380018	411270220240001	100.000,00	3	2024NE401919	71000022949202494
PR	LAPA	2024	219G	202437050004	411320520240001	600.000,00	3	2024NE401630	71000021070202425
PR	LARANJAL	2024	219G	202420380018	411325420240001	100.000,00	3	2024NE401612	71000020123202491
PR	LOBATO	2024	219G	202442770005	411360120240001	150.000,00	3	2024NE401844	71000022088202444
PR	MANDAGUACU	2024	219G	202428740007	411410420240001	50.000,00	3	2024NE401811	71000022080202488
PR	MANDIRITUBA	2024	219G	202437020014	411430220240001	100.000,00	3	2024NE401611	71000020981202435
PR	MANDIRITUBA	2024	219G	202437050004	411430220240002	100.000,00	3	2024NE401631	71000020980202491
PR	MOREIRA SALES	2024	219G	202420380018	411610920240001	100.000,00	3	2024NE401609	71000021143202489
PR	PALMAS	2024	219G	202430410004	411760220240001	75.000,00	3	2024NE401607	71000021068202456
PR	PARANAVAI	2024	219G	202428740007	411840220240003	50.000,00	3	2024NE401605	71000021067202410
PR	PARANAVAI	2024	219G	202444870009	411840220240001	200.000,00	3	2024NE401812	71000021145202478
PR	PARANAVAI	2024	219G	202444870009	411840220240002	100.000,00	3	2024NE401635	71000021147202467
PR	PATO BRANCO	2024	219G	202437020014	411850120240001	200.000,00	3	2024NE401813	71000022845202480
PR	PINHALAO	2024	219G	202442770005	411920220240001	50.000,00	3	2024NE401845	71000022613202421
PR	PINHAO	2024	219G	202437020014	411930120240001	100.000,00	4	2024NE401603	71000020920202478
PR	PITANGA	2024	219G	202430410004	411960820240003	50.000,00	3	2024NE401814	71000022079202453
PR	PITANGA	2024	219G	202437050004	411960820240002	200.000,00	3	2024NE401850	71000022082202477
PR	PORECATU	2024	219G	202440890004	412000220240001	150.000,00	3	2024NE401637	71000021654202409
PR	PORTO AMAZONAS	2024	219G	202430410004	412010120240001	85.792,00	3	2024NE401601	71000021276202455
PR	PRIMEIRO DE MAIO	2024	219G	202440890004	412050720240001	150.000,00	3	2024NE401638	71000021273202411
PR	PRIMEIRO DE MAIO	2024	219G	202440890004	412050720240002	150.000,00	3	2024NE401639	71000021274202466
PR	RIO AZUL	2024	219G	202437020014	412200820240002	300.000,00	4	2024NE401597	71000019514202462
PR	RIO AZUL	2024	219G	202437020014	412200820240003	150.000,00	4	2024NE401596	71000019508202413
PR	RIO BRANCO DO SUL	2024	219G	202420380018	412220620240001	100.000,00	3	2024NE401594	71000021144202423
PR	RONDON	2024	219G	202428740007	412260220240002	50.000,00	3	2024NE401591	71000020775202425
PR	ROSARIO DO IVAI	2024	219G	202442770005	412265120240001	150.000,00	3	2024NE401848	71000022674202499
PR	SANTA FE	2024	219G	202420380018	412340220240001	250.000,00	3	2024NE401920	71000023082202494
PR	SANTA FE	2024	219G	202428740007	412340220240003	50.000,00	3	2024NE401922	71000023084202483
PR	SANTA FE	2024	219G	202428740007	412340220240005	100.000,00	3	2024NE401924	71000023078202426
PR	SANTA FE	2024	219G	202440890004	412340220240002	150.000,00	3	2024NE401921	71000023081202440
PR	SANTA FE	2024	219G	202440890004	412340220240004	150.000,00	3	2024NE401923	71000023079202471

PR	SANTA HELENA	2024	219G	202420380018	412350120240001	100.000,00	3	2024NE401925	71000023083202439
PR	SANTANA DO ITARARE	2024	219G	202440890004	412400420240001	100.000,00	3	2024NE401588	71000017709202478
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	2024	219G	202440340005	412410320240003	100.000,00	3	2024NE401815	71000022124202470
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	2024	219G	202444450002	412440020240001	100.000,00	3	2024NE401640	71000021275202419
PR	SAO MATEUS DO SUL	2024	219G	202440890004	412560520240001	150.000,00	3	2024NE401641	71000020240202454
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	2024	219G	202428470004	412600920240003	100.000,00	3	2024NE401851	71000022086202455
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	2024	219G	202428470004	412600920240004	100.000,00	3	2024NE401852	71000022083202411
PR	TEIXEIRA SOARES	2024	219G	202440890004	412700720240001	200.000,00	4	2024NE401586	71000019507202461
PR	TOLEDO	2024	219G	202420380018	412770020240001	100.000,00	3	2024NE401584	71000021857202497
PR	TOLEDO	2024	219G	202440660004	412770020240002	75.000,00	3	2024NE401582	71000021862202408
PR	TOLEDO	2024	219G	202440890004	412770020240003	150.000,00	3	2024NE401642	71000021854202453
PR	VENTANIA	2024	219G	202437020014	412853420240001	100.000,00	3	2024NE401817	71000021861202455
PR	WENCESLAU BRAZ	2024	219G	202430410004	412850020240003	50.000,00	3	2024NE401576	71000020246202421
PR	WENCESLAU BRAZ	2024	219G	202437050004	412850020240002	100.000,00	3	2024NE401644	71000020247202476
PR	WENCESLAU BRAZ	2024	219G	202444450002	412850020240001	150.000,00	3	2024NE401643	71000020244202432
PR	CORBELIA	2024	219G	202420380018	410630820240002	100.000,00	3	2024NE401622	71000020979202466
PR	SAO PEDRO DO IGUACU	2024	219G	202420380018	412575320240001	100.000,00	3	2024NE401816	71000021859202486
PR	SAO PEDRO DO IGUACU	2024	219G	202442770005	412575320240002	150.000,00	3	2024NE401849	71000021855202406
PR	ITAGUAJE	2024	219G	202428740007	411090420240001	25.000,00	3	2024NE401617	71000020121202400
PR	ITAGUAJE	2024	219G	202440890004	411090420240002	250.000,00	3	2024NE401629	71000020137202412
PR	NOVA ESPERANCA	2024	219G	202440890004	411690120240001	150.000,00	3	2024NE401633	71000018149202479
PR	NOVA ESPERANCA	2024	219G	202440890004	411690120240001	100.000,00	4	2024NE401634	71000018149202479
PR	SANTA MONICA	2024	219G	202440890004	412395620240001	240.000,00	4	2024NE401589	71000019511202429
PR	IRETAMA	2024	219G	202442770005	411080520240001	150.000,00	3	2024NE401917	71000022472202447
PR	SALGADO FILHO	2024	219G	202420380018	412280020240001	140.000,00	4	2024NE401590	71000018807202422
RJ	DUQUE DE CAXIAS	2024	219G	202427780004	330170220240001	600.000,00	3	2024NE401645	71000021149202456
RJ	ITAPERUNA	2024	219G	202423970007	330220520240009	100.000,00	3	2024NE401929	71000022099202424
RJ	ITAPERUNA	2024	219G	202423970007	330220520240010	70.000,00	3	2024NE401930	71000022097202435
RJ	ITAPERUNA	2024	219G	202439420007	330220520240002	200.000,00	3	2024NE401926	71000022094202400
RJ	ITAPERUNA	2024	219G	202439420007	330220520240006	100.000,00	3	2024NE401928	71000022101202465
RJ	ITAPERUNA	2024	219G	202439420007	330220520240004	150.000,00	3	2024NE401927	71000023265202418
RJ	NATIVIDADE	2024	219G	202432680014	330310420240002	150.000,00	3	2024NE401646	71000021148202410
RJ	NOVA IGUACU	2024	219G	202439630011	330350020240001	500.000,00	3	2024NE401955	71000021864202499
RJ	RIO DE JANEIRO	2024	219G	202432680014	330455720240009	200.000,00	3	2024NE401652	71000020409202476
RJ	RIO DE JANEIRO	2024	219G	202444560004	330455720240001	400.000,00	3	2024NE401647	71000020412202490
RJ	RIO DE JANEIRO	2024	219G	202444560004	330455720240005	100.000,00	3	2024NE401648	71000020414202489
RJ	RIO DE JANEIRO	2024	219G	202444560004	330455720240008	150.000,00	3	2024NE401651	71000020416202478
RJ	RIO DE JANEIRO	2024	219G	202444640022	330455720240006	250.000,00	3	2024NE401649	71000020417202412
RJ	RIO DE JANEIRO	2024	219G	202444640022	330455720240007	200.000,00	3	2024NE401650	71000020413202434
RJ	SAO GONCALO	2024	219G	202439300003	330490420240001	1.000.000,00	3	2024NE401853	71000022965202487
RN	CEARA-MIRIM	2024	219G	202439170008	240260020240003	50.000,00	3	2024NE401653	71000020124202435
RN	CEARA-MIRIM	2024	219G	202442760018	240260020240002	100.000,00	3	2024NE401570	71000020140202428
RN	NATAL	2024	219G	202439940005	240810220240004	150.022,00	3	2024NE401960	71000020924202456
RN	NATAL	2024	219G	202439940005	240810220240005	100.022,00	3	2024NE401961	71000020930202411
RN	NATAL	2024	219G	202440910004	240810220240006	100.000,00	3	2024NE401931	71000020926202445
RN	NATAL	2024	219G	202440910004	240810220240007	150.000,00	3	2024NE401932	71000020932202401
RN	NATAL	2024	219G	202441420007	240810220240003	400.000,00	3	2024NE401959	71000020925202409
RN	NATAL	2024	219G	202444650009	240810220240008	150.000,00	3	2024NE401962	71000020928202434
RN	NATAL	2024	219G	202444740007	240810220240002	300.000,00	3	2024NE401958	71000020929202489
RN	TAIPU	2024	219G	202439170008	241390420240001	150.000,00	3	2024NE401655	71000021151202425
RN	RIACHO DA CRUZ	2024	219G	202442760018	241070220240001	100.000,00	3	2024NE401567	71000018829202492
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	2024	219G	202440910004	241220320240001	100.000,00	3	2024NE401818	71000022103202454
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	2024	219G	202441420007	241220320240002	80.000,00	3	2024NE401854	71000022102202418
RN	JUCURUTU	2024	219G	202441420007	240610620240001	50.000,00	3	2024NE401654	71000020418202467
RN	ARES	2024	219G	202439170008	240120620240001	100.000,00	3	2024NE401957	71000022474202436
RO	ARIQUEMES	2024	219G	202441730004	110002320240001	400.000,00	3	2024NE401656	71000021658202489
RO	ARIQUEMES	2024	219G	202441730004	110002320240002	300.000,00	3	2024NE401657	71000021655202445
RO	MACHADINHO DOESTE	2024	219G	202441730004	110013020240001	100.000,00	3	2024NE401963	71000023124202497
RS	BAGE	2024	219G	202420980009	430160220240001	70.000,00	3	2024NE401964	71000023268202443
RS	BAGE	2024	219G	202420980009	430160220240002	150.000,00	3	2024NE401965	71000023269202498
RS	BAGE	2024	219G	202420980009	430160220240004	50.000,00	3	2024NE401968	71000023267202407
RS	BAGE	2024	219G	202420980009	430160220240006	100.000,00	3	2024NE401969	71000023271202467
RS	BAGE	2024	219G	202443770002	430160220240003	100.000,00	3	2024NE401967	71000023272202410
RS	BAGE	2024	219G	202443770002	430160220240007	100.000,00	3	2024NE401970	71000023270202412
RS	CACHOEIRINHA	2024	219G	202443770002	430310320240002	250.000,00	3	2024NE401971	71000023086202472
RS	DOM PEDRITO	2024	219G	202420980009	430660120240001	25.000,00	3	2024NE401659	71000020985202413
RS	DOM PEDRITO	2024	219G	202420980009	430660120240002	25.000,00	3	2024NE401660	71000020986202468
RS	GIRUA	2024	219G	202436660008	430900120240001	100.000,00	3	2024NE401972	71000023085202428
RS	HORIZONTINA	2024	219G	202428610005	430960520240001	100.000,00	3	2024NE401565	71000020125202480
RS	NOVA PRATA	2024	219G	202428610005	431330020240001	100.000,00	3	2024NE401560	71000021866202488
RS	SANTA CRUZ DO SUL	2024	219G	202441680004	431680820240001	50.000,00	3	2024NE401662	71000021278202444
RS	SANTO ANGELO	2024	219G	202440730002	431750920240001	150.000,00	3	2024NE401663	71000021556202463
RS	SERAFINA CORREA	2024	219G	202428610005	432040420240001	150.000,00	3	2024NE401819	71000022127202411
RS	VIAMAO	2024	219G	202428610005	432300220240001	250.000,00	3	2024NE401933	71000022476202425
RS	VIAMAO	2024	219G	202444840013	432300220240002	100.000,00	3	2024NE401934	71000022477202470
RS	SAO BORJA	2024	219G	202420980009	431800220240004	100.000,00	3	2024NE401665	71000021074202411
RS	SAO BORJA	2024	219G	202436660008	431800220240003	100.000,00	3	2024NE401664	71000020987202411
RS	SAO BORJA	2024	219G	202436660008	431800220240005	100.000,00	3	2024NE401666	71000021073202469
RS	SAO BORJA	2024	219G	202441680004	431800220240001	200.000,00	3	2024NE401558	71000020989202400
RS	SAO BORJA	2024	219G	202444840013	431800220240002	500.000,00	3	2024NE401556	71000021072202414
RS	MUCUM	2024	219G	202428610005	431260920240002	200.000,00	3	2024NE401562	71000020984202479

RS	MUCUM	2024	219G	202439840019	431260920240001	200.000,00	3	2024NE401563	71000020988202457
RS	AUGUSTO PESTANA	2024	219G	202436660008	430150320240002	100.000,00	3	2024NE401855	71000022125202414
RS	TAPES	2024	219G	202436660008	432110520240001	100.000,00	3	2024NE401667	71000021277202408
RS	CARAZINHO	2024	219G	202441680004	430470520240001	140.000,00	3	2024NE401658	71000019938202427
RS	IBIRUBA	2024	219G	202428580007	431000920240001	50.000,00	3	2024NE401661	71000021279202499
SC	LAGES	2024	219G	202429250004	420930020240001	130.000,00	3	2024NE401670	71000020253202423
SC	LAGES	2024	219G	202429250004	420930020240002	55.792,00	3	2024NE401551	71000020257202410
SC	LAGES	2024	219G	202429250004	420930020240005	150.000,00	3	2024NE401548	71000020258202456
SC	LAGES	2024	219G	202429250004	420930020240006	300.000,00	3	2024NE401546	71000020259202409
SC	LAGES	2024	219G	202429250004	420930020240004	100.000,00	3	2024NE401550	71000020255202412
SC	VIDEIRA	2024	219G	202490550010	421930920240001	450.000,00	3	2024NE401671	71000021152202470
SC	JOSE BOITEUX	2024	219G	202429250004	420915120240001	100.000,00	3	2024NE401669	71000019828202465
SC	MONTE CARLO	2024	219G	202490550010	421105820240001	100.000,00	3	2024NE401974	71000022309202484
SC	BOM JARDIM DA SERRA	2024	219G	202443010005	420250320240001	200.000,00	3	2024NE401668	71000021557202416
SE	ITABAIANA	2024	219G	202443910004	280290820240001	235.792,00	3	2024NE401672	71000020126202424
SP	ARARAQUARA	2024	219G	202431600015	350320820240003	150.000,00	4	2024NE401673	71000020641202412
SP	ARUJA	2024	219G	202437170007	350390120240001	200.000,00	3	2024NE401857	71000022115202489
SP	ASSIS	2024	219G	202431350004	350400820240001	150.000,00	4	2024NE401545	71000020530202406
SP	BARRETOS	2024	219G	202425170003	350550020240001	100.000,00	3	2024NE401935	71000022323202488
SP	BAURU	2024	219G	202430640004	350600320240001	800.000,00	3	2024NE401674	71000019833202478
SP	BIRITIBA-MIRIM	2024	219G	202437170007	350660720240001	100.000,00	3	2024NE401858	71000022111202409
SP	BOITUVA	2024	219G	202444790005	350700120240001	200.000,00	3	2024NE401675	71000021871202491
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	2024	219G	202440940012	350710020240001	200.000,00	3	2024NE401859	71000021868202477
SP	BURI	2024	219G	202444790005	350800920240001	400.000,00	3	2024NE401676	71000021286202491
SP	CACHOEIRA PAULISTA	2024	219G	202437300006	350860320240001	50.000,00	3	2024NE401540	71000021287202435
SP	CACHOEIRA PAULISTA	2024	219G	202444620015	350860320240003	100.000,00	3	2024NE401677	71000021288202480
SP	CAMPINAS	2024	219G	202415270016	350950220240001	100.000,00	3	2024NE401936	71000023094202419
SP	CAMPINAS	2024	219G	202415270016	350950220240002	250.000,00	3	2024NE401937	71000023089202414
SP	CAMPINAS	2024	219G	202415270016	350950220240003	100.000,00	3	2024NE401938	71000023092202420
SP	CAMPINAS	2024	219G	202415270016	350950220240004	100.000,00	3	2024NE401939	71000023095202463
SP	CAMPINAS	2024	219G	202415270016	350950220240007	100.000,00	3	2024NE401942	71000023087202417
SP	CAMPINAS	2024	219G	202415270016	350950220240011	100.000,00	3	2024NE401943	71000023097202452
SP	CAMPINAS	2024	219G	202415270016	350950220240015	100.000,00	3	2024NE401944	71000023098202405
SP	CAMPINAS	2024	219G	202415270016	350950220240019	100.000,00	3	2024NE401945	71000023096202416
SP	CAMPINAS	2024	219G	202425280004	350950220240005	300.000,00	3	2024NE401940	71000023090202431
SP	CAMPINAS	2024	219G	202444020023	350950220240006	200.000,00	3	2024NE401941	71000023091202485
SP	CANDIDO MOTA	2024	219G	202437350009	351000520240001	100.000,00	4	2024NE401678	71000017407202408
SP	CAPAO BONITO	2024	219G	202444790005	351020320240006	100.000,00	3	2024NE401679	71000020335202478
SP	CAPAO BONITO	2024	219G	202444790005	351020320240007	100.000,00	3	2024NE401680	71000020331202490
SP	CARAPICUIBA	2024	219G	202425280004	351060920240001	150.000,00	3	2024NE401536	71000020260202425
SP	CORDEIROPOLIS	2024	219G	202437300006	351240720240001	50.000,00	3	2024NE401534	71000020777202414
SP	DOIS CORREGOS	2024	219G	202415270016	351410620240002	255.792,00	3	2024NE401533	71000019383202413
SP	ESTIVA GERBI	2024	219G	202437170007	355730320240001	100.000,00	3	2024NE401681	71000020780202438
SP	GUARULHOS	2024	219G	202438990011	351880020240008	105.000,00	3	2024NE402004	71000022325202477
SP	GUARULHOS	2024	219G	202439050020	351880020240002	100.000,00	3	2024NE401978	71000022685202479
SP	GUARULHOS	2024	219G	202439050020	351880020240006	100.000,00	3	2024NE402003	71000022326202411
SP	GUARULHOS	2024	219G	202440940012	351880020240003	300.000,00	3	2024NE402002	71000022320202444
SP	GUARULHOS	2024	219G	202444020023	351880020240007	100.000,00	3	2024NE401946	71000022315202431
SP	IBIRA	2024	219G	202437300006	351940220240001	50.000,00	3	2024NE401528	71000020262202414
SP	ITAPECERICA DA SERRA	2024	219G	202439550005	352220820240002	80.000,00	3	2024NE401683	71000019687202481
SP	ITAPETININGA	2024	219G	202440940012	352230720240004	150.000,00	3	2024NE401860	71000022027202487
SP	ITAPETININGA	2024	219G	202444790005	352230720240003	250.000,00	3	2024NE401684	71000020069202483
SP	ITARARE	2024	219G	202442920009	352320620240003	90.000,00	3	2024NE401518	71000021285202446
SP	ITARARE	2024	219G	202444290003	352320620240001	50.000,00	3	2024NE401519	71000021559202405
SP	ITARARE	2024	219G	202444290003	352320620240002	150.000,00	3	2024NE401820	71000022078202417
SP	ITARARE	2024	219G	202444790005	352320620240004	100.000,00	3	2024NE401687	71000021560202421
SP	ITIRAPINA	2024	219G	202440940012	352360220240002	200.000,00	3	2024NE401688	71000020132202481
SP	JABOTICABAL	2024	219G	202442000002	352430320240004	100.000,00	3	2024NE401689	71000019203202401
SP	JAGUARIUNA	2024	219G	202440940012	352470920240003	300.000,00	3	2024NE401515	71000021869202411
SP	JAGUARIUNA	2024	219G	202444710002	352470920240002	100.000,00	3	2024NE401516	71000021660202458
SP	JUQUIA	2024	219G	202437170007	352610020240001	150.000,00	3	2024NE401512	71000020133202426
SP	LINS	2024	219G	202437300006	352710820240001	100.000,00	3	2024NE401511	71000020778202469
SP	LORENA	2024	219G	202437300006	352720720240001	100.000,00	3	2024NE401821	71000022112202445
SP	MATAO	2024	219G	202425280004	352930220240003	100.000,00	3	2024NE401508	71000020141202472
SP	MATAO	2024	219G	202437300006	352930220240002	100.000,00	3	2024NE401510	71000019676202409
SP	MOGI DAS CRUZES	2024	219G	202430880015	353060720240001	100.000,00	3	2024NE402005	71000023279202423
SP	MOGI-MIRIM	2024	219G	202437300006	353080520240001	100.000,00	3	2024NE401504	71000020128202413
SP	MONGAGUA	2024	219G	202437170007	353110020240002	150.000,00	3	2024NE401503	71000020421202481
SP	OURINHOS	2024	219G	202431350004	353470820240003	100.000,00	3	2024NE401947	71000022316202486
SP	OURINHOS	2024	219G	202431350004	353470820240005	50.000,00	3	2024NE401949	71000022312202406
SP	OURINHOS	2024	219G	202431350004	353470820240004	50.000,00	3	2024NE401948	71000022310202417
SP	PERUIBE	2024	219G	202435970001	353760220240005	100.000,00	3	2024NE401693	71000020993202460
SP	PERUIBE	2024	219G	202441710010	353760220240006	100.000,00	3	2024NE401502	71000020995202459
SP	PERUIBE	2024	219G	202444440006	353760220240001	50.000,00	4	2024NE401691	71000020994202412
SP	PERUIBE	2024	219G	202444440006	353760220240003	50.000,00	4	2024NE401692	71000020992202415
SP	RIBEIRAO BONITO	2024	219G	202437300006	354290920240001	50.000,00	3	2024NE401500	71000020261202470
SP	RIBEIRAO PRETO	2024	219G	202430520004	354340220240001	160.000,00	3	2024NE401950	71000023278202489
SP	RIBEIRAO PRETO	2024	219G	202431350004	354340220240006	100.000,00	3	2024NE401951	71000023273202456
SP	RIBEIRAO PRETO	2024	219G	202442000002	354340220240002	100.000,00	3	2024NE402006	71000023284202436
SP	RIBEIRAO PRETO	2024	219G	202442000002	354340220240003	200.000,00	3	2024NE402007	71000023277202434
SP	RIBEIRAO PRETO	2024	219G	202442000002	354340220240004	50.000,00	3	2024NE402008	71000023283202491
SP	RINCAO	2024	219G	202425200016	354370920240001	300.000,00	3	2024NE401862	71000022109202421

SP	RINCAO	2024	219G	202425200016	354370920240003	200.000,00	3	2024NE401863	71000022110202456
SP	RINCAO	2024	219G	202431350004	354370920240004	150.000,00	3	2024NE401823	71000022114202434
SP	RINCAO	2024	219G	202437300006	354370920240002	50.000,00	3	2024NE401822	71000022107202432
SP	RINCAO	2024	219G	202440940012	354370920240005	150.000,00	3	2024NE401864	71000022108202487
SP	SAGRES	2024	219G	202440940012	354470720240001	150.000,00	3	2024NE401865	71000022330202480
SP	SALTO DE PIRAPORA	2024	219G	202415810002	354530820240004	100.000,00	3	2024NE401491	71000019209202471
SP	SALTO DE PIRAPORA	2024	219G	202442920009	354530820240002	930.000,00	3	2024NE401494	71000019213202439
SP	SALTO DE PIRAPORA	2024	219G	202443290005	354530820240001	200.000,00	3	2024NE401495	71000019194202441
SP	SALTO DE PIRAPORA	2024	219G	202444790005	354530820240006	150.000,00	3	2024NE401695	71000018869202434
SP	SALTO DE PIRAPORA	2024	219G	202443720002	354530820240003	300.000,00	3	2024NE401694	71000018817202468
SP	SANTA GERTRUDES	2024	219G	202437300006	354670220240001	50.000,00	3	2024NE401489	71000020336202412
SP	SANTA GERTRUDES	2024	219G	202437300006	354670220240002	75.000,00	3	2024NE401488	71000020339202456
SP	SANTA GERTRUDES	2024	219G	202437300006	354670220240003	25.000,00	3	2024NE401486	71000020332202434
SP	SANTOS	2024	219G	202437300006	354850020240001	100.000,00	3	2024NE401485	71000017713202436
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	2024	219G	202444290003	354870820240001	100.000,00	3	2024NE401484	71000020334202423
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	2024	219G	202441610002	354980520240001	600.000,00	3	2024NE401482	71000021075202458
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	2024	219G	202443500009	354980520240002	200.000,00	3	2024NE401481	71000021076202401
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	2024	219G	202425280004	354990420240001	500.000,00	3	2024NE401480	71000021561202476
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	2024	219G	202442290019	354990420240002	900.000,00	3	2024NE401696	71000021562202411
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	2024	219G	202444790005	354990420240003	250.000,00	3	2024NE401697	71000021563202465
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	2024	219G	202441550009	354990420240005	200.000,00	3	2024NE401698	71000021558202452
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	2024	219G	202437300006	355000120240001	50.000,00	3	2024NE401473	71000021153202414
SP	SAO MIGUEL ARCANJO	2024	219G	202444790005	355020920240002	100.000,00	3	2024NE402009	71000022479202469
SP	SAO VICENTE	2024	219G	202435970001	355100920240006	100.000,00	3	2024NE401866	71000022117202478
SP	SAO VICENTE	2024	219G	202441610002	355100920240001	200.000,00	3	2024NE401824	71000022085202419
SP	SAO VICENTE	2024	219G	202441610002	355100920240002	200.000,00	3	2024NE401471	71000021875202479
SP	SAO VICENTE	2024	219G	202443500009	355100920240008	100.000,00	3	2024NE401464	71000021876202413
SP	SAO VICENTE	2024	219G	202444440006	355100920240003	300.000,00	3	2024NE401699	71000021870202446
SP	SAO VICENTE	2024	219G	202444440006	355100920240005	100.000,00	3	2024NE401701	71000021874202424
SP	SAO VICENTE	2024	219G	202444710009	355100920240004	100.000,00	3	2024NE401700	71000021877202468
SP	SETE BARRAS	2024	219G	202444710002	355180120240001	100.000,00	3	2024NE401825	71000021873202480
SP	TABATINGA	2024	219G	202437350009	355270020240001	75.000,00	3	2024NE401461	71000020263202469
SP	TUPI PAULISTA	2024	219G	202444150005	355510920240003	100.000,00	3	2024NE401702	71000020039202477
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	2024	219G	202428020007	355640420240007	150.000,00	3	2024NE401953	71000022480202493
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	2024	219G	202443500009	355640420240006	100.000,00	3	2024NE401952	71000022482202482
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	2024	219G	202425280004	355690920240001	100.000,00	3	2024NE401457	71000020990202426
SP	VOTUPORANGA	2024	219G	202437300006	355710520240001	100.000,00	3	2024NE401826	71000022314202497
SP	VOTUPORANGA	2024	219G	202444150005	355710520240003	70.000,00	3	2024NE401867	71000022327202466
SP	ITAPOLIS	2024	219G	202430520004	352270320240001	25.000,00	3	2024NE401525	71000020129202468
SP	ITAPOLIS	2024	219G	202430520004	352270320240003	25.000,00	3	2024NE401524	71000020070202416
SP	ITAPOLIS	2024	219G	202430520004	352270320240004	25.000,00	3	2024NE401523	71000020072202405
SP	ITAPOLIS	2024	219G	202431600015	352270320240002	100.000,00	3	2024NE401685	71000020130202492
SP	ITAPOLIS	2024	219G	202437170007	352270320240006	100.000,00	3	2024NE401686	71000020067202494
SP	ITAPOLIS	2024	219G	202441610002	352270320240007	200.000,00	3	2024NE401520	71000020068202439
SP	ITAPOLIS	2024	219G	202444710002	352270320240005	100.000,00	3	2024NE401521	71000020071202452
SP	MIRANDOPOLIS	2024	219G	202437350009	353010220240002	100.000,00	3	2024NE401690	71000021283202457
SP	ALVARES MACHADO	2024	219G	202444150005	350130120240002	50.000,00	3	2024NE401856	71000022069202418
SP	PACAEMBU	2024	219G	202444150005	353490620240001	80.000,00	3	2024NE401861	71000022311202453
SP	GUAPIACU	2024	219G	202425280004	351750520240001	100.000,00	3	2024NE401529	71000020337202467
SP	GABRIEL MONTEIRO	2024	219G	202427960003	351650720240001	300.000,00	3	2024NE401682	71000020040202400
SP	SABINO	2024	219G	202437170007	354460820240001	50.000,00	3	2024NE401496	71000020134202471
TO	ARAGUAINA	2024	219G	202424290011	170210920240001	500.000,00	4	2024NE401703	71000020644202448
TO	GOIATINS	2024	219G	202471280013	170900520240001	500.000,00	3	2024NE401724	71000022333202413
TO	TALISMA	2024	219G	202471280013	172097820240001	150.000,00	3	2024NE401725	71000022116202423

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 110, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa NIONE LTDA. (CNPJ nº 43.475.030/0001-67), conforme processo nº 19687.002632/2024-40, de 22 de abril de 2024.

Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.

Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 111, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo em vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa FREIOS CONTROIL LTDA. (CNPJ nº 90.492.695/0001-69), conforme processo nº 19687.002613/2024-13, de 19 de abril de 2024.

Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.

Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 112, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo em vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa BRUNING TECNOMETAL LTDA (CNPJ nº 89.673.164/0001-93), conforme processo nº 19687.002571/2024-11, de 18 de abril de 2024.

Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.

Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 113, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa MACROSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PARAFUSOS LTDA. (CNPJ nº 88.572.755/0001-01), conforme processo nº 19687.002800/2024-05, de 26 de abril de 2024.

Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 114, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa FORBAL INDUSTRIA AUTOMOTIVE LTDA. (CNPJ nº 04.061.332/0001-37), conforme processo nº 19687.002839/2024-14, de 26 de abril de 2024.
Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 115, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo em vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa METALMATRIX INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA. (CNPJ nº 03.384.719/0001-61), conforme processo nº 19687.002656/2024-07, de 22 de abril de 2024.
Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 116, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo em vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa STARA S.A. INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (CNPJ nº 91.495.499/0001-00), conforme processo nº 19687.002689/2024-49, de 23 de abril de 2024.
Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 117, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa BRASLUX INDÚSTRIA DE AUTO PEÇAS LTDA. (CNPJ nº 88.893.490/0001-43), conforme processo nº 19687.002731/2024-21, de 24 de abril de 2024.
Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 118, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo em vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa FRAS-LE S.A. (CNPJ nº 88.610.126/0001-29), conforme processo nº 19687.002605/2024-77, de 19 de abril de 2024.
Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 119, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa ACUMULADORES MOURA S.A. (CNPJ nº 09.811.654/0001-70), conforme processo nº 19687.002586/2024-89, de 18 de abril de 2024.
Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 120, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa EDSCHA DO BRASIL LTDA. (CNPJ nº 02.612.907/0001-37), conforme processo nº 19687.002683/2024-71, de 23 de abril de 2024.
Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 121, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa NAKATA AUTOMOTIVA LTDA. (CNPJ nº 04.156.194/0001-70), conforme processo nº 19687.002622/2024-12, de 19 de abril de 2024.
Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 122, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa COOPER STANDARD AUTOMOTIVE BRASIL SEALING LTDA. (CNPJ nº 00.362.831/0001-03), conforme processo nº 19687.002667/2024-89, de 23 de abril de 2024.
Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

PORTARIA SDIC/MDIC Nº 123, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Habilitação ao Programa Mobilidade Verde e Inovação - MOVER

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, INOVAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13 da Portaria MDIC nº 43, de 26 de março de 2024, e tendo vista o disposto no art. 13, § 2º, I, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, resolve:
Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I, do art. 13, da Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, a empresa DANA INDÚSTRIAS LTDA. (CNPJ nº 00.253.137/0001-58), conforme processo nº 19687.002615/2024-11, de 19 de abril de 2024.
Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de abril de 2024 até 31 de janeiro de 2029.
Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento do compromisso assumido na solicitação de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 23 a 25 da Medida Provisória nº 1.205, de 2023.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UALLACE MOREIRA LIMA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

CONSULTA PÚBLICA Nº 4, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo parágrafo 3º do artigo 4º da Lei n.°5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do artigo 3° da Lei n.° 9.933, de 20 de dezembro de 1999, no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental do Inmetro, aprovado pelo Decreto nº 11.221, de 5 de outubro de 2022 e pela alínea a do subitem 4.1 da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n° 11, de 12 de outubro de 1988, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.008362/2022-05, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.gov.br/inmetro/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/consultas-publicas, a proposta de texto da Portaria que aprova a tradução da publicação do Suplemento 2 "Guia para a expressão de incerteza de medição" - Extensão a um número qualquer de grandezas de saída.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria, o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas ao texto mencionado no artigo 1º.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas eletronicamente para o e-mail acbaratto@inmetro.gov.br.

Art. 4º Declarar que, findo o prazo fixado no artigo 2º, o Inmetro se articulará com as entidades representativas do setor, que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art.5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União quando iniciará a sua vigência.

MARCIO ANDRE OLIVEIRA BRITO

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PORTARIA Nº 18, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o monitoramento qualitativo do Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável - instituído pelo Decreto nº 10.133, de 26 de novembro de 2019, previsto no art. 5º, Parágrafo Único da Portaria nº 2.469, de 23 de novembro de 2022.

O SECRETÁRIO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 17 do Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios e procedimentos para o monitoramento qualitativo do Programa Viver-Envelhecimento Ativo e Saudável, instituído pelo Decreto nº 10.133, de 2019.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no caput, a execução do monitoramento qualitativo do Programa Viver-Envelhecimento Ativo e Saudável considera a Portaria nº 2.469/2022, art. 5º, parágrafo único, e será realizado por intermédio da coleta de dados que gerem informações capazes de subsidiar a avaliação do alcance das finalidades e objetivos do referido Programa, previstos no art. 3º, bem como no art. 2º do Decreto que o institui o Programa.

Art. 2º O monitoramento qualitativo é executado de forma eletrônica mediante a utilização do Sistema informatizado do Programa Viver, conforme endereço eletrônico: http://programa-viver.mdh.gov.br

Art. 3º O monitoramento qualitativo previsto nesta Portaria contempla as unidades do Programa Viver-Envelhecimento Ativo e Saudável no período de funcionalidade entre 1º de janeiro de 2019 e até 31 de dezembro de 2021.

I - O monitoramento qualitativo abrangerá o cumprimento do estabelecido no art. 3º do Decreto nº 10.133, de 2019.

Parágrafo único. O monitoramento qualitativo acontecerá de 06 de maio a 05 de junho de 2024.

Art. 4º O monitoramento qualitativo visa possibilitar:

I - aperfeiçoamento das ações;

II - produção de indicadores do Programa Viver;

III - mapeamento do perfil da pessoa idosa participante do Programa;

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE DA SILVA

Ministério da Educação

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 7, DE 2 DE MAIO DE 2024

Institui a Solução BB Gestão Ágil como ferramenta de comprovação da execução dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso I, do Anexo I ao Decreto nº 11.196, de 13 de setembro de 2022, e os arts. 3º e 6º do Anexo à Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, resolve:

Art. 1º As prestações de contas dos programas desenvolvidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE serão operacionalizadas por meio da Solução BB Gestão Ágil, do Banco do Brasil, que reúne as informações de receitas e gastos, aplicações financeiras e documentos de despesas.

§ 1º Para os fins e as aplicações desta Resolução, são considerados programas desenvolvidos no âmbito do FNDE:

I - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, de que trata a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

II - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, de que trata a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; e

III - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, de que trata a Lei nº 11.947, de 2009, incluindo as ações integradas (qualidade, estrutura e educação especial);

IV - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, sob as modalidades Transferência Direta - TD, Prisional, MedioTec, Qualifica Mais, Mulheres Mil;

V - Programa de apoio às novas turmas de educação infantil, de que trata a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012; e

VI - Programa de apoio a novos estabelecimentos de educação infantil, de que trata a Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011.

§ 2º Os programas serão monitorados pelo FNDE, em tempo real, a partir de dados, informações e documentos apresentados pelas entidades e unidades na Solução BB Gestão Ágil.

§ 3º Os programas em execução na data de entrada em vigor desta Resolução deverão migrar para a Solução BB Gestão Ágil em até sessenta dias, prorrogáveis a critério do FNDE.

§ 4º Os programas e as ações que venham a ser criados devem utilizar-se da Solução BB Gestão Ágil.

Art. 2º No caso dos programas citados nos incisos I, II e III do § 1º do art. 1º desta Resolução, o FNDE expedirá portaria, em até sessenta dias a contar da publicação desta Resolução, com a categorização de despesas a serem aplicadas para efeitos de comprovação na Solução BB Gestão Ágil, observadas as respectivas resoluções de regulamentação dos programas.

Parágrafo único. Na ausência de edição da referida portaria, fica autorizada a mesma categorização constante do módulo de prestação de contas on-line do Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SiGPC.

Art. 3º A execução financeira do PDDE e de suas ações integradas obedecerá à comprovação exigida nos termos desta Resolução, observada a seguinte conceituação e suas alterações posteriores:

I - Entidade Executora - EEx: prefeituras municipais e secretarias estaduais e distrital de educação que representam unidades escolares públicas com até cinquenta estudantes matriculados;

II - Unidade Executora Própria - UEx: organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de representar uma unidade escolar pública ou um consórcio de unidades escolares públicas, integrada por membros da comunidade escolar e comumente denominadas de caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras denominações; e

III - Entidade Mantenedora - EM: organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, representativa das escolas privadas de educação especial.

Art. 4º As EEx, as EM e as UEx do PDDE deverão efetuar, até 31 de agosto de 2024, os registros na Solução BB Gestão Ágil relativamente ao exercício de 2023 e do período de janeiro a junho de 2024.

§ 1º As EEx deverão analisar e julgar as prestações de contas relativas à execução dos recursos do PDDE, recebidas das UEx, e registrar os respectivos dados no SiGPC, referentes ao exercício de 2023, até 31 de outubro de 2024.

§ 2º A partir do exercício de 2024, os registros de dados mencionados no § 1º deverão ser realizados até 30 de abril de cada ano subsequente.

Art. 5º A execução financeira do PNATE e do PNAE obedecerá à comprovação exigida nos termos desta Resolução, observada a seguinte conceituação e suas alterações posteriores:

I - Entidade Executora - EEx do PNATE: aquela responsável pelo recebimento, pela execução, oferta de transporte escolar e prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, sendo elas:

a) os estados e o Distrito Federal, responsáveis pelo atendimento aos alunos das escolas da educação básica pública das respectivas redes estaduais e distrital, nos termos do inciso VII do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e

b) os municípios, responsáveis pelo atendimento aos alunos das escolas de educação básica pública das respectivas redes municipais, nos termos do inciso VI do art. 11 da Lei nº 9.394, de 1996; e

II - Entidade Executora - EEx do PNAE: Secretarias de Estado da Educação - Seduc e Prefeituras Municipais, como responsáveis pela execução do Programa, inclusive pela utilização e complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, pela oferta de alimentação nas escolas em, no mínimo, duzentos dias de efetivo trabalho escolar e pelas ações de educação alimentar e nutricional a todos os alunos matriculados.

Art. 6º As EEx do PNAE e do PNATE deverão efetuar, até 31 de agosto de 2024, os registros na Solução BB Gestão Ágil relativamente ao exercício de 2023 e do período de janeiro a junho de 2024.

Art. 7º As transferências a serem realizadas pelo FNDE aos programas citados nos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 1º desta Resolução deverão obedecer à criação de novas contas bancárias para a inclusão na parametrização prevista para o módulo de prestação de contas da Solução BB Gestão Ágil.

§ 1º Quando das solicitações de pagamento, as áreas gestoras das iniciativas das políticas educacionais deverão indicar o período previsto dos ciclos de execução e o prazo de execução financeira bem como a categorização das despesas.

§ 2º Excepcionalmente, poderão ser realizadas transferências para as contas abertas anteriormente, mediante justificativa fundamentada da área gestora das iniciativas das políticas educacionais, com objetivo de concluir o ciclo de execução iniciado em períodos anteriores.

§ 3º A justificativa de que trata o § 2º deverá indicar o prazo previsto para a conclusão da execução e ciência de que as obrigações de prestar contas deverão ser registradas pelas Entidades Executoras e acompanhadas no módulo on-line de prestação de contas do SiGPC.

Art. 8º O FNDE monitorará a execução de cada um dos programas a partir dos dados apresentados pelas entidades e unidades na Solução BB Gestão Ágil.

§ 1º A Solução BB Gestão Ágil apresentará alertas sobre a ausência de comprovação de despesas e sobre a eventual existência de divergência ou inconformidade dos dados apresentados.

§ 2º As situações mencionadas no § 1º, assim como outras inconsistências eventualmente verificadas na execução dos recursos, poderão ensejar a suspensão do repasse das parcelas seguintes, até que a pendência seja resolvida.

Art. 9º O Conselho de Alimentação Escolar e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, nos casos exigidos constantes das normas respectivas, emitirão seus pareceres no Sistema de Gestão de Conselhos - Sigecon, ao fim do prazo de comprovação da execução, nos termos da legislação pertinente.

Art. 10. Após o período de comprovação e a emissão dos respectivos pareceres dos Conselhos de que trata o art. 9º desta Resolução, serão apresentados os resultados das análises técnicas sobre as execuções física e financeira, nos seguintes termos:

I - análise da execução física: avaliação da adequação das despesas e das ações realizadas e em relação ao objeto previsto nas legislações de cada um dos programas; e

II - análise da execução financeira: conciliação dos valores financeiros recebidos e dos lançamentos verificados no extrato bancário, sem análise de mérito sobre a adequação das despesas e das ações realizadas e aquelas previstas nas legislações de cada um dos programas.

§ 1º Nos casos de análise da execução financeira, serão homologados, com efeitos de aprovação financeira, todos os casos em que não houver pendências na comprovação das despesas na Solução BB Gestão Ágil.

§ 2º Nos casos de análise da execução física, serão homologados, com efeitos de aprovação, todos os casos em que não houver pendências na comprovação de tal execução na Solução BB Gestão Ágil, quando não for exigido outro meio de comprovação pela legislação específica.

§ 3º A homologação de que trata os §§ 1º e 2º poderá ser revista diante de fatos que indiquem a ocorrência de prejuízo ao erário, incluindo análises que excedam as informações registradas na Solução BB Gestão Ágil.

§ 4º As análises de que tratam os incisos I e II deste artigo deverão ser conclusivas sobre os recursos recebidos em cada um dos programas, com a formalização dos seguintes posicionamentos:

I - Aprovação: quando todos os valores financeiros estiverem devidamente comprovados e conciliados, e o resultado da análise da execução física for pela aprovação;

II - Aprovação com ressalva: quando todos os valores financeiros estiverem devidamente comprovados e conciliados, e o resultado da análise da execução física for pela aprovação, mas sejam identificadas uma ou mais ocorrências de irregularidades que não tenham ocasionado prejuízo financeiro;

III - Aprovação parcial: quando parte dos valores financeiros não estiver devidamente comprovada e conciliada e/ou o resultado da análise da execução física for pela obrigação de devolução de recursos na proporção da inadequação das ações ou do cumprimento do objeto;

IV - Aprovação parcial com ressalva: quando parte dos valores financeiros não estiver devidamente comprovada e conciliada e/ou o resultado da análise da execução física for pela obrigação de devolução de recursos na proporção da inadequação das

ações ou do cumprimento do objeto e forem identificadas uma ou mais ocorrências de irregularidades que não tenham ocasionado prejuízo financeiro; e

V - Não aprovação: quando não houver qualquer comprovação das despesas realizadas ou quando, mesmo havendo a comprovação dessas despesas, o resultado da análise da execução física seja pela devolução total dos valores repassados.

§ 5º Sem prejuízo aos referenciais anuais de transferência dos recursos, os resultados das análises relativas ao PNAE e ao PNATE serão emitidos por quadriênio, a contar de 2023-2026.

Art. 11. Nos casos em que a análise conclusiva resultar em "Não aprovação" ou em "Aprovação parcial, com ou sem ressalva", o FNDE notificará os responsáveis para apresentação de justificativas ou para o recolhimento dos valores devidos, no prazo de trinta dias, sob pena de inscrição da inadimplência da entidade relativa ao programa e de instauração de Tomada de Contas Especial - TCE, ou outra medida de exceção aplicável, para a recuperação de créditos em favor da União.

§ 1º Os débitos relativos à análise da execução física e financeira não se sobrepõem, sendo vedada a cobrança, pelo FNDE, de montante superior ao valor transferido, acrescido de eventuais rendimentos auferidos.

§ 2º A inscrição de inadimplência da entidade implicará a suspensão dos repasses ao programa, inclusive em eventuais novos ciclos, até que a pendência seja resolvida.

§ 3º A entidade administrada por outro gestor que não o faltoso poderá adotar medidas para o resguardo do patrimônio público e para a obtenção da suspensão da inadimplência, conforme orientações indicadas no sítio eletrônico do FNDE.

§ 4º A instauração e o processamento da TCE, ou outra medida de exceção aplicável, irão observar as normas específicas do FNDE e dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 12. Após a emissão do parecer conclusivo e a instauração de TCE, caso sejam apresentadas justificativas, ou seja, recolhido o valor devido, as áreas gestoras das iniciativas das políticas educacionais e o FNDE realizarão a análise da documentação apresentada, na sua esfera de competências, para subsidiar o julgamento do Tribunal de Contas da União - TCU, se a TCE estiver pendente de apreciação no âmbito do referidoTribunal.

Art. 13. As devoluções de valores referentes aos débitos apurados pelo FNDE, independentemente do fato gerador, deverão ser efetuadas conforme orientações contidas no endereço eletrônico www.fnde.gov.br, no menu Consultas Online/Recolhimentos (Parcelamento e Devolução de Saldos e Débitos Apurados).

Parágrafo único. O valor a ser devolvido deverá ser atualizado monetariamente com aplicação de juros no Sistema Débito do TCU, disponível no endereço eletrônico https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces, utilizando-se como data de atualização aquela em que o recolhimento for efetivado.

Art. 14. Os fatos relacionados aos resultados das análises e às medidas de exceção eventualmente adotadas serão registrados pelo FNDE no SiGPC.

Art. 15. Os empenhos e os pagamentos dos programas citados nos incisos I, II e III do § 1º do art. 1º desta Resolução deverão ser feitos até 30 de setembro de cada exercício.

§ 1º Os saldos orçamentários eventualmente existentes em 1º de outubro de cada exercício serão informados ao Ministério da Educação - MEC, para conhecimento e tomadas das providências julgadas necessárias.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos créditos decorrentes de alterações orçamentárias solicitadas até a data estabelecida no caput; e

II - às ações integradas do PDDE.

Art. 16. Os saldos financeiros eventualmente existentes dos programas citado nos incisos I, II e II do § 1º do art. 1º desta Resolução no último dia útil de cada exercício, em conta do beneficiário, poderão ser reprogramados e utilizados até o décimo dia útil do mês de fevereiro do exercício seguinte, a partir do exercício de 2026.

§ 1º O Banco do Brasil estornará os saldos financeiros dos programas nacionais no décimo quinto dia útil de fevereiro de cada exercício.

§ 2º Os créditos financeiros dos programas nacionais de cada exercício somente poderão ser efetuados nas contas com saldos zerados, observado o disposto no caput e § 1º deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às ações integradas do PDDE.

Art. 17. Os programas citados nos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 1º desta Resolução obedecerão aos prazos de execução dispostos em suas normas específicas.

Art. 18. A Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 47. .....

.....

IX - os recursos financeiros apurados na forma do inciso I deste artigo são transferidos pelo FNDE a cada EEx em oito parcelas (fevereiro a setembro) por ano, não podendo cada parcela ter cobertura inferior a vinte dias letivos;" (NR)

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 8, DE 2 DE MAIO DE 2024

Altera a Resolução CD/FNDE nº 4, de 4 de maio de 2020, que estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal, no âmbito do quarto ciclo (2021-2024) do Plano de Ações Articuladas - PAR.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º do Anexo I do Decreto nº 11.196, de 13 de setembro de 2022, e da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, resolve:

Art. 1º A Resolução CD/FNDE nº 4, de 4 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

.....

§ 2º-A Para os casos de obras e de serviços de engenharia com a utilização de projetos padronizados fornecidos pelo repassador ou pela mandatária, as peças documentais de que trata o inciso IV do § 1º do Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, serão as seguintes:

I - Declaração do recebedor informando a adoção do projeto padronizado;

II - Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo decorrente do projeto padronizado, incluídas as adequações necessárias às especificidades locais de sua implantação, as fundações e as obras complementares;

III - Declaração do recebedor atestando que o projeto básico ou executivo decorrente do projeto padronizado, incluídas as adequações necessárias às especificidades locais de sua implantação, as fundações e as obras complementares, estão em conformidade com a legislação local e as normas técnicas brasileiras e é compatível com o orçamento do empreendimento, nos termos do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013;

IV - comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel;

V - licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ou pela entidade ambiental competente das esferas municipal, estadual, distrital ou federal e pelas concessionárias de serviços públicos, quando couber, nos termos da legislação aplicável, anteriormente ao início da execução da obra ou do serviço de engenharia; e

VI - Declaração do recebedor sobre a sustentabilidade do objeto.

§ 2º-B É dispensável a análise, pelo repassador ou pela mandatária, do projeto básico ou executivo apresentado pelo recebedor, caso as adequações necessárias à adaptação do projeto padronizado às especificidades do local de sua implantação representem valor igual ou inferior a 5% (cinco por cento) em relação ao valor do orçamento para projeto padronizado.

§ 2º-C As obras, os serviços e os equipamentos adicionais não previstos no projeto padronizado serão executados às expensas do recebedor, e não serão objeto de análise 2/3 (dois terços) pelo repassador ou pela mandatária, devendo ser apresentada declaração de que seus custos são compatíveis com o disposto no Decreto nº 7.983, de 2013, e nos arts. 127 e 128 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º-D Os saldos remanescentes em conta corrente específica vinculada a termo de compromisso, incluídos aqueles provenientes de rendimentos auferidos, poderão ser utilizados na execução do objeto, inclusive para o pagamento de reajustes e reequilíbrio econômico-financeiro.

....." (NR)

"Art. 14. .....

§ 1º Alternativamente à certidão indicada no caput, admitem-se os documentos previstos nos §§ 1º e 2º, art. 26, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

§ 2º A declaração do Chefe do Poder Executivo de que o ente federativo é detentor da posse da área objeto da intervenção, quando se tratar de área pública, deverá seguir o modelo estabelecido no Anexo III desta Resolução, e ser assinada usando o Portal Gov.Br, reconhecimento em cartório ou forma de autenticação congênere.

§3º Nos casos em que seja apresentada pelo ente apenas a declaração do Chefe do Poder Executivo de que o ente federativo é detentor da posse da área objeto da intervenção, quando se tratar de área pública, a regularização formal da propriedade deverá ser comprovada até o final da execução do objeto do instrumento." (NR)

"Art. 16. .....

§ 1º Para o caso de obras e serviços de engenharia, serão obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano, priorizando a conclusão dos projetos em andamento, visando à funcionalidade e à efetividade da infraestrutura instalada, observados os seguintes parâmetros:

I - as transferências de recursos serão realizadas em parcelas, de acordo com a execução da obra, sendo a primeira no montante de 15% (quinze por cento), após:

a) resolução de eventual condição suspensiva;

b) conclusão da análise técnica;

c) comprovação do depósito da contrapartida, quando couber, e observado o cronograma de desembolso; e

d) verificação e aceite da realização do processo licitatório;

II - para as transferências de recursos após a primeira parcela, será necessário que a entidade solicite desembolso no Simec, módulo Obras 2.0, sendo as demais parcelas transferidas após a aferição da evolução física da obra e avanço de, no mínimo, 15% (quinze por cento), comprovado mediante o relatório de vistoria inserido no Simec, módulo Obras 2.0, e aprovado pela equipe técnica do FNDE; e

.....

§ 4º A priorização dos pagamentos para as demais iniciativas, exceto obras, será a ordem cronológica da solicitação de desembolso, após a validação da área técnica acerca dos critérios definidos na Resolução.

§ 5º O disposto no § 1º, inciso II, desta artigo não se aplica aos processos de pagamento de medições em trâmite no FNDE e aos protocolizados até o dia 20 de maio de 2024." (NR)

Art. 2º Fica adicionado o Anexo III à Resolução CD/FNDE nº 4, de 2020, conforme o Anexo desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE POSSE DE TERRENO LOCALIZADO EM ÁREA PÚBLICA

Eu (nome do prefeito; nome do governador), portador do CPF sob o nº xxxxxxxxxx, devidamente investido no cargo de Prefeito do Município/UF OU Governador de UF, inscrito no CNPJ xxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxx, declaro, sob as penas do art. 299 do Código Penal, para fins de submissão de proposta de obras de construção de (OBJETO DA CONTRUÇÃO PROPOSTO PELO ENTE) no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), que o Município/ Estado/UF exerce a posse mansa, regular e pacífica do terreno localizado em área pública e situado na xxxxxxxxx (ENDEREÇO COMPLETO), assegurado como sede da obra em comento.

Outrossim, firmo o compromisso de informar tempestivamente no sistema de monitoramento e acompanhamento de obras adotado pelo FNDE o ente público titular da propriedade e de apresentar até o final da execução do objeto do instrumento, nos termos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, a regularização formal da propriedade, atualizada, comprovando o exercício de plenos poderes do ente federativo sobre o terreno.

Local, xx de xxxx de 202x.

ASSINATURA ELETRÔNICA

NOME DO PREFEITO OU GOVERNADOR

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS ITAPINA

PORTARIA Nº 131, DE 2 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS ITAPINA, nomeado pela Portaria nº 1.987 de 22.11.2021, publicada no DOU em 23.11.2021, no uso de suas atribuições legais, considerando o teor do Processo nº 23154.000959/2024-72, resolve:

Homologar o resultado final do Edital nº 18/2024 - Processo Seletivo para Contratação de Professor Substituto do Ifes Campus Itapina, conforme anexo desta Portaria.

ANEXO

Área de Estudo/Disciplina: BIOLOGIA - 40 horas

INSC.	NOME	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
B-07	José Amaro da Silva Neto	76,40	1º
B-23	Cristiani Spadeto	72,00	2º
B-19	Josiene Rossini	68,80	3º

FABIO LYRIO SANTOS

CAMPUS NOVA VENÉCIA

PORTARIA Nº 72, DE 28 DE MARÇO DE 2024

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS NOVA VENÉCIA, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado pela Portaria nº 1.991 de 22.11.2021, publicada no DOU em 22.11.2021, seção 2, página 21, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo 23159.000501/2023-92, resolve:

I - Prorrogar, a partir de 03.05.2024, por mais 01 (um) ano, a validade do Edital DG nº 03/2023 do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Nova Venécia, publicado no Diário Oficial da União de 10.04.2023, Seção 3, página 30, cuja homologação do resultado está constante na Portaria nº 134, de 03.05.2023, publicada no Diário Oficial da União de 04.05.2023, página 24.

ANDERSON ROZENO BOZZETTI BATISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

DIRETORIA DE PROCESSOS SELETIVOS

RETIFICAÇÃO

O Diretor de Processos Seletivos da Universidade Federal de Alfenas, no uso de suas atribuições legais, delegadas por meio da Portaria 1476/2022, de 11-08-2022, publicada no DOU em 17-08-2022, Seção 1, fls. 52, comunica que a Portaria nº 730 de 30-04-2024, publicada no DOU em 02-05-2024, Seção 1, fls. 37, foi retificada da seguinte forma:

Onde se lê: Prorrogar pelo período de 25-05-2024 a 24-05-2025

Leia-se: Prorrogar pelo período de 26-05-2024 a 25-05-2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o recurso interposto pela empresa AM ABS LTDA, contra decisão da Autoridade Competente pela rescisão unilateral do Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 63/2023 e do Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 74/2023.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o disposto no art. 10, inciso XVII, da Resolução Normativa CUNI nº 002 de 18 de fevereiro de 2022; amparado nos documentos constantes dos autos do processo 23090.002055/2024-73; e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 25/4/2024, resolve:

Art. 1º Referendar, nos termos em que foi exarado, o conteúdo do Despacho 1136, datado de 25 de abril de 2024 e proferido pelo senhor Reitor em exercício, tendo em vista os seus sólidos fundamentos.

Art. 2º Negar provimento ao recurso interposto pela empresa AM ABS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 20.548.612/0001-20, contra a decisão administrativa exarada por meio da Portaria da Reitoria nº 204, de 11 de abril de 2024, a qual, nos termos dos incisos I, II e VIII do art. 137 e do inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, decidiu pela extinção unilateral do Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 63/2023 e do Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 74/2023.

Art. 3º Intime-se a empresa sobre o teor da presente decisão.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

MARCIO MACHADO LADEIRA
Presidente do Conselho

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 17944.000038/2024-19
Interessado: Banco do Estado de Alagoas S/A (PRODUBAN) - em Liquidação.
Assunto: Contrato da quinta novação de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a ser firmado entre a União e o Banco do Estado de Alagoas S/A (PRODUBAN) - em Liquidação, no valor líquido de R$ 16.799.363,62 (dezesseis milhões, setecentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos), posicionado em 01/01/2023, o qual será, ao final do procedimento, convertido em títulos públicos que se destinarão à instituição credora.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e autorizo a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

FERNANDO HADDAD
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

PORTARIA CARF/MF Nº 708, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Estabelece procedimentos para período de transição para criação de turmas extraordinárias e sua extinção para criação de novas turmas ordinárias.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos IV e XII art. 39 e inciso IX e XIII do art. 61 do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF nº 1.364, de 21 de dezembro de 2023,

Considerando a necessidade de definir procedimentos para o período de transição entre a formação dos colegiados definida pela Portaria MF nº 1.364, de 2023, e a alteração feita pela Portaria MF nº 528, de 02 de abril de 2024, a redistribuição de conselheiros e transformação de turmas extraordinárias em ordinárias divulgadas pela Portaria SE nº 888, de 9 de abril de 2024,

Considerando que dentre as turmas extraordinárias criadas Portaria MF nº 1.364, de 2023, somente a 4ª Turma Extraordinária da 1ª Seção entrou em funcionamento, tendo julgado processos distribuídos a conselheiros de Turmas Ordinárias anteriormente à sua criação e que os julgamentos ocorreram em sessões presenciais conforme previsto para Turmas Ordinárias e que, após a Portaria MF nº 528, de 2024, a turma foi extinta com a transferência dos conselheiros e redistribuição dos processos para turmas ordinárias,

resolve:

Art. 1º Os acórdãos proferidos pela 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção, criada pela Portaria MF nº 1.364, de 21 de dezembro de 2023, consideram-se proferidos por Turma Ordinária, não lhes sendo aplicável o inciso I do § 12 do art. 118 do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF nº 1.364, de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO

PORTARIA CARF/MF Nº 709, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Regulamenta adequação da distribuição do acervo de processos entre as turmas ordinárias e extraordinárias e a implantação das turmas ordinárias criadas por meio da Portaria MF Nº 528, de 2 de abril de 2024.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XII do art. 39 e o §1º do art. 65 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023, considerando o disposto no inciso II do art. 86 do mesmo regimento, o período de transição para implantação das turmas ordinárias criadas por meio da Portaria MF nº 528, de 2 de abril de 2024, e a distribuição dos conselheiros do CARF estabelecida pela Portaria de Pessoal SE/MF nº 888, de 9 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Serão redistribuídos para as turmas extraordinárias os processos de valor não superior ao previsto no art. 65 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023, que se encontram na situação "aguardando pauta" em turma ordinária ou em turma extraordinária extinta.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também na hipótese de conselheiro de turma extraordinária que vier a ter mandato transferido para turma ordinária até 31 de maio de 2024.

Art. 2º Na hipótese em que o mandato do conselheiro relator é transferido de turma extraordinária para turma ordinária, a distribuição e o sorteio de novos processos para relatar seguirão as prioridades e as metas estabelecidas para a turma ordinária.

§1º O presidente de turma fica autorizado a incluir em pauta, somente após o início de funcionamento do sistema informatizado de que trata o §2º do art. 92 do RICARF, os processos que a turma ordinária recebeu de turma extraordinária na situação "indicado para a pauta".

§2º Observado o disposto no art. 93 do RICARF, os processos originários de turma extraordinária deverão ser julgados, preferencialmente, em reunião assíncrona.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação do Diário oficial da União.

DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO

1ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 13 a 16/05/2024.

Pauta suplementar ordinária (de 14 a 16/05/2024) e extraordinária (13/05/2024) de julgamento dos recursos da 1ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 1ª Seção, em sessão síncrona presencial, a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado; e

2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado.

Dia 16 de maio de 2024, às 14:00 horas

Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
29 - Processo nº: 10134.722524/2019-10 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CSN MINERACAO S.A.

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
Presidente da Turma

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta extraordinária de julgamento dos recursos da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção, em sessão síncrona presencial, a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da sessão de julgamento da turma.

Dia 16 de maio de 2024, às 08:30 horas

Relator(a): RAFAEL TARANTO MALHEIROS
1 - Processo nº: 15983.720166/2018-34 - Recorrente: EUROFINS CLINICAL SANTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RAFAEL TARANTO MALHEIROS
Presidente da Turma

2ª SEÇÃO
3ª CÂMARA
2º TURMA ORDINÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na pauta de julgamento da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção do CARF, publicada no DOU nº 79 de 24/04/2023, Seção 1, pág. 35,

Onde se lê:

Pauta ordinária de julgamento dos recursos da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, em sessões síncronas presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

Leia-se:

Pauta ordinária de julgamento dos recursos da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção, em sessões síncronas presenciais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

3ª SEÇÃO
3ª CÂMARA
2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Período da Reunião de 13 a 16/05/2024.

Pauta extraordinária de julgamento dos recursos da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção, em sessões síncronas presenciais, a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitações de sustentação oral devem ser enviadas até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) Solicitações de transferência ou retirada de pauta devem ser enviadas até 4 (quatro) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente da sessão em que o processo tenha sido agendado;

3) Os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação;

4) O resultado do julgamento dos processos da tabela abaixo servirá como paradigma para o julgamento dos itens da coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela, nos termos do 3º do art. 87 da Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023; e

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
3	10435.720228/2013-96	4 a 8
12	11080.741278/2019-22	13 e 14
16	10882.731067/2021-06	17 e 18
42	10680.722991/2012-79	43
44	13005.721972/2014-47	45
54	10882.721448/2017-92	55 a 59
60	10783.908020/2009-61	61 a 63
68	16682.721524/2013-79	69 a 75
76	16682.720175/2018-82	77 a 83
85	10805.905271/2012-93	86 a 88
101	13839.900001/2013-78	102 e 103
104	13839.900003/2013-67	105 a 107
108	10880.941651/2012-99	109 a 116
126	16327.901647/2018-45	127 e 128

5) Será submetida ao colegiado proposta do Presidente de Turma para retificação das atas de:

I) Janeiro de 2024, relativa aos processos nº: 11080.737429/2018-67 (Paradigma), 11080.738011/2018-77 (Repetitivo) e 10980.913858/2013-26, Relator(a): MARIEL ORSI GAMEIRO - Recorrente: MONDELEZ BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II) Fevereiro de 2024, relativa ao processo nº: 10711.722417/2016-30, Redator(a) AD HOC: ANIELLO MIRANDA AUFIERO JUNIOR - Recorrente: BAKER HUGHES ENERGY TECHNOLOGY DO BRASIL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL.

Dia 13 de maio de 2024, às 09:00 horas

Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
1 - Processo nº: 13896.720344/2018-81 - Recorrente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
2 - Processo nº: 10283.721071/2011-35 - Recorrente: COMBRAS ARMAZENS GERAIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
3 - Processo nº: 10435.720228/2013-96 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
4 - Processo nº: 10435.720308/2013-41 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10435.720532/2013-33 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10435.720549/2013-91 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10435.720595/2013-90 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10435.720923/2011-96 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
9 - Processo nº: 10435.721393/2013-65 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
10 - Processo nº: 11060.002402/2002-21 - Recorrente: ASSOCIACAO EDUCACIONAL SAO PAULO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
11 - Processo nº: 10814.720816/2014-46 - Embargante: AMERICAN AIRLINES INC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
12 - Processo nº: 11080.741278/2019-22 - Recorrente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
13 - Processo nº: 11080.741277/2019-88 - Recorrente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 11080.741279/2019-77 - Recorrente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 13 de maio de 2024, ÀS 14:00 horas

Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
15 - Processo nº: 10530.723182/2012-06 - Recorrente: COOBAHIA COOPERATIVA BAHIA OESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
16 - Processo nº: 10882.731067/2021-06 - Recorrente: ARALCO S A - INDUSTRIA E COMERCIO EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
17 - Processo nº: 15868.720047/2019-89 - Recorrente: ARALCO S A - INDUSTRIA E COMERCIO EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 18088.720174/2018-72 - Recorrente: ARALCO S A - INDUSTRIA E COMERCIO EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10980.722563/2016-95 - Recorrente: PORSCHE BRASIL IMPORTADORA DE VEICULOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
20 - Processo nº: 10840.720773/2009-14 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10840.720774/2009-69 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10840.720775/2009-11 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10840.720776/2009-58 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10840.720777/2009-01 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10840.720778/2009-47 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10840.720779/2009-91 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10840.720781/2009-61 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10840.720782/2009-13 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10840.720783/2009-50 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10840.720784/2009-02 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10840.720785/2009-49 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10840.720786/2009-93 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10840.720787/2009-38 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10840.720788/2009-82 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DO VALE DO MOGI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 14 de maio de 2024, às 09:00 horas

Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
35 - Processo nº: 15746.722284/2021-85 - Recorrente: CNO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
36 - Processo nº: 11000.723226/2021-31 - Recorrente: CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 14817.720027/2020-84 - Recorrente: CENCOSUD BRASIL COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
38 - Processo nº: 10183.721661/2013-58 - Recorrente: MAR AZUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 14098.720059/2019-17 - Recorrentes: MAR AZUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 14098.720081/2019-59 - Recorrente: MAR AZUL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
41 - Processo nº: 19679.720502/2019-24 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CRUZEIRO PAPEIS INDUSTRIAIS LTDA
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
42 - Processo nº: 10680.722991/2012-79 - Recorrente: MGI MINAS GERAIS PARTICIPACOES S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
43 - Processo nº: 10680.722993/2012-68 - Recorrente: MGI MINAS GERAIS PARTICIPACOES S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
44 - Processo nº: 13005.721972/2014-47 - Recorrente: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
45 - Processo nº: 13005.721971/2014-01 - Recorrente: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 14 de maio de 2024, às 14:00 horas

Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
46 - Processo nº: 10166.007555/2009-90 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 14033.000090/2011-27 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
48 - Processo nº: 15746.722159/2021-75 - Recorrente: PAGSEGURO INTERNET INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 15746.722163/2021-33 - Recorrente: PAGSEGURO INTERNET INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
50 - Processo nº: 14041.720189/2019-05 - Recorrente: DISTRITO FEDERAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
51 - Processo nº: 10783.914635/2011-41 - Recorrente: LR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 15504.720879/2011-77 - Recorrente: SOLUTION ASSESSORIA TRIBUTARIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
53 - Processo nº: 10872.000154/2010-76 - Recorrente: ASSOCIACAO DE HOSPITAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10882.721448/2017-92 - Recorrente: TRYOGRAF EDITORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
55 - Processo nº: 10882.721449/2017-37 - Recorrente: TRYOGRAF EDITORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10882.721450/2017-61 - Recorrente: TRYOGRAF EDITORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10882.721451/2017-14 - Recorrente: TRYOGRAF EDITORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10882.721452/2017-51 - Recorrente: TRYOGRAF EDITORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10882.721453/2017-03 - Recorrente: TRYOGRAF EDITORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
60 - Processo nº: 10783.908020/2009-61 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
61 - Processo nº: 10783.908021/2009-13 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10783.908022/2009-50 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10783.908023/2009-02 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
64 - Processo nº: 13888.000074/2009-04 - Recorrente: USINA BOM JESUS S.A. ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Dia 15 de Maio de 2024, às 09:00 Horas
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
65 - Processo nº: 13855.722064/2011-17 - Recorrente: USINA ACUCAREIRA GUAIRA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
66 - Processo nº: 15746.721018/2021-35 - Recorrente: NOVONOR SERVICOS E PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 15746.722039/2021-78 - Recorrente: NOVONOR SERVICOS E PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
68 - Processo nº: 16682.721524/2013-79 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
69 - Processo nº: 16682.721518/2013-11 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 16682.721529/2013-00 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 16682.721530/2013-26 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 16682.721532/2013-15 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 16682.721533/2013-60 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 16682.721534/2013-12 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 16682.721535/2013-59 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
76 - Processo nº: 16682.720175/2018-82 - Recorrentes: TERNIUM BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
77 - Processo nº: 16682.720198/2018-97 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 16682.720201/2018-72 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 16682.720203/2018-61 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 16682.720204/2018-14 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 16682.720205/2018-51 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 16682.720206/2018-03 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 16682.720207/2018-40 - Recorrente: TERNIUM BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10805.720088/2007-52 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10805.905271/2012-93 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10805.905273/2012-82 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10805.905275/2012-71 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10805.905284/2012-62 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
89 - Processo nº: 10880.973391/2011-30 - Recorrente: LABORGRAF ARTES GRAFICAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10880.973392/2011-84 - Recorrente: LABORGRAF ARTES GRAFICAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 15 de maio de 2024, às 14:00 horas

Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
91 - Processo nº: 10314.720378/2019-61 - Recorrente: PLATINUM TRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10314.720905/2018-57 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PLATINUM TRADING S/A
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
93 - Processo nº: 10325.000286/2010-02 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ACO VERDE DO BRASIL S/A
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
94 - Processo nº: 16327.000063/2005-36 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO CREDICITRUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
95 - Processo nº: 13401.000098/2005-47 - Recorrente: USINA TRAPICHE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 19647.005481/2005-95 - Recorrente: USINA TRAPICHE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 19647.006065/2005-12 - Recorrente: USINA TRAPICHE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 19647.007122/2005-72 - Recorrente: USINA TRAPICHE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
99 - Processo nº: 10880.906703/2012-81 - Recorrente: GALVAO ENGENHARIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10880.957608/2012-45 - Recorrente: GALVAO ENGENHARIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
101 - Processo nº: 13839.900001/2013-78 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
102 - Processo nº: 13839.900002/2013-12 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 13839.906267/2012-43 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
104 - Processo nº: 13839.900003/2013-67 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
105 - Processo nº: 13839.900004/2013-10 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 13839.900005/2013-56 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13839.900006/2013-09 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 16 de maio de 2024, às 09:00 horas

Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
108 - Processo nº: 10880.941651/2012-99 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
109 - Processo nº: 10880.937107/2012-42 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10880.937108/2012-97 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10880.937109/2012-31 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10880.941620/2012-38 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10880.941621/2012-82 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10880.941623/2012-71 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10880.941652/2012-33 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 12585.000150/2010-59 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
117 - Processo nº: 11080.733101/2018-71 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
118 - Processo nº: 16327.720271/2014-46 - Recorrente: ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 16327.720808/2014-78 - Recorrente: ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
120 - Processo nº: 13819.720166/2014-87 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
121 - Processo nº: 13811.002244/2005-47 - Embargante: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 13811.002248/2005-25 - Embargante: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
123 - Processo nº: 19647.005310/2005-66 - Recorrente: ASSOCIACAO RECIFENSE DE EDUCACAO E CULTURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Dia 16 de maio de 2024, às 14:00 horas

Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
124 - Processo nº: 16327.720020/2019-76 - Recorrente: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
125 - Processo nº: 11080.009932/2004-23 - Recorrente: ELEVA ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
126 - Processo nº: 16327.901647/2018-45 - Recorrente: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
127 - Processo nº: 16327.901648/2018-90 - Recorrente: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 16327.901649/2018-34 - Recorrente: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 15374.001623/2002-07 - Recorrente: IGCAP RIO - INDUSTRIAS GRAFICAS E COMERCIO DE ARTEFATOS DE PAPEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARINA RIGHI RODRIGUES LARA
130 - Processo nº: 11080.921356/2011-13 - Recorrente: IPIRANGA PETROQUIMICA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 11080.921360/2011-81 - Recorrente: IPIRANGA PETROQUIMICA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 11080.921352/2011-35 - Recorrente: IPIRANGA PETROQUIMICA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11080.921358/2011-11 - Recorrente: IPIRANGA PETROQUIMICA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 11080.921361/2011-26 - Recorrente: IPIRANGA PETROQUIMICA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

MELISSA MOTA DE AZEVEDO SIMÕES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
Presidente da Turma

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RESOLUÇÃO CONFAZ/ME Nº 56, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Autoriza os Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo a REGISTRAR E DEPOSITAR ATOS NORMATIVOS, ATOS NORMATIVOS/CONCESSIVOS E ATOS CONCESSIVOS VIGENTES e NÃO VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017, conforme disposto no § 1º da cláusula quarta, no § 2º da cláusula sétima, no parágrafo único da cláusula décima segunda e no § 1º da cláusula décima terceira do Convênio ICMS nº 190/17.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 41 do Regimento do CONFAZ, aprovado pelo Convênio ICMS nº 133, de 12 de dezembro de 1997, informa que o Conselho, na sua 391ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de abril de 2023, em Brasília, DF, resolveu:

Art. 1º Os Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo ficam autorizados, nos termos do § 1º da cláusula quarta, do § 2º da cláusula sétima, do parágrafo único da cláusula décima segunda e do § 1º da cláusula décima terceira do Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, a REGISTRAR E DEPOSITAR na Secretaria-Executiva do CONFAZ relação de ATOS NORMATIVOS E ATOS CONCESSIVOS VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017, bem como, ATOS NORMATIVOS/CONCESSIVOS NÃO VIGENTES relativos aos benefícios fiscais instituídos por legislações estaduais publicadas até 8 de agosto de 2017 em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, e a respectiva DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA, conforme solicitações abaixo informadas, recebidas na SE/CONFAZ:

Item	UF	Recebimento		Registro e Depósito de:
		Data	Forma	
1	CE	7.12.2023	Correio eletrônico	- Atos Concessivos de extensão editados nos meses de julho e agosto de 2023.
2	CE	20.03.2024 e 02.04.2024	Correio eletrônico	- Atos Concessivos de nova concessão e de adesão editados no mês de setembro de 2023.
3	GO	23.02.2024	Correio eletrônico	- Ato Normativo e atos Concessivos de alteração editados nos meses de junho e agosto de 2023.
4	PE	13.03.2024	Correio eletrônico	- Atos Normativos e Atos Concessivos de alteração e extensão editados no mês de novembro de 2023.
5	RS	6.03.2024	Correio eletrônico	- Atos Normativos e Atos Concessivos de alteração, revogação e extensão editados nos meses de janeiro e fevereiro de 2021
6	SC	18.03.2024	Correio eletrônico	- Atos Normativos/Concessivos não vigentes - complementação
7	SP	7.02.2024 e 28.03.2024	Correio eletrônico	- Atos Concessivos de alteração e extensão editados no mês de outubro de 2023

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIO FRANCO BARBOSA FERNANDES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 11, DE 2 DE MAIO DE 2024

Ratifica Convênio ICMS aprovado na 391ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 25.04.2024 e publicado no DOU no dia 29.04.2024.

O Secretário-Executivo da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5° e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho,

CONSIDERANDO a urgência requerida pelo Sr. Secretário de Fazenda do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO que, após consulta realizada por meio do Ofício Circular SEI nº 647/2024/MF, as Unidades Federadas aprovaram, por unanimidade, a ratificação antecipada, declara ratificado o convênio ICMS a seguir identificado, celebrado na 391ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 25 de abril de 2024:

Convênio ICMS nº 39/24 - Autoriza o Estado do Ceará a reduzir a base de cálculo do ICMS nas operações internas com contadores líquidos de peso inferior ou igual a 50 kg.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SECRETARIA-ADJUNTA

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DIREITO CREDITÓRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR Nº 12, DE 2 DE MAIO DE 2024

Credencia o Banco do Brasil S/A para a realização de débito online em conta corrente com autorização prévia e única, sem necessidade de autenticação, para pagamento de documentos de arrecadação com código de barras.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DE DIREITO CREDITÓRIO, no exercício das atribuições previstas no inciso I do art. 74 e o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º O Banco do Brasil S/A fica credenciado para a realização de débito online em conta corrente com autorização prévia e única, sem necessidade de autenticação, para pagamento de documentos de arrecadação com código de barras.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ERITON LIMA DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 110, DE 2 DE MAIO DE 2024

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF
CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO. CONFLITO APARENTE COM LEI ORDINÁRIA FEDERAL. CRITÉRIO DA ESPECIALIDADE.
Observadas as demais normas do Decreto nº 10.705/2021 de modo que seja aplicável a regra prevista no Artigo 13, parágrafo 2, daquele diploma, o pagamento pela prestação de serviços técnicos realizado a beneficiário residente nos EAU sujeita-se à incidência de IRRF à alíquota de 15% a partir de primeiro de janeiro do ano imediatamente seguinte à entrada em vigor do ADT Brasil-EAU.

Dispositivos Legais: art. 98 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN); art. 13, parágrafo 2º, da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscal aprovada pelo artigo 1º do Decreto Legislativo nº 4, de 2021, e promulgada pelo art. 1º do Decreto nº 10.705 de 2021; artigo 8º da Lei nº 9.779, de 1999; artigo 1º, inciso XXII, da Instrução Normativa RFB nº 1.073, de 2010.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 17, DE 2 DE MAIO DE 2024

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720693/2024-32 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca AUDI, modelo Q5, ano 2019, cor PRATA, chassi WAUAFCFY7K2107942, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 19/1376507-7, de 30/07/2019, pela Alfândega no Porto de Paranaguá, de propriedade de SHU JIANPING, CPF nº xxx.008.371-xx.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

MURILO JOSÉ PERINI DA SILVA BRAGA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 18, DE 2 DE MAIO DE 2024

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720694/2024-87 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca AUDI, modelo A5 Sportback , ano 2018, cor CINZA, chassi WAUAFEF5XKA009558, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 21/0594802-1, de 26/03/2021, pela Alfândega no Porto de Paranaguá, de propriedade de HUI WANG, CPF nº xxx.036.361-xx.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

MURILO JOSÉ PERINI DA SILVA BRAGA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CGE Nº 3, DE 2 DE MAIO DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e tendo em vista o disposto no processo nº 10265.343096/2023-45, DECLARA:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, para o período de 3 anos, relativo às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, do estabelecimento a seguir identificado:

Nome Empresarial: QUALIDADE EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA
CNPJ: 05.042.060/0001-90
Endereço: Rua 14 de Julho, 204, Vila Santa Dorothea, Campo Grande, MS.
Regpi: GP-01401/00102 (Gráfica)

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a observar os requisitos e exigências da mencionada Instrução Normativa, em especial a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), conforme disposto nos artigos 15 e 16.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILSON MASSATOSHI OSHIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/GOI Nº 10, DE 2 DE MAIO DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e tendo em vista o disposto no processo nº 10265.428094/2023-25, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, para o período de 3 anos, relativo às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, do estabelecimento a seguir identificado:

Nome Empresarial: EDITORA W LTDA
CNPJ: 07.154.299/0001-88
Endereço: RUA SAO BARTOLOMEU, 205, QUADRA 33, LOTE 24, JD PLANALTO, GOIÂNIA / GO. CEP: 74333-260
Regpi: GP-01201/00341

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a observar os requisitos e exigências da mencionada Instrução Normativa, em especial a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), conforme disposto nos artigos 15 e 16.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO JUBÉ XAVIER NUNES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF02 Nº 5, DE 2 DE MAIO DE 2024

Declara alfandegada a instalação portuária administrada pela Atem's Distribuidora de Petróleo S.A., localizada em Belém/PA.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, com base no disposto nos artigos 3º, incisos I e XI, e 31, inciso I, da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13042.035724/2023-24, declara:

Art. 1º Alfandegada, em caráter precário, até 29 de novembro de 2048, a instalação portuária, na modalidade terminal de uso privado (TUP), denominada ATEM Belém, localizada na Rodovia Arthur Bernardes, nº 5511, Bairro Tapanã, Belém/PA, com posição georreferenciada com latitude -1.334337, e longitude -48.483262, administrada pela ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A, inscrita no CNPJ sob nº 03.987.364/0009-52, conforme o Contrato de Adesão 10/2023, de 29 de novembro de 2023, celebrado entre a referida empresa e a União, por intermédio do Ministério dos Portos e Aeroportos - MPOR, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Art. 2º O presente alfandegamento compreende a área de 36.618,09m2, abrangendo, dentre outras estruturas, um píer e 14 (quatorze) tanques cilíndricos verticais para armazenagem de granéis líquidos identificados como TQ-01, TQ-02, TQ-03, TQ-04, TQ-05, TQ-06, TQ-07, TQ-08, TQ-09, TQ-10, TQ-11, TQ-12, TQ-13, TQ-14, com capacidade total de 71.512 m3.

Art. 3º No recinto, poderão ser realizadas as seguintes operações aduaneiras conforme art. 32, § 1º, da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, desde que relacionadas a granéis líquidos (combustíveis):

I - entrada ou saída, atracação, estacionamento ou trânsito de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados;

II - carga, descarga e armazenagem de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas;

III - despacho de mercadorias em regime de trânsito aduaneiro;

IV - despacho aduaneiro de importação; e

V - despacho aduaneiro de exportação.

Art. 4º A administradora assumirá a condição de fiel depositária das mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas que forem objeto de operações de carga, descarga, movimentação e armazenagem realizadas no recinto.

Art. 5º O recinto alfandegado fica sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belém, que exercerá a fiscalização de forma eventual e poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias ao controle aduaneiro.

Art. 6º Ao recinto alfandegado fica atribuído o código nº 2911612, no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

Art. 7º Estão dispensados os escritórios destinados ao uso privativo da RFB e a disponibilização de escâneres.

Art. 8º Este ato de alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto por solicitação do interessado.

Art. 9º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/RBO/AC Nº 1, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Autoriza aeronave estrangeira a entrar no país e a retornar utilizando aeroporto não alfandegado.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO/AC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 299, § 1°, inc. III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020, cumuladas com as competências outorgadas pelo § 2° do art. 26 do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), e pelo art. 40, inc. VI, da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, e considerando o teor do processo administrativo n.º 13042.017268/2023-31, declara:

Art. 1º Fica autorizada a utilização do Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul/AC - SBCZ pela aeronave estrangeira modelo CESSNA AIRCRAFT TU206 C206, registrada com a matrícula N9691Z, para seu pouso neste país e posterior decolagem para retorno ao exterior, em voo a ser realizado no dia 08/05/2024, com datas alternativas de 09/05/2024 e 10/05/2024, a depender das condições meteorológicas do dia, observadas ainda as competências dos demais órgãos anuentes.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor em 08 de maio de 2024.

CLAUDENIR FRANKLIN DA SILVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/RBO/AC Nº 2, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Autoriza aeronave estrangeira a entrar no país e a retornar utilizando aeroporto não alfandegado.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO/AC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 299, § 1°, inc. III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020, cumuladas com as competências outorgadas pelo § 2° do art. 26 do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), e pelo art. 40,

inc. VI, da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, e considerando o teor do processo administrativo n.º 13042.017268/2023-31, declara:

Art. 1º Fica autorizada a utilização do Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul/AC - SBCZ pela aeronave estrangeira modelo CESSNA AIRCRAFT TU206 C206, registrada com a matrícula N9691Z, para seu pouso neste país e posterior decolagem para retorno ao exterior, em voo a ser realizado no dia 13/05/2024, com datas alternativas de 14/05/2024 e 15/05/2024, a depender das condições meteorológicas do dia, observadas ainda as competências dos demais órgãos anuentes.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor em 13 de maio de 2024.

CLAUDENIR FRANKLIN DA SILVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-RECIFE Nº 16, DE 2 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a restabelecimento do Registro Especial de Bebidas Alcoólicas nº 04201/0008, de 28 de julho 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições conferidas pelo § 3º do art. 2º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e pelo artigo 1º, § 3º, da Portaria SRRF04 nº 227, de 10 de agosto de 2022, publicada no DOU de 12 de agosto de 2022, e na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e considerando ainda a decisão proferida pelo magistrado Janilson Bezerra de Siqueira, nos autos do Processo 0802327-83.2024.4.05.8400 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL, que deferiu o pedido de mandado de segurança impetrado por RIOGRANDENSE INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 04.839.744/0001-55, junto a 4ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, que declarou a ilegalidade do Ato Declaratório Executivo nº 10, de 12 de março de 2024, e determinou a reativação do Registro Especial de Bebidas Alcoólicas nº 04201/0008, e considerando o que consta dos processos nº 10010.042045/0318-12 e 13083.068.170/2024-46, declara:

Art. 1º CANCELADO o Ato Declaratório Executivo n º 10, de 12 de março de 2024, publicado em 13 de março de 2024, que cancelou o Registro Especial de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04201/0008, concedido mediante Ato Declaratório Executivo nº 00056, de 28/07/2005, publicado no DOU em 03/08/2005, ao estabelecimento RIOGRANDENSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 04.839.744/0001-55;

Art 2º RESTABELECIDOS os efeitos do Ato Declaratório Executivo nº 00056, de 28/07/2005, publicado no DOU em 03/08/2005, ao estabelecimento RIOGRANDENSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 04.839.744/0001-55, situado na BR 101, Km 120, s/n, na cidade de São José de Mipibu/RN;

Art 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 6ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BHE Nº 5, DE 2 DE MAIO DE 2024

Habilita empresa a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial.

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições estabelecidas pela Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, Anexo III, Portaria SRRF06 nº 94, de 27 de junho de 2023 e dos artigos 6º a 8º, caput da IN/RFB nº 386, de 14 de janeiro de 2004 e ainda o que consta no processo digital nº 13031.551898/2023-69, declara:

Art. 1º. Fica a empresa GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA, CNPJ 00.029.372/0001-40, habilitada em caráter precário a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial por meio do estabelecimento inscrito sob o CNPJ 00.029.372/0010-31, situado na Rodovia Fernão Dias, s/n, km 947, Galpão CD4, Módulo B, Área 08, Bairro dos Pires, Município de Extrema, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º. O regime aduaneiro de Depósito Especial (DE), normatizado pela IN/SRF nº 386, de 14 de janeiro de 2004, permite ao contribuinte mencionado no artigo anterior a estocagem, com suspensão do pagamento de impostos, de partes, peças, componentes e materiais de reposição ou manutenção, para veículos, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, estrangeiros, nacionalizados ou não, empregados na atividade de diagnose, cirurgia, terapia e pesquisa médicas, realizadas por hospitais, clínicas de saúde e laboratórios.

Parágrafo Único. Somente poderão ser admitidas no regime mercadorias importadas sem cobertura cambial e consignadas à empresa GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRCIO DE OLIVEIRA MOURA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 95, DE 2 DE MAIO DE 2024

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso III do §1º do art. 299 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda o que consta no dossiê digital de atendimento nº 13031.635592/2023-64, declara:

Art. 1º Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06101/297 a empresa ALAMBIQUE MONTTERO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 36.573.840/0001-90, estabelecida na Área Sítio Mor. Ventos, s/nº, bairro Área Rural de Congonhas, CEP: 36.417-899, município de Congonhas/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa, que exerce a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas estando autorizado a produzir, engarrafar e a comercializar o produto abaixo discriminado:

NCM	PRODUTO	MARCA COMERCIAL	REGISTRO NO MAPA
2208.40.00	Cachaça	Monttero Amburana	MG 001884-8.000001
2208.40.00	Cachaça	Monttero Bálsamo	MG 001884-8.000002
2208.40.00	Cachaça	Monttero Carvalho	MG 001884-8.000003
2208.40.00	Cachaça	Monttero Prata	MG 001884-8.000005
2208.40.00	Cachaça	Viajando com Toledo	MG 001884-8.000011

Art. 2º O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 96, DE 2 DE MAIO DE 2024

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso III do §1º do art. 299 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda o que consta no dossiê digital de atendimento nº 13031.432120/2023-51, declara:

Art. 1º Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/219 a empresa M TERRA LTDA, CNPJ nº 51.325.189/0001-23, estabelecida na Fazenda Sol Nascente, s/nº, bairro Venda Preta, CEP: 37.145-000, município de Alterosa/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa, que exerce a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas estando autorizado a produzir, engarrafar e a comercializar o produto abaixo discriminado:

NCM	PRODUTO	MARCA COMERCIAL	REGISTRO NO MAPA
2208.40.00	Cachaça de Alambique Premium	Cana & Lua Barril Brend 3 Madeiras	MG 003921-7.000001
2208.40.00	Cachaça Envelhecida	Cana & Lua	MG 003921-7.000002
2208.40.00	Cachaça de Alambique Premium	HBS	MG 003921-7.000003
2208.40.00	Cachaça de Alambique	Cana & Lua Barril Armazenada	MG 003921-7.000004
2208.40.00	Cachaça de Alambique Premium 14 meses	Cana & Lua Barril Premium	MG 003921-7.000005
2208.40.00	Cachaça de Alambique Extra Premium	Cana & Lua Barril Único	MG 003921-7.000006

Art. 2º O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO IRF/CGZ Nº 6, DE 02 DE MAIO DE 2024

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de embarque e despacho aduaneiro de exportação de petróleo direto de unidade de produção na modalidade de transbordo.

O INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria de Delegação de Competência DRF/NIT nº 89/2020, de 30/11/2020 do Delegado da Receita Federal do Brasil em Niterói-RJ, levando em consideração os documentos e esclarecimentos constantes do Processo Digital nº 13113.140729/2024-78, tendo em vista o disposto no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, declara:

Art. 1º. - Fica a empresa EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA., pessoa jurídica devidamente constituída sob as leis brasileiras, com estabelecimento sede na Rua do Russel, nº 804, 8º andar, salas 801 e 802, Glória, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 04.580.657/0001-26, habilitada a utilizar, em caráter precário, os procedimentos simplificados relacionados ao embarque e despacho aduaneiro de exportação de petróleo, em área alfandegada localizada no Terminal de Petróleo T-Oil do Porto do Açu, localizado nas coordenadas geográficas latitude 21,810323º (S) e longitude 40,983090º (W), na modalidade de transbordo, prevista no inciso II do art. 7o da Instrução Normativa RFB nº 1381, de 31 de julho de 2013.

Art. 2º - O petróleo destinado à exportação será extraído das seguintes unidades de produção:

a) FPSO- P-74 - Latitude: 24º38'59" (S) e Longitude 42º'30'53'' (W).

b) FPSO- P-75- Latitude: 24º47'21" (S) e Longitude 42º30'35'' (W)

c) FPSO- P-76 - Latitude: 24º41'20" (S) e Longitude 42º30'21'' (W)

d) FPSO - P-77 - Latitude: 24º38'12" (S) e Longitude 42º24'43'' (W)

e) FPSO - ALMIRANTE BARROSO: Latitude: 24º35'33" (S) e Longitude 42º34'02'' (W)

Art. 3º. - Está autorizada por este Ato como estabelecimento comercial que realizará as referidas exportações de petróleo, nos termos do artigo 3.º, § 2.º, inciso II da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013:

a) CNPJ nº 04.580.657/0001-26 - EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA.;Rua do Russel, nº 804, 8º andar, salas 801 e 802, Glória, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro;

b) CNPJ nº 04.580.657/0008-00 - EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA.;Rua Fazenda Saco Dantas, S/N, Lote A12, Projetada 5, B02109, no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme disposto no art. 5º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013.

Art. 5º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar os referidos procedimentos simplificados têm caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos artigos 17 a 19 da Instrução Normativa RFB nº 1381, de 31 de julho de 2013.

Art. 6º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO FERNANDES PIMENTEL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 637, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede, à pessoa jurídica que menciona, Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi)

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.125486/2024-58, declara:

Art. 1º Coabilitada, a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria SNTEP/Nº 2.609, de 26/09/2023 do Ministério de Minas e Energia.

Interessada : TECNOVA SOLUÇÕES LTDA
CNPJ : 90.011.990/0001-56
Nome do Projeto : EOL Serra da Borborema II
CNO : 90.016.53441/77.
Setor de Infraestrutura : Energia Eólica
Prazo estimado para execução: de maio de 2024 a julho de 2025

Art. 2º A presente Coabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 639, DE 2 DE MAIO DE 2024

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.083040/2024-49 declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 03.092.799/0001-81 e matrícula CEI da obra nº 90.017.07236/76.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de investimentos de geração de energia elétrica denominado EOL Serra da Palmeira XXI, aprovado pela Portaria nº 2104/SPTE/MME, de 23.03.2023, do Ministério de Minas e Energia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº EOL.CV.PB.049838.6.01, localizado no Município de Nova Palmeira, Estado da Paraíba, com prazo estimado de execução da obra de 11.09.2023 a 24.12.2025, estimativas de desoneração previstas na portaria e de titularidade da empresa Serra da Palmeira Energia 21 LTDA., inscrita no CNPJ 46.098.667/0001-70, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 13.480/2023, habilitada ao REIDI através do Ato Declaratório Executivo EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB nº 243, de 25.09.2023 (publicado no DOU de 27.09.2023).

Art. 3º No período de até 05 anos, contados da habilitação do titular ao REIDI, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ANDRÉ LUIZ ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 640, DE 2 DE MAIO DE 2024

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.083530/2024-45 declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 03.092.799/0001-81 e matrícula CEI da obra nº 90.017.07250/76.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de investimentos de geração de energia elétrica denominado EOL Serra da Palmeira XXII, aprovado pela Portaria nº 2102/SPTE/MME, de 23.03.2023, do Ministério de Minas e Energia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº EOL.CV.PB.049839.4.01, localizado no Município de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba, com prazo estimado de execução da obra de 11.09.2023 a 24.12.2025, estimativas de desoneração previstas na portaria e de titularidade da empresa Serra da Palmeira Energia 22 LTDA., inscrita no CNPJ 46.098.735/0001-09, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 13.481/2023, habilitada ao REIDI através do Ato Declaratório Executivo EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB nº 244, de 25.09.2023 (publicado no DOU de 27.09.2023).

Art. 3º No período de até 05 anos, contados da habilitação do titular ao REIDI, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ANDRÉ LUIZ ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 641, DE 2 DE MAIO DE 2024

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.169814/2024-28, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a pessoa jurídica MATRINCHA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A., CNPJ nº 15.286.382/0001-39, referente ao projeto "Reforços em instalações de transmissão (Despacho ANEEL nº 4.036, de 17 de dezembro de 2021- Parcial)", aprovado para enquadramento no REIDI pela Portaria nº 2.737/SNTEP/MME, de 04 de março de 2024, publicada no DOU de 08 de março de 2024, com prazo previsto para execução de 01/01/2024 a 31/12/2024.

Art. 2º O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições, locações e importações de bens e nas aquisições e importações de serviços, vinculadas ao projeto aprovado, realizadas no período de cinco anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

Art. 3º Concluída a participação no projeto, deverá ser requerido o cancelamento da respectiva habilitação, no prazo de 30 dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, em consonância com o disposto no artigo 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 4º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a sua concessão, nos termos da legislação aplicada ao regime.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

MELINA GADELHA CARVALHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB N° 642, DE 2 DE MAIO DE 2024

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os art. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos art. 690 a 722 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022 e, considerando o que consta no dossiê nº 13031.117299/2024-09, declara:

Art. 1º Concedida a Habilitação Definitiva no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, à pessoa jurídica TREVO LACTEOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.892.455/0001-10, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 02/01/2024 a 28/12/2026 com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 308793.3812041/2024.

Art. 2º Caso se apure que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a habilitação ao Programa e fruição de seus benefícios, fica sujeita ao cancelamento de ofício da presente habilitação, nos termos do Decreto nº 8.533/15, do art.9º-A, da Lei nº 10.925/2004 e do art. 716 da IN RFB nº 2.121/2022.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

SILVANA MARIA SOLIS GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF09 Nº 12, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede regime especial de substituição tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VI do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e o que consta no processo nº 10906.468048/2023-76, declara:

Art. 1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.081/2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa PLASSON DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 01.628.313/0001-51, e na condição de SUBSTITUÍDO o estabelecimento da empresa WEG DRIVES & CONTROLS - AUTOMACAO LTDA, CNPJ nº 14.309.992/0002-29.

Art. 2º Este regime aplica-se exclusivamente aos produtos abaixo relacionados, os quais serão remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/TIPI
Outros	8536.50.90
Outros	8537.10.90

Art. 3º Os produtos constantes do art. 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão de IPI e utilizados para industrialização ou revenda, no caso de substituto equiparado a industrial, dos produtos a seguir relacionados:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/TIPI
- Outras máquinas e aparelhos	Industrialização	8436.80.00
-- Outros	Industrialização	8436.29.00
Outros	Industrialização	3917.40.90

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo não convalida a classificação fiscal dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Art. 5º Qualquer modificação na legislação tributária, que possa afetar o regime especial de que trata este Ato Declaratório Executivo, implicará, também, no que couber, sua alteração.

Art. 6º O presente regime terá validade por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer tempo: alterado, a pedido ou de ofício; cancelado a pedido; ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no art. 10 da IN RFB nº 1.081/2010.

Art. 7º Na nota fiscal de saída do SUBSTITUÍDO deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF09 nº 12, de 30/04/2024", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Art. 8º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO EDUARDO BOSCHI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF09 Nº 13, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Concede regime especial de substituição tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VI do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e o que consta no processo nº 10906.468051/2023-90, DECLARA:

Art. 1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.081/2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa PLASSON DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 01.628.313/0001-51, e na condição de SUBSTITUÍDO o estabelecimento da empresa WEG DRIVES & CONTROLS - AUTOMACAO LTDA, CNPJ nº 14.309.992/0001-48.

Art. 2º Este regime aplica-se exclusivamente aos produtos abaixo relacionados, os quais serão remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/TIPI
Outros	8536.50.90
Outros	8537.10.90
Conversores eletrônicos de frequência, para variação de velocidade de motores elétricos	8504.40.50
Tomada polarizada e tomada blindada	8536.69.10
Outros	8536.90.90
Outros	8536.49.00
De peso inferior ou igual a 1.000 kg	8507.20.10
Outros Aparelhos	8531.80.00
Disjuntores	8536.20.00
Outras	8538.90.90
Outros	8536.69.90
Outros	8536.30.90
De conversores estáticos, exceto de carregadores de acumuladores e de retificadores	8504.90.40
-- De máquinas ou aparelhos para avicultura	8436.91.00
- Peças isolantes de cerâmica	8547.10.00
Outros	8537.10.19
-- Para uma tensão não superior a 60 V	8536.41.00
Outros	8504.31.19
Centelhador a gás	8536.30.10
Outros	3926.90.90

Art. 3º Os produtos constantes do art. 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão de IPI e utilizados para industrialização ou revenda, no caso de substituto equiparado a industrial, dos produtos a seguir relacionados:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/TIPI
- Outras máquinas e aparelhos	Industrialização	8436.80.00
-- Outros	Industrialização	8436.29.00
Outros	Industrialização	3917.40.90

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo não convalida a classificação fiscal dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Art. 5º Qualquer modificação na legislação tributária, que possa afetar o regime especial de que trata este Ato Declaratório Executivo, implicará, também, no que couber, sua alteração.

Art. 6º O presente regime terá validade por tempo indeterminado, podendo ser, a qualquer tempo: alterado, a pedido ou de ofício; cancelado a pedido; ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no art. 10 da IN RFB nº 1.081/2010.

Art. 7º Na nota fiscal de saída do SUBSTITUÍDO deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF09 nº 13, de 30/04/2024", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Art. 8º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO EDUARDO BOSCHI

PORTARIA SRRF09 Nº 815, DE 2 DE MAIO DE 2024

Altera a Portaria SRRF09 nº 796, de 16 de outubro de 2020, que disciplina a execução das atividades referentes ao macroprocesso de trabalho de Controle Aduaneiro, no âmbito da 9ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria SRRF09 nº 787, de 28 de março de 2024, tendo em vista o art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Tabela constante do art. 1º da Portaria SRRF09 nº 796, de 16 de outubro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Atividade macro (Coluna I)	DRF/ALF (Coluna II)	ALF (Coluna III)
Despacho de Importação e de exportação e análise de processos	ALF Paranaguá, ALF de Curitiba, ALF de São Francisco do Sul, ALF de Florianópolis, ALF Foz do Iguaçu, ALF Dionísio Cerqueira, DRF Joinville, DRF Londrina, DRF Maringá e DRF Cascavel	ALF Itajaí
Controle de regimes aduaneiros especiais	ALF Paranaguá, ALF de Itajaí, ALF de São Francisco do Sul, ALF de Florianópolis, ALF Foz do Iguaçu, ALF Dionísio Cerqueira, DRF Joinville DRF Londrina, DRF Maringá e DRF Cascavel	ALF Curitiba
Fiscalização, incluídos o combate à fraude e habilitação de importadores e exportadores	ALF Paranaguá, ALF de São Francisco do Sul, ALF de Florianópolis, ALF de Itajaí, ALF Dionísio Cerqueira e ALF Foz do Iguaçu, DRF Joinville, DRF Londrina, DRF Maringá e DRF Cascavel	ALF Curitiba
Combate à fraude de subfaturamento	ALF Paranaguá, ALF de Curitiba, ALF de São Francisco do Sul, ALF de Florianópolis, ALF Dionísio Cerqueira, ALF Foz do Iguaçu, DRF Joinville, DRF Londrina, DRF Maringá e DRF Cascavel	ALF Itajaí
Gestão de riscos no trânsito, pré-despacho e despacho	ALF Paranaguá, ALF de São Francisco do Sul, ALF de Florianópolis, ALF Itajaí, ALF Foz do Iguaçu, ALF Dionísio Cerqueira, DRF Joinville, DRF Maringá, DRF Londrina e DRF Cascavel	ALF Curitiba
Gestão de riscos na habilitação e combate à fraude	ALF Paranaguá, ALF de São Francisco do Sul, ALF de Florianópolis, ALF Itajaí, ALF de Foz do Iguaçu, DRF Joinville, DRF Londrina, DRF Cascavel, DRF Maringá e ALF Dionísio Cerqueira	ALF Curitiba
Análise de pedidos de retificação de DI e do direito creditório Elaboração de parecer em processos administrativos para fins de julgamento	ALF Paranaguá, ALF de Curitiba, ALF de São Francisco do Sul, ALF de Florianópolis, ALF Dionísio Cerqueira, ALF Foz do Iguaçu, DRF Joinville, DRF Londrina, DRF Maringá e DRF Cascavel	ALF Itajaí
Acompanhamento de ações judiciais, Cálculos judiciais e Subsídios para a PFN	ALF Paranaguá, ALF de São Francisco do Sul, ALF de Florianópolis, ALF Itajaí, ALF Dionísio Cerqueira e ALF Foz do Iguaçu, DRF Joinville, DRF Londrina, DRF Maringá e DRF Cascavel	ALF Curitiba
Controle de cargas abandonadas em recintos alfandegados	ALF Paranaguá, ALF de Curitiba, ALF de São Francisco do Sul, ALF de Florianópolis, ALF Dionísio Cerqueira, ALF Foz do Iguaçu, DRF Joinville, DRF Londrina, DRF Maringá e DRF Cascavel	ALF Itajaí
Gestão de cadastros	ALF Paranaguá, ALF de São Francisco do Sul, ALF de Florianópolis, ALF Itajaí, ALF Dionísio Cerqueira, ALF Foz do Iguaçu, DRF Joinville, DRF Londrina, DRF Maringá e DRF Cascavel	ALF Curitiba
Demais serviços aduaneiros com jurisdição definida na coluna "Unidade de Jurisdição dos Serviços Aduaneiros (B)" do Anexo III da Portaria RFB nº 1.215, de 2020	DRF Maringá e DRF Londrina	ALF Curitiba
Demais serviços aduaneiros com jurisdição definida na coluna "Unidade de Jurisdição dos Serviços Aduaneiros (B)" do Anexo III da Portaria RFB nº 1.215, de 2020	DRF Cascavel	ALF Foz do Iguaçu
Demais serviços aduaneiros com jurisdição definida na coluna "Unidade de Jurisdição dos Serviços Aduaneiros (B)" do Anexo III da Portaria RFB nº 1.215, de 2020	DRF Joinville	ALF de São Francisco do Sul

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 6 de maio de 2024.

MARCIO LUIZ ZAMIAN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FNS Nº 19, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A DELEGADA ADJUNTA, no uso das atribuições que, por meio do artigo 10, lhe conferem o artigo 290 e o inciso II do § 1º do artigo 299 combinados com o inciso III do artigo 360, todos esses do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, e considerando os pedidos formulados nas folhas 7100/7158 do processo 11516.720668/2020-35 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rua Uruguai 223 Sala 1014, bairro Centro, Itajaí (SC), CEP 88302-201, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 202.428 (duzentos e dois mil, quatrocentos e vinte e oito) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos aos pedidos de compra, Proformas Invoice, especificações e quantidades abaixo indicadas:

PO	Invoice	Unidades	Caixas	Marca Comercial	Características do produto
533	7759077	9.648	804	Jack Daniel´s Tin	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 700 ml cada.
534	7759078	6.000	1.000	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 700 ml cada.
534	7759078	4.620	385	Jack Daniel´s Tennessee Whiskey	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml cada.
555 a 566	7759437 a 7759448	182.160	15.180	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml cada.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDREA CRISTINA VALLE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 10ª REGIÃO FISCAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIFIS / SRRF10 Nº 14, DE 2 DE MAIO DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune na atividade de IMPORTADOR e USUÁRIO.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13033.305049/2023-15, declara:

Art. 1º Concede, pelo prazo de 3 (três) anos, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) do seguinte estabelecimento:

CNPJ: 89.129.381/0001-17
Nome Empresarial: EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO MEDIO LTDA
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 892
Município: CRUZ ALTA / RS
CEP: 98.015-64
Registro: IP-10108/00097 (Atividade: IMPORTADOR) e UP-10108/00105 (Atividade: USUÁRIO)

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva e está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto para produção de livros, jornais e periódicos.

§ 1º O estabelecimento da pessoa jurídica detentor do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações de comercialização, transformação ou consumo de papel destinado a livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

§ 2º Se ao papel imune for dado destino diverso de sua finalidade, o responsável pelo desvio ficará sujeito ao pagamento do imposto devido e às penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALINE RUARO TEIXEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIFIS / SRRF10 Nº 15, DE 2 DE MAIO DE 2024

Renova o Registro Especial de Controle de Papel Imune na atividade de GRÁFICA.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta nos processos nº 11080.013971/2001-82, nº 13033.109409/2022-79 e nº 13033.303694/2023-01, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) do seguinte estabelecimento:

CNPJ: 90.964.057/0001-01
Nome Empresarial: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA
Endereço: RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA, 3837
Bairro: NAVEGANTES
Município: PORTO ALEGRE / RS
CEP: 90.230-011
Registro: GP-10101/00367
Atividade: Gráfica

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva e está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto para produção de livros, jornais e periódicos.

§ 1º O estabelecimento da pessoa jurídica detentor do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações de comercialização, transformação ou consumo de papel destinado a livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

§ 2º Se ao papel imune for dado destino diverso de sua finalidade, o responsável pelo desvio ficará sujeito ao pagamento do imposto devido e às penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALINE RUARO TEIXEIRA

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA

COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA TAXONOMIA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA

RESOLUÇÃO CONJUNTA 2º/ME Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a instituição dos grupos técnicos para o desenvolvimento da Taxonomia Sustentável Brasileira.

O COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA TAXONOMIA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA - CITSB, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto n° 11.961, de 22 de março de 2024, a Resolução CITSB nº 1 de 26 de abril de 2024 e, tendo em vista o plano de ação da Taxonomia Sustentável Brasileira e a deliberação colegiada do dia 26 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam instituídos os grupos técnicos setoriais e temáticos, conforme consta no art. 6º do Decreto n° 11.961, de 22 de março de 2024, com as competências previstas pelo art. 7º do referido Decreto, e no art. 10 da Resolução CITSB nº 1, de 26 de abril de 2024. Entre elas:

I - definir critérios e limites de impacto ambiental e climático para atividades, ativos e projetos;

II - desenvolver índices correspondentes aos objetivos sociais; e

III - instituir sistema de relato, monitoramento e verificação dos fluxos de investimentos alinhados aos objetivos da Taxonomia Sustentável Brasileira.

§ 1º Os grupos técnicos de que trata o caput deste artigo serão compostos por um titular e um suplente dos ministérios integrantes do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira que manifestarem interesse de participação.

§ 2º Os grupos técnicos de que trata o caput contarão com o apoio técnico designados pela Secretaria-Executiva do CITSB, conforme inciso IX do art. 5º do Regimento publicado na Resolução nº 1, o Projeto Cooperação Técnica Brasil - Alemanha (PCT) firmado entre o Ministério da Economia, o Banco Central do Brasil, o Ministério de Relações Exteriores e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ), entre abril e maio de 2021, e o Memorando de Entendimento firmado entre o Ministério da Fazenda e o Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas, em dezembro de 2023.

Art. 2º Ficam instituídos os seguintes grupos técnicos setoriais e temáticos e seus respectivos coordenadores, dentre os órgãos descritos pelo art. 3º do Decreto n° 11.961, de 22 de março de 2024:

I - grupo técnico setorial para agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, a ser co-coordenado pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Meio Ambiente, e Ministério da Pesca e Aquicultura;

II - grupo técnico setorial para indústrias extrativas, a ser coordenado pelo Ministério de Minas e Energia;

III - grupo técnico setorial para indústria de transformação, a ser coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;

IV - grupo técnico setorial para eletricidade e gás a ser co-coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

V - grupo técnico setorial para água, esgoto, resíduos e descontaminação, a ser coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente;

VI - grupo técnico setorial para construção, a ser co-coordenado pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério dos Transportes;

VII - grupo técnico setorial para transporte, armazenagem e correio, a ser coordenado pelo Ministério dos Transportes;

VIII - grupo técnico setorial para serviços sociais, qualidade e planejamento, a ser coordenado pelo Ministério da Fazenda;

IX - grupo técnico temático para monitoramento, relato e verificação, a ser co-coordenado pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e

X - grupo técnico temático para enfrentamento das desigualdades, a ser co-coordenado pelo Ministério da Igualdade Racial e pelo Ministério das Mulheres.

Art. 3º Caberá ao grupo técnico elaborar o plano de trabalho, a ser definido na reunião de abertura e aprovado posteriormente pelo comitê supervisor, em até 45 dias contados a partir da publicação desta resolução.

Art. 4º O quórum de reunião do grupo técnico é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

Art. 5º O prazo de exercício dos grupos técnicos corresponderá a 365 dias, contados a partir da data da primeira reunião, prorrogável por igual período por decisão de seus órgãos coordenadores.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor uma semana após sua publicação.

CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS
Presidenta do Comitê

PORTARIA CITSB Nº 1, DE 26 DE ABRIL DE 2024

A PRESIDENTA DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA TAXONOMIA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA, no uso atribuição que lhe confere o § 2º do art. 4º do Decreto N° 11.961, de 22 de março de 2024, a Resolução CITSB nº 1 de 26 de abril de 2024 e, tendo em vista a deliberação colegiada do dia 26 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam convidadas para a participação das reuniões do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira as seguintes instituições:

I - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), considerando sua missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade dos setores rurais;

II - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), considerando seu papel destacado na capacitação dos negócios de menor porte, sendo instituição fundamental para garantir o princípio da proporcionalidade da Taxonomia Sustentável Brasileira;

III - Caixa Econômica Federal (CAIXA), considerando a participação relevante no mercado de crédito e sua capilaridade em todo território nacional, tornando-se um ator relevante na avaliação de projetos de forma descentralizada;

IV - Empresa de Pesquisa Energética (EPE), considerando seu papel estratégico na formulação de uma trajetória para transição energética de vários dos setores abarcados pela Taxonomia Sustentável Brasileira; e

V - Ministério de Portos e Aeroportos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 22.014, DE 2 DE MAIO DE 2024

O Superintendente de Registro de Valores Mobiliários da Comissão de Valores Mobiliários concede o registro de coordenador de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários à Integral Access DTVM Ltda., CNPJ nº 34.978.626/0001-99, nos termos da Resolução CVM nº 161 de 13 de julho de 2022.

LUIS MIGUEL R. SONO

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 2 DE MAIO DE 2024

Nº 22.015 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 20213, cancela, a pedido, a autorização concedida a MARCELO SANTOS NOGUEIRA, CPF nº ***.794.628-**, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 22.016 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a CAIO SEIDY DE OLIVEIRA TANABE, CPF nº ***.517.496-**, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 22.017 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a ANNA CLARA GONÇALVES CABRAL, CPF nº ***.932.201-**, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 22.018 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza LUNE CAPITAL LTDA., CNPJ nº 52.203.375, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

VEROCHILE DA SILVA JUNIOR

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

CNPJ 04.527.335/0001-13 - NIRE 533.0000.651-2

ATA DA 8ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Em vinte e dois de abril de dois mil e vinte e quatro, às 15h, na sede da Empresa Gestora de Ativos S.A. - Emgea, no Edifício São Marcus, Setor Bancário Sul, 1ª Subloja, em Brasília (DF), realizou-se a 8ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa, agendada por meio do Ofício SEI nº 4170/2024/MF, de 24.1.2024, da Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, com as participações do Sr. Humberto Manoel Alves Afonso, Procurador da Fazenda Nacional, representante da União, única acionista, conforme delegação de competência constante da Portaria nº 115, de 25 de janeiro de 2024, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 26 de janeiro de 2024, edição 19, seção 2, página 31, conforme registro e assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas nº 001, folha 032; do Sr. Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo, Presidente do Conselho de Administração da Emgea; do Sr. Fernando Damata Pimentel, Diretor-Presidente da Emgea; do Sr. Miguel Ragone de Mattos, Presidente do Conselho Fiscal da Emgea; por videoconferência da Sra. Vera Lúcia de Melo, membra do Comitê de Auditoria da Emgea; da Sra. Fabiana Pagani, como representante da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S; e da Sra. Thereza Mury, Chefe do Gabinete de Governança da Emgea. O representante da União convidou o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo, a presidir os trabalhos da Assembleia e a Sra. Angela Ferro a secretariá-los. Composta a mesa e verificado o quórum legal para a instalação em primeira convocação para as deliberações, o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, esclarecendo que a publicação de anúncios havia sido dispensada, nos termos do Art. 133, § 4º, da Lei nº 6.404/1976. Em seguida, informou aos presentes os assuntos componentes da ordem do dia, conforme o instrumento convocatório citado: (I) tomar conhecimento do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31.12.2023; (II) deliberar sobre a proposta de Destinação do Resultado do exercício, encerrado em 31.12.2023 e seus efeitos; (III) deliberar sobre a proposta de remuneração dos membros estatutários para o período de abril/2024 a março/2025; e, (IV) eleição de membro para o Conselho de Administração desta Empresa Gestora de Ativos S.A. - Emgea. Prosseguindo, o Presidente esclareceu que os documentos e informações relativos aos assuntos constantes da ordem do dia encontravam-se sobre a mesa, e que haviam sido disponibilizados ao representante da acionista desde a expedição do instrumento de convocação. Informou também que, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, o Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Emgea, a manifestação do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal, foram publicados no Jornal de Brasília, edição de 12 de abril de 2024, páginas 23 a 39 e no Diário Oficial da União - DOU, Edição nº 71, de 12 de abril de 2024, Seção 1, páginas 56 a 82. O representante da União, acionista única, dispensou a leitura dos documentos, por já serem esses do conhecimento de todos. Feitos esses esclarecimentos, a acionista única, por meio de seu representante, tendo tomado conhecimento do Relatório da Administração e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria, da manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal, relativas às Demonstrações Financeiras e ao Relatório da Administração, votou pela: (I) aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício findo em 31.12.2023, com as seguintes recomendações da STN: a) incluir em notas explicativas e no Relatório da Administração informações a respeito de eventuais obrigações ou responsabilidades assumidas, por orientação da União, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, em atendimento ao art. 5º do Estatuto Social da Empresa; ou, pelo menos, esclarecimentos sobre a aplicabilidade da regra ao caso da Emgea; e, b) aprimorar o conteúdo do Relatório da Administração, nos termos do parágrafo 11 do Parecer SEI nº 1201/2024/MF da STN, com uma descrição, dentre outros, conforme aplicável: da estrutura de governança corporativa (estrutura, órgãos e indicadores de governança, sistema de integridade, transparência, gestão de riscos e governança de TI), dos recursos humanos (quantidade, faixa etária, percentual por sexo e etnia, plano de cargos, capacitações, segurança no trabalho, desempenho e meritocracia), das perspectivas e planos em curso e futuros (Plano Estratégico plurianual e principais desafios e ações futuras), e do desempenho econômico e financeiro (sustentabilidade financeira, análise dos resultados, principais indicadores econômico-financeiros); (II) aprovação da Destinação do Resultado do exercício de 2023, condicionando a distribuição dos dividendos do exercício encerrado em 31.12.2023 e seus efeitos, à autorização prévia do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, por estar a empresa estatal incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND: a) Reserva legal: destinação de R$ 12.474.629,90 (5% do lucro líquido); saldo disponível após destinação: R$ 174.581 mil (1,9% do capital social); b) Remuneração aos acionistas: R$ 59.254.492,03 (25,0% do lucro líquido ajustado); c) Reserva especial para cumprimento de obrigações (Estatutária): R$ 177.763.476,08; saldo disponível após destinação: R$ 2.487.771 mil (27,5% do capital social); d) Reserva Especial de Dividendos: saldo disponível de R$ 232.427 mil; e, e) Total das reservas de lucros: R$ 2.894.779 mil (32,0% do capital social); (III) fixação da remuneração dos administradores, membros do Conselho Fiscal, membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, conforme orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais por meio da Nota Técnica SEI nº 10869/2024/MGI, para o período de abril de 2024 a março de 2025, nos seguintes termos: a) Administradores (presidente, diretores e membros do Conselho de Administração): até R$ 5.863.841,70; b) Conselho Fiscal: até R$ 183.213,36; c) Comitê de Auditoria: até R$ 180.000,00, e; d) Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração: até R$ 30.000,00; e) é vedado ao pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado na assembleia para os membros estatutários, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; f) compete ao Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual da remuneração dos membros estatutários definidos na assembleia geral; g) o pagamento da remuneração variável dos diretores (RVA) está condicionado à rigorosa observância dos termos e condições constantes dos programas aprovados previamente pela Sest/MGI; h) mantém-se a recomendação de aplicar reversão sobre parcelas diferidas ainda não pagas de programas de remuneração variável de exercícios anteriores nos casos em que, considerando o lucro líquido recorrente do exercício de 2023, houver queda superior a 20% quando comparado aos anos que são utilizados como base para a execução dos programas, nos termos da legislação vigente; i) é vedado o repasse aos administradores de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do acordo coletivo de trabalho na sua respectiva data-base; j) é responsabilidade das empresas estatais federais verificar a regularidade do pagamento dos encargos sociais de ônus do empregador, inclusive mediante análise jurídica; k) em situações em que o diretor seja também empregado da empresa estatal federal, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso (súmula nº 269 do Tribunal Superior do Trabalho); l) o pagamento da rubrica quarentena está condicionado à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente; m) o pagamento da rubrica auxílio moradia está condicionado à observância das leis orçamentárias e à implementação de regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração; e, n) delegar ao Conselho de Administração a competência para distribuir a remuneração dos diretores; e, (IV) eleição da Sra. Leila de Morais, brasileira, casada, formada em Administração e em Direito, portadora do RG nº *.471.***, emitida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de Brasília - DF, em 12.8.1991, inscrita no CPF sob nº ***.027.961-**, residente em Brasília (DF), e domiciliada no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco "B", 1º Subsolo - Edifício São Marcus - Brasília (DF), indicada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos por intermédio do Ofício SEI nº 15910/2024/MGI (SEI nº 40049729), de 1º.3.2024, para exercer a função de membro do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos S.A. - Emgea, representante do Ministério da Gestão e da Inovação - MGI, em cargo vago, com prazo de gestão a partir da posse até o dia 16 de agosto de 2025. A Secretária da Assembleia declara que a referida ata é cópia fiel da constante no respectivo livro de atas. Brasília, 22 de abril de 2024. a) Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo - Presidente da mesa da Assembleia; Humberto Manoel Alves Afonso - Representante da União; e Angela Ferro - Secretária. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro desta Ata em 25 de abril de 2024 sob o número 2534332.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

DESPACHO

DEFIRO a renovação do credenciamento provisório da empresa gráfica VALID SOLUÇÕES S/A, quanto à produção de documentos em papel de segurança e em cartão policarbonato, em conformidade com a Resolução CEFIC nº 2, de 2 de junho de 2022, da Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão, conforme Processo SEI-MGI nº 19974.100875/2023-26.

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS
Secretário

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/MGI Nº 2.577, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40 do Anexo I do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, com fundamento no disposto no Parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, no art. 10-A da Lei nº 9.636, de 15 maio de 1998, na Portaria Interministerial MP/MDA nº 210/2014, assim como nos elementos que integram o Processo nº 10154.151954/2023-84, e considerando a deliberação pelo Grupo Especial de Destinação Supervisionada - GE-DESUP 0-REF, por meio da Ata de Reunião de 09 de abril de 2024 (Processo SEI nº 19739.113919/2023-61), resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de reforma agrária, o imóvel da União, constituído por um terreno rural, denominada Fazenda Capão do Cipó, com área de 4.409.524,00 m², possuí benfeitorias que somam 12.767,00 m², não averbadas em matrícula, situado na localidade de Colônia Maracanã, município de Castro, estado do Paraná, conforme Matrícula n° 12.566 do Registro de Imóveis da comarca de Castro/PR cadastrado sob Registro Imobiliário Patrimonial - RIP: 7495000315001 sendo o RIP Utilização: 7495000105007, a ser transferido ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à implantação do Assentamento de Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado, com previsão de assentamento de 63 famílias.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Paraná dará conhecimento do teor desta Portaria ao INCRA que deverá informar ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição competente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GERALDO DE ANDRADE

PORTARIA SPU/MGI Nº 2.670, DE 25 DE ABIL DE 2024

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40 do Anexo I do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, com fundamento no disposto no Parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e tendo em vista o disposto nos arts. 10-A e 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e considerando os elementos que integram o Processo nº 19739.149752/2023-76, bem como a deliberação pelo Grupo Especial de Destinação Supervisionada, por meio da Ata de Reunião de 10 de abril de 2024 - Ata GE 0-A-RO 10/04/2024 (41385347), resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de regularização fundiária de interesse social, o imóvel da União, classificado como como terreno acrescido de marinha, localizado na Rua do Maruim, Redinha, Natal/RN, com área de 2298,17 m2, cadastrado no sistema SIAPA sob o RIP nº 1761 0104123-03.

Parágrafo único. A área de que trata o art. 1º está descrita no memorial descritivo contido no documento sob o protocolo SEI - Sistema Eletrônico de Informações - Memorial Descritivo (SEI nº 39742818), no Processo administrativo nº 19739.149752/2023-76.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida que garante o reconhecimento territorial da Colônia de Pescadores Z-04 de Pesca, Maricultura e Aquicultura de Natal - José Bonifácio (08.483.349/0001-33) que utiliza a área para os trabalhos relacionados à pesca artesanal: embarque e desembarque de pescados, ancoragem para embarcações, divisão dos pescados, manutenção e guarda de materiais, em benefício de aproximadamente 180 famílias.

Art. 3º A SPU/RN remeterá ofício informando o teor desta Portaria ao Cartório de registro de imóveis competente e à Prefeitura Natal/RN.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GERALDO DE ANDRADE

PORTARIA SPU/MGI Nº 2.703, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39 do Anexo I do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, com fundamento no disposto no Parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e tendo em vista o disposto nos arts. 10-A e 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e considerando os elementos que integram o Processo nº 19739.158897/2023-68, bem como a deliberação pelo Grupo Especial de Destinação Supervisionada, por meio da Ata de Reunião de 11 de abril de 2024 - Ata GE 0-C-RO 11/04/2024 (41388539), resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de regularização fundiária de interesse social, o imóvel da União, classificado como terreno acrescido de marinha, localizado na Rua do Maruim, Redinha, Natal/RN, com área de 2.105,80 m2, cadastrado no sistema SIAPA sob o RIP nº 1761 0104124-86.

Parágrafo único. A área de que trata o art. 1º está descrita no memorial descritivo contido no documento sob o protocolo SEI - Sistema Eletrônico de Informações - Memorial Descritivo (SEI nº 40353285), no Processo administrativo nº 19739.158897/2023-68.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida que garante o reconhecimento territorial da Colônia de Pescadores Z-04 de Pesca, Maricultura e Aquicultura de Natal - José Bonifácio (08.483.349/0001-33) que utiliza a área para os trabalhos relacionados à pesca artesanal: embarque e desembarque de pescados, ancoragem para embarcações, divisão dos pescados, manutenção e guarda de materiais, em benefício de aproximadamente 120 famílias.

Art. 3º A SPU/RN remeterá ofício informando o teor desta Portaria ao Cartório de registro de imóveis competente e à Prefeitura de Natal/RN.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GERALDO DE ANDRADE

PORTARIA SPU/MGI Nº 2.705, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40 do Anexo I do Decreto nº 11.437, de 17 de março de 2023, com fundamento no disposto no Parágrafo único do art. 5º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e tendo em vista o disposto nos arts. 10-A e 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e considerando os elementos que integram o Processo nº 19739.124807/2021-73, bem como a deliberação pelo Grupo Especial de Destinação Supervisionada, por meio da Ata de Reunião de 11 de abril de 2024 - Ata GE 0-C-RO 11/04/2024 (41388581), resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de regularização fundiária de interesse social, o imóvel da União, classificado como terreno de marinha e acrescido, localizado na Avenida Erivan França, s/n, Ponta Negra, Natal/RN, com área de 1.374,44m², cadastrado no sistema SIAPA sob o RIP nº 1761 0104122-14.

Parágrafo único. A área de que trata o art. 1º está descrita no memorial descritivo contido no documento sob o protocolo SEI - Sistema Eletrônico de Informações - Memorial Descritivo 33270818, no Processo administrativo nº 19739.124807/2021-73.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida que garante o reconhecimento territorial da Colônia de Pescadores Z-04 de Pesca, Maricultura e Aquicultura de Natal - José Bonifácio (08.483.349/0001-33) que utiliza a área para os trabalhos relacionados à pesca artesanal: embarque e desembarque de pescados, ancoragem para embarcações, divisão dos pescados, manutenção e guarda de materiais, em benefício de aproximadamente 120 famílias.

Art. 3º A SPU/RN remeterá ofício informando o teor desta Portaria ao Cartório de registro de imóveis competente e à Prefeitura Natal/RN.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GERALDO DE ANDRADE

PORTARIA SPU/MGI Nº 2.848, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 40 do Anexo I do Decreto nº11.437, de 17 de março de 2023, com fundamento no disposto no Parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e dando cumprimento ao estabelecido na Portaria Interministerial nº 210, de 13 de junho de 2014, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 09739.014523/2024-12, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de regularização fundiária de Comunidade Quilombola, a área de 104,3469 hectares, localizada nas Gleba Rio Pedreira e Gleba AD-04, no município de Macapá - AP, classificada como várzea, terreno de marinha e seus acrescidos, cadastrado no SIAPA sob o RIP nº 0605.0103009-79 e registrado em nome da União sob a Matrícula nº 14, Livro 2, Fls. 14, de Registro Geral do Cartório "Eloy Nunes" da Comarca de Macapá em 06/04/1976.

Art. 2º O imóvel descrito é de interesse do serviço público na medida em que será destinado à regularização fundiária de interesse social em favor da Comunidade Quilombola do Rosa no âmbito da Portaria Interministerial MP/MDA nº 210, de 13 de junho de 2014, beneficiando cerca de 35 famílias quilombolas.

Art. 3º A SPU/AP dará conhecimento do teor desta Portaria ao Cartório de Registro de Imóvel e à Prefeitura Municipal de Macapá.

Art. 4º Fica o INCRA autorizado a atuar em nome da União para fins de regularização fundiária do imóvel descrito no art. 1º, perante cartórios e entidades governamentais.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 13.680, de 26 de dezembro de 2018, publicada no DOU nº 248, de 27 de dezembro de 2018.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GERALDO DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA SPU-RJ/MGI Nº 2.872, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria de Pessoal SE-MGI n° 7.801, de 24 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 141, seção 2, de 26 de julho de 2023, e pelo art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015 e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 10154.146283/2023-30, resolve:

Art. 1º Autorizar a PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE a executar serviços de limpeza e desassoreamento de trecho da margem direita do Rio Paraíba do Sul, em conformidade com os documentos em apenso ao processo administrativo nº 10154.146283/2023-30, em área de domínio da União, devidamente identificada e caracterizada.

Art. 2º A obra a que se refere o artigo 1º deve seguir as diretrizes e determinações pertinentes ao patrimônio urbanístico, turístico, histórico, cultural, social, econômico e ambiental. Excluem-se da presente autorização a construção/reforma de quaisquer outras benfeitorias que importem em uso exclusivo por terceiros.

Art. 3º A obra fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, bem como o licenciamento ambiental, emitido pelos órgãos competentes.

Art. 4º A autorização da obra a que se refere esta Portaria, não implica na transferência de domínio sobre a área a qualquer título.

Art. 5º O interessado responderá judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 6º Durante o período de execução da construção a que se refere o artigo 1°, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em local visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com os seguintes dizeres: "Autorização de obra concedida pela Secretaria do Patrimônio da União", indicando ao final "Rio de Janeiro/RJ".

Art. 7º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação brasileira.

Art. 8º A duração da obra será de 90 (noventa) dias, com prazo a iniciar a partir da publicação desta Portaria, devendo ainda, sempre que a Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro solicitar, prestar informações sobre as obras dentro do prazo fixado, e caso haja descumprimento, poderão ser aplicadas as sanções previstas na legislação e normativos patrimoniais.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO PAULO DA SILVEIRA

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.357, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AL	Major Isidoro	Estiagem - 1.4.1.1.0	20	16/04/2024	59051.032188/2024-88
BA	Jeremoabo	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	024	06/04/2024	59051.031932/2024-27
BA	Macururé	Estiagem - 1.4.1.1.0	12	02/04/2024	59051.032049/2024-54
BA	Quijingue	Estiagem - 1.4.1.1.0	519	08/04/2024	59051.032128/2024-65
MA	Bacabal	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	913	25/03/2024	59051.031687/2024-58
MA	Jenipapo dos Vieiras	Alagamentos - 1.2.3.0.0	17	09/04/2024	59051.031708/2024-35
MA	Palmeirândia	Alagamentos - 1.2.3.0.0	002	01/04/2024	59051.031831/2024-56
PB	Teixeira	Estiagem - 1.4.1.1.0	09	04/04/2024	59051.031889/2024-08
PE	Granito	Estiagem - 1.4.1.1.0	13	04/04/2024	59051.031607/2024-64
PE	Limoeiro	Estiagem - 1.4.1.1.0	169	04/04/2024	59051.031830/2024-10
PE	Manari	Estiagem - 1.4.1.1.0	15	10/04/2024	59051.032189/2024-22
PE	Petrolina	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	042	23/04/2024	59051.031829/2024-87
PE	São Benedito do Sul	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	014	09/04/2024	59051.031908/2024-98
PI	Barras	Alagamentos - 1.2.3.0.0	022	10/04/2024	59051.032248/2024-62
PI	Itainópolis	Alagamentos - 1.2.3.0.0	015	02/04/2024	59051.031367/2024-06
RN	Equador	Estiagem - 1.4.1.1.0	013	09/04/2024	59051.031987/2024-37
RN	Lagoa D`Anta	Seca - 1.4.1.2.0	156	13/03/2024	59051.030710/2024-97

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.358, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PR	Corbélia	Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0	967	22/03/2024	59051.031127/2024-01
PR	Iracema do Oeste	Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0	025	16/04/2024	59051.032147/2024-91
PR	Santa Helena	Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0	154	12/04/2024	59051.032050/2024-89
RS	Rio Grande	Vendaval - 1.3.2.1.5	20.702	25/03/2024	59051.031910/2024-67
SC	Canelinha	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	3.638	14/04/2024	59051.032108/2024-94
SC	Paulo Lopes	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	20	14/04/2024	59051.032170/2024-86

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.359, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	Capitólio	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	32	22/02/2024	59051.032047/2024-65
MG	Jaguaraçu	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	888	26/03/2024	59051.031933/2024-71
MG	Santo Antônio do Itambé	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	018	25/03/2024	59051.032228/2024-91

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.360, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PA	Monte Alegre	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	139	10/04/2024	59051.032249/2024-15
PA	Muaná	Transporte de produtos perigosos aquaviário - 2.2.4.6.0	029	13/04/2024	59051.032167/2024-62

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLF BARREIROS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 3.921, de 18 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2024, Edição 84, Seção 1, pág. 66,

Onde se lê: Portaria nº 3.921, de 18 de dezembro de 2023,

Leia-se: Portaria nº 1352, de 30 de abril de 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

DIRETORIA COLEGIADA

ÁREA DE REGULAÇÃO DE USOS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu indeferir os pedidos de outorga de direito de usos de recursos hídricos de:

Nº 981 - VICTOR GUSTAVO MAIA SANTOS, rio São Francisco, Município de Porto da Folha/SE, irrigação.

Nº 982 - EVANILDO RODRIGUES DE FREITAS, rio Curimataú, Município de Pedro Velho/RN, irrigação.

Nº 983 - FELIPE ANTONIO SILVA ARAUJO, UHE Jaguara, Município de Pedregulho/SP, aproveitamento hidroelétrico.

Nº 984 - AMBIENTAL MS PANTANAL SPE S.A, UHE Porto Primavera, Município de Três Lagoas/MS, esgotamento sanitário.

Nº 985 - AMBIENTAL MS PANTANAL SPE S.A, UHE Porto Primavera, Município de Três Lagoas/MS, esgotamento sanitário.

O inteiro teor dos Indeferimentos, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

ATO Nº 986, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu:

Revogar, a contar de 7 de janeiro de 2024, a outorga emitida a CLERCIA FLORESTA por meio da Resolução ANA nº 841, de 11 de junho de 2014, publicada no Diário

Oficial da União em 18 de junho de 2014, seção 1, página 53, por motivo de os usos de recursos hídricos pleiteados, após a avaliação da ANA, serem considerados insignificantes nos termos da Resolução ANA n° 1.940, de 30 de outubro de 2017.

O inteiro teor da Revogação de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

ATOS DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 987 - HELIANE DE SOUSA ASSIS ALMEIDA, rio Piancó, município de Pombal/PB, irrigação.

Nº 988 - DECSON BEZERRA DE MEDEIROS FILHO, rio Piancó, município de Pombal/PB, irrigação.

Nº 989 - JAIR APARECIDO FRANQUI, rio Canoas, município de Mococa/SP, irrigação.

Nº 990 - JOSÉ ANTÔNIO FRANQUI, rio Canoas, município de Mococa/SP, irrigação.

Nº 991 - LEONEL EZIO LOPES BOSSO, rio Moji-Guaçu, município de Descalvado/SP, irrigação.

Nº 992 - JOÃO BATISTA DUNGA NETTO, rio Piranhas, município de Paulista/PB, irrigação.

Nº 993 - AGROPECUARIA NELORE PARANA LTDA, rio Paranã, município de Iaciara/GO, irrigação.

Nº 994 - MARCIO OKUBO, rio Sapucaí, município de Ituverava/SP, irrigação.

Nº 995 - MAIKY SILVA MACHADO - ME (AREAL PAI E FILHO), rio Pomba, município de Leopoldina/MG, mineração.

Nº 996 - FRANSUERES GERALDO DE QUEIROGA, rio Piranhas, município de Paulista/PB, irrigação.

Nº 997 - FELLIPE MINE DUTRA; MARLUCE PEREIRA MARCOS MORAES E JEZIENE RAMALHO DE SOUZA, rio Jequitinhonha, município de Medina/MG, irrigação.

Nº 998 - IVS AGROPECUARIA LTDA, UHE Governador José Richa, município de Nova Prata do Iguaçu/PR, irrigação.

Nº 999 - JOSE DE ARIMATEIA LUCENA, rio Piranhas, município de Paulista/PB, irrigação.

Nº 1.000 - WENDELL DE ASSIS NOBREGA, rio Piancó, município de Pombal/PB, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

ATOS DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu:

Nº 1.001 - Revogar, a contar de 24 de abril de 2024, a outorga emitida a COLODETTI & LOPES LTDA - ME, por meio da Outorga ANA nº 144, de 22 de janeiro de 2021, publicada no DOU em 22 de janeiro de 2021, seção 1, página 44, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.002 - Revogar, a contar de 24 de abril de 2024, a outorga emitida a MARIZETE ALVES DA SILVA, por meio da Outorga ANA nº 777, de 23 de abril de 2019, publicada no DOU em 24 de abril de 2019, seção 1, página 18, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.004 - Revogar, a contar de 25 de abril de 2024, a outorga emitida a JOSE ERINALDO ABREU DE QUEIROGA, por meio da Outorga ANA nº 2182, de 30 de setembro de 2019, publicada no DOU em 03 de outubro de 2019, seção 1, página 14, por motivo de desistência do usuário.

Nº 1.005 - Revogar, a contar de 26 de abril de 2024, a outorga emitida a MARIA JOSE PEREIRA SILVERIO, por meio da Outorga ANA nº 2528, de 30 de dezembro de 2021, publicada no DOU em 03 de janeiro de 2022, seção 1, página 10, por motivo de desistência do usuário.

O inteiro teor das Revogações de Outorgas, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.856, DE 22 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/40953 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RAÇA SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 09.942.594/0002-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1042/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.942, DE 25 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/40626 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MMAGREP ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ nº 03.998.836/0001-15 para atuar em São Paulo.

DENISE VARGAS TENORIO
Substituta

ALVARÁ Nº 3.091, DE 1 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/28218 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa STRONG SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 52.518.294/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 878/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.093, DE 1 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/30878 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTWEST SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 29.982.660/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 1118/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.098, DE 1º DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/43363 - DPF/RGE/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES FIRE ARMS LTDA, CNPJ nº 04.801.603/0002-24, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
16248 (dezesseis mil e duzentas e quarenta e oito) Espoletas calibre 38
4211 (quatro mil e duzentos e onze) Gramas de pólvora
16248 (dezesseis mil e duzentos e quarenta e oito) Projéteis calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.099, DE 1º DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/44689 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa SOMAR SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 47.381.372/0001-79, sediada no Pará, para adquirir:

Da empresa cedente PARÁ SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 04.113.174/0001-11:
6 (seis) Revólveres calibre 38
8 (oito) Pistolas calibre .380
4 (quatro) Espingardas de repetição calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
360 (trezentas e sessenta) Munições calibre .380
96 (noventa e seis) Munições calibre 12
108 (cento e oito) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.100, DE 1º DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/45125 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa STAR SEC CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 10.423.118/0001-86, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Espingardas de repetição calibre 12
6 (seis) Revólveres calibre 38
26042 (vinte e seis mil e quarenta e duas) Munições calibre .380
1345 (uma mil e trezentas e quarenta e cinco) Munições calibre 12
80080 (oitenta mil e oitenta) Munições calibre 38
96080 (noventa e seis mil e oitenta) Espoletas calibre 38
3000 (três mil) Estojos calibre 38
29454 (vinte e nove mil e quatrocentos e cinquenta e quatro) Gramas de pólvora
96080 (noventa e seis mil e oitenta) Projéteis calibre 38
28162 (vinte e oito mil e cento e sessenta e duas) Espoletas calibre .380
3000 (três mil) Estojos calibre .380
28162 (vinte e oito mil e cento e sessenta e dois) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
1 (uma) Arma de choque elétrico de contato direto
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.088, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/36991 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa HOUND SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 53.070.592/0001-84, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1107/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 34.964.031, DE 1º DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102/1983, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/1983, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08200.012391/2024-46, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01 (um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa NEXUS VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 06.911.840/0004-35, especializada em segurança privada, na atividade de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro/RJ, com Certificado de Segurança nº 716/2024, expedido pelo DREX/SR/PF/RJ.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 35.081.963, DE 1º DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102/1983, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/1983, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão proferida no Processo nº 08200.012881/2024-42-SERA/CGAD/DLOG/PF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01 (um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SERVFAZ SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 21.088.004/0002-24, especializada em segurança privada, na atividade de Vigilância Patrimonial, para atuar no Estado do Maranhão, com Certificado de Segurança nº 399/2024, expedido pelo DREX/SR/PF/MA.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 222/2024

Destino: Arquivamento Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas. Interessado(a): NU PAGAMENTOS S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO EMENTA: Averiguação Preliminar. Denúncia individual de consumidor sobre suposto telemarketing abusivo. Esclarecimentos prestados pela empresa. Posteriores revogação de medida cautelar sobre o tema e desativação do canal de denúncias, por vícios de proporcionalidade e de eficácia, em linha com decisões judiciais. Diálogo com a ANATEL sobre o tema. Arquivamento do presente procedimento. Acolho as razões expressas na Nota Técnica 33 (SEI nº 27468893), as quais passam a fazer parte da presente decisão, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 52 da Lei nº: 9.784, de 1999.

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA
Diretor

DESPACHO Nº 224/2024

Destino: Arquivamento Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas. Interessado(a): BANCO PAN S.A. EMENTA: Averiguação Preliminar. Denúncia individual de consumidor sobre suposto telemarketing abusivo. Esclarecimentos prestados pela empresa. Posteriores revogação de medida cautelar sobre o tema e desativação do canal de denúncias, por vícios de proporcionalidade e de eficácia, em linha com decisões judiciais. Diálogo com a ANATEL sobre o tema. Arquivamento do presente procedimento. Acolho as razões expressas na Nota Técnica 34 (SEI nº 27553567), as quais passam a fazer parte da presente decisão, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 52 da Lei nº: 9.784, de 1999.

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA
Diretor

DESPACHO Nº 225/2024

Destino: Arquivamento Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas. Interessado(a): CLARO S.A. EMENTA: Averiguação Preliminar. Denúncia individual de consumidor sobre suposto telemarketing abusivo. Esclarecimentos prestados pela empresa. Posteriores revogação de medida cautelar sobre o tema e desativação do canal de denúncias, por vícios de proporcionalidade e de eficácia, em linha com decisões judiciais. Diálogo com a ANATEL sobre o tema. Arquivamento do presente procedimento. Acolho as razões expressas na Nota Técnica 35 (SEI nº 27554366), as quais passam a fazer parte da presente decisão, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 52 da Lei nº: 9.784, de 1999.

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA
Diretor

DESPACHO Nº 226/2024

Destino: Arquivamento Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas. Interessado(a): TIM S A. EMENTA: Averiguação Preliminar. Denúncia individual de consumidor sobre suposto telemarketing abusivo. Esclarecimentos prestados pela empresa. Posteriores revogação de medida cautelar sobre o tema e desativação do canal de denúncias, por vícios de proporcionalidade e de eficácia, em linha com decisões judiciais. Diálogo com a ANATEL sobre o tema. Arquivamento do presente procedimento. Acolho as razões expressas na Nota Técnica 36 (SEI nº 27554390), as quais passam a fazer parte da presente decisão, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 52 da Lei nº: 9.784, de 1999.

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA
Diretor

DESPACHO Nº 227/2024

Destino: Arquivamento Assunto: Interessado(a): TELEFÔNICA BRASIL S.A. EMENTA: Averiguação Preliminar. Denúncia individual de consumidor sobre suposto telemarketing abusivo. Esclarecimentos prestados pela empresa. Posteriores revogação de medida cautelar sobre o tema e desativação do canal de denúncias, por vícios de proporcionalidade e de eficácia, em linha com decisões judiciais. Diálogo com a ANATEL sobre o tema. Arquivamento do presente procedimento. Acolho as razões expressas na Nota Técnica 37 (SEI nº 27555468), as quais passam a fazer parte da presente decisão, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 52 da Lei nº: 9.784, de 1999.

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA
Diretor

DESPACHO Nº 229/2024

Destino: Arquivamento Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas. Interessado(a): TIM S A EMENTA: Averiguação Preliminar. Denúncia individual de consumidor sobre suposto telemarketing abusivo. Esclarecimentos prestados pela empresa. Posteriores revogação de medida cautelar sobre o tema e desativação do canal de denúncias, por vícios de proporcionalidade e de eficácia, em linha com decisões judiciais. Diálogo com a ANATEL sobre o tema. Arquivamento do presente procedimento. Acolho as razões expressas na Nota Técnica 39 (SEI nº 27556361), as quais passam a fazer parte da presente decisão, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 52 da Lei nº: 9.784, de 1999.

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA
Diretor

DESPACHO Nº 230/2024

Destino: Arquivamento Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas. Interessado(a): SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA EMENTA: Averiguação Preliminar. Denúncia individual de consumidor sobre suposto telemarketing abusivo. Esclarecimentos prestados pela empresa. Posteriores revogação de medida cautelar sobre o tema e desativação do canal de denúncias, por vícios de proporcionalidade e de eficácia, em linha com decisões judiciais. Diálogo com a ANATEL sobre o tema. Arquivamento do presente procedimento. Acolho as razões expressas na Nota Técnica 40 (SEI nº 27556522), as quais passam a fazer parte da presente decisão, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 52 da Lei nº: 9.784, de 1999.

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA
Diretor

DESPACHO Nº 231/2024

Destino: Arquivamento Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas. Interessado(a): BANCO ITAÚ EMENTA: Averiguação Preliminar. Denúncia individual de consumidor sobre suposto telemarketing abusivo. Esclarecimentos prestados pela empresa. Posteriores revogação de medida cautelar sobre o tema e desativação do canal de denúncias, por vícios de proporcionalidade e de eficácia, em linha com decisões judiciais. Diálogo com a ANATEL sobre o tema. Arquivamento do presente procedimento. Acolho as razões expressas na Nota Técnica 41 (SEI nº 27556584), as quais passam a fazer parte da presente decisão, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 52 da Lei nº: 9.784, de 1999.

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA
Diretor

DESPACHO Nº 232/2024

Destino: Arquivamento Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas. Interessado(a): BANCO SANTANDER EMENTA: Averiguação Preliminar. Denúncia individual de consumidor sobre suposto telemarketing abusivo. Esclarecimentos prestados pela empresa. Posteriores revogação de medida cautelar sobre o tema e desativação do canal de denúncias, por vícios de proporcionalidade e de eficácia, em linha com decisões judiciais. Diálogo com a ANATEL sobre o tema. Arquivamento do presente procedimento. Acolho as razões expressas na Nota Técnica 42 (SEI nº 27557020), as quais passam a fazer parte da presente decisão, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 52 da Lei nº: 9.784, de 1999.

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA
Diretor

DESPACHO Nº 233/2024

Destino: Arquivamento Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas. Interessado (a): FACILITA ASSESSORIA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. EMENTA: Averiguação Preliminar.
Denúncia individual de consumidor sobre suposto telemarketing abusivo. Esclarecimentos prestados pela empresa. Posteriores revogação de medida cautelar sobre o tema e desativação do canal de denúncias, por vícios de proporcionalidade e de eficácia, em linha com decisões judiciais. Diálogo com a ANATEL sobre o tema. Arquivamento do presente procedimento.

Acolho as razões expressas na Nota Técnica 43 (SEI nº 27557351), as quais passam a fazer parte da presente decisão, e determino o ARQUIVAMENTO do presente feito, nos termos do art. 52 da Lei nº: 9.784, de 1999.

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA
Diretor

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 62, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ABDULLAH FATIH ABDULLAH BUOJAYLAH, Passaporte AC790503, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 05/04/1998, filho(a) de HIND MOHAMED ALNAKAA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033148/2023-72.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 63, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ABDULRAUF MIFTAH RAJAB ASHEEM, Passaporte AC790497, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 04/04/1997, filho(a) de JAMILE RAJAB, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033183/2023-91.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 64, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ABDULSALAM MISBAH ABDULSALAM MISBAH, Passaporte AC790477, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 14/11/2003, filho(a) de NAJIA MOHAMED ALI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033158/2023-16.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 65, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ABOULQASSIM AWN MAYAH ARHOUMAH, Passaporte L1FRNN5Z, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 10/01/1993, filho(a) de SUHAIE SAYED MOHAMED ABOUSABEE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033151/2023-96.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 66, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante AHMED ALI BALEID BARKAH, Passaporte AB011450, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 03/04/1993, filho(a) de FATIHA ALMABROUK MOHAMED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033154/2023-21.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 67, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante AHMED BUOJAYLAH AHMED ALNAJAR, Passaporte AA650814, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 11/01/1995, filho(a) de JAMILE MOHAMED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033175/2023-45.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 68, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante AHMED MOHAMMED FARAJ NAJM, Passaporte AB108444, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 11/01/2001, filho(a) de AISHA MAHMOUD ABDULLAH, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033185/2023-81.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 69, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ALHASAN FARAJ ALI MOHAMMED, Passaporte AB603254, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 29/05/1995, filho(a) de SAFIA ALI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033159/2023-52.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 70, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ALI HAKEEM RAMADHAN OSMAN, Passaporte HGG9FG5Z, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 19/02/2003, filho(a) de NAHANI MUSTAFA MOUSA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033176/2023-91.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 71, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ALI SALEM MOHAMED ALMAQRAHI, Passaporte AB566971, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 25/09/2002, filho(a) de FATIMA IBRAHIM OTHMAN, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033155/2023-74.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 72, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ALI YADIM MASOUD ALMANFI, Passaporte AC790516, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 08/01/1995, filho(a) de SOUAD ALI NASR, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033117/2023-11.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 73, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ANAS ADEL ALMABROUK BOJANAH, Passaporte AB805651, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 14/02/2004, filho(a) de AISHA ALI MOHAMED ALOBEIDI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033171/2023-67.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 74, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ANAS MIFTAH SALIH ALMAHDI, Passaporte AC790506, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 31/03/1992, filho(a) de NAJEEH HUSSEIN ALI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033186/2023-25.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 75, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ASEEL SALEH BASHIR BOUKHADRA, Passaporte AA580893, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 02/01/1998, filho(a) de EIDA MOHAMED ALI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033119/2023-19.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 76, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante EMAD KHALID ABD ALDAEM ALABEEDI, Passaporte AB530690, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 16/11/2004, filho(a) de AMAL ALI MOHAMED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033189/2023-69.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 77, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante FARAJ BUOJAYLAH AHMED ALNAJAR, Passaporte NYN02996, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 08/09/1999, filho(a) de JAMILE MOHAMED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033191/2023-38.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 78, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante FARAJ RIHEEL AHMED AHMED JAQRAM, Passaporte AC790496, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 08/03/1993, filho(a) de AISHA MOHAMED SALEM IBRAHIM, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033172/2023-11.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 79, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante FARAJ SALIH SAEID ALARJ, Passaporte AC790501, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 20/08/2001, filho(a) de HALIMA ALI SALEM, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033165/2023-18.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 80, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante FARAJ YOUNUS ARHOUMAH KIRDASH, Passaporte AC790508, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 30/08/1999, filho(a) de HAMIDA FATHALLAH AHMED ALOBEIDI , com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033177/2023-34.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 81, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante FARES KHA ELSHABLI, Passaporte AA428552, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 21/12/1990, filho(a) de IHSAN HASSAN KHALIFA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033120/2023-35.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 82, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante HAMID ABU BAKR ALI MISIMEER, Passaporte AC790534, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 25/09/1990, filho(a) de MAJDA HAMED ISMAEL AHMED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033147/2023-28.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 83, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante HUSAYN ABDULJALIL HUSAYN ALSAEITI, Passaporte PLYL2F5C, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 04/08/1999, filho(a) de KHADIJA ALI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033179/2023-23.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 84, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante JUMMAH ALSANOUSI JUMMAH FARAJ, Passaporte AB532914, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 06/05/1993, filho(a) de FATIHA SAAD ABD ALSALAM ALKHAFIFI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033156/2023-19.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 85, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante KHALID ABDULFATAH EMRAN ALTAHIR, Passaporte AC790502, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 04/07/1990, filho(a) de NAJIHA MOHAMED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033192/2023-82.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 86, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MAHDI MOHAMMED MANSOUR BOUSAHANAF, Passaporte AB244687, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 29/05/1991, filho(a) de ZAYNAB MANSOUR HAMED ALHAWARY, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033169/2023-98.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 87, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MAHMOUD ASMAEIL RAJAB ABDULMUTALIB, Passaporte AA508657, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 10/01/1996, filho(a) de AWATEF MOHAMED AHMED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033193/2023-27.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 88, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MOHAMMED ABU BAKR MOHAMMED ALTEERAH, Passaporte AB359720, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 15/04/1997, filho(a) de NAJAH HAMAD MOHAMED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033149/2023-17.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 89, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MOHAMMED ADEL ALHADI ALBARHAMI, Passaporte AC790518, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 12/03/2003, filho(a) de KHADRA MIFTAH EMRAN, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033150/2023-41.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 90, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MOHAMMED ADREES MIFTAH ALAMISMAERY, Passaporte AC740507, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 16/04/1991, filho(a) de HALIMA AMRAJ, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033153/2023-85.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 91, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MOHAMMED FATHI SALIM ALI ALYADRI, Passaporte AC190598 , nacional da LÍBIA, nascido(a) em 25/11/2001, filho(a) de HANAN OMAR MOHAMMED , com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033114/2023-88.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 92, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MOHAMMED HAMAD AWN AWN, Passaporte AC790497, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 21/05/2003, filho(a) de AMAL ALWANI ABDULAZIZ, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033188/2023-14.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 93, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MOHAMMED MISBAH MASOUD HANEESH, Passaporte AB194166, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 07/12/2000, filho(a) de SORAYA RAMADAN BERRY, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033195/2023-16.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 94, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MOHAMMED MUSTAFA MIFTAH ALWALEED, Passaporte AC790505, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 09/10/2000, filho(a) de NAJAH RAJAB SALEH, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033116/2023-77.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 95, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MOHAMMED SAED ALHADI ABDULSAMAD, Passaporte AC790541, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 12/09/2001, filho(a) de FANZAH AYAD ALI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033161/2023-21.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 96, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MUAYID HAMAD ALI MOHAMMED, Passaporte AB148235, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 28/07/2004, filho(a) de SALIMA KARIM ABDULKARIM, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033182/2023-47.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 97, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante OMAR EMRAN MOHAMED ALAMAMI, Passaporte AC790548, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 17/10/1993, filho(a) de SALMA OMAR SULEIMAN, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033174/2023-17.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 98, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante RABEI SULAYMAN MOHAMED BOOKER, Passaporte G82R9K60, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 05/01/1995, filho(a) de NAIMA AKRIM MOHAMED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033122/2023-24.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 99, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante RAFAA ALI RAFAA EL AWAMI, Passaporte AC468152, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 31/01/1993, filho(a) de SALMA MOHAMED ABDULLAH YOUNES, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033123/2023-79.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 100, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante RAJAB SHUAYB RAJAB ABDULJALIL, Passaporte AC790514, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 09/12/2001, filho(a) de FATHIA IBRAHIM YOUNES GHARBI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033127/2023-57.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 101, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante SALEM BASIT SALEM ABDULWAHID, Passaporte AA510068, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 01/10/2000, filho(a) de JAMILA SULEIMAN ISSA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033135/2023-11.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 102, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante SALIH MOHAMMED SALIH ALDIRSI, Passaporte AB706534, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 21/06/1997, filho(a) de RAJAH TAHER ABDULKARIM, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033136/2023-48.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 103, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante SALIM AWADH AHMED ALNAJAR, Passaporte JGC13HZ4, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 09/04/1995, filho(a) de ZAHRA MOHAMED KHALIFA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033138/2023-37.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 104, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante SAYFULHAQ KHAMEES MOUSA MOHAMED ALYUMNI, Passaporte AC790550, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 12/05/1998, filho(a) de HEKMAT MOHAMED ATIYEH, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.033141/2023-51.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 105, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante AWAD MASSOUD ALI KUMATI, Passaporte AC468053, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 28/04/1994, filho(a) de NAJIA AWAD FARAJ, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.049216/2023-15.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 106, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante EMHIMMID MOHAMED ALI AKHEEL, Passaporte AC802744, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 16/01/2003, filho(a) de AISHA AHMED MOHAMMED AKHEEL, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.049219/2023-59.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 107, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante FARIS HUSSIN ASHOUR ALMUSRATI, Passaporte R26621G2, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 08/12/2002, filho(a) de SOUAD MUHAMMAD AQDEIRAT, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.049222/2023-72.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 108, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante HAMAD JUMMAH SHAHHAT MUJAWIR, Passaporte AC346978, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 16/05/1996, filho(a) de SALMEEN HAMAD OMAR ALHOUTI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.049225/2023-14.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 109, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MIFTAH NASR MIFTAH ALMIJBARI, Passaporte AB243178, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 28/11/1990, filho(a) de NAIMA MASSOUD MUHAMMAD, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.049230/2023-19.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 110, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MUETASIMBALLAH MANSOUR SALIM ALWIRFILI, Passaporte AA758158, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 02/12/2001, filho(a) de FAWZIA ALJALI SALEM, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.049234/2023-13.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 111, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante RAJAB NIZAR RAJI ALMAGHRIBI, Passaporte AB201509, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 24/01/1997, filho(a) de SAMIRA ABDEL SALAM MANSOUR AGILE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.049240/2023-54.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 112, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante RAMADHAN WANNEES MAHMOUD ALTAJOURI, Passaporte AB249011, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 22/12/1994, filho(a) de NABILA RAMADHAN AHMED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.049245/2023-87.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 113, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante YOUSSIF OSAMA MOHAMED BARAASI, Passaporte AC976185, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 19/11/1995, filho(a) de THAIRA MUHAMMAD YAHYA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.049247/2023-76.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 114, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante ALMUETASIM BILLALAH SULAYMAN MOHAMMED, Passaporte AD462201, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 07/12/1997, filho(a) de NAJIA BELKACEM ABDULLAH, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.003686/2024-13.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 115, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante FARAJ HUSAYN FARAJ ALAJEELI, Passaporte AD462361, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 16/01/1992, filho(a) de FATIMA FARAJ, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.003695/2024-12.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 116, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MAHDI MOHAMMED MANSOUR BOUSAHANAF, Passaporte AD462243, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 29/05/1991, filho(a) de ZAYNAB MANSOUR HAMED ALHAWARY, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.003701/2024-23.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 117, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante MANSOUR MOHAMMED MANSOUR ALSAYYID AWADH, Passaporte AD462245, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 03/10/2003, filho(a) de FAWZIA MOHAMED AWAD, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.003719/2024-25.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 118, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante SAEID MOHAMMED SAEID ALSAHRAWI, Passaporte AD462234, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 14/05/1991, filho(a) de ABEER JABER SAYED, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.003728/2024-16.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 119, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante SHARAFULDEEN MOHAMMED NAJEEB MOULI, Passaporte AD462351, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 28/04/1998, filho(a) de ZAHRA SAYDA, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.003739/2024-12.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 120, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o Ofício nº 66/2024/DELESP/DREX/SR/PF/PR e o Despacho nº 126/2024/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante YOUSUF ADEL MAHMOUD AHMED, Passaporte AD462242, nacional da LÍBIA, nascido(a) em 19/09/2000, filho(a) de TAWYDAH MOHAMED ASHOUR, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08228.003743/2024-64.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA UPE-TERMINOS/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 190, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência concedida ao imigrante STEPHANE CHERIF SAINT MARTIN, RNM G400725M, nacional da FRANÇA, nascido(a) em 28/05/1990, filho(a) de DOMINIQUE VERDUGO, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08018.027242/2024-49.

JONATAS LUIS PABIS

PORTARIA UPE-TERMINOS/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 191, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, resolve:

Decretar a perda da autorização de residência concedida ao imigrante NATHAN JOHN QUYE, RNM BF317270B, nacional da GRÃ-BRETANHA, nascido(a) em 04/04/1980, filho(a) de SUSAN ANN QUYE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência. Processo SEI nº 08018.025442/2024-67.

JONATAS LUIS PABIS

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.484, DE 2 DE MAIO DE 2024

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do art. 12, II, "a", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, de 20 de novembro de 2020, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDEL FUTKEU PETOUOCHI MOUICHI - F152391-E, natural de Camarões, nascido(a) em 1 de janeiro de 1996, filho(a) de Futkeu Honore e de Goune Mahadieu Tsamo Catherine, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0344334/2023);

ABU BAKARR KOROMA - G389689-P, natural de Serra Leoa, nascido(a) em 8 de maio de 1977, filho(a) de Mohamed Koroma e de Hawa Kamara, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0350409/2023);

ALAIN CLAUDE JEAN SAVY - V770110-O, natural da França, nascido em 30 de janeiro de 1961, filho de Claude Savy e de Janine Sales, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 235881.0338858/2023);

ALI AYACH - G430636-3, natural do Líbano, nascido(a) em 1 de agosto de 1986, filho(a) de Najah Ayach e de Hanaa Awada, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0349007/2023);

AUDNEL DESIRE - G132709-D, natural do Haiti, nascido(a) em 20 de novembro de 1987, filho(a) de Joseph Desire e de Elina Modele, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0350941/2023);

CECILIA NILA VALES DIAZ - G306274-6, natural de Cuba, nascido(a) em 26 de setembro de 1964, filho(a) de Eugenio Pedro Vales Lorenzo e de Aydee Catalina Diaz San Martin, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0328540/2023);

CHRISNOR NOEL - G236111-N, natural do Haiti, nascido(a) em 4 de outubro de 1989, filho(a) de Chrismaque Noel e de Chantal Metelus, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0339299/2023);

CRISTHIAN QUINONES - G117182-E, natural da Colômbia, nascido(a) em 23 de novembro de 1990, filho(a) de José Arley Alba e de Flor Esmirna Quinones, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0351322/2023);

CLAUDIA SABRINA BARRIOS - G166199-9, natural da Argentina, nascida(o) em 3 de dezembro de 1989, filha(a) de Lino Ramon Barrios e de Rosa Daniela Lopez, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0348983/2023);

DIAMANTINO MARIO DOMINGOS MANUEL - G047031-O, natural de Angola, nascido(a) em 31 de março de 1992, filho(a) de Mário Francísco Manuel e de Amelia Jose Adao Domingos, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0206108/2022);

EBEL DEUS - G106501-Z, natural do Haiti, nascido(a) em 13 de junho de 1962, filho(a) de Therneus Deus e de Marie Carmelle Thermot, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0330160/2023);

EKATERINA ISAEVA PEREIRA - G068193-I, natural de Rússia, nascido(a) em 11 de abril de 1977, filho(a) de Dmitri Abdujabarovitch Isaev e de Tamara Anatolievna Isaeva, residente no Estado da Paraíba (Processo nº 235881.0205650/2022);

GABRIEL KUVALELA JOMBA - F572181-M, natural de Angola, nascido(a) em 12 de setembro de 1994, filho(a) de Gabriel Kuvalela e de Tshitula Angelina, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0339363/2023);

GENESIS CAROLINA GONZALEZ NORIEGA - G438014-Y, natural da Venezuela, nascido(a) em 2 de julho de 1992, filho(a) de Dario Antonio Gonzalez Malave e de Omaira Del Carmen Noriega Ugas, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0348981/2023);

GUIDO D ELIA OTERO - V386513-V, natural da Argentina, nascido(a) em 5 de dezembro de 1986, filho(a) de Roberto Daniel Elia e de Mariana Otero, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0350716/2023);

JAIME ANDRES SANCHEZ LESMES - G118608-1, natural da Colômbia, nascido(a) em 10 de dezembro de 1982, filho(a) de Carlos Julio Sanchez Abril e de Maria Clemencia Lesmes Quinones, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0195604/2022);

JEAN FRED PEGOTTY LOUIS - G289548-D, natural do Haiti, nascido(a) em 18 de março de 1983, filho(a) de Hubert Louis e de Kettely Senatus, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0193426/2022);

JEAN WADLEY TOUSSSAINT - G237008-B, natural do Haiti, nascido(a) em 03 de outubro de 1993, filho(a) de Jean Solon Toussaint e de Luxine Alise, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0350820/2023);

JOB BAPTISTE - G252829-L, natural do Haiti, nascido(a) em 31 de dezembro de 1989, filho(a) de Georges Bapstiste e de Micheline Pierre, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0345929/2023);

JOHN OBINNA EKE - G312253-S, natural da Nigéria, nascido(a) em 21 de maio de 1988, filho(a) de Flavian Eke e de Rose Eke, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0344154/2023);

JODLER AUGUSTIN - G302062-4, natural de Haiti, nascido(a) em 27 de dezembro de 1987, filho(a) de Dorneus Augustin e de Micheline Dor, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0350780/2023);

KATIA MILUSKA DIAZ DEXTRE - G171685-J, natural do Peru, nascida(o) em 25 de fevereiro de 1989, filha(o) de Zenón Arturo Díaz Tinoco e de Clementina Rebeca Dextre Ramirez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0344927/2023);

KETINE ISMAELANDE FAUSTIN - G311562-K, natural do Haiti, nascido(a) em 15 de março de 1993, filho(a) de Jean Robert Faustin e de Adlaine Guillaume, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0342406/2023);

KHALIL ALSIBAI - G318729-C, natural da Síria, nascido(a) em 11 de junho de 1976, filho(a) de Widah Khalil Alsibai e de Majed Abdulwarth Mamoun, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0351262/2023);

LIBAN MEDERO - F018085-M, natural de Cuba, nascido(a) em 27 de agosto de 1980, filho(a) de Maximiliano Aristides Quesada Olivera e de Margarita Emilia Medero Rodriguez, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0351327/2023);

MADINE DIOP - G013029-C, natural do Senegal, nascido(a) em 22 de junho de 1980, filho(a) de Mamadou Anta Diop e de Fatou Dieng, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0348912/2023);

MALICK SEYE - G404473-3, natural do Senegal, nascido(a) em 20 de janeiro de 1984, filho(a) de Samba Seye e de Aminata Loum, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0348922/2023);

MAMADOU DIOUM - G453153-X, natural do Senegal, nascido(a) em 31 de julho de 1989, filho(a) de Samba Dioum e de Fatoumata Wagne, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0350589/2023);

MARCO ANTONIO RUIZ SOTO FRAGA DA SILVA - V699182-N, natural da Espanha, nascido(a) em 17 de março de 1970, filho(a) de Dositeo Quintas Perez e de Elena Ruiz Soto, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0348879/2023);

MARCELO GASTON ASCARATE CORREA - V910580-9, natural de Uruguai, nascido(a) em 13 de agosto de 1987, filho(a) de José Enrique Ascarate e de Maribel Correa Techera, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0351293/2023);

MARIA DE LOURDES AYALA VARGAS - V997690-U, natural do Equador, nascido(a) em 8 de julho de 1990, filho(a) de Marcelo Fernando Ayala Mora e de Ida Daisy Luz Del Carmen Vargas, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0168138/2022);

MARWA SAAD - G188693-G, natural do Líbano, nascido(a) em 23 de abril de 1991, filho(a) de Mouhsen Saad e de Zeinab Saad, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0342261/2023);

MOHAMED MARROUK - G076595-2, natural de Marrocos, nascido(a) em 1 de julho de 1989, filho(a) de Mbark Ben Ahmed e de Rkia Bent Zouggar, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0350667/2023);

NABIL NADIM ARABI - V601584-N, natural do Líbano, nascido(a) em 2 de abril de 1975, filho(a) de Nadim Arabi e de Raya Ghotme, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0349617/2023);

NKODO SYMPLICE NOEL - G426768-0, natural de Camarões, nascido(a) em 21 de janeiro de 1981, filho(a) de Aka´A Nkodo Sylvestre e de Bekono Sara, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0338127/2023);

OMAR VALLADARES HERNANDEZ - F364571-J, natural de Cuba, nascido(a) em 6 de março de 1993, filho(a) de Omar Valladares Alvarez e de Gisela Hernandez Sanchez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0337600/2023);

PAVEL DYAKOV - F508068-U, natural da Rússia, nascido(a) em 25 de junho de 1981, filho(a) de Kamill Dyakov e de Luidmila Dyakova, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0350793/2023);

PAVEL MIROSHNIK - F517105-C, natural da Rússia, nascido(a) em 2 de outubro de 1988, filho(a) de Yuri Miroshnik e de Irina Miroshnik , residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0344382/2023);

PETERSON EXIL - G095517-F, natural de Haiti, nascido(a) em 8 de outubro de 1989, filho(a) de Luc Exil e de Marie Nicole Mede, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0337712/2023);

QUENTIN SERGE DELAROCHE - V590491-P, natural da França, nascido(a) em 3 de maio de 1989, filho(a) de François André Joseph Delaroche e de Christine Claudine Delaroche, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 235881.0318014/2022);

REYCHA SABANA DIABATE - V900359-E, natural de Costa do Marfim, nascido(a) em 8 de abril de 1990, filho(a) de Sabana Diabate e de Therese Diabate, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0337767/2023);

RICARDO EVENS GUE - G288770-H, natural do Haiti, nascido(a) em 9 de novembro de 1993, filho(a) de Dericois Gue e de Maxilene Semexan, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0338806/2023);

RICARDO MOSTACEDO LAZCANO - V150412-P, natural de Bolívia, nascido(a) em 29 de agosto de 1958, filho(a) de Macario Mostacedo Cueto e de Rita Lazcano de Mostacedo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0345552/2023);

ROSELE BERNADY PIERRE - G097457-Y, natural do Haiti, nascido(a) em 15 de janeiro de 1988, filho(a) de Jn Bernard Pierre de Delourdes Jean, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0337877/2023);

RORO DIONVIL - G407690-H, natural do Haiti, nascido(a) em 9 de janeiro de 1980, filho(a) de Belony Dionvil e de Maria Cadeau, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0344399/2023);

SOFIA LOCATELLI - V450714-P, natural de Itália, nascido(a) em 3 de setembro de 2004, filho(a) de Massimo Locatelli e de Valentina Mattana, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0350229/2023);

SOFYAN TIGEN - G205532-M, natural da Síria, nascido(a) em 5 de janeiro de 1991, filho(a) de e filho(a) de Yusra Tigen, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0337031/2023);

VAGUELSON TALLEYRAND - G443605-U, natural de Haiti, nascido(a) em 12 de setembro de 1994, filho(a) de GILBERT TALLEYRAND e filho(a) de ANACIA PETIT HOMME, residente no estado de São Paulo (Processo 235881.0342440/2023).

WADSON LINCY - G409923-A, natural do Haiti, nascido(a) em 21 de fevereiro de 1986, filho(a) de Sergo Lincy e de Magalie Joseph, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0344327/2023);

YAMILA DUANY DE LA PAZ - V374605-5, natural de Cuba, nascido(a) em 6 de janeiro de 1969, filho(a) de Armando Duany Duany e de Fe De La Paz Ortiz, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0189690/2022) e

YORDAN ESCALONA GONZALEZ - G220517-V, natural de Cuba, nascido(a) em 31 de agosto de 1981, filho(a) de Felix Escalona Cuenca e de Norma Estelvina Gonzalez Riveron, residente no Estado de Roraima (Processo nº 235881.0334771/2023).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 3.485, DE 2 DE MAIO DE 2024

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do art. 12, II, "b", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 67 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, de 20 de novembro de 2020, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CESAR JOSE VELARDEZ - W379950-T, natural da Argentina, nascido(a) em 7 de julho de 1970, filho(a) de Jose Albino Velardez e de Maria Rosa Sequeira de Velardez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0348585/2023);

ENRIQUE ROJAS SILVA - V030142-A, natural da Bolivia, nascido(a) em 25 de março de 1958, filho(a) de Elias Rojas Hurtado e de Monica Silva Serrano, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0319103/2022);

FARAH MUHAMAD FALANEH - V041357-F, natural da Jordania, nascido(a) em 3 de fevereiro de 1964, filho(a) de Muhamad Falaneh e de Khadijeh Falaneh, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0199875/2022);

HAITHAM SADI MOHAMAD SALEH - V474390-U, natural da Jordânia, nascido(a) em 26 de janeiro de 1968, filho(a) de Sadi Mohamad Saleh e de Farha Mohamad Abed, residente no Estado de Goiás (Processo 235881.0324714/2023);

JUSTIN JAMES MYTTON THORNYCROFT - V312042-w, natural de Zimbábue, nascido(a) em 14 de abril de 1974, filho(a) de Peter Charles Mytton Thornycroft e de Pamela Joan Thornycroft, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0329009/2023);

ROLANDO REINOL HERRERA RODRIGUEZ - V418462-A, natural de Cuba, nascido(a) em 15 de dezembro de 1971, filho(a) de Rolando Herrera Dias e de Hilda Rodriguez Martinez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0351205/2023) e

SANDRA JEANETH SALINAS DE VENTURA - V344027-0, natural da Bolívia, nascido(a) em 30 de abril de 1977, filho(a) de Francisco Salinas Merida e de Sonia Gil De Salinas, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0181062/2022).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 3.486, DE 2 DE MAIO DE 2024

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 70 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, de 20 de novembro de 2020, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

YUSELYS PEREZ RAMIREZ - F184603-Y, natural de Cuba, nascido(a) em 14 de agosto de 2013, filho(a) de Elieser Escalona Guerra e de Yuselys Pérez Ramírez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0121498/2021).

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 3.483, DE 2 DE MAIO DE 2024

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, em cumprimento à determinação judicial do MM. Juiz Federal da 1ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, no âmbito do processo judicial nº 5040798-03.2023.4.04.7100/RS, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

SILVIA MONICA XIMENO CHIARO - RNM W669058-Y, natural de Uruguai nascido(a) em 26 de novembro de 1965, filho(a) de Ilda Nery Chiaro de Ximeno e Angel Leandro Ximeno Dominguez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0211741/2022).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ

PORTARIA Nº 3.487, DE 2 DE MAIO DE 2024

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, em cumprimento à determinação judicial do MM. Juiz Federal da 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no âmbito do processo judicial nº 1016265-79.2020.4.01.3400, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

KI JONG PARK - RNM G151544-C, natural da República da Coreia, nascido(a) em 28 de setembro de 1960, filho(a) de Ok Soon Hyoung e Joung Rae Park, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.023479/2019-00).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ

DESPACHO DE 2 DE MAIO DE 2024

Código: 408.892
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0364517/2023.
Interessado: EDLYNECAR ROMEUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou por 21 meses do Brasil, excedendo o prazo máximo de ausência do país, portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto 9.199/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome da genitora de Dmitrii Skripkin, incluído na Portaria nº 3.469, de 22 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2024, é TATIANA SKRIPKINA, e não como constou. Processo nº 235881.0361405/2023

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Ousseima Imad Ghazaleh, incluída na Portaria nº 509-B, de 05 de setembro de 1975, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 1975, voltou a assinar OUSSEIMA IMAD, em virtude de Divórcio Consensual, com sentença proferida aos 02 de junho de 1995, pelo MM. Juiz de Direito da 4° Vara de Família de Brasília - DF, autos 31693/94, averbada no RCPN do 26° Subdistrito de Vila Prudente - São Paulo/SP, sob o nº 40322, conforme certidão passada pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, 26° Subdistrito de Vila Prudente - São Paulo/SP, Matrícula 122747 01 55 1970 2 00106 120 0040322-41. Processo nº 08018.027559/2024-85

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Platon Freidin, incluído na Portaria nº 2.439, de 24 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2023, é natural do ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, e não como constou. Processo nº 235881.0345166/2023

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome da genitora de Odalys Pacheco Mesa Escobar, incluído na Portaria nº 1.030, de 18 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2019, é BENITA ESTHER MESA CASTILLO, e não como constou. Processo nº 08018.019546/2024-32

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que os dados corretos de Joshua Arthur da Silva, incluído na Portaria nº 920, de 09 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2022, são: JOSHUA ARTHUR DA SILVA RIBEIRO, filho de CARINE ELIONE PINA GOMES DA SILVA RIBEIRO e de AILTON ARTHUR DA SILVA RIBEIRO, e não como constou. Processo nº 08000.014262/2024-49

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome da genitora de Olga Beatriz Barrios de Mora, incluído na Portaria nº 184, de 25 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2015, é OROSIA CONCEPCION RAMIREZ VDA DE BARRIOS, e não como constou. Processo nº 08000.014271/2024-30

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Se Un Ahn, incluído na Portaria nº 386, de 24 de maio de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 1982, é natural da COREIA DO SUL, e não como constou. Processo nº 08018.026521/2024-95

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a correta grafia do nome de Natali Hernandez, incluído na Portaria nº 1.958, de 05 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2023, é NATALI ALONSO HERNANDEZ, e não como constou. Processo nº 08018.026827/2024-41

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a exata data de nascimento de Lovensky Chaumette, incluído na Portaria nº 3.479, de 26 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2024, é 11 de fevereiro de 1988, e não como constou. Processo nº 235881.0094990/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a correta grafia do nome de Souad Adib Hraoui, incluído na Portaria nº 1085, de 24 de outubro de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 1979, é SOUAD HARAOUI, e não como constou. Processo nº 08000.009665/2024-76

DESPACHO Nº 28/2024/DINAT_AVERBACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ESTERA FINKELFARB
Processo: 08018.017915/2024-52

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 27/2024/DINAT_AVERBACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: MAHMOD YASIN
Processo: 08018.017324/2024-85

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 26/2024/DINAT_AVERBACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: HASSAN DAOUD AWALE TAHA
Processo: 08018.017537/2024-15

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 25/2024/DINAT_AVERBACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ZAINAB BATUL AWALE TAHA
Processo: 08018.017546/2024-06

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 24/2024/DINAT_AVERBACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: SALEM ASAPH ETIENNE
Processo: 08018.017052/2024-13

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

LAÍS TELES DE MENEZES

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 928, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Vaesen: Um Segredo Perverso e Outros Mistérios (Suécia - 2024)
Título Original: Vaesen: A Wicked Secret
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Plataforma(s): Livro
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Medo, Temas Sensíveis e Violência Extrema
Processo: 08017.001069/2024-69

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 929, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Surtadas na Yoga - 2ª Temporada (Brasil - 2014)
Título Original: Surtadas na Yoga - 2ª Temporada
Categoria: Obra seriada
Diretor(es): Arthur Fontes
Produtor(es)/Criador(es): Conspiração Filmes
Distribuidor(es): Conspiração Filmes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual, Drogas e Linguagem imprópria
Processo: 08017.001120/2024-32

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 930, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Kunhã Karai e as Narrativas da Terra (Brasil - 2023)
Título Original: Kunhã Karai e as Narrativas da Terra
Categoria: Longa-metragem
Diretor(es): Paola Correia Mallmann de Oliveira
Produtor(es)/Criador(es): Linha de Produção Cinema e TV Ltda.
Distribuidor(es): Panda Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001247/2024-51

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 931, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Telas (Brasil - 2023)
Título Original: Telas
Categoria: Longa-metragem
Diretor(es): Leandro Goddínho
Produtor(es)/Criador(es): Claraluz Filmes
Distribuidor(es): O2 Produções Artísticas E Cinematográficas Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta.
Contém: Linguagem imprópria, Nudez e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001250/2024-75

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 932, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: A Alegria é a Prova dos Nove (Brasil - 2023)
Título Original: A Alegria é a Prova dos Nove
Categoria: Longa-metragem
Diretor(es): Helena Ignez
Produtor(es)/Criador(es): Mercúrio Produções
Distribuidor(es): Mercúrio Produções
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 23 (vinte e três) horas, quando apresentado em TV aberta.
Contém: Drogas, Linguagem imprópria e Sexo Explícito
Processo: 08017.001294/2024-03

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 933, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Às Vezes Quero Sumir (Estados Unidos - 2023)
Título Original: Sometimes I Think About Dying
Categoria: Longa-metragem
Diretor(es): Rachel Lambert
Produtor(es)/Criador(es): Brett Beveridge, Lauren Beveridge, Brittany O'Grady, Dori A. Rath
Distribuidor(es): Synapse Brazil Production And Distribution LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta.
Contém: Drogas Lícitas, Temas Sensíveis e Violência
Processo: 08017.001301/2024-69

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 934, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Meu Amigo Robô (Federação Russa - 2019)
Título Original: Robo
Categoria: Longa-metragem
Diretor(es): Sarik Andreasyan
Produtor(es)/Criador(es): Armen Ananikyan, Gevond Andreasyan, Sarik Andreasyan, Semyon Shcherbovich-Vecher
Distribuidor(es): Elite Filmes (Encripta S.A.)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001315/2024-82

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 935, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Crônicas do Irã (Irã - 2023)
Título Original: Ayeh haye zamini
Categoria: Longa-metragem
Diretor(es): Ali Asgari, Alireza Khatami
Produtor(es)/Criador(es): Ali Asgari, Milad Khosravi
Distribuidor(es): Imovision - Tag Cultural Distribuidora de Filmes LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta.
Contém: Linguagem imprópria, Temas Sensíveis e Violência
Processo: 08017.001334/2024-17

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 936, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: O Berço (Brasil - 2024)
Título Original: O Berço
Categoria: Curta-metragem
Diretor(es): Euler Luz
Produtor(es)/Criador(es): Euler Pereira Luz
Distribuidor(es): Euler Luz Teleproduções
Classificação Pretendida: Livre
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001345/2024-99

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 937, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Placa Mãe (Brasil - 2022)
Título Original: Placa Mãe
Categoria: Longa-metragem
Diretor(es): Igor Santos Bastos
Produtor(es)/Criador(es): Flash Minas
Distribuidor(es): O2 Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Temas Sensíveis e Violência Fantasiosa
Processo: 08017.001366/2024-12

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 938, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Assassino por acaso (Estados Unidos - 2023)
Título Original: Hit Man
Categoria: Longa-metragem
Diretor(es): Richard Linklater
Produtor(es)/Criador(es): AGC Studios, Aggregate Films, Barnstorm Productions
Distribuidor(es): Diamond Films do Brasil
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (quatorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual, Linguagem imprópria e Violência
Processo: 08017.001407/2024-62

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 939, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Ainda Somos Os Mesmos - Trailer (Brasil e Chile - 2024)
Título Original: Ainda Somos Os Mesmos - Trailer
Categoria: Trailer
Diretor(es): Paulo Nascimento
Produtor(es)/Criador(es): Paulo Nascimento
Distribuidor(es): SM Distribuidora De Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta.
Contém: Drogas Lícitas, Linguagem imprópria e Violência
Processo: 08017.001438/2024-13

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 940, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título no Brasil: Os Observadores - Trailer 2F5 (Estados Unidos - 2024)
Título Original: The Watchers - Trailer 2F5
Categoria: Trailer
Diretor(es): Ishana Shyamalan
Produtor(es)/Criador(es): M. Night Shyamalan, Ashwin Rajan, Nimitt Mankad
Distribuidor(es): Warner Bros (South) Inc
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta.
Contém: Medo e Violência
Processo: 08017.001444/2024-71

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

DESPACHO Nº 117/CPCIND/SENAJUS, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo MJ nº: 08017.000918/2024-67
Novela: "Cheias de Charme"

Tendo em vista a abertura de procedimento de reconsideração da classificação indicativa da obra "Cheias de Charme", com fulcro no art. 60 da Portaria MJSP n°502 de 23 e § 1º do mesmo dispositivo, faz-se a seguintes considerações:

a) A recorrente não apresentou qualquer nova situação fática ou jurídica que pudesse ensejar a reforma da decisão que atribuiu nova classificação indicativa da obra.

b) Estão presentes tendências de classificação mais elevadas, tais como apelo sexual (12 anos), ato violento (12 anos), consumo de droga lícita (12 anos), exposição de pessoa em situação constrangedora ou degradante (12 anos), insinuação sexual (12 anos), estigma ou preconceito (14 anos) e morte intencional (14 anos).

c) Cabe esclarecer que a Classificação Indicativa fundamenta-se no previsto na Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 502, de 23 novembro de 2021, em especial no artigo 12, que especifica que a classificação indicativa tem como eixos temáticos os conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo 1º que o grau de incidência dos critérios temáticos nos eixos definidos no caput deste artigo, determinará as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos dos Guias Práticos da Classificação Indicativa. Além, disto, baseia-se, ainda, no fato de que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 22, § 1º, inciso III);

d) Sopesados os atenuantes e agravantes aplicados a algumas dessas tendências, em especial ao estigma ou preconceito, que é agravado por frequência e relevância e atenuado apenas parcialmente por contraponto, opta-se por manter a classificação indicativa de "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

e) As informações completas sobre a análise encontram-se disponíveis na NOTA TÉCNICA Nº 32/2024/CPCIND/SENAJUS/MJ;

Desta forma, indefere-se o pedido de reconsideração, mantendo-se a classificação indicativa da obra como "não recomendado para menores de 12 (doze) anos", por conter violência, conteúdo sexual e drogas lícitas, em razão da aplicação dos critérios atuais explicitados no Guia Prático de Audiovisual.

Recomenda-se a exibição da obra após as 20 (vinte) horas, quando exibida em televisão aberta.

A decisão é válida para a obra na íntegra e para qualquer versão derivada que venha a ser exibida.

EDUARDO DE ARAUJO NEPOMUCENO
Coordenador

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 24 DE ABRIL DE 2024(*)

Define diretrizes e recomendações referentes à assistência socio-espiritual e à liberdade religiosa das pessoas privadas de liberdade.

O Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 64, I, da Lei nº 7.210/84 e o art. 69 do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), dentre outras atribuições, nos termos do art. 64 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal - LEP), "I - propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança; II contribuir na elaboração de planos nacionais, sugerindo metas e prioridades da política criminal e penitenciária, [...] V - elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor, [...] VIII - inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais, bem assim informar-se, mediante relatórios do Conselho Penitenciário, requisições, visitas ou outros meios, acerca do desenvolvimento da execução penal nos Estados, Territórios e Distrito Federal, propondo às autoridades dela incumbida as medidas necessárias ao seu aprimoramento";

CONSIDERANDO que a Constituição da República estabelece que o Brasil é um Estado laico, assegurando a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, o livre exercício de cultos religiosos e a prestação de assistência religiosa nos espaços de privação de liberdade;

CONSIDERANDO ainda o disposto no Art. 19 da CF, que dispõe: "Art. 19 - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.";

CONSIDERANDO que a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas prevê, em seu artigo XVIII, que toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, e que esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença, de manifestar sua crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular;

CONSIDERANDO que as Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, assim como a Resolução nº 8, de 9 de novembro de 2011 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, preveem a assistência religiosa em estabelecimentos penais, com liberdade de culto e a participação nos serviços organizados pelo estabelecimento penal, assegurando a presença de representantes religiosos, com autorização para organizar serviços litúrgicos e fazer visita pastoral a adeptos de sua religião;

CONSIDERANDO que as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, ou Regras de Bangkok, em suas Regras 54 e 55, declaram que as mulheres presas têm diferentes tradições religiosas e culturais e devem ser respeitadas, devendo as autoridades prisionais oferecer programas e serviços abrangentes que incluam essas necessidades, em consulta com as próprias presas e os grupos pertinentes;

CONSIDERANDO que a Declaração Interamericana de Direitos Humanos ao estabelecer "Princípios e Boas Práticas", em seu Inc. XV declara: "As pessoas privadas de liberdade terão liberdade de consciência e de religião, inclusive a professar, manifestar, praticar e conservar sua religião, ou mudar de religião, segundo sua crença [...];

CONSIDERANDO que a Lei Nº 7.210, Lei de Execução Penal (LEP) prevê a assistência religiosa aos presos, bem como a liberdade de culto, sendo-lhes garantida a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal;

CONSIDERANDO que Lei Nº 9.982 de 14 de julho de 2000, dispõe sobre a prestação de assistência religiosa em estabelecimentos prisionais;

CONSIDERANDO que a Resolução CNPCP Nº 08 de 09 de novembro de 2011 no seu Art. 1º, IN IV apresenta como princípio que "à pessoa presa será assegurado o direito à expressão de sua consciência, filosofia ou prática de sua religião de forma individual ou coletiva, devendo ser respeitada sua vontade de participação, ou de abster-se de participar de atividades de cunho religioso";

CONSIDERANDO a Resolução nº 287, de 25 de junho de 2019 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a Resolução nº 405, de 06 de julho de 2021 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade, inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica e confere diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 119, de 28 de outubro de 2021 do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda a adoção de procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para a garantia dos direitos à assistência e diversidade religiosa em suas mais diversas matrizes e à liberdade de crença nas unidades de privação e restrição de liberdade;

resolve fixar diretrizes mínimas e recomendações referentes à assistência socio-espiritual às pessoas privadas de liberdade no Brasil.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E GARANTIAS

Art. 1º Os direitos fundamentais de liberdade de consciência, de crença e de expressão serão garantidos à pessoa privada de liberdade, observadas as seguintes garantias:

I - será assegurado o direito de professar qualquer religião ou crença, bem como, o exercício da liberdade de consciência aos ateus e agnósticos e adeptos de filosofias não religiosas;

II - será assegurada a atuação de diferentes grupos religiosos em igualdade de condições, majoritárias ou minoritárias, vedado o proselitismo religioso e qualquer forma de discriminação, de estigmatização e de racismo religioso;

III - a assistência socio-espiritual não será instrumentalizada para fins de disciplina, correcionais ou para estabelecer qualquer tipo de regalia, benefício ou privilégio, e será garantida mesmo à pessoa privada de liberdade submetida a sanção disciplinar, regime disciplinar diferenciado e/ou em cumprimento de pena em unidade prisional federal;

IV - à assistência socio-espiritual será garantida atuação de caráter humanitário, respeitando esse elemento como fundamental às diversas religiões;

V - à pessoa privada de liberdade será assegurado o direito à expressão de sua consciência, filosofia ou prática de sua religião de forma individual ou coletiva, devendo ser respeitada a sua vontade de participar ou de se abster das atividades de cunho religioso;

VI - será garantido à pessoa privada de liberdade o direito de mudar de religião, consciência ou filosofia a qualquer tempo, sem prejuízo da sua situação de privação de liberdade;

VII - dentro dos limites legais, o conteúdo da prática religiosa deverá ser definido pelo grupo religioso e pelas pessoas privadas de liberdade, garantindo-se que as especificidades de cada religião ou crença sejam consideradas; há de respeitar-se, portanto, a latitude legal, integralidade e diversidade de cada religião ou crença, sendo que sob nenhuma hipótese poderá haver interferência estatal no respectivo conteúdo;

VIII - será assegurado aos representantes religiosos das instituições religiosas o acesso a todos os estabelecimentos de privação de liberdade dentro território nacional.

Art. 2º É assegurado ao preso o respeito à sua individualidade, entendendo o caráter multifacetário das dimensões humanas, sem perder sua particularidade, assegurado o respeito a escolha da religião de sua preferência, bem como a mudar de religião ou filosofia não religiosa, ou ainda não professar nenhuma religião.

Parágrafo único. Nenhuma pessoa em privação de liberdade poderá ser obrigada a aderir a determinada linha religiosa como requisito para transferência, admissão ou permanência em espaço de privação de liberdade.

Art. 3º Cumpre à Secretaria de Administração Penitenciária garantir ao interno acesso a assistência socio-espiritual, sem interferência dogmática ou litúrgica dos representantes estatais, assegurada a total liberdade de ensino de cada segmento ou confissão de fé desde que dentro dos limites legais.

Art. 4º É vedada:

I - a participação de servidor público empregado privado ou profissional liberal como voluntário religioso nos espaços de privação de liberdade em que tenha atuação profissional direta;

II - a interferência de agentes de forças de segurança do sistema prisional, públicos ou privados, no conteúdo da prática religiosa;

III - a suspensão do ingresso de representantes religiosos/as por decisão unilateral da administração do espaço de privação de liberdade, sendo necessária a oitiva do responsável pela organização religiosa, assegurando-se o direito de defesa e o amplo contraditório;

IV - a suspensão da organização religiosa por decisão unilateral da administração do estabelecimento de privação de liberdade;

V - a suspensão do ingresso de representantes religiosos/as por motivos vinculados à expressão de sua religião ou ao viés humanitário da assistência socio-espiritual, estando a discriminação sujeita à responsabilização pela Lei nº 13.869/2019 e, no que tange às religiões de matrizes africanas, aos crimes previstos na Lei nº 7.716/1989;

VI - a submissão dos voluntários religiosos à revista vexatória, sendo que, na falta de equipamentos adequados para eletrônica, estes deverão ser submetidos à mesma metodologia adotada para o ingresso dos demais servidores da unidade prisional;

VII - a obrigatoriedade de roupa específica a ser utilizada pelos representantes religiosos/as, salvo a hipótese de a roupa coincidir com a cor utilizada pelas pessoas presas e/ou dos/as agentes de forças de segurança do Estado;

VIII - o impedimento de ingresso e permanência no estabelecimento de privação de liberdade devido a roupas características da religião ou crença dos/as representantes religiosos/as;

IX - a comercialização de itens religiosos ou o pagamento de contribuições religiosas das pessoas privadas de liberdade às instituições religiosas nos espaços de privação de liberdade.

CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA SOCIO-ESPIRITUAL

Art. 5º A assistência socio-espiritual constitui-se de:

I - trabalho de assistência espiritual;

II - aconselhamento coletivo ou individual;

III - oração e estudo;

IV - ministração de prática litúrgica e ritualística dos mais diversos segmentos religiosos, desde que não implique risco à segurança e à saúde dos custodiados;

V - evento previamente planejado e ajustado junto à direção do estabelecimento de privação de liberdade, que poderá, em situações e datas especificas, contar com a participação de familiares;

VI - projetos culturais, educacionais e sociais vinculados à assistência socio-espiritual, os quais deverão ser previamente apreciados pela Secretaria de Administração Penitenciária, para análise da observância das normais institucionais.

Art. 6º A administração do espaço de privação de liberdade deverá garantir meios para que se realize o atendimento pessoal privado ou coletivo da pessoa privada de liberdade com os/as representantes religiosos/as, cabendo-lhe observar, dentre tais deveres, que:

I - será garantido o sigilo do atendimento socio-espiritual e humanitário;

II - será garantida a entrada de materiais de cunho religioso necessários à continuidade ou aprofundamentos dos ensinamentos de cada segmento religioso;

III - quanto às pessoas indígenas, estrangeiras, de religiões de matrizes africanas ou de religiões minoritárias, em privação de liberdade, seus rituais, orações e dietas devem ser observados e respeitados desde que não comprometam a segurança e a saúde das pessoas.

Art. 7º A pessoa em privação de liberdade poderá ter consigo livros de prática e de ensino de sua confissão.

Art. 8º A direção do estabelecimento de privação de liberdade deverá disponibilizar os espaços de assistência socio-espiritual com os equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades, tais como som, instrumentos musicais, microfone, data show e etc, caso não disponha de equipamento da própria unidade, poderá ser autorizado o ingresso de tais equipamentos, sem prejuízo dos protocolos de segurança interna.

Art. 9º Em situações específicas, a direção do estabelecimento de privação de liberdade poderá autorizar o registro fotográfico e audiovisual de eventos e celebrações, ou projeção de filmagens, desde que previamente agendado, cabendo à direção designar servidor(es) para acompanhamento dos registros e projeção.

§ 1º A direção do estabelecimento de privação de liberdade deve ser informada previamente acerca dos equipamentos que serão utilizados, para que a devida autorização seja disponibilizada aos interessados e afixada na portaria do estabelecimento.

§ 2º A liberação das imagens produzidas para utilização do responsável pelo grupo religioso será procedida mediante termos de autorização dos internos participantes do evento e prévia avaliação da direção do estabelecimento de privação de liberdade.

Art. 10 A direção do estabelecimento de privação de liberdade poderá autorizar a realização da assistência socio-espiritual em período noturno, desde que compatível com a segurança do estabelecimento e das pessoas.

CAPÍTULO III

DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Art. 11 São deveres das organizações que prestam assistência socio-espiritual, bem como de seus representantes:

I - agir de forma cooperativa com as demais organizações religiosas;

II - informar-se e cumprir os procedimentos normativos previstos nesta Resolução;

III - comunicar, sempre que possível, à administração do espaço de privação de liberdade sobre eventual impossibilidade de realização da atividade socio-espiritual, a fim da unidade penitenciária reprogramar suas atividades.

IV- seguir as orientações com relação às normas e procedimentos de segurança estabelecidas pela Secretaria de Administração Penitenciária, conforme regime de cada espaço de privação de liberdade;

V- manter os voluntários atualizados sobre as orientações procedentes da Secretaria de Administração Penitenciária;

Art. 12 As instituições religiosas que desejem prestar assistência socio-espiritual e humanitária às pessoas presas deverão ser legalmente constituídas, por pelo menos 1 (um) ano, resguardadas as exceções previstas no §3º deste artigo.

§ 1º As instituições religiosas deverão se cadastrar na Secretaria de Administração Penitenciária.

§ 2º Para o cadastro das instituições religiosas referidas no parágrafo anterior, deverão ser apresentados junto com requerimento de cadastro os seguintes documentos ao órgão estatal responsável:

a) requerimento do dirigente da organização ou de seu representante competente oumajoritário, acompanhado de cópia do documento de identidade pessoal, do tipo RG ou RNE (Registro Nacional de Estrangeiro), do CPF e Título de Eleitor, se for o caso;

b) cópia autenticada dos estatutos sociais, da ata de eleição da última diretoria ou de carta assinada pelo/a dirigente da organização;

c) cópia do comprovante de endereço atualizado da organização.

§3º As religiões de tradição oral, dentre elas as matrizes africanas e as religiões dos povos originários, bem como outros segmentos análogos, quando não possuidores dos documentos a que se refere o inciso b) do §2o do presente artigo, poderão comprovar sua constituição e regularidade por meio de declaração prestada pelo representante religioso, mediante formulário próprio, cabendo à administração, caso julgue necessário, a verificação in loco dos dados fornecidos.

§4º A renovação do cadastro deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias, para menos ou para mais da data de validade, ficando neste período garantida a continuidade dos trabalhos independentemente na análise dos documentos, a tempo e modo, pelo órgão competente.

§5º Os órgãos competentes devem deliberar sobre o cadastro e renovação das organizações no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a partir da data da solicitação.

CAPÍTULO IV

DO VOLUNTÁRIO RELIGIOSO

Art. 13 A assistência socio-espiritual será prestada por agentes voluntários ligados a instituições religiosas previamente cadastradas junto a Secretaria de Administração Penitenciária, sendo seu representante legal o responsável pela indicação do voluntário.

Art. 14 São requisitos indispensáveis ao credenciamento do agente voluntário:

I- apresentar conduta ilibada, ética e moral, de acordo com a documentação exigida no cadastramento;

II- não possuir familiares ou parentes de até segundo grau presos na unidade prisional na qual pretenda realizar a atividade religiosa;

III- ser credenciado pela entidade religiosa a que pertence;

IV- ser maior de 18 anos e residente no país;

V- se egresso prisional, ter decorrido período suficiente para depuração da pena cumprida, mediante certidão de extinção de punibilidade.

Art. 15 O credenciamento do agente voluntário deverá ser solicitado mediante requerimento ao estabelecimento de privação de liberdade, subscrito pelo dirigente da organização religiosa previamente cadastrada nos termos do art. 12, § 1º desta Resolução:

a) cópia do documento de identidade pessoal do tipo RG ou RNE, se for o caso;

b) cópia do Cadastro de Pessoa Física;

c) 2 (duas) fotos no formato 3x4, impressas ou digitalizadas;

d) declaração por escrito, assinada pelo dirigente da organização religiosa, atestando que o/a representante é membro da instituição.

§ 1º A aprovação do cadastro do voluntário da atividade socio-espiritual no espaço de privação de liberdade dependerá de prévia análise e aprovação da Secretaria de Administração Penitenciária.

§ 2º Cumprido os requisitos para efetivação da assistência socio-espiritual, o candidato receberá tratamento isonômico dado aos demais voluntários sem qualquer discriminação.

§ 3º O voluntário religioso atuante que passar a ter algum familiar ou parente preso, deverá informar à direção do estabelecimento de privação de liberdade, a fim de prestar a assistência socio-espiritual em unidade distinta daquela em que o respectivo parente esteja custodiado.

§4º Não será exigida formação teológica ou em áreas correlatas.

§ 5º Do indeferimento do cadastro do voluntário religioso caberá requerimento para revisão da decisão dirigido ao Secretário de Administração Prisional.

CAPÍTULO V

DO ESPAÇO FÍSICO APROPRIADO

Art. 16 As Unidades Prisionais a serem construídas deverão contemplar espaços apropriados e exclusivos para as atividades da assistência socio-espiritual isento de símbolos, características ou customização que classifique ou indique qualquer religião específica, assim como as unidades existentes devem disponibilizar espaços afins, observando o princípio da neutralidade religiosa do Estado.

§ 1º Durante a atividade de cada segmento religioso, será garantido a liberdade de culto com uso de símbolos, ritos, liturgias e objetos religiosos, salvo itens que comprovadamente ofereçam risco à segurança e saúde.

§ 2º A definição dos itens que oferecem risco à segurança e saúde será feita pela Secretaria de Administração Penitenciária, que deverá demonstrar a absoluta necessidade da medida e a inexistência de meio alternativo para atingir o mesmo fim.

§ 3º Caberá à administração penitenciária a adequação, aparelhamento e manutenção dos espaços destinado à assistência socio-espiritual, admitindo-se para este fim, doações por parte das instituições religiosas desde que, de forma definitiva, documentada em termo próprio, e para uso comum de todas as instituições que prestem assistência na unidade.

§ 4º Onde não houver local apropriado para as atividades socio-espirituais, a Direção do espaço de privação de liberdade deverá providenciar ou adequar meios alternativos para este fim.

§ 5º Será assegurado o ingresso de representantes religiosos aos locais de culto, aos locais e confissão religiosa ou atendimento espiritual, bem como aos locais onde houver pessoas em cumprimento de faltas disciplinares ou regime disciplinar diferenciado - RDD, sempre que não for possível ou recomendável o deslocamento dessas pessoas ao local de culto religioso.

CAPITULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Art. 17 São deveres dos Espaços de Privação de Liberdade:

I - realizar busca ativa da preferência religiosa do preso no momento do acolhimento visando promover a garantia da assistência das religiões existentes, sejam majoritárias ou minoritárias;

II - realizar a busca ativa dos seguimentos religiosos, aos quais haja manifestação de preferência por parte da pessoa privada de liberdade e que porventura não tenham representação no ambiente de privação de liberdade.

III- garantir que o grupo religioso acesse o local destinado às atividades socio-espirituais no horário agendado, evitando expor os voluntários à risco ou a espera prolongada e às más condições climáticas;

IV- definir espaço adequado para realização das atividades socio-espirituais, bem como providenciar a estrutura de apoio, como materiais e equipamentos necessários para a realização das celebrações ou eventos;

V- autorizar, caso o espaço de privação de liberdade não possua, a entrada de materiais e equipamentos necessários para realizar as atividades de assistência socio espiritual, por escrito, em duas vias, mantendo uma via afixada na portaria de acesso do espaço de privação de liberdade, ou outro canal interno, e a outra sendo entregue ao coordenador do grupo;

VI- assegurar às pessoas privadas de liberdade o acesso e permanência na realização das atividades socio-espirituais, sem interferência e sem interrupção antes do tempo formalmente previsto até o encerramento das atividades, salvo quando for estritamente necessário;

VII - garantir todas as medidas relativas à segurança dos membros dos grupos religiosos que adentram ao estabelecimento de privação de liberdade para a realização das atividades previstas;

VIII - comunicar em tempo hábil aos coordenadores dos grupos religiosos a respeito da necessidade de cancelamento eventual das atividades, em situações internas que implique em risco à segurança, a fim de evitar deslocamentos desnecessários;

IX - manter atualizados e acessíveis os dados e as informações das atividades dos grupos religiosos no estabelecimento de privação de liberdade, para subsidiar o monitoramento realizado pela Secretaria de Administração Penitenciária;

X - comunicar por escrito a Secretaria de Administração Penitenciária intercorrências relacionadas ao voluntário ou grupo religioso, que prejudiquem o desenvolvimento do serviço e na rotina da unidade;

Art. 18 A Secretaria de Administração Penitenciária deverá definir qual órgão de sua estrutura administrativa será responsável pelo cadastramento das instituições religiosas, e pela apreciação dos requerimentos de revisão do indeferimento do cadastro do voluntário religioso junto aos estabelecimentos de privação de liberdade.

§ 1º Deverá ainda assessorar a gestão prisional nas questões de assistência religiosa, bem como recomendar ações para o melhor desempenho do atendimento religioso nos estabelecimentos de privação de liberdade, e oferecer informação e formação

aos profissionais do sistema prisional, com o objetivo de qualificar e promover a compreensão do servidor sobre o direito a assistência socio-espiritual, seu escopo na política criminal e sua inviolabilidade prevista na Constituição Federal e demais legislações.

2º As escolas penitenciárias ou entidades similares deverão adaptar a matriz curricular dos cursos de formação quanto aos temas desta Resolução, bem como a legislação afeta ao tema, no prazo de um ano, a fim de contemplar a fundamentação jurídica do direito a assistência religiosa.

CAPITULO VII

DAS RECOMENDAÇÕES AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PENAL

Art. 19. As Secretarias de Administração Penitenciária, devem assegurar a prestação de assistências socio-espiritual, por meio das seguintes ações, sem prejuízo das ações já existentes:

I - oferecer informação e formação aos profissionais do sistema sobre as necessidades específicas relacionadas às religiões, consciência e filosofia, bem como suas respectivas práticas, incluindo rituais, objetos, datas sagradas e comemorativas, períodos de oração, higiene, alimentação e a assistência humanitária, para promover a garantia da assistência socio-espiritual de maneira laica, vedado o proselitismo religioso por parte dos agentes do estado, garantindo-se a livre escolha de cada indivíduo;

II - incluir nas grades curriculares dos cursos de formação de pessoal, onde ainda não exista, legislação sobre assistência religiosa em ambiente penitenciário.

III - manter cadastro atualizado de organizações e de seus representantes devidamente instituídos;

IV - atualizar seus regimentos internos de forma a contemplar nas rotinas os dias específicos em que deve haver assistência religiosa (ou socio-espiritual), bem como os locais em que deve ocorrer, os horários, os requisitos, as regras de segurança a serem observadas, e demais disposições pertinentes;

V - promoção de diálogo com os representantes religiosos, conselhos religiosos de todos os segmentos disponíveis, visando compreender as dificuldades e encontrar soluções para; a falta de espaços físicos adequados, a quantidade reduzida de ministros voluntários ou contratados, o baixo quantitativo de servidores, dentre outros fatores, a fim de que tais circunstancias não causem o cerceamento do direito a assistência socio-espiritual;

VI - que promovam estratégias efetivas para cumprimento da presente resolução.

Art. 20. Recomendar à Secretaria Nacional de Políticas Penitenciárias, que:

I - promova ciclos de debate, pelo menos uma vez ao ano (simpósios, workshops, seminários) sobre compartilhamento de boas práticas de assistência religiosa em unidades prisionais;

II - apliquem as recomendações constantes dos itens desta resolução, ao Sistema Penitenciário Federal;

III - inclua na matriz curricular dos servidores penitenciários, por meio da Escola Nacional de Serviços Penais, matéria referente à legislação sobre assistência religiosa nos espaços de privação de liberdade;

IV- repasse recurso financeiro aos entes federados para estruturação e adequação dos espaços destinados a realização da assistência socio-espiritual;

V - realize pesquisas, estudos e produção de informação, direcionados aos sistemas prisionais Estaduais e Federal, e promova estratégias efetivas para o cumprimento da presente resolução.

CAPITULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. A suspensão do ingresso de representantes religiosos por decisão da administração penitenciária deverá ser comunicada com antecedência de 24 horas e só pode ocorrer por motivo justificado, devendo em qualquer caso ser fundamentada e registrada por escrito, dando- se ciência aos interessados.

Parágrafo Único. Da suspensão de ingresso caberá requerimento para revisão da decisão dirigido ao Secretário de Administração Prisional.

Art. 22. Será permitida a doação de itens às pessoas presas por parte das instituições religiosas, desde que respeitadas as regras do estabelecimento prisional quanto ao procedimento de entrega e de itens autorizados.

Art. 23. Contra as decisões administrativas decorrentes desta resolução, aplica-se o procedimento judicial previsto nos artigos 194 e seguintes da LEP.

Art. 24. Revoga-se a Resolução CNPCP Nº 08 de 09 de novembro de 2011.

Art. 25. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA NUNES NAVES
Presidente do GT de Assistência Religiosa

BRUNO CÉSAR GONÇALVES DA SILVA
Relator

DIEGO MANTOVANELI DO MONTE
Membro

EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES
Membro

GRAZIELA PARO CAPONI
Membro

PATRÍCIA VILLELA MARINO
Membro

DOUGLAS DE MELO MARTINS
Presidente do Conselho

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 82, de 29-4-2024, Seção 1, pág. 212, com incorreção do original.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 471, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Ato de Concentração nº 08700.002474/2024-96. Requerentes: Alliança Saúde e Participações S.A. e Unimed Nacional - Cooperativa Central. Advogados: Eduardo Caminati, Marcio Bueno e Tatiane Zichi. Decido pela aprovação sem restrições.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHOS DE 2 DE MAIO DE 2024

Nº 475 - Ato de Concentração nº 08700.002448/2024-68. Requerentes: Bioenergia Barra Ltda., Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Santo Ivo Energética S.A. Advogados: Denise Junqueira, Maíra Isabel Saldanha Rodrigues, Felipe Carvalho Eleutério de Lima, Maria Eugênia Novis e Pedro Martins Zuffo. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 478 - Ato de Concentração nº 08700.002257/2024-04. Requerentes: Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e América Gestão Serviços em Energia S.A. Advogados: Ademir Antonio Pereira Jr., Yan Villela Vieira e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 479 - Ato de Concentração nº 08700.002493/2024-12. Requerentes: Laticínios Porto Alegre Indústria e Comércio S.A. e Trop Frutas do Brasil Ltda. Advogados: Joyce Honda, Thales Lemos, Arthur Guarani Moreira, Sérgio Varella Bruna, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Marina Lissa Oda Horita. Decido pela aprovação sem restrições.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHO Nº 476, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo Administrativo nº 08700.000448/2015-32 (Apartado de Acesso restrito nº 08700.000449/2015-87)
Representante: Cade ex officio
Representados: Agenor Marinho Contente Filho, Alexander Bitsch Flegel, Alvaro Colomer Castelhano, Ana Giros Calpe, Antoine Riviere Giros, Antonio Oporto, Barry Howe, Begoña Garcia Vázquez, Bertrand Delpierre, Bertrand Lenne, Cesar Ponce de Leon Canalejas, Denis Girault, Dirk Schönberger, Edson Faria Assini, Edyval Antônio Campanelli Junior, Félix Fernández Lopetegui, Fernando Arizmendi Poignon, Friedrich Smaxwill, Geraldo Phillipe Hertz Filho, German Corcho Garcia, Haroldo Oliveira de Carvalho, Herbert Hans Steffen, Ibon Garcia Neill, Iñigo Celigüeta Azurmendi, Jean Marc de Reviere, Jose Alcaide Moreno, Juan Maria Iniguez, Katharine Edge, Laurent Alain Lumbroso, Lothar Dill, Ludwig Scheele, Luis Enrique Giralt Gardezabal, Michael Kerling, Michele Viale Giros, Miguel Sagarra Conde, Patrick Houlgatte, Peter Rathgeber, Robert Huber Weber, Rodolfo Sergio Canas, Serge Van Themsche, Stephanie Brun-Brunet, Thibault Desteract, Dong Ik Woo, Xavier Boisgontier, Yves Robert Alfred Antonini e Adtranz Sistemas Eletromecânicos Ltda.
Advogados(as): Tercio Sampaio Ferraz Junior, Aline Gonçalves de Souza, Eduardo Molan Gaban, Ana Cristina Gomes, Rosane Rosolen de Azevedo Ribeiro, Miguel Pereira Neto, Victor Castro Velloso, José Carlos Magalhães Teixeira Filho, Maria Isabel Stradiotto de Moraes Ribeiro Sampaio, Batuira Rogerio Meneghesso Lino, Fabio Francisco Beraldi, Roberto Lourenço Belluzzo e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 23/2024/CGAA8/SGA2/SG/CADE (SEI 1381303) e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica, que (i) seja excluído do polo passivo do presente Processo Administrativo o Representado Amador Francisco Rodriguez Peñin, por já ter sido julgado no Processo Originário; e (ii) seja publicado edital de notificação dos Representados Alexander Bitsch Flegel, Antoine Riviere Giros, Begoña García Vázquez, Denis Girault, Dirk Schönberger, Friedrich Smaxwill, German Corcho Garcia, Herbert Hans Steffen, Katharine Edge, Lothar Dill, Ludwig Scheele, Michael Kerling, Michele Viale Giros, Miguel Sagarra Conde, Patrick Houlgatte, Peter Rathgeber, Robert Huber Weber, Rodolfo Sergio Canas, Thibault Desteract e Dong Ik Woo, nos termos abaixo, no Diário Oficial da União, na rede mundial de computadores (no sítio eletrônico desta autoridade antitruste) e em jornal de grande circulação nacional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da emissão da Certidão de nº SEI 1171910. Ademais, fiquem os Representados cientificados da notificação por edital acima, bem como de que: (i) a notificação por edital reger-se-á pelas regras previstas no artigo 70, §2º, da Lei nº 12.529/11 e nos artigos 56, VI, §§ 2º e 3º, e 58, I, II e III, e §§ 1º, 2º e 3º, todos do Regimento Interno do Cade e, subsidiariamente, pelo disposto na legislação processual civil, diante da previsão do artigo 115 da Lei nº 12.529/11; e (ii) o prazo de defesa será comum de 30 (trinta) dias, contados em dobro, e, nos termos do artigo 70 da Lei nº 12.529/2011 e do artigo 151, parágrafo único, do Regimento Interno do Cade, a partir do fim do prazo de validade do edital, de 30 (trinta) dias, sendo que esse último prazo é contado a partir da publicação do edital de notificação dos referidos Representados em jornal de grande circulação nacional. Decido, além disso, por considerar validamente notificados todos os demais Representados do polo passivo do presente Processo Administrativo. Decido, por fim, em face do Despacho Ordinatório CGAA8 1381130, que seja conferido acesso a todos os Representados, mediante solicitação de seus representantes legais, ao Apartado de Acesso Restrito nº 08700.011938/2014-83, contendo as provas decorrentes de diligência de busca e apreensão, realizada em 04 de julho de 2013. Ao Protocolo, para providenciar: (i) a afixação do edital no Setor de Protocolo do Cade, desta data até findo o prazo de defesa; (ii) a juntada, aos autos, dos exemplares das publicações do edital.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHO Nº 481, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo Administrativo nº 08700.003237/2017-13 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.003258/2017-39)
Representante: Cade ex officio.
Representados: Andrade Gutierrez Engenharia S.A.; COHIDRO - Consultoria, Estudos e Projetos S/C Ltda.; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.; Construtora Barbosa Mello S/A; Construtora Marquise S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A.; CR Almeida S/A - Engenharia de Obras; Empresa Industrial Técnica S.A.; Empresa Sul Americana de Montagens S/A; Galvão Engenharia S.A.; Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.; PB Construções Ltda.; Salgueiro Construções S.A.; S/A Paulista de Construções e Comércio Ltda.; Somague Engenharia S.A. do Brasil; Techint Engenharia e Construção S.A.; Via Engenharia S.A.; Alexandre Berwerth Pereira; Alfredo Moreira Filho; Alírio Eduardo Góes de Oliveira; Aloysio Braga Cardoso da Silva; André Bezerra de Melo Coutinho; Antônio Kelson Elias Filho; Ariel Parente Costa; Aristarco Barbosa Sobreira; Augusto Nogueira da Silva; Carlos Fernando do Vale Angeiras; Dário de Queiroz Galvão; Deusdedit da Cruz Melo; Edmir Madeira Cardoso; Fabiano Rodrigues Munhoz; Gilmar Pereira Campos; Glauer Peixoto Nogueira; Humberto de Mendonça Melo; Ide Saffe Júnior; Jerônimo Leoni Leandro Lima; João Antônio Pacífico Ferreira; Jorge Henrique Marques Valença; José Leite Maranhão Neto; José Marlon Souza Serafim; José Nogueira Filho; Leonardo Miranda; Marconi José Leite Vieira; Marcus Vinícius Nogueira Borges; Mário de Queiroz Galvão; Nivaldo Lira Castro; Paulo Falcão Correa Lima Filho; Ricardo Cordeiro de Toledo; Ricardo José Santa Cecília Corrêa; Ricardo Ourique Marques; Rui Novais Dias; Sérgio Aguiar Montezuma de Carvalho; e Wellington Coimbra Lou.
Advogados: Alexandre Fonseca Calixto; Ana Paula Martinez; Ana Valéria Nascimento Fernandes; Antonio Fernando Mancini; Camila Cunha Pinheiro Poço; Camillo Giamundo; Celso Fernandes Campilongo; Clovis Ricardo Caldas da Silveira Mapurunga; Conrado Donati Antunes; Dayane Garcia Lopes; Diego Herrera Alves de Moraes; Edson Alves da Silva; Eduardo Caminati Anders; Elaine Ferreira Santos Mancini; Eliana Ramalho Campilongo; Emilio Carlos Afonso Botelho; Eric Hadmann Jasper; Felipe Brandão André; Fernanda de Carvalho Brasiel Grau; Fernanda Rocha David; Flavio Antonio Esteves Galdino; Francisco Evandro Paz; Gauthama Carlos Colagrande Fornaciari de Paula; Giuseppe Giamundo Neto; Guilherme Teixeira Pereira; Herman Ted Barbosa; Janaina Chelotti; João Daniel Rassi; José Humberto Bruno; Joyce Midori Honda; Leonor Augusta Giovine Cordovil; Lise Reis Batista de Albuquerque; Luiz Filipe Couto Dutra; Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra; Luiz Guilherme Ros; Marcelo Procopio Calliari; Marcos Drumond Malvar; Marcus Vinicius Labre Lemos de Freitas; Marlus Santos Alves; Mauro Grinberg; Paolo Zupo Mazzucato; Patricia

Bandouk Carvalho; Pedro Sergio Costa Zanotta; Philippe Ambrosio Castro e Silva; Ricardo Barros Mero; Ricardo Lara Gaillard; Ruy Barbosa Fernandes; Sarah Fernandes Curvino; Ticiana Nogueira da Cruz Lima; e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 22/2024/CGAA7/SGA2/SG/CADE (SEI 1382071) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido pela(o): (i) o deferimento do pedido de reagendamento da oitiva de testemunha, conforme detalhado nos tópicos II.1 e II.2 da referida Nota Técnica; (ii) a intimação de todos os Representados acerca da atualização do calendário da produção da prova oral no âmbito do presente Processo Administrativo consoante apresentado no tópico II.2 da referida Nota Técnica; (iii) a intimação dos Representados e seus respectivos Advogados acerca da juntada da Certidão SEI 1382060 ao Apartado de Acesso Restrito aos Representados nº 08700.003258/2017-39, contendo os links e orientações para acesso e participação nas audiências virtuais de oitivas testemunhais e colheita de depoimentos pessoais, por meio da plataforma Zoom, a serem realizadas neste Processo Administrativo.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente-Geral
Substituta

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

ATA DA 305ª SESSÃO ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Dia: 30/04/2024
Hora: 17 horas

A distribuição será realizada em blocos, de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros, excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente, até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária, nos termos do §1º, artigo 36 do Regimento Interno do Cade. Nas sessões ordinárias de distribuição 302ª a 305ª foram sorteados a Conselheira Camila Cabral Alves, o Conselheiro Victor Olivera Fernandes, o Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima, duas vezes o Conselheiro José Levi Mello do Amaral Júnior, três vezes o Conselheiro Carlos Jacques Vieira e três vezes o Conselheiro Diogo Thomson de Andrade.

Considerando a média de nove processos em estoque nos Gabinetes ocupados e o estoque vazio nos Gabinetes assumidos pelos novos Conselheiros. E observando o princípio da eficiência na Administração Pública e da busca pelo estoque mínimo dos novos Conselheiros, realiza-se mecanismo de compensação na distribuição de processos, nos termos do §2º do art. 36 do Regimento Interno do Cade, de maneira que o nome dos Conselheiros Diogo Thomson de Andrade, Camila Cabral Pires Alves; Carlos Jacques Vieira Gomes e José Levi Mello do Amaral Júnior terá peso três, ou seja, três vezes mais chances de ser sorteado, e à medida que forem sorteados serão excluídos do bloco de distribuição, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 36 do Regimento Interno do Cade, havendo retorno de todos os nomes quando houver um único Conselheiro a ser sorteado.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

1. Ato de Concentração nº 08700.002034/2024-39

Requerentes: Riva Incorporadora S.A. e Carrefour Comércio e Indústria Ltda.

Advogados: Luiz Eduardo Salles, Lucas Mandelbaum Bianchini, Ana Clara Appolinário de Almeida e Marco Chung.

Relatora: Camila Cabral Pires Alves

2. Processo Administrativo nº 08700.005876/2019-85

Representante: Secretaria de Estado da Educação - Governo do Estado de São Paulo.

Representados: Representadas: Auto Viação Jauense Ltda., Mayfran Locação de Veículos e Transportes Ltda., New Hope Terceirização e Transportes Catanduva Ltda. (anteriormente Nova Esperança Locadora de Veículos Ltda.) e Viação Sudeste EIRELI (anteriormente Bruno Verdini - Jau ME).

Advogados: Bruno de Luca Drago, Marcionilio Flor Pereira e outros.

Relatora: Camila Cabral Pires Alves

Considerando que no bloco anterior restou somente uma opção, foi iniciado novo bloco com o nome de todos os Conselheiros. Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

3. Processo Administrativo nº 08700.004404/2016-62

Representante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPE/RS).

Representados: Agro Industrial Nova Bréscia Ltda.; ASM Comércio de Subprodutos de Origem Animal Ltda. - EPP; ASM Comércio e Coleta de Ossos Ltda. - ME; Farol Indústria e Comércio S/A; Fasa América Latina Participações Societárias S.A.; Faros Indústria de Farinha de Ossos Ltda.; Faros Transportes e Comércio Ltda.; Frigorífico Cason Ltda.; Fuga Couros S.A.; Sebo Mariense Ltda.; Sefar - Indústria e Comércio de Farinha e Sebo Ltda.; Ademir Benetti; Cristiano Theisen; Edson Argenton; Evandro Dalchiavon; Gelson Fernando Titton; Gemiro Cason; Iedo Claudino Fuga; João Luiz Petter; Luis Eduardo Fuga; Mauro Pedro Wagner; e Silvia Danubia Martini Flores Souza.

Advogados: Luís Renato Diel, Marlon Thurman Gonçalves, Eduardo Caminati Anders, Marcio de Carvalho Silveira Bueno, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Vicente Bagnoli, Douglas Telpis Ferrante, Alexandre Augusto Reis Bastos, Rachel Pinheiro de Andrade Mendonça, Renato Donadio Munhoz, Franklin Rodrigues da Costa, Marcelo Ramos Peregrino Ferreira, Rafael Barreto Bornhausen, Lauro Cavallazzi Zimmer e outros.

Relator: José Levi Mello do Amaral Júnior

4. Processo Administrativo nº 08700.000211/2015-51

Representante: Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (SINDICOM).

Representados: Sindicato das Empresas Transportadoras de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais/MG (Sindtanque/MG); Irani da Silva Gomes e Ailton da Silva Gomes.

Advogados: Carlos Francisco de Magalhães, Raquel Bezerra Cândido Amaral Leitão, Gabriel Nogueira Dias, Rodrigo Bravim Brandão, Bruno Correa Lemos e outros.

Relator: Diogo Thomson de Andrade

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Presidente do Conselho
Substituto

JERUZA HUCKEMBECK PARDO
Secretária do Plenário
Substituta

RETIFICAÇÃO

Na PAUTA DA 229ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO, publicada no DOU de 2/4/2024, Seção 1, página 77,

Onde se lê: Dia: 08/04/2024,

Leia-se: Dia: 08/05/2024

(P/Codou)

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA IBAMA Nº 51, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Autoriza o Centro Especializado Prevfogo a contratar Brigadas Federais para a prevenção e combate aos incêndios florestais.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15 do Anexo I do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, e pelo art. 195, do Regimento Interno do Ibama, aprovado pela Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022, e considerando ainda o que consta no processo administrativo 02001.002447/2008-02, resolve:

Art. 1º Autorizar o Prevfogo a contratar brigadas federais temporárias com a estrutura de um brigadista chefe de brigada, dois brigadistas chefes de esquadrão e dez brigadistas, para a prevenção e combate aos incêndios florestais no seguinte município:

I - Brasiléia, Sena Madureira, e Feijó, no estado do Acre;
II - Humaitá, e Autazes, no estado do Amazonas;
III - Oiapoque, Tartarugalzinho, Amapá, e Laranjal do Jari, no estado do Amapá;
IV - Serra do Ramalho, no estado da Bahia;
V - Alto Paraiso, Minaçu, e Teresina de Goiás, no estado de Goiás;
VI - Montes Altos, Buriticupu, Fernando Falcão, e Amarante do Maranhão, no estado do Maranhão
V - Tangará da Serra, Brasnorte (duas), Conquista D'Oeste, Poconé, Bom Jesus do Araguaia, São José do Xingu, e Confresa, no estado do Mato Grosso;
VI - Moju, Pau D'Arco, Novo Progresso, Altamira (duas), e Oriximiná, no estado do Pará;
VII - Petrolina, e Pesqueira, no estado de Pernambuco;
VIII - Curimatá, Floriano, e Uruçuí, no estado do Piauí;
IX - Nova Laranjeira, no estado do Paraná;
X - Porto Velho, Machadinho D'Oeste, e Cacoal, no estado de Rondônia;
XI - Avaí, e Eldorado, no estado de São Paulo;
XII - Tocantinía, Lagoa da Confusão (duas), Formoso do Araguaia (duas), Pium, Itacajá, Tocantinópolis, São Félix do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, e Arrais, no estado do Tocantins

Art. 2º Autorizar o Prevfogo a contratar brigadas federais temporárias com a estrutura de um brigadista chefe de brigada, dois brigadistas chefes de esquadrão e doze brigadistas, para a prevenção e combate aos incêndios florestais nos seguintes municípios:

I - Cavalcante (duas) brigadas, no estado de Goiás;
II - Amarante do Maranhão (quatro), e Bom Jardim, no estado do Maranhão;
III - Aquidauana (duas), e Miranda, no estado do Mato Grosso do Sul;
IV - São Félix do Araguaia, no estado do Mato Grosso;
V - Monte Alegre, no estado do Pará;
VI - Alto Alegre (duas), no estado de Roraima;

Art. 3º Autorizar o Prevfogo a contratar brigada federal temporária com a estrutura de um brigadista chefe de brigada, três brigadistas chefes de esquadrão e quinze brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, no seguinte município:

I - Alvorada do Gurguéia, no estado do Piauí;

Art. 4º Autorizar o Prevfogo a contratar brigadas federais temporária com a estrutura de um brigadista chefe de brigada, três brigadistas chefes de esquadrão e dezoito brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, no seguinte município:

I - Porto Murtinho (duas), no estado do Mato Grosso do Sul;
II - Feliz Natal, e Canarana, no estado do Mato Grosso;

Art. 5º Autorizar o Prevfogo a contratar brigadas federais temporária com a estrutura de um brigadista chefe de brigada, quatro brigadistas chefes de esquadrão e vinte brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, no seguinte município:

I - Humaitá, e Apuí, no estado do Amazonas;
II - Grajaú, no estado do Maranhão;
III - São João da Missões, no estado de Minas Gerais;
IV - Cotriguaçu, Paranatinga, e Cáceres, no estado do Mato Grosso;
V - Nova Mamoré, no estado de Rondônia;

Art. 6º Autorizar o Prevfogo a contratar brigadas federais temporárias com a estrutura de um brigadista chefe de brigada, quatro brigadistas chefes de esquadrão e vinte quatro brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, nos seguintes municípios:

I - Itaete, no estado da Bahia;
II - Gaúcha do Norte, no estado do Mato Grosso;
III - Itaituba, no estado do Pará;

Art. 7º Autorizar o Prevfogo a contratar brigada federal especializada (Pronto Emprego) temporárias com a estrutura de dois brigadistas chefes de brigada, quatro brigadistas chefes de esquadrão e vinte brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, nos seguintes municípios:

I - Barreiras, no estado da Bahia;

Art. 8º Autorizar o Prevfogo a contratar brigadas federais especializadas (Pronto Emprego) temporárias com a estrutura de um brigadista chefe de brigada, 2 brigadistas chefes de esquadrão e doze brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, nos seguintes municípios:

I - Quixeramobim (2 brigadas), no estado do Ceará;
II - Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul;

Art. 9º Autorizar o Prevfogo a contratar brigada federal especializada temporárias (Pronto Emprego Logistica) com a estrutura de dois chefes de esquadrão, sete brigadista para a prevenção e combate aos incêndios florestais, nos seguintes municípios:

I - Brasília;

Art. 10. Autorizar o Prevfogo a contratar brigada federal especializada temporárias (Pronto Emprego Logistica) com a estrutura de um chefe de brigada, sete brigadista para a prevenção e combate aos incêndios florestais, nos seguintes municípios:

I - Brasília;

Art. 11. Autorizar o Prevfogo a contratar brigadas federais especializadas (Pronto Emprego) temporárias com a estrutura de um brigadista chefe de brigada, quatro brigadistas chefes de esquadrão e vinte e quatro brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, nos seguintes municípios:

I - Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul;

Art. 12. Autorizar o Prevfogo a contratar brigadas federais especializadas (Pronto Emprego) temporárias com a estrutura de dois brigadistas chefes de brigada, quatro brigadistas chefes de esquadrão e vinte e quatro brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, nos seguintes municípios:

I - Brasília;
II - Cavalcante, no estado de Goiás;
III - Serra Talhada, no estado de Pernambuco;
IV - Rio de Janeiro;
V - Tocantinia, no estado do Tocantins;

Art. 13. Autorizar o Prevfogo a contratar brigadas federais especializadas (Pronto Emprego) temporárias com a estrutura de dois brigadistas chefes de brigada, seis brigadistas chefes de esquadrão e trinta e seis brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais, nos seguintes municípios:

I - Porto Velho, no estado de Rondônia;

Art. 14. Autorizar o Prevfogo a contratar chefe de brigada de queima prescrita, nas seguintes condições e quantidades por estados:

I - um, em Brasília;

Art. 15. Autorizar o Prevfogo a contratar chefe de esquadrão de queima prescrita, nas seguintes condições e quantidades por estados:

I - um, em Brasília;
II - um, no estado do Mato Grosso;
III - dois, no estado do Tocantins;

Art. 16. Autorizar o Prevfogo a contratar brigadistas de queima prescrita, nas seguintes condições e quantidades por estados:

I - dez em Humaitá, no estado do Amazonas;
II - seis, em Brasília;
III - quatorze, no estado do Goiás;
III - dezesseis, no estado do Maranhão;

IV - nove, no estado de Mato Grosso do Sul;
V - vinte e seis, no estado do Mato Grosso;
VI - quarenta e sete, no estado do Tocantins;

Art. 17. Autorizar o Prevfogo a contratar supervisores federais de: Prevenção, Monitoramento, Logística, SOP, e Tiro Quente, para apoio às Coordenações Estaduais do Prevfogo, nas seguintes quantidades:

I - treze em Brasília;

Art. 18. Autorizar o Prevfogo a contratar supervisores estaduais de brigadas para apoio às Coordenações Estaduais do Prevfogo, nas seguintes quantidades por estados:

I - um no estado do Acre;
II - um no estado do Amazonas;
III- um no estado do Amapá;
IV - três no estado da Bahia;
V - dois no estado do Ceará;
VI - quatro no estado de Goiás;
VII - quatro no estado do Maranhão;
VII- três no estado de Mato Grosso do Sul;
IX - dez no estado do Mato Grosso;
X - cinco no estado do Pará;
XI- dois no estado de Pernambuco;
XII - dois no estado do Piauí;
XIII - um no estado do Paraná;
XIV - dois no estado do Rio de Janeiro;
XV - cinco no estado de Rondônia;
XVI - um no estado de Roraima;
XVII - um no estado de São Paulo;
XVIII - cinco no estado do Tocantins.

Art. 19. Fica o Centro Especializado - Prevfogo responsável pela seleção, contratação, administração e gerenciamento das atividades das brigadas.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO AGOSTINHO

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA ICMBIO Nº 1.319, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Aprova o Plano de Manejo das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs Prima Luna e Prima Luna I (processo nº 02070.012464/2023-65).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo art. 15, Anexo I, do Decreto nº 11.193, de 08 de setembro de 2022, nomeado pela Portaria de Pessoal nº 2.464 da Casa Civil, de 16 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2023; resolve:

Art. 1° Aprovar o Plano de Manejo das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN Prima Luna e Prima Luna I, localizadas no município de Nova Trento, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A aprovação do Plano de Manejo não exime o proprietário de seguir todos os trâmites técnicos e legais necessários à aprovação de projetos, programas e planos junto aos órgãos ou instituições ambientais competentes, em atendimento à legislação vigente e aos usos permitidos na RPPN, conforme o Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 2º O texto completo do Plano de Manejo será disponibilizado na sede da Unidade de Conservação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

MAURO OLIVEIRA PIRES

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.089, DE 23 DE ABRIL DE 2024

Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º, incisos XIV e XVII da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos arts. 1º e 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 1º, §1º, inciso II, e no art. 2º, §1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do processo nº 48500.003028/2018-21, decide:

Art. 1º Aprovar as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL, na forma dos módulos do Anexo I.

Parágrafo único. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE deverai processar as recontabilizações em conformidade com o disposto nas Regras de Comercialização aprovadas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de 3/6/2024.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

ANEXO I
MÓDULOS DAS REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Módulo	Versão	Vigência
09 - Encargos	2024.3.0	Janeiro/2024
10 - Consolidação	2024.3.0	Janeiro/2024
09 - Encargos	2023.5.0	Janeiro/2023
09 - Encargos	2022.7.0	Abril/2022
09 - Encargos	2022.6.0	Janeiro/2022
09 - Encargos	2021.5.0	Janeiro/2021
09 - Encargos	2020.8.0	Maio/2020
09 - Encargos	2020.7.0	Abril/2020

9 -Encargos 2024.3.0

1. Introdução

Os custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema para atendimento da demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), e que não estão incluídos no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) estabelecido ex-ante pela CCEE para cada semana e patamar de carga, são denominados de Encargos. Esse módulo determina o valor desses encargos e estabelece o critério de rateio destes montantes por todos os agentes de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Os encargos apurados mensalmente pela CCEE consistem basicamente em valores subdivididos em três categorias principais, dentro dos Encargos de Serviço de Sistema (ESS), de acordo com as formas de rateio e alívio desses montantes determinadas pelo poder concedente.

Os Encargos de Segurança Energética são gerados devido ao despacho extraordinário de recursos energéticos adicionais por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, com o objetivo de garantir o suprimento energético.

Os demais Encargos de Serviços de Sistema são rateados pelos agentes de consumo e possuem direito a alívio retroativo.

Por simplicidade de notação, quando houver a citação neste módulo dos "Encargos de Serviços do Sistema (ESS)", o termo será referido aos Encargos de Serviços do Sistema, exceto Encargos por Segurança Energética.

Em linhas gerais, as informações de medição provenientes do módulo de regras "Medição Contábil", a garantia física ajustada no centro de gravidade do sistema, considerando sazonalização flat, proveniente do módulo "Repactuação do Risco Hidrológico do ACR", além de informações da ANEEL e do Operador Nacional do Sistema (ONS) são utilizadas para a formação dos encargos a serem pagos aos agentes geradores com usinas passíveis de recebimento desses montantes. As demais informações advindas dos módulos de "Penalidades", e "Tratamento das Exposições" são utilizadas para alívio e rateio dos encargos apurados neste caderno de regras

1.1. Conceitos Básicos

1.1.1. O Esquema Geral

O módulo "9 -Encargos", esquematizado na Figura 1, é composto por uma sequência de etapas de cálculo com o objetivo de apurar os montantes de encargos e o rateio desses valores entre os agentes da CCEE, além de determinar os recursos disponíveis para o alívio retroativo das exposições financeiras e dos encargos de serviços de sistema:

Figura 1: Esquema Geral do Módulo de Regras: "9 -Encargos"

São apresentadas a seguir as descrições das etapas do processo que serão detalhadas neste documento:

Encargos por Restrição de Operação

Calcula o montante de encargos por restrição de operação, das usinas não hidráulicas, pela diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE. Além disso, a geração referente às restrições de operação das usinas, cadastradas no modelo de otimização da programação diária, também são classificadas com restrição. Esse encargo é resultante de três situações possíveis:

- **Constrained-On:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios positivos da ordem de mérito);
- **Constrained-Off:** usina termelétrica que tem sua geração reduzida em relação à ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios negativos da ordem de mérito)
- **Unit Commitment:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender as restrições técnicas de operação dos critérios de tomada e descida de carga, e tempo mínimo de acionamento.

Encargos de Serviços Ancilares

Determina os custos incorridos na prestação de serviços ancilares pelos agentes tais como compensação síncrona, ressarcimento de custos de operação e manutenção de equipamentos especiais de supervisão, controle e comunicação autorizados pelo poder concedente, e atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa.

Encargos de Segurança Energética

Determina os encargos oriundos das usinas despachadas por decisão do CMSE com o objetivo de garantir o suprimento energético e dos encargos oriundos do deslocamento hidráulico proporcionado pela geração por segurança energética e por importação de energia sem garantia física associada.

Encargos por Importação

Determina os encargos oriundos das usinas virtuais criadas para representar a importação de energia entre o Brasil e países vizinhos despachadas pelo ONS, com o objetivo de garantir a redução do custo imediato de operação do SIN.

Encargos de Deslocamento Hidráulico

Determina os custos incorridos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do deslocamento da geração dessas usinas pela ocorrência de geração fora da ordem de mérito do custo e de importação de energia elétrica sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016, sendo que essas usinas hidrelétricas têm direito a ressarcimento através de três tipos de encargos:

- Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Energético: ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração por segurança energética e da importação de energia sem lastro associado.
- Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Elétrico: ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração termelétrica por restrição elétrica, elegível, por critérios estabelecidos pelo ONS, como fonte da redução da geração das usinas hidrelétricas do MRE.
- Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade: ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas, derivada de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível.

Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Determina os valores preliminares, em R$/MWh, dos encargos de serviços do sistema, formados pelas restrições de operação, prestação de serviços ancilares e deslocamento hidráulico oriundo de restrições elétricas que são passíveis de alívio.

Apuração do Valor de Encargos de Segurança Energética

Determina o total dos custos oriundos da segurança energética, que contempla o ressarcimento dos custos das usinas despachadas por segurança energética e o custo do deslocamento hidráulico provocado por essa geração. A partir desse valor, determina-se o montante, em R$/MWh, do encargo por segurança energética.

Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema.

Ajuste dos Encargos Apurados de Restrição de Operação e Serviços Ancilares

Estabelece os valores finais, em R$/MWh, a serem aplicados a cada MWh consumido no SIN, de modo a compor o montante a ser transferido às usinas recebedoras de encargos via contabilização CCEE.

Consolidação dos Encargos

Estabelece os valores, por agente e mês de apuração, dos montantes a serem pagos e recebidos no âmbito da contabilização da CCEE a título de encargos de serviços do sistema (ESS).

Anexo

- **Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo:** consolida os recursos financeiros residuais a serem utilizados para alívio retroativo de encargos e exposições financeiras negativas (decorrentes do tratamento das exposições em função da eventual diferença de preços entre os submercados), bem como os recursos destinados a alívio futuro de encargos.

1.1.2. Restrições de Operação

O Brasil, em função da predominância hidráulica do parque gerador, decidiu adotar o modelo de despacho centralizado (*tight pool*), em que o ONS decide a quantidade de energia a ser despachada por usina integrante do sistema interligado, com base em cadeia de modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios.

Essa cadeia de modelos de otimização é a mesma utilizada pela CCEE na determinação do PLD. Na determinação do CMO, o ONS considera as restrições de transmissão internas a cada submercado para que o despacho atenda a demanda do mercado e assegure a estabilidade do sistema. Já a CCEE calcula um PLD único para todo o submercado, ou seja, para efeito do cálculo do preço, a CCEE trabalha como se a energia estivesse igualmente disponível em todos os pontos de consumo desse mesmo submercado. Dessa forma, as restrições internas aos submercados não são consideradas. Há, portanto, uma diferença importante entre o despacho econômico calculado pela CCEE e o despacho elétrico operacionalizado pelo ONS. Dessa forma, é possível que as usinas venham a ser despachadas em níveis diferentes dos previstos na CCEE. Essas diferenças são ressarcidas a essas usinas pelos Encargos de Serviços do Sistema.

Os custos associados às restrições de operação correspondem ao ressarcimento para as usinas cuja produção elétrica tenha sido afetada por restrições de operação dentro de um submercado. Têm direito ao recebimento de encargos por restrições de operação apenas as usinas termelétricas com CVU não nulo.

O cálculo dos encargos relativos ao custo de restrição de operação incorpora também as diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *ex-ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado, realizado pelo ONS, como: alterações na configuração do sistema decorrentes da queda de uma linha de transmissão, uma grande chuva que venha a ocorrer após o cálculo do modelo de otimização da programação e que pode alterar substancialmente o planejamento da operação de curto prazo do ONS, dentre outras possibilidades.

A diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE pode resultar em duas situações possíveis, conforme mencionado anteriormente, quais sejam: (i) *constrained-off* e (ii) *constrained-on*.

A Figura 2 ilustra as ambas as condições de restrição operacional:

Figura 2: Tipos de Restrição de Operação: *Constrained-Off* e *Constrained-On*

Devido às restrições técnicas das usinas térmicas, podem ser programados despachos além da ordem de mérito, com o objetivo final de atender uma solicitação de despacho na ordem de mérito do ONS. Tais restrições, denominadas de unit commitment, passam a ser modeladas no DESSEM.

A primeira restrição que deve ser observada é o tempo mínimo de acionamento da usina, ou seja, uma vez acionada, a usina necessita tecnicamente de determinada quantidade de horas ligadas até finalizar o desligamento. Além disso, existem as restrições de tomada e descida de carga (rampa de subida e descida, respectivamente).

Para atender a solicitação de despacho da ordem de mérito é necessário que a usina termelétrica inicie o processo de acionamento das unidades geradoras, em momento anterior para atendimento da potência da usina, ou ainda no nível de despacho programado (respeitado a geração mínima e geração máxima).

Por fim, também é necessário respeitar as restrições de descida de carga da usina para retornar à condição de desligamento total. Destaca-se também a restrição de tempo mínimo de desligamento até um novo acionamento, também cadastrada como parâmetro técnico no DESSEM, porém sem direito a recebimento de encargo.

Figura 3 – Representação das Restrições Operativas por Unit Commitment

1.1.3. Serviços Ancilares

Os serviços ancilares, conforme regulamentação específica, são destinados a garantir a qualidade e a segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN.

Os serviços ancilares informados pela ANEEL e remunerados por meio dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) são compostos por:

a) Compensação Síncrona: O agente de geração recebe o equivalente à energia reativa gerada ou consumida valorada à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), que é revista pela ANEEL anualmente.

b) Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa: As usinas termelétricas que forem acionadas para atenderem ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa recebem essa energia valorada ao preço da oferta realizada, quando o atendimento ao despacho é considerado satisfatório, ou ao seu CVU para despacho na ordem de mérito, quando insatisfatório. A energia gerada é liquidada a PLD a crédito do gerador e o montante financeiro adicional necessário para completar a valoração dessa energia é pago ao gerador por meio de encargos.

c) Os empreendimentos de geração atualmente em operação que venham a ter o provimento de serviços ancilares determinado pela ANEEL, ou que tiveram autorização para reposição dos equipamentos e peças destinadas à prestação de serviços ancilares, terão o custo de implantação ou reposição auditado e aprovado por tal agência e ressarcido via ESS.

1.1.4. Encargos por Importação

Em 29 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 60 do Ministério de Minas e Energia (MME), a qual estabelece que, o Operador Nacional do Sistema (ONS) poderá utilizar integralmente ou parcialmente a energia de importação proveniente da República Argentina e do Uruguai, observando as quantidades e as condições passíveis de substituição termelétrica, garantindo a redução do custo imediato de operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Poderão ser autorizados um ou mais Agentes Comercializadores como responsáveis pela importação de energia elétrica perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, desde que adimplentes e autorizados nos termos da Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011.

A declaração dos montantes e dos preços da energia para importação será realizada por meio de ofertas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega da energia no centro de gravidade do SIN e tendo como destino o Mercado de Curto Prazo (MCP). Os montantes e preços da energia ofertados para importação não serão considerados nos processos de planejamento e programação da operação associados ao Programa Mensal da Operação (PMO) e de formação do PLD.

1.1.5. Encargos de Segurança Energética

A Lei nº 10.848, de 2004, estabelece que, com vistas à garantia do suprimento energético, o ONS poderá despachar recursos energéticos fora da ordem de mérito econômico (em ordem crescente em relação aos custos declarados de geração).

Como o despacho fora da ordem de mérito, para a garantia de suprimento energético, não leva em consideração o custo de operação declarado dessas usinas para a formação do PLD, a Lei 13.360/2016, estabeleceu que o montante financeiro a ser pago para as usinas despachadas adicionalmente para a garantia de suprimento energético será rateado pelos consumidores.

1.1.6. Encargos de Deslocamento Hidráulico

O Artigo 2º da Lei n º 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabelece que a ANEEL deverá estabelecer para aplicação a partir de 2017, a valoração, o montante elegível e as condições de pagamento para os participantes do MRE do custo do deslocamento da geração hidrelétrica.

Dessa forma, a ANEEL publicou regulamentação específica que estabelece as regras para se determinar o montante de energia que deve ser considerado como deslocamento hidráulico, a forma de apuração do custo desse deslocamento e a forma de ressarcimento aos geradores participantes do MRE.

Assim, definiu-se que o deslocamento hidráulico é composto por duas parcelas:

1. O deslocamento hidráulico energético, constituído pela geração por segurança energética mais a importação de energia sem garantia física associada

2. O deslocamento hidráulico elétrico, constituído pela geração originada por restrições elétricas identificada pelo ONS como indutora de redução de geração das usinas participantes do MRE

Desses dois montantes incialmente apurados deve-se abater a indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. A Figura 4 ilustra a apuração dos montantes de deslocamento hidráulico.

Posteriormente, foi publicado pela Aneel ato normativo que estabeleceu que também devem ser apurados montantes de deslocamento hidráulico provenientes de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo que estes montantes de deslocamento não devem sofrer abatimento da indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito.

Figura 4: Apuração dos montantes de deslocamento hidráulico

Os montantes de deslocamento hidráulico apurados, inclusive os oriundos de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, são rateados entre todas as usinas participantes do MRE na proporção da garantia física modulada e ajustada, considerando sazonalização flat.

Os montantes de deslocamento hidráulico destinados às usinas do MRE que optaram pela repactuação do risco hidrológico precisam ser ajustados em função do produto escolhido no processo de repactuação e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

A Figura 5 ilustra os pontos anteriores.

Figura 5: Determinação do Deslocamento Hidráulico para usinas que repactuaram

Tendo se determinado os montantes de deslocamento hidráulico que cada usina hidrelétrica participante do MRE têm direito, apura-se o custo desse deslocamento a partir do produto entre o montante de deslocamento e a diferença entre o valor do PLD da hora e do submercado em que houve deslocamento e o chamado PLD_X, valor associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica.

Os custos apurados dos deslocamentos hidráulicos são assumidos por:

- Todos os consumidores do SIN;
- Pelo gerador termelétrico, no caso de de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo assumido pelo agente proprietário da usina termelétrica que deu origem ao deslocamento.

1.1.7. Forma de rateio dos encargos

Os encargos mencionados anteriormente são rateados entre os agentes de formas distintas, conforme apresentado a seguir:

	Forma de Rateio
Restrição de Operação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado.
Compensação Síncrona	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN de todos os agentes localizados no seu submercado.
Serviços Ancilares	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Importação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Segurança Energética	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização), considerando eventual geração de propriedade da carga, provenientes de usinas localizadas no mesmo ou em outro sítio.*
Deslocamento Hidráulico	*Rateado na proporção do consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização), de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado. Referente ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade, seu custo será pago pela usina que deu origem.*

Figura 6: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

1.1.8. Consolidação dos Encargos

A consolidação dos encargos consiste em determinar o total de encargos a serem pagos aos agentes com usinas recebedoras de encargos no mês de apuração.

Os encargos de serviços do sistema são compostos por encargos de serviços ancilares, encargos por restrição de operação, encargos por Segurança Energética, encargos por Importação e encargos por Deslocamento Hidráulico, conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

Os seguintes recursos podem ser utilizados para abatimento ou alívio do total de encargos de serviços do sistema a ser pago pelos agentes proprietários de pontos de medição de consumo registrados na CCEE:

- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente;
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico); e
- Recursos advindos da aplicação de penalidades anteriores a novembro de 2005 por insuficiência de lastro de comercialização de energia, acrescido do pagamento de penalidades por falta de combustível, associada aos processos de coleta de dados de medição pela CCEE, multas atribuídas ao não aporte das garantias financeiras e multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.

A Figura 8 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 8: Total de Encargos superior a Reserva para Alívio de ESS

Se o recurso para alívio de ESS for maior que o total de encargos de serviços do sistema, os agentes proprietários de pontos de medição de consumo não pagam ESS e o valor remanescente é alocado da seguinte forma:

- O saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente, caso haja, será utilizado para processar o alívio retroativo de exposições residuais dos geradores em função do tratamento das exposições e os encargos de serviços do sistema de meses anteriores (Vide módulo "Consolidação de Resultados"); e
- Caso haja recursos advindos da aplicação de penalidades e a sobra de receita do mês anterior, seus saldos remanescentes, após o alívio dos ESS do mês de apuração, serão utilizados para alívio de ESS de meses futuros.

A Figura 9 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 9: Total de Encargos inferior a Reserva para Alívio de ESS no mês

Por sua vez, o encargo de segurança energética é constituído pelo custo da geração de segurança energética e pelo deslocamento hidráulico de origem energética. Destaca-se que essa modalidade de encargo não tem direito a alívio como ocorre com os encargos de serviços do sistema.

2. Detalhamento das Etapas de Encargos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 -Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

2.1. Encargos por Restrição de Operação

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas a título de encargos por restrição operacional.

Contexto:

Os Encargos por Restrição de Operação compõem um dos tipos de Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A Figura 10 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 10: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.1.1. Detalhamento dos Encargos por Restrição de Operação

O processo de cálculo relativo aos encargos por restrição de operação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

1. O cálculo dos encargos por restrição de operação incorpora eventuais diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *Ex-Ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado.

2. Os Encargos por Restrição de Operação são calculados para as usinas não hidráulicas com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA (não emergenciais) e os interconectores internacionais que atendem restrições operativas do SIN, conforme informado pelo ONS, e são subdivididos em dois tipos *Constrained-On* e *Constrained-Off*.

2.1. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On* são pagos às usinas que não foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, por sua geração ser mais cara, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem acima do que havia sido despachado; e

2.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off* são pagos às usinas que foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem menos do que o despachado.

2.3. Encargos por Restição de Operação por Unit Commitment são pagos às usinas que foram despachadas para atender restrições físicas das usinas para a geração da ordem do mérito.

2.1.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On*

3. As usinas, enquadradas na Linha de Comando 2, acionadas por restrição de operação pelo ONS, em condição *CONSTRAINED-ON*, têm seu Encargo por Restrição de Operação calculado a partir da geração de energia verificada acima da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção da energia e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-On é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_ON_{p,j} = \left(\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}}\right) * max\ \left(0; \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

3.1. O Fator do Encargo por Restrição de Operação estabelece o percentual da produção de energia elétrica, de uma usina acionada por razão de restrição operativa efetivamente realizada, acima da instrução de despacho para o período considerado. Esse fator é expresso por:

$$\boldsymbol{F_REST_OP_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_CONST_ON_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

3.2. A Geração Realizada para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On é determinada pela geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Restrição de Operação, expresso por:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}} = G_{p,j} * F_REST_OP_{p,j}$$

Onde:

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.3. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off*

4. O ajuste da Quantidade de Energia Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é realizado de modo a referenciar essa informação à Rede Básica nos moldes do tratamento dado no caderno de Medição Contábil por meio da aplicação do Fator de Rateio de Perdas da Geração associado à usina além do respectivo Fator de Abatimento das Perdas Internas, sendo assim a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é expressa por:

$$QEA_REST_OP_{p,j} = max\left(0; \left(M_CONST_OFF_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$M_CONST_OFF_{p,j}$ é o Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pelo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p" por período de comercialização "j"

5. Para as usinas passíveis de recebimento de encargos por restrição elétrica devido a situação de Constrained-off, para cada período de comercialização, seu Encargo por Restrição de Operação será calculado a partir da geração de energia verificada abaixo da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_OFF_{p,j} = QEA_REST_OP_{p,j} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

2.1.4. Encargos por Restrição de Operação por *Unit Commitment*

6. O Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment será calculado a partir da geração de energia classificada por esse fim, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia, conforme a seguinte expressão:

$$Se\ INC_{p,j} > PLD_{s,j}\ então:$$

$$ENC_REST_UNIT_{p,j} = \boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} * \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)$$

Onde:

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p

6.1. A Geração por Unit Commitment da usina é definida a partir do Fator de energia gerada por Unit Commitment da usina aplicado na Geração da Final da mesma, de acordo com a expressão a seguir:

$$\boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}}$$

Onde:

$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de Usina "p", no período de comercialização "j"

$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

6.1.1. O cálculo do Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment representa a relação entre a Geração por Unit Commitment, definida pelo ONS, e a geração apurada por este:

$$\boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}} = min\left(1; \frac{UNIT_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$UNIT_{p,j}$ é o Geração por Unit Commitment de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.5. Dados de Entrada dos Encargos por Restrição de Operação

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p" por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment**	
	Descrição	Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$	**Geração informada pelo ONS para atendimento a uma restrição de operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment da Usina**	
	Descrição	Volume de energia gerada por Unit Commitment verificada pelo ONS para a parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$M_CONST_OFF_{p,j}$	**Montante de geração frustrada por Constrained-Off**	
	Descrição	Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pleo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.1.6. Dados de Saída dos Encargos por Restrição de Operação

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_UNIT_C_{p,j}$	**Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment**	
	Descrição	Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.2. Encargos de Serviços Ancilares

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas por prestação de serviços ancilares.

Contexto:

Os serviços ancilares são destinados a garantir a qualidade e segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN. Os custos incorridos na prestação desses serviços são ressarcidos por meio dos Encargos de Serviços Ancilares, sendo esse um componente dos Encargos de Serviços do Sistema. A Figura 11 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 11: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.2.1. Detalhamento dos Encargos de Serviços Ancilares

O processo de determinação dos encargos de serviços ancilares é composto pelos seguintes comandos e expressões:

7. A determinação do Encargo de Compensação Síncrona da usina refere-se ao fornecimento ou absorção de energia reativa e será remunerado à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), estabelecida pela ANEEL em resolução específica. O Encargo de Compensação Síncrona é dado pela expressão:

$$ENC_CS_{p,j} = MER_CS_{p,j} * TSA_{p,m}$$

Onde:

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo por Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$MER_CS_{p,j}$ é a Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TSA_{p,m}$ é a Tarifa de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

8. O Encargo por Outros Serviços Ancilares atribuído a uma usina é determinado pela relação de todos os ressarcimentos autorizados pelo regulador em função de investimentos realizados para prestação de serviços ancilares ao sistema, operação e manutenção de equipamentos necessários à participação do Controle Automático de Geração (CAG), do Sistema Especial de Proteção (SEP), equipamentos de autorrestabelecimento e por contratação de usinas emergenciais. O Encargo por Outros Serviços Ancilares é expresso por:

$$ENC_OSA_{p,m} = RISA_{p,m} + RCAG_{p,m} + RSEP_{p,m} + RART_{p,m} + RCUE_{p,m}$$

Onde:

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RISA_{p,m}$ é o Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCAG_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação Necessários à Participação no CAG (Controle Automático de Geração) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RSEP_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP (Sistema Especial de Proteção) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RART_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCUE_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

9. O Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA, é determinado pela geração realizada no cumprimento desse serviço ao sistema, valorado pela diferença entre o preço determinado para essa energia, com base no critério de atendimento satisfatório ao despacho, e o PLD verificado no momento da geração:

Se a usina estiver atendendo o despachado complementar para manutenção de reserva de potência operativa

$$ENC_RESPOP_{p,j} = G_RESPOP_{p,j} * max(0; \boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} - PLD_{s,j})$$

Onde:

$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$G_RESPOP_{p,j}$ é a Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Compelmentar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

9.1. O Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa é determinado em função do atendimento satisfatório ou não do despacho pela usina. Em caso de atendimento satisfatório, a usina tem direito ao preço ofertado no mecanismo. Caso o atendimento seja insatisfatório, a usina terá direito apenas ao seu custo declarado para fins de despacho por ordem de mérito. Para determinar se o despacho foi satisfatório, é observado se a proporção da geração realizada foi superior às indisponibilidades forçada e programada da usina:

Se o atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva operativa foi satisfatório pela usina "p"

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$$

Caso contrário

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = INC_{p,j}$$

Onde:

$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$ é o Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

2.2.2. Dados de Entrada dos Encargos de Serviços Ancilares

	Geração Final da Usina	
$G_{p,j}$	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa	
$G_RESPOP_{p,j}$	Descrição	Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração Verificada pelo Operador do Sistema	
$G_VOP_{p,j}$	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica	
$INC_{p,j}$	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona	
$MER_CS_{p,j}$	Descrição	Parcela de energia reativa da usina "p" associada à prestação de serviços ancilares por compensação síncrona, por período de comercialização "j". O ressarcimento em si é calculado no Módulo de Regras relativo aos Encargos
	Unidade	MVArh
	Fornecedor	Medição Contábil (Anexo III)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Preço de Liquidação das Diferenças	
$PLD_{s,j}$	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

	Preço Ofertado pelo agente Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa	
$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$	Descrição	Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos

$RART_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCUE_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais**	
	Descrição	Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RISA_{p,m}$	**Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Montante a ser ressarcido para a usina pelo investimento para prestação de serviços ancilares
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCAG_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TSA_{p,m}$	**Tarifa de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Valor para ressarcimento de custos adicionais de operação e manutenção referente ao suporte de reativo provido pelas parcelas de usinas "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MVArh
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos

2.2.3. Dados de Saída dos Encargos de Serviços Ancilares

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3. Encargos por Importação

Objetivo:

Apurar os montantes a título de encargos por importação.

Contexto:

A energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai poderão ser ofertadas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega de energia no Centro de Gravidade do SIN. Tal energia poderá ser utilizada de forma integral ou parcial pelo ONS, desde que essa importação viabilize a redução do custo imediato de operação do SIN. Este montante será liquidado no MCP e estará isento do seu rateio de inadimplência.

Figura 12: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.3.1. Detalhamento dos Encargos por Importação

O processamento dos encargos por importação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

10. A importação de energia realizada através de estações conversoras, para efeito de operacionalização na CCEE, será representada pela modelagem de uma usina térmica virtual.

11. Esta usina estará modelada sob um perfil de agente comercializador importador, e é vedado a modelagem de qualquer outro tipo de ativo sob este mesmo perfil de agente.

12. Eventuais créditos relativos ao processo de importação de energia da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai são isentos do processo de rateio de inadimplência.

13. Os custos arcados pelos consumidores responsáveis pelo pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema – ESS, relativos à importação da energia elétrica serão obtidos pela energia, determinada em função do montante verificado nas conversoras no centro de gravidade e atribuída à Geração da usina virtual, sendo valorada pela diferença entre o Preço de Oferta de Importação e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Razão de Importação é expresso por:

$$ENC_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(P_IMP_{p*,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

$$\forall\ s \text{ onde está localizada a estação conversora}$$

Onde:

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", no período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação

14. Nos casos em que o PLD for maior que o Preço de Oferta para Importação será apurado uma diferença financeira destinada para alívio de ESS. Esta diferença deverá ser determinada a partir da geração de energia verificada valorada pela diferença entre o PLD e o Preço de Oferta de Importação. O cálculo será expresso por:

$$EXCD_FIN_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - P_IMP_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", no período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação

2.3.2. Apuração de valores a serem pagos devido ao montante de Importação inferior ao programado

15. Quando o montante de energia efetivamente importado for inferior ao montante definido pelo ONS, os agentes comercializadores responsáveis pela importação deverão arcar com os custos dessa diferença de energia, sendo esse recurso financeiro revertido em benefício a conta de ESS. Esse montante será valorado de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

15.1. Para o caso em que haja importação sem substituição de geração de usinas termelétricas e seja verificado um Montante de Importação Não Entregue, a sanção imposta ao comercializador será de 5% do Limite Máximo Estrutural do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j} = \boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} * (0{,}05 * PLD_MAX_EST_f)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação Sem Substituição da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o Montante de Importação Não Entregue da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

$PLD_MAX_EST_f$ é o Limite Máximo Estrutural do Preço de Liquidação das Diferenças determinado para o ano de apuração "f"

"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação

15.1.1. O Montante de Importação Não Entregue será calculado pela diferença, no centro de gravidade do sistema, entre o Despacho de Importação para o período e o Montante de Importação Verificado pelo ONS da usina substituta. Seu cálculo é definido de acordo com a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} = max\left(0; \left(\left(MONT_IMP_ONS_{p*,j} - MONT_IMP_VOP_{p*,j}\right) * UXP_GLF_{p*,j} * F_PRC_GF_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o Montante de Importação Não Entregue da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

$MONT_IMP_ONS_{p*,j}$ é o Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

$MONT_IMP_VOP_{p*,j}$ é o Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p*", no período de comercialização "j"

$F_PRC_GF_{p,j}$ é o Fator de Ajuste da Garantia Física em função das Perdas da Rede Compartilhada da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação

15.2. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja inferior ao PLD, a valoração se dará pela diferença entre o PLD vigente no submercado da usina termelétrica substituída e seu CVU, de acordo com a seguinte expressão:

Se $INC_{p,j} < PLD_{s,j}$, então:

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da diferença de energia entre a Importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", referente a geração da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade Energia de Importação Não Entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", referente a geração da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", no período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação

15.3. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja superior ao PLD, a valoração será de 5% do Limite Máximo Estrutural do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

Se $INC_{p,j} \geq PLD_{s,j}$ então:

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * \left(0{,}05 * PLD_MAX_EST_f\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da diferença de energia entre a Importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", referente a geração da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", no período de comercialização "j"
PLD_MAX_EST$_f$ é o Limite Máximo Estrutural do Preço de Liquidação das Diferenças determinado para o ano de apuração "f"
QE_IMP_NE$_{p,p*,j}$ é a Quantidade de Energia de Importação Não Entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", referente a geração da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação

15.3.1. Para definição dos custos da diferença entre a importação efetiva e a definida pelo ONS é necessário a determinação da Quantidade de Energia de Importação Não Entregue rateada para cada usina térmica substituída, pois, as usinas de importação podem substituir uma ou mais usinas do SIN. O cálculo se dará pelo rateio do montante de importação não entregue de cada usina importadora proporcionalizado pela disponibilidade verificada da usina e o despacho sem restrição das usinas substituídas. A determinação desse volume é expressa por:

$$\boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j} = MONT_IMP_NE_{p*,j}} * \frac{DOMP_ONS_{p,j}}{\sum_{psub} DOMP_ONS_{p,j}}$$

Onde:
QE_IMP_NE$_{p,p*,j}$ é a Quantidade de Energia de Importação Não Entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", d referente a geração a parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"
MONT_IMP_NE$_{p*,j}$ é o Montante de Importação Não Entregue da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"
DOMP_ONS$_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS da parcela de usina substituída "p", no período de comercialização "j"
"PSUB" é o conjunto de usinas que foram substituídas para realização da importação
"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação

2.3.3. Dados de Entrada dos Encargos por Importação

DOMP_ONS$_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
G$_{p,j}$	**Geração de energia**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
INC$_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p" substituída pelo processo de importação, com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
MONT_IMP_ONS$_{p*,j}$	**Montante de Importação definido pelo ONS**	
	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina virtual que representa a importação "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
MONT_IMP_VOP$_{p*,j}$	**Montante de Importação Verificado pelo ONS**	
	Descrição	Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina virtual que representa a Importação "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
P_IMP$_{p*,j}$	**Preço de Oferta de Importação de Energia**	
	Descrição	Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
PLD$_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças definido por submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$PLD_MAX_EST_f$	**Preço de Liquidação das Diferenças Máximo Estrutural**	
	Descrição	Limite Máximo Estrutural do PLD no dia. Esse valor, estipulado pela Aneel, é atualizado anualmente pelo IPCA e válido para todo o ano de apuração "f"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Aneel
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3.4. Dados de Saída dos Encargos por Importação

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo de Importação de energia**	
	Descrição	Pagamento pago ao comercializador importador referente à parcela de usina virtual "p*", criada para representar a Importação, no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$	**Excedente Financeiro de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Excedente Financeiro de Importação pago pelo comercializador importador referente a parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da diferença de energia entre a Importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da diferença de energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", referente a geração da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$	**Quantidade de Energia de Importação Não Entregue**	
	Descrição	Quantidade de Energia de Importação Não Entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", referente a geração da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$	**Montante de Importação Não Entregue**	
	Descrição	Montante de Importação Não Entregue da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$	**Valoração do Custo de energia de Importação Sem Substituição**	
	Descrição	Encargo aplicado ao comercializador responsável pela Importação que ocorreu Sem Substituição de usina termoelétrica, sendo ocasionado pela não entrega de todo o montante definido pelo ONS referente a parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.4. Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas despachadas pelo ONS por razão de segurança energética.

Contexto:

Os Encargos por Segurança Energética são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas não hidráulicas despachadas por decisão CMSE. A Figura 13 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 13 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.4.1. Detalhamento dos Encargos por Segurança Energética

O processo de apuração dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

16. O ONS deverá informar a CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, a lista de usinas e os períodos em que foram despachadas por razões de segurança energética.

17. O Encargo por Razão de Segurança Energética a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA, no período de comercialização é determinado pela produção de energia despachada por razão de segurança energética a ser efetivamente ressarcida, valorada pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção de energia da usina e o Preço de Liquidação das Diferenças ex-ante apurado pela CCEE. O Encargo por Razão de Segurança Energética é expresso por:

$$ENC_SEG_ENER_{p,j} = (\boldsymbol{G_SE_{p,j}}) * max\ \left(0; (INC_{p,j} - PLD_{s,j})\right)$$

Onde:

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

17.1. A Geração realizada por segurança energética corresponde à geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética:

$$\boldsymbol{G_SE_{p,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_SEG_ENER_{p,j}}$$

Onde:

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

17.1.1. O Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética é utilizado para determinar a geração de energia passível de ressarcimento por razão de segurança energética e é dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_SEG_ENER_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_SEG_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_SEG_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

18. A Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração das usinas não hidráulicas com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA no período de comercialização é determinado pelo montante informado pelo ONS de energia gerada para substituição por razão de segurança energética, valorada pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção de energia da usina que efetivamente gerou e a usina que está sendo substituída, conforme a sequinte expressão:

$$DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j} = (\boldsymbol{G_SE_SUB_{p,p*,j}}) * max\left(0; (INC_{p,j} - INC_{p*,j})\right)$$

Onde:

$DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j}$ é a Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

$G_SE_SUB_{p,p*,j}$ é a Geração por Segurança Energética de Substituição da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina "p" da usina substituída

18.1. A Geração realizada por substituição de geração corresponde à geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Substituição de Geração:

$$\boldsymbol{G_SE_SUB_{p,p*,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_SUB_ENER_{p,p*,j}}$$

Onde:

$G_SE_SUB_{p,p*,j}$ é a Geração por Segurança Energética de Substituição da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_SUB_ENER_{p,p*,j}$ é o Fator do Encargo por Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina "p" da usina substituída

18.1.1. O Fator do Encargo por Substituição de Geração é utilizado para determinar a geração de energia passível de ressarcimento por razão de substituição de geração e é dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_SUB_ENER_{p,p*,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_SUB_{p,p*,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_SUB_ENER_{p,p*,j}$ é o Fator do Encargo por Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_SUB_{p,p*,j}$ é a Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Substituição de Geração de uma parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina "p" da usina substituída

2.4.2. Dados de Entrada dos Encargos por Segurança Energética

	Geração Final da Usina	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
$G_{p,j}$	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_ONS_SEG_{p,j}$	**Geração informada pelo Operador do Sistema por Razões de Segurança Energética**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_ONS_SUB_{p,p*,j}$	**Geração informada pelo Operador do Sistema por Razões de Substituição de Geração**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Substituição de Geração de uma parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

2.4.3. Dados de Saída dos Encargos por Segurança Energética

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j}$	**Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração**	
	Descrição	Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5. Encargos por Deslocamento Hidráulico

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas hidráulicas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função de despacho de usinas termelétricas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016.

Contexto:

Os Encargos por Deslocamento Hidráulico são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas hidráulicas participantes do MRE em função da redução de sua geração originada pela geração de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia. A Figura 14 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 14: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.5.1. Determinação dos montantes de deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE

O processo de apuração dos montantes de energia vinculados ao deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

19. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar é determinado pela soma da geração por segurança energética e da importação líquida de energia sem garantia física associada, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_j = \sum_p G_SE_{p,j} + (\boldsymbol{IMP_j} * XP_GLF_j)$$

Onde:

$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada, por período de comercialização "j'

XP_GLF_j é o Fator de Rateio de Perdas de Geração, por período de comercialização "j"

19.1. O montante de Importação Líquida sem Garantia Física Associada é determinado pela soma da importação líquida dos pontos de medição de todas as conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre Brasil e os países vizinhos. Este montante é definido a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{IMP_j} = \sum_{CONV} IMP_CONV_{i*,j}$$

Onde:

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada por período de comercialização "j'

$IMP_CONV_{i*,j}$ é a Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'

"CONV" refere-se ao conjunto de conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos

"i*" representa todos os pontos de medição "i" de uma unidade conversora

Importante:

A Importação Líquida de Conversora (IMP_CONV) será apurada através dos valores registrados no SCDE, abatidos dos montantes de importação com garantia física programada por ordem de mérito que causem substituição de usinas do bloco térmico.

20. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar é determinado considerando as parcelas de usinas termelétricas despachadas por restrição elétrica, cuja geração foi indicada pelo ONS como elegível à composição do deslocamento hidráulico de usinas do MRE, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_j = \sum_p (G_CONST_ON_{p,j} * F_DH_{p,j})$$

Onde:

$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$F_DH_{p,j}$ Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

Importante:

A princípio, a geração por *constrained-on* que desloca o MRE é aquela associada a uma restrição que afeta todo o SIN, ou seja, restrições que afetam somente um submercado, ou grupos de submercados, não causam deslocamento hidráulico por restrição elétrica. Contudo, dentre as restrições que afetam todo o SIN, devem ser desconsideradas as que estiverem:

i) representadas nos modelos computacionais de programação da operação Newave, Decomp e Dessem ou resultantes deles;

ii) associadas à necessidade de recuperação de reserva de potência operativa classificados como restrição elétrica;

iii) relacionadas a aplicação do Título III da Resolução Normativa nº 1.030, de 26 de julho de 2022, no que se refere ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa;

iv) enquadradas no atendimento às Portarias do MME nº 41/2015; nº 15/2016; nº 179/2016; nº 180/2016; nº 492/2017; e nº 406/2020;

v) vinculadas ao despacho excepcional e temporário de usinas termelétricas para o atendimento a circuitos elétricos em condições operativas de ilhamento; e

vi) com inflexibilidade.

Por exemplo, supondo que em um determinado período de comercialização há 10 usinas despachadas por contrained-on que afetem todo o SIN. A princípio, toda essa geração deslocou o MRE. Todavia, se duas já estavam previstas no Deck do Decomp e uma foi indicada pelo ONS que não deve ser considerada, apenas a geração de 7 dessas usinas despachadas por *constrained-on* causam deslocamento ao MRE.

21. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Energético é determinada a partir da alocação do total de indisponibilidade de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito de forma proporcional ao montante de deslocamento hidráulico de origem energética, em relação ao total de deslocamento hidráulico apurado, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ENER_j = \boldsymbol{TOT_IND_j} * \frac{DH_ENER_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + DH_ELE_PRE_j + \boldsymbol{G_CONST_ON_NDH_j}}$$

Onde:
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que Não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"

21.1. O Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico é determinada a partir da soma das indisponibilidades, subtraído a Geração Substituta no centro de gravidade, apuradas para as usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito econômico, a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{TOT_IND_j} = max\left(0; \sum_{\boldsymbol{p}} \boldsymbol{IND_{p,j}} - \sum_{p}\left(GSUB_ONS_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização "j"
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito Econômico, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo "p", por período de comercialização "j"
$GSUB_ONS_{p,j}$ é a Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"

21.1.1. A Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS deve ser calculada para usinas não hidráulicas despachadas por ordem de mérito, sendo determinada a partir da diferença entre o despacho efetivo do ONS e a geração efetivamente realizada, a partir da seguinte expressão:

Se $DOMP_ONS_{p,j} = 0$

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = 0$$

Caso Contrário

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = \left(DOMP_DECK_DESSEM_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right) - G_DOMP_{p,j} - QEA_REST_OP_{p,j}$$

Onde:
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo, "p", por período de comercialização, "j"
$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
$G_DOMP_{,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

Importante:

Somente haverá valores para DOMP_DECK_DESSEM em períodos em que o CVU é menor CMO do barramento da usina, exceto para usinas a GNL, para as quais será utilizado o despacho realizado pelo DECOMP.

21.2. A Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico é pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_NDH_j} = \sum_{p}\left(G_CONST_ON_{p,j} * F_NDH_{p,j}\right)$$

Onde:
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$F_NDH_{p,j}$ Fator de Não Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

Importante:

A geração por constrained-on que não desloca o MRE é aquela associada a uma restrição que afeta um determinado submercado ou subsistema (grupo de submercados).

22. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinada a partir da diferença entre a indisponibilidade total apurada das usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito e o montante de indisponibilidade alocado para o deslocamento hidráulico de origem energética e elétrica, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ELE_j = TOT_IND_j * \frac{DH_ELE_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + DH_ELE_PRE_j + G_CONST_ON_NDH_{,j}}$$

Onde:
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica, por período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, no período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"

23. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico energético preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa usina termelétrica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_j = max\left(0;\ \left(DH_ENER_PRE_j - IND_DH_ENER_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico Energético, por período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"

24. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico elétrico preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa parcela de deslocamento, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_j = max\left(0;\ \left(DH_ELE_PRE_j - IND_DH_ELE_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ELE_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica no período de comercialização "j"

25. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica é determinado pela inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico, a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UTE_{p,j} = min\left(1; \frac{INFLEX_DH_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right) * G_{p,j}$$

Onde:
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$INFLEX_DH_{p,j}$ é a Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

26. O montante Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado pela soma dos deslocamentos hidráulicos de inflexibilidade associados às usinas termelétricas, a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_j = \sum_p DH_INFLEX_UTE_{p,j}$$

Onde:
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

2.5.2. Destinação do Deslocamento Hidráulico às Usinas Hidrelétricas do MRE

O processo de destinação dos montantes de deslocamento hidráulico às usinas hidrelétricas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

27. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico energético total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_UH_{p,j} = DH_ENER_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

28. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico elétrico total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (flat), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_UH_{p,j} = DH_ELE_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

29. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} = TOT_DH_INFLEX_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.3. Tratamento das usinas hidrelétricas que repactuaram o risco hidrológico no ACR

O processo de tratamento das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no ACR é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

30. Os proprietários das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no âmbito do ACR podem ter escolhido repactuar a não totalidade da garantia física dessas usinas. Dessa forma, é necessário segregar os montantes de deslocamento hidráulico associados a essas usinas em duas parcelas: a parcela associada à repactuação do risco hidrológico e a parcela não associada à repactuação, sendo que para os volumes de deslocamento hidráulico associados à repactuação existe um tratamento que depende do produto de repactuação escolhido e do Ajuste MRE (GSF) verificado.

30.1. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

30.2. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_NREP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} - DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero.

30.3. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{pj}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"

"PMRE_RRH_ACR" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

30.4. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_NREP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,,j} - DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

30.5. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR
30.6. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} - DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE
hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo DH_INFLEX_PRE_REP_UH será zero

31. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR é necessário ajustar os valores dos montantes de deslocamento hidrológico energético e elétrico repactuados em função do produto de repactuação escolhido e pelo valor do Ajuste MRE (GSF) apurado, sendo que as usinas só têm direito a receber a parcela de deslocamento hidráulico repactuado com o não acionamento do produto.
32. Para o produto P, no qual o proprietário de uma usina optou por não repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, quando o Ajuste MRE for superior a um, situação que denota a presença de energia secundária, as usinas terão direito integral aos montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado, de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, que optaram por repactuar o risco hidrológico em um produto classe "P", para cada período de comercialização, são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o $AJUSTE_MRE_RRH_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o $AJUSTE_MRE_RRH_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Onde:
$DH_ENER_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$AJUSTE_MRE_RRH_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto P
33. Para os produtos SPR e SP, como o proprietário da usina optou em repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, sempre que o Ajuste MRE for superior a um, o que denota uma situação de presença de energia secundária, os valores de deslocamentos hidráulicos repactuados serão zerados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE.
34. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado e de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento por Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, que optaram por repactuar o risco hidrológico em produtos das classes SPR ou SP, para cada período de comercialização, são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Onde:
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto SP ou produto SPR

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela repactuação em produto da classe SPR, o Fator de Risco Hidrológico assumido pela usina ($F_{p,j}$) é sempre zero.

2.5.4. Determinação do montante final de deslocamento hidráulico de usinas hidrelétricas participantes do MRE

O processo de determinação dos montantes de deslocamento hidráulico consolidados das usinas hidrelétricas participantes do MRE é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

35. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_UH_{p,j} = DH_ENER_REP_UH_{p,j} + DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_ENER_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

36. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_UH_{p,j} = DH_ELE_REP_UH_{p,j} + DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_ELE_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

37. No que se refere ao deslocamento hidráulico por inflexibilidade, deve-se determinar o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo percebido pelo proprietário da usina e o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo que será transferido aos agentes de distribuição.

38. Dessa forma, o montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UH_{p,j} = DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} + DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_INFLEX_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

39. O montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da diferença entre o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado e o montante Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} - DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_INFLEX_REPASSE_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.5. Determinação dos Encargos por Deslocamento Hidráulico

O processo de determinação dos montantes de encargos oriundos do deslocamento hidráulico é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

40. O montante de Encargo por Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento energético da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, para cada período de comercialização, a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = max\left(0; DH_ENER_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
ENC_DH_ENER$_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
PLD$_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" e período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X$_f$ é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

41. O montante de Encargo por Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento elétrico da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, no período de comercialização, a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ELE_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ELE_{p,j} = max\left(0; DH_ELE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_j\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:

$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_ELE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p", no período de contabilização "j"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"p" é a usina hidráulica para a qual é determinado o custo do deslocamento hidráulico

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

42. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

:

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

43. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de repasse da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.6. Dados de Entrada de Encargos por Deslocamento Hidráulico

$AJUSTE_MRE_RRH_j$	**Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Representa a relação entre a Geração Total Agregada e a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, ambas referentes ao MRE. Calculado por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Detalhamento Ajuste da Garantia Física para Fins de Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$DOMP_ONS_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito Enviado pelo ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS para cada parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito Efetivo do Deck do ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$F_{p,j}$	**Fator de Risco Hidrológico**	
	Descrição	Fator de Risco hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$F_DH_{p,j}$	**Fator de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS/CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_INT_{i,j}$	**Fator de Intercâmbio**	
	Descrição	Fator Intercâmbio vinculado ao ponto de medição "i", que indica se no período de comercialização "j" está ocorrendo importação ou exportação de energia
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_NDH_{p,j}$	**Fator de Não Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Fator de Não Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS/CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo de Perdas Internas das Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_DOMP_{p,j}$	**Geração Final na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GSUB_ONS_{p,j}$	**Geração Substituta Efetiva**	
	Descrição	Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização, "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFIS_2_RRH_{p,j}$	**Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada**	
	Descrição	Garantia Física, para cálculo do repasse do risco hidrológico, modulada e ajustada, em função das perdas internas e indisponibilidade da usina e das perdas da rede básica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Modulação da Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INFLEX_DH_{p,j}$	**Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$IMP_CONV_{i*,j}$	**Importação Líquida de Conversora**	
	Descrição	Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS e CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_TERM_DH_{p,j}$	**Geração Termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Geração termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_CVR_{p,m}$	**Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e Período de Contabilização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_X_j	**Preço do Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Detalhamento do Cálculo do PLD_X)
	Valores Possíveis	Positivos

$QM_GF_RRH_{p,m}$	**Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil(Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$XA_DH_{p,j}$	**Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

XP_GLF_j	**Fator de Rateio de Perdas de Geração**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser aplicado aos pontos de geração que participam do rateio de perdas (50% das perdas alocadas para a categoria geração e 50% das perdas alocadas para a categoria consumo), por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5.7. Dados de Saída de Encargos por Deslocamento Hidráulico

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica com parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6. Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Objetivo:

Identificar os valores preliminares em reais por MWh para pagamento dos encargos de serviços do sistema às usinas que recebem esses montantes.

Contexto:

A apuração do valor dos encargos a ser aplicado aos agentes leva em conta o total de encargos de serviços do sistema, exceto os Encargos por Segurança Energética, e o total de consumo em que incidem esses custos. Esse valor ainda deve sofrer alívio conforme verificado na etapa Ajuste dos Encargos Apurados. A Figura 15 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 15: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.6.1. Detalhamento da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

O processo de apuração do valor dos encargos não ajustados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

44. Os Encargos de Serviços do Sistema devem ser rateados entre o consumo total atendido pelo SIN. A determinação do Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema depende do perfil do agente na CCEE:

44.1. Se o agente pertencer à categoria de distribuição, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Total determinado no Módulo de Regras "Medição Contábil", expresso por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = TRC_{a,s,j}$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

44.2. Caso contrário, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Atendido pelo SIN considerando uma eventual parcela cativa de consumo. O Consumo Atendido pelo SIN verifica a geração de propriedade do agente, deduzindo essa parcela de geração de seu(s) ponto(s) de consumo. O Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema é expresso, nessa condição, por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = max\left(0; \left(\sum_{\substack{c \in s \\ c \in a}} \boldsymbol{RC_SIN_{c,j}}\right) - TRC_CAT_CL_{a,s,j} + TRC_CAT_D_G_{a,s,j}\right)$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo do perfil de agente "a", Consumidor Livre, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_CAT_D_G_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo Associado ao Distribuidor/Gerador do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

44.2.1. O Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional deve considerar a parcela de geração de propriedade do agente, pois, conforme estabelecido no parágrafo único do Art 59 do Decreto nº 5163, par fins de pagamento des Encargos de Serviço do Sistema, o autoprodutor equipara-se ao consumidor na parcela de seu consumo líquido, calculado pela expressão a seguir:

$$\boldsymbol{RC_SIN_{c,j}} = max\left(0; RC_{c,j} - \sum_{p}\left(\left(G_{p,j} + GFT_{p,j} + FLUXO_MRE_{p,j}\right) * \boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}}\right)\right)$$

Onde:

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$RC_{c,j}$ é o Consumo Reconciliado da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,j}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

44.2.1.1. O Percentual de Geração Alocada da usina para atendimento à carga estabelece a proporção horária de alocação de geração que cada parcela de carga possui, com base no percentual de direito de alocação do agente. No caso do agente Varejista, tal percentual deve se limitar aos agentes representados que possuam participação no respectivo empreendimento de geração, garantindo que os demais representados não usufruam indevidamente de uma energia que não possuam direito, conforme expressão abaixo:

*(I) No caso de agente **Varejista**:*

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_V_{\alpha,rp,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_RP} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c" \in "rp", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ Varejista\ "\alpha"$$

(II) Para os demais agentes:

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_AGP} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ "\alpha"$$

Onde:

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", que possui propriedade da parcela de usina "p"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p"

"CP_ALFA_RP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente Varejista "alfa", vinculadas ao representado "rp", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

45. O ONS deverá informar à CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, para cada restrição de operação ocorrida, a lista de usinas impactadas e o tipo de restrição considerando a forma de rateio que deve ser aplicada para os consumidores.

46. Os Seguintes agrupamentos de submercados são utilizados tanto para o cálculo do Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação (incluindo as restrições por unit commitment) quanto para o cálculo do Valor do Encargos de Outros Seviços Ancilares:

Tabela 1 - Subsistemas

Agrupamentos (SUB_SS)		
SE	S-SE	S-SE-NE
S	N-NE	S-SE-N
NE	SE-NE	SE-NE-N
N	SE-N	SIN

46.1. O Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados em cada submercado "s" por período de comercialização "j", em R$/MWh, é expresso por:

$$VE_RO_SUBSIS_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in RO_SS} \left(ENC_REST_UNIT_{p,j} + ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} \right)}{\sum_{s \in SUB_SS} TRC_ESS_{a,s,j}} \right)$$

Onde:

$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados devido à parcela de usina "p", no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

"RO_SS" é o conjunto de parcelas de usinas "p", sujeitas a uma restrição de operação do tipo multi-submercados cujo custo deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS" no período de comercialização "j"

"SUB_SS" é o conjunto submercados "s" compreendidos no agrupamento em que ocorreu a restrição de operação

Importante:

O conjunto "SUB_SS" considerado na expressão deverá ser o mesmo atribuído a parcela de usina "p" pelo ONS.

47. O Valor do Encargo de Compensação Síncrona relaciona a soma dos encargos de compensação síncrona apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_CS_{s,j} = \frac{\sum_{p \in s} ENC_CS_{p,j}}{\sum_{a \in s} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:

$VE_CS_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

48. O Valor do Encargo de Importação relaciona a soma dos encargos de importação apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_IMP_{s,j} = \frac{\sum_{p} \left(ENC_IMP_{p*,j} \right)}{\sum_{a} \sum_{s} \left(TRC_ESS_{a,s,j} \right)} \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação

48.1. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas relaciona os encargos de serviços ancilares devido às usinas que prestaram os serviços, com o consumo dos agentes que são responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$VE_OSA_USI_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in PSA_SS} ENC_OSA_{p,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right) \quad \forall j \in m$$

Onde:

$VE_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"PSA_SS" é o conjunto de usinas "p" cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"

"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

48.2. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores relaciona os encargos de serviços ancilares referentes à implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção, com o consumo dos agentes responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$VE_OSA_DCON_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{a \in DCSA_SS} RSEP_D_{a,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right) \quad \forall j \in m$$

Onde:

$VE_OSA_DCON_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento ao Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de Apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"DCSA_SS" é o conjunto de agentes distribuidores ou consumidores cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"

"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

Importante:

Para cada usina ou agente que prestou serviços ancilares, o valor do conjunto "SUB_SS" considerado para determinar o rateio dos pagadores que devem cobrir o seu custo, é informado pela Aneel. Quando esse dado não for informado, será considerado o SIN como agrupamento de submercados.

49. O Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS relaciona o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SALDO_{s,j} = \frac{PAG_SALDO_ESS_{m}}{\sum_{s \in SIN} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:

$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$PAG_SALDO_ESS_{m}$ é o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

50. O Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico relaciona a soma dos encargos de deslocamento elétrico apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_DH_ELE_{s,j} = \frac{\sum_{p} \left(ENC_DH_ELE_{p,j} \right)}{\sum_{a} \sum_{s} \left(TRC_ESS_{a,s,j} \right)} \quad \forall j \in m$$

Onde:
$VE_DH_ELE_{s,j}$ é o Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico no submercado "s", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

51. O Valor do encargo por submercado, associado a redução de Resposta da Demanda, correspondente ao valor incremental, que será rateado entre todos os consumidores do SIN, sendo determinado pela seguinte expressão:

$$VE_RD_{s,j} = \frac{\sum_{\substack{rv \\ o \\ s}} \sum_a V_REC_H_RD_{a,rv,o,s,j}}{\sum_{s \in SIN} \sum_a TRC_ESS_{a,s,j}} \quad \forall\, s$$

Onde:
$VE_RD_{s,j}$ é o Valor do encargo associado à redução de Resposta da Demanda para repasse em forma de encargos de serviços do sistema para os consumidores no submercado "s", por período de comercialização "j"
$V_REC_H_RD_{a,rv,o,s,j}$ é o Valor Horário a ser recebido pela Redução de Resposta da Demanda para cada perfil de agente ofertante "a", associado ao produto "rv", para a oferta "o", por submercado "s", por período de comercialização "j"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

52. O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados é um valor em R$/MWh, que consolida os valores apurados em apenas uma informação por submercado e período de comercialização, incluindo a parcela de valores associada às ofertas despachadas do programa de RD com preços superiores ao PLD, rateados conforme consumo de referência para fins de ESS, conforme expressão abaixo:

$$VE_ESS_{s,j} = VE_OSA_DCON_{s,j} + VE_CS_{s,j} + VE_RO_SUBSIS_{s,j} + VE_SALDO_{s,j} + VE_DH_ELE_{s,j} + VE_RD_{s,j}$$

Onde:
$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_OSA_DCON_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_CS_{s,j}$ é o Preço do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Preço dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_DH_ELE_{s,j}$ é o Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_RD_{s,j}$ é o Valor do encargo associado à redução de Resposta da Demanda para repasse em forma de encargos de serviços do sistema para os consumidores no submercado "s", por período de comercialização "j"

Importante:

O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados submercados (VE_ESS) não consta o encargo referente a reserva de potência operativa, visto o tratamento distinto para fins de rateio.

53. O Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa determina o valor a ser pago para cada MWh consumido pelo agente consumidor, considerando o rateio de todos os valores a serem recebidos pelas usinas que prestam tal serviço pelo consumo mensal líquido do SIN, entre todos os sbumercados:

$$VE_RESPOP_m = \frac{\sum_p \sum_{j\varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.6.2. Dados de Entrada da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On	
$ENC_CONST_ON_p$	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off	
$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo por Compensação Síncrona	
$ENC_CS_{p,j}$	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Elétrico	
$ENC_DH_ELE_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina hidrelétrica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo por Importação do intercâmbio de energia	
$ENC_IMP_{p*,j}$	Descrição	Encargo de Importação de energia pago ao comercializador importador referente à parcela de usina virtual "p*", criada para representar a Importação, no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PAG_SALDO_ESS_m$	**Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS**	
	Descrição	Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Anexo II – Cálculo e Utilização do Saldo de Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do agente no respectivo ativo de geração.
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do representado no respectivo ativo de geração
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_{c,j}$	**Consumo Reconciliado da Carga**	
	Descrição	Consumo de energia ajustado de uma parcela de carga "c", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$	**Total de Consumo Cativo do Consumidor Livre**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo cativo atribuído ao consumidor livre, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_REC_H_RD_{a,rv,o,s,j}$	**Valor Horário a ser recebido pelo agente que participa da Redução de Resposta da Demanda**	
	Descrição	Valor Horário a ser recebido pela Redução de Resposta da Demanda para cada perfil de agente ofertante "a", associado ao produto "rv", para a oferta "o", por submercado "s", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Resposta da Demanda (Custo da Redução de Resposta da Demanda)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6.3. Dados de Saída da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_m	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_OSA_USI_{p,j}$	**Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas**	
	Descrição	Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_OSA_DCON_{p,j}$	**Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores**	
	Descrição	Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_IMP_{p,j}$	**Valor dos Encargos de Importações**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7. Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Objetivo:

Calcular o montante financeiro de recursos disponível para alívio de encargos de serviços do sistema.

Contexto:

Esta etapa consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema. Esses recursos são utilizados para ajuste dos valores dos encargos calculados na etapa anterior, reduzindo o montante de encargos a serem rateados pelos consumidores de energia do SIN. A Figura 16 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 16: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.7.1. Detalhamento do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

O processo de cálculo do total de recursos ajustados para alívio de encargos de serviços do sistema é composto pelos seguintes comandos e expressões:

54. Serão utilizados para o alívio dos Encargos de Serviços do Sistema os seguintes recursos:

- Penalidade de Medição;
- Multa por Falta de Combustível;
- Multa pelo não aporte de Garantias Financeiras;
- Multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo;
- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente; e
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico).

55. O Total de Penalidades para Abatimento dos ESS é composto pela soma dos montantes financeiros efetivamente pagos pelos agentes a título de (i) penalidades pela não geração de energia por falta de combustível, (ii) penalidades associadas à coleta de dados de medição, (iii) penalidades por inobservância do aporte de garantias financeiras, nos termos dos Procedimentos de Comercialização vigentes, e (iv) multa por inadimplência na liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. O Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS é expresso por:

$$TDP_ESS_{a,m} = \sum_{k \in AKP} \left(MFEP_PMED_{a,m,k} + MFEP_FC_{a,m,k} + MFEP_MGFIN_{a,m,k} + MFEP_INAD_{a,m,k} \right)$$

Onde:

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de De mais Penalidades para Abatimento dos ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$MFEP_PMED_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_FC_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à inobservância do aporte de garantias financeiras apurada no mês "k"

$MFEP_INAD_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", relativa à inadimplência no mês "k"

"AKP" é o conjunto de penalidades de cada perfil de agente "a", a serem aplicadas no mês de apuração "m", referentes às penalidades apuradas nos meses "k"

56. O Total das Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS consolida o Total de Penalidades para Abatimento dos ESS, por mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$TPAP_ESS_m = \sum_a \left(TDP_ESS_{a,m} \right)$$

Onde:

$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de Demais Penalidades para Abatimento do ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

57. O Efeito de Importação de energia corresponde à somatória dos valores referente aos custos por importação e o excedente financeiro de importação, tais valores são revertidos em benefício da conta de Encargos de Serviços de Sistemas - ESS, sendo expresso por:

$$E_IMP_{a,m} = \boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} + \boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}}$$

Onde:

E_IMPa,m é o Efeito de Importação de energia do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

V_CUSTO_IMP_$M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
EXCD_FIN_IMP_$M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
57.1. A soma do Excedente financeiro total referente ao valor verificado dos custos por razão de importação, identifica o excedente financeiros a ser pagos pelo agente no mês vigente, expresso por:

$$\boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p*\in a}\sum_{j\in m}\left(EXCD_FIN_IMP_{p*,j}\right)$$

Onde:
EXCD_FIN_IMP_$M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
EXCD_FIN_IMP$_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

57.2. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelo agente no mês vigente em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p*\in a}\sum_{j\in m}\left(\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}}\right)$$

Onde:
V_CUSTO_IMP_$M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por razão de Importação energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
V_CUSTO_IMP_TOT$_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por razão de Importação energética Total da parcela de usina virtual substituta "p*", no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação
57.2.1. O valor referente aos custos por razão de importação total, identifica os montantes totais financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j} = V_CUSTO_IMP_A_{p*,j} + V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}}$$

Onde:
V_CUSTO_IMP_TOT$_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por razão de Importação energética Total da parcela de usina virtual substituta "p*", no período de comercialização "j"
V_CUSTO_IMP_$A_{p*,j}$ é a Valoração do Custo Total das diferenças de energia entre a Importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
V_CUSTO_IMP_SS$_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de energia de Importação Sem Substituição da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação
57.2.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}} = \sum_{P\in PSUB} V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$$

Onde:
V_CUSTO_IMP_$A_{p*,j}$ é a Valoração de Custo Total das diferenças de energia entre a Importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
V_CUSTO_IMP$_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da diferença de energia entre a Importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", referente a geração da parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
"PSUB" é o conjunto de usinas que foram substituídas para realização da importação
"p*" é a parcela de usina virtual que representa a Importação
58. O Recurso proveniente de Importação do intercâmbio de energia corresponde à somatória dos valores referente aos custos por importação, e o excedente financeiro de importação, tais valores são revertidos em benefício da conta de Encargos de Serviços de Sistemas - ESS, expresso por:

$$REC_IMP_m = \sum_a E_IMP_{a,m}$$

Onde:
REC_IMPm é o Recurso proveniente de Importação de energia no mês de apuração "m"
E_IMPa,m é o Efeito de Importação de energia do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
59. O Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS considera os recursos remanescentes oriundos do tratamento das exposições em função das eventuais diferenças de preços entre os submercados, os montantes residuais de meses anteriores, além das penalidades utilizadas para alívio de ESS. Esse montante mensal é utilizado para determinar o ajuste nos valores apurados na etapa anterior e é expresso por:

$$TRDA_ESS_m = TRU_ESS_m + TPAP_ESS_m + max(0; SF_MA_m - ADDC_SF_MA_m) + REC_IMP_m$$

Onde:
TRDA_ESS$_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"
TRU_ESS$_m$ é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"
TPAP_ESS$_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"
SF_MAm é a Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"
ADDC_SF_MA$_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas referente Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"
REC_IMPm é o Recurso proveniente de Importação de energia no mês de apuração "m"
Representação Gráfica

Figura 17: Composição do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

2.7.2. Dados de Entrada do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

	Excedente Financeiro de Importação de energia total	
EXCD_FIN_IMP_$M_{a,m}$	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_FC_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por energia não gerada por falta de combustível apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_INAD_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por inobservância do aporte de garantias financeiras de acordo com o estabelecido em Procedimentos de Comercializado, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SF_MA_m	**Sobra Financeira do Mês Anterior**	
	Descrição	Montante financeiro referente à sobra do excedente financeiro apurado no mês anterior "m-1", sob gestão da CCEE em conta corrente específica, que retorna no mês de apuração "m" ao processo de contabilização, ajustado pelo resultado de aplicação além da própria movimentação financeira no período. Eventual saldo remanescente da CONER, findo os prazos dos CERs, será acrescido nesta conta corrente
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_PMED_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade associada ao processo de coleta de medição pela CCEE apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da diferença de energia entre a Importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da diferença de energia entre a Importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", referente a geração da usina virtual "p*", criada para representar a importação, no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$	**Valoração do Custo de energia de Importação Sem Substituição**	
	Descrição	Encargo aplicado ao comercializador responsável pela Importação que ocorreu Sem Substituição de usina termoelétrica, sendo ocasionado pela não entrega de todo o montante definido pelo ONS referente a parcela de usina virtual "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$	**Valor referente aos Custos por razão de Importação energética**	
	Descrição	Corresponde aos Custos por razão de Importação energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7.3. Dados de Saída do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

REC_IMP_m	**Recurso proveniente de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Corresponde ao total dos montantes recebíveis de encargos por razão de importação de energia apurados no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EXCD_FIN_IMP_{p,j}$	**Excedente Financeiro de Importação de energia**	
	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$E_IMP_{a,m}$	**Efeito de Importação de energia**	
	Descrição	Efeito de Importação de energia do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TDP_ESS_{a,m}$	**Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS**	
	Descrição	Corresponde à soma de valores pagos pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente às demais penalidades destinadas para abatimento de ESS. São incluídos nestas penalidades, os montantes pagos referentes às penalidades de medição, energia não gerada por falta de combustível, as penalidades pagas pelo não aporte das garantias financeiras calculadas e a multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$	**Valoração do Custo Total das diferenças de energia entre a Importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração Total das diferenças de energia entre a Importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina virtual "p*", criada para representar a importação, noperíodo de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8. Ajuste dos Encargos Apurados

Objetivo:

Ajustar os valores de encargos apurados em função dos recursos disponíveis para alívio.

Contexto:

O valor dos encargos ajustados corresponde ao valor em R$/MWh efetivamente aplicado à contabilização dos agentes para composição do pagamento de encargos associados às usinas afetadas por restrições de operação, despachadas por razão de segurança energética e/ou que prestam serviços ancilares ao sistema. A Figura 18 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 18: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.8.1. Detalhamento do Ajuste dos Encargos Apurados

O processo de cálculo do ajuste dos encargos apurados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

60. O Total de Encargos de Serviços do Sistema indica o valor em reais a ser pago aos geradores por ESS. O Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema (expresso em termos de energia) multiplicado pelo Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, expresso em R$/MWh, incluindo o encargo para atendimento da reserva de potência operativa,somado ao Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização e sobras financeiras para alívio despesas futuras para fins de recontabilização, fornece o Total de Encargos de Serviços do Sistema, conforme expressão abaixo:

$$T_ESS_m = \sum_s \sum_{j \in m} \left(\left(\sum_a TRC_ESS_{a,s,j} \right) * \left(VE_ESS_{s,j} + VE_IMP_{s,j} + VE_OSA_USI_{s,j} \right) \right) + \sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_RESPOP_m + \sum_a \boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} + SFM_FUT_RECONT_m$$

Onde:

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", no período de comercialização "j"

VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m".

60.1. O alívio retroativo não é reprocessado em recontabilizações onde houve sobra futura, assim é necessário garantir que sejam mantidos os mesmos efeitos percebidos na contabilização do mês de apuração. O valor referente ao encargo de meses passados já aliviados na contabilização é incluído no total de encargos de serviços do sistema do mês recontabilizado, a fim de serem considerados nos montantes passíveis de alívio:

Se $SFM_FUT_RECONT_m > 0$*, então;*

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = TAR_ENC_{a,m,u-1}$$

Caso contrário:

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = 0$$

Onde:

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

61. O ajuste dos valores de encargos depende da relação entre o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS e o Total de Encargos Passíveis de Alívio:

61.1. Caso o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS seja suficiente para atender o Total de Encargos de Serviços do Sistema, então os Encargos de Serviços do Sistema são iguais à zero.

61.2. Os valores dos Encargos de Serviços do Sistema podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_ESS_{s,j} = VE_ESS_{s,j} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:

$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"

$VE_ESS_{s,j}$ é o Preço dos Demais Encargos de Serviços do Sistema, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

61.2.1. O Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema considera Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS em relação ao Total de Encargos de Serviços do Sistema por meio da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m} = max\left(0; \frac{T_ESS_m - TRDA_ESS_m}{T_ESS_m}\right)$$

Onde:

$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

61.3. Os valores dos Encargos de Reserva de Potência Operativa podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_RESPOP_m = VE_RESPOP_m * F_AJUSTE_ESS_m$$

Onde:

VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

F_AJUSTE_ESSm é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m".

61.4. Os valores dos Encargos de Importação podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_IMP_{s,j} = VE_IMP_{s,j} * F_AJUSTE_ESS_m$$

Onde:

$VA_IMP_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Encargos de Importação do submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"

$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

61.5. Os valores dos Encargos de Outros Serviços Ancilares para Usinas podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_OSA_USI_{s,j} = VE_OSA_USI_{s,j} * F_AJUSTE_ESS_m$$

Onde:

$VA_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Encargos de Outros Serviços Ancilares para Usinas do submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

62. O valor do Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema

$$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} = TAR_ENC_RECONT_{a,m} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

63. O valor da Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema

$$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} = \left(SFM_FUT_RECONT_m * \frac{\sum_s \sum_{j\in m}(TRC_ESS_{a,s,j})}{\sum_a \sum_s \sum_{j\in m}(TRC_ESS_{a,s,j})}\right) * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"
"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"
"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

2.8.2. Dados de Entrada do Ajuste dos Encargos Apurados

SFF_FUT_RECONTm	**Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TAR_ENC_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
VA_RESPOP_m	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_OSA_USI_{s,j}$	**Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas**	
	Descrição	Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_IMP_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Importações**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8.3. Dados de Saída do Ajuste dos Encargos Apurados

T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_OSA_USI_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Encargos de Outros Serviços Ancilares para Usinas do Sistema**	
	Descrição	Valor Ajustado dos Encargos de Outros Serviços Ancilares para Usinas do submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_IMP_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Encargos de Importação do Sistema**	
	Descrição	Valor Ajustado dos Encargos de Importação do submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_m	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m}$	**Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

Objetivo:

Apurar os valores de encargos em função do deslocamento hidráulico por inflexibilidade.

exto:

Valor de encargos por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade termoelétrica é apurado com base no total de encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade pelo total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade gerador de ESS. Esse encargo é assumido pelos agentes geradores que originaram o deslocamento. A Figura 19 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 19: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.9.1. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

O processo de cálculo do encargo por deslocamento hidráulico por inflexibilidade é composto pelos seguintes comandos e expressões:

64. O Total de Encargos de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade em um período comercialização é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_ENC_DH_INFLEX_j = \sum_{p \in PMRE} \left(ENC_DH_INFLEX_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} \right)$$

Onde:

$TOT_ENC_DH_INFLEX_j$ é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

65. O montante total de energia que deu origem ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_ESS_j = \sum_{p \in PMRE} DH_INFLEX_UH_{p,j}$$

Onde:

$TOT_DH_INFLEX_ESS_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE_DH" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

66. O Valor Ajustado do Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$VA_DH_INFLEX_j = \frac{TOT_ENC_DH_INFLEX_j}{TOT_DH_INFLEX_ESS_j}$$

Onde:

$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

TOT_ENC_DH_INFLEXj é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

$TOT_DH_INFLEX_ESS_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

2.9.2. Dados de Entrada da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

$DH_INFLEX_UH_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica**	
	Descrição	Deslocamento hidráulico de inflexibilidade de uma usina hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repactuação do Risco Hidrológico (Determinação do Montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidráulica)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9.3. Dados de Saída da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,	
VA_DH_INFLEX$_j$	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10. Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Totalizar os encargos por segurança energética e definir a forma de rateio desses encargos.

Contexto:

O total de encargos por segurança energética é constituído pela soma dos encargos pagos às usinas despachadas por segurança energética e pelos encargos devidos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do despacho fora da ordem de mérito e de importação sem garantia física associada. Esse encargo é assumido pelos agentes de consumo a partir dos critérios estabelecidos nesta etapa das regras de comercialização. A Figura 20 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 20: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.10.1. Totalização dos Encargos por Segurança Energética

O processo de totalização dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

67. O Total de Encargos por Razão de Segurança Energética indica o valor em reais a ser pago pelos agentes de consumo aos agentes proprietários de usinas termelétricas que geraram por razões de segurança energética e também o valor a ser pago aos agentes proprietários de usinas hidrelétricas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função da geração efetuada fora da ordem de mérito e por importação de energia sem lastro associado. Este valor é obtido pela seguinte expressão:

$$T_SEG_ENER_m = \sum_{j \in m} \sum_{p} \left(ENC_SEG_ENER_{p,j} + ENC_DH_ENER_{p,j} \right) - \sum_{a} \boldsymbol{DIF_ENC_SUB_{a,m}}$$

Onde:

T_SEG_ENER$_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"

ENC_SEG_ENER$_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

ENC_DH_ENER$_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

DIF_ENC_SUB$_{a,m}$ é o Total de Ajuste da Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.10.2. Detalhamento do Consumo de Referência para o Rateio de Encargos de Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva

68. Os Encargos por Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva devem ser rateados pelo consumo líquido dos agentes:

$$TRC_SEG_ENER_{a,m} = max\left(0; \sum_{s} \sum_{j \in m} TRC_{a,s,j} - \sum_{p} \left(G_SEG_ENER_{p,a,m} \right) \right)$$

Onde:

TRC_SEG_ENER$_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

TRC$_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

G_SEG_ENER$_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

68.1. A Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pela soma de toda geração utilizada para o abatimento das cargas, modeladas sobre o respectivo perfil de agente, conforme expressão:

$$G_SEG_ENER_{p,a,m} = \sum_{c \in a} G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$$

Onde:

G_SEG_ENER$_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

G_SEG_ENER_ATIV$_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação das Cotas do PROINFA, do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

2.10.3. Detalhamento do Valor dos Encargos por Segurança Energética

69. O Valor dos Encargos de Segurança Energética relaciona a soma dos encargos de segurança energética devidos às usinas, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética de todos os agentes no mês, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SEG_ENER_m = \frac{T_SEG_ENER_m}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:

VE_SEG_ENER$_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"

T_SEG_ENER$_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"

TRC_SEG_ENER$_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.10.4. Dados de entrada da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,	
ENC_DH_ENER$_{,p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{,p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{,p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{,p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{,p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$	**Geração Para Abatimento de Carga de Referência**	
	Descrição	Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação das Cotas do PROINFA, do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Contratos (Sazonalização de contratos do PROINFA)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada agente "a", por submercado "s" e período de comercialização
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10.5. Dados de saída da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$T_SEG_ENER_m$	**Total de Encargos pelo Despacho por Segurança Energética**	
	Descrição	Total de pagamentos devidos às parcelas de usinas em função da produção de energia elétrica associada ao despacho por Segurança Energética, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_m$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_SEG_ENER_m$	**Valor dos Encargos de Segurança Energética**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11. Consolidação dos Encargos

Objetivo:

Consolidar os valores a pagar e a receber de agente em função dos encargos apurados no mês.

Contexto:

O valor ajustado dos encargos multiplicado pela energia passível de pagamentos de encargos deve ser consolidado, por agente, de modo a compor o resultado da contabilização de cada agente, no mês de apuração. A Figura 21 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 21 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.11.1. Detalhamento da Consolidação dos Encargos

O processo de consolidação dos encargos é composto pelos seguintes comandos e expressões:

Valores à Receber:

70. O Total de Recebimento por Encargos identifica todos os montantes financeiros de encargos apurados para os perfis de geração e para perfis de consumo, no mês de apuração. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos, sendo seu cálculo dado pela expressão:

$$RECEBIMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{RECEBIMENTO_ENC_C_{a,m}} + \boldsymbol{RECEBIMENTO_ENC_G_{a,m}}$$

Onde:

$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$RECEBIMENTO_ENC_C_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de perfis de Consumo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$RECEBIMENTO_ENC_G_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de perfis de Geração do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

70.1. O Total de Recebimento por Encargos de perfis de Consumo identifica todos os montantes financeiros de encargos apurados para todas as cargas do agente, sendo seu cálculo expresso por:

$$\boldsymbol{RECEBIMENTO_ENC_C_{a,m}} = \boldsymbol{R_ENC_DH_C_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_OSA_C_{a,m}}$$

Onde:

$RECEBIMENTO_ENC_C_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de perfis de Consumo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_DH_C_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico de perfis de Consumo, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_OSA_C_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares de perfis de Consumo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

71. O Total de Recebimento por Encargos de perfis de Geração identifica todos os montantes financeiros de encargos apurados para as usinas do agente, sendo seu cálculo expresso por:

$$\begin{aligned}\boldsymbol{RECEBIMENTO_ENC_G_{a,m}} &= \boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_OSA_G_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_DH_G_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_RD_{a,m}} \\ &\quad - \boldsymbol{DIF_ENC_SUB_{a,m}}\end{aligned}$$

Onde:

$RECEBIMENTO_ENC_G_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de perfis de Geração do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_RO_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_SE_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_CS_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_OSA_G_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares de perfis de Geração do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_DH_G_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico de perfis de Geração do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_RESPOP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_IMP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_RD_{a,m}$ é o Recebimento via Encargos da Redução de Resposta da Demanda do perfil de agente ofertante "a", no mês de contabilização "m"

$DIF_ENC_SUB_{a,m}$ é o Total de Ajuste da Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

71.1. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Restrição de Operação identifica os montantes financeiros a serem recebidos, por restrição de operação (*constrained-on* e *off, e unit commitment*), pelas usinas do agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} \left(ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} + ENC_REST_UNIT_{p,j} \right)$$

Onde:

$R_ENC_RO_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

71.2. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Razão de Segurança Energética identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função da geração verificada a título de segurança energética no mês de apuração, dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} ENC_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:

$R_ENC_SE_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

71.3. O Total de Recebimento do Agente por Encargo de Compensação Síncrona identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função do fornecimento ou absorção de energia reativa, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} ENC_CS_{p,j}$$

Onde:

$R_ENC_CS_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ENC_CS_{p,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

71.4. O Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas que atendam ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa no mês:

$$\boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}$$

Onde:

$R_ENC_RESPOP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

71.5. O Total de Recebimento por Encargos de Importação, identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo perfil de agente função da importação de energia:

$$\boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}} = \sum_{j\in m}\sum_{p*\in a} ENC_IMP_{p*,j}$$

Onde:
$R_ENC_IMP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação do intercâmbio de energia da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina de energia proveniente de Importação
71.6. O Total de Ajuste do Agente em função da Substituição de Geração identifica os montantes financeiros relativos à diferença do Custo Declarado associado à produção de energia das usinas substitutas e as que foram substituídas no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{DIF_ENC_SUB_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{p*}\sum_{j\in m} DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j}$$

Onde:
$DIF_ENC_SUB_{a,m}$ é o Total de Ajuste da Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j}$ é a Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"
71.1. O Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares de perfis de Consumo identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente pela prestação de serviços ancilares de suas cargas, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_OSA_C_{a,m}} = RSEP_D_{a,m}$$

Onde:
$R_ENC_OSA_C_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares de perfis de Consumo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
71.2. O Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares de perfis de Geração identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente pela prestação de serviços ancilares de suas usinas, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_OSA_G_{a,m}} = \sum_{p\in a} ENC_OSA_{p,m}$$

Onde:
$R_ENC_OSA_G_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares de perfis de Geração do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
71.3. O Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico de perfis de Geração identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas hidrelétricas do MRE em função dos deslocamentos hidráulicos de origem energética, elétrica e/ou de inflexibilidade:

$$\boldsymbol{R_ENC_DH_G_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon a}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_ENER_{p,j} + ENC_DH_ELE_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_{p,j}\right)$$

Onde:
$R_ENC_DH_G_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico de perfis de Geração do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
71.4. O Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico de perfis de Consumo identifica o montante financeiro a ser recebido pelo distribuidor em função dos deslocamentos hidráulicos de origem de inflexibilidade:

$$\boldsymbol{R_ENC_DH_C_{a,m}} = \boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}}$$

Onde:
$R_ENC_DH_C_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico de perfis de Consumo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
71.4.1. O Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor identifica o montante financeiro de deslocamemento hidráulico destinado a um distribuidor em virtude do proprietário da usina hidrelétrica ter aderido à Repactuação do Risco Hidrológico do ACR, sendo determinado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon MRE}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}\right) * \boldsymbol{F_RVRRH_{a,m}}$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_RVRRH_{a,m}$ é a o Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
71.4.2. O Fator de Rateio do Valor de Repasse de Risco Hidrológico do ACR entre os agentes de distribuição é determinado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_RVRRH_{a,m}} = \frac{\sum_s \sum_{j\in m} TRC_{a,s,j}}{\sum_{a\in CD}\sum_s \sum_{j\in m} TRC_{a,s,j}}$$

Onde:
$F_RVRRH_{a,m}$ é a o Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"
"CD" é a classe de Distribuição

Valores à Pagar:
72. O Total de Pagamento do Agente por Encargos no mês de apuração identifica todos os montantes financeiros de encargos a serem pagos pelo agente. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Pagamento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$\boldsymbol{PAGAMENTO_ENC_{a,m}} = \boldsymbol{PAGAMENTO_ENC_C_{a,m}} + \boldsymbol{PAGAMENTO_ENC_G_{a,m}}$$

Onde:
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$PAGAMENTO_ENC_C_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos referentes aos perfis de Consumo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$PAGAMENTO_ENC_G_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos referentes aos perfis de Geração do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
72.1. O Total de Pagamento por Encargos referentes aos perfis de Consumo do Agente no mês de apuração identifica todos os montantes financeiros de encargos a serem pagos pelas cargas do agente, sendo seu cálculo express por:

$$\boldsymbol{PAGAMENTO_ENC_C_{a,m}} = \boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{P_RESPOP_{a,m}} + \boldsymbol{P_ENC_IMP_{a,m}} + \boldsymbol{P_ESS_{a,m}} + \boldsymbol{P_OSA_USI_{a,m}} + TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} + SFM_FUT_RECONT_A_{a,m}$$

Onde:
$PAGAMENTO_ENC_C_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos referentes aos perfis de Consumo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_RESPOP_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_IMP_{a,m}$ é o Pagamento por Encargos de Importação do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ESS_{a,m}$ é o Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_OSA_USI_{a,m}$ é o Pagamento por Encargos de Outros Serviços Ancilares do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m}$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
72.2. O Total de Pagamento por Encargos referentes aos perfis de Geração do Agente no mês de apuração identifica todos os montantes financeiros de encargos a serem pagos pelas usinas do agente, sendo seu cálculo express por:

$$\boldsymbol{PAGAMENTO_ENC_G_{a,m}} = E_IMP_{a,m} + \boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} + TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} + SFM_FUT_RECONT_A_{a,m}$$

Onde:
$PAGAMENTO_ENC_G_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos referentes aos perfis de Geração do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
E_IMPa,m é o Efeito de Importação de energia do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
SFM_FUT_RECONT_Aa,m é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
72.2.1. O Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema é determinado, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m", pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ESS_{a,m}} = \sum_{s}\sum_{j\in m}\left(TRC_ESS_{a,s,j} * VA_ESS_{s,j}\right)$$

Onde:
$P_ESS_{a,m}$ é o Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"

72.3. O Pagamento dos Encargos por Razão de Segurança Energética será rateado proporcionalmente pelo consumo considerando eventual geração de propriedade da carga, calculado conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} = TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_SEG_ENER_m$$

Onde:
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$VE_SEG_ENER_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

72.3.1. O Pagamento do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa é determinado para cada perfil de agente conforme seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_RESPOP_{a,m}} = TRC_SEG_ENER_{a,m} * VA_RESPOP_m$$

Onde:
$P_RESPOP_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

72.3.2. O Pagamento do Encargo de Importação é determinado para cada perfil de agente, conforme seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_IMP_{a,m}} = \sum_{s} \sum_{j \in m} \left(TRC_ESS_{a,s,j} * VA_IMP_{s,j}\right)$$

Onde:
$P_ENC_IMP_{a,m}$ é o Pagamento por Encargos de Importação do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"
$VA_IMP_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Encargos de Importação do submercado "s", no período de comercialização "j"

72.3.3. O Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade é determinado para cada perfil de agente, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} \left(DH_INFLEX_UTE_{p,j} * VA_DH_INFLEX_j\right)$$

Onde:
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

72.3.4. O Pagamento do Encargo de Outros Serviços Ancilares é determinado para cada perfil de agente, conforme seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_OSA_USI_{a,m}} = \sum_{s} \sum_{j \in m} \left(TRC_ESS_{a,s,j} * VA_OSA_USI_{s,j}\right)$$

Onde:
$P_OSA_USI_{a,m}$ é o Pagamento por Encargos de Outros Serviços Ancilares do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"
$VA_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor Ajustado do Encargo de Outros Serviços Ancilares por submercado "s", no período de comercialização "j"

73. O Total de Encargos Consolidado identifica o valor a ser pago (**negativo**) ou recebido (**positivo**) a ser agregado ao resultado final da contabilização do agente no mês de apuração a título de Encargos, expresso por:

$$ENCARGOS_{a,m} = RECEBIMENTO_ENC_{a,m} - PAGAMENTO_ENC_{a,m}$$

Onde:
$ENCARGOS_{a,m}$ é o Total de Encargos Consolidado, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.11.2. Dados de Entrada da Consolidação dos Encargos

$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EC_CAR_{a,m}$	**Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EC_CAR_TOT_m$	**Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina hidrelétrica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

ENC_DH_INFLEX_REPASSE $_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$E_IMP_{a,m}$	**Efeito de Importação de energia**	
	Descrição	Efeito de Importação de energia do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j}$	**Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração**	
	Descrição	Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$R_ENC_RD_{a,m}$	**Recebimento de Encargo associado à Redução de Resposta da Demanda**	
	Descrição	Recebimento mensal via Encargo por conta de atendimento à produtos de RD do perfil de agente ofertante "a", no mês de contabilização "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Resposta da Demanda (Custo da Redução de Resposta da Demanda)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m}$	**Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j", baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Fornecedor	Encargos (Consolidacao das Informacoes Ajustadas de Consumo e Geracao)
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor ajustado a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s" para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_m	**Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_OSA_USI_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Encargos de Outros Serviços Ancilares para Usinas do Sistema**	
	Descrição	Valor Ajustado dos Encargos de Outros Serviços Ancilares para Usinas do submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_IMP_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Encargos de Importação do Sistema**	
	Descrição	Valor Ajustado dos Encargos de Importação do submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_DH_INFLEX_j$	**Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,**	
	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11.3. Dados de Saída da Consolidação dos Encargos

$ENCARGOS_{a,m}$	**Total de Encargos Consolidado**	
	Descrição	Informação líquida de todos os montantes a serem pagos ou recebidos em função dos encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$F_RVRRH_{a,m}$	**Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR**	
	Descrição	Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
	Unidade	n.a
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Pagamentos por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem pagos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente, "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_CAR_{a,m}$	**Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética rateada proporcionalmente pela energia comercializada**	
	Descrição	Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela rateada proporcionalmente pela energia comercializada, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_ESS_{a,m}$	**Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada dos encargos de serviços do sistema apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem recebidos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$R_ENC_CS_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona**	
	Descrição	Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona do perfil de agente "a", no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3. Anexos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 -Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

3.1. Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

Objetivo:

Calcular os recursos residuais utilizados no alívio retroativo e ainda sua eventual utilização em futuros ciclos contábeis.

Contexto:

Os recursos financeiros residuais após o alívio dos encargos de serviços do sistema são utilizados para abatimento de exposições e encargos não aliviados nos doze últimos ciclos contábeis. Após esse alívio retroativo, um eventual saldo residual é armazenado para utilização no próximo ciclo contábil. A Figura 22 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 22: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

3.1.1. Detalhamento da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

74. O processo de cálculo da determinação dos recursos utilizados para alívio retroativo é composto pelos seguintes comandos e expressões:

74.1. O Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior corresponde ao montante residual entre o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS oriundo do tratamento das exposições em função da diferença de preços entre os submercados e o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração, utilizado para alívio retroativo das doze últimas contabilizações. Em caso de Recontabilização, este acrônimo não é reapurado, assumindo o mesmo valor obtido na contabilização do mês, expresso por:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$RD_AR12_m = RD_AR12_{m,u-1}$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$RD_AR12_m = max(0; TRU_ESS_m - T_ESS_m)$$

Onde:

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior, no mês de apuração "m"

TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

74.2. A Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS corresponde à sobra residual de recursos disponível para alívio de ESS descontada ainda a parcela utilizada para alívio das doze últimas contabilizações, este último somente nos processamentos de contabilização, utilizada no próximo ciclo contábil e dada pela expressão:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$SF_ESS_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m)$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$SF_ESS_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m - RD_AR12_m)$$

Onde:

$SF_ESS_FUT_m$ é a Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS no mês de apuração "m"

$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês, no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

74.3. O Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo refere-se ao total de pagamentos referentes aos encargos de serviços do sistema. Desta forma, a expressão que determina o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo por agente no mês de apuração é dada por:

$$TP_ENC_AR_{a,m} = P_ESS_{a,m} + P_RESPOP_{a,m} + P_ENC_IMP_{a,m} + P_OSA_USI_{a,m} + TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} + SFM_FUT_RECONT_A_{a,m}$$

Onde:

$TP_ENC_AR_{a,m}$ é o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$P_ESS_{a,m}$ é o Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$P_RESPOP_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_IMP_{a,m}$ é o Pagamento por Encargos de Importação do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_OSA_USI_{a,m}$ é o Pagamento por Encargos de Outros Serviços Ancilares do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m}$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

Importante:

Os perfis de agente das classes de Importação e Exportação para os meses em que for observado exportação de energia elétrica em caráter interruptível não farão jus ao alivio retroativo do total de seus encargos passíveis de alivio, ou seja, o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo ($TP_ENC_AR_{a,m}$) para os referidos meses serão iguais a zero.

3.1.2. Dados de Entrada da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$SFM_FUT_RECONT_m$	**Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m}$	**Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.1.3. Dados de Saída da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

RD_AR12_m	**Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" destinado ao alívio retroativo das exposições financeiras do 12º mês anterior
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$SF_ESS_FUT_m$	**Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" para eventual alívio de despesa futuras com ESS
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$TP_ENC_AR_{a,m}$	**Total de Pagamentos de Encargos Passível de Alívio Retroativo**	
	Descrição	Montante de encargos apurados passível de alívio retroativo, composto pelos encargos de serviços do sistema e os encargos por razão de segurança energética, por agente perfil de agente "a", calculados no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

10 - Consolidação de Resultados 2024.3

1. Introdução

O Módulo de Consolidação de Resultados promove a consolidação de todas as componentes financeiras consideradas para fins de obtenção dos valores associados à contabilização das operações realizadas no âmbito da CCEE pelos agentes. Tal módulo visa determinar os efeitos da contratação na modalidade de disponibilidade, por regime de cota de garantia física, por contrato de Cota de Energia Nuclear (CCEN), os ajustes referentes ao alívio retroativo de encargos, a restituição dos montantes financeiros excedentes da CONER, os ajustes decorrentes dos resultados de Itaipu, os ajustes decorrentes do repasse do risco hidrológico do ACR, bem como consolidar o resultado de cada agente da CCEE.

O Módulo de Regras "Consolidação de Resultados" subsidia os processos de: (i) liquidação financeira conduzido mensalmente pela CCEE, (ii) cálculo das garantias financeiras a serem aportadas pelos agentes, com o objetivo de mitigar os riscos de inadimplência nos processos de liquidação financeira e (iii) determinação dos ajustes de recontabilização e eventuais ajustes na contabilização.Conceitos Básicos

1.1.1. O Esquema Geral

O módulo "Consolidação de Resultados", esquematizado na Figura 1, é composto por várias etapas de cálculo, com o objetivo principal de apurar os valores de receitas e despesas resultantes do processamento da contabilização na CCEE, visando o processo de liquidação financeira:

Figura 1: Esquema Geral do Módulo de Regras: "10 - Consolidação de Resultados"

São apresentadas abaixo as descrições das etapas que serão detalhadas neste documento:

- **Ajustes Decorrentes da Contratação por Disponibilidade:** determina os efeitos da contratação por disponibilidade a serem considerados nos resultados da contabilização dos agentes. Em linhas gerais, este submódulo responde pela apuração do repasse às distribuidoras devido aos efeitos contábeis da operação no Mercado de Curto Prazo e os encargos recebidos das usinas comprometidas com contratos por disponibilidade.
- **Ajustes Decorrentes da Contratação por Regime de Cotas de Garantia Física:** determina os efeitos da contratação pelo regime de cotas de garantia física a serem considerados nos resultados da contabilização dos agentes. Em linhas gerais, este submódulo responde pela apuração do repasse às distribuidoras dos efeitos contábeis da operação no Mercado de Curto Prazo, dos Ajustes de exposições financeiras, dos efeitos da compensação do MRE, de recebimento de encargo referente à compensação síncrona, e pagamentos de encargos por Segurança Energética referentes às usinas.
- **Ajustes Decorrentes da Contratação de Energia Nuclear:** determina os efeitos da contratação de Energia Nuclear a serem considerados nos resultados da contabilização dos agentes. Em linhas gerais, este submódulo responde pela apuração do repasse às distribuidoras dos efeitos contábeis da operação no Mercado de Curto Prazo, dos Ajustes de exposições financeiras, dos efeitos da compensação do MRE e de Encargos recebidos das usinas.
- **Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo:** calcula os ajustes necessários para cobertura retroativa de exposições financeiras negativas e dos valores de encargos já liquidados, na contabilização dos agentes da CCEE**. Este mecanismo não é reapurado em recontabilizações.**
- **Restituição, aos Usuários de Energia de Reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER:** apura o excedente estimado na CONER, a partir dos resultados do agente ACER na contabilização e o consolida com os montantes apurados de sobras existentes na CONER após realizados os pagamentos no âmbito da Liquidação de Energia de Reserva. O montante final é calculado para impactar o resultado do agente Usuário de Energia de Reserva que receberá a restituição dos montantes no MCP.
- **Ajustes Decorrentes dos Resultados de Itaipu:** apura os valores a serem repassados aos agentes de distribuição referentes aos riscos hidrológicos associados à geração de Itaipu, conforme determinado pelo Decreto nº 8.401/2015. Este submódulo responde pela apuração do repasse às distribuidoras dos efeitos contábeis da operação no Mercado de Curto Prazo, dos Ajustes de exposições financeiras, dos efeitos da compensação do MRE, associados à operação de Itaipu.
- **Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR:** apura os valores a serem repassados aos agentes de distribuição a partir do valor determinado de repasse do risco hidrológico do ACR de cada parcela de usina cujos proprietários optaram em repassar essa parcela de risco aos agentes de distribuição.
- **Consolidação de Resultados:** consolida os montantes apurados nos demais módulos das regras de comercialização em um único valor (resultado), visando a liquidação financeira das operações dos agentes no mês de apuração.

1.1.1.1. Anexos

- **Apuração da Sobra de Recursos Financeiros no Mês:** determina as sobras de recursos financeiros decorrentes do processo de contabilização, após o processo de alívio retroativo. Estes valores são destinados para alívio futuro de encargos, mediante constituição do fundo de reserva de ESS a ser administrado pela CCEE.
- **Ajustes decorrentes da Contratação de CCEAR por quantidade de usinas Aptas:** determina os efeitos das exposições negativas, resultante do Mercado de Curto Prazo – MCP, que deverão ser assumidas pelos compradores de CCEARs por Quantidade decorrente da declaração, promovida pela ANEEL, do status de aptas a gerar para as parcelas de usinas relacionadas como parte vendedoras.
- **Ajustes decorrentes do custo de usinas despachadas por ordem de mérito que se enquadrem na situação PLD<INC:** determina os ressarcimentos dos custos dos geradores, despachados por ordem de mérito de preço no ONS, não cobertos pelo PLD, rateando o custo remanescente por todos os agentes que apresentarem consumo no mês de apuração.

1.1.2. Os Efeitos da Contratação por Disponibilidade

Conforme visto no Módulo de Regras "Comprometimento de Usinas", os contratos por disponibilidade preveem a assunção dos riscos hidrológicos por parte dos agentes compradores, exceto CCEARs com obrigação de entrega de usinas térmicas com modalidade de despacho tipos I com CVU ou IIA, e CCEARs de leilões realizados de 2011 em diante de usinas a biomassa, cabendo ao vendedor o compromisso da manutenção da disponibilidade contratada nestes leilões.

No processo de contabilização, a energia gerada pelo agente vendedor é comparada com a energia comprometida nos contratos de venda por disponibilidade e o resultado é repassado às distribuidoras, na forma de efeito da contratação por disponibilidade. Este tratamento é dado para os leilões na modalidade disponibilidade, com exceção para as usinas termoelétricas comprometidas com CCEARs com obrigação de entrega provenientes de leilões de energia nova ou energia existente. Para estes contratos é comparada a obrigação de entrega de energia com os contratos de venda, sendo este resultado repassado para as distribuidoras independente da geração realizada.

A geração verificada das usinas, bem como eventuais recebimentos por prestação de serviços do sistema também são repassados aos compradores, exceto para as usinas térmicas com modalidade de despacho tipos I com CVU ou IIA comprometidas com CCEARs por disponibilidade com obrigação de entrega provenientes de leilões de energia nova ou energia existente. Para as usinas comprometidas com produtos por disponibilidade com obrigação de entrega provenientes de leilões de energia nova ou energia existente, os encargos de serviços do sistema são liquidados para o vendedor.

A Figura 2 exemplifica o processo de apuração dos efeitos da contratação por disponibilidade para uma usina com garantia física totalmente comprometida com um contrato por disponibilidade, exceto os contratos com obrigação de entrega de usinas térmicas com modalidade de despacho tipos I com CVU ou IIA. Neste caso, o PLD apurado no período é menor que o Custo Variável Unitário – CVU da usina atrelada a esse contrato. Neste caso, a usina não é despachada pelo ONS e não existe parcela variável aplicável à contratação. O efeito da contratação por disponibilidade refere-se ao balanço energético da usina assumido pela distribuidora:

Figura 2: Efeito da Contratação por Disponibilidade

Em um segundo caso, exemplificado pela Figura 3, o PLD apurado no período é maior que o CVU da usina. Neste caso, a usina é despachada pelo ONS acrescentando uma parcela variável à receita fixa assumida pela distribuidora. Da mesma forma que no exemplo anterior, o efeito da contratação por disponibilidade refere-se ao balanço energético da usina assumido pela distribuidora:

Figura 3: Efeito da Contratação por Disponibilidade

Em uma terceira situação, caso a usina seja termoelétrica, e totalmente comprometida com CCEARs por disponibilidade com obrigação de entrega provenientes de leilões de energia nova ou energia existente, o processo de apuração dos efeitos da contratação por disponibilidade verifica a obrigação de entrega de energia comparada com o contrato, independentemente da geração realizada, conforme exemplificado na Figura 4.

Figura 4: Efeito da Contratação por Disponibilidade

De modo análogo à operação no curto prazo determinada pelo cálculo do balanço energético das usinas comprometidas com contratos por disponibilidade, os encargos atribuídos a estes empreendimentos também compõem os efeitos da contratação por disponibilidade, aplicáveis aos resultados da contabilização dos agentes envolvidos nesta modalidade de contratação.

1.1.3. Os Efeitos da Contratação por Regime de Cotas de Garantia Física

Os contratos por regime de cotas de garantia física preveem a assunção dos riscos hidrológicos por parte dos agentes cotistas (distribuidoras), cabendo ao gerador (agente concessionário) o compromisso da manutenção da geração contratada nesta modalidade.

No processo de contabilização, a energia gerada pelo agente vendedor é comparada com a energia comprometida no contrato de cota de garantia física e o resultado é repassado às distribuidoras.

A geração verificada das usinas hidráulicas comprometidas com o regime de cotas de garantia física, bem como eventuais recebimentos de encargos por prestação de serviços ancilares ao sistema, e resultados positivos do MRE também são repassados aos cotistas, uma vez que estes devem arcar com o custo de operação destas usinas.

1.1.4. Os Efeitos da Contratação de Energia Nuclear

Os Contratos de Cota de Energia Nuclear preveem a assunção dos riscos hidrológicos por parte dos agentes cotistas (distribuidoras), cabendo ao gerador (agente concessionário) o compromisso da manutenção da geração contratada nesta modalidade.

No processo de contabilização, a energia gerada pelo agente vendedor é comparada com a energia comprometida nos contratos de Cotas de Energia Nuclear, e o resultado é repassado às distribuidoras.

A geração verificada das usinas nucleares Angra I e II, bem como eventuais recebimentos de encargos, os efeitos do MCP e as exposições financeiras também são repassados aos agentes cotistas, uma vez que estes devem arcar com o custo de operação destas usinas, conforme estabelecido no art. 10º da Lei 12.111 de 2009 e em regulamentação específica.

1.1.5. Alívio Retroativo de Encargos e Exposições Negativas

A regulamentação vigente determina que a sobra do excedente financeiro e das exposições positivas, após o alívio das exposições negativas residuais do mês de apuração, do mês anterior e das despesas com encargos no mês de apuração, seja utilizada para abater de forma alternada as eventuais exposições negativas remanescentes de até doze meses anteriores e os encargos, ordenados do mês "m-12" até o mês "m-2", finalizando com o alívio de encargos do mês "m-1". A partir de então, os recursos restantes são depositados em um fundo destinado ao alívio das despesas futuras com encargos dos agentes.

A Figura 5 ilustra a forma com a qual os recursos residuais advindos do excedente financeiro no mês e o total de exposições positivas, são destinados inicialmente para compensação das exposições negativas residuais do mês anterior, seguido do auxílio no pagamento de encargos devidos no mês corrente. Permanecendo um saldo positivo, e o processamento não sendo uma recontabilização, (para manter os impactos restritos ao mês recontabilizado), este deve ser utilizado para compensação das exposições negativas residuais e de encargos dos doze meses anteriores de forma intercalada, ordenados do mês "m-12" a "m-2", finalizando com o pagamento de encargos do mês "m-1". Finalmente, ainda restando um saldo positivo, este deve ser destinado a um fundo reserva para mitigar os encargos calculados em meses futuros.

Figura 5: Tratamento do Alívio Retroativo de Encargos e Exposições Negativas

1.1.6. Restituição, aos Usuários de Energia de Reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER

Em cenários de PLD elevado ou com alto volume de geração, o resultado do ACER, que é integralmente destinado para a composição do saldo na CONER, pode motivar a existência de montante nessa conta mais que suficiente para o pagamento de todos os custos incorridos na contratação de Energia de Reserva. Como a existência de montantes monetários não utilizados nessa conta faz com que esses permaneçam imobilizados até a Liquidação de Energia de Reserva, quando já é identificado que o agente ACER motivará a formação de excedentes na CONER a partir de estimativas de custos futuros, esse montante deve ser lançado a crédito do Usuário de Energia de Reserva na liquidação do MCP.

Tanto os excedentes apurados na Liquidação de Energia de Reserva, como as estimativas de excedentes apuradas com base no resultado do ACER no MCP, são consolidados e considerados no resultado final dos agentes. Agentes que se apresentem como inadimplentes na Liquidação de Energia de Reserva não recebem a restituição, sendo esse valor retornado ao agente ACER, para constituição de saldo na CONER.

1.1.7. Ajustes Decorrentes dos Resultados de Itaipu

A contratação da energia referente à geração da usina de Itaipu é definida pelo Decreto 4.550/2002, que regulamenta a comercialização de sua energia elétrica. O referido Decreto institui a Eletrobrás como Agente Comercializador de Itaipu, atribuindo-lhe a responsabilidade pela comercialização da energia gerada pela usina. Os concessionários de distribuição de energia recebem cotas da energia elétrica a serem repassadas pela Eletrobrás.

O Decreto 8.401/2015, que instituiu as Banderas tarifárias, alterou o Decreto 4.550, de forma a atribuir às concessionárias de distribuição, na proporção de suas cotas parte, os riscos hidrológicos associados à geração de Itaipu, considerados os efeitos do MRE. Dessa forma, os valores dos efeitos observados no MCP do balanço energético de Itaipu, os efeitos das exposições financeiras de submercados arcados por Itaipu, e o resultado dos efeitos do MRE são consolidados e repassados para as concessionárias de distribuição na proporção das suas cotas parte.

1.1.8. Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR

A Lei nº 13.203/2015 estabelece que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica.

Com isso, os resultados apurados de risco hidrológico das usinas participantes do MRE que optaram em repassar esse risco devem ser assumidos pelos agentes de distribuição no ACR, nos termos da regulamentação específica, que regulamenta os critérios de anuência e as condições para a repactuação do risco hidrológico. Desta maneira, os valores dos efeitos observados no MCP do balanço energético dessas usinas que optaram pela repactuação e o resultado dos efeitos do MRE são consolidados e repassados para as concessionárias de distribuição, nas devidas proporções de acordo com o produto de repactuação que as usinas optaram e o valor do GSF.

1.1.9. Ajustes decorrentes da Contratação de CCEAR por Quantidade de usinas Aptas

A ausência de redes de distribuição ou transmissão pode acarretar a impossibilidade do escoamento da geração de algumas usinas que estejam localizadas nesta região de atendimento. Para usinas que apresentem contratos no ambiente regulado, a ANEEL possui a atribuição de atestar estas usinas como Aptas a gerar, de forma que as exposições negativas verificadas no Mercado de Curto Prazo - MCP, resultantes da ausência da geração, deverão ser repassadas aos compradores, na proporção de seus comprometimentos, até a efetiva implantação destas redes. Este tratamento é garantido pelas cláusulas contratuais de alguns leilões de energia, e amparados por regulamentação específica.

1.1.10. Consolidação de Resultados

A consolidação de resultados incorpora, por perfil de agente, no mês de apuração, os seguintes pagamentos e recebimentos, visando o processo de liquidação financeira realizado pela CCEE:

- Mercado de Curto Prazo;
- Compensação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE);
- Ajuste de Exposições;
- Encargos;
- Efeitos da Contratação por Disponibilidade;
- Efeitos da Contratação por Regime de Cotas de Garantia Física;
- Efeitos da Contratação de Energia Nuclear;
- Pagamento de Penalidades;
- Ajuste Mensal de Disputas;
- Ajustes Referente ao Alívio Retroativo;
- Ajuste Decorrente do Processamento do MCSD Ex-post;
- Ajuste Decorrente da Restituição dos Excedentes da CONER;
- Ajuste Decorrente da Contratação de CCER por Quantidade de usinas Aptas;
- Ajuste Decorrente dos Resultados de Itaipu;
- Ajuste Decorrente do Repasse do Risco Hidrológico do ACR.

2. Detalhamento das Etapas de Consolidação de Resultados

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "10 - Consolidação de Resultados", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

2.1. Determinação dos Ajustes Decorrentes da Contratação por Disponibilidade

Objetivo:

Apurar o efeito da contratação por disponibilidade a ser considerado nos resultados da contabilização dos agentes.

Contexto:

Os contratos por disponibilidade preveem que a receita fixa e os custos variáveis de produção associados à operação das usinas, devem ser repassados às distribuidoras compradoras destes contratos. Em contrapartida, os efeitos contábeis da operação destas usinas no Mercado de Curto Prazo e os encargos recebidos devem ser igualmente repassados às distribuidoras nos termos das disposições contratuais. A Figura 7 situa essa etapa do cálculo em relação ao módulo completo de consolidação de resultados:

Figura 6: Esquema Geral do Módulo de Regras: "10 - Consolidação de Resultados"

2.1.1. Detalhamento dos Ajustes Decorrentes da Contratação por Disponibilidade

1. O cálculo do efeito da contratação por disponibilidade no resultado da contabilização dos agentes é realizado de acordo com os seguintes comandos e expressões:

2. O Balanço Energético do Produto é determinado para a usina comprometida com contratos por disponibilidade, de modo a calcular os efeitos no mercado de curto prazo da operação destes empreendimentos. O cálculo do Balanço Energético do Produto depende do tipo de contrato (CCEAR ou CER) firmado:

2.1. Para a usina vinculada a um produto negociado em CCEAR por disponibilidade, exceto CCEAR com obrigação de entrega de usinas térmicas com modalidade de despacho tipos I com CVU ou IIA, e CCEARs de usinas a biomassa comprometidas com leilões realizados de 2011 em diante, o Balanço Energético do Produto corresponde à diferença entre a energia gerada para atendimento ao produto e a quantidade de energia vendida em CCEARs por disponibilidade nesse mesmo produto. Também são considerados no cálculo a energia para atendimento do contrato nos casos de início do período de suprimento do CCEAR em data anterior à entrada em operação comercial da usina. Dessa forma, o Balanço Energético do Produto é expresso por:

$$NET_PROD_{p,t,l,j} = \left(G_PROD_{p,t,l,j} + EAPS_{p,t,l,j}\right) - \sum_{e \in EPTL} CQ_{e,j}$$

Onde:

$NET_PROD_{p,t,l,j}$ é o Balanço Energético do Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$G_PROD_{p,t,l,j}$ é a Geração Destinada para Atendimento ao Produto de cada parcela de usina "p", referente ao produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$EAPS_{p,t,l,j}$ é a Energia para Atendimento aos Casos de Descasamento, Atraso ou Suspensão de Unidade Geradora de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$CQ_{e,j}$ é a Quantidade Contratada do contrato "e", no período de comercialização "j"

"EPTL" é o conjunto de contratos CCEAR por Disponibilidade "e", pertencentes à usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l"

2.2. Para a usina termelétrica com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA comprometidas com CCEARs por disponibilidade com obrigação de entrega, e usinas a biomassa comprometidas com CCEARs de leilões realizados de 2011 em diante, o Balanço Energético do Produto corresponde à diferença entre a obrigação de entrega de energia ao produto e a quantidade de energia vendida em CCEARs por disponibilidade nesse mesmo produto, conforme seguinte equação:

$$NET_PROD_{p,t,l,j} = \sum_{e \in EPTL} \left(OBE_PROD_{p,t,l,e,j} - CQ_{e,j}\right)$$

Onde:

$NET_PROD_{p,t,l,j}$ é o Balanço Energético do Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$OBE_PROD_{p,t,l,e,j}$ é a Obrigação de Entrega de Energia associado ao CCEAR por Disponibilidade da parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", do contrato "e", no período de comercialização "j"

$CQ_{e,j}$ é a Quantidade Contratada do contrato "e", no período de comercialização "j"

"EPTL" é o conjunto de contratos CCEAR por Disponibilidade "e", pertencentes à usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l"

2.3. Para a usina vinculada a um produto negociado em um CER, o Balanço Energético do Produto corresponde à própria energia gerada destinada para atendimento ao produto, expresso por:

$$NET_PROD_{p,t,l,j} = G_PROD_{p,t,l,j}$$

Onde:

$NET_PROD_{p,t,l,j}$ é o Balanço Energético do Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$G_PROD_{p,t,l,j}$ é a Geração Destinada para Atendimento ao Produto de cada parcela de usina "p", referente ao produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

3. Para as usinas termelétricas com CVU comprometidas com CCEAR proveniente de leilões de energia nova realizado de 2016 em diante ou 23° e 24° leilões de energia existente, o Efeito no Mercado de Curto Prazo (MCP), corresponde à totalização no mês da valoração do Balanço Energético do Produto ao Preço de Liquidação das Diferenças. Além disso em caso de exposição negativa, devido a indisponibilidade forçada ou programada, com relação a obrigação de entrega, nos 3 primeiros anos após entrada em operação comercial, haverá tratamento diferenciado, conforme seguinte expressão:

$$EMCP_PROD_{p,t,l,m} = \sum_{j \in m} \left(NET_PROD_{p,t,l,j} * PLD_{s,j}\right) + \sum_{j \in m} \boldsymbol{EMCP_PROD_IFP_3A_{p,t,l,j}}$$

Onde:

$EMCP_PROD_{p,t,l,m}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

$NET_PROD_{p,t,l,j}$ é o Balanço Energético do Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"

$EMCP_PROD_IFP_3A_{p,t,l,j}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

"s" é o submercado em que a parcela de usina "p" está localizada

3.1. Nos 3 primeiros anos após entrada em operação comercial, eventual exposição negativa do gerador com relação obrigação de entrega ocasionado por indisponibilidade forçada ou programada, é valorada ao gerador com ICB atualizado, sendo as diferenças do distribuidor, conforme as seguintes expressões:

Para o período de comercialização posterior a entrada da primeira unidade geradora, e inferior ou igual a 3 anos desta data

$$\boldsymbol{EMCP_PROD_IFP_3A_{p,t,l,j}} = max\left(OBE_PROD_CPF_{p,t,l,j} - G_{p,j} - QEA_REST_OP_{p,j}; 0\right) * \left(ICB_AP_{p,t,l,m} - PLD_{s,j}\right)$$

Para os demais períodos:

$$EMCP_PROD_IFP_3A_{p,t,l,j} = 0$$

Onde:

$EMCP_PROD_IFP_3A_{p,t,l,j}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto em função da Indisponibilidade nos três primeiros anos de operação comercial de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$OBE_PROD_CPF_{p,t,l,j}$ é a Obrigação de Entrega de Energia Considerando Indisponibilidade Forçada e Programada da parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de Usina "p", no período de comercialização "j"

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$ICB_AP_{p,t,l,m}$ é o Índice de Custo Benefício atualizado e ponderado da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"

"s" é o submercado em que a parcela de usina "p" está localizada

4. Para as demais usinas, o Efeito no Mercado de Curto Prazo (MCP) do Produto de cada usina comprometida com CCEAR por disponibilidade ou CER, corresponde à totalização no mês da valoração do Balanço Energético do Produto ao Preço de Liquidação das Diferenças. Esse montante é incorporado ao Efeito da Contratação por Disponibilidade do agente para repasse às distribuidoras no processo de consolidação de resultados e é expresso por:

$$EMCP_PROD_{p,t,l,m} = \sum_{j \in m} \left(NET_PROD_{p,t,l,j} * PLD_{s,j} \right)$$

Onde:

$EMCP_PROD_{p,t,l,m}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

$NET_PROD_{p,t,l,j}$ é o Balanço Energético do Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "*s*", no período de comercialização "j"

"s" é o submercado em que a parcela de usina "p" está localizada

5. O Total de Encargos Associado ao Produto identifica os encargos atribuídos a cada usina térmica com despacho tipo I com CVU ou IIA vinculada a um contrato por disponibilidade, dada pela Geração destinada ao produto descontada a inflexibilidade contratual. Este total, consolidado no mês de apuração, engloba os encargos recebidos em face de despacho por (i) restrição de operação, (ii) razão de segurança energética, (iii) unit commitment e (iv) o encargo associado à diferença de CVUs em função do despacho diferenciado.

6. Para as usinas térmicas com despacho tipo I com CVU ou IIA comprometidas com os CCEARs ou CERs por disponibilidade sem obrigação de entrega:

Para usinas comprometidas com CCEAR por Disponibilidade sem obrigação de entrega

$$TENC_PROD_P_{p,t,l,j} = TENC_PROD_P_ON_{p,t,l,j} + TENC_PROD_P_OFF_{p,t,l,j}$$

Para usinas comprometidas com CER por Disponibilidade

$$TENC_PROD_P_{p,t,l,j} = TENC_PROD_P_OFF_{p,t,l,j}$$

Onde:

$TENC_PROD_P_{p,t,l,j}$ é o Total Preliminar de Encargos Associado ao Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$TENC_PROD_P_ON_{p,t,l,j}$ é o Total Preliminar de Encargos Associado ao Produto, referente à restrição de operação constrained-on, unit commitment ou segurança energética, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

TENC_PROD_P_OFFp,t,l,j é o Total Preliminar de Encargos Associado ao Produto, referente à restrição de operação constrained-off, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

6.1. Para usinas que estejam despachadas por restrição de operação constrained-on, unit commitment ou segurança energética, o total de encargos passíveis de repasse será calculado conforme expressão abaixo:

$$TENC_PROD_P_ON_{p,t,l,j} = \boldsymbol{G_PROD_LIQ_{p,t,l,j}} * \left(max\left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}; 0\right) - \boldsymbol{DIF_INC_CVU_{p,j}} \right)$$

Onde:

$TENC_PROD_P_ON_{p,t,l,j}$ é o Total Preliminar de Encargos Associado ao Produto, referente à restrição de operação constrained-on, unit commitment ou segurança energética, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$G_PROD_LIQ_{p,t,l,j}$ é a Geração Destinada para Atendimento ao Produto, descontada a inflexibilidade, de cada parcela de usina "p", referente ao produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$DIF_INC_CVU_{p,j}$ é a Diferença entre o CVU considerado para cálculo de encargos à serem repassados ao produto e o valor utilizado na Receita de Venda da parcela de usina "p", no período de apuração "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"

6.1.1. A geração referente aos encargos passiveis de repasse é calculada pela diferença entre a Geração Destinada para atendimento ao Produto e a Geração Inflexivel destinada ao produto, ambas fora da ordem de mérito, conforme expressão abaixo:

$$\boldsymbol{G_PROD_LIQ_{p,t,l,j}} = G_PROD_NDOMP_{p,t,l,j} - G_INFLEX_NDOMP_{p,t,l,j}$$

Onde:

$G_PROD_LIQ_{p,t,l,j}$ é a Geração Destinada para Atendimento ao Produto, descontada a inflexibilidade, de cada parcela de usina "p", referente ao produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$G_PROD_NDOMP_{p,t,l,j}$ é a Geração Destinada para Atendimento ao Produto Fora da Ordem de Mérito de cada parcela de usina "p", referente ao produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$G_INFLEX_NDOMP_{p,t,l,j}$ é a Geração Inflexível Fora da Ordem de Mérito de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

6.1.2. O Encargo associado à Diferença de CVUs representa o valor do encargo que não será repassado aos compradores dos CCEARs por disponibilidade, em razão da diferença entre o CVU que a usina foi despachada e o CVU dos CCEARs. Seu valor será diferente de zero apenas para as usinas devidamente autorizadas pela Aneel e despachadas por encargo pelo ONS a um CVU diferente do definido no CCEAR, e é obtido pela diferença entre o CVU despachado pelo ONS e o CVU dos CCEARs, conforme expressão abaixo:

Se o ONS despachar a usina, autorizada pela Aneel, por encargo a um CVU diferente do definido no CCEAR

$$\boldsymbol{DIF_INC_CVU_{p,j}} = max\left(0; INC_{p,j} - CVU_CCEAR_{p,j}\right)$$

Caso contrário

$$DIF_INC_CVU_{p,j} = 0$$

Onde:

$DIF_INC_CVU_{p,j}$ é a Diferença entre o CVU considerado para cálculo de encargos à serem repassados ao produto e o valor utilizado na Receita de Venda da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$CVU_CCEAR_{p,j}$ é o Custo variável unitário utilizado para pagamento do CCEAR da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

6.2. Para usinas que estejam despachadas por restrição de operação constrained-off, o total de encargos passíveis de repasse é calculado conforme expressão abaixo:

Para usinas comprometidas com CCEAR por Disponibilidade sem obrigação de entrega:

$$TENC_PROD_P_OFF_{p,t,l,j} = min\left(ENC_CONST_OFF_{p,j} * PC_PROD_{p,t,l,m};\ \boldsymbol{LIM_ENC_PROD_{p,t,l,j}} * max\left(0; PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Para usinas comprometidas com CER por Disponibilidade

$$TENC_PROD_P_OFF_{p,t,l,j} = ENC_CONST_OFF_{p,j} * PC_PROD_{p,t,l,m}$$

Onde:

$TENC_PROD_P_OFF_{p,t,l,j}$ é o Total Preliminar de Encargos Associado ao Produto, referente à restrição de operação constrained-off, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$PC_PROD_{p,t,l,m}$ é o Percentual de Comprometimento com Produtos da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

$LIM_ENC_PROD_{p,t,l,j}$ é o Limite de repasse de encargos por restrição de operação constrained-off Associado ao Produto de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

6.2.1. O limite de repasse de encargo por restrição de operação constrained-off representa a diferença da quantidade prevista de geração da usina despachada por encargo e a geração destinada para atendimento ao produto, conforme expressão:

$$\boldsymbol{LIM_ENC_PROD_{p,t,l,j}} = max\left(0;\ \boldsymbol{QEA_REST_OP_PROD}_{p,t,l,j} - G_PROD_DOMP_{p,t,l,j}\right)$$

Onde:

$LIM_ENC_PROD_{p,t,l,j}$ é o Limite de repasse de encargos por restrição de operação constrained-off Associado ao Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$QEA_REST_OP_PROD_{p,t,l,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada considerada para repasse de encargo, constrained-off, ao produto de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$G_PROD_DOMP_{p,t,l,j}$ é a Geração Destinada para Atendimento ao Produto na Ordem de Mérito de cada parcela de usina "p", referente ao produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

6.2.1.1. A quantidade de energia ajustada considerada para cálculo do repasse de encargos, por restrição de operação constrained-off ao produto é determinada conforme expressão:

$$\boldsymbol{QEA_REST_OP_PROD}_{p,t,l,j} = \left(\left(M_CONST_OFF_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right) + G_DOMP_{p,j}\right) * PC_PROD_{p,t,l,m}$$

Onde:

$QEA_REST_OP_PROD_{p,t,l,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada considerada para repasse de encargo, constrained-off, ao produto de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$M_CONST_OFF_{p,j}$ é o Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pelo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", no período de comercialização "j"

$G_DOMP_{p,j}$ é a Geração na Ordem de Mérito de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PC_PROD_{p,t,l,m}$ é o Percentual de Comprometimento com Produtos da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

7. Para as usinas comprometidas com CCEARs com obrigação de entrega proveniente de leilões de energia nova ou existente, a receita de encargos não é repassada para distribuidora.

7.1. Para as usinas comprometidas com CCEARs com obrigação de entrega provenientes de leilões de energia nova ou energia existente, temos:

$$TENC_PROD_P_{p,t,l,j} = 0$$

Onde:

$TENC_PROD_P_{p,t,l,j}$ é o Total Preliminar de Encargos Associado ao Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de apuração "j"

8. O Total de Encargos Associado ao Produto concatena o total dos encargos associados ao Produto no mês de referência, e é calculado pelo somatório de todos os períodos de comercialização, conforme expressão:

$$TENC_PROD_{p,t,l,m} = \sum_{j \in m} TENC_PROD_P_{p,t,l,j}$$

Onde:

$TENC_PROD_{p,t,l,m}$ é o Total de Encargos Associado ao Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

$TENC_PROD_P_{p,t,l,j}$ é o Total Preliminar de Encargos Associado ao Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

9. O Resultado Final da Usina Associado ao Produto consolida os montantes apurados referentes (i) ao efeito no MCP e (ii) aos encargos correspondentes a cada usina comprometida com o produto negociado em cada leilão, no mês de apuração, expresso por:

$$RFU_PROD_{p,t,l,m} = EMCP_PROD_{p,t,l,m} + TENC_PROD_{p,t,l,m}$$

Onde:

$RFU_PROD_{p,t,l,m}$ é o Resultado Final da Usina Associado ao Produto da parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

$EMCP_PROD_{p,t,l,m}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

$TENC_PROD_{p,t,l,m}$ é o Total de Encargos Associado ao Produto de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

10. O cálculo do Resultado Final da Usina Associado ao Comprador do Produto relaciona o Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto na proporção em que o comprador foi afetado no MCP devido à contratação (incluindo efeitos diferenciados por leilão), e o Total de Encargos Associado ao Produto na proporção em que a distribuidora tem contratos com a usina que motivou os encargos, com o objetivo de determinar os efeitos do CCEAR por disponibilidade ou CER sob a óptica do comprador. O Resultado Final da Usina Associado ao Comprador do Produto é expresso por:

Para usinas termelétricas comprometidas com leilões de energia nova realizados de 2016 em diante ou 23° e 24° Leilões de Energia Existente:

$$RFUC_PROD_{a,p,t,l,m} = \left(\boldsymbol{REC_PROD_C_{a,p,t,l,m}} + \boldsymbol{REC_PROD_C_3A_{a,p,t,l,m}} + \boldsymbol{REC_ATR_PROD_C_{a,p,t,l,m}} - \boldsymbol{REQ_PROD_C_{a,p,t,l,m}}\right) + \boldsymbol{TENC_PROD_C_{a,p,t,l,m}}$$

Para as demais usinas:

$$RFUC_PROD_{a,p,t,l,m} = \left(\boldsymbol{REC_PROD_C_{a,p,t,l,m}} + \boldsymbol{REC_ATR_PROD_C_{a,p,t,l,m}} - \boldsymbol{REQ_PROD_C_{a,p,t,l,m}}\right) + \boldsymbol{TENC_PROD_C_{a,p,t,l,m}}$$

Onde:

$RFUC_PROD_{a,p,t,l,m}$ é o Resultado Final da Usina Associado ao Comprador do Produto, para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m"

$REC_PROD_C_{a,p,t,l,m}$ é o Recurso Associado ao Comprador do Produto, para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m"

$REC_PROD_C_3A_{a,p,t,l,m}$ é o Recurso Associado ao Comprador do Produto nos 3 Primeiros Anos, para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m"

$REC_ATR_PROD_C_{a,p,t,l,m}$ é o Recurso Associado ao Comprador do Produto Vinculado ao Atraso para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m"

$REQ_PROD_C_{a,p,t,l,m}$ é o Requisito Associado ao Comprador do Produto, para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m""

$TENC_PROD_C_{a,p,t,l,m}$ é o Total de Encargos Associado ao Comprador do Produto para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m""

10.1. Para os CCEARs por Disponibilidade e CERs, o Recurso Associado ao Comprador do Produto é determinado pela Geração entregue ao produto, ou ainda obrigação de entrega, aplicado o respectivo fator de comprometimento, conforme seguinte equação:

$$\boldsymbol{REC_PROD_C_{a,p,t,l,m}} = \left(\sum_{j \in m}\left(G_PROD_{p,t,l,j} + \sum_{e \in EPTL} OBE_PROD_{p,t,l,e,j}\right) * PLD_{s,j}\right) * F_CPROD_{a,p,t,l,m}$$

Onde:

$REC_PROD_C_{a,p,t,l,m}$ é o Recurso Associado ao Comprador do Produto, para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m"

$G_PROD_{p,t,l,j}$ é a Geração Destinada para Atendimento ao Produto de cada parcela de usina "p", referente ao produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$OBE_PROD_{p,t,l,e,j}$ é a Obrigação de Entrega de Energia associado ao CCEAR por Disponibilidade da parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", do contrato "e", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "*s*", no período de comercialização "j"

$F_CPROD_{a,p,l,t,m}$ é o Fator de Comprometimento com o Produto, do perfil de agente "a", referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

"s" é o submercado em que a parcela de usina "p" está localizada

10.1.1. O Fator de Comprometimento com o Produto é determinado em função da participação do agente comprador de um contrato por disponibilidade em relação à soma de CCEAR/CER, vinculados a uma usina, de um determinado produto e leilão, expresso por:

Caso o perfil de agente "a" seja o Agente associado à Contratação da Energia de Reserva (ACER), então:

$$\boldsymbol{F_CPROD_{a,p,t,l,m}} = 1$$

Caso o perfil de agente "a" seja o comprador de CCEAR, então:

Se usina "p" for biomassa comprometidas com CCEAR antes de 2011, usinas térmicas com modalidade de despacho I com CVU e IIA sem obrigação de entrega, usinas eólicas e solares comprometidas com CCEAR:

$$\boldsymbol{F_CPROD_{a,p,t,l,m}} = \frac{\sum_{e \in ECA}\sum_{j \in m} G_CTR_{p,t,l,e,j}}{\sum_{e \in EPTL}\sum_{j \in m} G_CTR_{p,t,l,e,j}}$$

Para as demais usinas:

$$\boldsymbol{F_CPROD_{a,p,t,l,m}} = \frac{\sum_{e \in ECA} OBE_M_PROD_{p,t,l,e,m}}{\sum_{e \in EPTL} OBE_M_PROD_{p,t,l,e,m}}$$

Onde:

$F_CPROD_{a,p,t,l,m}$ é o Fator de Comprometimento com o Produto, do perfil de agente "a", referente à parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

$G_CTR_{p,t,l,e,j}$ é a Geração Destinada para Atendimento ao Contrato da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", do contrato "e", no período de apuração "j"

$OBE_M_PROD_{p,t,l,e,m}$ é a Obrigação Mensal de Entrega de Energia associado ao CCEAR por Disponibilidade da parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", do contrato com a distribuidora "e", no mês de apuração "m"

"EPTL" é o conjunto de contratos CCEAR por Disponibilidade "e", pertencentes à usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l"

"ECA" é o conjunto de contratos de compra "e", do perfil de agente "a"

"e" representa o contrato CCEAR por Disponibilidade, que o perfil de agente "a" é comprador

10.2. Para os CCEARs por Disponibilidade, o Recurso Associado ao Comprador do Produto Vinculado ao Atraso é determinado conforme a Energia em Atraso, aplicado o respectivo fator de comprometimento, conforme seguinte equação:

$$\boldsymbol{REC_ATR_PROD_C_{a,p,t,l,m}} = \sum_{e \in ECA}\left(\left(\sum_{j \in m} EAPS_{p,t,l,j} * PLD_{s,j}\right) * F_RC_{p,t,l,e,m}\right)$$

Onde:

$REC_ATR_PROD_C_{a,p,t,l,m}$ é o Recurso Associado ao Comprador do Produto Vinculado ao Atraso, para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m"

$EAPS_{p,t,l,j}$ é a Energia para Atendimento aos Casos de Descasamento, Atraso ou Suspensão de Unidade Geradora de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "*s*", no período de comercialização "j"

$F_RC_{p,t,l,e,m}$ é o Fator de Rateio de Contratos da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", do contrato "e", no mês de apuração "m"

"ECA" é o conjunto de contratos de compra "e", do perfil de agente "a"

"s" é o submercado em que a parcela de usina "p" está localizada

10.3. Para usinas termelétricas com CVU comprometidas com leilões de energia nova realizados de 2016 em diante ou 23° e 24° leilões de energia existente, nos 3 primeiros anos após entrada em operação comercial, eventual exposição negativa do gerador com relação obrigação de entregam ocasionado por indisponibilidade forçada ou programada, é valorada ao gerador com ICB atualizado, ficando os distribuidores compradores com as diferenças, conforme seguinte expressão:

$$\boldsymbol{REC_PROD_C_3A_{a,p,t,l,m}} = \left(\sum_{j \in m} \boldsymbol{EMCP_PROD_IFP_3A_{p,t,l,j}}\right) * F_CPROD_{a,p,t,l,m}$$

Onde:
$REC_PROD_C_3A_{a,p,t,l,m}$ é o Recurso Associado ao Comprador do Produto nos 3 Primeiros Anos, para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m"
$EMCP_PROD_IFP_3A_{p,t,l,j}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto em função da Indisponibilidade nos três primeiros anos de operação comercial de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"
$F_CPROD_{a,p,t,l,m}$ é o Fator de Comprometimento com o Produto, do perfil de agente "a", referente à parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"

10.4. Para os CCEARs por Disponibilidade, o Fator de Comprometimento com o Produto é determinado em função da participação do agente comprador de um contrato por disponibilidade em relação à soma de CCEAR, vinculados a uma usina, de um determinado produto e leilão, expresso por:

$$\boldsymbol{REQ_PROD_C_{a,p,t,l,m}} = \sum_{e \in ECA} \left(\left(\sum_{j \in m} \sum_{e \in EPTL} CQ_{e,j} * PLD_{s,j} \right) * F_RC_{p,t,l,e,m} \right)$$

Onde:
$REQ_PROD_C_{a,p,t,l,m}$ é o Requisito Associado ao Comprador do Produto, para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m"
$CQ_{e,j}$ é a Quantidade Contratada do contrato "e", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"
$F_RC_{p,t,l,e,m}$ é o Fator de Rateio de Contratos da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", do contrato "e", no mês de apuração "m"
"ECA" é o conjunto de contratos de compra "e" do perfil de agente "a"
"s" é o submercado em que a parcela de usina "p" está localizada

10.5. Para os CCEARs e CERs por Disponibilidade, o Total de Encargos associado ao comprador é determinado em função da participação do agente comprador de um contrato por disponibilidade em relação à soma de CCEAR ou CER, vinculados a uma usina, de um determinado produto e leilão, expresso por:

Para usinas comprometidas com CCEAR por Disponibilidade sem obrigação de entrega

$$\boldsymbol{TENC_PROD_C_{a,p,t,l,m}} = \sum_{e \in ECA} \left(TENC_PROD_{p,t,l,m} * F_RC_{p,t,l,e,m} \right)$$

Para usinas comprometidas com CER por Disponibilidade

$$\boldsymbol{TENC_PROD_C_{a,p,t,l,m}} = TENC_PROD_{p,t,l,m} * F_CPROD_{a,p,t,l,m}$$

Onde:
$TENC_PROD_C_{a,p,t,l,m}$ é o Total de Encargos Associado ao Comprador do Produto, para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m"
$TENC_PROD_{p,t,l,m}$ é o Total de Encargos Associado ao Produto, de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"
$F_RC_{p,t,l,e,m}$ é o Fator de Rateio de Contratos da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", do contrato "e", no mês de apuração "m"
$F_CPROD_{a,p,t,l,m}$ é o Fator de Comprometimento com o Produto, do perfil de agente "a", referente à parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"
"ECA" é o conjunto de contratos de compra "e", do perfil de agente "a"

11. A determinação do Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER para o Comprador consolida os Resultados Finais das Usinas Associados ao Comprador dos Produtos negociados, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$ECDC_{a,m} = \sum_{p \in PCA} RFUC_PROD_{a,p,t,l,m}$$

Onde:
$ECDC_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER para o Comprador, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RFUC_PROD_{a,p,t,l,m}$ é o Resultado Final da Usina Associado ao Comprador do Produto, para cada perfil de agente "a", comprador de CCEAR por disponibilidade ou CER, referente a parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão, "l", no mês de apuração "m"
"PCA" é o conjunto de parcelas de usinas "p", comprometidas com contratos por disponibilidade, onde o perfil de agente "a" é o comprador do contrato por disponibilidade

12. A determinação do Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER para o Vendedor consolida, para o agente proprietário das usinas, os Resultados Finais das Usinas Comprometidas com os Produtos negociados, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$ECDV_{a,m} = \sum_{p \in a} \sum_{l \in LP} \sum_{t \in TLP} RFU_PROD_{p,t,l,m}$$

Onde:
$ECDV_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER para o Vendedor, para cada perfil de agente, "a", no mês de apuração "m"
$RFU_PROD_{p,t,l,m}$ é o Resultado Final da Usina Associado ao Produto, da parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"
"TLP" é o conjunto dos produtos "t", em que a parcela da usina "p", está comprometida com o leilão "l"
"LP" é o conjunto de leilões "l", em que cada parcela da usina "p" está comprometida

13. O Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER compõe o resultado da contabilização de cada agente vinculado à contratação nesta modalidade. Este cálculo representa o repasse, aos compradores de contratos por disponibilidade, dos resultados obtidos tanto na operação no curto prazo quanto com relação aos encargos recebidos pelos vendedores desses contratos. O Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER é dado pela diferença entre o Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER para o Comprador e para o Vendedor, expresso por:

$$ECD_{a,m} = ECDC_{a,m} - ECDV_{a,m}$$

Onde:
$ECD_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ECDC_{a,m}$ é Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER para o Comprador, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ECDV_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER para o Vendedor, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.1.2. Dados de Entrada dos Ajustes Decorrentes da Contratação por Disponibilidade

	Quantidade Modulada do Contrato	
$CQ_{e,j}$	Descrição	Quantidade Modulada do Contrato "e", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Contratos
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Custo Variável unitário para pagamento do CCEAR	
$CVU_CCEAR_{p,j}$	Descrição	Custo variável unitário utilizado para pagamento do CCEAR da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Energia para Atendimento aos Casos de Descasamento, Atraso ou Suspensão de Unidade Geradora	
$EAPS_{p,t,l,j}$	Descrição	Volume de energia correspondente à parcela de usina não hidráulica "p" (exceto Biomassa), comprometida com o produto "t", do leilão "l", que não atende o CCEAR em função do atraso na entrada em operação comercial do empreendimento, ou por ocorrência de suspensão de unidades geradoras, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo do Comprometimento das Usinas com Contratos por Disponibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_CPROD_{a,p,t,l,m}$	**Fator de Comprometimento com o Produto**	
	Descrição	Fator de Comprometimento com o Produto, do perfil de agente "a", referente à parcela de usina "p", negociada no produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p" no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_RC_{p,t,l,e,m}$	**Fator de Rateio de Contratos**	
	Descrição	Fator de Rateio de Contratos da parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", do contrato "e", no mês de apuração "m"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Receita de Venda de CCEAR (Apuração da parcela variável dos empreendimentos e pagamento da receita de venda)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CTR_{p,t,l,e,j}$	**Geração Destinada para Atendimento ao Contrato**	
	Descrição	Geração Destinada para Atendimento ao Contrato da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", do contrato "e", no período de apuração "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo do Comprometimento das Usinas com Contratos por Disponibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_DOMP_{p,j}$	**Geração na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração na Ordem de Mérito de cada parcela de usina "p" no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_INFLEX_{p,t,l,j}$	**Geração Inflexível**	
	Descrição	Geração Inflexível de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_PROD_{p,t,l,j}$	**Geração Destinada para Atendimento ao Produto**	
	Descrição	Geração destinada para atendimento dos contratos por disponibilidade da parcela de usina não hidráulica "p", para atender o produto "t", associado ao leilão "l", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo do Comprometimento das Usinas com Contratos por Disponibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ICB_A_{p,t,l,m}$	**Índice de Custo Benefício Atualizado**	
	Descrição	Índice de Custo Benefício Atualizado da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m".
	Unidade	MW médio
	Fornecedor	Reajuste dos Parâmetros da Receita de CCEAR (ANEXO VII – Atualização do Índice de Custo Benefício e Receita Fixa Original)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA, no período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$OBE_PROD_{p,t,l,e,j}$	**Obrigação de Entrega de Energia associado ao CCEAR por Disponibilidade**	
	Descrição	Obrigação de Entrega de Energia Horária associado ao CCEAR por Disponibilidade da parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", do contrato com a distribuidora "e", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo do Comprometimento das Usinas com Contratos por Disponibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PC_PROD_{p,t,l,m}$	**Percentual de Comprometimento com Produtos**	
	Descrição	Percentual ajustado final do comprometimento com contratos por disponibilidade da parcela de usina não hidráulica "p", para atender o produto "t", associado ao leilão "l", no mês de apuração "m"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo do Comprometimento das Usinas com Contratos por Disponibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e Período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

$M_CONST_OFF_{p,j}$	**Montante de geração frustrada por Constrained-Off**	
	Descrição	Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pelo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$QEA_REST_OP_{p,j}$	**Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação**	
	Descrição	Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração associada a Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", no período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participe do rateio de perdas da Rede Básica, o UXP_GLFp,j é igual a 1
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Fatores de Perdas da Rede Básica de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.1.3. Dados de Saída dos Ajustes Decorrentes da Contratação por Disponibilidade

	Efeito do CCEAR por Disponibilidade ou CER	
$ECD_{a,m}$	Descrição	Montante atribuído ao agente "a", no mês de apuração "m", decorrente do CCEAR por Disponibilidade ou CER. Considera os resultados dos cálculos de balanço energético e encargos, vinculados às usinas comprometidas com CCEAR por Disponibilidade ou CER, sob responsabilidade do agente perante a CCEE
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto	
$EMCP_PROD_{p,t,l,m}$	Descrição	Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto de cada parcela de usina "p", comprometida com o produto "t", do leilão "l", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.2. Determinação dos Ajustes Decorrentes do Contrato de Cota de Garantia Física - CCGF

Objetivo:

Apurar o efeito da contratação pelo regime de cota de garantia física relacionados ao Contrato de Cota de Garantia Física – CCGF a ser considerado nos resultados da contabilização dos agentes.

Contexto:

Os CCGFs preveem que a receita fixa e os custos variáveis de produção associados à operação das usinas, devem ser repassados às distribuidoras cotistas destes contratos. Em contrapartida, os efeitos contábeis da operação destas usinas no Mercado de Curto Prazo, Encargos recebidos e Exposições Financeiras devem ser igualmente repassados às distribuidoras nos termos das disposições contratuais. A Figura 7 situa essa etapa do cálculo em relação ao módulo completo de consolidação de resultados:

Figura 7: Geral do Módulo de Regras: "10 - Consolidação de Resultados"

Detalhamento dos Ajustes Decorrentes do Contrato de Cota de Garantia Física - CCGF

O cálculo do efeito da contratação por regime de cota de garantia física no resultado da contabilização dos agentes é realizado de acordo com os seguintes comandos e expressões:

2.2.1. Resultados do Agente Vendedor de CCGF

Esta etapa consolida os resultados financeiros do agente vendedor de CCGF. Os efeitos do Mercado de Curto Prazo para cada agente vendedor corresponde ao total de efeitos repassados aos agentes cotistas, conforme segue abaixo:

14. O Resultado Preliminar do agente Vendedor decorrente do Resultado no Mercado de Curto Prazo do contrato de cota de garantia física – CCGF corresponde a Geração Total Disponível para Atendimento ao Contrato de Cota de Garantia Física abatendo o Consumo de Geração Final e a Quantidade Contratada, valorada ao Preço de Liquidação das Diferenças no submercado de origem da usina, expresso por:

$$RPU_MCP_{p,m} = \sum_{j \in m} \sum_{s} \left(\left(\left(G_CCGF_TOT_{p,s,j} - CGF_{p,j} \right) - \sum_{e \in EPCCGF} CQ_{e,j} \right) * PLD_{s,j} \right)$$

Onde:

$RPU_MCP_{p,m}$ é o Resultado Preliminar da parcela de usina "p" comprometida com CCGF no Mercado de Curto Prazo do perfil de agente vendedor "a", no mês de apuração "m"

$G_CCGF_TOT_{p,s,j}$ é a Geração Total Disponível para Atendimento ao Contrato de cota de garantia física da parcela de usina "p", no submercado "s", no período de comercialização "j"

$CQ_{e,j}$ é a Quantidade Contratada do contrato "e", no período de comercialização "j"

$CGF_{p,j}$ é o Consumo de Geração Final da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, do submercado "s", no período de comercialização "j"

"EPCCGF" é o conjunto de contratos de compra CCGF "e", pertencentes à parcela de usina "p", do perfil cotista "a"

"a" é o perfil de agente proprietário da parcela de usina "p", participante do regime de cotas de garantia física

Importante:

O Consumo de Geração Final e os contratos CCGFs pertencentes à parcela de usina "p", possuem valores apenas no submercado da usina.

15. O Resultado Preliminar do agente Vendedor decorrente do Resultado no Mercado de Curto Prazo do contrato de cota de garantia física – CCGF é expresso por:

$$RPV_MCP_{a,m} = \sum_{p \in a} RPU_MCP_{p,m}$$

Onde:

$RPV_MCP_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do Mercado de Curto Prazo do perfil de agente vendedor "a", no mês de apuração "m"

$RPU_MCP_{p,m}$ é o Resultado Preliminar da parcela de usina "p" comprometida com CCGF no Mercado de Curto Prazo "", no mês de apuração "m"

"a" é o perfil de agente proprietário da parcela de usina "p", participante do regime de cotas de garantia física

16. O Resultado Final da Usina Comprometida com Contrato de Cota de Garantia Física – CCGF é expresso por:

$$RFUV_CCGF_{a,m} = COMPENSAÇÃO_MRE_{a,m} + RPV_MCP_{a,m} + TAJ_EF_{a,m} + TAJ_AR_{a,m} + R_ENC_CS_{a,m}$$

Onde:

$RFUV_CCGF_{a,m}$ é o Resultado Final da Usina Comprometida com CCGF do perfil de agente vendedor "a", no mês de apuração "m"

$COMPENSAÇÃO_MRE_{a,m}$ é a Compensação do MRE do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RPV_MCP_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do Mercado de Curto Prazo do perfil de agente vendedor "a", no mês de apuração "m"
$TAJ_EF_{a,m}$ é o Total de Ajustes de Exposições Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAJ_AR_{a,m}$ é o Total de Ajustes Referente ao Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_CS_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
"a" é o perfil de agente proprietário da parcela de usina "p", participante do regime de cotas de garantia física

2.2.2. Resultados do Agente Comprador de CCGF

Esta etapa busca ponderar os resultados para o cotista pelo fator de cotas, conforme segue abaixo:

17. O Resultado Preliminar da contabilização de cada agente da CCEE corresponde à soma dos montantes a pagar e/ou receber apurados:

17.1. O Resultado Preliminar do MRE para o agente cotista referente ao contrato de cota de garantia física – CCGF relaciona o resultado da Compensação do MRE com o Fator de Rateio de Cota de Garantia Física, expresso por:

$$RPC_MRE_{a,m} = \sum_{p}\sum_{a*}\left(COMPENSAÇÃO_MRE_{a*,m} * \ F_CCGF_{a,p,f}\right)$$

Onde:
$RPC_MRE_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do MRE do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$COMPENSAÇÃO_MRE_{a*,m}$ é a Compensação do MRE do perfil de agente "a*", no mês de apuração "m"
$F_CCGF_{a,p,f}$ é o Fator de Rateio de Cotas de Garantia Física para cada perfil de agente cotista "a", da parcela de usina "p", no ano de apuração "f"
"a" é o perfil de agente cotista
"a*" é o perfil de agente proprietário da parcela de usina "p", participante do regime de cotas de garantia física

18. O Efeito no Mercado de Curto Prazo (MCP) de cada distribuidora cotista corresponde ao efeito total no Mercado de Curto Prazo de todas as usinas comprometidas com CCGFs no montante correspondente a sua cota parte, sendo expresso por:

$$EMCP_CCGF_{a,m} = \sum_{PCCGF}\left(RPU_MCP_{p,m} * F_CCGF_{a,p,f}\right)$$

Onde:
$EMCP_CCGF_{a,m}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do contrato de cota de garantia física para cada perfil de agente cotista "a", no mês de referência "m"
$RPU_MCP_{p,m}$ é o Resultado Preliminar da parcela de usina "p" comprometida com CCGF no Mercado de Curto Prazo "", no mês de apuração "m"
$F_CCGF_{a,p,f}$ é o Fator de Rateio de Cotas de Garantia Física para cada perfil de agente cotista "a", da parcela de usina "p", no ano de apuração "f"
"PCCGF" é o conjunto de usinas comprometidas com Contratos de Cotas de Garantia Física

18.1. O Resultado Preliminar do Cotista decorrente de Ajustes de Exposições Financeiras do contrato de cota de garantia física – CCGF relaciona o Total de Ajustes de Exposições Financeiras com o Fator de Rateio de Cota de Garantia Física, expresso por:

$$RPC_EF_{a,m} = \sum_{p}\sum_{a*}\left(TAJ_EF_{a*,m} * \ F_CCGF_{a,p,f}\right)$$

Onde:
$RPC_EF_{a,m}$ é o Resultado Preliminar de Ajustes de Exposições Financeiras do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$TAJ_EF_{a*,m}$ é o Total de Ajustes de Exposições Financeiras do perfil de agente "a*", no mês de apuração "m"
$F_CCGF_{a,p,f}$ é o Fator de Rateio de Cotas de Garantia Física para cada perfil de agente cotista "a", da parcela de usina "p", no ano de apuração "f"
"a" é o perfil de agente cotista
"a*" é o perfil de agente proprietário da parcela de usina "p", participante do regime de cotas de garantia física

18.2. O Resultado Preliminar do Cotista decorrente de Ajustes Referentes ao Alívio Retroativo do contrato de cota de garantia física – CCGF relaciona o Total de Ajustes Referentes ao Alívio Retroativo do agente proprietário da usina com o Fator de Rateio de Cota de Garantia Física, expresso por:

$$RPC_AR_{a,m} = \sum_{p}\sum_{a*}\left(TAJ_AR_{a*,m} * \ F_CCGF_{a,p,f}\right)$$

Onde:
$RPC_AR_{a,m}$ é o Resultado Preliminar de Ajustes Referente ao Alívio Retroativo do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$TAJ_AR_{a,m}$ é o Total de Ajustes Referente ao Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$F_CCGF_{a,p,f}$ é o Fator de Rateio de Cotas de Garantia Física para cada perfil de agente cotista "a", da parcela de usina "p", no ano de apuração "f"
"a" é o perfil de agente cotista
"a*" é o perfil de agente proprietário da parcela de usina "p", participante do regime de cotas de garantia física

18.3. O Resultado Preliminar referente a Encargos por Compensação Síncrona repassados para o agente cotista, decorrente do contrato de cota de garantia física – CCGF relaciona o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona com o Fator de Rateio de Cota de Garantia Física, expresso por:

$$RPC_ENC_CS_{a,m} = \sum_{p}\sum_{a*}\left(R_ENC_CS_{a*,m} * \ F_CCGF_{a,p,f}\right)$$

Onde:
$RPC_ENC_CS_{a,m}$ é o Resultado Preliminar de Encargos de Compensação Síncrona do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_CS_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$F_CCGF_{a,p,f}$ é o Fator de Rateio de Cotas de Garantia Física para cada perfil de agente cotista "a", da parcela de usina "p", no ano de apuração "f"
"a" é o perfil de agente cotista
"a*" é o perfil de agente proprietário da parcela de usina "p", participante do regime de cotas de garantia física

19. O Resultado Final do Rateio de Cotas do Comprador comprometido com contrato de cota de garantia física – CCGF é expresso por:

$$RFUC_CCGF_{a,m} = \ RPC_MRE_{a,m} + EMCP_CCGF_{a,m} + RPC_EF_{a,m} + RPC_AR_{a,m} + RPC_ENC_CS_{a,m}$$

Onde:
$RFUC_CCGF_{a,m}$ é o Resultado Final do Rateio de Cotas do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$RPC_MRE_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do MRE do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$EMCP_CCGF_{a,m}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do contrato de cota de garantia física para cada perfil de agente cotista "a", no mês de referência "m"
$RPC_EF_{a,m}$ é o Resultado Preliminar dos Ajustes de Exposições Financeiras do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$RPC_AR_{a,m}$ é o Resultado Preliminar de Ajustes Referente ao Alívio Retroativo do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$RPC_ENC_CS_{a,m}$ é o Resultado Preliminar de Encargos de Compensação Síncrona do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
"a" é o perfil de agente cotista

2.2.3. Efeito do Contrato de Cota de Garantia Física - CCGF

20. A etapa do efeito do contrato de cota de garantia física – CCGF busca aferir o resultado final para o agente gerador e o agente cotista, conforme segue abaixo.

21. O Efeito do CCGF compõe o resultado da contabilização de cada agente vinculado à contratação nesta modalidade. Este cálculo representa o repasse, aos compradores de contratos CCGF, dos resultados obtidos tanto na operação no MRE, mercado de curto prazo, tratamento de exposições, e encargos de compensação síncrona e segurança energética com relação aos vendedores desses contratos. O Efeito do CCGF é dado pelo Resultado Final do Rateio de Cotas do agente cotista e o Resultado Final do Rateio de Cotas do Vendedor, expresso por:

$$ECCGF_{a,m} = \ RFUC_CCGF_{a,m} - \ RFUV_CCGF_{a,m}$$

Onde:
$ECCGF_{a,m}$ é o Efeito do CCGF, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RFUC_CCGF_{a,m}$ é o Resultado Final do Rateio de Cotas do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$RFUV_CCGF_{a,m}$ é o Resultado Final da Usina Comprometida com CCGF do perfil de agente vendedor "a", no mês de apuração "m"

2.2.4. Dados de Entrada da Determinação dos Ajustes Decorrentes do Contrato de Cota de Garantia Física - CCGF

	Quantidade Modulada do Contrato	
$CQ_{e,j}$	Descrição	Quantidade Modulada do Contrato "e", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Contratos
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$CGF_{p,j}$	**Consumo da Geração Final da Usina**	
	Descrição	Consumo associado a uma parcela de usina "p" ajustado, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$CG_CCGF_{a,p,s,j}$	**Consumo de Geração destinado ao Contrato de Cota de Garantia Física**	
	Descrição	Consumo de Geração a ser destinado a cada perfil de agente cotista "a", por meio do Contrato de Cota de Garantia Física vinculado à parcela de usina "p", no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cota de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$COMPENSAÇÃO_MRE_{a,m}$	**Compensação do MRE**	
	Descrição	Corresponde ao valor total a ser pago ou recebido pelo perfil de agente "a", referente à suas parcelas de usinas integrantes do MRE em função das regras desse mecanismo, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	MRE (Cálculo da Compensação da Geração no MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$F_CCGF_{a,p,f}$	**Fator de Rateio de Cotas de Garantia Física**	
	Descrição	Fator de Rateio de Cotas de Garantia Física para cada perfil de agente cotista "a", da parcela de usina "p", ano de apuração "f
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CCGF_TOT_{p,s,j}$	**Geração Total Disponível para Atendimento ao Contrato de Cota de Garantia Física**	
	Descrição	Geração Total Disponível para Atendimento ao Contrato de cota de garantia física da parcela de usina "p", no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cota de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CCGF_{a,p,s,j}$	**Geração destinada ao Contrato de Cota de Garantia Física**	
	Descrição	Geração Final a ser destinada a cada perfil de agente cotista "a", por meio do Contrato de Cota de Garantia Física vinculado à parcela de usina "p", no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cota de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

$R_ENC_CS_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona**	
	Descrição	Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Consolidação de Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAJ_AR_{a,m}$	**Total de Ajustes Referentes ao Alívio Retroativo**	
	Descrição	Corresponde ao total de ajustes a serem efetuados na contabilização de um agente "a", para alívio das exposições financeiras negativas, decorrentes da diferença de PLDs entre os submercados, e para cobertura de encargos já liquidados, ambos observados no intervalo de doze meses anteriores ao mês de apuração ("m-12" a "m-1"). É calculado no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAJ_EF_{a,m}$	**Total de Ajustes de Exposições Financeiras**	
	Descrição	Corresponde ao total de ajustes a serem efetuados na contabilização de um perfil de agente "a" face às exposições financeiras positivas e negativas apuradas e em função dos recursos disponíveis para alocação. É calculado no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Consolidação dos Ajustes Decorrentes do Tratamento de Exposições)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativo ou Zero

2.2.5. Dados de Saída da Determinação dos Ajustes Decorrentes do Contrato de Cota de Garantia Física – CCGF

$ECCGF_{a,m}$	**Efeito do CCGF**	
	Descrição	Montante atribuído ao agente "a", no mês de apuração "m", decorrente do CCGF. Considera os resultados dos cálculos dos obtidos tanto na operação no MRE, mercado de curto prazo, tratamento de exposições e encargos de compensação síncrona e CAR com relação aos encargos recebidos pelos vendedores desses contratos, sob responsabilidade do agente perante a CCEE
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.3. Determinação dos Ajustes Decorrentes dos Contratos de Cota de Energia Nuclear – CCEN

Objetivo:

Apurar o efeito da contratação de energia nuclear a ser considerado nos resultados da contabilização dos agentes.

Contexto:

Os CCENs preveem que a receita fixa e os custos variáveis de produção associados à operação das usinas, devem ser repassados às distribuidoras, contrapartes destes contratos. Os efeitos contábeis da operação destas usinas no Mercado de Curto Prazo, Exposições Financeiras e Encargos recebidos devem ser igualmente repassados às distribuidoras nos termos das disposições contratuais. A Figura 8 situa essa etapa do cálculo em relação ao módulo completo de consolidação de resultados:

Figura 8: Geral do Módulo de Regras: "Consolidação de Resultados"

2.3.1. Detalhamento dos Ajustes Decorrentes da Contratação de Energia Nuclear

O cálculo do efeito da contratação de energia nuclear no resultado da contabilização dos agentes é realizado de acordo com os seguintes comandos e expressões:

22. O Balanço Energético corresponde à diferença entre o produto da energia gerada para atendimento aos contratos e o consumo de geração e a quantidade de energia comprometida em contratos. Dessa forma, o Balanço Energético do agente cotista é expresso por:

$$NET_CCEN_{a,s,j} = \left(G_CCEN_{a,s,j} - CG_CCEN_{a,s,j}\right) - \sum_{EDCCEN} CQ_{e,j}$$

Onde:

$NET_CCEN_{a,s,j}$ é o Balanço Energético de cada perfil de agente cotista "a", por meio do Contratos de Cota de Energia Nuclear no submercado "s", no período de comercialização "j"

$G_CCEN_{a,s,j}$ é a Geração Final a ser destinado a cada perfil de agente cotista "a", por meio dos Contratos de Cota de Energia Nuclear, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$CG_CCEN_{a,s,j}$ é a o Consumo de Geração a ser destinado a cada perfil de agente cotista "a", por meio dos Contratos de Cota de Energia Nuclear, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$CQ_{e,j}$ é a Quantidade Contratada do contrato "e", no período de comercialização "j"

"EDCCEN" é o conjunto de contratos de compra CCEN "e", do perfil de agente cotista "a", no submercado "s"

"a" é o perfil de agente do distribuidor cotista

23. O Efeito no Mercado de Curto Prazo (MCP) de cada usina comprometida com CCEN corresponde ao montante mensal do Balanço Energético da usina valorado ao Preço de Liquidação das Diferenças. Esse montante é incorporado ao Efeito da Contratação de Energia Nuclear do agente para repasse às distribuidoras no processo de consolidação de resultados e é expresso por:

$$RPCA_MCP_{a,m} = \sum_{s} \sum_{j \in m} \left(NET_CCEN_{a,s,j} * PLD_{s,j}\right)$$

Onde:

$RPCA_MCP_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do Mercado de Curto Prazo do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"

$NET_CCEN_{a,s,j}$ é o Balanço Energético de cada perfil de agente cotista "a", por meio do Contrato de Cota de Energia Nuclear, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, do submercado "s", no período de comercialização "j"

2.3.2. Resultado Preliminar do Rateio de Cotas do Cotista

A etapa do resultado preliminar do rateio de cotas dos agentes cotistas, busca ponderar os resultados para o cotista pelo fator de cotas, conforme segue abaixo.

24. O Resultado Preliminar da contabilização de cada agente da CCEE corresponde à soma dos montantes a pagar e/ou receber apurados:

24.1. O Resultado Preliminar do Cotista decorrente de Ajustes de Exposições Financeiras dos Contratos Cota de Energia Nuclear relaciona o Total de Ajustes de Exposições Financeiras com o Fator de Rateio de Contratos de Cota de Energia Nuclear, expresso por:

$$RPCA_EF_{a,m} = TAJ_EF_{a*,m} * F_CCEN_{a,m}$$

Onde:

$RPCA_EF_{a,m}$ é o Resultado Preliminar de Ajustes de Exposições Financeiras para o perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"

$TAJ_EF_{a,m}$ é o Total de Ajustes de Exposições Financeiras do perfil de agente gerador vendedor de CCEN "a", no mês de apuração "m"

$F_CCEN_{a,m}$ é o Fator de Rateio de Contratos de Cota de Energia Nuclear de cada perfil de agente distribuidor "a", no mês de apuração "m"

"a*" é o perfil de agente vendedor do Contrato de Cotas de Energia Nuclear
"a" é o perfil de agente do distribuidor cotista

24.2. O Total de Encargos Associado aos Contratos de Cotas de Energia Nuclear atribuídos aos agentes cotistas, consolidado no mês de apuração, engloba os encargos recebidos em face de despacho por (i) restrição de operação e (ii) razão de segurança energética, e relaciona com o Fator de Rateio de Contratos de Cota de Energia Nuclear, expresso por:

$$RPCA_ENC_{a,m} = ENCARGOS_{a,m} * F_CCEN_{a,m}$$

Onde:
$RPCA_ENC_{a,m}$ é o Total de Encargos Associado aos Contratos de Cota de Energia Nuclear de cada perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$ENCARGOS_{a,m}$ é o Total de Encargos Consolidado do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$F_CCEN_{a,m}$ é o Fator de Rateio de Contratos de Cota de Energia Nuclear de cada perfil de agente distribuidor "a", no mês de referência "m"

24.3. O Resultado Final do Rateio de Cotas do Comprador comprometido com o Contrato de Cota de Energia Nuclear, é expresso por:

$$RFAC_CCEN_{a,m} = RPCA_MCP_{a,m} + RPCA_EF_{a,m} + RPCA_ENC_{a,m}$$

Onde:
$RFAC_CCEN_{a,m}$ é o Resultado Final do Rateio de Cotas de CCEN do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$RPCA_MCP_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do Mercado de Curto Prazo do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$RPCA_EF_{a,m}$ é o Resultado Preliminar de Ajustes de Exposições Financeiras para o perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"
$RPCA_ENC_{p,m}$ é o Total de Encargos Associado aos Contratos de Cotas de Energia Nuclear de cada perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"

2.3.3. Resultado Preliminar do Rateio de Cotas de Energia Nuclear para Angra

A etapa do resultado preliminar do agente Angra, busca ponderar os resultados para o agente vendedor, conforme segue abaixo.

24.4. O Resultado Preliminar da contabilização de cada agente da CCEE corresponde à soma dos montantes a pagar e/ou receber apurados:

24.5. O Resultado Preliminar do agente Angra decorrente do Resultado no Mercado de Curto Prazo dos contratos de Cotas de Energia Nuclear, é expresso por:

$$RPA_MCP_{a,m} = \sum_{s} \sum_{j \in m} \left(NET_{a,s,j} * PLD_{s,j} \right)$$

Onde:
$RPA_MCP_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do Mercado de Curto Prazo do perfil de agente de angra "a", no mês de apuração "m"
$NET_{a,s,j}$ é o Balanço Energético do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"

24.6. O Resultado Final da Usina de Angra Associado aos CCEN consolida os montantes apurados referentes (i) ao efeito no MCP, (ii) ajustes de exposições financeiras e (iii) aos encargos correspondentes a cada usina, no mês de apuração, expresso por:

$$RFIN_CCEN_{a,m} = RPA_MCP_{a,m} + TAJ_EF_{a,m} + ENCARGOS_{a,m}$$

Onde:
$RFIN_CCEN_{a,m}$ é o Resultado Final do perfil de agente de angra "a", no mês de apuração "m"
$RPA_MCP_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do Mercado de Curto Prazo do perfil de agente de angra "a", no mês de apuração "m"
$TAJ_EF_{a,m}$ é o Total de Ajustes de Exposições Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENCARGOS_{a,m}$ é o Total de Encargos Consolidado do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.3.4. Efeito dos Contratos de Cotas de Energia Nuclear - CCEN

A etapa do efeito dos contratos de Cotas de Energia Nuclear busca aferir o resultado final para o agente gerador e o agente cotista, conforme segue abaixo.

25. O Efeito do CCEN compõe o resultado da contabilização de cada agente vinculado à contratação nesta modalidade. Este cálculo representa o repasse aos compradores de contratos CCEN, dos resultados obtidos tanto no mercado de curto prazo, tratamento de exposições e encargos com relação aos encargos recebidos pelos vendedores desses contratos. O Efeito do CCEN é dado pelo Resultado Final do Rateio de Cotas do agente cotista e o Resultado Final do Rateio de Cotas do Vendedor, expresso por:

$$ECCEN_{a,m} = RFAC_CCEN_{a,m} - RFIN_CCEN_{a,m}$$

Onde:
$ECCEN_{a,m}$ é efeito do CCEN para o perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RFIN_CCEN_{a,m}$ é o Resultado Final do Rateio de Cotas de CCEN do perfil de agente gerador vendedor de CCEN "a", no mês de apuração "m"
$RFAC_CCEN_{a,m}$ é o Resultado Final do Rateio de Cotas de CCEN do perfil de agente cotista "a", no mês de apuração "m"

2.3.5. Dados de Entrada para Determinação dos Ajustes da Contratação de Energia Nuclear - CCEN

$CQ_{e,j}$	**Quantidade Modulada do Contrato**	
	Descrição	Quantidade Modulada do Contrato "e", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Contratos
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$CG_CCEN_{a,s,j}$	**Consumo de Geração dos Contratos de Cotas de Energia Nuclear**	
	Descrição	Consumo de Geração a ser destinado a cada perfil de agente distribuidor "a", por meio dos Contratos de Cota de Energia Nuclear no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENCARGOS_{a,m}$	**Total de Encargos Consolidado**	
	Descrição	Informação líquida de todos os montantes a serem pagos ou recebidos em função dos encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$F_CCEN_{a,m}$	**Fator de Rateio de Montante de Energia Nuclear**	
	Descrição	Fator de Rateio do Montante de Energia Nuclear do perfil de agente distribuidor "a", no mês de referência "m"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração destinada aos Contratos de Cotas de Energia Nuclear	
$G_CCEN_{a,s,j}$	Descrição	Geração Final a ser destinado a cada perfil de agente distribuidor "a", por meio dos Contratos de Cota de Energia Nuclear no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Preço de Liquidação das Diferenças	
$PLD_{s,j}$	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

	Balanço Energético do Agente	
$NET_{a,s,j}$	Descrição	O Balanço Energético consolida as diferenças entre os valores medidos de geração e consumo versus os volumes comercializados verificados em cada perfil de agente "a", por submercado "s" (Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste), no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Balanço Energético (Cálculo do Balanço Energético)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Total de Ajustes de Exposições Financeiras	
$TAJ_EF_{a,m}$	Descrição	Corresponde ao total de ajustes a serem efetuados na contabilização de um perfil de agente "a" face às exposições financeiras positivas e negativas apuradas e em função dos recursos disponíveis para alocação. É calculado no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Consolidação dos Ajustes Decorrentes do Tratamento de Exposições)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativo ou Zero

2.3.6. Dados de Saída para Determinação dos Ajustes da Contratação de Energia Nuclear - CCEN

	Efeito do CCEN	
$ECCEN_{a,m}$	Descrição	Montante atribuído ao agente "a", no mês de apuração "m", decorrente do CCEN. Considera os resultados dos cálculos obtidos tanto no mercado de curto prazo, tratamento de exposições e encargos com relação aos encargos recebidos pelos vendedores desses contratos, sob responsabilidade do agente perante a CCEE
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.4. Determinação dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo

Objetivo:

Estabelecer os ajustes na contabilização dos agentes da CCEE necessários para cobertura retroativa de exposições financeiras negativas e de valores de encargos já liquidados.

Contexto:

Após a compensação das exposições negativas residuais do mês anterior e a redução dos montantes de ESS do mês corrente, os saldos positivos do excedente financeiro e das exposições positivas dos agentes serão destinados para compensação das exposições negativas residuais e de ESS dos 12 meses anteriores de forma intercalada, ordenados do mês 'm-12' ao mês 'm-2', finalizando com pagamento de ESS do mês 'm-1'. A Figura 9 relaciona a etapa de cálculo desses ajustes em relação ao Módulo de Regras "Consolidação de Resultados":

Figura 9: Esquema Geral do Módulo de Regras: "10 - Consolidação de Resultados"

2.4.1. Detalhamento do Cálculo dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo

O cálculo dos ajustes para alívio retroativo de exposições financeiras negativas e encargos dos agentes é formado pelo seguinte conjunto de comandos e expressões:

26. O Alívio Retroativo não é processado em recontabilizações, dessa forma, os cálculos presentes nessa subseção assumirão os mesmos valores do último processamento válido.

27. Os recursos financeiros residuais formados pelos saldos positivos do excedente financeiro e pelas exposições positivas dos agentes, após a compensação das exposições negativas residuais do mês anterior e a redução dos montantes de ESS do mês corrente, devem ser usados para compensação das exposições negativas residuais e de encargos relativos aos doze meses anteriores de forma intercalada, ordenados do mês m-12 a m-2, finalizando com pagamento dos encargos do mês m-1.

2.4.1.1. Alívios Retroativos Referentes às Exposições Financeiras

28. A obtenção do Recurso Disponível para o Alívio Retroativo das Exposições Financeiras Negativas relativo ao mês de referência, calculado no mês de apuração, define o montante financeiro a ser utilizado para formação dos ajustes decorrentes do alívio retroativo nos termos da regulamentação vigente. Sendo assim:

Se o mês de referência para o alívio, "mr", corresponder ao "m-12", então:

$$RD_AR_EF_{m,mr} = RD_AR12_m$$

Caso contrário:

$$RD_AR_EF_{m,mr} = RD_AR_ENC_{m,mr-1} - RU_AR_ENC_{m,mr-1}$$

Onde:

$RD_AR_EF_{m,mr}$ é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo das Exposições Financeiras Negativas, no mês de apuração "m" referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior, no mês de apuração "m"

$RD_AR_ENC_{m,mr}$ é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos, no mês de apuração "m" referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$RU_AR_ENC_{m,mr}$ é o Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos no mês de apuração "m" referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

29. O cálculo do Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo das Exposições Financeiras Negativas, relativo a cada mês de referência para alívio retroativo, é realizado com base no Recurso Disponível para o Alívio Retroativo das Exposições Financeiras Negativas, limitado pelo Total de Exposições Financeiras Negativas Líquidas Finais para Alívio Retroativo, conforme a seguinte expressão:

$$RU_AR_EF_{m,mr} = min\left(RD_AR_EF_{m,mr}; \boldsymbol{TEF_N_LFAR_{m,mr}}\right)$$

Onde:

$RU_AR_EF_{m,mr}$ é o Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo das Exposições Financeiras Negativas, no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$RD_AR_EF_{m,mr}$ é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo das Exposições Financeiras Negativas, no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$TEF_N_LFAR_{m,mr}$ é o Total de Exposições Financeiras Negativas Líquidas Finais para Alívio Retroativo no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

29.1. O Total de Exposições Financeiras Negativas Líquidas Finais para Alívio Retroativo corresponde à soma das Exposições Financeiras Negativas Líquidas Finais para Alívio Retroativo de todos os agentes, para cada mês de referência do alívio retroativo, no mês de apuração, e é expresso por:

$$\boldsymbol{TEF_N_LFAR_{m,mr}} = \sum_{a} \boldsymbol{EF_N_LFAR_{a,m,mr}}$$

Onde:

$TEF_N_LFAR_{m,mr}$ é o Total de Exposições Financeiras Negativas Líquidas Finais para Alívio Retroativo no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$EF_N_LFAR_{a,m,mr}$ é a Exposição Financeira Negativa Liquida Final para Alívio Retroativo do perfil de agente "a" no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

29.1.1. O cálculo da Exposição Financeira Negativa Liquida Final para Alívio Retroativo do agente, referente ao mês de referência para alívio retroativo, apura as exposições financeiras negativas ainda pendentes de cobertura no mês de apuração, após os ajustes observados ao longo do período de doze meses. A Exposição Financeira Negativa Liquida Final para Alívio Retroativo é expressa por:

$$\boldsymbol{EF_N_LFAR_{a,m,mr}} = max\left(0; \left(EF_N_LF_{a,mr} - \boldsymbol{TAJ_EF_AR_{a,m,mr}}\right)\right)$$

Onde:

$EF_N_LFAR_{a,m,mr}$ é a Exposição Financeira Negativa Liquida Final para Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$EF_N_LF_{a,mr}$ é a Exposição Financeira Negativa Liquida Final do perfil de agente "a", no mês de referência para o cálculo do alívio retroativo "mr"

$TAJ_EF_AR_{a,m,mr}$ é o Total de Ajuste das Exposições Financeiras para o Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para o alívio "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

29.1.1.1. O Total de Ajuste das Exposições Financeiras para o Alívio Retroativo do agente, calculado no mês de apuração e relativo ao mês de referência para alívio retroativo, corresponde ao montante utilizado para alívio das exposições negativas remanescentes do agente em cada mês compreendido no intervalo dos doze meses anteriores ao mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{TAJ_EF_AR_{a,m,mr}} = \left(\sum_{m \in MMR} AJ_EF_AR_{a,m,mr}\right) + AJ_AEFA_{a,mr+1}$$

Onde:

$TAJ_EF_AR_{a,m,mr}$ é o Total de Ajuste das Exposições Financeiras para o Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m" referente ao mês de referência para o alívio "mr"

$AJ_AEFA_{a,m}$ é o Ajuste das Exposições Financeiras do Mês Anterior do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$AJ_EF_AR_{a,m,mr}$ é o Ajuste das Exposições Financeiras no Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para o alívio "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

"MMR" é o conjunto de meses "m" para o qual se tenha calculado alívio associado ao mês de referência para o alívio retroativo "mr"

Observação:

Quando o mês de referência para o alívio, identificado por "mr", corresponder ao "m-1", não existe Ajuste das Exposições Financeiras no Alívio Retroativo ($AJ_EF_AR_{a,m,mr}$) calculado, ou seja, o Total de Ajuste das Exposições Financeiras para o Alívio Retroativo ($TAJ_EF_AR_{a,m,mr}$) corresponderá ao Ajuste das Exposições Financeiras do Mês Anterior ($AJ_AEFA_{a,m}$), calculado no próprio mês de apuração "m".

30. O Ajuste das Exposições Financeiras no Alívio Retroativo distribui o Recurso Financeiro Utilizado para Alívio Retroativo na proporção das Exposições Financeiras Negativas Líquidas Finais para Alívio Retroativo de cada agente em relação ao total. O Ajuste das Exposições Financeiras no Alívio Retroativo é calculado no mês de apuração, para cada mês de referência do alívio retroativo e é expresso por:

$$AJ_EF_AR_{a,m,mr} = \frac{EF_N_LFAR_{a,m,mr}}{TEF_N_LFAR_{m,mr}} * RU_AR_EF_{m,mr}$$

Onde:

$AJ_EF_AR_{a,m,mr}$ é o Ajuste das Exposições Financeiras no Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para o alívio "mr"

$EF_N_LFAR_{a,m,mr}$ é a Exposição Financeira Negativa Liquida Final para Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$TEF_N_LFAR_{m,mr}$ é o Total de Exposições Financeiras Negativas Líquidas Finais para Alívio Retroativo no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$RU_AR_EF_{m,mr}$ é o Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo das Exposições Financeiras Negativas, no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

2.4.1.2. Alívios Retroativos Referentes aos Encargos

31. A determinação dos Recursos Disponíveis para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos resulta da diferença entre o recurso disponível e o recurso utilizado para alívio retroativo das exposições financeiras. O Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos é calculado no mês de apuração, relativo ao mês de referência para alívio retroativo e expresso por:

$$RD_AR_ENC_{m,mr} = RD_AR_EF_{m,mr} - RU_AR_EF_{m,mr}$$

Onde:

$RD_AR_ENC_{m,mr}$ é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos, no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$RD_AR_EF_{m,mr}$ é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo das Exposições Financeiras Negativas, no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$RU_AR_EF_{m,mr}$ é o Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo das Exposições Financeiras Negativas, no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

32. O cálculo do Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos, relativo a cada mês de referência para alívio retroativo, é realizado com base nos Recursos Disponíveis para Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos, limitado pelo Total de Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$RU_AR_ENC_{m,mr} = min\left(RD_AR_ENC_{m,mr}; \boldsymbol{TPA_ENC_AR_{m,mr}}\right)$$

Onde:

$RU_AR_ENC_{m,mr}$ é o Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$RD_AR_ENC_{m,mr}$ é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos, no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$TPA_ENC_AR_{m,mr}$ é o Total de Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

32.1. O Total de Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo corresponde à soma dos Pagamentos de Encargos Ajustados para Alívio Retroativo de todos os agentes, para cada mês de referência do alívio retroativo, no mês de apuração, e é expresso por:

$$\boldsymbol{TPA_ENC_AR_{m,mr}} = \sum_{a} \boldsymbol{PA_ENC_AR_{a,m,mr}}$$

Onde:

$TPA_ENC_AR_{m,mr}$ é o Total de Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$PA_ENC_AR_{a,m,mr}$ é Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

32.1.1. O cálculo do Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo do agente, referente ao mês de referência para alívio retroativo, apura os encargos pagos, passiveis de alívio retroativo, ainda pendentes de cobertura no mês de apuração, após os ajustes observados ao longo do período de doze meses. O Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo é expressa por:

$$\boldsymbol{PA_ENC_AR_{a,m,mr}} = max\left(0; \left(TP_ENC_AR_{a,mr} - \boldsymbol{TAJ_ENC_AR_{a,m,mr}}\right)\right)$$

Onde:

$PA_ENC_AR_{a,m,mr}$ é o Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m" referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$TP_ENC_AR_{a,mr}$ é o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo, do perfil de agente "a", no mês de referência para o cálculo do alívio retroativo "mr"

$TAJ_ENC_AR_{a,m,mr}$ é o Total de Ajuste do Pagamento de Encargos para o Alívio Retroativo do perfil de agente "a", referente ao mês de referência para o alívio "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

Importante:

O perfil de agente da classe de Importação/Exportação não fará jus ao recebimento de alívio retroativo para os meses que tiver exportado energia elétrica em caráter interruptível, ou seja, o Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo ($PA_ENC_AR_{a,m,mr}$) para o referido mês será igual a zero.

32.1.1.1. O cálculo do Total de Ajuste dos Pagamentos de Encargos para o Alívio Retroativo é realizado por agente, no mês de apuração, relativo ao mês de referência para alívio retroativo. Este valor corresponde ao total de ajustes realizados para o agente, no intervalo de doze meses anteriores ao mês de apuração, para cobertura de encargos já liquidados, e é expresso por:

$$\boldsymbol{TAJ_ENC_AR_{a,m,mr}} = \sum_{m \in MMR} AJ_ENC_AR_{a,m,mr}$$

Onde:

$TAJ_ENC_AR_{a,m,mr}$ é o Total de Ajuste do Pagamento de Encargos para o Alívio Retroativo do perfil de agente "a", referente ao mês de referência para o alívio "mr"

$AJ_ENC_AR_{a,m,mr}$ é o Ajuste do Pagamento de Encargos no Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para o alívio "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

"MMR" é o conjunto de meses "m" para o qual se tenha calculado alívio associados ao mês de referência para o alívio retroativo "mr"

33. O Ajuste do Pagamento de Encargos no Alívio Retroativo distribui o Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos na proporção do Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo atribuído a cada agente, em relação ao total de pagamentos. O Ajuste do Pagamento de Encargos no Alívio Retroativo é calculado por mês de apuração, relativo ao mês de referência para alívio retroativo e é expresso por:

$$AJ_ENC_AR_{a,m,mr} = \frac{PA_ENC_AR_{a,m,mr}}{TPA_ENC_AR_{m,mr}} * RU_AR_ENC_{m,mr}$$

Onde:

$AJ_ENC_AR_{a,m,mr}$ é o Ajuste do Pagamento de Encargos no Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para o alívio "mr"

$PA_ENC_AR_{a,m,mr}$ é Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$TPA_ENC_AR_{m,mr}$ é o Total de Pagamento de Encargos Ajustado para Alívio Retroativo no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$RU_AR_ENC_{m,mr}$ é o Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

2.4.1.3. Totalização dos Alívios Retroativos

34. O Total de Alívio Retroativo Referente às Exposições Financeiras do agente, calculado no mês de apuração, corresponde ao total de Ajustes das Exposições Financeiras no Alívio Retroativo atribuídos ao agente dentro do intervalo de dozes meses anteriores ao mês de apuração e é expresso por:

$$TAR_EF_{a,m} = \sum_{mr \in MRM} AJ_EF_AR_{a,m,mr}$$

Onde:

$TAR_EF_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente às Exposições Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$AJ_EF_AR_{a,m,mr}$ é o Ajuste das Exposições Financeiras no Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para o alívio "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

"MRM" é o conjunto de meses de referência para o alívio retroativo "mr" compreendidos pelo mês de apuração "m"

35. O Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do agente, calculado no mês de apuração, corresponde ao total de Ajustes dos Pagamentos de Encargos no Alívio Retroativo atribuídos ao agente dentro do intervalo de dozes meses anteriores ao mês de apuração e é expresso por:

$$TAR_ENC_{a,m} = \sum_{mr \in MRM} AJ_ENC_AR_{a,m,mr}$$

Onde:

$TAR_ENC_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$AJ_ENC_AR_{a,m}$ é o Ajuste do Pagamento de Encargos no Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente ao mês de referência para o alívio "mr"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

"MRM" é o conjunto de meses de referência para o alívio retroativo "mr" compreendidos pelo mês de apuração "m"

36. A determinação do Total de Ajustes Referente ao Alívio Retroativo, calculado no mês de apuração, corresponde ao montante considerado no resultado final da contabilização do agente tanto para cobertura de encargos já liquidados como para alívio das exposições financeiras negativas, decorrentes da diferença de PLDs entre os submercados, observados no intervalo de doze meses anteriores ao mês de apuração. O Total de Ajustes Referentes ao Alívio Retroativo é expresso por:

$$TAJ_AR_{a,m} = TAR_ENC_{a,m} + TAR_EF_{a,m} - TAR_EF_RECONT_{a,m} + ADDC_AR_RECONT_{a,m}$$

Onde:

$TAJ_AR_{a,m}$ é o Total de Ajustes Referente ao Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_EF_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente às Exposições Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_EF_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente às Exposições Financeiras para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ADDC_AR_RECONT_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas referente ao Alívio Retroativo associado a Recontabilizações do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

Importante:

Este cálculo também será realizado nos processamentos de recontabilização.

2.4.2. Dados de Entrada do Cálculo dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo

$AJ_AEFA_{a,m}$	**Ajuste das Exposições Financeiras do Mês Anterior**	
	Descrição	Corresponde ao ajuste da contabilização atribuído ao perfil de agente "a" para alívio das exposições negativas remanescentes líquidas do mês anterior. É calculado no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Cálculo de Compensação das Exposições do Mês Anterior)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EF_N_LF_{a,m}$	**Exposição Financeira Negativa Liquida Final**	
	Descrição	Corresponde ao montante das exposições financeiras negativas líquidas do perfil de agente "a" que deixou de ser aliviado pela ausência de recursos financeiros disponíveis no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Cálculo do Rateio das Exposições Residuais)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

RD_AR12_{m}	**Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" destinado ao alívio retroativo das exposições financeiras do 12º mês anterior
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RD_AR_ENC_{m,mr}$	**Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Corresponde ao total de recursos financeiros disponível, relativo ao mês de referência para alívio retroativo "mr", para alívio retroativo do pagamento de encargos, mês de apuração "m", formado pela sobra de recursos utilizados para alívio retroativo de exposições financeiras.
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TP_ENC_AR_{a,m}$	**Total de Pagamentos de Encargos Passível de Alívio Retroativo**	
	Descrição	Montante de encargos apurados passível de alívio retroativo, composto pelos encargos de serviços do sistema e os encargos por razão de segurança energética, calculados no mês de apuração "m", por perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAR_EF_RECONT_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente às Exposições Financeiras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente às Exposições Financeiras para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.4.3. Dados de Saída do Cálculo dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo

$RU_AR_ENC_{m,mr}$	**Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Corresponde ao montante de recursos financeiros, relativo ao mês de referência para alívio retroativo "mr", utilizado para alívio retroativo do pagamento de encargos, limitado pelo total de pagamento retroativo de encargos, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAJ_AR_{a,m}$	**Total de Ajustes Referentes ao Alívio Retroativo**	
	Descrição	Corresponde ao total de ajustes a serem efetuados na contabilização de um agente "a", para alívio das exposições financeiras negativas, decorrentes da diferença de PLDs entre os submercados, e para cobertura de encargos já liquidados, ambos observados no intervalo de doze meses anteriores ao mês de apuração ("m-12" a "m-1"). É calculado no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5. Determinação da Restituição, aos Usuários de Energia de Reserva, dos Montantes Financeiros Excedentes da CONER

Objetivo:

Apurar eventuais montantes excedentes na Conta de Energia de Reserva, cuja destinação será a restituição aos Usuários de Energia de Reserva.

Contexto:

Na Liquidação de Energia de Reserva é calculado o valor necessário para pagamento das receitas devidas aos geradores comprometidos com Contratos de Energia de Reserva. Para o cálculo do encargo a ser pago pelos participantes do rateio, é considerado como crédito o resultado financeiro obtido na contabilização do MCP, referente à geração das usinas associadas aos CERs. Em alguns casos, esse valor pode ser maior que o necessário para cobrir todos os custos com as receitas devidas às usinas, resultando em um encargo nulo, e sobra na conta de energia de reserva. Visando minimizar essas sobras, resultando em um montante financeiro imobilizado por pelo menos um mês, será identificado na contabilização do MCP se o resultado do agente ACER poderá ser responsável pela formação de excedente na conta, baseado em uma estimativa dos valores devidos na Liquidação de Energia de Reserva. O valor (excedente) estimado é somado ao excedente existente na CONER, apurado na Liquidação de Energia de Reserva anterior, para formar a restituição a que o agente faz jus, e que deverá receber como crédito na contabilização do MCP.

Figura 10: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Consolidação de Resultados"

2.5.1. Detalhamento da Apuração de Excedente Estimado no MCP

37. Mensalmente é apurado o resultado do ACER, que recebe a valoração da geração das usinas comprometidas com CERs, comparando-o à estimativa de pagamento do EER. Eventual excedente identificado nessa etapa é somado ao excedente já existente na CONER, após o pagamento do último Encargo de Energia de Reserva. Essa soma é então utilizada para impactar positivamente o montante financeiro a liquidar dos agentes pagadores de Encargos de Energia de Reserva, e negativamente o Agente Associado à Contratação de Energia de Reserva, para que haja a transferência do montante da CONER para a liquidação do MCP:

38. O cálculo do Excedente da Energia de Reserva no MCP apura o valor excedente, caso o resultado do agente ACER e o Excedente da CONER sejam mais do que suficiente para o pagamento estimado mensal das usinas geradoras e outras obrigações, em conformidade com os contratos de energia de reserva. O excedente é determinado conforme a seguinte equação:

Se:

$$\left(ECD_{a*,m} + AJU_RECON_{a*,m} + ADDC_RESERVA_{a*m} + EXCD_CONER_m\right) > F_GEST_CONER_m * ESTM_PFER_m$$

Então:

$$EXCD_ER_MCP_m = \left(ECD_{a*,m} + AJU_RECON_{a*,m} + ADDC_RESERVA_{a*,m} + EXCD_CONER_m\right) - F_GEST_CONER_m * ESTM_PFER_m$$

Caso Contrário:

$$EXCD_ER_MCP_m = 0$$

Onde:

$EXCD_ER_MCP_m$ é o Excedente da Energia de Reserva no MCP no mês de apuração "m"

$ECD_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR por disponibilidade ou CER para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$AJU_RECON_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Recontabilizações do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ADDC_RESERVA_{a,m}$ é Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas para o Resultado do Agente ACER do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$F_GEST_CONER_m$ é o Fator de Gestão da CONER a ser aplicado pela CCEE para o mês de apuração "m"

$ESTM_PFER_m$ é a Estimativa de Pagamentos Futuros de Energia de Reserva no mês de apuração "m"

EXCD_CONERm é o Excedente de Saldo na CONER no mês de apuração "m"

a* é o Agente associado à Contratação de Energia de Reserva (ACER)

39. O Resultado Preliminar do Agente Referente ao Excedente da Energia de Reserva calcula o montante financeiro que deve ser considerado no resultado do agente no MCP no mês de apuração. Para o Agente associado à Contratação de Energia de Reserva, o excedente total deve ser considerado como débito na liquidação para a liberação do montante financeiro a ser creditado para os pagadores de EER. Para os agentes usuários de energia de reserva, o crédito deve ser realizado na proporção de pagamento do Encargo de Energia de Reserva. A determinação do valor preliminar a ser considerado na liquidação de cada agente é dado conforme as seguintes equações:

Caso o agente seja o ACER:

$$RES_EXCD_ER_PRE_{a,m} = -EXCD_ER_MCP_m$$

Caso contrário:

$$RES_EXCD_ER_PRE_{a,m} = EXCD_ER_MCP_m * \boldsymbol{F_EER_{a,m}}$$

Onde:

$RES_EXCD_ER_PRE_m$ é o Resultado Preliminar do Agente Referente ao Excedente da Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$EXCD_ER_MCP_m$ é o Excedente da Energia de Reserva no MCP no mês de apuração "m"

$F_EER_{a,m}$ é o fator de participação no pagamento de Encargos de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

39.1. Para a restituição dos excedentes da CONER deve ser apurada a proporção de participação de cada agente no pagamento do Encargo de Energia de Reserva, que é a proporção na qual deve ser feita a restituição. Dessa forma, é apurada a proporção do Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Energia de Reserva dos últimos 12 meses do perfil de agente, em relação à essa grandeza de todo o mercado:

$$\boldsymbol{F_EER_{a,m}} = \frac{\sum_{m\in 12M}\left(TRC_SEG_ENER_{a,m-2} + REC_AJU_{a,m-2}\right)}{\sum_{m\in 12M}\sum_{a}\left(TRC_SEG_ENER_{a,m-2} + REC_AJU_{a,m-2}\right)}$$

Onde:

$F_EER_{a,m}$ é o fator de participação no pagamento de Encargos de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$REC_AJU_{a,m}$ é o Montante de MWh definido pelo Conselho de Administração da CCEE que altera o valor do Consumo Mensal do perfil de agente "a", para fins do Rateio do Encargo de Energia de Reserva no mês de apuração "m"

"12M" é o conjunto de meses compreendidos nos 12 (doze) meses anteriores ao mês de apuração "m", contabilizados e certificados

"m" refere-se ao mês de apuração do Encargo de Energia de Reserva

2.5.2. Consolidação das restituições a serem realizadas referentes à eventuais excedentes da CONER

40. O valor a ser considerado no resultado do agente, para dar efeito à restituição dos excedentes da Liquidação de Energia de Reserva, deve ser ajustado de acordo com a inadimplência de agentes nessa liquidação, conforme segue:

40.1. O agente ACER deve receber os créditos inicialmente destinados aos agentes inadimplentes na Liquidação de Energia de Reserva, como efeito da devolução desse montante à CONER, conforme a seguinte expressão:

Caso o agente seja o ACER:

$$RES_EXCD_ER_{a,m} = RES_EXCD_ER_PRE_{a,m} + \boldsymbol{N_REST_INAD_m}$$

Onde:

$RES_EXCD_ER_{a,m}$ é o Resultado Referente ao Excedente Financeiro da Energia de Reserva por cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$RES_EXCD_ER_PRE_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do Agente Referente ao Excedente da Energia de Reserva por cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$N_REST_INAD_m$ é o Valor Não Restituído da CONER aos agentes inadimplentes na Liquidação de Energia de reserva no mês de apuração "m"

40.1.1. O valor não restituído da CONER aos agentes inadimplentes na Liquidação de Energia de Reserva concatena os valores inicialmente calculados de restituição para esses agentes:

$$\boldsymbol{N_REST_INAD_m} = \sum_{a\in AILR}\left(RES_EXCD_ER_PRE_{a,m}\right)$$

Onde:

$N_REST_INAD_m$ é o Valor Não Restituído da CONER aos agentes inadimplentes na Liquidação de Energia de reserva no mês de apuração "m"

$RES_EXCD_ER_PRE_m$ é o Resultado Preliminar do Agente Referente ao Excedente da Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

"AILR" é o conjunto de agentes "a" inadimplentes na última Liquidação de Energia de Reserva

40.2. Agentes inadimplentes na última Liquidação de Energia de Reserva não recebem os créditos referentes ao excedente da Energia de Reserva no mês. Dessa forma, o Resultado Referente ao Excedente Financeiro da Energia de Reserva deve ser zero, enquanto os demais agentes não são impactados, conforme as seguintes expressões:

Se o agente estiver inadimplente na Liquidação de Energia de Reserva:

$$RES_EXCD_ER_{a,m} = 0$$

Caso contrário:

$$RES_EXCD_ER_{a,m} = RES_EXCD_ER_PRE_{a,m}$$

Onde:

$RES_EXCD_ER_{a,m}$ é o Resultado Referente ao Excedente Financeiro da Energia de Reserva por cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$RES_EXCD_ER_PRE_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do Agente Referente ao Excedente da Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

41. Conforme previsto em ato normativo as usinas comprometidas CERs por Disponibilidade provenientes do Procedimento Competetitivo Simplificado, possuem isenção do rateio de inadimplência com relação aos encargos. A exceção ocorre com o Constrained-off, o qual é repassado para o agente ACER, uma vez que é utilizado para abater o ressarcimento por geração abaxio do despacho. Assim, o Resultado de Encargos relativos ao CER por Disponibilidade é apurado conforme seguinte equação:

$$\boldsymbol{RES_ENC_CER_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} \left(ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_REST_UNIT_{p,j} + ENC_SEG_ENER_{p,j} + ENC_OSA_{p,m} \right)$$

$$\boldsymbol{p \in P_CER_DISP}$$

Onde:

$RES_ENC_CER_{a,m}$ é o Resultado dos Encargos relativos ao CER por Disponibilidade do perfil de agente "a", no mês de contabilização "m"

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

P_CER_DISP é a usina térmica que possui CER por Disponibilidade

2.5.3. Dados de Entrada do cálculo do Excedente Referente à Energia de Reserva

	Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas para o Resultado do Agente ACER	
$ADDC_RESERVA_{a,m}$	Descrição	Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas para o Resultado do Agente ACER do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Ajuste Decorrente de Recontabilizações	
$AJU_RECON_{a,m}$	Descrição	Valor calculado pela CCEE referente a ajustes, decorrentes de recontabilizações, em montantes a pagar ou a receber, atribuído ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Efeito da Contratação por Disponibilidade	
$ECD_{a,m}$	Descrição	Montante atribuído ao agente "a", no mês de apuração "m", decorrente da contratação por disponibilidade. Considera os resultados dos cálculos de balanço energético e encargos, vinculados às usinas comprometidas com contratos por disponibilidade sob responsabilidade do agente ante a CCEE
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Ajustes Decorrentes da Contratação por Disponibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Estimativa de Pagamentos Futuros de Energia de Reserva	
$ESTM_PFER_m$	Descrição	Valor estimado dos custos a serem incorridos em futura liquidação de Energia de Reserva para o mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Contratação de Energia de Reserva (Apuração do Excedente Referente à Energia de Reserva)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Excedente de Saldo na CONER	
$EXCD_CONER_m$	Descrição	Montante financeiro calculado na Liquidação de Energia financeira não utilizado para pagamentos e determinado como Excedente de Saldo na CONER no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Contratação de Energia de Reserva (Apuração do Excedente Referente à Energia de Reserva)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Fator de Gestão da CONER	
$F_GEST_CONER_m$	Descrição	Fator de Gestão da CONER a ser aplicado pela CCEE de forma a evitar a restituição de excedente em cenários de expectativa de cobrança de encargos, e reter montantes na conta em cenários de valores consideráveis mantidos, para o mês de apuração "m"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$REC_AJU_{a,m}$	**Ajuste no Consumo do Agente por determinação do Conselho de Administração da CCEE**	
	Descrição	Montante de MWh definido pelo Conselho de Administração da CCEE que altera o valor do consumo mensal do perfil de agente "a", para fins do rateio do Encargo de Energia de Reserva no mês de apuração do Encargo de Energia de Reserva "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de Energia de Reserva por agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5.4. Dados de Saída do cálculo do Excedente Referente à Energia de Reserva

$RES_EXCD_ER_{a,m}$	**Resultado Referente ao Excedente Financeiro da Energia de Reserva**	
	Descrição	Montante financeiro restituído aos agentes pagadores de Encargos de Energia de Reserva por sobras previstas na CONER, apurada para cada perfil de agente "a", no mês "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6. Determinação dos Ajustes Decorrentes dos Resultados de Itaipu

Objetivo:

Apurar os efeitos do repasse de Resultados de Itaipu aos distribuidores cotistas.

Contexto:

Os resultados apurados para Itaipu referentes aos riscos hidrológicos devem ser assumidos pelos cotistas, nos termos do Decreto 8.401/2015.

Para fins de modicidade tarifária, desde 2018, o cálculo do Risco Hidrológico de Itaipu foi alterado de forma a excluir uma parte da receita proveniente do MRE relativa à energia não vinculada à potência contratada, passando a ser contabilizada como crédito da Eletrobras.

A Figura 11 situa essa etapa do cálculo em relação ao módulo completo de consolidação de resultados:

Figura 11: Geral do Módulo de Regras: "Consolidação de Resultados"

2.6.1. Detalhamento dos Ajustes Decorrentes dos Resultados de Itaipu

O cálculo dos resultados de Itaipu a serem repassados para os agentes cotistas é realizado de acordo com os seguintes comandos e expressões:

42. Os efeitos a serem repassados aos agentes cotistas de Itaipu compreendem os efeitos das exposições de curto prazo baseados no balanço energético, parte dos recursos financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e exposições financeiras relativas às diferenças entre submercados, considerando os alívios retroativos.

43. O cálculo do Rateio do Balanço Energético de Itaipu identifica a exposição energética de Itaipu que deve ser assumida por cada perfil de agente cotista:

$$NET_IT_{a,s,j} = NET_{a*,s,j} * QP_IT_{e,f}$$

Onde:

$NET_IT_{a,s,j}$ é o a o Rateio do Balanço Energético de Itaipu para o perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

$NET_{a,s,j}$ é o Balanço Energético do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

$QP_IT_{e,f}$ é a Cota-parte de Itaipu correspondente a cada contrato "e", no ano de apuração "f"

"e" é o contrato onde Itaipu é vendedora, e o agente "a" é o comprador

"a*" é o perfil de agente ACEI

44. O Resultado Preliminar dos Efeitos de Curto Prazo para Repasse de Itaipu faz a valoração do montante de energia exposto de Itaipu que deve ser repassado aos agentes cotistas:

$$RP_IT_MCP_{a,m} = \sum_{s} \sum_{j \in m} \left(NET_IT_{a,s,j} * PLD_{s,j} \right)$$

Onde:

$RP_IT_MCP_{a,m}$ é o Resultado Preliminar dos Efeitos de Curto Prazo para Repasse de Itaipu do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$NET_IT_{a,s,j}$ é o Rateio do Balanço Energético de Itaipu para o perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"

45. O cálculo do Resultado Preliminar de Exposições Financeiras de Submercados para Repasse de Itaipu identifica as exposições de submercados referentes aos contratos de Itaipu que devem ser repassadas aos agentes cotistas:

$$RP_IT_EF_{a,m} = TAJ_EF_{a*,m} * QP_IT_{e,f}$$

Onde:

$RP_IT_EF_{a,m}$ é o Resultado Preliminar de Exposições Financeiras de Submercados para Repasse de Itaipu do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAJ_EF_{a,m}$ é o Total de Ajustes de Exposições Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$QP_IT_{e,f}$ é a Cota-parte de Itaipu correspondente a cada contrato "e", no ano de apuração "f"

"e" é o contrato onde Itaipu é vendedora, e o agente "a" é o comprador

"a*" é o perfil de agente ACEI

46. O cálculo do Resultado Preliminar dos Efeitos do MRE para Repasse de Itaipu rateia parte dos efeitos líquidos do mecanismo para Itaipu entre os agentes cotistas:

$$RP_IT_MRE_{a,m} = \left(COMPENSAÇÃO_MRE_{a*,m} - \boldsymbol{ALOCF_ENER_NVINC_{a*,m}}\right) * QP_IT_{e,f}$$

Onde:
$RP_IT_MRE_{a,m}$ é o Resultado Preliminar dos Efeitos do MRE para Repasse de Itaipu do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$COMPENSAÇÃO_MRE_{a,m}$ é a Compensação do MRE do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ALOCF_ENER_NVINC_{a*,m}$ é a Alocação Financeira da Energia não Vinculada à Potência de Itaipu, associada à Compensação do MRE, que não será rateado entre os agentes cotistas, do perfil de agente "a*", no mês de apuração "m"
$QP_IT_{e,f}$ é a Cota-parte de Itaipu correspondente a cada contrato "e", no ano de apuração "f"
"e" é o contrato onde Itaipu é vendedora, e o agente "a" é o comprador
"a*" é o perfil de agente ACEI

46.1. O cálculo da Alocação Financeira da Energia não Vinculada à Potência de Itaipu, associada à Compensação do MRE, que não será rateado entre os agentes cotistas é realizado a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{ALOCF_ENER_NVINC_{a*,m}} = \sum_{j \in m} \boldsymbol{ENER_NVINC_{a*,j}} * TEO_{p,m}$$

Onde:
$ALOCF_ENER_NVINC_{a*,m}$ é a Alocação Financeira da Energia não Vinculada à Potência de Itaipu, associada à Compensação do MRE, que não será rateado entre os agentes cotistas, do perfil de agente "a*", no mês de apuração "m"
$ENER_NVINC_{a*,j}$ é a Energia não Vinculada à Potência de Itaipu, associada à Compensação do MRE, que não será rateado entre os agentes cotistas, do perfil de agente "a*", no período de comercialização "j"
$TEO_{p,m}$ Tarifa de Energia de Otimização da parcela de usina "p", utilizada para valorar os custos da energia trocada no MRE, no mês de apuração "m"
"a*" é o perfil de agente ACEI

46.1.1. O valor da Energia não Vinculada à Potência de Itaipu, associada à Compensação do MRE, que não será rateado entre os agentes cotistas, será calculado no período de comercialização:

$$\boldsymbol{ENER_NVINC_{a*,j}} = max\left(0; \sum_{p \in a*} \left(G_{p,j} - \left(GFIS_2_{p,j} + DSEC_P_{p,j}\right)\right)\right)$$

Onde:
$ENER_NVINC_{a*,j}$ é a Energia não Vinculada à Potência de Itaipu, associada à Compensação do MRE, que não será rateado entre os agentes cotistas, do perfil de agente "a*", no mês de apuração "m"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$GFIS_2_{p,j}$ é a Garantia Física Modulada Ajustada pelo Fator de Disponibilidade da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DSEC_P_{p,j}$ é o Direito à Energia Secundária, por parcela de usina "p", participante do MRE , no período de comercialização "j"
"a*" é o perfil de agente ACEI

47. O cálculo do Resultado Preliminar do Alívio Retroativo para Repasse de Itaipu para cada agentes cotistas é calculado conforme segue:

$$RP_IT_AR_{a,m} = TAJ_AR_{a*,m} * QP_IT_{e,f}$$

Onde:
$RP_IT_AR_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do Alívio Retroativo para Repasse de Itaipu do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAJ_AR_{a,m}$ é o Total de Ajustes referente ao Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$QP_IT_{e,f}$ é a Cota-parte de Itaipu correspondente a cada contrato "e", no ano de apuração "f"
"e" é o contrato onde Itaipu é vendedora, e o agente "a" é o comprador
"a*" é o perfil de agente ACEI

48. O Resultado Final do Comprador comprometido com contrato de cotas de Itaipu faz o repasse dos riscos hidrológicos de Itaipu para o agente cotista, para ser considerado no seu resultado do MCP:

$$RFINC_IT_{a,m} = RP_IT_MCP_{a,m} + RP_IT_EF_{a,m} + RP_IT_MRE_{a,m} + RP_IT_AR_{a,m}$$

Onde:
$RFINC_IT_{a,m}$ é o Resultado Final do Comprador comprometido com contrato de cotas de Itaipu para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RP_IT_MCP_{a,m}$ é o Resultado Preliminar dos Efeitos de Curto Prazo para Repasse de Itaipu do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RP_IT_EF_{a,m}$ é o Resultado Preliminar de Exposições Financeiras de Submercados para Repasse de Itaipu do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RP_IT_MRE_{a,m}$ é o Resultado Preliminar dos Efeitos do MRE para Repasse de Itaipu do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RP_IT_AR_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do Alívio Retroativo para Repasse de Itaipu do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

49. O Resultado Final do Vendedor comprometido com contrato de cotas de Itaipu retira de Itaipu os resultados referente aos riscos hidrológicos, que são repassados para os cotistas no MCP:

Se o perfil de agente for o ACEI

$$RFINV_IT_{a,m} = \boldsymbol{TM_MCP_IT_{a,m}} + TAJ_EF_{a,m} + COMPENSAÇÃO_MRE_{a,m} - ALOCF_ENER_NVINC_{a,m} + TAJ_AR_{a,m}$$

Onde:
$RFINV_IT_{a,m}$ Resultado Final do Vendedor comprometido com contrato de cotas de Itaipu para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TM_MCP_IT_{a,m}$ é o Total Mensal do Resultado no MCP de Itaipu do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAJ_EF_{a,m}$ é o Total de Ajustes de Exposições Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$COMPENSAÇÃO_MRE_{a,m}$ é a Compensação do MRE do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ALOCF_ENER_NVINC_{a,m}$ é a Alocação Financeira da Energia não Vinculada à Potência de Itaipu, associada à Compensação do MRE, que não será rateado entre os agentes cotistas, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAJ_AR_{a,m}$ é o Total de Ajustes referente ao Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

49.1. O Total Mensal do Resultado no MCP de Itaipu que deverá ser considerado para repasse aos cotistas é calculado:

$$\boldsymbol{TM_MCP_IT_{a,m}} = \sum_{s} \sum_{j \in m} \left(NET_{a,s,j} * PLD_{s,j}\right)$$

Onde:
$TM_MCP_IT_{a,m}$ é o Total Mensal do Resultado no MCP de Itaipu do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$NET_{a,s,j}$ é o Balanço Energético do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"

50. O Efeito no MCP referente ao resultado de Itaipu a ser considerado no resultado dos agentes é calculado conforme segue:

$$EC_IT_{a,m} = RFINC_IT_{a,m} - RFINV_IT_{a,m}$$

Onde:
$EC_IT_{a,m}$ é o Efeito da Contratação de Itaipu, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RFINC_IT_{a,m}$ é o Resultado Final do Comprador comprometido com contrato de cotas de Itaipu para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RFINV_IT_{a,m}$ Resultado Final do Vendedor comprometido com contrato de cotas de Itaipu para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.6.2. Dados de Entrada para Determinação dos Ajustes Decorrentes dos Resultado de Itaipu

	Compensação do MRE	
$COMPENSAÇÃO_MRE_{a,m}$	Descrição	Corresponde ao valor total a ser pago ou recebido pelo perfil de agente "a", referente à suas parcelas de usinas integrantes do MRE em função das regras desse mecanismo, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	MRE (Cálculo da Compensação da Geração no MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$DSEC_P_{p,j}$	**Direito à Energia Secundária**	
	Descrição	O Direito à Energia Secundária da parcela de usina "p" participante do MRE corresponde à relação entre a garantia física de cada integrante do MRE pelo total aplicado sobre o volume de Energia Secundária apurado no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Energia Secundária)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFIS_2_{p,j}$	**Garantia Física Modulada Ajustada**	
	Descrição	Garantia Física modulada da parcela de usina "p" e ajustada em função do Fator de Rateio de Perdas da Rede Básica e do MRGF, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Garantia Física (Ajuste da Garantia Física)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

$QP_IT_{e,f}$	**Cota-Parte de Itaipu**	
	Descrição	Percentual do valor correspondente, nas regras da CCEE, à participação de cada cotista na Garantia Física da usina de Itaipu, correspondente a cada contrato "e", no ano de apuração "f"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$NET_{a,s,j}$	**Balanço Energético do Agente**	
	Descrição	O Balanço Energético consolida as diferenças entre os valores medidos de geração e consumo versus os volumes comercializados verificados em cada perfil de agente "a", por submercado "s" (Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste), no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Balanço Energético (Cálculo do Balanço Energético)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAJ_EF_{a,m}$	**Total de Ajustes de Exposições Financeiras**	
	Descrição	Corresponde ao total de ajustes a serem efetuados na contabilização de um perfil de agente "a" face às exposições financeiras positivas e negativas apuradas e em função dos recursos disponíveis para alocação. É calculado no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Consolidação dos Ajustes Decorrentes do Tratamento de Exposições)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativo ou Zero

$TAJ_AR_{a,m}$	**Total de Ajustes Referentes ao Alívio Retroativo**	
	Descrição	Corresponde ao total de ajustes a serem efetuados na contabilização de um agente "a", para alívio das exposições financeiras negativas, decorrentes da diferença de PLDs entre os submercados, e para cobertura de encargos já liquidados, ambos observados no intervalo de doze meses anteriores ao mês de apuração ("m-12" a "m-1"). É calculado no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6.3. Dados de Saída para Determinação dos Ajustes Decorrentes dos Resultado de Itaipu

$EC_IT_{a,m}$	**Efeito da Contratação de Itaipu**	
	Descrição	Efeito da Contratação de Itaipu, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.7. Determinação dos Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR

Objetivo:

Apurar os efeitos do Repasse do Risco Hidrológico do ACR aos agentes de distribuição.

Contexto:

Os resultados apurados de risco hidrológico das usinas participantes do MRE que optaram em repassar esse risco devem ser assumidos pelos agentes de distribuição, nos termos da regulamentação específica. A Figura 12 situa essa etapa do cálculo em relação ao módulo completo de consolidação de resultados:

Figura 12: Geral do Módulo de Regras: "Consolidação de Resultados"

2.7.1. Detalhamento dos Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR

O cálculo dos ajustes decorrentes do repasse do Risco Hidrológico a serem repassados para os agentes de distribuição é apresentado nos itens seguintes.

2.7.2. Resultados do Agente Proprietário de Usina que Repassam o Risco Hidrológico do ACR

51. O Resultado Final do Agente Proprietário de usina que repassa o risco hidrológico do ACR é expresso por:

$$RFV_RRH_{a,m} = \sum_{p \in a} VRRH_ACR_{p,m}$$

Onde:

$RFV_RRH_{a,m}$ é o Resultado Final do Repasse do Risco Hidrológico do perfil do agente "a", no mês de apuração "m"

$VRRH_ACR_{p,m}$ é o Valor de Repasse do Risco Hidrológico do ACR da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

"a" é o perfil de agente proprietário da parcela de usina "p" que repactuou o risco hidrológico no ACR

52. O Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR em um mês de apuração é determinado pela seguinte expressão:

$$VTRRH_ACR_m = \sum_{a} RFV_RRH_{a,m}$$

Onde:

$VTRRH_ACR_m$ é o Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR no mês de apuração "m"

$RFV_RRH_{a,m}$ é o Resultado Final do Repasse do Risco Hidrológico do perfil do agente "a", no mês de apuração "m"

"a" é o perfil de agente proprietário da parcela de usina "p" que repactuou o risco hidrológico no ACR

2.7.3. Resultados do Agente de Distribuição Referente ao Repasse do Risco Hidrológico do ACR

53. O efeito a ser repassado aos agentes de distribuição está atrelado ao cálculo do risco hidrológico do ACR determinado seguindo as diretrizes estabelecidas na regulamentação específica.

54. O Resultado Final do Repasse do Risco Hidrológico dos agentes de distribuição é expresso por:

$$RFC_RRH_{a,m} = VTRRH_ACR_m * F_RVRRH_{a,m}$$

Onde:

$RFC_RRH_{a,m}$ é o Resultado Final do Repasse do Risco Hidrológico do perfil do agente de distribuição "a", no mês de referência "m"

$VTRRH_ACR_m$ é o Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR no mês de apuração "m"

$F_RVRRH_{a,m}$ é a o Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"

2.7.4. Efeito do Repasse do Risco Hidrológico do ACR

55. A etapa do efeito do repasse do risco hidrológico busca aferir o resultado final para o agente gerador e o agente de distribuição, conforme segue.

56. O Efeito do Repasse do Risco Hidrológico do ACR compõe o resultado da contabilização de cada agente vinculado a essa modalidade de repactuação do risco, expresso por:

$$ERRH_{a,m} = RFV_RRH_{a,m} - RFC_RRH_{a,m}$$

Onde:

$ERRH_{a,m}$ é o Efeito do Repasse do Risco Hidrológico do ACR, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$RFC_RRH_{a,m}$ é o Resultado Final do Repasse do Risco Hidrológico do perfil do agente "a", comprador de contratos do ACR sujeitos a repasse do risco hidrológico, no mês de referência "m"

$RFV_RRH_{a,m}$ é o Resultado Final do Repasse do Risco Hidrológico do perfil do agente "a", no mês de apuração "m"

2.7.5. Dados de Entrada para Determinação dos Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR

$VRRH_ACR_{p,m}$	**Valor de Repasse do Risco Hidrológico do ACR**	
	Descrição	Valor de Repasse do Risco Hidrológico do ACR da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Detalhamento do Valor de Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Perfil do Agente**	
	Descrição	Consumo Total do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_RVRRH_{a,m}$	**Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR**	
	Descrição	Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
	Unidade	n.a
	Fornecedor	Encargos (Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

Dados de Saída para Determinação dos Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR

$ERRH_{a,m}$	**Efeito do Repasse do Risco Hidrológico do ACR**	
	Descrição	Efeito do Repasse do Risco Hidrológico do ACR, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.8. Determinação da Consolidação de Resultados

Objetivo:

Apurar o resultado da contabilização dos agentes na CCEE.

Contexto:

A etapa de consolidação de resultados, ilustrada por meio da Figura 13, consolida os montantes apurados nos demais módulos das Regras de Comercialização em um único valor, visando à liquidação financeira das operações dos agentes no mês de apuração. Um resultado positivo indica a posição credora do agente no período, enquanto um resultado negativo indica uma posição devedora no âmbito da CCEE.

Figura 13: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Consolidação de Resultados"

2.8.1. Detalhamento da Consolidação de Resultados

57. A etapa de consolidação de resultados é um processo de cálculo realizado mensalmente, envolvendo todos os agentes da CCEE e constituído pelos seguintes comandos e expressões:

58. O cálculo do Total Mensal do Resultado no Mercado de Curto Prazo, componente do Resultado Final do Agente na CCEE, corresponde ao Resultado no Mercado de Curto Prazo do agente (as exposições financeiras no mercado de curto prazo associadas à contratação por disponibilidade são tratadas separadamente), consolidado por mês de apuração, em todos os submercados do SIN e expresso por:

$$TM_MCP_{a,m} = \sum_{s} \sum_{j \in m} \boldsymbol{MCP_{a,s,j}}$$

Onde:

$TM_MCP_{a,m}$ é o Total Mensal do Resultado no Mercado de Curto Prazo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$MCP_{a,s,j}$ é o Resultado no Mercado de Curto Prazo do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

58.1. O Resultado no Mercado de Curto Prazo é dado pela valoração do Balanço Energético do agente ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) correspondente ao período de comercialização e submercado, expresso por:

$$\boldsymbol{MCP_{a,s,j}} = NET_{a,s,j} * PLD_{s,j}$$

Onde:

$MCP_{a,s,j}$ é o Resultado no Mercado de Curto Prazo do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

$NET_{a,s,j}$ é o Balanço Energético do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"

59. O Resultado Preliminar da contabilização de cada agente da CCEE corresponde à soma dos montantes a pagar e/ou receber apurados, sendo tal resultado reflexo do somatório dos montantes calculados referente a efeitos de balanço energético e repasses, e dos montantes calculados referentes aos efeitos de contratações no ambiente regulado. Dessa forma o Resultado Preliminar do agente é expresso por:

$$RES_PRE_{a,m} = \boldsymbol{E_BAL_REP_{a,m}} + \boldsymbol{E_CT_ACR_{a,m}}$$

Onde:

$RES_PRE_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$E_BAL_REP_{a,m}$ são os Efeitos oriundos de balanço energéticos e repasses no MCP do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$E_CT_ACR_{a,m}$ são os Efeitos oriundos da contratação no ACR do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

59.1. Os efeitos no MCP referentes a balanço energético e repasses consideram (i) o acerto financeiro promovido no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), (ii) a valoração do balanço energético do agente, (iii) o tratamento das exposições financeiras de CCEARs e de relações comerciais que possuem direito a alívio de exposições, (iv) os ajustes decorrentes de recontabilizações, (v) a apuração dos encargos setoriais tratados no âmbito da CCEE (a exceção do Encargo de Energia de Reserva - EER), e (vi) a verificação dos valores monetários associados ao mecanismo de alívio retroativo:

$$\boldsymbol{E_BAL_REP_{a,m}} = COMPENSAÇÃO_MRE_{a,m} + TM_MCP_{a,m} + TAJ_EF_{a,m} + AJU_RECON_{a,m} + ENCARGOS_{a,m} + TAJ_AR_{a,m}$$

Onde:

$E_BAL_REP_{a,m}$ são os Efeitos oriundos de balanço energéticos e repasses no MCP do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$COMPENSAÇÃO_MRE_{a,m}$ é a Compensação do MRE do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TM_MCP_{a,m}$ é o Total Mensal do Resultado no Mercado de Curto Prazo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAJ_EF_{a,m}$ é o Total de Ajustes de Exposições Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$AJU_RECON_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Recontabilizações do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ENCARGOS_{a,m}$ é o Total de Encargos Consolidado, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAJ_AR_{a,m}$ é o Total de Ajustes referente ao Alívio Retroativo do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

59.2. Os efeitos de contratos no ACR consideram: (i) os efeitos da contratação por disponibilidade no mercado de curto prazo; (ii) os efeitos de contratação por regime de cotas de garantia física; (iii) os efeitos dos contratos de Cota de Energia Nuclear; (iv) o acerto financeiro promovido pelas distribuidoras em face do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits Ex-Post; (v) o retorno do excedente referente à Conta de Energia de Reserva; (vi) o Efeito da contratação por quantidade de usinas aptas; (vii) o Efeito da Contratação de Itaipu; e (viii) o Efeito do Repasse do Risco Hidrológico.

$$\boldsymbol{E_CT_ACR_{a,m}} = ECD_{a,m} + ECCGF_{a.m} + ECCEN_{a,m} + MCSD_XP_{a,m} + RES_EXCD_ER_{a,m} + ECQA_{a,m} + E_DESC_{a,m} + EC_IT_{a,m} + ERRH_{a,m}$$

Onde:

$E_CT_ACR_{a,m}$ são os Efeitos oriundos da contratação no ACR do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ECD_{a,m}$ é o Efeito da Contratação por Disponibilidade para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ECCGF_{a,m}$ é o Efeito do CCGF para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ECCEN_{a,m}$ é Efeito do CCEN para o perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$MCSD_XP_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente do MCSD Ex-Post do perfil do agente "a", no mês de apuração "m"

$RES_EXCD_ER_{a,m}$ é o Resultado Referente ao Excedente Financeiro da Energia de Reserva por cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ECQA_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR Quantidade de Usinas Aptas para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$E_DESC_{a,m}$ é o Efeito total dos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$EC_IT_{a,m}$ é o Efeito da Contratação de Itaipu para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ERRH_{a,m}$ é o Efeito de Repasse do Risco Hidrológico para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

60. O Fator de Ajuste Financeiro, necessário para assegurar que o total de recebimentos seja igual ao total de pagamentos, corrigindo eventuais distorções de arredondamento, equivale à razão entre (i) o Total de Recebimentos, acrescido da Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras com encargos descontada a Sobras Financeiras do Mês Anterior, e (ii) o Total de Pagamentos no mês de apuração, acrescido do Total de Penalidades Pagas pelos agentes. O cálculo do Fator de Ajuste Financeiro é expresso por:

$$F_AF_m = \frac{\boldsymbol{TOT_REC_m} + SFF_ESS_FUT_m - SF_MA_m}{\boldsymbol{TOT_PAG_m} + \boldsymbol{TOT_PEN_PAG_m}}$$

Onde:

F_AF_m é o Fator de Ajuste Financeiro no mês de apuração "m"

TOT_REC_m é o Total de Recebimento no mês de apuração "m"

$SFF_ESS_FUT_m$ é a Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras com ESS no mês de apuração "m"

SF_MA_m é a Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"

TOT_PAG_m é o Total de Pagamento no mês de apuração "m"

$TOT_PEN_PAG_m$ é o Total de Penalidades Pagas pelos Agentes, no mês de apuração "m"

Observação:

Em circunstâncias normais seu valor deverá ser muito próximo de 1.

60.1. O Total de Recebimento e o Total de Pagamento, calculados todos os meses pela CCEE, consolidam os Resultados Preliminares apurados para todos os agentes e são utilizados para determinação do Fator de Ajuste Financeiro.

60.1.1. Os Resultados Preliminares positivos correspondem aos montantes a serem recebidos pelos agentes. Dessa forma o Total de Recebimento é determinado pela soma de todos os agentes credores no mês de apuração, conforme expressão abaixo:

$$\boldsymbol{TOT_REC_m} = \sum_a max(0, RES_PRE_{a,m})$$

Onde:

TOT_REC_m é o Total de Recebimento no mês de apuração "m"

$RES_PRE_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

60.1.2. Os Resultados Preliminares negativos correspondem aos valores a serem pagos pelos agentes. Dessa forma, o Total de Pagamento é determinado pela soma de todos os agentes devedores no mês de apuração, conforme expressão abaixo:

$$\boldsymbol{TOT_PAG_m} = \sum_a max(0, -1 * RES_PRE_{a,m})$$

Onde:

TOT_PAG_m é o é o Total de Pagamento no mês de apuração "m"

$RES_PRE_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

60.2. O Total de Penalidades Pagas pelos Agentes, utilizado para determinação do Fator de Ajuste Financeiro, consolida o Total de Penalidades Pagas por todos os agentes, conforme expressão abaixo:

$$\boldsymbol{TOT_PEN_PAG_m} = \sum_a \boldsymbol{TPEN_PAG_{a,m}}$$

Onde:

$TOT_PEN_PAG_m$ é o Total de Penalidades Pagas pelos Agentes, no mês de apuração "m"

$TPEN_PAG_{a,m}$ é o Total de Penalidades Pagas pelo perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

60.2.1. O Total de Penalidades Pagas pelo agente corresponde à soma de todas as penalidades pagas por insuficiência de lastro de energia e potência, e/ou as demais penalidades previstas nas Regras e nos Procedimentos de Comercialização. O Total de Penalidades Pagas pelo agente, no mês de apuração é expresso por:

$$\boldsymbol{TPEN_PAG_{a,m}} = TPILE_EF_{a,m} + TPILP_EF_{a,m} + TDP_ESS_{a,m}$$

Onde:

$TPEN_PAG_{a,m}$ é o Total de Penalidades Pagas pelo perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TPILE_EF_{a,m}$ é o Total de Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia, a partir de 2005, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TPILP_EF_{a,m}$ é o Total de Penalidade por Insuficiência de Lastro de Potência, a partir de 2005, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

61. O Resultado Final de cada agente da CCEE corresponde ao Resultado Preliminar calculado, ajustado pelo Fator de Ajuste Financeiro apenas caso o resultado preliminar forneça uma posição devedora ao agente no mês de apuração. Do contrário, o Resultado Final do agente será o próprio Resultado Preliminar, dado pelo conjunto de expressões abaixo:

Se $\boldsymbol{RES_PRE_{a,m} \geq 0}$*, então:*

$$\boldsymbol{RESULTADO_{a,m} = RES_PRE_{a,m}}$$

Caso contrário;

$$\boldsymbol{RESULTADO_{a,m} = RES_PRE_{a,m} * F_AF_m}$$

Onde:

$RESULTADO_{a,m}$ é o Resultado Final do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$RES_PRE_{a,m}$ é o Resultado Preliminar do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

F_AF_m é o Fator de Ajuste Financeiro no mês de apuração "m"

2.8.2. Dados de Entrada da Consolidação de Resultados

	Ajuste Decorrente de Recontabilizações	
$AJU_RECON_{a,m}$	Descrição	Valor calculado pela CCEE referente a ajustes, decorrentes de recontabilizações, em montantes a pagar ou a receber, atribuído ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Compensação do MRE	
$COMPENSAÇÃO_MRE_{a,m}$	Descrição	Corresponde ao valor total a ser pago ou recebido pelo perfil do perfil de agente "a", referente à suas parcelas de usinas integrantes do MRE em função das regras desse mecanismo, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	MRE (Cálculo da Compensação da Geração no MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ECD_{a,m}$	**Efeito da Contratação por Disponibilidade**	
	Descrição	Montante atribuído ao agente "a", no mês de apuração "m", decorrente da contratação por disponibilidade. Considera os resultados dos cálculos de balanço energético e encargos, vinculados às usinas comprometidas com contratos por disponibilidade sob responsabilidade do agente ante a CCEE
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Ajustes Decorrentes da Contratação por Disponibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ECCGF_{a,m}$	**Efeito do CCGF**	
	Descrição	Montante atribuído ao agente "a", no mês de apuração "m", decorrente do CCGF. Considera os resultados dos cálculos dos obtidos tanto na operação no MRE, mercado de curto prazo, tratamento de exposições e encargos de compensação síncrona com relação aos encargos recebidos pelos vendedores desses contratos, sob responsabilidade do agente perante a CCEE
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Decorrentes da Contratação por Regime de Cotas relacionados ao Contrato de Cota de Garantia Física - CCGF)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ECCEN_{a,m}$	**Efeito dos CCEN**	
	Descrição	Montante atribuído ao agente "a", no mês de apuração "m", decorrente do CCEN. Considera os resultados dos cálculos obtidos tanto no mercado de curto prazo, tratamento de exposições e encargos com relação aos encargos recebidos pelos vendedores desses contratos, sob responsabilidade do agente perante a CCEE
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Ajustes Decorrentes do Contrato de Cotas de Energia Nuclear - CCEN)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ECQA_{a,m}$	**Efeito do CCEAR Quantidade de Usinas Aptas**	
	Descrição	Efeito da contratação por quantidade no caso de usinas atestadas como aptas a entrar em operação comercial, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Ajustes decorrentes da Contratação de CCEAR por quantidade para usinas aptas)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$E_DESC_{a,m}$	**Efeito dos Custos devido ao descolamento entre PLD e CMO**	
	Descrição	Efeito total dos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO do perfil de agente "a", no mês de apuração "m""
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (ANEXO II - Ajustes decorrentes do Custo de usinas Termelétricas despachadas por ordem de mérito que se enquadrem na situação PLD<INC)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENCARGOS_{a,m}$	**Total de Encargos Consolidado**	
	Descrição	Informação líquida de todos os montantes a serem pagos ou recebidos em função dos encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$MCSD_XP_{a,m}$	**Ajuste Decorrente do MCSD Ex-Post**	
	Descrição	Valor resultante ao processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits Ex-Post, referente às trocas de energia entre os agentes cedentes (positivos) e cessionários (negativos) de CCEARs por quantidade, atribuído ao perfil de agente "a", no mês de janeiro de cada ano
	Unidade	R$
	Fornecedor	MCSD (Cálculo do MCSD Ex-Post)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$NET_{a,s,j}$	**Balanço Energético do Agente**	
	Descrição	O Balanço Energético consolida as diferenças entre os valores medidos de geração e consumo versus os volumes comercializados verificados em cada perfil de agente "a", por submercado "s" (Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste) no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Balanço Energético (Cálculo do Balanço Energético)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativo ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

$RES_EXCD_ER_{\alpha,m}$	**Resultado Referente ao Excedente Financeiro da Energia de Reserva**	
	Descrição	Montante financeiro restituído aos agentes pagadores de Encargos de Energia de Reserva por sobras previstas na CONER, apurada para cada perfil de agente "a", no mês "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação do Excedente Referente à Energia de Reserva)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SF_MA_m	**Sobra Financeira do Mês Anterior**	
	Descrição	Montante financeiro referente à sobra do excedente financeiro apurado no mês anterior "m-1", sob gestão da CCEE em conta corrente específica, que retorna no mês de apuração "m" ao processo de contabilização, ajustado pelo resultado de aplicação além da própria movimentação financeira no período. Eventual saldo remanescente da CONER, findo os prazos dos CERs, será acrescido nesta conta corrente
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$SFF_ESS_FUT_m$	**Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras com ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" para eventual alívio de despesa futuras com ESS acrescido da sobra dos recursos financeiros destinados ao alívio retroativo
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Anexo I – Apuração da Sobra de Recursos Financeiros no Mês)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAJ_AR_{a,m}$	**Total de Ajustes Referentes ao Alívio Retroativo**	
	Descrição	Corresponde ao total de ajustes a serem efetuados na contabilização de um agente "a", para alívio das exposições financeiras negativas, decorrentes da diferença de PLDs entre os submercados, e para cobertura de encargos já liquidados, ambos observados no intervalo de doze meses anteriores ao mês de apuração ("m-12" a "m-1"). É calculado no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAJ_EF_{a,m}$	**Total de Ajustes de Exposições Financeiras**	
	Descrição	Corresponde ao total de ajustes a serem efetuados na contabilização de um perfil de agente "a" face às exposições financeiras positivas e negativas apuradas e em função dos recursos disponíveis para alocação. É calculado no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Consolidação dos Ajustes Decorrentes do Tratamento de Exposições)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativo ou Zero

$TDP_ESS_{a,m}$	**Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS**	
	Descrição	Corresponde à soma de valores pagos pelo perfil de agente "a", no mês de apuração "m" referente às demais penalidades por destinadas para abatimento de ESS, referente às penalidades apuradas em meses anteriores a novembro de 2005. São incluídos nestas penalidades, os montantes pagos referentes às penalidades de medição, energia não gerada por falta de combustível e as penalidades pagas pelo não aporte das garantias financeiras calculadas
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Total de Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia	
$TPILE_EF_{a,m}$	Descrição	Corresponde à soma de valores pagos pelo perfil de agente "a", no mês de apuração "m" referente à penalidade por insuficiência de lastro de energia referente às penalidades apuradas a partir de novembro de 2005, inclusive
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Consolidação das Penalidades Utilizadas para Alívio de Exposições de CCEARs)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Total de Penalidade por Insuficiência de Lastro de Potência	
$TPILP_EF_{a,m}$	Descrição	Corresponde à soma de valores pagos pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por insuficiência de lastro de potência referente às penalidades apuradas a partir de novembro de 2005, inclusive
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Consolidação das Penalidades Utilizadas para Alívio de Exposições de CCEARs)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8.3. Dados de Saída da Consolidação de Resultados

	Resultado Final	
$RESULTADO_{a,m}$	Descrição	Montante a liquidar resultante do processo de contabilização da CCEE, atribuído ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m". Valores positivos para esta variável representam a posição credora do agente enquanto valores negativos representam um saldo devedor atribuído ao agente
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Total Mensal do Resultado no Mercado de Curto Prazo	
$TM_MCP_{a,m}$	Descrição	Resultado financeiro da exposição energética no MCP, constituindo o Total Mensal do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Total de Penalidades Pagas	
$TPEN_PAG_{a,m}$	Descrição	Montante financeiro total pago pelo perfil de perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente a penalidades
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3. Anexos

3.1. Anexo I - Apuração da Sobra de Recursos Financeiros

Objetivo:

Determinar as sobras de recursos financeiros decorrentes do processo de contabilização, após o processo de alívio retroativo.

Contexto:

Os recursos financeiros residuais, observados após o processamento da contabilização, são utilizados para alívio de despesas futuras com ESS. A Figura 14 posiciona a etapa de apuração das sobras de recursos (Anexo I) em relação ao módulo completo:

Figura 14: Geral do Módulo de Regras: "10 - Consolidação de Resultados"

3.1.1. Detalhamento da Apuração da Sobra de Recursos Financeiros no Mês

62. O processo de determinação das sobras de recursos financeiros apurados no mês, para utilização futura no alívio de ESS, é composto pelos seguintes comandos e expressões

63. Os recursos financeiros residuais formados pelos saldos positivos do excedente financeiro e pelas exposições positivas dos agentes, após a compensação das exposições negativas residuais do mês anterior, a redução dos montantes de ESS do mês corrente, e a compensação das exposições negativas residuais e de ESS relativos aos doze meses anteriores, serão utilizados para a formação de fundo de reserva para redução dos ESS de meses futuros.

64. A apuração da Sobra do Recurso Financeiro Destinado ao Alívio Retroativo corresponde à diferença entre o total de recursos disponíveis e o total de recursos efetivamente utilizados para alívio retroativo relativo ao mês imediatamente anterior ao mês de apuração, e é expressa por:

$$SRF_AR_m = RD_AR_ENC_{m,mr} - RU_AR_ENC_{m,mr}$$

Onde:

SRF_AR_m é a Sobra do Recurso Financeiro Destinado ao Alívio Retroativo no mês de apuração "m"

$RU_AR_ENC_{m,mr}$ é o Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos no mês de apuração "m" referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

$RD_AR_ENC_{,m,mr}$ é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos, no mês de apuração "m" referente ao mês de referência para alívio retroativo "mr"

"mr" utilizado nessa expressão refere-se ao mês "m-1"

65. A Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras com ESS corresponde ao total de recursos financeiros disponíveis para utilização no mês seguinte. Este valor é composto pela Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS, proveniente do tratamento de encargos, acrescido da Sobra do Recurso Financeiro Destinado ao Alívio Retroativo apurado no mês. Caso o processamento se trate de uma recontabilização, é necessário garantir o mesmo montante apurado na contabilização, incluindo eventuais sobras adicionais por meio da Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras:

Se $SFM_FUT_RECONT_m > 0$*, então;*

$$SFM_FUT_m = SF_ESS_FUT_m + SFM_FUT_RECONT_m$$

Caso contrário:

$$SFM_FUT_m = SF_ESS_FUT_m + SRF_AR_m + max\left(0\,;\ ADDC_SF_MA_m - \sum_a ADDC_AR_RECONT_{a,m}\right)$$

Onde:

SFM_FUT_m é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

$SF_ESS_FUT_m$ é a Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS no mês de apuração "m"

SRF_AR_m é a Sobra do Recurso Financeiro Destinado ao Alívio Retroativo no mês de apuração "m"

$ADDC_AR_RECONT_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas referente ao Alívio Retroativo associado a Recontabilizações do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ADDC_SF_MA_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas referente Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"

66. A Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras considera além da Sobras Financeiras referente às operações do Mês, como os eventuais ajustes de sobras futuras provenientes de processos de recontabilização:

$$SFF_ESS_FUT_m = SFM_FUT_m + AJU_SF_RECON_m$$

Onde:

$SFF_ESS_FUT_m$ é a Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras com ESS no mês de apuração "m"

SFM_FUT_m é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras no mês de apuração "m"

$AJU_SF_RECON_m$ é o Ajuste da Sobra Futura Decorrente de Recontabilizações no mês de apuração "m"

3.1.2. Dados de Entrada da Apuração da Sobra de Recursos Financeiros no Mês

$AJU_SF_RECON_{a,m}$	**Ajuste da Sobra Futura Decorrente de Recontabilizações**	
	Descrição	Ajuste da Sobra Futura Decorrente de Recontabilizações do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_DIF_SF_TPAP_m$	**Sobra Financeira referente ao Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS**	
	Descrição	Sobra Financeira referente ao Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Ajuste de Contabilização e Recontabilização
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RU_AR_ENC_{m,mr}$	**Recurso Utilizado para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Corresponde ao montante de recursos financeiros, relativo ao mês de referência para alívio retroativo "mr", utilizado para alívio retroativo do pagamento de encargos, limitado pelo total de pagamento retroativo de encargos, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RD_AR_ENC_{m,mr}$	**Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Corresponde ao total de recursos financeiros disponível, relativo ao mês de referência para alívio retroativo "mr", para alívio retroativo do pagamento de encargos, mês de apuração "m", formado pela sobra de recursos utilizados para alívio retroativo de exposições financeiras.
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SF_FUT_m	**Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" para eventual alívio de despesa futuras
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$SF_MA_TPAP_m$	**Sobra Financeira do Mês Anterior referente ao Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS**	
	Descrição	Sobra Financeira do Mês Anterior referente ao Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$SFM_FUT_RECONT_m$	**Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TPAP_ESS_m$	**Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS**	
	Descrição	Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.1.3. Dados de Saída da Apuração da Sobra de Recursos Financeiros no Mês

$SFF_ESS_FUT_m$	**Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras com ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m" para eventual alívio de despesas futuras com ESS acrescido da sobra dos recursos financeiros destinados ao alívio retroativo
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.2. Anexo II - Ajustes decorrentes da Contratação de CCEAR por quantidade para usinas aptas

Objetivo:

Apurar o efeito da contratação por quantidade para as usinas aptas a ser considerado nos resultados da contabilização dos agentes.

Contexto:

Os contratos regulados por quantidade para usinas aptas a gerar preveem, em suas cláusulas contratuais, que o compromisso de contratação seja reduzido, na proporção do comprometimento, do agente vendedor. Os efeitos de exposições negativas provenientes do MCP deverão ser alocados aos agentes compradores. A Figura 15 situa essa etapa do cálculo em relação ao módulo completo de consolidação de resultados:

Figura 15: Geral do Módulo de Regras: "10 - Consolidação de Resultados"

3.2.1. Detalhamento dos Ajustes Decorrentes da Contratação por Quantidade

67. Para usinas hidráulicas que negociaram energia em leilões de energia nova que possuam em seus contratos cláusulas específicas de isenção de exposições negativas em caso de atraso, desde que atestado pela ANEEL, da entrada em operação comercial das instalações de uso do âmbito de distribuição ou de transmissão da Rede básica necessárias para o escoamento da energia produzida pela usina, terá tratamento especifico de acordo com os seguintes comandos e expressões:

68. A alocação da garantia física apta será priorizada para o atendimento aos CCEAR-Q que apresentem isenção de exposições negativas de curto prazo.

69. Os efeitos relacionados a usinas vinculadas a produtos negociados em CCEAR por quantidade, que possuam ao menos uma unidade geradora com status de apta, será dado pelo menor valor entre a soma dos contratos passiveis de repasse de efeitos de apta, e a garantia física vinculada a unidade geradora apta multiplicada pelo fator de proporcionalização de alocação da garantia física apta. Dessa forma, o Efeito a ser considerado é expresso por:

$$EFAP_CCEAR_Q_{p,j} = min\left(\sum_{e \in ISAPTA} CQ_{e,j}\,;\left(\boldsymbol{GF_AOC_Q_{p,j}} * \boldsymbol{FPA_APTA_{\alpha,j}}\right)\right)$$

Onde:

$EFAP_CCEAR_Q_{p,j}$ é o Efeito de Apta com CCEAR por Quantidade de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$CQ_{e,j}$ é a Quantidade Contratada do contrato "e", no período de comercialização "j"

$GF_AOC_Q_{p,j}$ é a Garantia Física Apta da Usina Comprometida com CCEAR por Quantidade da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$FPA_APTA_{\alpha,j}$ é o fator de proporcionalização de alocação da garantia física apta aos CCEAR-Q com direito a isenção do agente "α", no período de comercialização "j"

"ISAPTA" é o conjunto de contratos que isentam o agente "α" vendedor das exposições do MCP, em caso de ao menos uma unidade geradora estiver apta a entrar em operação comercial

69.1. O cálculo da Garantia Física Apta da Usina Comprometida com CCEAR por Quantidade é determinado pelos seguintes comandos:

69.1.1. Para usinas cujo contrato de concessão ou o ato regulatório contenha informações referentes à Garantia Física de Motorização, o cálculo da Garantia Física Apta da Usina Comprometida com CCEAR por Quantidade é realizado com base na Garantia Física não performada em função do número de unidades geradoras aptas da usina, expresso por:

$$\boldsymbol{GF_AOC_Q_{p,j}} = GFIS_MOT_{p,nap} - GFIS_MOT_{p,n}$$

Onde:

$GF_AOC_Q_{p,j}$ é a Garantia Física Apta da Usina Comprometida com CCEAR por Quantidade da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$GFIS_MOT_{p,nap}$ é a Garantia Física de Motorização da parcela de usina "p", referente às "nap" unidades geradoras em operação comercial e aptas a entrar em operação comercial

$GFIS_MOT_{p,n}$ é a Garantia Física de Motorização da parcela de usina "p", referente às "n" unidades geradoras em operação comercial

69.1.2. Para as usinas cujo contrato de concessão ou o ato regulatório **não** contenha informações referentes à Garantia Física de Motorização, o cálculo da Garantia Física Apta da Usina Comprometida com CCEAR por Quantidade é obtido pela Garantia Física da usina na proporção da capacidade das unidades geradoras aptas a entrar em operação comercial em relação à capacidade total da usina, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{GF_AOC_Q_{p,j}} = GF_p * min\left(1; \frac{\sum_{i \in UGACA} CAP_{i,j}}{CAP_T_p}\right)$$

Onde:
$GF_AOC_Q_{p,j}$ é Garantia Física Apta da Usina Comprometida com CCEAR por Quantidade da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
GF_p é a Garantia Física da parcela de usina "p"
$CAP_{i,j}$ é a Capacidade Instalada associada ao ponto de medição "i" das unidades geradoras associadas à parcela de usina "p" no período de comercialização "j"
CAP_T_p é a Capacidade Instalada Total da parcela de usina "p"
"UGACA" é o conjunto de Unidades Geradoras Atestadas Como Aptas a Entrar em Operação Comercial pela Aneel da parcela de usina "p", durante o período de suprimento do contrato
69.2. O cálculo do fator de Proporcionalização de alocação da Garantia Física Apta aos CCEAR-Q deverá ser determinado para o agente proprietário de uma usina com ao menos uma unidade geradora em status de apta e comprometida com CCEAR-Q, e tenha vendido contratos no ambiente livre de contratação, que por sua vez não possuam isenção de exposições negativas na situação de apta, proporcionalize a alocação da garantia física para os contratos do ambiente livre e o CCEAR-Q. De modo que, caso o agente possua apenas o CCEAR-Q com isenção, este fator apresentará repasse de 100% da Garantia física apta. A posição é determinada pela comercialização líquida, ou seja, contratos bilaterais de venda no ambiente livre que estejam lastreados por contratos bilaterais de compra não serão considerados para alocação.
69.2.1. Para cada agente será determinado o fator de proporcionalização de alocação de garantia física apta de acordo com os seguintes comandos:

$$\boldsymbol{FPA_APTA_{\alpha,j}} = \frac{\sum_{e \in ISAPTA} CQ_{e,j}}{\boldsymbol{CQ_LIQ_APTA_{\alpha,j}}}$$
$$\forall\, e \in \alpha$$

Onde:
$FPA_APTA_{\alpha,j}$ é o fator de proporcionalização de alocação da garantia física apta aos CCEAR-Q com direito a isenção do agente "α", no período de comercialização "j"
$CQ_{e,j}$ é a Quantidade Contratada do contrato "e", no período de comercialização "j"
$CQ_LIQ_APTA_{\alpha,j}$ é a contratação líquida para apuração da isenção das exposições negativas de usinas com unidades geradoras em status de apta que apresentem CCEAR-Q com direito a isenção, para o agente "α", no período de comercialização "j".
"ISAPTA" é o conjunto de contratos que isentam o agente "α" vendedor das exposições do MCP, em caso de ao menos uma unidade geradora estiver apta a entrar em operação comercial
69.2.1.1. A contratação líquida a ser considerada para proporcionalização de alocação da garantia física apta aos CCEAR-Q é definida de acordo com a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{CQ_LIQ_APTA_{\alpha,j}} = max\left(\sum_{a \in \alpha}\left(\sum_{e \in ISAPTA} CQ_{e,j}\right); \sum_{a \in \alpha}\left(\sum_{e \in EVA} CQ_{e,j} - \sum_{e \in ECA} CQ_{e,j}\right)\right)$$
$$\forall\, e \in a$$

Onde:
$CQ_LIQ_APTA_{\alpha,j}$ é a contratação líquida para apuração da isenção das exposições negativas de usinas com unidades geradoras em status de apta que apresentem CCEAR-Q com direito a isenção, para o agente "α" no período de comercialização "j".
$CQ_{e,j}$ é a Quantidade Contratada do contrato "e", no período de comercialização "j"
"ISAPTA" é o conjunto de contratos que isentam o vendedor das exposições do MCP, em caso de ao menos uma unidade geradora estiver apta a entrar em operação comercial
"EVA" é o conjunto de contratos de venda "e", do perfil de agente "a"
"ECA" é o conjunto de contratos de compra "e", do perfil de agente "a"
70. O Efeito no Mercado de Curto Prazo da contratação de cada usina apta comprometida com CCEAR por quantidade, corresponde à totalização no mês da valoração do Efeito de Apta com CCEAR por Quantidade ao Preço de Liquidação das Diferenças, e é expresso por:

$$EMCP_CCEAR_Q_{p,m} = \sum_{j \in m}\left(EFAP_CCEAR_Q_{p,j} * PLD_{s,j}\right)$$

Onde:
$EMCP_CCEAR_Q_{p,m}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto por Quantidade de cada parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$EFAP_CCEAR_Q_{p,j}$ é o Efeito de Apta com CCEAR por Quantidade de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"
"s" é o submercado em que a parcela de usina "p" está localizada
71. A determinação do Efeito preliminar do CCEAR por quantidade para o agente comprador, por usina, nesses contratos é dado conforme a seguinte expressão:

$$ECQC_PRE_{a,p,m} = EMCP_CCEAR_Q_{p,m} * \boldsymbol{F_CQUANT_{a,p,m}}$$

Onde:
$ECQC_PRE_{a,p,m}$ é o Efeito preliminar do CCEAR por quantidade para o Comprador, para cada perfil de agente "a", da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$EMCP_CCEAR_Q_{a,m}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto por Quantidade Total de cada agente "a", no mês de apuração "m"
$F_CQUANT_{a,p,m}$ é o fator de comprometimento do perfil agente comprador "a", com contratos com a Cláusula do Efeito Desejado onde o vendedor é a parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
71.1. O Fator de Comprometimento com Produtos por Quantidade é determinado em função da participação do agente comprador de um contrato por quantidade em relação à todos os compradores de CCEARs por quantidade da mesma usina, expresso por:

$$\boldsymbol{F_CQUANT_{a,p,m}} = \frac{\sum_{e \in ISAPTAC}\sum_{j \in m} CQ_{e,j}}{\sum_{e \in ISAPTA}\sum_{j \in m} CQ_{e,j}}$$

Onde:
$F_CQUANT_{a,p,m}$ é o fator de comprometimento do perfil agente comprador "a", com contratos com a Cláusula do Efeito Desejado onde o vendedor é a parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$CQ_{e,j}$ é a Quantidade Contratada do contrato "e", no período de comercialização "j"
"ISAPTAC" é o conjunto de contratos que isentam o vendedor das exposições do MCP, em caso de ao menos uma unidade geradora estiver apta a entrar em operação comercial, vinculados à parcela de usina "p", em que o agente "a" é comprador
"ISAPTA" é o conjunto de contratos que isentam o agente "α" vendedor das exposições do MCP, em caso de ao menos uma unidade geradora estiver apta a entrar em operação comercial
72. A determinação do Efeito do CCEAR por quantidade para o agente comprador nesses contratos consolida o resultado final do Efeito no Mercado de Curto Prazo Total ao Comprador dos Produtos negociados, conforme a seguinte expressão:

$$ECQC_{a,m} = \sum_{p \in PCQTA} ECQC_PRE_{a,p,m}$$

Onde:
$ECQC_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR por quantidade para o Comprador, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ECQC_PRE_{a,p,m}$ é o Efeito preliminar do CCEAR por quantidade para o Comprador, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
"PCQTA" é o conjunto de parcelas de usinas "p", comprometidas com contratos por quantidade, onde o perfil de agente "a" é o comprador do contrato por quantidade
73. A determinação do Efeito do CCEAR por quantidade para o agente vendedor, consolida o resultado final do Efeito no Mercado de Curto Prazo Total ao Vendedor dos Produtos negociados, conforme a seguinte expressão:

$$ECQV_{a,m} = \sum_{p \in a} EMCP_CCEAR_Q_{p,m}$$

Onde:
$ECQV_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR por quantidade para o Vendedor para cada perfil de agente, "a", no mês de apuração "m"
$EMCP_CCEAR_Q_{a,m}$ é o Efeito no Mercado de Curto Prazo do Produto por Quantidade Total de cada agente "a", no mês de apuração "m"
74. O Efeito do CCEAR por quantidade de usinas aptas compõe o resultado da contabilização de cada agente vinculado à contratação nesta modalidade. Este cálculo representa a redução do compromisso contratual para os vendedores de contratos por quantidade que tenham usinas aptas no mês. O Efeito do CCEAR por quantidade é dado pela diferença entre o Efeito do CCEAR por quantidade para o Comprador e para o Vendedor, expresso por:

$$ECQA_{a,m} = ECQV_{a,m} - ECQC_{a,m}$$

Onde:
$ECQA_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR Quantidade de Usinas Aptas, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ECQC_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR por quantidade para o Comprador para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ECQV_{a,m}$ é o Efeito do CCEAR por quantidade para o Vendedor para cada perfil de agente, "a", no mês de apuração "m"

3.2.2. Dados de Entrada dos Ajustes decorrentes da Contratação de CCEAR por quantidade para usinas aptas

	Quantidade Modulada do Contrato	
$CQ_{e,j}$	Descrição	Quantidade Modulada do Contrato "e", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Contratos
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$CAP_{i,j}$	**Capacidade Instalada**	
	Descrição	Capacidade instalada associada a cada ponto de medição "i", de unidade geradora associada à parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MW
	Fornecedor	Cadastro do Sistema Elétrico
	Valores Possíveis	Positivos

CAP_T_p	**Capacidade Instalada Total**	
	Descrição	Capacidade instalada Total da usina "p"
	Unidade	MW
	Fornecedor	Cadastro do Sistema Elétrico
	Valores Possíveis	Positivos

$GFIS_MOT_{p,n}$	**Garantia Física de Motorização**	
	Descrição	Garantia Física Média no período de motorização "n"<NUBp, da parcela de usina "p", referente às "n" Unidades Geradoras em operação comercial, informado no ato regulatório
	Unidade	MWh/h
	Fornecedor	MME/ANEEL/EPE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e Período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

3.2.3. Dados de Saída dos Ajustes decorrentes da Contratação de CCEAR por quantidade para usinas aptas

$ECQA_{a,m}$	**Efeito do CCEAR Quantidade de Usinas Aptas**	
	Descrição	Efeito da contratação por quantidade no caso de usinas atestadas como aptas a entrar em operação comercial, para cada perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ECQC_PRE_{a,p,m}$	**Efeito preliminar do CCEAR por quantidade para o Comprador**	
	Descrição	Efeito preliminar do CCEAR por quantidade para o Comprador, para cada perfil de agente "a", por usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

GF_AOC_Qp,j	**Garantia Física Apta da Usina Comprometida com CCEAR por Quantidade**	
	Descrição	Garantia Física Apta da Usina Comprometida com CCEAR por Quantidade da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWmédio
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.3. Anexo III - Ajustes decorrentes do custo de usinas despachadas por ordem de mérito que se enquadrem na situação PLD<INC

Objetivo:

Apurar os efeitos decorrentes de usinas que se encontrem despachadas por ordem de mérito e enquadradas na situação de PLD<INC.

Contexto:

No atual modelo do setor elétrico brasileiro, conforme dispõe o art. 57, do Decreto nº 5.163, de 30/07/2004, as operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no Mercado de Curto Prazo são valoradas pelo PLD, calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O PLD é um valor determinado diariamente, de forma antecipada, limitado por preços mínimo e máximo, para cada período de comercialização e para cada submercado. Já o ONS calcula o despacho de usina com algumas diferenças, com base no CMO, conforme detalhado no caderno de "Preço de Liquidação das Diferenças".

Diante destas diferenças entre a composição do PLD e o CMO se observa a ocorrência da situação em que uma determinada usina termelétrica é despachada por ordem de mérito pelo ONS, porém com o CVU maior do que o PLD calculado pela CCEE.

Portanto, a finalidade desta seção é ressarcir os custos dos geradores, despachados por ordem mérito de preço no ONS, não cobertos pelo PLD, rateando o custo remanescente por todos agentes que apresentarem consumo no mês de apuração.

A Figura 16 situa essa etapa do cálculo em relação ao módulo completo de consolidação de resultados:

Figura 16: Geral do Módulo de Regras: "10 - Consolidação de Resultados"

1.1.1. Detalhamento dos Ajustes Decorrentes do custo de usinas despachadas por ordem de mérito que se enquadrem na situação PLD<INC

75. Todas usinas termelétricas, com CVU não nulo, despachadas por ordem de mérito que se enquadrem na situação PLD<INC , farão jus ao recebimento de ajuste financeiro referente à parcela de custos, incorridos pela geração, que não estiverem cobertos pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, estando elas comprometidas parcialmente ou totalmente descontratadas com contratos regulados por disponibilidade.

76. Para usinas que estejam parcialmente comprometidas com contratos por disponibilidade, a parcela a receber será determinada pela diferença positiva entre a geração verificada no centro de gravidade e seus comprometimentos. Já para usinas sem comprometimento com contratos regulados, a parcela de recebimento será a própria geração verificada.

76.1. Os montantes referentes ao percentual da usina comprometido com contratos regulados na modalidade disponibilidade não serão passíveis de conversão a custos de descolamento, visto que já estão sendo considerados na composição da tarifa regulada, conforme Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e, portanto, tais custos já estão embutidos na Receita de Venda associada ao contrato regulado, e será recebido pelos geradores em sua Parcela Variável, paga pelos distribuidores compradores.

77. Estes custos serão pagos, na forma de rateio baseado no consumo líquido (abatimento da carga por geração própria estando localizado no mesmo sítio ou não), por todos os perfis de agente do Sistema Interligado Nacional - SIN.

78. Os custos de descolamento provocados pela condição de usinas despachadas por ordem de mérito que se enquadrem na situação PLD<INC, deverão ser determinados para cada usina, conforme expressão abaixo:

$$C_DESC_P_{p,j} = \boldsymbol{G_CUSTO_DESC_{p,j}} * max\ \left(0; \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

Onde:

$C_DESC_P_{p,j}$ é o Custo devido ao descolamento entre PLD e CMO da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_CUSTO_DESC_{p,j}$ é a Geração Final passível de apuração de custo de descolamento da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", no período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

78.1. A Geração considerada para valorar os custos de descolamento de usinas despachadas por ordem de mérito que se enquadrem na situação PLD<INC, é dada por:

78.1.1. Para usinas que não estão comprometidas com Leilões de Energia Nova/Existente ou PCS:

$$\boldsymbol{G_CUSTO_DESC_{p,j}} = max\left(0; \left(G_DOMP_{p,j} - G_INF_ACL_DOMP_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$G_CUSTO_DESC_{p,j}$ é a Geração Final passível de apuração de custo de descolamento da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$G_DOMP_{,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

G_INF_ACL_DOMPp,m é a Geração Inflexível do ambiente livre na ordem de mérito de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

78.1.2. Para usinas termoelétricas comprometidas com CCEAR sem obrigação de entrega:

$$\boldsymbol{G_CUSTO_DESC_{p,j}} = max\left(0; \left(G_DOMP_{p,j} - G_INF_ACL_DOMP_{p,j} - \sum_{l \in LP} \sum_{t \in TLP} G_PROD_DOMP_{p,t,l,j}\right)\right)$$

Onde:

$G_CUSTO_DESC_{p,j}$ é a Geração Final passível de apuração de custo de descolamento da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$G_DOMP_{,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_INF_ACL_DOMP_{p,m}$ é a Geração Inflexível do ambiente livre na ordem de mérito de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_PROD_DOMP_{p,t,l,j}$ é a Geração Destinada para Atendimento ao Produto na Ordem de Mérito de cada parcela de usina "p", referente ao produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

79.1.2.1 Para usinas termoelétricas comprometidas com PCS:

$$\boldsymbol{G_CUSTO_DESC_{p,j}} = 0$$

Onde:

$G_CUSTO_DESC_{p,j}$ é a Geração Final passível de apuração de custo de descolamento da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

78.1.3. Para usinas termoelétricas comprometidas com CCEAR com obrigação de entrega:

78.1.3.1. Para usinas comprometidas com leilões realizados antes de 2011, que alteraram o regime de entrega conforme REN 658/2015:

$$\boldsymbol{G_CUSTO_DESC_{p,j}} = max\left(0; \left(G_DOMP_{p,j} - \left(\sum_{l \in LP} \sum_{t \in TLP} DISP_MAX_APU_{p,t,l,j} * \boldsymbol{AJU_PARC_DOMP_{p,j}} * F_COMERCIAL_{p,j}\right) - G_INF_ACL_DOMP_AJU_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$G_CUSTO_DESC_{p,j}$ é a Geração Final passível de apuração de custo de descolamento da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$G_DOMP_{p,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DISP_MAX_AJU_{p,t,l,j}$ é a Disponibilidade Máxima Contratual Ajustada da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$F_COMERCIAL_{p,j}$ é o Fator de Energia Comercial da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_INF_DOMP_{p,j}$ é a Geração Inflexível Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"TLP" é o conjunto dos produtos "t", em que a parcela da usina "p", está comprometida com o leilão "l"

"LP" é o conjunto de leilões "l", em que cada parcela da usina "p" está comprometida

78.1.3.2. Para usinas comprometidas com leilões de energia nova realizados de 2011 a novembro de 2013 (12º ao 17º LEN) e leilões de energia existente:

$$\boldsymbol{G_CUSTO_DESC_{p,j}} = max\left(0; \left(G_DOMP_{p,j} - \left(\sum_{l \in LP} \sum_{t \in TLP} DISP_MAX_{p,t,l,j} * \boldsymbol{AJU_PARC_DOMP_{p,j}} * F_COMERCIAL_{p,j}\right) - G_INF_ACL_DOMP_AJU_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$G_CUSTO_DESC_{p,j}$ é a Geração Final passível de apuração de custo de descolamento da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$G_DOMP_{p,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DISP_MAX_AJU_{p,t,l,j}$ é a Disponibilidade Máxima Contratual Ajustada da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"

$F_COMERCIAL_{p,j}$ é o Fator de Energia Comercial da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_INF_DOMP_{p,j}$ é a Geração Inflexível Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"TLP" é o conjunto dos produtos "t", em que a parcela da usina "p", está comprometida com o leilão "l"

"LP" é o conjunto de leilões "l", em que cada parcela da usina "p" está comprometida

78.1.3.3. Para usinas comprometidas com leilões de energia nova realizados de dezembro de 2013 a 2015 (18º ao 22º LEN):

$$\boldsymbol{G_CUSTO_DESC_{p,j}} = max\left(0;\left(G_DOMP_{p,j} - \left(\sum_{l\in LP}\sum_{t\in TLP} DISP_MAX_APU_{p,t,l,j} * \boldsymbol{AJU_PARC_DOMP_{p,j}} * F_COMERCIAL_{p,j}\right) - G_INF_ACL_DOMP_AJU_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
$G_CUSTO_DESC_{p,j}$ é a Geração Final passível de apuração de custo de descolamento da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_DOMP_{p,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DISP_MAX_AJU_{p,t,l,j}$ é a Disponibilidade Máxima Contratual Ajustada da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"
$F_COMERCIAL_{p,j}$ é o Fator de Energia Comercial da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_INF_DOMP_{p,j}$ é a Geração Inflexível Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"TLP" é o conjunto dos produtos "t", em que a parcela da usina "p", está comprometida com o leilão "l"
"LP" é o conjunto de leilões "l", em que cada parcela da usina "p" está comprometida

78.1.3.4. Para usinas comprometidas com leilões de energia nova realizados de 2016 em diante (23º LEN em diante):

$$\boldsymbol{G_CUSTO_DESC_{p,j}} = max\left(0;\left(G_DOMP_{p,j} - OBE_PROD_CPF_{p,t,l,j} - G_INF_ACL_DOMP_AJU_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
$G_CUSTO_DESC_{p,j}$ é a Geração Final passível de apuração de custo de descolamento da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_DOMP_{p,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DISP_MAX_AJU_{p,t,l,j}$ é a Disponibilidade Máxima Contratual Ajustada da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"
$F_COMERCIAL_{p,j}$ é o Fator de Energia Comercial da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_INF_DOMP_{p,j}$ é a Geração Inflexível Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"TLP" é o conjunto dos produtos "t", em que a parcela da usina "p", está comprometida com o leilão "l"
"LP" é o conjunto de leilões "l", em que cada parcela da usina "p" está comprometida

79. Os custos totais de descolamento a serem rateados, das usinas despachadas por ordem de mérito pelo ONS, será dado por:

$$C_DESC_TOT_j = \sum_p C_DESC_P_{p,j}$$

Onde:
$C_DESC_TOT_j$ é custo total devido ao descolamento entre PLD e CMO no período de comercialização "j"
$C_DESC_P_{p,j}$ é o Custo devido ao descolamento entre PLD e CMO da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

80. O recebimento total mensal, associado aos custos devido ao deslocamento entre PLD e CMO, de cada perfil de agente será calculada conforme expressão abaixo:

$$C_DESC_A_{a,m} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m} C_DESC_P_{p,j}$$

Onde:
$C_DESC_A_{a,m}$ é o recebimento total associado aos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$C_DESC_P_{p,j}$ é o Custo devido ao descolamento entre PLD e CMO da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

1.1.2. Detalhamento da Apuração da parcela de rateio para repasse dos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO

81. O Consumo Líquido, para aplicação no rateio associado aos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO, será dado por:

$$TRC_LIQ_{a,j} = \sum_s TRC_ESS_{a,s,j}$$

Onde:
$TRC_LIQ_{a,j}$ é o Consumo Líquido de Referência do perfil de agente "a", no período de comercialização "j"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

82. A parcela a ser paga por cada perfil de agente, associada aos custos devidos ao descolamento entre PLD e CMO, deverá ser proporcional ao seu consumo líquido, no período de comercialização, e será dado por:

$$C_DESC_RAT_{a,j} = C_DESC_TOT_j * \frac{TRC_LIQ_{a,j}}{\sum_a TRC_LIQ_{a,j}}$$

Onde:
$C_DESC_RAT_{a,j}$ é a parcela de pagamento, associado ao rateio dos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO, do perfil de agente "a", no período de comercialização "j"
$C_DESC_TOT_j$ é custo total devido ao descolamento entre PLD e CMO no período de comercialização "j"
$TRC_LIQ_{a,j}$ é o Consumo Líquido de Referência do perfil de agente "a", no período de comercialização "j"

83. A parcela mensal total a ser paga por cada perfil de agente, associada aos custos devidos ao descolamento entre PLD e CMO, será dado por:

$$CDESC_RAT_M_{a,m} = \sum_{j\in m} C_DESC_RAT_{a,j}$$

Onde:
$CDESC_RAT_M_{a,m}$ é a parcela de pagamento total mensal, associado ao rateio dos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$C_DESC_RAT_{a,j}$ é a parcela de pagamento, associado ao rateio dos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO, do perfil de agente "a", no período de comercialização "j"

84. O efeito total dos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO será dado por:

$$E_DESC_{a,m} = C_DESC_A_{a,m} - CDESC_RAT_M_{a,m}$$

Onde:
$E_DESC_{a,m}$ é o efeito total dos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$C_DESC_A_{a,m}$ é o recebimento total associado aos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$CDESC_RAT_M_{a,m}$ é a parcela de pagamento total mensal, associado ao rateio dos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

1.1.3. Dados de Entrada dos Ajustes Decorrentes do custo de usinas despachadas por ordem de mérito que se enquadrem na situação PLD<INC

	Disponibilidade Máxima Contratual Ajustada	
$DISP_MAX_AJU_{p,t,l,j}$	Descrição	Disponibilidade Máxima Contratual Ajustada da parcela de usina "p", para cada produto "t", do leilão "l", no período de comercialização "j"
	Unidade	MW médio
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo do Comprometimento das Usinas com Contratos por Disponibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos

	Fator de Operação Comercial	
$F_COMERCIAL_{p,j}$	Descrição	Estabelece a relação entre a capacidade das máquinas em operação comercial de uma parcela de usina "p" em relação à sua capacidade total
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Determinação da Geração de Teste e Geração Reconciliada)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_INF_ACL_DOMP_AJU_{p,j}$	**Geração Inflexível Ajustada do Ambiente Livre na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração Inflexível ajustada do ambiente livre na ordem de mérito de cada parcela de usina “p”, no período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Determinação do Comprometimento das Usinas Termelétricas, Exceto Usinas a Biomassa com modalidade de despacho I sem CVU, IIB e III, Comprometidas com CCEAR por Disponibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_INF_ACL_DOMP_{p,,j}$	**Geração Inflexível do ambiente livre na ordem de mérito**	
	Descrição	Geração Inflexível do ambiente livre na ordem de mérito de cada parcela de usina “p”, no período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Detalhamento do cálculo da geração conforme despacho do ONS visando o atendimento dos contratos por disponibilidade, CER Quantidade e Contratos de Garantia Física)
	Valores Possíveis	Positivos

$G_INF\ DOMP_{p,j}$	**Geração Inflexível Final na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração Inflexível Final do ambiente livre na ordem de mérito da parcela de usina “p”, para cada produto “t”, do leilão “l”, no período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Detalhamento do cálculo da geração conforme despacho do ONS visando o atendimento dos contratos por disponibilidade, CER Quantidade e Contratos de Garantia Física)
	Valores Possíveis	Positivos

$GFT_{p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina “p” ajustada, no período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_DOMP_{p,j}$	**Geração Final na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina “p”, no período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_PROD_DOMP_{p,t,l,j}$	**Geração Destinada para Atendimento ao Produto na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração Destinada para Atendimento ao Produto na Ordem de Mérito de cada parcela de usina “p”, referente ao produto “t”, do leilão “l”, no período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinas (Cálculo do Comprometimento das Usinas com Contratos por Disponibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo I com CVU ou IIA, no período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Alocada da Usina para o Agente**	
	Descrição	Percentual de geração alocada da parcela de usina “p”, atribuído ao agente, “α”, independentemente do fato de as usinas estarem ou não localizadas no mesmo ponto de consumo, sendo esse percentual utilizado para definição da participação do perfil de agente “a” no rateio dos custos de geração associados ao despacho por razão de segurança energética.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Cadastro do Sistema Elétrico
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e Período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

1.1.4. Dados de Saída dos Ajustes Decorrentes do custo de descolamento de usinas despachadas por ordem de mérito que se enquadrem na situação PLD<INC

$E_DESC_{a,m}$	**Efeito dos Custos devido ao descolamento entre PLD e CMO**	
	Descrição	É o efeito total dos custos devido ao descolamento entre PLD e CMO do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$TRC_LIQ_{a,j}$	**Consumo Líquido de Referência Agente**	
	Descrição	Consumo Líquido de Referência do perfil de agente "a", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

9 – Encargos 2023.5

1. Introdução

Os custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema para atendimento da demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), e que não estão incluídos no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) estabelecido ex-ante pela CCEE para cada semana e patamar de carga, são denominados de Encargos. Esse módulo determina o valor desses encargos e estabelece o critério de rateio destes montantes por todos os agentes de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Os encargos apurados mensalmente pela CCEE consistem basicamente em valores subdivididos em três categorias principais, dentro dos Encargos de Serviço de Sistema (ESS), de acordo com as formas de rateio e alívio desses montantes determinadas pelo poder concedente.

Os Encargos de Segurança Energética são gerados devido ao despacho extraordinário de recursos energéticos adicionais por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, com o objetivo de garantir o suprimento energético.

Os demais Encargos de Serviços de Sistema são rateados pelos agentes de consumo e possuem direito a alívio retroativo.

Por simplicidade de notação, quando houver a citação neste módulo dos "Encargos de Serviços do Sistema (ESS)", o termo será referido aos Encargos de Serviços do Sistema, exceto Encargos por Segurança Energética.

Figura 1: Relação do módulo 9 – Encargos com os demais módulos das Regras de Comercialização

Em linhas gerais, as informações de medição provenientes do módulo de regras "Medição Contábil", a garantia física ajustada no centro de gravidade do sistema, considerando sazonalização flat, proveniente do módulo "Repactuação do Risco Hidrológico do ACR", além de informações da ANEEL e do Operador Nacional do Sistema (ONS) são utilizadas para a formação dos encargos a serem pagos aos agentes geradores com usinas passíveis de recebimento desses montantes. As demais informações advindas dos módulos de "Penalidades", e "Tratamento das Exposições" são utilizadas para alívio e rateio dos encargos apurados neste caderno de regras

1.1. Conceitos Básicos

1.1.1. O Esquema Geral

O módulo "9 – Encargos", esquematizado na Figura 2, é composto por uma sequência de etapas de cálculo com o objetivo de apurar os montantes de encargos e o rateio desses valores entre os agentes da CCEE, além de determinar os recursos disponíveis para o alívio retroativo das exposições financeiras e dos encargos de serviços de sistema:

Figura 2: Esquema Geral do Módulo de Regras: "9 – Encargos"

São apresentadas a seguir as descrições das etapas do processo que serão detalhadas neste documento:

Encargos por Restrição de Operação

Calcula o montante de encargos por restrição de operação, das usinas não hidráulicas, pela diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE. Além disso, a geração referente às restrições de operação das usinas, cadastradas no modelo de otimização da programação diária, também são classificadas com restrição. Esse encargo é resultante de três situações possíveis:

- **Constrained-On:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios positivos da ordem de mérito);
- **Constrained-Off:** usina termelétrica que tem sua geração reduzida em relação à ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios negativos da ordem de mérito)
- **Unit Commitment:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender as restrições técnicas de operação dos critérios de tomada e descida de carga, e tempo mínimo de acionamento.

Encargos de Serviços Ancilares

Determina os custos incorridos na prestação de serviços ancilares pelos agentes tais como compensação síncrona, ressarcimento de custos de operação e manutenção de equipamentos especiais de supervisão, controle e comunicação autorizados pelo poder concedente, e atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa.

Encargos de Segurança Energética

Determina os encargos oriundos das usinas despachadas por decisão do CMSE com o objetivo de garantir o suprimento energético e dos encargos oriundos do deslocamento hidráulico proporcionado pela geração por segurança energética e por importação de energia sem garantia física associada.

Encargos por Importação
Determina os encargos oriundos das usinas de importação de energia entre o Brasil e países vizinhos despachadas por decisão da ONS, com o objetivo de garantir a redução do custo imediato de operação do SIN.
Encargos de Deslocamento Hidráulico
Determina os custos incorridos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do deslocamento da geração dessas usinas pela ocorrência de geração fora da ordem de mérito do custo e de importação de energia elétrica sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016, sendo que essas usinas hidrelétricas têm direito a ressarcimento através de três tipos de encargos:

- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Energético:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração por segurança energética e da importação de energia sem lastro associado.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Elétrico:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração termelétrica por restrição elétrica, elegível, por critérios estabelecidos pelo ONS, como fonte da redução da geração das usinas hidrelétricas do MRE.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade**: ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas, derivada de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível.
-

Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados
Determina os valores preliminares, em R$/MWh, dos encargos de serviços do sistema, formados pelas restrições de operação, prestação de serviços ancilares e deslocamento hidráulico oriundo de restrições elétricas que são passíveis de alívio.
Apuração do Valor de Encargos de Segurança Energética
Determina o total dos custos oriundos da segurança energética, que contempla o ressarcimento dos custos das usinas despachadas por segurança energética e o custo do deslocamento hidráulico provocado por essa geração. A partir desse valor, determina-se o montante, em R$/MWh, do encargo por segurança energética.
Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS
Consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema.
Ajuste dos Encargos Apurados de Restrição de Operação e Serviços Ancilares
Estabelece os valores finais, em R$/MWh, a serem aplicados a cada MWh consumido no SIN, de modo a compor o montante a ser transferido às usinas recebedoras de encargos via contabilização CCEE.
Consolidação dos Encargos
Estabelece os valores, por agente e mês de apuração, dos montantes a serem pagos e recebidos no âmbito da contabilização da CCEE a título de encargos de serviços do sistema (ESS).
Anexo

- **Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo:** consolida os recursos financeiros residuais a serem utilizados para alívio retroativo de encargos e exposições financeiras negativas (decorrentes do tratamento das exposições em função da eventual diferença de preços entre os submercados), bem como os recursos destinados a alívio futuro de encargos.

1.1.2. Restrições de Operação

O Brasil, em função da predominância hidráulica do parque gerador, decidiu adotar o modelo de despacho centralizado (*tight pool*), em que o ONS decide a quantidade de energia a ser despachada por usina integrante do sistema interligado, com base em cadeia de modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios.
Essa cadeia de modelos de otimização é a mesma utilizada pela CCEE na determinação do PLD. Na determinação do CMO, o ONS considera as restrições de transmissão internas a cada submercado para que o despacho atenda a demanda do mercado e assegure a estabilidade do sistema. Já a CCEE calcula um PLD único para todo o submercado, ou seja, para efeito do cálculo do preço, a CCEE trabalha como se a energia estivesse igualmente disponível em todos os pontos de consumo desse mesmo submercado. Dessa forma, as restrições internas aos submercados não são consideradas. Há, portanto, uma diferença importante entre o despacho econômico calculado pela CCEE e o despacho elétrico operacionalizado pelo ONS. Dessa forma, é possível que as usinas venham a ser despachadas em níveis diferentes dos previstos na CCEE. Essas diferenças são ressarcidas a essas usinas pelos Encargos de Serviços do Sistema.
Os custos associados às restrições de operação correspondem ao ressarcimento para as usinas cuja produção elétrica tenha sido afetada por restrições de operação dentro de um submercado. Têm direito ao recebimento de encargos por restrições de operação apenas as usinas termelétricas com CVU não nulo.
O cálculo dos encargos relativos ao custo de restrição de operação incorpora também as diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *ex-ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado, realizado pelo ONS, como: alterações na configuração do sistema decorrentes da queda de uma linha de transmissão, uma grande chuva que venha a ocorrer após o cálculo do modelo de otimização da programação e que pode alterar substancialmente o planejamento da operação de curto prazo do ONS, dentre outras possibilidades.
A diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE pode resultar em duas situações possíveis, conforme mencionado anteriormente, quais sejam: (i) *constrained-off* e (ii) *constrained-on*.
A Figura 3 ilustra as ambas as condições de restrição operacional:

Figura 3: Tipos de Restrição de Operação: *Constrained-Off* e *Constrained-On*

Devido às restrições técnicas das usinas térmicas, podem ser programados despachos além da ordem de mérito, com o objetivo final de atender uma solicitação de despacho na ordem de mérito do ONS. Tais restrições, denominadas de unit commitment, passam a ser modeladas no DESSEM.
A primeira restrição que deve ser observada é o tempo mínimo de acionamento da usina, ou seja, uma vez acionada, a usina necessita tecnicamente de determinada quantidade de horas ligadas até finalizar o desligamento. Além disso, existem as restrições de tomada e descida de carga (rampa de subida e descida, respectivamente).
Para atender a solicitação de despacho da ordem de mérito é necessário que a usina termelétrica inicie o processo de acionamento das unidades geradoras, em momento anterior para atendimento da potência da usina, ou ainda no nível de despacho programado (respeitado a geração mínima e geração máxima).
Por fim, também é necessário respeitar as restrições de descida de carga da usina para retornar à condição de desligamento total. Destaca-se também a restrição de tempo mínimo de desligamento até um novo acionamento, também cadastrada como parâmetro técnico no DESSEM, porém sem direito a recebimento de encargo.

Figura 4 – Representação das Restrições Operativas por Unit Commitment

1.1.3. Serviços Ancilares

Os serviços ancilares, conforme regulamentação específica, são destinados a garantir a qualidade e a segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN.
Os serviços ancilares informados pela ANEEL e remunerados por meio dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) são compostos por:
a) Compensação Síncrona: O agente de geração recebe o equivalente à energia reativa gerada ou consumida valorada à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), que é revista pela ANEEL anualmente.
b) Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa: As usinas termelétricas que forem acionadas para atenderem ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa recebem essa energia valorada ao preço da oferta realizada, quando o atendimento ao despacho é considerado satisfatório, ou ao seu CVU para despacho na ordem de mérito, quando insatisfatório. A energia gerada é liquidada a PLD a crédito do gerador e o montante financeiro adicional necessário para completar a valoração dessa energia é pago ao gerador por meio de encargos.
c) Os empreendimentos de geração atualmente em operação que venham a ter o provimento de serviços ancilares determinado pela ANEEL, ou que tiveram autorização para reposição dos equipamentos e peças destinadas à prestação de serviços ancilares, terão o custo de implantação ou reposição auditado e aprovado por tal agência e ressarcido via ESS.

1.1.4. Encargos por Importação

Em 15 de agosto de 2018 foi publicada a Portaria nº 339 do Ministério de Minas e Energia (MME), a qual estabelece que, o Operador Nacional do Sistema (ONS) poderá utilizar integralmente ou parcialmente a energia de importação proveniente da República Argentina e do Uruguai, observando as quantidades e as condições passíveis de substituição termelétrica, garantindo a redução do custo imediato de operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Poderão ser autorizados um ou mais Agentes Comercializadores como responsáveis pela importação de energia elétrica perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, desde que adimplentes e autorizados nos termos da Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011.

A declaração dos montantes e dos preços da energia para importação será realizada por meio de ofertas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega da energia no centro de gravidade do SIN e tendo como destino o Mercado de Curto Prazo (MCP). Os montantes e preços da energia ofertados para importação não serão considerados nos processos de planejamento e programação da operação associados ao Programa Mensal da Operação (PMO) e de formação do PLD.

1.1.5. Encargos de Segurança Energética

A Lei nº 10.848, de 2004, estabelece que, com vistas à garantia do suprimento energético, o ONS poderá despachar recursos energéticos fora da ordem de mérito econômico (em ordem crescente em relação aos custos declarados de geração).

Como o despacho fora da ordem de mérito, para a garantia de suprimento energético, não leva em consideração o custo de operação declarado dessas usinas para a formação do PLD, a Lei 13.360/2016, estabeleceu que o montante financeiro a ser pago para as usinas despachadas adicionalmente para a garantia de suprimento energético será rateado pelos consumidores.

1.1.6. Encargos de Deslocamento Hidráulico

O Artigo 2º da Lei n º 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabelece que a ANEEL deverá estabelecer para aplicação a partir de 2017, a valoração, o montante elegível e as condições de pagamento para os participantes do MRE do custo do deslocamento da geração hidrelétrica.

Dessa forma, a ANEEL publicou regulamentação específica que estabelece as regras para se determinar o montante de energia que deve ser considerado como deslocamento hidráulico, a forma de apuração do custo desse deslocamento e a forma de ressarcimento aos geradores participantes do MRE.

Assim, definiu-se que o deslocamento hidráulico é composto por duas parcelas:

1. O deslocamento hidráulico energético, constituído pela geração por segurança energética mais a importação de energia sem garantia física associada
2. O deslocamento hidráulico elétrico, constituído pela geração originada por restrições elétricas identificada pelo ONS como indutora de redução de geração das usinas participantes do MRE

Desses dois montantes incialmente apurados deve-se abater a indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. Posteriormente, foi publicado pela Aneel ato normativo que estabeleceu que também devem ser apurados montantes de deslocamento hidráulico provenientes de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo que estes montantes de deslocamento não devem sofrer abatimento da indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. A Figura 5 ilustra a apuração dos montantes de deslocamento hidráulico.

Figura 5: Apuração dos montantes de deslocamento hidráulico

Os montantes de deslocamento hidráulico apurados, inclusive os oriundos de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, são rateados entre todas as usinas participantes do MRE na proporção da garantia física modulada e ajustada, considerando sazonalização flat.

Os montantes de deslocamento hidráulico destinados às usinas do MRE que optaram pela repactuação do risco hidrológico precisam ser ajustados em função do produto escolhido no processo de repactuação e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

A Figura 6 ilustra os pontos anteriores.

Figura 6: Determinação do Deslocamento Hidráulico para usinas que repactuaram

Tendo se determinado os montantes de deslocamento hidráulico que cada usina hidrelétrica participante do MRE têm direito, apura-se o custo desse deslocamento a partir do produto entre o montante de deslocamento e a diferença entre o valor do PLD da hora e do submercado em que houve deslocamento e o chamado PLD_X, valor associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica.

Os custos apurados dos deslocamentos hidráulicos são assumidos por:

- Todos os consumidores do SIN;
- Pelo gerador termelétrico, no caso de de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo assumido pelo agente proprietário da usina termelétrica que deu origem ao deslocamento.

1.1.7. Forma de rateio dos encargos

Os encargos mencionados anteriormente são rateados entre os agentes de formas distintas, conforme apresentado a seguir:

	Forma de Rateio
Restrição de Operação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado.
Compensação Síncrona	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN de todos os agentes localizados no seu submercado.
Serviços Ancilares	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Importação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Segurança Energética	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização), considerando eventual geração de propriedade da carga, provenientes de usinas localizadas no mesmo ou em outro sítio.*
Deslocamento Hidráulico	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado. Referente ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade, seu custo será pago pela usina que deu origem.

Figura 7: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

1.1.8. Consolidação dos Encargos

A consolidação dos encargos consiste em determinar o total de encargos a serem pagos aos agentes com usinas recebedoras de encargos no mês de apuração.

Os encargos de serviços do sistema são compostos por encargos de serviços ancilares, encargos por restrição de operação, encargos por Segurança Energética, encargos por Importação e encargos por Deslocamento Hidráulico, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

Os seguintes recursos podem ser utilizados para abatimento ou alívio do total de encargos de serviços do sistema a ser pago pelos agentes proprietários de pontos de medição de consumo registrados na CCEE:

- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente;
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico); e
- Recursos advindos da aplicação de penalidades anteriores a novembro de 2005 por insuficiência de lastro de comercialização de energia, acrescido do pagamento de penalidades por falta de combustível, associada aos processos de coleta de dados de medição pela CCEE, multas atribuídas ao não aporte das garantias financeiras e multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.

A Figura 9 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 9: Total de Encargos superior a Reserva para Alívio de ESS

Se o recurso para alívio de ESS for maior que o total de encargos de serviços do sistema, os agentes proprietários de pontos de medição de consumo não pagam ESS e o valor remanescente é alocado da seguinte forma:

- O saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente, caso haja, será utilizado para processar o alívio retroativo de exposições residuais dos geradores em função do tratamento das exposições e os encargos de serviços do sistema de meses anteriores (Vide módulo "Consolidação de Resultados"); e
- Caso haja recursos advindos da aplicação de penalidades e a sobra de receita do mês anterior, seus saldos remanescentes, após o alívio dos ESS do mês de apuração, serão utilizados para alívio de ESS de meses futuros.

A Figura 10 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 10: Total de Encargos inferior a Reserva para Alívio de ESS no mês

Por sua vez, o encargo de segurança energética é constituído pelo custo da geração de segurança energética e pelo deslocamento hidráulico de origem energética. Destaca-se que essa modalidade de encargo não tem direito a alívio como ocorre com os encargos de serviços do sistema.

2. Detalhamento das Etapas de Encargos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 – Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

2.1. Encargos por Restrição de Operação

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas a título de encargos por restrição operacional.

Contexto:

Os Encargos por Restrição de Operação compõem um dos tipos de Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A Figura 11 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 11: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.1.1. Detalhamento dos Encargos por Restrição de Operação

O processo de cálculo relativo aos encargos por restrição de operação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

1. O cálculo dos encargos por restrição de operação incorpora eventuais diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *Ex-Ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado.

2. Os Encargos por Restrição de Operação são calculados para as usinas não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA (não emergenciais) e os interconectores internacionais que atendem restrições operativas do SIN, conforme informado pelo ONS, e são subdivididos em dois tipos *Constrained-On* e *Constrained-Off*.

2.1. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On* são pagos às usinas que não foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, por sua geração ser mais cara, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem acima do que havia sido despachado; e

2.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off* são pagos às usinas que foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem menos do que o despachado.

2.3. Encargos por Restição de Operação por Unit Commitment são pagos às usinas que foram despachadas para atender restrições físicas das usinas para a geração da ordem do mérito.

2.1.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On*

3. As usinas, enquadradas na Linha de Comando 2, acionadas por restrição de operação pelo ONS, em condição *CONSTRAINED-ON*, têm seu Encargo por Restrição de Operação calculado a partir da geração de energia verificada acima da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção da energia e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-On é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_ON_{p,j} = \left(\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}}\right) * max\ \left(0; \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

3.1. O Fator do Encargo por Restrição de Operação estabelece o percentual da produção de energia elétrica, de uma usina acionada por razão de restrição operativa efetivamente realizada, acima da instrução de despacho para o período considerado. Esse fator é expresso por:

$$\boldsymbol{F_REST_OP_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_CONST_ON_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

3.2. A Geração Realizada para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On é determinada pela geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Restrição de Operação, expresso por:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}} = G_{p,j} * F_REST_OP_{p,j}$$

Onde:

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.3. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off*

4. O ajuste da Quantidade de Energia Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é realizado de modo a referenciar essa informação à Rede Básica nos moldes do tratamento dado no caderno de Medição Contábil por meio da aplicação do Fator de Rateio de Perdas da Geração associado à usina além do respectivo Fator de Abatimento das Perdas Internas, sendo assim a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é expressa por:

$$QEA_REST_OP_{p,j} = max\left(0; \left(M_CONST_OFF_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$M_CONST_OFF_{p,j}$ é o Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pelo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p" por período de comercialização "j"

5. Para as usinas passíveis de recebimento de encargos por restrição elétrica devido a situação de Constrained-off, para cada período de comercialização, seu Encargo por Restrição de Operação será calculado a partir da geração de energia verificada abaixo da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_OFF_{p,j} = QEA_REST_OP_{p,j} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

2.1.4. Encargos por Restrição de Operação por *Unit Commitment*

6. O Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment será calculado a partir da geração de energia classificada por esse fim, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia, conforme a seguinte expressão:

$$Se\ INC_{p,j} > PLD_{s,j}\ então:$$

$$ENC_REST_UNIT_{p,j} = \boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} * \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)$$

Onde:

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p

6.1. A Geração por Unit Commitment da usina é definida a partir do Fator de energia gerada por Unit Commitment da usina aplicado na Geração da Final da mesma, de acordo com a expressão a seguir:

$$\boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}}$$

Onde:

$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de Usina "p", no período de comercialização "j"

$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

6.1.1. O cálculo do Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment representa a relação entre a Geração por Unit Commitment, definida pelo ONS, e a geração apurada por este:

$$\boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}} = min\left(1; \frac{UNIT_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$UNIT_{p,j}$ é o Geração por Unit Commitment de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.5. Dados de Entrada dos Encargos por Restrição de Operação

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p" por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment**	
	Descrição	Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$	**Geração informada pelo ONS para atendimento a uma restrição de operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica “p”, ajustada por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment da Usina**	
	Descrição	Volume de energia gerada por Unit Commitment verificada pelo ONS para a parcela de usina “p”, no período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$M_CONST_OFF_{p,j}$	**Montante de geração frustrada por Constrained-Off**	
	Descrição	Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pleo ONS da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado “s” e período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina “p”, por período de comercialização “j”. Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.1.6. Dados de Saída dos Encargos por Restrição de Operação

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_UNIT_C_{p,j}$	**Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment**	
	Descrição	Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.2. Encargos de Serviços Ancilares

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas por prestação de serviços ancilares.

Contexto:

Os serviços ancilares são destinados a garantir a qualidade e segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN. Os custos incorridos na prestação desses serviços são ressarcidos por meio dos Encargos de Serviços Ancilares, sendo esse um componente dos Encargos de Serviços do Sistema. A Figura 12 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 12: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.2.1. Detalhamento dos Encargos de Serviços Ancilares

O processo de determinação dos encargos de serviços ancilares é composto pelos seguintes comandos e expressões:

7. A determinação do Encargo de Compensação Síncrona da usina refere-se ao fornecimento ou absorção de energia reativa e será remunerado à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), estabelecida pela ANEEL em resolução específica. O Encargo de Compensação Síncrona é dado pela expressão:

$$ENC_CS_{p,j} = MER_CS_{p,j} * TSA_{p,m}$$

Onde:

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo por Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$MER_CS_{p,j}$ é a Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TSA_{p,m}$ é a Tarifa de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

8. O Encargo por Outros Serviços Ancilares atribuído a uma usina é determinado pela relação de todos os ressarcimentos autorizados pelo regulador em função de investimentos realizados para prestação de serviços ancilares ao sistema, operação e manutenção de equipamentos necessários à participação do Controle Automático de Geração (CAG), do Sistema Especial de Proteção (SEP), equipamentos de autorrestabelecimento e por contratação de usinas emergenciais. O Encargo por Outros Serviços Ancilares é expresso por:

$$ENC_OSA_{p,m} = RISA_{p,m} + RCAG_{p,m} + RSEP_{p,m} + RART_{p,m} + RCUE_{p,m}$$

Onde:

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RISA_{p,m}$ é o Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCAG_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação Necessários à Participação no CAG (Controle Automático de Geração) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RSEP_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP (Sistema Especial de Proteção) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RART_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCUE_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

9. O Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, é determinado pela geração realizada no cumprimento desse serviço ao sistema, valorado pela diferença entre o preço determinado para essa energia, com base no critério de atendimento satisfatório ao despacho, e o PLD verificado no momento da geração:

Se a usina estiver atendendo o despachado complementar para manutenção de reserva de potência operativa

$$ENC_RESPOP_{p,j} = G_RESPOP_{p,j} * max(0; \boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} - PLD_{s,j})$$

Onde:

$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$G_RESPOP_{p,j}$ é a Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Compelmentar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

9.1. O Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa é determinado em função do atendimento satisfatório ou não do despacho pela usina. Em caso de atendimento satisfatório, a usina tem direito ao preço ofertado no mecanismo. Caso o atendimento seja insatisfatório, a usina terá direito apenas ao seu custo declarado para fins de despacho por ordem de mérito. Para determinar se o despacho foi satisfatório, é observado se a proporção da geração realizada foi superior às indisponibilidades forçada e programada da usina:

Se o atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva operativa foi satisfatório pela usina "p"

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$$

Caso contrário

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = INC_{p,j}$$

Onde:

PRECO_RESPOP$_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
INC$_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
PRECO_OF_RESPOP$_{p,j}$ é o Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

2.2.2. Dados de Entrada dos Encargos de Serviços Ancilares

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_RESPOP_{p,j}$	**Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$MER_CS_{p,j}$	**Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona**	
	Descrição	Parcela de energia reativa da usina "p" associada à prestação de serviços ancilares por compensação síncrona, por período de comercialização "j". O ressarcimento em si é calculado no Módulo de Regras relativo aos Encargos
	Unidade	MVArh
	Fornecedor	Medição Contábil (Anexo III)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos
$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$	**Preço Ofertado pelo agente Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos
$RART_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCUE_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais**	
	Descrição	Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RISA_{p,m}$	**Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Montante a ser ressarcido para a usina pelo investimento para prestação de serviços ancilares
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCAG_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TSA_{p,m}$	**Tarifa de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Valor para ressarcimento de custos adicionais de operação e manutenção referente ao suporte de reativo provido pelas parcelas de usinas "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MVArh
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos

2.2.3. Dados de Saída dos Encargos de Serviços Ancilares

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3. Encargos por Importação

Objetivo:

Apurar os montantes devidos às usinas a título de encargos por importação.

Contexto:

A energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai poderão ser ofertadas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega de energia no Centro de Gravidade do SIN e sendo liquidado no MCP. Tal energia poderá ser utilizada de forma integral ou parcial pelo ONS, desde que essa importação viabilize a redução do custo imediato de operação do SIN.

Figura 13: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.3.1. Detalhamento dos Encargos por Importação

O processamento dos encargos por importação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

10. A importação de energia realizada através de estações conversoras, para efeito de operacionalização na CCEE, será representada pela modelagem de uma usina térmica com modalidade de despacho tipo IA ou tipo IIA.

11. Esta usina estará modelada sob um perfil de agente comercializador importador, e é vedado a modelagem de qualquer outro tipo de ativo sob este mesmo perfil de agente.

12. Eventuais créditos relativos ao processo de importação de energia da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai são isentos do processo de rateio de inadimplência.

13. Os custos relativos à importação da energia elétrica serão determinados pela Geração de energia, em função do despacho de importação, valorada pela diferença entre o Preço de Oferta de Importação e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Razão de Importação é expresso por:

$$ENC_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(P_IMP_{p*,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

$$\forall\ s \text{ onde está localizada a estação conversora}$$

Onde:

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

14. Nos casos em que houver substituição de Geração térmica por Importação e o PLD for maior que o Preço de Oferta para Importação será apurado uma diferença financeira destinada para alívio de ESS. Esta diferença deverá ser determinada a partir da geração de energia verificada valorada entre o PLD e o Preço de Oferta de Importação. O cálculo será expresso por:

$$EXCD_FIN_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - P_IMP_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15. Quando o montante de energia efetivamente importado for inferior ao montante definido pelo ONS, os agentes comercializadores responsáveis pela importação deverão arcar com os custos dessa diferença de energia, que será valorada de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

15.1. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja inferior ao PLD, a valoração se dará pela diferença entre o PLD vigente no submercado da usina termelétrica substituída e seu CVU, de acordo com a seguinte expressão:

Se $INC_{p,j} < PLD_{s,j}$, *então:*

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja superior ao PLD, a valoração será de 5% do Limite Máximo Estrutural do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

Se $INC\ p,j \geq PLD_{s,j}$ *então:*

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * \left(0{,}05 * PLD_MAX_EST_f\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_MAX_EST_f$ é o Limite Estrutural do Preço de Liquidação das Diferenças determinado para o ano de apuração "f"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1. Para definição dos custos da diferença entre a importação efetiva e a definida pelo ONS é necessário a determinação da Quantidade de Energia não entregue rateada para cada usina térmica substituída, pois, as usinas de importação podem substituir uma ou mais usinas. O cálculo se dará pelo rateio do montante de importação não entregue de cada usina importadora proporcionalizado pela disponibilidade verificada da usina e o despacho sem restrição das usinas substituídas. A determinação desse volume é expressa por:

$$\boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} = \boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} * \frac{DOMP_ONS_{p,j}}{\sum_{psub} DOMP_ONS_{p,j}}$$

Onde:

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1.1. O Montante de Importação definido pelo ONS e não entregue será calculado pela diferença entre o Despacho de Importação para o período e o Montante de Importação Verificado pelo ONS da usina substituta de acordo com a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} = max\left(0; \left(\left(MONT_IMP_ONS_{p*,j} - MONT_IMP_VOP_{p*,j}\right) * UXP_GLF_{p*,j} * F_PRC_GF_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:
$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o Montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$MONT_IMP_ONS_{p*,j}$ é o Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
$MONT_IMP_VOP_{p*,j}$ é o Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
$F_PRC_GF_{p,j}$ é o Fator de Ajuste da Garantia Física em função das Perdas da Rede Compartilhada da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação
15.3. Para o caso em que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE decidir por considerar a importação como recurso adicional ao SIN, sem substituição de geração de usinas termelétricas, a valoração será de 5% do Limite Máximo Estrutural do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j} = MONT_IMP_NE_{p*,j} * (0{,}05 * PLD_MAX_EST_f)$$

Onde:
$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$PLD_MAX_EST_f$ é o Limite Estrutural do Preço de Liquidação das Diferenças determinado para o ano de apuração "f"

2.3.2. Dados de Entrada dos Encargos por Importação

$DOMP_ONS_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração de energia**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Substituida**	
	Descrição	Encargo de Importação do intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos da parcela de usina substituta "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_IMP_ONS_{p,j}$	**Montante de Importação definido pelo ONS**	
	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_IMP_{p*,j}$	**Preço de Oferta de Importação de Energia**	
	Descrição	Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças definido por submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$PLD_MAX_EST_f$	**Preço de Liquidação das Diferenças Máximo Estrutural**	
	Descrição	Limite máximo Estrutural do PLD no dia. Esse valor, estipulado pela Aneel, é atualizado anualmente pelo IPCA e válido para todo o ano de apuração "f"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Aneel
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3.3. Dados de Saída dos Encargos por Importação

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo de Importação de energia**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p*", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de importação de energia
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$	**Excedente Financeiro de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$	**Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue**	
	Descrição	Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$	**Montante de importação definido pelo ONS e não entregue**	
	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.4. Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas despachadas pelo ONS por razão de segurança energética.

Contexto:

Os Encargos por Segurança Energética são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas não hidráulicas despachadas por decisão CMSE. A Figura 14 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 14 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.4.1. Detalhamento dos Encargos por Segurança Energética

O processo de apuração dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

16. O ONS deverá informar a CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, a lista de usinas e os períodos em que foram despachadas por razões de segurança energética.

17. O Encargo por Razão de Segurança Energética a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, no período de comercialização é determinado pela produção de energia despachada por razão de segurança energética a ser efetivamente ressarcida, valorada pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção de energia da usina e o Preço de Liquidação das Diferenças ex-ante apurado pela CCEE. O Encargo por Razão de Segurança Energética é expresso por:

$$ENC_SEG_ENER_{p,j} = (\boldsymbol{G_SE_{p,j}}) * max\ \left(0; (INC_{p,j} - PLD_{s,j})\right)$$

Onde:

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

17.1. A Geração realizada por segurança energética corresponde à geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética:

$$\boldsymbol{G_SE_{p,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_SEG_ENER_{p,j}}$$

Onde:

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

17.1.1. O Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética é utilizado para determinar a geração de energia passível de ressarcimento por razão de segurança energética e é dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_SEG_ENER_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_SEG_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_SEG_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

18. A Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração das usinas não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA no período de comercialização é determinado pelo montante informado pelo ONS de energia gerada para substituição por razão de segurança energética, valorada pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção de energia da usina que efetivamente gerou e a usina que está sendo substituída, conforme a sequinte expressão:

$$DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j} = (\boldsymbol{G_SE_SUB_{p,p*,j}}) * max\left(0; (INC_{p,j} - INC_{p*,j})\right)$$

Onde:

$DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j}$ é a Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

$G_SE_SUB_{p,p*,j}$ é a Geração por Segurança Energética de Substituição da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina "p" da usina substituída

18.1. A Geração realizada por substituição de geração corresponde à geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Substituição de Geração:

$$\boldsymbol{G_SE_SUB_{p,p*,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_SUB_ENER_{p,p*,j}}$$

Onde:

$G_SE_SUB_{p,p*,j}$ é a Geração por Segurança Energética de Substituição da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_SUB_ENER_{p,p*,j}$ é o Fator do Encargo por Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina "p" da usina substituída

18.1.1. O Fator do Encargo por Substituição de Geração é utilizado para determinar a geração de energia passível de ressarcimento por razão de substituição de geração e é dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_SUB_ENER_{p,p*,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_SUB_{p,p*,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_SUB_ENER_{p,p*,j}$ é o Fator do Encargo por Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_SUB_{p,p*,j}$ é a Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Substituição de Geração de uma parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina "p" da usina substituída

2.4.2. Dados de Entrada dos Encargos por Segurança Energética

	Geração Final da Usina	
$G_{p,j}$	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_ONS_SEG_{p,j}$	**Geração informada pelo Operador do Sistema por Razões de Segurança Energética**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_ONS_SUB_{p,p*,j}$	**Geração informada pelo Operador do Sistema por Razões de Substituição de Geração**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Substituição de Geração de uma parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

2.4.3. Dados de Saída dos Encargos por Segurança Energética

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j}$	**Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração**	
	Descrição	Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5. Encargos por Deslocamento Hidráulico

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas hidráulicas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função de despacho de usinas termelétricas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016.

Contexto:

Os Encargos por Deslocamento Hidráulico são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas hidráulicas participantes do MRE em função da redução de sua geração originada pela geração de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia. A Figura 15 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 15: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.5.1. Determinação dos montantes de deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE

O processo de apuração dos montantes de energia vinculados ao deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

19. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar é determinado pela soma da geração por segurança energética e da importação líquida de energia sem garantia física associada, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_j = \sum_p G_SE_{p,j} + (\boldsymbol{IMP_j} * XP_GLF_j)$$

Onde:

$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada, por período de comercialização "j'

XP_GLF_j é o Fator de Rateio de Perdas de Geração, por período de comercialização "j"

19.1. O montante de Importação Líquida sem Garantia Física Associada é determinado pela soma da importação líquida dos pontos de medição de todas as conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre Brasil e os países vizinhos. Este montante é definido a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{IMP_j} = \sum_{CONV} IMP_CONV_{i*,j}$$

Onde:

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada por período de comercialização "j'

$IMP_CONV_{i*,j}$ é a Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'

"CONV" refere-se ao conjunto de conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos

"i*" representa todos os pontos de medição "i" de uma unidade conversora

Importante:

A Importação Líquida de Conversora (IMP_CONV) será apurada através dos valores registrados no SCDE, abatidos dos montantes de importação com garantia física programada por ordem de mérito que causem substituição de usinas do bloco térmico.

20. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar é determinado considerando as parcelas de usinas termelétricas despachadas por restrição elétrica, cuja geração foi indicada pelo ONS como elegível à composição do deslocamento hidráulico de usinas do MRE, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_j = \sum_p (G_CONST_ON_{p,j} * F_DH_{p,j})$$

Onde:

$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$F_DH_{p,j}$ Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

Importante:

A princípio, a geração por *constrained-on* que desloca o MRE é aquela associada a uma restrição que afeta todo o SIN, ou seja, restrições que afetam somente um submercado, ou grupos de submercados, não causam deslocamento hidráulico por restrição elétrica. Contudo, dentre as restrições que afetam todo o SIN, devem ser desconsideradas as que estiverem:

i) representadas nos modelos computacionais de programação da operação Newave, Decomp e Dessem ou resultantes deles;

ii) associadas à necessidade de recuperação de reserva de potência operativa classificados como restrição elétrica;

iii) relacionadas a aplicação do Título III da Resolução Normativa nº 1.030, de 26 de julho de 2022, no que se refere ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa;

iv) enquadradas no atendimento às Portarias do MME nº 41/2015; nº 15/2016; nº 179/2016; nº 180/2016; nº 492/2017; e nº 406/2020;

v) vinculadas ao despacho excepcional e temporário de usinas termelétricas para o atendimento a circuitos elétricos em condições operativas de ilhamento; e

vi) com inflexibilidade.

Por exemplo, supondo que em um determinado período de comercialização há 10 usinas despachadas por contrained-on que afetem todo o SIN. A princípio, toda essa geração deslocou o MRE. Todavia, se duas já estavam previstas no Deck do Decomp e uma foi indicada pelo ONS que não deve ser considerada, apenas a geração de 7 dessas usinas despachadas por *constrained-on* causam deslocamento ao MRE.

21. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Energético é determinada a partir da alocação do total de indisponibilidade de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito de forma proporcional ao montante de deslocamento hidráulico de origem energética, em relação ao total de deslocamento hidráulico apurado, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ENER_j = \boldsymbol{TOT_IND_j} * \frac{DH_ENER_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + DH_ELE_PRE_j + \boldsymbol{G_CONST_ON_NDH_j}}$$

Onde:
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que Não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"

21.1. O Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico é determinada a partir da soma das indisponibilidades, subtraído a Geração Substituta no centro de gravidade, apuradas para as usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito econômico, a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{TOT_IND_j} = max\left(0; \sum_{\boldsymbol{p}} \boldsymbol{IND_{p,j}} - \sum_{p}\left(GSUB_ONS_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização "j"
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito Econômico, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo "p", por período de comercialização "j"
$GSUB_ONS_{p,j}$ é a Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"

21.1.1. A Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS deve ser calculada para usinas não hidráulicas despachadas por ordem de mérito, sendo determinada a partir da diferença entre o despacho efetivo do ONS e a geração efetivamente realizada, a partir da seguinte expressão:

Se $DOMP_ONS_{p,j} = 0$

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = 0$$

Caso Contrário

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = \left(DOMP_DECK_DESSEM_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right) - G_DOMP_{p,j} - QEA_REST_OP_{p,j}$$

Onde:
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo, "p", por período de comercialização, "j"
$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
$G_DOMP_{,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

Importante:

Somente haverá valores para DOMP_DECK_DESSEM em períodos em que o CVU é menor CMO do barramento da usina, exceto para usinas a GNL, para as quais será utilizado o despacho realizado pelo DECOMP.

21.1. A Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico é pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_NDH_j} = \sum_{p}\left(G_CONST_ON_{p,j} * F_NDH_{p,j}\right)$$

Onde:
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$F_NDH_{p,j}$ Fator de Não Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

Importante:

A geração por constrained-on que não desloca o MRE é aquela associada a uma restrição que afeta um determinado submercado ou subsistema (grupo de submercados).

22. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinada a partir da diferença entre a indisponibilidade total apurada das usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito e o montante de indisponibilidade alocado para o deslocamento hidráulico de origem energética e elétrica, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ELE_j = TOT_IND_j * \frac{DH_ELE_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + DH_ELE_PRE_j + G_CONST_ON_NDH_{,j}}$$

Onde:
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica, no período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, no período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"

23. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico energético preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa usina termelétrica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_j = max\left(0;\ \left(DH_ENER_PRE_j - IND_DH_ENER_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico Energético, por período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"

24. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico elétrico preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa parcela de deslocamento, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_j = max\left(0;\ \left(DH_ELE_PRE_j - IND_DH_ELE_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ELE_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica no período de comercialização "j"

25. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica é determinado pela inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico, a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UTE_{p,j} = min\left(1; \frac{INFLEX_DH_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right) * G_{p,j}$$

Onde:
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$INFLEX_DH_{p,j}$ é a Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

26. O montante Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado pela soma dos deslocamentos hidráulicos de inflexibilidade associados às usinas termelétricas, a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_j = \sum_p DH_INFLEX_UTE_{p,j}$$

Onde:
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

2.5.2. Destinação do Deslocamento Hidráulico às Usinas Hidrelétricas do MRE

O processo de destinação dos montantes de deslocamento hidráulico às usinas hidrelétricas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

27. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico energético total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_UH_{p,j} = DH_ENER_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\ p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

28. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico elétrico total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (flat), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_UH_{p,j} = DH_ELE_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\ p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

29. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} = TOT_DH_INFLEX_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\ p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.3. Tratamento das usinas hidrelétricas que repactuaram o risco hidrológico no ACR

O processo de tratamento das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no ACR é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

30. Os proprietários das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no âmbito do ACR podem ter escolhido repactuar a não totalidade da garantia física dessas usinas. Dessa forma, é necessário segregar os montantes de deslocamento hidráulico associados a essas usinas em duas parcelas: a parcela associada à repactuação do risco hidrológico e a parcela não associada à repactuação, sendo que para os volumes de deslocamento hidráulico associados à repactuação existe um tratamento que depende do produto de repactuação escolhido e do Ajuste MRE (GSF) verificado.

30.1. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

30.2. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_NREP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} - DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

30.3. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

30.4. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_NREP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,j} - DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

30.5. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

30.6. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} - DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE
hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo DH_INFLEX_PRE_REP_UH será zero

31. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR é necessário ajustar os valores dos montantes de deslocamento hidrológico energético e elétrico repactuados em função do produto de repactuação escolhido e pelo valor do Ajuste MRE (GSF) apurado, sendo que as usinas só têm direito a receber a parcela de deslocamento hidráulico repactuado com o não acionamento do produto.

32. Em relação ao deslocamento hidrelétrico de inflexibilidade, todo o montante irá gerar encargo; todavia, uma parte do encargo será percebido pelo proprietário da usina e outra parte pelos agentes de distribuição, em função do produto escolhido e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

33. Para o produto P, no qual o proprietário de uma usina optou por não repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, quando o Ajuste MRE for superior a um, situação que denota a presença de energia secundária, as usinas terão direito integral aos montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE.

Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado, de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, "p", que optaram por repactuar o risco hidrológico em um produto classe "P", para cada período de comercialização, são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Onde:

DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto P

34. Para os produtos SPR e SP, como o proprietário da usina optou em repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, sempre que o Ajuste MRE for superior a um, o que denota uma situação de presença de energia secundária, os valores de deslocamentos hidráulicos repactuados serão zerados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE.

35. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado e de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento por Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, que optaram por repactuar o risco hidrológico em produtos das classes SPR ou SP, para cada período de comercialização, são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Onde:

DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto SP ou produto SPR

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela repactuação em produto da classe SPR, o Fator de Risco Hidrológico assumido pela usina ($F_{p,j}$) é sempre zero.

2.5.4. Determinação do montante final de deslocamento hidráulico de usinas hidrelétricas participantes do MRE

O processo de determinação dos montantes de deslocamento hidráulico consolidados das usinas hidrelétricas participantes do MRE é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

36. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_UH_{p,j} = DH_ENER_REP_UH_{p,j} + DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

DH_ENER_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

37. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_UH_{p,j} = DH_ELE_REP_UH_{p,j} + DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

DH_ELE_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

38. No que se refere ao deslocamento hidráulico por inflexibilidade, deve-se determinar o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo percebido pelo proprietário da usina e o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo que será transferido aos agentes de distribuição.

39. Dessa forma, o montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UH_{p,j} = DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} + DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

DH_INFLEX_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

40. O montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da diferença entre o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado e o montante Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} - DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.5. Determinação dos Encargos por Deslocamento Hidráulico

O processo de determinação dos montantes de encargos oriundos do deslocamento hidráulico é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

41. O montante de Encargo por Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento energético da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, para cada período de comercialização, a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = max\left(0; DH_ENER_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:

$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_ENER_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" e período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

42. O montante de Encargo porDeslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento elétrico da usina hidrelétrica, e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, no período de comercialização, a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ELE_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ELE_{p,j} = max\left(0; DH_ELE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_j\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:

$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_ELE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p", no período de contabilização "j"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"p" é a usina hidráulica para a qual é determinado o custo do deslocamento hidráulico

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

43. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

44. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de repasse da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.6. Dados de Entrada de Encargos por Deslocamento Hidráulico

	Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico	
$AJUSTE_MRE_RRH_j$	Descrição	Representa a relação entre a Geração Total Agregada e a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, ambas referentes ao MRE. Calculado por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Detalhamento Ajuste da Garantia Física para Fins de Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Despacho por Ordem de Mérito Enviado pelo ONS	
$DOMP_ONS_{p,j}$	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS para cada parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito Efetivo do Deck do ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_{p,j}$	**Fator de Risco Hidrológico**	
	Descrição	Fator de Risco hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_DH_{p,j}$	**Fator de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS/CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_INT_{i,j}$	**Fator de Intercâmbio**	
	Descrição	Fator Intercâmbio vinculado ao ponto de medição "i", que indica se no período de comercialização "j" está ocorrendo importação ou exportação de energia
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo de Perdas Internas das Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_NDH_{p,j}$	**Fator de Não Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Fator de Não Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS/CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_DOMP_{p,j}$	**Geração Final na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GSUB_ONS_{p,j}$	**Geração Substituta Efetiva**	
	Descrição	Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização, "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFIS_2_RRH_{p,j}$	**Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada**	
	Descrição	Garantia Física, para cálculo do repasse do risco hidrológico, modulada e ajustada, em função das perdas internas e indisponibilidade da usina e das perdas da rede básica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Modulação da Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$IMP_CONV_{i*,j}$	**Importação Líquida de Conversora**	
	Descrição	Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS e CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INFLEX_DH_{p,j}$	**Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_TERM_DH_{p,j}$	**Geração Termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Geração termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_CVR_{p,m}$	**Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e Período de Contabilização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_X_j	**Preço do Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Detalhamento do Cálculo do PLD_X)
	Valores Possíveis	Positivos

$QM_GF_RRH_{p,m}$	**Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$XA_DH_{p,j}$	**Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

XP_GLF_j	**Fator de Rateio de Perdas de Geração**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser aplicado aos pontos de geração que participam do rateio de perdas (50% das perdas alocadas para a categoria geração e 50% das perdas alocadas para a categoria consumo), por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5.7. Dados de Saída de Encargos por Deslocamento Hidráulico

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico de uma usina hidrelétrica com parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica	
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6. Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Objetivo:

Identificar os valores preliminares em reais por MWh para pagamento dos encargos de serviços do sistema às usinas que recebem esses montantes.

Contexto:

A apuração do valor dos encargos a ser aplicado aos agentes leva em conta o total de encargos de serviços do sistema, exceto os Encargos por Segurança Energética, e o total de consumo em que incidem esses custos. Esse valor ainda deve sofrer alívio conforme verificado na etapa Ajuste dos Encargos Apurados. A Figura 16 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 16: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.6.1. Detalhamento da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

O processo de apuração do valor dos encargos não ajustados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

45. Os Encargos de Serviços do Sistema devem ser rateados entre o consumo total atendido pelo SIN. A determinação do Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema depende do perfil do agente na CCEE:

45.1. Se o agente pertencer à categoria de distribuição, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Total determinado no Módulo de Regras "Medição Contábil", expresso por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = TRC_{a,s,j}$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

45.2. Caso contrário, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Atendido pelo SIN considerando uma eventual parcela cativa de consumo. O Consumo Atendido pelo SIN verifica a geração de propriedade do agente, deduzindo essa parcela de geração de seu(s) ponto(s) de consumo. O Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema é expresso, nessa condição, por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = max\left(0; \left(\sum_{\substack{c\in S\\ c\in a}} \boldsymbol{RC_SIN_{c,j}}\right) - TRC_CAT_CL_{a,s,j} + TRC_CAT_D_G_{a,s,j}\right)$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo do perfil de agente "a", Consumidor Livre, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_CAT_D_G_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo Associado ao Distribuidor/Gerador do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

45.2.1. O Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional deve considerar a parcela de geração de propriedade do agente, pois, conforme estabelecido no parágrafo único do Art 59 do Decreto nº 5163, par fins de pagamento des Encargos de Serviço do Sistema, o autoprodutor equipara-se ao consumidor na parcela de seu consumo líquido, calculado pela expressão a seguir:

$$\boldsymbol{RC_SIN_{c,j}} = max\left(0; RC_{c,j} - \sum_{p}\left(\left(G_{p,j} + GFT_{p,j} + FLUXO_MRE_{p,j}\right) * \boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}}\right)\right)$$

Onde:

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$RC_{c,j}$ é o Consumo Reconciliado da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,j}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

45.2.1.1. O Percentual de Geração Alocada da usina para atendimento à carga estabelece a proporção horária de alocação de geração que cada parcela de carga possui, com base no percentual de direito de alocação do agente. No caso do agente Varejista, tal percentual deve se limitar aos agentes representados que possuam participação no respectivo empreendimento de geração, garantindo que os demais representados não usufruam indevidamente de uma energia que não possuam direito, conforme expressão abaixo:

*(I) No caso de agente **Varejista**:*

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_V_{\alpha,rp,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c\in CP_ALFA_RP} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c" \in "rp", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ Varejista\ "\alpha"$$

(II) Para os demais agentes:

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c\in CP_ALFA_AGP} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ "\alpha"$$

Onde:

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", que possui propriedade da parcela de usina "p"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p"
"CP_ALFA_RP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente Varejista "alfa", vinculadas ao representado "rp", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"
"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

46. O ONS deverá informar à CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, para cada restrição de operação ocorrida, a lista de usinas impactadas e o tipo de restrição considerando a forma de rateio que deve ser aplicada para os consumidores.

47. Os Seguintes agrupamentos de submercados são utilizados tanto para o cálculo do Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação (incluindo as restrições por unit commitment) quanto para o cálculo do Valor do Encargos de Outros Seviços Ancilares:

Tabela 1 - Subsistemas

Agrupamentos (SUB_SS)
SE
S
NE
N
S-SE
N-NE
SE-NE
SE-N
S-SE-NE
S-SE-N
SE-NE-N
SIN

47.1. O Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados em cada submercado "s" por período de comercialização "j", em R$/MWh, é expresso por:

$$VE_RO_SUBSIS_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in RO_SS} \left(ENC_REST_UNIT_{p,j} + ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} \right)}{\sum_{s \in SUB_SS} TRC_ESS_{a,s,j}} \right)$$

Onde:
$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados devido à parcela de usina "p", no submercado "s", por período de comercialização "j"
$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"
"RO_SS" é o conjunto de parcelas de usinas "p", sujeitas a uma restrição de operação do tipo multi-submercados cujo custo deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS" no período de comercialização "j"
"SUB_SS" é o conjunto submercados "s" compreendidos no agrupamento em que ocorreu a restrição de operação

Importante:

O conjunto "SUB_SS" considerado na expressão deverá ser o mesmo atribuído a parcela de usina "p" pelo ONS.

48. O Valor do Encargo de Compensação Síncrona relaciona a soma dos encargos de compensação síncrona apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_CS_{s,j} = \frac{\sum_{p \in s} ENC_CS_{p,j}}{\sum_{a \in s} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:
$VE_CS_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

49. O Valor do Encargo de Importação relaciona a soma dos encargos de importação apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_IMP_{s,j} = \frac{\sum_{p} \left(ENC_IMP_{p*,j} \right)}{\sum_{a} \sum_{s} \left(TRC_ESS_{a,s,j} \right)} \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:
$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", por período de comercialização "j"
$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

50. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares consolida o valor dos encargos de serviços ancilares apurados para a cobertura do custo de usinas que pestaram tais serviços, acrescido do valor dos encargos de serviços ancilares para cobertura do custo de distribuidoras e consumidores responsáveis pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção. O valor final é apurado de acordo com o submercado dos agentes que devem ser responsáveis pela cobertura desses custos, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago por esses agentes e expresso por:

$$VE_OSA_{s,j} = \boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} + \boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}}$$

Onde:
$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_OSA_DCON_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"

50.1. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas relaciona os encargos de serviços ancilares devido às usinas que prestaram os serviços, com o consumo dos agentes que são responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$VE_OSA_USI_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in PSA_SS} ENC_OSA_{p,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right) \quad \forall j \in m$$

Onde:
$VE_OSA_USI_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
"PSA_SS" é o conjunto de usinas "p" cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"
"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

50.2. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores relaciona os encargos de serviços ancilares referentes à implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção, com o consumo dos agentes responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$VE_OSA_DCON_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{a \in DCSA_SS} RSEP_D_{a,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right) \quad \forall j \in m$$

Onde:
$VE_OSA_DCON_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento ao Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de Apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"DCSA_SS" é o conjunto de agentes distribuidores ou consumidores cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"
"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

Importante:

Para cada usina ou agente que prestou serviços ancilares, o valor do conjunto "SUB_SS" considerado para determinar o rateio dos pagadores que devem cobrir o seu custo, é informado pela Aneel. Quando esse dado não for informado, será considerado o SIN como agrupamento de submercados.

51. O Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS relaciona o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SALDO_{s,j} = \frac{PAG_SALDO_ESS_m}{\sum_{s \in SIN} \sum_{j \in m} \sum_a TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$PAG_SALDO_ESS_m$ é o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

52. O Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico relaciona a soma dos encargos de deslocamento elétrico apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_DH_ELE_{s,j} = \frac{\sum_p (ENC_DH_ELE_{p,j})}{\sum_a \sum_s (TRC_ESS_{a,s,j})} \quad \forall j \in m$$

Onde:
$VE_DH_ELE_{s,j}$ é o Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico no submercado "s", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

53. O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados é um valor em R$/MWh, que consolida os valores apurados em apenas uma informação por submercado e período de comercialização, rateados conforme consumo de referência para fins de ESS, conforme expressão abaixo:

$$VE_ESS_{s,j} = VE_OSA_{s,j} + VE_CS_{s,j} + VE_RO_SUBSIS_{s,j} + VE_SALDO_{s,j} + VE_IMP_{s,j}$$

Onde:
$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_CS_{s,j}$ é o Preço do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Preço dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados, no submercado "s", por período de comercialização "j
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"$VE_DH_ELE_{s,j}$ é o Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico no submercado "s", no período de comercialização "j"

Importante:

O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados submercados (VE_ESS) não consta o encargo referente a reserva de potência operativa, visto o tratamento distinto para fins de rateio.

54. O Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa determina o valor a ser pago para cada MWh consumido pelo agente consumidor, considerando o rateio de todos os valores a serem recebidos pelas usinas que prestam tal serviço pelo consumo mensal líquido do SIN, entre todos os sbumercados:

$$VE_RESPOP_m = \frac{\sum_p \sum_{j \varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.6.2. Dados de Entrada da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

$ENC_CONST_ON_p$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina hidrelétrica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo por Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PAG_SALDO_ESS_{m}$	**Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS**	
	Descrição	Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Anexo II – Cálculo e Utilização do Saldo de Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do agente no respectivo ativo de geração.
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do representado no respectivo ativo de geração
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_{c,j}$	**Consumo Reconciliado da Carga**	
	Descrição	Consumo de energia ajustado de uma parcela de carga "c", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$	**Total de Consumo Cativo do Consumidor Livre**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo cativo atribuído ao consumidor livre, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6.3. Dados de Saída da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_m	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_IMP_{p,j}$	**Valor dos Encargos de Importações**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7. Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Objetivo:

Calcular o montante financeiro de recursos disponível para alívio de encargos de serviços do sistema.

Contexto:

Esta etapa consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema. Esses recursos são utilizados para ajuste dos valores dos encargos calculados na etapa anterior, reduzindo o montante de encargos a serem rateados pelos consumidores de energia do SIN. A Figura 17 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 17: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.7.1. Detalhamento do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

O processo de cálculo do total de recursos ajustados para alívio de encargos de serviços do sistema é composto pelos seguintes comandos e expressões:

55. Serão utilizados para o alívio dos Encargos de Serviços do Sistema os seguintes recursos:

- Penalidade de Medição;
- Multa por Falta de Combustível;
- Multa pelo não aporte de Garantias Financeiras;
- Multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo;
- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente; e
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico).

56. O Total de Penalidades para Abatimento dos ESS é composto pela soma dos montantes financeiros efetivamente pagos pelos agentes a título de (i) penalidades pela não geração de energia por falta de combustível, (ii) penalidades associadas à coleta de dados de medição, (iii) penalidades por inobservância do aporte de garantias financeiras, nos termos dos Procedimentos de Comercialização vigentes, e (iv) multa por inadimplência na liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. O Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS é expresso por:

$$TDP_ESS_{a,m} = \sum_{k \in AKP} \left(MFEP_PMED_{a,m,k} + MFEP_FC_{a,m,k} + MFEP_MGFIN_{a,m,k} + MFEP_INAD_{a,m,k} \right)$$

Onde:

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de De mais Penalidades para Abatimento dos ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$MFEP_PMED_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_FC_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à inobservância do aporte de garantias financeiras apurada no mês "k"

$MFEP_INAD_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", relativa à inadimplência no mês "k"

"AKP" é o conjunto de penalidades de cada perfil de agente "a", a serem aplicadas no mês de apuração "m", referentes às penalidades apuradas nos meses "k"

57. O Total das Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS consolida o Total de Penalidades para Abatimento dos ESS, por mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$TPAP_ESS_m = \sum_a \left(TDP_ESS_{a,m} \right)$$

Onde:

$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de Demais Penalidades para Abatimento do ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

58. O Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia corresponde à somatória dos valores referente aos custos por importação, e o excedente financeiro de importação, tais valores são revertidos em benefício da conta de Encargos de Serviços de Sistemas - ESS, expresso por:

$$REC_IMP_m = \sum_a \left(\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} + EXCD_FIN_IMP_M_{a,m} \right)$$

Onde:

REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

58.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelo agente no mês vigente em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p* \in a} \sum_{j \in m} \left(\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}} \right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

58.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação total, identifica os montantes totais financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j} = V_CUSTO_IMP_A_{p*,j} + V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}}$$

Onde:
$V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j
$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

58.1.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}} = \sum_{P \in PSUB} V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$$

Onde:
$V_CUSTO_IMP_A_{a,m}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", por período de comercialização "j"
$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação
"p*" é a parcela de usina para Importação

59. O Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS considera os recursos remanescentes oriundos do tratamento das exposições em função das eventuais diferenças de preços entre os submercados, os montantes residuais de meses anteriores, além das penalidades utilizadas para alívio de ESS. Esse montante mensal é utilizado para determinar o ajuste nos valores apurados na etapa anterior e é expresso por:

$$TRDA_ESS_m = TRU_ESS_m + TPAP_ESS_m + max(0; SF_MA_m - ADDC_SF_MA_m) + REC_IMP_m$$

Onde:
$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"
TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"
$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"
SF_MAm é a Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"
$ADDC_SF_MA_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas referente Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"
REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"
Representação Gráfica

Figura 18: Composição do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

2.7.2. Dados de Entrada do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$	**Excedente Financeiro de Importação de energia total**	
	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_FC_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por energia não gerada por falta de combustível apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_INAD_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por inobservância do aporte de garantias financeiras de acordo com o estabelecido em Procedimentos de Comercializado, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SF_MA_m	**Sobra Financeira do Mês Anterior**	
	Descrição	Montante financeiro referente à sobra do excedente financeiro apurado no mês anterior "m-1", sob gestão da CCEE em conta corrente específica, que retorna no mês de apuração "m" ao processo de contabilização, ajustado pelo resultado de aplicação além da própria movimentação financeira no período. Eventual saldo remanescente da CONER, findo os prazos dos CERs, será acrescido nesta conta corrente
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_PMED_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade associada ao processo de coleta de medição pela CCEE apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da usina de importação "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$	**Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética**	
	Descrição	Corresponde aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7.3. Dados de Saída do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

REC_IMP_m	**Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Corresponde ao total dos montantes recebíveis de encargos por razão de importação de energia apurados no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TDP_ESS_{a,m}$	**Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS**	
	Descrição	Corresponde à soma de valores pagos pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente às demais penalidades destinadas para abatimento de ESS. São incluídos nestas penalidades, os montantes pagos referentes às penalidades de medição, energia não gerada por falta de combustível, as penalidades pagas pelo não aporte das garantias financeiras calculadas e a multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8. Ajuste dos Encargos Apurados

Objetivo:

Ajustar os valores de encargos apurados em função dos recursos disponíveis para alívio.

Contexto:

O valor dos encargos ajustados corresponde ao valor em R$/MWh efetivamente aplicado à contabilização dos agentes para composição do pagamento de encargos associados às usinas afetadas por restrições de operação, despachadas por razão de segurança energética e/ou que prestam serviços ancilares ao sistema. A Figura 19 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 19: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.8.1. Detalhamento do Ajuste dos Encargos Apurados

O processo de cálculo do ajuste dos encargos apurados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

60. O Total de Encargos de Serviços do Sistema indica o valor em reais a ser pago aos geradores por ESS. O Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema (expresso em termos de energia) multiplicado pelo Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, expresso em R$/MWh, incluindo o encargo para atendimento da reserva de potência operativa,somado ao Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização e sobras financeiras para alívio despesas futuras para fins de recontabilização, fornece o Total de Encargos de Serviços do Sistema, conforme expressão abaixo:

$$T_ESS_m = \sum_s \sum_{j \in m} \left(\left(\sum_a TRC_ESS_{a,s,j} \right) * \right) + \sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_RESPOP_m + \sum_a \boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} + SFM_FUT_RECONT_m$$

Onde:

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", por período de comercialização "j"

VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m".

60.1. O alívio retroativo não é reprocessado em recontabilizações onde houve sobra futura, assim é necessário garantir que sejam mantidos os mesmos efeitos percebidos na contabilização do mês de apuração. O valor referente ao encargo de meses passados já aliviados na contabilização é incluído no total de encargos de serviços do sistema do mês recontabilizado, a fim de serem considerados nos montantes passíveis de alívio:

Se $SFM_FUT_RECONT_m > 0$*, então;*

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = TAR_ENC_{a,m,u-1}$$

Caso contrário:

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = 0$$

Onde:

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

61. O ajuste dos valores de encargos depende da relação entre o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS e o Total de Encargos Passíveis de Alívio:

61.1. Caso o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS seja suficiente para atender o Total de Encargos de Serviços do Sistema, então os Encargos de Serviços do Sistema são iguais à zero.
61.2. Os valores dos Encargos de Serviços do Sistema podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_ESS_{s,j} = VE_ESS_{s,j} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VE_ESS_{s,j}$ é o Preço dos Demais Encargos de Serviços do Sistema, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"
62. O valor do Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema

$$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} = TAR_ENC_RECONT_{a,m} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"
63. O valor da Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema

$$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} = \left(SFM_FUT_RECONT_m * \frac{\sum_s \sum_{j \in m}(TRC_ESS_{a,s,j})}{\sum_a \sum_s \sum_{j \in m}(TRC_ESS_{a,s,j})}\right) * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"
"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"
"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"
63.1. Os valores dos Encargos de Reserva de Potência Operativa podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_RESPOP_m = VE_RESPOP_m * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
63.2. $F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m". O Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema considera Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS em relação ao Total de Encargos de Serviços do Sistema por meio da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m} = max\left(0; \frac{T_ESS_m - TRDA_ESS_m}{T_ESS_m}\right)$$

Onde:
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"
T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

2.8.2. Dados de Entrada do Ajuste dos Encargos Apurados

SFF_FUT_RECONTm	**Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAR_ENC_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_m	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8.3. Dados de Saída do Ajuste dos Encargos Apurados

T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_m	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9. Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Totalizar os encargos por segurança energética e definir a forma de rateio desses encargos.

Contexto:

O total de encargos por segurança energética é constituído pela soma dos encargos pagos às usinas despachadas por segurança energética e pelos encargos devidos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do despacho fora da ordem de mérito e de importação sem garantia física associada. Esse encargo é assumido pelos agentes de consumo a partir dos critérios estabelecidos nesta etapa das regras de comercialização. A Figura 20 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 20: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.9.1. Totalização dos Encargos por Segurança Energética

O processo de totalização dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

64. O Total de Encargos por Razão de Segurança Energética indica o valor em reais a ser pago pelos agentes de consumo aos agentes proprietários de usinas termelétricas que geraram por razões de segurança energética e também o valor a ser pago aos agentes proprietários de usinas hidrelétricas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função da geração efetuada fora da ordem de mérito e por importação de energia sem lastro associado. Este valor é obtido pela seguinte expressão:

$$T_SEG_ENER_m = \sum_{j \in m} \sum_{p} \left(ENC_SEG_ENER_{p,j} + ENC_DH_ENER_{p,j} \right) - \sum_{a} \boldsymbol{DIF_ENC_SUB_{a,m}}$$

Onde:
$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DIF_ENC_SUB_{a,m}$ é o Total de Ajuste da Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.9.2. Detalhamento do Consumo de Referência para o Rateio de Encargos de Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva

65. Os Encargos por Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva devem ser rateados pelo consumo líquido dos agentes:

$$TRC_SEG_ENER_{a,m} = max\left(0; \sum_{s}\sum_{j\in m} TRC_{a,s,j} - \sum_{p}\left(\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}}\right)\right)$$

Onde:
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

65.1. A Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pela soma de toda geração utilizada para o abatimento das cargas, modeladas sobre o respectivo perfil de agente, conforme expressão:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} = \sum_{c\in a} \boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}}$$

Onde:
$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

65.1.1. A Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pelo menor valor entre (I) a geração total da usina multiplicada pelo Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga e (ii) Consumo no Ambiente Livre da respectiva carga:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = min\left(\left(\sum_{j\in m}\left(G_{p,j} + GFT_{p,j}\right) + \sum_{j\in m} FLUXO_MRE_{p,j}\right) * \boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}}\,; \sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}\right)$$

Onde:
$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$FLUXO_MRE_{p,j}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"
$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

65.1.1.1. O Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética estabelece a proporção mensal de alocação de geração que cada parcela de carga possui, em relação ao percentual de direto de alocação do agente. No caso do agente Varejista, tal percentual deve se limitar aos agentes representados que possuam participação no respectivo empreendimento de geração, garantindo que os demais representados não usufruam indevidamente de uma energia que não possuam direito, conforme a expressão:

*(I)No caso de agente **Varejista**:*

$$\boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = PGDA_V_{\alpha,rp,p} * \frac{\sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}}{\sum_{c\in CP_ALFA_RP}\sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c" \in "rp", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ Varejista\ "\alpha"$$

(II)Para os demais agentes:

$$\boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{\sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}}{\sum_{c\in CP_ALFA_AGP}\sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ "\alpha"$$

Onde:
$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"
$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", vinculado ao representado "rp", que possui propriedade da parcela de usina "p"
$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p"
"CP_ALFA_RP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente Varejista "alfa", vinculadas ao representado "rp", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"
"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

2.9.3. Detalhamento do Valor dos Encargos por Segurança Energética

66. O Valor dos Encargos de Segurança Energética relaciona a soma dos encargos de segurança energética devidos às usinas, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética de todos os agentes no mês, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SEG_ENER_m = \frac{T_SEG_ENER_m}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:
$VE_SEG_ENER_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.9.4. Dados de entrada da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$ENC_DH_ENER_{,p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{,p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{,p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{,p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{,p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do agente no respectivo ativo de geração
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do representado no respectivo ativo de geração
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada agente "a", por submercado "s" e período de comercialização
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9.5. Dados de saída da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$T_SEG_ENER_m$	**Total de Encargos pelo Despacho por Segurança Energética**	
	Descrição	Total de pagamentos devidos às parcelas de usinas em função da produção de energia elétrica associada ao despacho por Segurança Energética, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_m$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_SEG_ENER$_m$	**Valor dos Encargos de Segurança Energética**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

Objetivo:

Apurar os valores de encargos em função do deslocamento hidráulico por inflexibilidade.

Contexto:

Valor de encargos por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade termoelétrica é apurado com base no total de encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade pelo total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade gerador de ESS. Esse encargo é assumido pelos agentes geradores que originaram o deslocamento. A Figura 21 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 21: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.10.1. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

O processo de cálculo do encargo por deslocamento hidráulico por inflexibilidade é composto pelos seguintes comandos e expressões:

67. O Total de Encargos de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade em um período comercialização é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_ENC_DH_INFLEX_j = \sum_{p \in PMRE} \left(ENC_DH_INFLEX_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} \right)$$

Onde:

TOT_ENC_DH_INFLEX$_j$ é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

ENC_DH_INFLEX$_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

ENC_DH_INFLEX_REPASSE$_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

68. O montante total de energia que deu origem ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_ESS_j = \sum_{p \in PMRE} DH_INFLEX_UH_{p,j}$$

Onde:

TOT_DH_INFLEX_ESS$_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

DH_INFLEX_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE_DH" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

69. O Valor Ajustado do Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$VA_DH_INFLEX_j = \frac{TOT_ENC_DH_INFLEX_j}{TOT_DH_INFLEX_ESS_j}$$

Onde:

VA_DH_INFLEX$_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

TOT_ENC_DH_INFLEXj é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

TOT_DH_INFLEX_ESS$_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

2.10.2. Dados de Entrada da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

DH_INFLEX_UH$_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica**	
	Descrição	Deslocamento hidráulico de inflexibilidade de uma usina hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repactuação do Risco Hidrológico (Determinação do Montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidráulica)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

ENC_DH_INFLEX$_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse	
ENC_DH_INFLEX_REPASSE $_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10.3. Dados de Saída da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,	
VA_DH_INFLEX$_j$	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11. Consolidação dos Encargos

Objetivo:

Consolidar os valores a pagar e a receber de agente em função dos encargos apurados no mês.

Contexto:

O valor ajustado dos encargos multiplicado pela energia passível de pagamentos de encargos deve ser consolidado, por agente, de modo a compor o resultado da contabilização de cada agente, no mês de apuração. A Figura 21 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 22 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.11.1. Detalhamento da Consolidação dos Encargos

70. O processo de consolidação dos encargos é composto pelos seguintes comandos e expressões:O Total de Recebimento por Encargos identifica todos os montantes financeiros de encargos apurados para as usinas do agente, no mês de apuração. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Recebimento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$\boldsymbol{RECEBIMENTO_ENC_{a,m} = R_ENC_RO_{a,m} + R_ENC_SE_{a,m} + R_ENC_CS_{a,m} + R_ENC_OSA_{a,m} + R_ENC_DH_{a,m} + R_ENC_RESPOP_{a,m} + R_ENC_IMP_{a,m} - DIF_ENC_SUB_{a,m}}$$

Onde:

RECEBIMENTO_ENC$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_RO$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_SE$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_CS$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_OSA$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_DH$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_RESPOP$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_IMP$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

DIF_ENC_SUB$_{a,m}$ é o Total de Ajuste da Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

70.1. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Restrição de Operação identifica os montantes financeiros a serem recebidos, por restrição de operação (*constrained-on* e *off, e unit commitment*), pelas usinas do agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} \left(ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} + ENC_REST_UNIT_{p,j} \right)$$

Onde:

R_ENC_RO$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

ENC_CONST_ON$_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

ENC_CONST_OFF$_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

ENC_REST_UNIT$_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

70.2. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Razão de Segurança Energética identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função da geração verificada a título de segurança energética no mês de apuração, dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} ENC_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:

R_ENC_SE$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

ENC_SEG_ENER$_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

70.3. O Total de Recebimento do Agente por Encargo de Compensação Síncrona identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função do fornecimento ou absorção de energia reativa, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} ENC_CS_{p,j}$$

Onde:

R_ENC_CS$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

ENC_CS$_{p,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

70.4. O Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente pela prestação de serviços ancilares de suas usinas, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_OSA_{a,m}} = \left(\sum_{p\in a} ENC_OSA_{p,m}\right) + RSEP_D_{a,m}$$

Onde:
$R_ENC_OSA_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

70.5. O Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas hidrelétricas do MRE em função dos deslocamentos hidráulicos de origem energética elétrica e/ou de inflexibilidade:

$$\boldsymbol{R_ENC_DH_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon a}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_ENER_{p,j} + ENC_DH_ELE_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_{p,j}\right) + \boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}}$$

Onde:
$R_ENC_DH_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

70.5.1. O Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor identifica o montante financeiro de deslocamemento hidráulico destinado a um distribuidor em virtude do proprietário da usina hidrelétrica ter aderido à Repactuação do Risco Hidrológico do ACR, sendo determinado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon MRE}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}\right) * F_RVRRH_{a,m}$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_RVRRH_{a,m}$ é a o Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"

70.6. O Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas que atendam ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa no mês:

$$\boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_RESPOP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

70.7. O Total de Recebimento por Encargos de Importação, identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo perfil de agente função da importação de energia:

$$\boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}} = \sum_{j\in m}\sum_{p*\in a} ENC_IMP_{p*,j}$$

Onde:
$R_ENC_IMP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação do intercâmbio de energia da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina de energia proveniente de Importação

70.8. O Total de Ajuste do Agente em função da Substituição de Geração identifica os montantes financeiros relativos à diferença do Custo Declarado associado à produção de energia das usinas substitutas e as que foram substituídas no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{DIF_ENC_SUB_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{p*}\sum_{j\in m} DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j}$$

Onde:
$DIF_ENC_SUB_{a,m}$ é o Total de Ajuste da Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$DIF_ENC_SUB_H_{p,p*,j}$ é a Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"

71. O Total de Pagamento do Agente por Encargos no mês de apuração identifica todos os montantes financeiros de encargos a serem pagos pelo agente. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Pagamento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$PAGAMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} + \boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} + V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$$

Onde:
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

71.1. O Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema identifica o montante financeiro a ser pago, por ESS, pelo agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} = \sum_{s}\sum_{j\in m}\left(TRC_ESS_{a,s,j} * VA_ESS_{s,j}\right) + \boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} + TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} + SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} + TRC_SEG_ENER_{a,m} * VA_RESPOP_m$$

Onde:
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

71.1.1. O Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade é determinado para cada perfil de agente, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m}\left(DH_INFLEX_UTE_{p,j} * VA_DH_INFLEX_j\right)$$

Onde:
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

71.1.2. O Pagamento dos Encargos por Razão de Segurança Energética será rateado proporcionalmente pelo consumo considerando eventual geração de propriedade da carga, calculado conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} = TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_SEG_ENER_m$$

Onde:
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$VE_SEG_ENER_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

71.2. A soma do Excedente financeiro total referente ao valor verificado dos custos por razão de importação, identifica o excedente financeiros a ser pagos pelo agente no mês vigente, expresso por:

$$\boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p*\in a}\sum_{j\in m}\left(EXCD_FIN_IMP_{p*,j}\right)$$

Onde:
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

72. O Total de Encargos Consolidado identifica o valor a ser pago (**negativo**) ou recebido (**positivo**) a ser agregado ao resultado final da contabilização do agente no mês de apuração a título de Encargos, expresso por:

$$ENCARGOS_{a,m} = RECEBIMENTO_ENC_{a,m} - PAGAMENTO_ENC_{a,m}$$

Onde:
$ENCARGOS_{a,m}$ é o Total de Encargos Consolidado, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.11.2. Dados de Entrada da Consolidação dos Encargos

$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EC_CAR_{a,m}$	**Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EC_CAR_TOT_m$	**Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina hidrelétrica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_RVRRH_{a,m}$	**Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR**	
	Descrição	Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
	Unidade	n.a
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DIF_ENC_SUB_H_{p,p^*,j}$	**Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração**	
	Descrição	Diferença no Encargo devido a Substituição de Geração da parcela de usina não hidráulica "p", parcela de usina substituída "p*, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j", baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Fornecedor	Encargos (Consolidacao das Informacoes Ajustadas de Consumo e Geracao)
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor ajustado a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s" para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_DH_INFLEX_j$	**Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,**	
	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_m	**Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11.3. Dados de Saída da Consolidação dos Encargos

$ENCARGOS_{a,m}$	**Total de Encargos Consolidado**	
	Descrição	Informação líquida de todos os montantes a serem pagos ou recebidos em função dos encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Pagamentos por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem pagos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente, "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_CAR_{a,m}$	**Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética rateada proporcionalmente pela energia comercializada**	
	Descrição	Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela rateada proporcionalmente pela energia comercializada, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_ESS_{a,m}$	**Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada dos encargos de serviços do sistema apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem recebidos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$R_ENC_CS_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona**	
	Descrição	Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona do perfil de agente "a", no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3. Anexos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 – Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

3.1. Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

Objetivo:

Calcular os recursos residuais utilizados no alívio retroativo e ainda sua eventual utilização em futuros ciclos contábeis.

Contexto:

Os recursos financeiros residuais após o alívio dos encargos de serviços do sistema são utilizados para abatimento de exposições e encargos não aliviados nos doze últimos ciclos contábeis. Após esse alívio retroativo, um eventual saldo residual é armazenado para utilização no próximo ciclo contábil. A Figura 23 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 23: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

3.1.1. Detalhamento da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

73. O processo de cálculo da determinação dos recursos utilizados para alívio retroativo é composto pelos seguintes comandos e expressões:

73.1. O Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior corresponde ao montante residual entre o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS oriundo do tratamento das exposições em função da diferença de preços entre os submercados e o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração, utilizado para alívio retroativo das doze últimas contabilizações. Em caso de Recontabilização, este acrônimo não é reapurado, assumindo o mesmo valor obtido na contabilização do mês, expresso por:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$RD_AR12_m = RD_AR12_{m,u-1}$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$RD_AR12_m = max(0; TRU_ESS_m - T_ESS_m)$$

Onde:

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior, no mês de apuração "m"

TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

73.2. A Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS corresponde à sobra residual de recursos disponível para alívio de ESS descontada ainda a parcela utilizada para alívio das doze últimas contabilizações, este último somente nos processamentos de contabilização, utilizada no próximo ciclo contábil e dada pela expressão:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$SF_ESS_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m)$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$SF_ESS_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m - RD_AR12_m)$$

Onde:

$SF_ESS_FUT_m$ é a Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS no mês de apuração "m"

$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês, no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

73.3. O Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo refere-se ao total de pagamentos referentes aos encargos de serviços do sistema. Desta forma, a expressão que determina o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo por agente no mês de apuração é dada por:

$$TP_ENC_AR_{a,m} = P_ENC_ESS_{a,m}$$

Onde:

$TP_ENC_AR_{a,m}$ é o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

Importante:

Os perfis de agente das classes de Importação e Exportação para os meses em que for observado exportação de energia elétrica em caráter interruptível não farão jus ao alivio retroativo do total de seus encargos passíveis de alivio, ou seja, o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo ($TP_ENC_AR_{a,m}$) para os referidos meses serão iguais a zero.

3.1.2. Dados de Entrada da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$SFM_FUT_RECONT_m$	**Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.1.3. Dados de Saída da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

RD_AR12_m	**Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" destinado ao alívio retroativo das exposições financeiras do 12º mês anterior
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$SF_ESS_FUT_m$	**Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" para eventual alívio de despesa futuras com ESS
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$TP_ENC_AR_{a,m}$	**Total de Pagamentos de Encargos Passível de Alívio Retroativo**	
	Descrição	Montante de encargos apurados passível de alívio retroativo, composto pelos encargos de serviços do sistema e os encargos por razão de segurança energética, por agente perfil de agente "a", calculados no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

9 – Encargos 2022.7

1. Introdução

Os custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema para atendimento da demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), e que não estão incluídos no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) estabelecido ex-ante pela CCEE para cada semana e patamar de carga, são denominados de Encargos. Esse módulo determina o valor desses encargos e estabelece o critério de rateio destes montantes por todos os agentes de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Os encargos apurados mensalmente pela CCEE consistem basicamente em valores subdivididos em três categorias principais, dentro dos Encargos de Serviço de Sistema (ESS), de acordo com as formas de rateio e alívio desses montantes determinadas pelo poder concedente.

Os Encargos de Segurança Energética são gerados devido ao despacho extraordinário de recursos energéticos adicionais por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, com o objetivo de garantir o suprimento energético.

Os demais Encargos de Serviços de Sistema são rateados pelos agentes de consumo e possuem direito a alívio retroativo.

Por simplicidade de notação, quando houver a citação neste módulo dos "Encargos de Serviços do Sistema (ESS)", o termo será referido aos Encargos de Serviços do Sistema, exceto Encargos por Segurança Energética.

Figura 1: Relação do módulo 9 – Encargos com os demais módulos das Regras de Comercialização

Em linhas gerais, as informações de medição provenientes do módulo de regras "Medição Contábil", a garantia física ajustada no centro de gravidade do sistema, considerando sazonalização flat, proveniente do módulo "Repactuação do Risco Hidrológico do ACR", além de informações da ANEEL e do Operador Nacional do Sistema (ONS) são utilizadas para a formação dos encargos a serem pagos aos agentes geradores com usinas passíveis de recebimento desses montantes. As demais informações advindas dos módulos de "Penalidades", e "Tratamento das Exposições" são utilizadas para alívio e rateio dos encargos apurados neste caderno de regras

1.1. Conceitos Básicos

1.1.1. O Esquema Geral

O módulo "9 – Encargos", esquematizado na Figura 2, é composto por uma sequência de etapas de cálculo com o objetivo de apurar os montantes de encargos e o rateio desses valores entre os agentes da CCEE, além de determinar os recursos disponíveis para o alívio retroativo das exposições financeiras e dos encargos de serviços de sistema:

Figura 2: Esquema Geral do Módulo de Regras: "9 – Encargos"

São apresentadas a seguir as descrições das etapas do processo que serão detalhadas neste documento:

Encargos por Restrição de Operação

Calcula o montante de encargos por restrição de operação, das usinas não hidráulicas, pela diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE. Além disso, a geração referente às restrições de operação das usinas, cadastradas no modelo de otimização da programação diária, também são classificadas com restrição. Esse encargo é resultante de três situações possíveis:

- **Constrained-On:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios positivos da ordem de mérito);
- **Constrained-Off:** usina termelétrica que tem sua geração reduzida em relação à ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios negativos da ordem de mérito)
- **Unit Commitment:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender as restrições técnicas de operação dos critérios de tomada e descida de carga, e tempo mínimo de acionamento.

Encargos de Serviços Ancilares

Determina os custos incorridos na prestação de serviços ancilares pelos agentes tais como compensação síncrona, ressarcimento de custos de operação e manutenção de equipamentos especiais de supervisão, controle e comunicação autorizados pelo poder concedente, e atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa.

Encargos de Segurança Energética

Determina os encargos oriundos das usinas despachadas por decisão do CMSE com o objetivo de garantir o suprimento energético e dos encargos oriundos do deslocamento hidráulico proporcionado pela geração por segurança energética e por importação de energia sem garantia física associada.

Encargos por Importação
Determina os encargos oriundos das usinas de importação de energia entre o Brasil e países vizinhos despachadas por decisão da ONS, com o objetivo de garantir a redução do custo imediato de operação do SIN.
Encargos de Deslocamento Hidráulico
Determina os custos incorridos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do deslocamento da geração dessas usinas pela ocorrência de geração fora da ordem de mérito do custo e de importação de energia elétrica sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016, sendo que essas usinas hidrelétricas têm direito a ressarcimento através de três tipos de encargos:
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Energético:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração por segurança energética e da importação de energia sem lastro associado.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Elétrico:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração termelétrica por restrição elétrica, elegível, por critérios estabelecidos pelo ONS, como fonte da redução da geração das usinas hidrelétricas do MRE.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade**: ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas, derivada de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível.

Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados
Determina os valores preliminares, em R$/MWh, dos encargos de serviços do sistema, formados pelas restrições de operação, prestação de serviços ancilares e deslocamento hidráulico oriundo de restrições elétricas que são passíveis de alívio.
Apuração do Valor de Encargos de Segurança Energética
Determina o total dos custos oriundos da segurança energética, que contempla o ressarcimento dos custos das usinas despachadas por segurança energética e o custo do deslocamento hidráulico provocado por essa geração. A partir desse valor, determina-se o montante, em R$/MWh, do encargo por segurança energética.
Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS
Consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema.
Ajuste dos Encargos Apurados de Restrição de Operação e Serviços Ancilares
Estabelece os valores finais, em R$/MWh, a serem aplicados a cada MWh consumido no SIN, de modo a compor o montante a ser transferido às usinas recebedoras de encargos via contabilização CCEE.
Consolidação dos Encargos
Estabelece os valores, por agente e mês de apuração, dos montantes a serem pagos e recebidos no âmbito da contabilização da CCEE a título de encargos de serviços do sistema (ESS).
Anexo
- **Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo:** consolida os recursos financeiros residuais a serem utilizados para alívio retroativo de encargos e exposições financeiras negativas (decorrentes do tratamento das exposições em função da eventual diferença de preços entre os submercados), bem como os recursos destinados a alívio futuro de encargos.

1.1.2. Restrições de Operação
O Brasil, em função da predominância hidráulica do parque gerador, decidiu adotar o modelo de despacho centralizado (*tight pool*), em que o ONS decide a quantidade de energia a ser despachada por usina integrante do sistema interligado, com base em cadeia de modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios.
Essa cadeia de modelos de otimização é a mesma utilizada pela CCEE na determinação do PLD. Na determinação do CMO, o ONS considera as restrições de transmissão internas a cada submercado para que o despacho atenda a demanda do mercado e assegure a estabilidade do sistema. Já a CCEE calcula um PLD único para todo o submercado, ou seja, para efeito do cálculo do preço, a CCEE trabalha como se a energia estivesse igualmente disponível em todos os pontos de consumo desse mesmo submercado. Dessa forma, as restrições internas aos submercados não são consideradas. Há, portanto, uma diferença importante entre o despacho econômico calculado pela CCEE e o despacho elétrico operacionalizado pelo ONS. Dessa forma, é possível que as usinas venham a ser despachadas em níveis diferentes dos previstos na CCEE. Essas diferenças são ressarcidas a essas usinas pelos Encargos de Serviços do Sistema.
Os custos associados às restrições de operação correspondem ao ressarcimento para as usinas cuja produção elétrica tenha sido afetada por restrições de operação dentro de um submercado. Têm direito ao recebimento de encargos por restrições de operação apenas as usinas termelétricas com CVU não nulo.
O cálculo dos encargos relativos ao custo de restrição de operação incorpora também as diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *ex-ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado, realizado pelo ONS, como: alterações na configuração do sistema decorrentes da queda de uma linha de transmissão, uma grande chuva que venha a ocorrer após o cálculo do modelo de otimização da programação e que pode alterar substancialmente o planejamento da operação de curto prazo do ONS, dentre outras possibilidades.
A diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE pode resultar em duas situações possíveis, conforme mencionado anteriormente, quais sejam: (i) *constrained-off* e (ii) *constrained-on*.
A Figura 3 ilustra as ambas as condições de restrição operacional:

Figura 3: Tipos de Restrição de Operação: *Constrained-Off* e *Constrained-On*

Devido às restrições técnicas das usinas térmicas, podem ser programados despachos além da ordem de mérito, com o objetivo final de atender uma solicitação de despacho na ordem de mérito do ONS. Tais restrições, denominadas de unit commitment, passam a ser modeladas no DESSEM.
A primeira restrição que deve ser observada é o tempo mínimo de acionamento da usina, ou seja, uma vez acionada, a usina necessita tecnicamente de determinada quantidade de horas ligadas até finalizar o desligamento. Além disso, existem as restrições de tomada e descida de carga (rampa de subida e descida, respectivamente).
Para atender a solicitação de despacho da ordem de mérito é necessário que a usina termelétrica inicie o processo de acionamento das unidades geradoras, em momento anterior para atendimento da potência da usina, ou ainda no nível de despacho programado (respeitado a geração mínima e geração máxima).
Por fim, também é necessário respeitar as restrições de descida de carga da usina para retornar à condição de desligamento total. Destaca-se também a restrição de tempo mínimo de desligamento até um novo acionamento, também cadastrada como parâmetro técnico no DESSEM, porém sem direito a recebimento de encargo.

Figura 4 – Representação das Restrições Operativas por Unit Commitment

1.1.3. Serviços Ancilares
Os serviços ancilares, conforme regulamentação específica, são destinados a garantir a qualidade e a segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN.
Os serviços ancilares informados pela ANEEL e remunerados por meio dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) são compostos por:
a) Compensação Síncrona: O agente de geração recebe o equivalente à energia reativa gerada ou consumida valorada à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), que é revista pela ANEEL anualmente.
b) Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa: As usinas termelétricas que forem acionadas para atenderem ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa recebem essa energia valorada ao preço da oferta realizada, quando o atendimento ao despacho é considerado satisfatório, ou ao seu CVU para despacho na ordem de mérito, quando insatisfatório. A energia gerada é liquidada a PLD a crédito do gerador e o montante financeiro adicional necessário para completar a valoração dessa energia é pago ao gerador por meio de encargos.
c) Os empreendimentos de geração atualmente em operação que venham a ter o provimento de serviços ancilares determinado pela ANEEL, ou que tiveram autorização para reposição dos equipamentos e peças destinadas à prestação de serviços ancilares, terão o custo de implantação ou reposição auditado e aprovado por tal agência e ressarcido via ESS.

1.1.4. Encargos por Importação
Em 15 de agosto de 2018 foi publicada a Portaria nº 339 do Ministério de Minas e Energia (MME), a qual estabelece que, o Operador Nacional do Sistema (ONS) poderá utilizar integralmente ou parcialmente a energia de importação proveniente da República Argentina e do Uruguai, observando as quantidades e as condições passíveis de substituição termelétrica, garantindo a redução do custo imediato de operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Poderão ser autorizados um ou mais Agentes Comercializadores como responsáveis pela importação de energia elétrica perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, desde que adimplentes e autorizados nos termos da Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011.

A declaração dos montantes e dos preços da energia para importação será realizada por meio de ofertas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega da energia no centro de gravidade do SIN e tendo como destino o Mercado de Curto Prazo (MCP). Os montantes e preços da energia ofertados para importação não serão considerados nos processos de planejamento e programação da operação associados ao Programa Mensal da Operação (PMO) e de formação do PLD.

1.1.5. Encargos de Segurança Energética

A Lei nº 10.848, de 2004, estabelece que, com vistas à garantia do suprimento energético, o ONS poderá despachar recursos energéticos fora da ordem de mérito econômico (em ordem crescente em relação aos custos declarados de geração).

Como o despacho fora da ordem de mérito, para a garantia de suprimento energético, não leva em consideração o custo de operação declarado dessas usinas para a formação do PLD, a Lei 13.360/2016, estabeleceu que o montante financeiro a ser pago para as usinas despachadas adicionalmente para a garantia de suprimento energético será rateado pelos consumidores.

1.1.6. Encargos de Deslocamento Hidráulico

O Artigo 2º da Lei n º 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabelece que a ANEEL deverá estabelecer para aplicação a partir de 2017, a valoração, o montante elegível e as condições de pagamento para os participantes do MRE do custo do deslocamento da geração hidrelétrica.

Dessa forma, a ANEEL publicou regulamentação específica que estabelece as regras para se determinar o montante de energia que deve ser considerado como deslocamento hidráulico, a forma de apuração do custo desse deslocamento e a forma de ressarcimento aos geradores participantes do MRE.

Assim, definiu-se que o deslocamento hidráulico é composto por duas parcelas:

1. O deslocamento hidráulico energético, constituído pela geração por segurança energética mais a importação de energia sem garantia física associada
2. O deslocamento hidráulico elétrico, constituído pela geração originada por restrições elétricas identificada pelo ONS como indutora de redução de geração das usinas participantes do MRE

Desses dois montantes incialmente apurados deve-se abater a indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. Posteriormente, foi publicado pela Aneel ato normativo que estabeleceu que também devem ser apurados montantes de deslocamento hidráulico provenientes de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo que estes montantes de deslocamento não devem sofrer abatimento da indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. A Figura 5 ilustra a apuração dos montantes de deslocamento hidráulico.

Figura 5: Apuração dos montantes de deslocamento hidráulico

Os montantes de deslocamento hidráulico apurados, inclusive os oriundos de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, são rateados entre todas as usinas participantes do MRE na proporção da garantia física modulada e ajustada, considerando 3azonalização flat.

Os montantes de deslocamento hidráulico destinados às usinas do MRE que optaram pela repactuação do risco hidrológico precisam ser ajustados em função do produto escolhido no processo de repactuação e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

A Figura 6 ilustra os pontos anteriores.

Figura 6: Determinação do Deslocamento Hidráulico para usinas que repactuaram

Tendo se determinado os montantes de deslocamento hidráulico que cada usina hidrelétrica participante do MRE têm direito, apura-se o custo desse deslocamento a partir do produto entre o montante de deslocamento e a diferença entre o valor do PLD da hora e do submercado em que houve deslocamento e o chamado PLD_X, valor associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica.

Os custos apurados dos deslocamentos hidráulicos são assumidos por:

- Todos os consumidores do SIN;
- Pelo gerador termelétrico, no caso de de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo assumido pelo agente proprietário da usina termelétrica que deu origem ao deslocamento.

1.1.7. Forma de rateio dos encargos

Os encargos mencionados anteriormente são rateados entre os agentes de formas distintas, conforme apresentado a seguir:

	Forma de Rateio
Restrição de Operação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado.
Compensação Síncrona	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN de todos os agentes localizados no seu submercado.
Serviços Ancilares	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Importação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Segurança Energética	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização), considerando eventual geração de propriedade da carga, provenientes de usinas localizadas no mesmo ou em outro sítio.*
Deslocamento Hidráulico	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado. Referente ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade, seu custo será pago pela usina que deu origem.

Figura 7: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

1.1.8. Consolidação dos Encargos

A consolidação dos encargos consiste em determinar o total de encargos a serem pagos aos agentes com usinas recebedoras de encargos no mês de apuração.

Os encargos de serviços do sistema são compostos por encargos de serviços ancilares, encargos por restrição de operação, encargos por Segurança Energética, encargos por Importação e encargos por Deslocamento Hidráulico, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

Os seguintes recursos podem ser utilizados para abatimento ou alívio do total de encargos de serviços do sistema a ser pago pelos agentes proprietários de pontos de medição de consumo registrados na CCEE:

- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente;
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico); e
- Recursos advindos da aplicação de penalidades anteriores a novembro de 2005 por insuficiência de lastro de comercialização de energia, acrescido do pagamento de penalidades por falta de combustível, associada aos processos de coleta de dados de medição pela CCEE, multas atribuídas ao não aporte das garantias financeiras e multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.

A Figura 9 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 9: Total de Encargos superior a Reserva para Alívio de ESS

Se o recurso para alívio de ESS for maior que o total de encargos de serviços do sistema, os agentes proprietários de pontos de medição de consumo não pagam ESS e o valor remanescente é alocado da seguinte forma:

- O saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente, caso haja, será utilizado para processar o alívio retroativo de exposições residuais dos geradores em função do tratamento das exposições e os encargos de serviços do sistema de meses anteriores (Vide módulo "Consolidação de Resultados"); e
- Caso haja recursos advindos da aplicação de penalidades e a sobra de receita do mês anterior, seus saldos remanescentes, após o alívio dos ESS do mês de apuração, serão utilizados para alívio de ESS de meses futuros.

A Figura 10 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 10: Total de Encargos inferior a Reserva para Alívio de ESS no mês

Por sua vez, o encargo de segurança energética é constituído pelo custo da geração de segurança energética e pelo deslocamento hidráulico de origem energética. Destaca-se que essa modalidade de encargo não tem direito a alívio como ocorre com os encargos de serviços do sistema.

2. Detalhamento das Etapas de Encargos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 – Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

2.1. Encargos por Restrição de Operação

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas a título de encargos por restrição operacional.

Contexto:

Os Encargos por Restrição de Operação compõem um dos tipos de Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A Figura 11 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 11: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.1.1. Detalhamento dos Encargos por Restrição de Operação

O processo de cálculo relativo aos encargos por restrição de operação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

1. O cálculo dos encargos por restrição de operação incorpora eventuais diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *Ex-Ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado.

2. Os Encargos por Restrição de Operação são calculados para as usinas não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA (não emergenciais) e os interconectores internacionais que atendem restrições operativas do SIN, conforme informado pelo ONS, e são subdivididos em dois tipos *Constrained-On* e *Constrained-Off*.

2.1. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On* são pagos às usinas que não foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, por sua geração ser mais cara, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem acima do que havia sido despachado; e

2.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off* são pagos às usinas que foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem menos do que o despachado.

2.3. Encargos por Restição de Operação por Unit Commitment são pagos às usinas que foram despachadas para atender restrições físicas das usinas para a geração da ordem do mérito.

2.1.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On*

3. As usinas, enquadradas na Linha de Comando 2, acionadas por restrição de operação pelo ONS, em condição *CONSTRAINED-ON*, têm seu Encargo por Restrição de Operação calculado a partir da geração de energia verificada acima da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção da energia e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-On é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_ON_{p,j} = \left(\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}}\right) * max\ \left(0; \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

3.1. O Fator do Encargo por Restrição de Operação estabelece o percentual da produção de energia elétrica, de uma usina acionada por razão de restrição operativa efetivamente realizada, acima da instrução de despacho para o período considerado. Esse fator é expresso por:

$$\boldsymbol{F_REST_OP_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_CONST_ON_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

3.2. A Geração Realizada para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On é determinada pela geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Restrição de Operação, expresso por:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}} = G_{p,j} * F_REST_OP_{p,j}$$

Onde:

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.3. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off*

4. O ajuste da Quantidade de Energia Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é realizado de modo a referenciar essa informação à Rede Básica nos moldes do tratamento dado no caderno de Medição Contábil por meio da aplicação do Fator de Rateio de Perdas da Geração associado à usina além do respectivo Fator de Abatimento das Perdas Internas, sendo assim a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é expressa por:

$$QEA_REST_OP_{p,j} = max\left(0; \left(M_CONST_OFF_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$M_CONST_OFF_{p,j}$ é o Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pelo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p" por período de comercialização "j"

5. Para as usinas passíveis de recebimento de encargos por restrição elétrica devido a situação de Constrained-off, para cada período de comercialização, seu Encargo por Restrição de Operação será calculado a partir da geração de energia verificada abaixo da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_OFF_{p,j} = QEA_REST_OP_{p,j} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

2.1.4. Encargos por Restrição de Operação por *Unit Commitment*

6. O Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment será calculado a partir da geração de energia classificada por esse fim, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia, conforme a seguinte expressão:

$$Se\ INC_{p,j} > PLD_{s,j}\ então:$$

$$ENC_REST_UNIT_{p,j} = \boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} * \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)$$

Onde:

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p

6.1. A Geração por Unit Commitment da usina é definida a partir do Fator de energia gerada por Unit Commitment da usina aplicado na Geração da Final da mesma, de acordo com a expressão a seguir:

$$\boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}}$$

Onde:

$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de Usina "p", no período de comercialização "j"

$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

6.1.1. O cálculo do Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment representa a relação entre a Geração por Unit Commitment, definida pelo ONS, e a geração apurada por este:

$$\boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}} = min\left(1; \frac{UNIT_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$UNIT_{p,j}$ é o Geração por Unit Commitment de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.5. Dados de Entrada dos Encargos por Restrição de Operação

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p" por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment**	
	Descrição	Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$	**Geração informada pelo ONS para atendimento a uma restrição de operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica “p”, ajustada por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment da Usina**	
	Descrição	Volume de energia gerada por Unit Commitment verificada pelo ONS para a parcela de usina “p”, no período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$M_CONST_OFF_{p,j}$	**Montante de geração frustrada por Constrained-Off**	
	Descrição	Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pleo ONS da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado “s” e período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina “p”, por período de comercialização “j”. Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.1.6. Dados de Saída dos Encargos por Restrição de Operação

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment	
F_UNIT_$C_{p,j}$	Descrição	Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On	
G_CONST_$ON_{p,j}$	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.2. Encargos de Serviços Ancilares

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas por prestação de serviços ancilares.

Contexto:

Os serviços ancilares são destinados a garantir a qualidade e segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN. Os custos incorridos na prestação desses serviços são ressarcidos por meio dos Encargos de Serviços Ancilares, sendo esse um componente dos Encargos de Serviços do Sistema. A Figura 12 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 12: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.2.1. Detalhamento dos Encargos de Serviços Ancilares

O processo de determinação dos encargos de serviços ancilares é composto pelos seguintes comandos e expressões:

7. A determinação do Encargo de Compensação Síncrona da usina refere-se ao fornecimento ou absorção de energia reativa e será remunerado à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), estabelecida pela ANEEL em resolução específica. O Encargo de Compensação Síncrona é dado pela expressão:

$$ENC_CS_{p,j} = MER_CS_{p,j} * TSA_{p,m}$$

Onde:

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo por Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$MER_CS_{p,j}$ é a Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TSA_{p,m}$ é a Tarifa de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

8. O Encargo por Outros Serviços Ancilares atribuído a uma usina é determinado pela relação de todos os ressarcimentos autorizados pelo regulador em função de investimentos realizados para prestação de serviços ancilares ao sistema, operação e manutenção de equipamentos necessários à participação do Controle Automático de Geração (CAG), do Sistema Especial de Proteção (SEP), equipamentos de autorrestabelecimento e por contratação de usinas emergenciais. O Encargo por Outros Serviços Ancilares é expresso por:

$$ENC_OSA_{p,m} = RISA_{p,m} + RCAG_{p,m} + RSEP_{p,m} + RART_{p,m} + RCUE_{p,m}$$

Onde:

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RISA_{p,m}$ é o Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCAG_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação Necessários à Participação no CAG (Controle Automático de Geração) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RSEP_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP (Sistema Especial de Proteção) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RART_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCUE_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

9. O Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, é determinado pela geração realizada no cumprimento desse serviço ao sistema, valorado pela diferença entre o preço determinado para essa energia, com base no critério de atendimento satisfatório ao despacho, e o PLD verificado no momento da geração:

Se a usina estiver atendendo o despachado complementar para manutenção de reserva de potência operativa

$$ENC_RESPOP_{p,j} = G_RESPOP_{p,j} * max(0; \boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} - PLD_{s,j})$$

Onde:

$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$G_RESPOP_{p,j}$ é a Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Compelmentar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

9.1. O Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa é determinado em função do atendimento satisfatório ou não do despacho pela usina. Em caso de atendimento satisfatório, a usina tem direito ao preço ofertado no mecanismo. Caso o atendimento seja insatisfatório, a usina terá direito apenas ao seu custo declarado para fins de despacho por ordem de mérito. Para determinar se o despacho foi satisfatório, é observado se a proporção da geração realizada foi superior às indisponibilidades forçada e programada da usina:

Se o atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva operativa foi satisfatório pela usina "p"

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$$

Caso contrário

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = INC_{p,j}$$

Onde:
$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$ é o Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

2.2.2. Dados de Entrada dos Encargos de Serviços Ancilares

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_RESPOP_{p,j}$	**Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MER_CS_{p,j}$	**Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona**	
	Descrição	Parcela de energia reativa da usina "p" associada à prestação de serviços ancilares por compensação síncrona, por período de comercialização "j". O ressarcimento em si é calculado no Módulo de Regras relativo aos Encargos
	Unidade	MVArh
	Fornecedor	Medição Contábil (Anexo III)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$	**Preço Ofertado pelo agente Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos

$RART_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCUE_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais**	
	Descrição	Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RISA_{p,m}$	**Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Montante a ser ressarcido para a usina pelo investimento para prestação de serviços ancilares
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCAG_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TSA_{p,m}$	**Tarifa de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Valor para ressarcimento de custos adicionais de operação e manutenção referente ao suporte de reativo provido pelas parcelas de usinas "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MVArh
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos

2.2.3. Dados de Saída dos Encargos de Serviços Ancilares

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Valores	Positivos ou Zero Possíveis

2.3. Encargos por Importação

Objetivo:

Apurar os montantes devidos às usinas a título de encargos por importação.

Contexto:

A energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai poderão ser ofertadas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega de energia no Centro de Gravidade do SIN e sendo liquidado no MCP. Tal energia poderá ser utilizada de forma integral ou parcial pelo ONS, desde que essa importação viabilize a redução do custo imediato de operação do SIN.

Figura 13: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.3.1. Detalhamento dos Encargos por Importação

O processamento dos encargos por importação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

10. A importação de energia realizada através de estações conversoras, para efeito de operacionalização na CCEE, será representada pela modelagem de uma usina térmica com modalidade de despacho tipo IA ou tipo IIA.

11. Esta usina estará modelada sob um perfil de agente comercializador importador, e é vedado a modelagem de qualquer outro tipo de ativo sob este mesmo perfil de agente.

12. Eventuais créditos relativos ao processo de importação de energia da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai são isentos do processo de rateio de inadimplência.

13. Os custos relativos à importação da energia elétrica serão determinados pela Geração de energia, em função do despacho de importação, valorada pela diferença entre o Preço de Oferta de Importação e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Razão de Importação é expresso por:

$$ENC_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(P_IMP_{p*,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

∀ s onde está localizada a estação conversora

Onde:

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

14. Nos casos em que houver substituição de Geração térmica por Importação e o PLD for maior que o Preço de Oferta para Importação será apurado uma diferença financeira destinada para alívio de ESS. Esta diferença deverá ser determinada a partir da geração de energia verificada valorada entre o PLD e o Preço de Oferta de Importação. O cálculo será expresso por:

$$EXCD_FIN_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - P_IMP_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15. Quando o montante de energia efetivamente importado for inferior ao montante definido pelo ONS, os agentes comercializadores responsáveis pela importação deverão arcar com os custos dessa diferença de energia, que será valorada de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

15.1. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja inferior ao PLD, a valoração se dará pela diferença entre o PLD vigente no submercado da usina termelétrica substituída e seu CVU, de acordo com a seguinte expressão:

Se $INC_{p,j} < PLD_{s,j}$, *então:*

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja superior ao PLD, a valoração será de 5% do Limite Máximo Estrutural do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

Se $INC\ p,j \geq PLD_{s,j}$ *então:*

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * \left(0{,}05 * PLD_MAX_EST_f\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_MAX_EST_f$ é o Limite Estrutural do Preço de Liquidação das Diferenças determinado para o ano de apuração "f"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1. Para definição dos custos da diferença entre a importação efetiva e a definida pelo ONS é necessário a determinação da Quantidade de Energia não entregue rateada para cada usina térmica substituída, pois, as usinas de importação podem substituir uma ou mais usinas. O cálculo se dará pelo rateio do montante de importação não entregue de cada usina importadora proporcionalizado pela disponibilidade verificada da usina e o despacho sem restrição das usinas substituídas. A determinação desse volume é expressa por:

$$\boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} = \boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} * \frac{DOMP_ONS_{p,j}}{\sum_{psub} DOMP_ONS_{p,j}}$$

Onde:

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1.1. O Montante de Importação definido pelo ONS e não entregue será calculado pela diferença entre o Despacho de Importação para o período e o Montante de Importação Verificado pelo ONS da usina substituta de acordo com a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} = max\left(0; \left(\left(MONT_IMP_ONS_{p*,j} - MONT_IMP_VOP_{p*,j}\right) * UXP_GLF_{p*,j} * F_PRC_GF_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o Montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$MONT_IMP_ONS_{p*,j}$ é o Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
$MONT_IMP_VOP_{p*,j}$ é o Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
$F_PRC_GF_{p,j}$ é o Fator de Ajuste da Garantia Física em função das Perdas da Rede Compartilhada da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

15.3. Para o caso em que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE decidir por considerar a importação como recurso adicional ao SIN, sem substituição de geração de usinas termelétricas, a valoração será de 5% do Limite Máximo Estrutural do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j} = MONT_IMP_NE_{p*,j} * (0{,}05 * PLD_MAX_EST_f)$$

Onde:
$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$PLD_MAX_EST_f$ é o Limite Estrutural do Preço de Liquidação das Diferenças determinado para o ano de apuração "f"

2.3.2. Dados de Entrada dos Encargos por Importação

$DOMP_ONS_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração de energia**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Substituida**	
	Descrição	Encargo de Importação do intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos da parcela de usina substituta "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_IMP_ONS_{p,j}$	**Montante de Importação definido pelo ONS**	
	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_IMP_{p*,j}$	**Preço de Oferta de Importação de Energia**	
	Descrição	Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças definido por submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$PLD_MAX_EST_f$	**Preço de Liquidação das Diferenças Máximo Estrutural**	
	Descrição	Limite máximo Estrutural do PLD no dia. Esse valor, estipulado pela Aneel, é atualizado anualmente pelo IPCA e válido para todo o ano de apuração "f"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Aneel
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3.3. Dados de Saída dos Encargos por Importação

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo de Importação de energia**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p*", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de importação de energia
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$	**Excedente Financeiro de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$	**Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue**	
	Descrição	Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$	**Montante de importação definido pelo ONS e não entregue**	
	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.4. ncargos por Segurança Energética

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas despachadas pelo ONS por razão de segurança energética.

Contexto:

Os Encargos por Segurança Energética são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas não hidráulicas despachadas por decisão CMSE. A Figura 14 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 14 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.4.1. Detalhamento dos Encargos por Segurança Energética

O processo de apuração dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

16. O ONS deverá informar a CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, a lista de usinas e os períodos em que foram despachadas por razões de segurança energética.

17. O Encargo por Razão de Segurança Energética a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, no período de comercialização é determinado pela produção de energia despachada por razão de segurança energética a ser efetivamente ressarcida, valorada pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção de energia da usina e o Preço de Liquidação das Diferenças ex-ante apurado pela CCEE. O Encargo por Razão de Segurança Energética é expresso por:

$$ENC_SEG_ENER_{p,j} = (\boldsymbol{G_SE_{p,j}}) * max\left(0; (INC_{p,j} - PLD_{s,j})\right)$$

Onde:

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"
"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

17.1. O Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética é utilizado para determinar a geração de energia passível de ressarcimento por razão de segurança energética e é dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_SEG_ENER_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_SEG_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:
$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$G_ONS_SEG_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

17.2. A Geração realizada por segurança energética corresponde à geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética:

$$\boldsymbol{G_SE_{p,j}} = G_{p,j} * F_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:
$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.4.2. Dados de Entrada dos Encargos por Segurança Energética

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_ONS_SEG_{p,j}$	**Geração informada pelo Operador do Sistema por Razões de Segurança Energética**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

2.4.3. Dados de Saída dos Encargos por Segurança Energética

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5. Encargos por Deslocamento Hidráulico

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas hidráulicas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função de despacho de usinas termelétricas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016.

Contexto:

Os Encargos por Deslocamento Hidráulico são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas hidráulicas participantes do MRE em função da redução de sua geração originada pela geração de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia. A Figura 15 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 15: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.5.1. Determinação dos montantes de deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE

O processo de apuração dos montantes de energia vinculados ao deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

18. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar é determinado pela soma da geração por segurança energética e da importação líquida de energia sem garantia física associada, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_j = \sum_p G_SE_{p,j} + (\boldsymbol{IMP_j} * XP_GLF_j)$$

Onde:

$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada, por período de comercialização "j'

XP_GLF_j é o Fator de Rateio de Perdas de Geração, por período de comercialização "j"

18.1. O montante de Importação Líquida sem Garantia Física Associada é determinado pela soma da importação líquida dos pontos de medição de todas as conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre Brasil e os países vizinhos. Este montante é definido a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{IMP_j} = \sum_{CONV} IMP_CONV_{i*,j}$$

Onde:

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada por período de comercialização "j'

$IMP_CONV_{i*,j}$ é a Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'

"CONV" refere-se ao conjunto de conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos

"i*" representa todos os pontos de medição "i" de uma unidade conversora

Importante:

A Importação Líquida de Conversora (IMP_CONV) será apurada através dos valores registrados no SCDE, abatidos dos montantes de importação com garantia física programada por ordem de mérito que causem substituição de usinas do bloco térmico.

19. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar é determinado considerando as parcelas de usinas termelétricas despachadas por restrição elétrica, cuja geração foi indicada pelo ONS como elegível à composição do deslocamento hidráulico de usinas do MRE, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_j = \sum_p (G_CONST_ON_{p,j} * F_DH_{p,j})$$

Onde:

$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$F_DH_{p,j}$ Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

Importante:

A princípio, a geração por *constrained-on* que desloca o MRE é aquela associada a uma restrição que afeta todo o SIN, ou seja, restrições que afetam somente um submercado, ou grupos de submercados, não causam deslocamento hidráulico por restrição elétrica. Contudo, dentre as restrições que afetam todo o SIN, devem ser desconsideradas as que estiverem:

i) representadas nos modelos computacionais de programação da operação Newave, Decomp e Dessem ou resultantes deles;

ii) associadas à necessidade de recuperação de reserva de potência operativa classificados como restrição elétrica;

iii) relacionadas a aplicação do Título III da Resolução Normativa nº 1.030, de 26 de julho de 2022, no que se refere ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa;

iv) enquadradas no atendimento às Portarias do MME nº 41/2015; nº 15/2016; nº 179/2016; nº 180/2016; nº 492/2017; e nº 406/2020;

v) vinculadas ao despacho excepcional e temporário de usinas termelétricas para o atendimento a circuitos elétricos em condições operativas de ilhamento; e

vi) com inflexibilidade.

Por exemplo, supondo que em um determinado período de comercialização há 10 usinas despachadas por contrained-on que afetem todo o SIN. A princípio, toda essa geração deslocou o MRE. Todavia, se duas já estavam previstas no Deck do Decomp e uma foi indicada pelo ONS que não deve ser considerada, apenas a geração de 7 dessas usinas despachadas por *constrained-on* causam deslocamento ao MRE.

20. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Energético é determinada a partir da alocação do total de indisponibilidade de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito de forma proporcional ao montante de deslocamento hidráulico de origem energética, em relação ao total de deslocamento hidráulico apurado, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ENER_j = \boldsymbol{TOT_IND_j} * \frac{DH_ENER_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + DH_ELE_PRE_j + \boldsymbol{G_CONST_ON_NDH_j}}$$

Onde:
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que Não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"

20.1. O Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico é determinada a partir da soma das indisponibilidades, subtraído a Geração Substituta no centro de gravidade, apuradas para as usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito econômico, a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{TOT_IND_j} = max\left(0; \sum_{\boldsymbol{p}} \boldsymbol{IND_{p,j}} - \sum_{p}\left(GSUB_ONS_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização "j"
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito Econômico, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo "p", por período de comercialização "j"
$GSUB_ONS_{p,j}$ é a Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"

20.1.1. A Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS deve ser calculada para usinas não hidráulicas despachadas por ordem de mérito, sendo determinada a partir da diferença entre o despacho efetivo do ONS e a geração efetivamente realizada, a partir da seguinte expressão:

Se $DOMP_ONS_{p,j} = 0$

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = 0$$

Caso Contrário

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = \left(DOMP_DECK_DESSEM_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right) - G_DOMP_{p,j} - QEA_REST_OP_{p,j}$$

Onde:
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo, "p", por período de comercialização, "j"
$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
$G_DOMP_{,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

Importante:

Somente haverá valores para DOMP_DECK_DESSEM em períodos em que o CVU é menor CMO do barramento da usina, exceto para usinas a GNL, para as quais será utilizado o despacho realizado pelo DECOMP.

20.1. A Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico é pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_NDH_j} = \sum_{p}\left(G_CONST_ON_{p,j} * F_NDH_{p,j}\right)$$

Onde:
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$F_NDH_{p,j}$ Fator de Não Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

Importante:

A geração por constrained-on que não desloca o MRE é aquela associada a uma restrição que afeta um determinado submercado ou subsistema (grupo de submercados).

21. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinada a partir da diferença entre a indisponibilidade total apurada das usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito e o montante de indisponibilidade alocado para o deslocamento hidráulico de origem energética e elétrica, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ELE_j = TOT_IND_j * \frac{DH_ELE_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + DH_ELE_PRE_j + G_CONST_ON_NDH_{,j}}$$

Onde:
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica, no período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, no período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"

22. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico energético preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa usina termelétrica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_j = max\left(0;\ \left(DH_ENER_PRE_j - IND_DH_ENER_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico Energético, por período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"

23. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico elétrico preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa parcela de deslocamento, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_j = max\left(0;\ \left(DH_ELE_PRE_j - IND_DH_ELE_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ELE_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica no período de comercialização "j"

24. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica é determinado pela inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UTE_{p,j} = min\left(1; \frac{INFLEX_DH_{p,j} + GFOM_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right) * G_{p,j}$$

Onde:
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$INFLEX_DH_{p,j}$ é a Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$GFOM_{p,j}$ é a Geração Fora da Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

25. O montante Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado pela soma dos deslocamentos hidráulicos de inflexibilidade associados às usinas termelétricas, a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_j = \sum_p DH_INFLEX_UTE_{p,j}$$

Onde:
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

2.5.2. Destinação do Deslocamento Hidráulico às Usinas Hidrelétricas do MRE

O processo de destinação dos montantes de deslocamento hidráulico às usinas hidrelétricas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

26. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico energético total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_UH_{p,j} = DH_ENER_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\ p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

27. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico elétrico total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (flat), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_UH_{p,j} = DH_ELE_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\ p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

28. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} = TOT_DH_INFLEX_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\ p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.3. Tratamento das usinas hidrelétricas que repactuaram o risco hidrológico no ACR

O processo de tratamento das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no ACR é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

29. Os proprietários das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no âmbito do ACR podem ter escolhido repactuar a não totalidade da garantia física dessas usinas. Dessa forma, é necessário segregar os montantes de deslocamento hidráulico associados a essas usinas em duas parcelas: a parcela associada à repactuação do risco hidrológico e a parcela não associada à repactuação, sendo que para os volumes de deslocamento hidráulico associados à repactuação existe um tratamento que depende do produto de repactuação escolhido e do Ajuste MRE (GSF) verificado.

29.1. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\ j \in m$$
$$\forall\ p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"

"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

29.2. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_NREP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} - DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

$DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

29.3. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:

$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"

"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

29.4. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_NREP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,j} - DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

$DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

29.5. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:

$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"

"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

29.6. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} - DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

hidráulico elétrico

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo DH_INFLEX_PRE_REP_UH será zero

30. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR é necessário ajustar os valores dos montantes de deslocamento hidrológico energético e elétrico repactuados em função do produto de repactuação escolhido e pelo valor do Ajuste MRE (GSF) apurado, sendo que as usinas só têm direito a receber a parcela de deslocamento hidráulico repactuado com o não acionamento do produto.

31. Em relação ao deslocamento hidrelétrico de inflexibilidade, todo o montante irá gerar encargo; todavia, uma parte do encargo será percebido pelo proprietário da usina e outra parte pelos agentes de distribuição, em função do produto escolhido e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

32. Para o produto P, no qual o proprietário de uma usina optou por não repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, quando o Ajuste MRE for superior a um, situação que denota a presença de energia secundária, as usinas terão direito integral aos montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado e de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, que optaram por repactuar o risco hidrológico em um produto classe "P", para cada período de comercialização, são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Onde:
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
F$_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto P

33. Para os produtos SPR e SP, como o proprietário da usina optou em repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, sempre que o Ajuste MRE for superior a um, o que denota uma situação de presença de energia secundária, os valores de deslocamentos hidráulicos repactuados serão zerados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE.

34. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado e de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento por Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, "p", que optaram por repactuar o risco hidrológico em produtos das classes SPR ou SP, para cada período de comercialização "j", são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Onde:
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
F$_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto SP ou produto SPR

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela repactuação em produto da classe SPR, o Fator de Risco Hidrológico assumido pela usina (F$_{p,j}$) é sempre zero.

2.5.4. Determinação do montante final de deslocamento hidráulico de usinas hidrelétricas participantes do MRE

O processo de determinação dos montantes de deslocamento hidráulico consolidados das usinas hidrelétricas participantes do MRE é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

35. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_UH_{p,j} = DH_ENER_REP_UH_{p,j} + DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_ENER_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

36. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_UH_{p,j} = DH_ELE_REP_UH_{p,j} + DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_ELE_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

37. No que se refere ao deslocamento hidráulico por inflexibilidade, deve-se determinar o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo percebido pelo proprietário da usina e o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo que será transferido aos agentes de distribuição.

38. Dessa forma, o montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UH_{p,j} = DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} + DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_INFLEX_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

39. O montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da diferença entre o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado e o montante Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} - DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.5. Determinação dos Encargos por Deslocamento Hidráulico

O processo de determinação dos montantes de encargos oriundos do deslocamento hidráulico é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

40. O montante de Encargo por Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento energético da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, para cada período de comercialização, a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = max\left(0; DH_ENER_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:

$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_ENER_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" e período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

41. O montante de Encargo porDeslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento elétrico da usina hidrelétrica, e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, no período de comercialização, a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ELE_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ELE_{p,j} = max\left(0; DH_ELE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_j\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:

$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_ELE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p", no período de contabilização "j"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"p" é a usina hidráulica para a qual é determinado o custo do deslocamento hidráulico

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

42. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

43. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de repasse da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"

PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.6. Dados de Entrada de Encargos por Deslocamento Hidráulico

	Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico	
$AJUSTE_MRE_RRH_j$	Descrição	Representa a relação entre a Geração Total Agregada e a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, ambas referentes ao MRE. Calculado por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Detalhamento Ajuste da Garantia Física para Fins de Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Despacho por Ordem de Mérito Enviado pelo ONS	
$DOMP_ONS_{p,j}$	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS para cada parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito Efetivo do Deck do ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_{p,j}$	**Fator de Risco Hidrológico**	
	Descrição	Fator de Risco hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_DH_{p,j}$	**Fator de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS/CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_INT_{i,j}$	**Fator de Intercâmbio**	
	Descrição	Fator Intercâmbio vinculado ao ponto de medição "i", que indica se no período de comercialização "j" está ocorrendo importação ou exportação de energia
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo de Perdas Internas das Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_NDH_{p,j}$	**Fator de Não Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Fator de Não Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS/CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFOM_{p,j}$	**Geração Fora da Ordem de Mérito**	
	Descrição	Quantidade de energia produzida por uma parcela de usina "p", fora da ordem de mérito de custo, definida pelo NOS, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_DOMP_{p,j}$	**Geração Final na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GSUB_ONS_{p,j}$	**Geração Substituta Efetiva**	
	Descrição	Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização, "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFIS_2_RRH_{p,j}$	**Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada**	
	Descrição	Garantia Física, para cálculo do repasse do risco hidrológico, modulada e ajustada, em função das perdas internas e indisponibilidade da usina e das perdas da rede básica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Modulação da Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$IMP_CONV_{i*,j}$	**Importação Líquida de Conversora**	
	Descrição	Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS e CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INFLEX_DH_{p,j}$	**Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_TERM_DH_{p,j}$	**Geração Termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Geração termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_CVR_{p,m}$	**Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e Período de Contabilização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_X_j	**Preço do Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Detalhamento do Cálculo do PLD_X)
	Valores Possíveis	Positivos

$QM_GF_RRH_{p,m}$	**Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$XA_DH_{p,j}$	**Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

XP_GLF_j	**Fator de Rateio de Perdas de Geração**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser aplicado aos pontos de geração que participam do rateio de perdas (50% das perdas alocadas para a categoria geração e 50% das perdas alocadas para a categoria consumo), por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5.7. Dados de Saída de Encargos por Deslocamento Hidráulico

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica com parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

ENC_DH_INFLEX_REPASSE$_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

DH_INFLEX_UTE$_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6. Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Objetivo:

Identificar os valores preliminares em reais por MWh para pagamento dos encargos de serviços do sistema às usinas que recebem esses montantes.

Contexto:

A apuração do valor dos encargos a ser aplicado aos agentes leva em conta o total de encargos de serviços do sistema, exceto os Encargos por Segurança Energética, e o total de consumo em que incidem esses custos. Esse valor ainda deve sofrer alívio conforme verificado na etapa Ajuste dos Encargos Apurados. A Figura 16 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 16: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.6.1. Detalhamento da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

O processo de apuração do valor dos encargos não ajustados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

44. Os Encargos de Serviços do Sistema devem ser rateados entre o consumo total atendido pelo SIN. A determinação do Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema depende do perfil do agente na CCEE:

44.1. Se o agente pertencer à categoria de distribuição, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Total determinado no Módulo de Regras "Medição Contábil", expresso por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = TRC_{a,s,j}$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

44.2. Caso contrário, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Atendido pelo SIN considerando uma eventual parcela cativa de consumo. O Consumo Atendido pelo SIN verifica a geração de propriedade do agente, deduzindo essa parcela de geração de seu(s) ponto(s) de consumo. O Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema é expresso, nessa condição, por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = max\left(0; \left(\sum_{\substack{c \in s \\ c \in a}} \boldsymbol{RC_SIN_{c,j}}\right) - TRC_CAT_CL_{a,s,j} + TRC_CAT_D_G_{a,s,j}\right)$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo do perfil de agente "a", Consumidor Livre, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_CAT_D_G_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo Associado ao Distribuidor/Gerador do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

44.2.1. O Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional deve considerar a parcela de geração de propriedade do agente, pois, conforme estabelecido no parágrafo único do Art 59 do Decreto nº 5163, par fins de pagamento des Encargos de Serviço do Sistema, o autoprodutor equipara-se ao consumidor na parcela de seu consumo líquido, calculado pela expressão a seguir:

$$\boldsymbol{RC_SIN_{c,j}} = max\left(0; RC_{c,j} - \sum_{p}\left(\left(G_{p,j} + GFT_{p,j} + FLUXO_MRE_{p,j}\right) * \boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}}\right)\right)$$

Onde:

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$RC_{c,j}$ é o Consumo Reconciliado da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,j}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

44.2.1.1. O Percentual de Geração Alocada da usina para atendimento à carga estabelece a proporção horária de alocação de geração que cada parcela de carga possui, com base no percentual de direito de alocação do agente. No caso do agente Varejista, tal percentual deve se limitar aos agentes representados que possuam participação no respectivo empreendimento de geração, garantindo que os demais representados não usufruam indevidamente de uma energia que não possuam direito, conforme expressão abaixo:

*(I) No caso de agente **Varejista**:*

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_V_{\alpha,rp,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_RP} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c" \in "rp", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ Varejista\ "\alpha"$$

(II) Para os demais agentes:

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_AGP} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ "\alpha"$$

Onde:

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", que possui propriedade da parcela de usina "p"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p"

"CP_ALFA_RP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente Varejista "alfa", vinculadas ao representado "rp", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

45. O ONS deverá informar à CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, para cada restrição de operação ocorrida, a lista de usinas impactadas e o tipo de restrição considerando a forma de rateio que deve ser aplicada para os consumidores.

46. Os Seguintes agrupamentos de submercados são utilizados tanto para o cálculo do Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação (incluindo as restrições por unit commitment) quanto para o cálculo do Valor do Encargos de Outros Seviços Ancilares:

Tabela 1 - Subsistemas

Agrupamentos (SUB_SS)
SE
S
NE
N
S-SE
N-NE
SE-NE
SE-N
S-SE-NE
S-SE-N
SE-NE-N
SIN

46.1. O Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados em cada submercado "s" por período de comercialização "j", em R$/MWh, é expresso por:

$$VE_RO_SUBSIS_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in RO_SS} \left(ENC_REST_UNIT_{p,j} + ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} \right)}{\sum_{s \in SUB_SS} TRC_ESS_{a,s,j}} \right)$$

Onde:

$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados devido à parcela de usina "p", no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

"RO_SS" é o conjunto de parcelas de usinas "p", sujeitas a uma restrição de operação do tipo multi-submercados cujo custo deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS" no período de comercialização "j"

"SUB_SS" é o conjunto submercados "s" compreendidos no agrupamento em que ocorreu a restrição de operação

Importante:

O conjunto "SUB_SS" considerado na expressão deverá ser o mesmo atribuído a parcela de usina "p" pelo ONS.

47. O Valor do Encargo de Compensação Síncrona relaciona a soma dos encargos de compensação síncrona apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_CS_{s,j} = \frac{\sum_{p \in s} ENC_CS_{p,j}}{\sum_{a \in s} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:

$VE_CS_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

48. O Valor do Encargo de Importação relaciona a soma dos encargos de importação apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_IMP_{s,j} = \frac{\sum_{p} \left(ENC_IMP_{p*,j} \right)}{\sum_{a} \sum_{s} \left(TRC_ESS_{a,s,j} \right)}$$

$$\forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

49. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares consolida o valor dos encargos de serviços ancilares apurados para a cobertura do custo de usinas que pestaram tais serviços, acrescido do valor dos encargos de serviços ancilares para cobertura do custo de distribuidoras e consumidores responsáveis pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção. O valor final é apurado de acordo com o submercado dos agentes que devem ser responsáveis pela cobertura desses custos, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago por esses agentes e expresso por:

$$VE_OSA_{s,j} = \boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} + \boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}}$$

Onde:

$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_OSA_DCON_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"

49.1. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas relaciona os encargos de serviços ancilares devido às usinas que prestaram os serviços, com o consumo dos agentes que são responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$\boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in PSA_SS} ENC_OSA_{p,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right)$$

$$\forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_OSA_USI_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
"PSA_SS" é o conjunto de usinas "p" cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"
"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

49.2. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores relaciona os encargos de serviços ancilares referentes à implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção, com o consumo dos agentes responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$\boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{a \in DCSA_SS} RSEP_D_{a,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right) \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:
$VE_OSA_DCON_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento ao Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de Apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
"DCSA_SS" é o conjunto de agentes distribuidores ou consumidores cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"
"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

Importante:

Para cada usina ou agente que prestou serviços ancilares, o valor do conjunto "SUB_SS" considerado para determinar o rateio dos pagadores que devem cobrir o seu custo, é informado pela Aneel. Quando esse dado não for informado, será considerado o SIN como agrupamento de submercados.

50. O Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS relaciona o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SALDO_{s,j} = \frac{PAG_SALDO_ESS_m}{\sum_{s \in SIN} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$PAG_SALDO_ESS_m$ é o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

51. O Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico relaciona a soma dos encargos de deslocamento elétrico apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_DH_ELE_{s,j} = \frac{\sum_{p} \left(ENC_DH_ELE_{p,j} \right)}{\sum_{a} \sum_{s} \left(TRC_ESS_{a,s,j} \right)} \quad \forall j \in m$$

Onde:
$VE_DH_ELE_{s,j}$ é o Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico no submercado "s", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

52. O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados é um valor em R$/MWh, que consolida os valores apurados em apenas uma informação por submercado e período de comercialização, rateados conforme consumo de referência para fins de ESS, conforme expressão abaixo:

$$VE_ESS_{s,j} = VE_OSA_{s,j} + VE_CS_{s,j} + VE_RO_SUBSIS_{s,j} + VE_SALDO_{s,j} + VE_IMP_{s,j} + VE_DH_ELE_{s,j}$$

Onde:
$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_CS_{s,j}$ é o Preço do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Preço dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados, no submercado "s", por período de comercialização "j
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_DH_ELE_{s,j}$ é o Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico no submercado "s", no período de comercialização "j"

Importante:

O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados submercados (VE_ESS) não consta o encargo referente a reserva de potência operativa, visto o tratamento distinto para fins de rateio.

53. O Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa determina o valor a ser pago para cada MWh consumido pelo agente consumidor, considerando o rateio de todos os valores a serem recebidos pelas usinas que prestam tal serviço pelo consumo mensal líquido do SIN, entre todos os sbumercados:

$$VE_RESPOP_m = \frac{\sum_{p} \sum_{j \varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}}{\sum_{a} TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.6.2. Dados de Entrada da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On	
$ENC_CONST_ON_p$	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off	
$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina hidrelétrica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo por Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PAG_SALDO_ESS_m$	**Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS**	
	Descrição	Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Anexo II – Cálculo e Utilização do Saldo de Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do agente no respectivo ativo de geração.
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do representado no respectivo ativo de geração
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_{c,j}$	**Consumo Reconciliado da Carga**	
	Descrição	Consumo de energia ajustado de uma parcela de carga "c", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$	**Total de Consumo Cativo do Consumidor Livre**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo cativo atribuído ao consumidor livre, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_IMP_{p,j}$	**Valor dos Encargos de Importações**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6.3. Dados de Saída da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema	
$TRC_ESS_{a,s,j}$	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado	
$VE_ESS_{s,j}$	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa	
VE_RESPOP_m	Descrição	Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7. Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Objetivo:

Calcular o montante financeiro de recursos disponível para alívio de encargos de serviços do sistema.

Contexto:

Esta etapa consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema. Esses recursos são utilizados para ajuste dos valores dos encargos calculados na etapa anterior, reduzindo o montante de encargos a serem rateados pelos consumidores de energia do SIN. A Figura 17 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 17: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.7.1. Detalhamento do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

O processo de cálculo do total de recursos ajustados para alívio de encargos de serviços do sistema é composto pelos seguintes comandos e expressões:

54. Serão utilizados para o alívio dos Encargos de Serviços do Sistema os seguintes recursos:

- Penalidade de Medição;
- Multa por Falta de Combustível;
- Multa pelo não aporte de Garantias Financeiras;
- Multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo;
- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente; e
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico).

55. O Total de Penalidades para Abatimento dos ESS é composto pela soma dos montantes financeiros efetivamente pagos pelos agentes a título de (i) penalidades pela não geração de energia por falta de combustível, (ii) penalidades associadas à coleta de dados de medição, (iii) penalidades por inobservância do aporte de garantias financeiras, nos termos dos Procedimentos de Comercialização vigentes, e (iv) multa por inadimplência na liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. O Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS é expresso por:

$$TDP_ESS_{a,m} = \sum_{k \in AKP} \left(MFEP_PMED_{a,m,k} + MFEP_FC_{a,m,k} + MFEP_MGFIN_{a,m,k} + MFEP_INAD_{a,m,k} \right)$$

Onde:

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de De mais Penalidades para Abatimento dos ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$MFEP_PMED_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_FC_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à inobservância do aporte de garantias financeiras apurada no mês "k"

$MFEP_INAD_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", relativa à inadimplência no mês "k"

"AKP" é o conjunto de penalidades de cada perfil de agente "a", a serem aplicadas no mês de apuração "m", referentes às penalidades apuradas nos meses "k"

56. O Total das Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS consolida o Total de Penalidades para Abatimento dos ESS, por mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$TPAP_ESS_m = \sum_{a} \left(TDP_ESS_{a,m} \right)$$

Onde:

$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de Demais Penalidades para Abatimento do ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

57. O Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia corresponde à somatória dos valores referente aos custos por importação, e o excedente financeiro de importação, tais valores são revertidos em benefício da conta de Encargos de Serviços de Sistemas - ESS, expresso por:

$$REC_IMP_m = \sum_a \left(\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} + EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}\right)$$

Onde:
REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"
V_CUSTO_IMP_$M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
EXCD_FIN_IMP_$M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

57.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelo agente no mês vigente em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p*\in a}\sum_{j\in m}\left(\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}}\right)$$

Onde:
V_CUSTO_IMP_$M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
V_CUSTO_IMP_$TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

57.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação total, identifica os montantes totais financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}} = \boldsymbol{V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}} + \boldsymbol{V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}}$$

Onde:
V_CUSTO_IMP_$TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j
V_CUSTO_IMP_$A_{p*,j}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
V_CUSTO_IMP_$SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

57.1.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}} = \sum_{P\in PSUB} V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$$

Onde:
V_CUSTO_IMP_$A_{a,m}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", por período de comercialização "j"
V_CUSTO_IMP$_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação
"p*" é a parcela de usina para Importação

58. O Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS considera os recursos remanescentes oriundos do tratamento das exposições em função das eventuais diferenças de preços entre os submercados, os montantes residuais de meses anteriores, além das penalidades utilizadas para alívio de ESS. Esse montante mensal é utilizado para determinar o ajuste nos valores apurados na etapa anterior e é expresso por:

$$TRDA_ESS_m = TRU_ESS_m + TPAP_ESS_m + max(0; SF_MA_m - ADDC_SF_MA_m) + REC_IMP_m$$

Onde:
TRDA_ESS_m é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"
TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"
TPAP_ESS_m é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"
SF_MAm é a Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"
ADDC_SF_$MA_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas referente Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"
REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"
Representação Gráfica

Figura 18: Composição do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

2.7.2. Dados de Entrada do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

EXCD_FIN_IMP_$M_{a,m}$	**Excedente Financeiro de Importação de energia total**	
	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

MFEP_$FC_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por energia não gerada por falta de combustível apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_INAD_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por inobservância do aporte de garantias financeiras de acordo com o estabelecido em Procedimentos de Comercializado, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SF_MA_m	**Sobra Financeira do Mês Anterior**	
	Descrição	Montante financeiro referente à sobra do excedente financeiro apurado no mês anterior "m-1", sob gestão da CCEE em conta corrente específica, que retorna no mês de apuração "m" ao processo de contabilização, ajustado pelo resultado de aplicação além da própria movimentação financeira no período. Eventual saldo remanescente da CONER, findo os prazos dos CERs, será acrescido nesta conta corrente
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_PMED_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade associada ao processo de coleta de medição pela CCEE apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da usina de importação "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$	**Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética**	
	Descrição	Corresponde aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7.3. Dados de Saída do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

REC_IMP_m	**Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Corresponde ao total dos montantes recebíveis de encargos por razão de importação de energia apurados no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TDP_ESS_{a,m}$	**Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS**	
	Descrição	Corresponde à soma de valores pagos pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente às demais penalidades destinadas para abatimento de ESS. São incluídos nestas penalidades, os montantes pagos referentes às penalidades de medição, energia não gerada por falta de combustível, as penalidades pagas pelo não aporte das garantias financeiras calculadas e a multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8. Ajuste dos Encargos Apurados

Objetivo:

Ajustar os valores de encargos apurados em função dos recursos disponíveis para alívio.

Contexto:

O valor dos encargos ajustados corresponde ao valor em R$/MWh efetivamente aplicado à contabilização dos agentes para composição do pagamento de encargos associados às usinas afetadas por restrições de operação, despachadas por razão de segurança energética e/ou que prestam serviços ancilares ao sistema. A Figura 19 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 19: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.8.1. Detalhamento do Ajuste dos Encargos Apurados

O processo de cálculo do ajuste dos encargos apurados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

59. O Total de Encargos de Serviços do Sistema indica o valor em reais a ser pago aos geradores por ESS. O Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema (expresso em termos de energia) multiplicado pelo Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, expresso em R$/MWh, incluindo o encargo para atendimento da reserva de potência operativa,somado ao Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização e sobras financeiras para alívio despesas futuras para fins de recontabilização, fornece o Total de Encargos de Serviços do Sistema, conforme expressão abaixo:

$$T_ESS_m = \sum_s \sum_{j \in m} \left(\left(\sum_a TRC_ESS_{a,s,j} \right) * VE_ESS_{s,j} \right) + \sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_RESPOP_m + \sum_a \boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} + SFM_FUT_RECONT_m$$

Onde:

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", por período de comercialização "j"

VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m".

59.1. O alívio retroativo não é reprocessado em recontabilizações onde houve sobra futura, assim é necessário garantir que sejam mantidos os mesmos efeitos percebidos na contabilização do mês de apuração. O valor referente ao encargo de meses passados já aliviados na contabilização é incluído no total de encargos de serviços do sistema do mês recontabilizado, a fim de serem considerados nos montantes passíveis de alívio:

Se $SFM_FUT_RECONT_m > 0$, *então;*

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = TAR_ENC_{a,m,u-1}$$

Caso contrário:

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = 0$$

Onde:
$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"
"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

60. O ajuste dos valores de encargos depende da relação entre o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS e o Total de Encargos Passíveis de Alívio:

60.1. Caso o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS seja suficiente para atender o Total de Encargos de Serviços do Sistema, então os Encargos de Serviços do Sistema são iguais à zero.

60.2. Os valores dos Encargos de Serviços do Sistema podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_ESS_{s,j} = VE_ESS_{s,j} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VE_ESS_{s,j}$ é o Preço dos Demais Encargos de Serviços do Sistema, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

61. O valor do Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema

$$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} = TAR_ENC_RECONT_{a,m} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

62. O valor da Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema

$$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} = \left(SFM_FUT_RECONT_m * \frac{\sum_s \sum_{j \in m}(TRC_ESS_{a,s,j})}{\sum_a \sum_s \sum_{j \in m}(TRC_ESS_{a,s,j})}\right) * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"
"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"
"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

62.1. Os valores dos Encargos de Reserva de Potência Operativa podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_RESPOP_m = VE_RESPOP_m * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m".

62.2. O Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema considera Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS em relação ao Total de Encargos de Serviços do Sistema por meio da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m} = max\left(0; \frac{T_ESS_m - TRDA_ESS_m}{T_ESS_m}\right)$$

Onde:
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"
T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

2.8.2. Dados de Entrada do Ajuste dos Encargos Apurados

	Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização	
SFF_FUT_RECONTm	Descrição	Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema	
$TRC_ESS_{a,s,j}$	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva	
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS	
$TRDA_ESS_m$	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAR_ENC_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_{m}	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8.3. Dados de Saída do Ajuste dos Encargos Apurados

T_ESS_{m}	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_{m}	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9. Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Totalizar os encargos por segurança energética e definir a forma de rateio desses encargos.

Contexto:

O total de encargos por segurança energética é constituído pela soma dos encargos pagos às usinas despachadas por segurança energética e pelos encargos devidos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do despacho fora da ordem de mérito e de importação sem garantia física associada. Esse encargo é assumido pelos agentes de consumo a partir dos critérios estabelecidos nesta etapa das regras de comercialização. A Figura 20 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 20: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.9.1. Totalização dos Encargos por Segurança Energética

O processo de totalização dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

63. O Total de Encargos por Razão de Segurança Energética indica o valor em reais a ser pago pelos agentes de consumo aos agentes proprietários de usinas termelétricas que geraram por razões de segurança energética e também o valor a ser pago aos agentes proprietários de usinas hidrelétricas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função da geração efetuada fora da ordem de mérito e por importação de energia sem lastro associado. Este valor é obtido pela seguinte expressão:

$$T_SEG_ENER_m = \sum_{j \in m} \sum_{p} \left(ENC_SEG_ENER_{p,j} + ENC_DH_ENER_{p,j} \right)$$

Onde:

$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

2.9.2. Detalhamento do Consumo de Referência para o Rateio de Encargos de Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva

64. Os Encargos por Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva devem ser rateados pelo consumo líquido dos agentes:

$$TRC_SEG_ENER_{a,m} = max\left(0; \sum_{s} \sum_{j \in m} TRC_{a,s,j} - \sum_{p} \left(\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} \right) \right)$$

Onde:

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

64.1. A Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pela soma de toda geração utilizada para o abatimento das cargas, modeladas sobre o respectivo perfil de agente, conforme expressão:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} = \sum_{c \in a} \boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}}$$

Onde:

$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

64.1.1. A Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pelo menor valor entre (I) a geração total da usina multiplicada pelo Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga e (ii) Consumo no Ambiente Livre da respectiva carga:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = min\left(\left(\sum_{j \in m} \left(G_{p,j} + GFT_{p,j} \right) + \sum_{j \in m} FLUXO_MRE_{p,j} \right) * \boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} ; \sum_{j \in m} RC_AL_{c,j} \right)$$

Onde:

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,j}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

64.1.1.1. O Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética estabelece a proporção mensal de alocação de geração que cada parcela de carga possui, em relação ao percentual de direto de alocação do agente. No caso do agente Varejista, tal percentual deve se limitar aos agentes representados que possuam participação no respectivo empreendimento de geração, garantindo que os demais representados não usufruam indevidamente de uma energia que não possuam direito, conforme a expressão:

*(I)No caso de agente **Varejista**:*

$$\boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = PGDA_V_{\alpha,rp,p} * \frac{\sum_{j \in m} RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_RP} \sum_{j \in m} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c" \in "rp", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ Varejista\ "\alpha"$$

(II)Para os demais agentes:

$$\boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{\sum_{j \in m} RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_AGP} \sum_{j \in m} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ "\alpha"$$

Onde:

$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", vinculado ao representado "rp", que possui propriedade da parcela de usina "p"
$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p"
"CP_ALFA_RP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente Varejista "alfa", vinculadas ao representado "rp", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"
"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

2.9.3. Detalhamento do Valor dos Encargos por Segurança Energética

65. O Valor dos Encargos de Segurança Energética relaciona a soma dos encargos de segurança energética devidos às usinas, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética de todos os agentes no mês, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SEG_ENER_m = \frac{T_SEG_ENER_m}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:
$VE_SEG_ENER_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.9.4. Dados de entrada da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$ENC_DH_ENER_{,p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{,p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{,p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{,p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{,p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do agente no respectivo ativo de geração
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do representado no respectivo ativo de geração
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada agente "a", por submercado "s" e período de comercialização
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9.5. Dados de saída da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$T_SEG_ENER_m$	**Total de Encargos pelo Despacho por Segurança Energética**	
	Descrição	Total de pagamentos devidos às parcelas de usinas em função da produção de energia elétrica associada ao despacho por Segurança Energética, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_m$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_SEG_ENER_m$	**Valor dos Encargos de Segurança Energética**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

Objetivo:

Apurar os valores de encargos em função do deslocamento hidráulico por inflexibilidade.

Contexto:

Valor de encargos por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade termoelétrica é apurado com base no total de encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade pelo total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade gerador de ESS. Esse encargo é assumido pelos agentes geradores que originaram o deslocamento. A Figura 21 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 21: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.10.1. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

O processo de cálculo do encargo por deslocamento hidráulico por inflexibilidade é composto pelos seguintes comandos e expressões:

66. O Total de Encargos de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade em um período comercialização é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_ENC_DH_INFLEX_j = \sum_{p \in PMRE} \left(ENC_DH_INFLEX_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} \right)$$

Onde:

$TOT_ENC_DH_INFLEX_j$ é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

67. O montante total de energia que deu origem ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_ESS_j = \sum_{p \in PMRE} DH_INFLEX_UH_{p,j}$$

Onde:

$TOT_DH_INFLEX_ESS_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE_DH" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

68. O Valor Ajustado do Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$VA_DH_INFLEX_j = \frac{TOT_ENC_DH_INFLEX_j}{TOT_DH_INFLEX_ESS_j}$$

Onde:

$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

TOT_ENC_DH_INFLEXj é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
TOT_DH_INFLEX_ESS$_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

2.10.2. Dados de Entrada da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica	
DH_INFLEX_UH$_{p,j}$	Descrição	Deslocamento hidráulico de inflexibilidade de uma usina hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repactuação do Risco Hidrológico (Determinação do Montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidráulica)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade	
ENC_DH_INFLEX$_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse	
ENC_DH_INFLEX_REPASSE$_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10.3. Dados de Saída da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,	
VA_DH_INFLEX$_j$	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11. Consolidação dos Encargos

Objetivo:

Consolidar os valores a pagar e a receber de agente em função dos encargos apurados no mês.

Contexto:

O valor ajustado dos encargos multiplicado pela energia passível de pagamentos de encargos deve ser consolidado, por agente, de modo a compor o resultado da contabilização de cada agente, no mês de apuração. A Figura 21 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 22 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.11.1. Detalhamento da Consolidação dos Encargos

O processo de consolidação dos encargos é composto pelos seguintes comandos e expressões:

69. O Total de Recebimento por Encargos identifica todos os montantes financeiros de encargos apurados para as usinas do agente, no mês de apuração. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Recebimento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$RECEBIMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_OSA_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_DH_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}}$$

Onde:

RECEBIMENTO_ENC$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
R_ENC_RO$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
R_ENC_SE$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
R_ENC_CS$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
R_ENC_OSA$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
R_ENC_DH$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
R_ENC_RESPOP$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
R_ENC_IMP$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

69.1. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Restrição de Operação identifica os montantes financeiros a serem recebidos, por restrição de operação (*constrained-on* e *off, e unit commitment*), pelas usinas do agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} \left(ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} + ENC_REST_UNIT_{p,j} \right)$$

Onde:

R_ENC_RO$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

69.2. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Razão de Segurança Energética identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função da geração verificada a título de segurança energética no mês de apuração, dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m} ENC_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_SE_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

69.3. O Total de Recebimento do Agente por Encargo de Compensação Síncrona identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função do fornecimento ou absorção de energia reativa, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m} ENC_CS_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_CS_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_CS_{p,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

69.4. O Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente pela prestação de serviços ancilares de suas usinas, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_OSA_{a,m}} = \left(\sum_{p\in a} ENC_OSA_{p,m}\right) + RSEP_D_{a,m}$$

Onde:
$R_ENC_OSA_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

69.5. O Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas hidrelétricas do MRE em função dos deslocamentos hidráulicos de origem energética elétrica e/ou de inflexibilidade:

$$\boldsymbol{R_ENC_DH_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon a}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_ENER_{p,j} + ENC_DH_ELE_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_{p,j}\right) + \boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}}$$

Onde:
$R_ENC_DH_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

69.5.1. O Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor identifica o montante financeiro de deslocamemento hidráulico destinado a um distribuidor em virtude do proprietário da usina hidrelétrica ter aderido à Repactuação do Risco Hidrológico do ACR, sendo determinado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon MRE}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}\right) * F_RVRRH_{a,m}$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_RVRRH_{a,m}$ é a o Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"

69.6. O Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas que atendam ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa no mês:

$$\boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_RESPOP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

69.7. O Total de Recebimento por Encargos de Importação, identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo perfil de agente função da importação de energia:

$$\boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}} = \sum_{j\in m}\sum_{p*\in a} ENC_IMP_{p*,j}$$

Onde:
$R_ENC_IMP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação do intercâmbio de energia da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina de energia proveniente de Importação

70. O Total de Pagamento do Agente por Encargos no mês de apuração identifica todos os montantes financeiros de encargos a serem pagos pelo agente. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Pagamento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$PAGAMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} + \boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} + V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$$

Onde:
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

70.1. O Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema identifica o montante financeiro a ser pago, por ESS, pelo agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} = \sum_{s}\sum_{j\in m}\left(TRC_ESS_{a,s,j} * VA_ESS_{s,j}\right) + \boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} + TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} + SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} + TRC_SEG_ENER_{a,m} * VA_RESPOP_m$$

Onde:
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

70.1.1. O Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade é determinado para cada perfil de agente, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m}\left(DH_INFLEX_UTE_{p,j} * VA_DH_INFLEX_j\right)$$

Onde:
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

70.2. O Pagamento dos Encargos por Razão de Segurança Energética será rateado proporcionalmente pelo consumo considerando eventual geração de propriedade da carga, calculado conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} = TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_SEG_ENER_m$$

Onde:

$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$VE_SEG_ENER_{m}$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

70.3. A soma do Excedente financeiro total referente ao valor verificado dos custos por razão de importação, identifica o excedente financeiros a ser pagos pelo agente no mês vigente, expresso por:

$$\boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p*\in a}\sum_{j\in m}\left(EXCD_FIN_IMP_{p*,j}\right)$$

Onde:
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

71. O Total de Encargos Consolidado identifica o valor a ser pago (**negativo**) ou recebido (**positivo**) a ser agregado ao resultado final da contabilização do agente no mês de apuração a título de Encargos, expresso por:

$$ENCARGOS_{a,m} = RECEBIMENTO_ENC_{a,m} - PAGAMENTO_ENC_{a,m}$$

Onde:
$ENCARGOS_{a,m}$ é o Total de Encargos Consolidado, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.11.2. Dados de Entrada da Consolidação dos Encargos

$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EC_CAR_{a,m}$	**Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EC_CAR_TOT_{m}$	**Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina hidrelétrica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_RVRRH_{a,m}$	**Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR**	
	Descrição	Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
	Unidade	n.a
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j", baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Fornecedor	Encargos (Consolidacao das Informacoes Ajustadas de Consumo e Geracao)
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor ajustado a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s" para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_m	**Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_DH_INFLEX_j$		
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11.3. Dados de Saída da Consolidação dos Encargos

$ENCARGOS_{a,m}$	**Total de Encargos Consolidado**	
	Descrição	Informação líquida de todos os montantes a serem pagos ou recebidos em função dos encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Pagamentos por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem pagos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente, "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_CAR_{a,m}$	**Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética rateada proporcionalmente pela energia comercializada**	
	Descrição	Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela rateada proporcionalmente pela energia comercializada, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_ESS_{a,m}$	**Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada dos encargos de serviços do sistema apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

RECEBIMENTO_ENC$_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem recebidos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

R_ENC_CS$_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona**	
	Descrição	Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona do perfil de agente "a", no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3. Anexos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 – Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

3.1. Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

Objetivo:

Calcular os recursos residuais utilizados no alívio retroativo e ainda sua eventual utilização em futuros ciclos contábeis.

Contexto:

Os recursos financeiros residuais após o alívio dos encargos de serviços do sistema são utilizados para abatimento de exposições e encargos não aliviados nos doze últimos ciclos contábeis. Após esse alívio retroativo, um eventual saldo residual é armazenado para utilização no próximo ciclo contábil. A Figura 23 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 23: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

3.1.1. Detalhamento da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

72. O processo de cálculo da determinação dos recursos utilizados para alívio retroativo é composto pelos seguintes comandos e expressões:

72.1. O Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior corresponde ao montante residual entre o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS oriundo do tratamento das exposições em função da diferença de preços entre os submercados e o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração, utilizado para alívio retroativo das doze últimas contabilizações. Em caso de Recontabilização, este acrônimo não é reapurado, assumindo o mesmo valor obtido na contabilização do mês, expresso por:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$RD_AR12_m = RD_AR12_{m,u-1}$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$RD_AR12_m = max(0; TRU_ESS_m - T_ESS_m)$$

Onde:

RD_AR12$_m$ é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior, no mês de apuração "m"

TRU_ESS$_m$ é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS$_m$ é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

SFM_FUT_RECONT$_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

72.2. A Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS corresponde à sobra residual de recursos disponível para alívio de ESS descontada ainda a parcela utilizada para alívio das doze últimas contabilizações, este último somente nos processamentos de contabilização, utilizada no próximo ciclo contábil e dada pela expressão:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$SF_ESS_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m)$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$SF_ESS_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m - RD_AR12_m)$$

Onde:

SF_ESS_FUT$_m$ é a Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS no mês de apuração "m"

TRDA_ESS$_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS$_m$ é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

RD_AR12$_m$ é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês, no mês de apuração "m"

SFM_FUT_RECONT$_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

72.3. O Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo refere-se ao total de pagamentos referentes aos encargos de serviços do sistema. Desta forma, a expressão que determina o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo por agente no mês de apuração é dada por:

$$TP_ENC_AR_{a,m} = P_ENC_ESS_{a,m}$$

Onde:

TP_ENC_AR$_{a,m}$ é o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

P_ENC_ESS$_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

Importante:

Os perfis de agente das classes de Importação e Exportação para os meses em que for observado exportação de energia elétrica em caráter interruptível não farão jus ao alivio retroativo do total de seus encargos passíveis de alivio, ou seja, o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo ($TP_ENC_AR_{a,m}$) para os referidos meses serão iguais a zero.

3.1.2. Dados de Entrada da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

RU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$SFM_FUT_RECONT_m$	**Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.1.3. Dados de Saída da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

RD_AR12_m	**Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" destinado ao alívio retroativo das exposições financeiras do 12º mês anterior
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$SF_ESS_FUT_m$	**Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" para eventual alívio de despesa futuras com ESS
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$TP_ENC_AR_{a,m}$	**Total de Pagamentos de Encargos Passível de Alívio Retroativo**	
	Descrição	Montante de encargos apurados passível de alívio retroativo, composto pelos encargos de serviços do sistema e os encargos por razão de segurança energética, por agente perfil de agente "a", calculados no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

9 – Encargos 2022.6

1. Introdução

Os custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema para atendimento da demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), e que não estão incluídos no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) estabelecido ex-ante pela CCEE para cada semana e patamar de carga, são denominados de Encargos. Esse módulo determina o valor desses encargos e estabelece o critério de rateio destes montantes por todos os agentes de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Os encargos apurados mensalmente pela CCEE consistem basicamente em valores subdivididos em três categorias principais, dentro dos Encargos de Serviço de Sistema (ESS), de acordo com as formas de rateio e alívio desses montantes determinadas pelo poder concedente.

Os Encargos de Segurança Energética são gerados devido ao despacho extraordinário de recursos energéticos adicionais por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, com o objetivo de garantir o suprimento energético.

Os demais Encargos de Serviços de Sistema são rateados pelos agentes de consumo e possuem direito a alívio retroativo.

Por simplicidade de notação, quando houver a citação neste módulo dos "Encargos de Serviços do Sistema (ESS)", o termo será referido aos Encargos de Serviços do Sistema, exceto Encargos por Segurança Energética.

Figura 1: Relação do módulo 9 – Encargos com os demais módulos das Regras de Comercialização

Em linhas gerais, as informações de medição provenientes do módulo de regras "Medição Contábil", a garantia física ajustada no centro de gravidade do sistema, considerando sazonalização flat, proveniente do módulo "Repactuação do Risco Hidrológico do ACR", além de informações da ANEEL e do Operador Nacional do Sistema (ONS) são utilizadas para a formação dos encargos a serem pagos aos agentes geradores com usinas passíveis de recebimento desses montantes. As demais informações advindas dos módulos de "Penalidades", e "Tratamento das Exposições" são utilizadas para alívio e rateio dos encargos apurados neste caderno de regras

1.1. Lista de Termos

Esse módulo utiliza os seguintes termos e expressões, cujas definições são encontradas no módulo de Definições e Interpretações, tratado como anexo das Regras de Comercialização.

- **Acordo Operativo CCEE/ONS**
- **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)**
- **Custo Incremental**
- **Custo Variável Unitário (CVU)**
- **Deslocamento Hidráulico (DH)**
- **Inflexibilidade**
- **Mercado de Curto Prazo ou MCP**
- **Modalidades de Despacho**
- **Preço de Liquidação das Diferenças ou PLD**
- **Preço de Liquidação das Diferenças Estrutural ou PLD_MAX_EST**
- **Preço de Liquidação das Diferenças Máximo Horário ou PLD_MAX_H**
- **Preço do Deslocamento Hidráulico ou PLDx**
- **Serviços Ancilares**

1.2. Conceitos Básicos

1.2.1. O Esquema Geral

O módulo " 9 – Encargos", esquematizado na Figura 2, é composto por uma sequência de etapas de cálculo com o objetivo de apurar os montantes de encargos e o rateio desses valores entre os agentes da CCEE, além de determinar os recursos disponíveis para o alívio retroativo das exposições financeiras e dos encargos de serviços de sistema:

Figura 2: Esquema Geral do Módulo de Regras: " 9 – Encargos"

São apresentadas a seguir as descrições das etapas do processo que serão detalhadas neste documento:

Encargos por Restrição de Operação

Calcula o montante de encargos por restrição de operação, das usinas não hidráulicas, pela diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE. Além disso, a geração referente às restrições de operação das usinas, cadastradas no modelo de otimização da programação diária, também são classificadas com restrição. Esse encargo é resultante de três situações possíveis:

- **Constrained-On:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios positivos da ordem de mérito);
- **Constrained-Off:** usina termelétrica que tem sua geração reduzida em relação à ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios negativos da ordem de mérito)
- **Unit Commitment:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender as restrições técnicas de operação dos critérios de tomada e descida de carga, e tempo mínimo de acionamento.

Encargos de Serviços Ancilares

Determina os custos incorridos na prestação de serviços ancilares pelos agentes tais como compensação síncrona, ressarcimento de custos de operação e manutenção de equipamentos especiais de supervisão, controle e comunicação autorizados pelo poder concedente, e atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa.

Encargos de Segurança Energética

Determina os encargos oriundos das usinas despachadas por decisão do CMSE com o objetivo de garantir o suprimento energético e dos encargos oriundos do deslocamento hidráulico proporcionado pela geração por segurança energética e por importação de energia sem garantia física associada.

Encargos por Importação

Determina os encargos oriundos das usinas de importação de energia entre o Brasil e países vizinhos despachadas por decisão da ONS, com o objetivo de garantir a redução do custo imediato de operação do SIN.

Encargos de Deslocamento Hidráulico

Determina os custos incorridos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do deslocamento da geração dessas usinas pela ocorrência de geração fora da ordem de mérito do custo e de importação de energia elétrica sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016, sendo que essas usinas hidrelétricas têm direito a ressarcimento através de três tipos de encargos:

- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Energético:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração por segurança energética e da importação de energia sem lastro associado.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Elétrico:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração termelétrica por restrição elétrica, elegível, por critérios estabelecidos pelo ONS, como fonte da redução da geração das usinas hidrelétricas do MRE.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade**: ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas, derivada de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível.

Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Determina os valores preliminares, em R$/MWh, dos encargos de serviços do sistema, formados pelas restrições de operação, prestação de serviços ancilares e deslocamento hidráulico oriundo de restrições elétricas que são passíveis de alívio.

Apuração do Valor de Encargos de Segurança Energética

Determina o total dos custos oriundos da segurança energética, que contempla o ressarcimento dos custos das usinas despachadas por segurança energética e o custo do deslocamento hidráulico provocado por essa geração. A partir desse valor, determina-se o montante, em R$/MWh, do encargo por segurança energética.

Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema.

Ajuste dos Encargos Apurados de Restrição de Operação e Serviços Ancilares

Estabelece os valores finais, em R$/MWh, a serem aplicados a cada MWh consumido no SIN, de modo a compor o montante a ser transferido às usinas recebedoras de encargos via contabilização CCEE.

Consolidação dos Encargos

Estabelece os valores, por agente e mês de apuração, dos montantes a serem pagos e recebidos no âmbito da contabilização da CCEE a título de encargos de serviços do sistema (ESS).

Anexo

- **Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo:** consolida os recursos financeiros residuais a serem utilizados para alívio retroativo de encargos e exposições financeiras negativas (decorrentes do tratamento das exposições em função da eventual diferença de preços entre os submercados), bem como os recursos destinados a alívio futuro de encargos.

1.2.2. Restrições de Operação

O Brasil, em função da predominância hidráulica do parque gerador, decidiu adotar o modelo de despacho centralizado (*tight pool*), em que o ONS decide a quantidade de energia a ser despachada por usina integrante do sistema interligado, com base em cadeia de modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios.

Essa cadeia de modelos de otimização é a mesma utilizada pela CCEE na determinação do PLD. Na determinação do CMO, o ONS considera as restrições de transmissão internas a cada submercado para que o despacho atenda a demanda do mercado e assegure a estabilidade do sistema. Já a CCEE calcula um PLD único para todo o submercado, ou seja, para efeito do cálculo do preço, a CCEE trabalha como se a energia estivesse igualmente disponível em todos os pontos de consumo desse mesmo submercado. Dessa forma, as restrições internas aos submercados não são consideradas. Há, portanto, uma diferença importante entre o despacho econômico calculado pela CCEE e o despacho elétrico operacionalizado pelo ONS. Dessa forma, é possível que as usinas venham a ser despachadas em níveis diferentes dos previstos na CCEE. Essas diferenças são ressarcidas a essas usinas pelos Encargos de Serviços do Sistema.

Os custos associados às restrições de operação correspondem ao ressarcimento para as usinas cuja produção elétrica tenha sido afetada por restrições de operação dentro de um submercado. Têm direito ao recebimento de encargos por restrições de operação apenas as usinas termelétricas com CVU não nulo.

O cálculo dos encargos relativos ao custo de restrição de operação incorpora também as diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *ex-ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado, realizado pelo ONS, como: alterações na configuração do sistema decorrentes da queda de uma linha de transmissão, uma grande chuva que venha a ocorrer após o cálculo do modelo de otimização da programação e que pode alterar substancialmente o planejamento da operação de curto prazo do ONS, dentre outras possibilidades.

A diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE pode resultar em duas situações possíveis, conforme mencionado anteriormente, quais sejam: (i) *constrained-off* e (ii) *constrained-on*.

A Figura 3 ilustra as ambas as condições de restrição operacional:

Figura 3: Tipos de Restrição de Operação: *Constrained-Off* e *Constrained-On*

Devido às restrições técnicas das usinas térmicas, podem ser programados despachos além da ordem de mérito, com o objetivo final de atender uma solicitação de despacho na ordem de mérito do ONS. Tais restrições, denominadas de unit commitment, passam a ser modeladas no DESSEM.

A primeira restrição que deve ser observada é o tempo mínimo de acionamento da usina, ou seja, uma vez acionada, a usina necessita tecnicamente de determinada quantidade de horas ligadas até finalizar o desligamento. Além disso, existem as restrições de tomada e descida de carga (rampa de subida e descida, respectivamente).

Para atender a solicitação de despacho da ordem de mérito é necessário que a usina termelétrica inicie o processo de acionamento das unidades geradoras, em momento anterior para atendimento da potência da usina, ou ainda no nível de despacho programado (respeitado a geração mínima e geração máxima).

Por fim, também é necessário respeitar as restrições de descida de carga da usina para retornar à condição de desligamento total. Destaca-se também a restrição de tempo mínimo de desligamento até um novo acionamento, também cadastrada como parâmetro técnico no DESSEM, porém sem direito a recebimento de encargo.

Figura 4 – Representação das Restrições Operativas por Unit Commitment

1.2.3. Serviços Ancilares

Os serviços ancilares, conforme Resolução nº 697, de 16 de dezembro de 2015, são destinados a garantir a qualidade e a segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN.

Os serviços ancilares informados pela ANEEL e remunerados por meio dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) são compostos por:

a) Compensação Síncrona: O agente de geração recebe o equivalente à energia reativa gerada ou consumida valorada à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), que é revista pela ANEEL anualmente.

b) Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa: As usinas termelétricas que forem acionadas para atenderem ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa recebem essa energia valorada ao preço da oferta realizada, quando o atendimento ao despacho é considerado satisfatório, ou ao seu CVU para despacho na ordem de mérito, quando insatisfatório. A energia gerada é liquidada a PLD a crédito do gerador e o montante financeiro adicional necessário para completar a valoração dessa energia é pago ao gerador por meio de encargos.

c) Os empreendimentos de geração atualmente em operação que venham a ter o provimento de serviços ancilares determinado pela ANEEL, ou que tiveram autorização para reposição dos equipamentos e peças destinadas à prestação de serviços ancilares, terão o custo de implantação ou reposição auditado e aprovado por tal agência e ressarcido via ESS, sendo eles:

- Ressarcimento pelo custo de operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG).
- Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por reposição dos sistemas existentes incorridos por agentes de geração, transmissão e distribuição, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 309/08
- Ressarcimento pelo custo de operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento (*Black Start*).
- Ressarcimento pelo custo fixo de usinas emergenciais
- Ressarcimento por investimentos para prestação de Serviços Ancilares.

1.2.4. Encargos por Importação

Em 15 de agosto de 2018 foi publicada a Portaria nº 339 do Ministério de Minas e Energia (MME), a qual estabelece que, o Operador Nacional do Sistema (ONS) poderá utilizar integralmente ou parcialmente a energia de importação proveniente da República Argentina e do Uruguai, observando as quantidades e as condições passíveis de substituição termelétrica, garantindo a redução do custo imediato de operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Poderão ser autorizados um ou mais Agentes Comercializadores como responsáveis pela importação de energia elétrica perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, desde que adimplentes e autorizados nos termos da Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011.

A declaração dos montantes e dos preços da energia para importação será realizada por meio de ofertas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega da energia no centro de gravidade do SIN e tendo como destino o Mercado de Curto Prazo (MCP). Os montantes e preços da energia ofertados para importação não serão considerados nos processos de planejamento e programação da operação associados ao Programa Mensal da Operação (PMO) e de formação do PLD.

1.2.5. Encargos de Segurança Energética

Em dezembro de 2007 foi publicada a Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a qual estabelece em seu Artigo 2º que, com vistas à garantia do suprimento energético, o ONS poderá despachar recursos energéticos fora da ordem de mérito econômico (em ordem crescente em relação aos custos declarados de geração) ou mudar o sentido do intercâmbio entre os submercados, por decisão do CMSE.

Como o despacho fora da ordem de mérito, para a garantia de suprimento energético, não leva em consideração o custo de operação declarado dessas usinas para a formação do PLD, a Lei 13.360/2016, estabeleceu que o montante financeiro a ser pago para as usinas despachadas adicionalmente para a garantia de suprimento energético será rateado pelos consumidores.

1.2.6. Encargos de Deslocamento Hidráulico

O Artigo 2º da Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, com redação dada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, estabelece que a ANEEL deverá estabelecer para aplicação a partir de 2017, a valoração, o montante elegível e as condições de pagamento para os participantes do MRE do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de:

I – Geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito;

II – Importação de energia elétrica sem garantia física.

Dessa forma, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 764, de 18 de abril de 2017, que estabelece as regras para se determinar o montante de energia que deve ser considerado como deslocamento hidráulico, a forma de apuração do custo desse deslocamento e a forma de ressarcimento aos geradores participantes do MRE.

Assim, definiu-se que o deslocamento hidráulico é composto por duas parcelas:

1. O deslocamento hidráulico energético, constituído pela geração por segurança energética mais a importação de energia sem garantia física associada
2. O deslocamento hidráulico elétrico, constituído pela geração originada por restrições elétricas identificada pelo ONS como indutora de redução de geração das usinas participantes do MRE

Desses dois montantes incialmente apurados deve-se abater a indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. Posteriormente, foi publicado pela Aneel ato normativo que estabeleceu que também devem ser apurados montantes de deslocamento hidráulico provenientes de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo que estes montantes de deslocamento não devem sofrer abatimento da indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. A Figura 5 ilustra a apuração dos montantes de deslocamento hidráulico.

Figura 5: Apuração dos montantes de deslocamento hidráulico

Os montantes de deslocamento hidráulico apurados, inclusive os oriundos de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, são rateados entre todas as usinas participantes do MRE na proporção da garantia física modulada e ajustada, considerando sazonalização flat.

Os montantes de deslocamento hidráulico destinados às usinas do MRE que optaram pela repactuação do risco hidrológico precisam ser ajustados em função do produto escolhido no processo de repactuação e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

A Figura 6 ilustra os pontos anteriores.

Figura 6: Determinação do Deslocamento Hidráulico para usinas que repactuaram

Tendo se determinado os montantes de deslocamento hidráulico que cada usina hidrelétrica participante do MRE têm direito, apura-se o custo desse deslocamento a partir do produto entre o montante de deslocamento e a diferença entre o valor do PLD da hora e do submercado em que houve deslocamento e o chamado PLD_X, valor associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica.

Os custos apurados dos deslocamentos hidráulicos são assumidos por:

- Todos os consumidores do SIN;
- Pelo gerador termelétrico, no caso de de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo assumido pelo agente proprietário da usina termelétrica que deu origem ao deslocamento.

1.2.7. Forma de rateio dos encargos

Os encargos mencionados anteriormente são rateados entre os agentes de formas distintas, conforme apresentado a seguir:

	Forma de Rateio
Restrição de Operação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN,* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado.
Compensação Síncrona	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN de todos os agentes localizados no seu submercado.
Serviços Ancilares	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Importação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Segurança Energética	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN, considerando eventual geração de propriedade da carga, provenientes de usinas localizadas no mesmo ou em outro sítio.*
Deslocamento Hidráulico	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado. Referente ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade, seu custo será pago pela usina que deu origem.

Figura 7: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

1.2.8. Consolidação dos Encargos

A consolidação dos encargos consiste em determinar o total de encargos a serem pagos aos agentes com usinas recebedoras de encargos no mês de apuração.

Os encargos de serviços do sistema são compostos por encargos de serviços ancilares, encargos por restrição de operação, encargos por Segurança Energética, encargos por Importação e encargos por Deslocamento Hidráulico, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

Os seguintes recursos podem ser utilizados para abatimento ou alívio do total de encargos de serviços do sistema a ser pago pelos agentes proprietários de pontos de medição de consumo registrados na CCEE:

- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente;
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico); e
- Recursos advindos da aplicação de penalidades anteriores a novembro de 2005 por insuficiência de lastro de comercialização de energia (conforme estabelecido nas Resoluções ANEEL nº 91/2003 e nº 352/2003), acrescido do pagamento de penalidades por falta de combustível, associada aos processos de coleta de dados de medição pela CCEE, multas atribuídas ao não aporte das garantias financeiras e multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.

A Figura 9 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 9: Total de Encargos superior a Reserva para Alívio de ESS

Se o recurso para alívio de ESS for maior que o total de encargos de serviços do sistema, os agentes proprietários de pontos de medição de consumo não pagam ESS e o valor remanescente é alocado da seguinte forma:

- O saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente, caso haja, será utilizado para processar o alívio retroativo de exposições residuais dos geradores em função do tratamento das exposições e os encargos de serviços do sistema de meses anteriores (Vide módulo "Consolidação de Resultados"); e
- Caso haja recursos advindos da aplicação de penalidades e a sobra de receita do mês anterior, seus saldos remanescentes, após o alívio dos ESS do mês de apuração, serão utilizados para alívio de ESS de meses futuros.

A Figura 10 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 10: Total de Encargos inferior a Reserva para Alívio de ESS no mês

Por sua vez, o encargo de segurança energética é constituído pelo custo da geração de segurança energética e pelo deslocamento hidráulico de origem energética. Destaca-se que essa modalidade de encargo não tem direito a alívio como ocorre com os encargos de serviços do sistema.

2. Detalhamento das Etapas de Encargos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras " 9 – Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

2.1. Encargos por Restrição de Operação

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas a título de encargos por restrição operacional.

Contexto:

Os Encargos por Restrição de Operação compõem um dos tipos de Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A Figura 11 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 11: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.1.1. Detalhamento dos Encargos por Restrição de Operação

O processo de cálculo relativo aos encargos por restrição de operação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

1. O cálculo dos encargos por restrição de operação incorpora eventuais diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *Ex-Ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado.

2. Os Encargos por Restrição de Operação são calculados para as usinas não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA (não emergenciais) e os interconectores internacionais que atendem restrições operativas do SIN, conforme informado pelo ONS, e são subdivididos em dois tipos *Constrained-On* e *Constrained-Off*.

2.1. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On* são pagos às usinas que não foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, por sua geração ser mais cara, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem acima do que havia sido despachado; e

2.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off* são pagos às usinas que foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem menos do que o despachado.

2.3. Encargos por Restição de Operação por Unit Commitment são pagos às usinas que foram despachadas para atender restrições físicas das usinas para a geração da ordem do mérito.

2.1.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On*

3. As usinas, enquadradas na Linha de Comando 2, acionadas por restrição de operação pelo ONS, em condição *CONSTRAINED-ON*, têm seu Encargo por Restrição de Operação calculado a partir da geração de energia verificada acima da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção da energia e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-On é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_ON_{p,j} = \left(\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}}\right) * max\ \left(0; \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

3.1. O Fator do Encargo por Restrição de Operação estabelece o percentual da produção de energia elétrica, de uma usina acionada por razão de restrição operativa efetivamente realizada, acima da instrução de despacho para o período considerado. Esse fator é expresso por:

$$\boldsymbol{F_REST_OP_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_CONST_ON_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

3.2. A Geração Realizada para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On é determinada pela geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Restrição de Operação, expresso por:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}} = G_{p,j} * F_REST_OP_{p,j}$$

Onde:

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.3. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off*

4. O ajuste da Quantidade de Energia Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é realizado de modo a referenciar essa informação à Rede Básica nos moldes do tratamento dado no caderno de Medição Contábil por meio da aplicação do Fator de Rateio de Perdas da Geração associado à usina além do respectivo Fator de Abatimento das Perdas Internas, sendo assim a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é expressa por:

$$QEA_REST_OP_{p,j} = max\left(0; \left(M_CONST_OFF_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$M_CONST_OFF_{p,j}$ é o Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pelo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p" por período de comercialização "j"

5. Para as usinas passíveis de recebimento de encargos por restrição elétrica devido a situação de Constrained-off, para cada período de comercialização, seu Encargo por Restrição de Operação será calculado a partir da geração de energia verificada abaixo da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_OFF_{p,j} = QEA_REST_OP_{p,j} * max\ \left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

2.1.4. Encargos por Restrição de Operação por *Unit Commitment*

6. O Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment será calculado a partir da geração de energia classificada por esse fim, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia, conforme a seguinte expressão:

$$Se\ INC_{p,j} > PLD_{s,j}\ então:$$

$$ENC_REST_UNIT_{p,j} = \boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} * \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)$$

Onde:

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p

6.1. A Geração por Unit Commitment da usina é definida a partir do Fator de energia gerada por Unit Commitment da usina aplicado na Geração da Final da mesma, de acordo com a expressão a seguir:

$$\boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}}$$

Onde:
$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de Usina "p", no período de comercialização "j"
$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

6.1.1. O cálculo do Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment representa a relação entre a Geração por Unit Commitment, definida pelo ONS, e a geração apurada por este:

$$\boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}} = min\left(1; \frac{UNIT_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:
$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$UNIT_{p,j}$ é o Geração por Unit Commitment de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.5. Dados de Entrada dos Encargos por Restrição de Operação

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p" por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment**	
	Descrição	Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero
$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$	Geração informada pelo ONS para atendimento a uma restrição de operação Constrained-On	
	Descrição	Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero
$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment da Usina**	
	Descrição	Volume de energia gerada por Unit Commitment verificada pelo ONS para a parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$M_CONST_OFF_{p,j}$	**Montante de geração frustrada por Constrained-Off**	
	Descrição	Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pleo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.1.6. Dados de Saída dos Encargos por Restrição de Operação

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_UNIT_C_{p,j}$	**Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment**	
	Descrição	Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.2. Encargos de Serviços Ancilares

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas por prestação de serviços ancilares.

Contexto:

Os serviços ancilares são destinados a garantir a qualidade e segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN. Os custos incorridos na prestação desses serviços são ressarcidos por meio dos Encargos de Serviços Ancilares, sendo esse um componente dos Encargos de Serviços do Sistema. A Figura 12 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 12: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.2.1. Detalhamento dos Encargos de Serviços Ancilares

O processo de determinação dos encargos de serviços ancilares é composto pelos seguintes comandos e expressões:

7. A determinação do Encargo de Compensação Síncrona da usina refere-se ao fornecimento ou absorção de energia reativa e será remunerado à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), estabelecida pela ANEEL em resolução específica. O Encargo de Compensação Síncrona é dado pela expressão:

$$ENC_CS_{p,j} = MER_CS_{p,j} * TSA_{p,m}$$

Onde:

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo por Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$MER_CS_{p,j}$ é a Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TSA_{p,m}$ é a Tarifa de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

8. O Encargo por Outros Serviços Ancilares atribuído a uma usina é determinado pela relação de todos os ressarcimentos autorizados pelo regulador em função de investimentos realizados para prestação de serviços ancilares ao sistema, operação e manutenção de equipamentos necessários à participação do Controle Automático de Geração (CAG), do Sistema Especial de Proteção (SEP), equipamentos de autorrestabelecimento e por contratação de usinas emergenciais. O Encargo por Outros Serviços Ancilares é expresso por:

$$ENC_OSA_{p,m} = RISA_{p,m} + RCAG_{p,m} + RSEP_{p,m} + RART_{p,m} + RCUE_{p,m}$$

Onde:

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RISA_{p,m}$ é o Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCAG_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação Necessários à Participação no CAG (Controle Automático de Geração) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RSEP_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP (Sistema Especial de Proteção) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RART_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCUE_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

9. O Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, é determinado pela geração realizada no cumprimento desse serviço ao sistema, valorado pela diferença entre o preço determinado para essa energia, com base no critério de atendimento satisfatório ao despacho, e o PLD verificado no momento da geração:

Se a usina estiver atendendo o despachado complementar para manutenção de reserva de potência operativa

$$ENC_RESPOP_{p,j} = G_RESPOP_{p,j} * max(0; \boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} - PLD_{s,j})$$

Onde:

$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$G_RESPOP_{p,j}$ é a Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Compelmentar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

9.1. O Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa é determinado em função do atendimento satisfatório ou não do despacho pela usina. Em caso de atendimento satisfatório, a usina tem direito ao preço ofertado no mecanismo. Caso o atendimento seja insatisfatório, a usina terá direito apenas ao seu custo declarado para fins de despacho por ordem de mérito. Para determinar se o despacho foi satisfatório, é observado se a proporção da geração realizada foi superior às indisponibilidades forçada e programada da usina:

Se o atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva operativa foi satisfatório pela usina "p"

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$$

Caso contrário

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = INC_{p,j}$$

Onde:

$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$ é o Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

2.2.2. Dados de Entrada dos Encargos de Serviços Ancilares

	Geração Final da Usina	
$G_{p,j}$	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_RESPOP_{p,j}$	**Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica “p”, ajustada por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MER_CS_{p,j}$	**Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona**	
	Descrição	Parcela de energia reativa da usina “p” associada à prestação de serviços ancilares por compensação síncrona, por período de comercialização “j”. O ressarcimento em si é calculado no Módulo de Regras relativo aos Encargos
	Unidade	MVArh
	Fornecedor	Medição Contábil (Anexo III)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado “s” e período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$	**Preço Ofertado pelo agente Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos

$RART_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCUE_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais**	
	Descrição	Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RISA_{p,m}$	**Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Montante a ser ressarcido para a usina pelo investimento para prestação de serviços ancilares
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCAG_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TSA_{p,m}$	**Tarifa de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Valor para ressarcimento de custos adicionais de operação e manutenção referente ao suporte de reativo provido pelas parcelas de usinas "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MVArh
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos

2.2.3. Dados de Saída dos Encargos de Serviços Ancilares

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3. Encargos por Importação

Objetivo:

Apurar os montantes devidos às usinas a título de encargos por importação.

Contexto:

A energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai poderão ser ofertadas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega de energia no Centro de Gravidade do SIN e sendo liquidado no MCP. Tal energia poderá ser utilizada de forma integral ou parcial pelo ONS, desde que essa importação viabilize a redução do custo imediato de operação do SIN.

Figura 13: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.3.1. Detalhamento dos Encargos por Importação

O processamento dos encargos por importação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

10. A importação de energia realizada através de estações conversoras, para efeito de operacionalização na CCEE, será representada pela modelagem de uma usina térmica com modalidade de despacho tipo IA ou tipo IIA.

11. Esta usina estará modelada sob um perfil de agente comercializador importador, e é vedado a modelagem de qualquer outro tipo de ativo sob este mesmo perfil de agente.

12. Eventuais créditos relativos ao processo de importação de energia da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai são isentos do processo de rateio de inadimplência.

13. Os custos relativos à importação da energia elétrica serão determinados pela Geração de energia, em função do despacho de importação, valorada pela diferença entre o Preço de Oferta de Importação e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Razão de Importação é expresso por:

$$ENC_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(P_IMP_{p*,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

∀ s onde está localizada a estação conversora

Onde:

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

14. Nos casos em que houver substituição de Geração térmica por Importação e o PLD for maior que o Preço de Oferta para Importação será apurado uma diferença financeira destinada para alívio de ESS. Esta diferença deverá ser determinada a partir da geração de energia verificada valorada entre o PLD e o Preço de Oferta de Importação. O cálculo será expresso por:

$$EXCD_FIN_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - P_IMP_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15. Quando o montante de energia efetivamente importado for inferior ao montante definido pelo ONS, os agentes comercializadores responsáveis pela importação deverão arcar com os custos dessa diferença de energia, que será valorada de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

15.1. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja inferior ao PLD, a valoração se dará pela diferença entre o PLD vigente no submercado da usina termelétrica substituída e seu CVU, de acordo com a seguinte expressão:

Se $INC_{p,j} < PLD_{s,j}$, então:

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja superior ao PLD, a valoração será de 5% do Limite Máximo Estrutural do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

Se $INC_{p,j} \geq PLD_{s,j}$ então:

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * \left(0{,}05 * PLD_MAX_EST_f\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_MAX_EST_f$ é o Limite Estrutural do Preço de Liquidação das Diferenças determinado para o ano de apuração "f"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1. Para definição dos custos da diferença entre a importação efetiva e a definida pelo ONS é necessário a determinação da Quantidade de Energia não entregue rateada para cada usina térmica substituída, pois, as usinas de importação podem substituir uma ou mais usinas. O cálculo se dará pelo rateio do montante de importação não entregue de cada usina importadora proporcionalizado pela disponibilidade verificada da usina e o despacho sem restrição das usinas substituídas. A determinação desse volume é expressa por:

$$\boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} = \boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} * \frac{DOMP_ONS_{p,j}}{\sum_{psub} DOMP_ONS_{p,j}}$$

Onde:

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1.1. O Montante de Importação definido pelo ONS e não entregue será calculado pela diferença entre o Despacho de Importação para o período e o Montante de Importação Verificado pelo ONS da usina substituta de acordo com a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} = max\left(0; \left(\left(MONT_IMP_ONS_{p*,j} - MONT_IMP_VOP_{p*,j}\right) * UXP_GLF_{p*,j} * F_PRC_GF_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o Montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_ONS_{p*,j}$ é o Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_VOP_{p*,j}$ é o Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"

$F_PRC_GF_{p,j}$ é o Fator de Ajuste da Garantia Física em função das Perdas da Rede Compartilhada da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.3. Para o caso em que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE decidir por considerar a importação como recurso adicional ao SIN, sem substituição de geração de usinas termelétricas, a valoração será de 5% do Limite Máximo Estrutural do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j} = MONT_IMP_NE_{p*,j} * (0{,}05 * PLD_MAX_EST_f)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$PLD_MAX_EST_f$ é o Limite Estrutural do Preço de Liquidação das Diferenças determinado para o ano de apuração "f"

2.3.2. Dados de Entrada dos Encargos por Importação

	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS	
$DOMP_ONS_{p,j}$	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração de energia**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Substituida**	
	Descrição	Encargo de Importação do intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos da parcela de usina substituta "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_IMP_ONS_{p,j}$	**Montante de Importação definido pelo ONS**	
	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_IMP_{p*,j}$	**Preço de Oferta de Importação de Energia**	
	Descrição	Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças definido por submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$PLD_MAX_EST_{f}$	**Preço de Liquidação das Diferenças Máximo Estrutural**	
	Descrição	Limite máximo Estrutural do PLD no dia. Esse valor, estipulado pela Aneel, é atualizado anualmente pelo IPCA e válido para todo o ano de apuração "f"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Aneel
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3.3. Dados de Saída dos Encargos por Importação

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo de Importação de energia**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p*", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de importação de energia
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$	**Excedente Financeiro de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS	
$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue	
$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$	Descrição	Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Montante de importação definido pelo ONS e não entregue	
$MONT_IMP_NE_{p*,j}$	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE	
$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.4. Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas despachadas pelo ONS por razão de segurança energética.

Contexto:

Os Encargos por Segurança Energética são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas não hidráulicas despachadas por decisão CMSE. A Figura 14 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 14 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.4.1. Detalhamento dos Encargos por Segurança Energética

O processo de apuração dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

16. O ONS deverá informar a CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, a lista de usinas e os períodos em que foram despachadas por razões de segurança energética.

17. O Encargo por Razão de Segurança Energética a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, no período de comercialização é determinado pela produção de energia despachada por razão de segurança energética a ser efetivamente ressarcida, valorada pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção de energia da usina e o Preço de Liquidação das Diferenças ex-ante apurado pela CCEE. O Encargo por Razão de Segurança Energética é expresso por:

$$ENC_SEG_ENER_{p,j} = (\boldsymbol{G_SE_{p,j}}) * max\ \left(0; (INC_{p,j} - PLD_{s,j})\right)$$

Onde:

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

17.1. O Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética é utilizado para determinar a geração de energia passível de ressarcimento por razão de segurança energética e é dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_SEG_ENER_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_SEG_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_SEG_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

17.2. A Geração realizada por segurança energética corresponde à geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética:

$$\boldsymbol{G_SE_{p,j}} = G_{p,j} * F_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”

2.4.2. Dados de Entrada dos Encargos por Segurança Energética

	Geração Final da Usina	
$G_{p,j}$	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina “p”, ajustada por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração Verificada pelo Operador do Sistema	
$G_VOP_{p,j}$	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica “p”, ajustada por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração informada pelo Operador do Sistema por Razões de Segurança Energética	
$G_ONS_SEG_{p,j}$	Descrição	Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica “p”, ajustada por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica	
$INC_{p,j}$	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Preço de Liquidação das Diferenças	
$PLD_{s,j}$	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado “s” e período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

2.4.3. Dados de Saída dos Encargos por Segurança Energética

	Encargo por Razão de Segurança Energética	
$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina “p”, no período de comercialização “j”, por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração por Segurança Energética	
$G_SE_{p,j}$	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5. Encargos por Deslocamento Hidráulico

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas hidráulicas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função de despacho de usinas termelétricas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016.

Contexto:

Os Encargos por Deslocamento Hidráulico são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas hidráulicas participantes do MRE em função da redução de sua geração originada pela geração de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia. A Figura 15 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 15: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.5.1. Determinação dos montantes de deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE

O processo de apuração dos montantes de energia vinculados ao deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

18. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar é determinado pela soma da geração por segurança energética e da importação líquida de energia sem garantia física associada, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_j = \sum_p G_SE_{p,j} + (\boldsymbol{IMP_j} * XP_GLF_j)$$

Onde:

$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada, por período de comercialização "j'

XP_GLF_j é o Fator de Rateio de Perdas de Geração, por período de comercialização "j"

18.1. O montante de Importação Líquida sem Garantia Física Associada é determinado pela soma da importação líquida dos pontos de medição de todas as conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre Brasil e os países vizinhos. Este montante é definido a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{IMP_j} = \sum_{CONV} IMP_CONV_{i*,j}$$

Onde:

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada por período de comercialização "j'

$IMP_CONV_{i*,j}$ é a Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'

"CONV" refere-se ao conjunto de conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos

"i*" representa todos os pontos de medição "i" de uma unidade conversora

Importante:

A Importação Líquida de Conversora (IMP_CONV) será apurada através dos valores registrados no SCDE, abatidos dos montantes de importação com garantia física programada por ordem de mérito que causem substituição de usinas do bloco térmico.

19. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar é determinado considerando as parcelas de usinas termelétricas despachadas por restrição elétrica, cuja geração foi indicada pelo ONS como elegível à composição do deslocamento hidráulico de usinas do MRE, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_j = \sum_p (G_CONST_ON_{p,j} * F_DH_{p,j})$$

Onde:

$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$F_DH_{p,j}$ Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

Importante:

A princípio, a geração por *constrained-on* que desloca o MRE é aquela associada a uma restrição que afeta todo o SIN, ou seja, restrições que afetam somente um submercado, ou grupos de submercados, não causam deslocamento hidráulico por restrição elétrica. Contudo, dentre as restrições que afetam todo o SIN, devem ser desconsideradas as que estiverem:

i) representadas nos modelos computacionais de programação da operação Newave, Decomp e Dessem ou resultantes deles;

ii) associadas à necessidade de recuperação de reserva de potência operativa classificados como restrição elétrica;

iii) relacionadas a aplicação do Título III da Resolução Normativa nº 1.030, de 26 de julho de 2022, no que se refere ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa;

iv) enquadradas no atendimento às Portarias do MME nº 41/2015; nº 15/2016; nº 179/2016; nº 180/2016; nº 492/2017; e nº 406/2020;

v) vinculadas ao despacho excepcional e temporário de usinas termelétricas para o atendimento a circuitos elétricos em condições operativas de ilhamento; e

vi) com inflexibilidade.

Por exemplo, supondo que em um determinado período de comercialização há 10 usinas despachadas por contrained-on que afetem todo o SIN. A princípio, toda essa geração deslocou o MRE. Todavia, se duas já estavam previstas no Deck do Decomp e uma foi indicada pelo ONS que não deve ser considerada, apenas a geração de 7 dessas usinas despachadas por *constrained-on* causam deslocamento ao MRE.

20. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Energético é determinada a partir da alocação do total de indisponibilidade de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito de forma proporcional ao montante de deslocamento hidráulico de origem energética, em relação ao total de deslocamento hidráulico apurado, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ENER_j = \boldsymbol{TOT_IND_j} * \frac{DH_ENER_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + DH_ELE_PRE_j + \boldsymbol{G_CONST_ON_NDH_j}}$$

Onde:
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que Não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"

20.1. O Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico é determinada a partir da soma das indisponibilidades, subtraído a Geração Substituta no centro de gravidade, apuradas para as usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito econômico, a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{TOT_IND_j} = max\left(0; \sum_{\boldsymbol{p}} \boldsymbol{IND_{p,j}} - \sum_{p}\left(GSUB_ONS_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização "j"
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito Econômico, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo "p", por período de comercialização "j"
$GSUB_ONS_{p,j}$ é a Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"

20.1.1. A Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS deve ser calculada para usinas não hidráulicas despachadas por ordem de mérito, sendo determinada a partir da diferença entre o despacho efetivo do ONS e a geração efetivamente realizada, a partir da seguinte expressão:

Se $DOMP_ONS_{p,j} = 0$

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = 0$$

Caso Contrário

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = \left(DOMP_DECK_DESSEM_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right) - G_DOMP_{p,j} - QEA_REST_OP_{p,j}$$

Onde:
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo, "p", por período de comercialização, "j"
$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
$G_DOMP_{,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

Importante:

Somente haverá valores para DOMP_DECK_DESSEM em períodos em que o CVU é menor CMO do barramento da usina, exceto para usinas a GNL, para as quais será utilizado o despacho realizado pelo DECOMP.

20.2. A Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico é pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_NDH_j} = \sum_{p}\left(G_CONST_ON_{p,j} * F_NDH_{p,j}\right)$$

Onde:
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$F_NDH_{p,j}$ Fator de Não Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

Importante:

A geração por constrained-on que não desloca o MRE é aquela associada a uma restrição que afeta um determinado submercado ou subsistema (grupo de submercados).

21. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinada a partir da diferença entre a indisponibilidade total apurada das usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito e o montante de indisponibilidade alocado para o deslocamento hidráulico de origem energética e elétrica, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ELE_j = TOT_IND_j * \frac{DH_ELE_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + DH_ELE_PRE_j + G_CONST_ON_NDH_{,j}}$$

Onde:
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica, no período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, no período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"

22. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico energético preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa usina termelétrica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_j = max\left(0;\ \left(DH_ENER_PRE_j - IND_DH_ENER_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico Energético, por período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"

23. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico elétrico preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa parcela de deslocamento, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_j = max\left(0;\ \left(DH_ELE_PRE_j - IND_DH_ELE_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ELE_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica no período de comercialização "j"

24. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica é determinado pela inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UTE_{p,j} = min\left(1; \frac{INFLEX_DH_{p,j} + GFOM_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right) * G_{p,j}$$

Onde:
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$INFLEX_DH_{p,j}$ é a Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$GFOM_{p,j}$ é a Geração Fora da Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

25. O montante Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado pela soma dos deslocamentos hidráulicos de inflexibilidade associados às usinas termelétricas, a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_j = \sum_p DH_INFLEX_UTE_{p,j}$$

Onde:
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

2.5.2. Destinação do Deslocamento Hidráulico às Usinas Hidrelétricas do MRE

O processo de destinação dos montantes de deslocamento hidráulico às usinas hidrelétricas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

26. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico energético total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_UH_{p,j} = DH_ENER_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

27. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico elétrico total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (flat), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_UH_{p,j} = DH_ELE_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

28. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} = TOT_DH_INFLEX_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.3. Tratamento das usinas hidrelétricas que repactuaram o risco hidrológico no ACR

O processo de tratamento das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no ACR é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

29. Os proprietários das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no âmbito do ACR podem ter escolhido repactuar a não totalidade da garantia física dessas usinas. Dessa forma, é necessário segregar os montantes de deslocamento hidráulico associados a essas usinas em duas parcelas: a parcela associada à repactuação do risco hidrológico e a parcela não associada à repactuação, sendo que para os volumes de deslocamento hidráulico associados à repactuação existe um tratamento que depende do produto de repactuação escolhido e do Ajuste MRE (GSF) verificado.

29.1. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"

"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

29.2. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_NREP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} - DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

$DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

29.3. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:

$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"

"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

29.4. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_NREP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,j} - DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

$DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

"PMRE" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

29.5. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:

$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"

"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

29.6. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} - DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

hidráulico elétrico

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo DH_INFLEX_PRE_REP_UH será zero

30. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR é necessário ajustar os valores dos montantes de deslocamento hidrológico energético e elétrico repactuados em função do produto de repactuação escolhido e pelo valor do Ajuste MRE (GSF) apurado, sendo que as usinas só têm direito a receber a parcela de deslocamento hidráulico repactuado com o não acionamento do produto.

31. Em relação ao deslocamento hidrelétrico de inflexibilidade, todo o montante irá gerar encargo; todavia, uma parte do encargo será percebido pelo proprietário da usina e outra parte pelos agentes de distribuição, em função do produto escolhido e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

32. Para o produto P, no qual o proprietário de uma usina optou por não repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, quando o Ajuste MRE for superior a um, situação que denota a presença de energia secundária, as usinas terão direito integral aos montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado, de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, que optaram por repactuar o risco hidrológico em um produto classe "P", para cada período de comercialização, são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Onde:
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto P

33. Para os produtos SPR e SP, como o proprietário da usina optou em repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, sempre que o Ajuste MRE for superior a um, o que denota uma situação de presença de energia secundária, os valores de deslocamentos hidráulicos repactuados serão zerados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE.

34. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado e de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento por Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, que optaram por repactuar o risco hidrológico em produtos das classes SPR ou SP, para cada período de comercialização, são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Onde:
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto SP ou produto SPR

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela repactuação em produto da classe SPR, o Fator de Risco Hidrológico assumido pela usina ($F_{p,j}$) é sempre zero.

2.5.4. Determinação do montante final de deslocamento hidráulico de usinas hidrelétricas participantes do MRE

O processo de determinação dos montantes de deslocamento hidráulico consolidados das usinas hidrelétricas participantes do MRE é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

35. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_UH_{p,j} = DH_ENER_REP_UH_{p,j} + DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_ENER_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

36. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_UH_{p,j} = DH_ELE_REP_UH_{p,j} + DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_ELE_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

37. No que se refere ao deslocamento hidráulico por inflexibilidade, deve-se determinar o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo percebido pelo proprietário da usina e o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo que será transferido aos agentes de distribuição.

38. Dessa forma, o montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UH_{p,j} = DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} + DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_INFLEX_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

39. O montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da diferença entre o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado e o montante Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} - DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.5. Determinação dos Encargos por Deslocamento Hidráulico

O processo de determinação dos montantes de encargos oriundos do deslocamento hidráulico é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

40. O montante de Encargo por Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento energético da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, para cada período de comercialização, a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = max\left(0; DH_ENER_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" e período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

41. O montante de Encargo porDeslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento elétrico da usina hidrelétrica, e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, no período de comercialização, a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ELE_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ELE_{p,j} = max\left(0; DH_ELE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_j\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p", no período de contabilização "j"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"p" é a usina hidráulica para a qual é determinado o custo do deslocamento hidráulico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

42. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

43. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de repasse da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.6. Dados de Entrada de Encargos por Deslocamento Hidráulico

	Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico	
AJUSTE_MRE_RRH$_j$	Descrição	Representa a relação entre a Geração Total Agregada e a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, ambas referentes ao MRE. Calculado por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Detalhamento Ajuste da Garantia Física para Fins de Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Despacho por Ordem de Mérito Enviado pelo ONS	
DOMP_ONS$_{p,j}$	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS para cada parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito Efetivo do Deck do ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_{p,j}$	**Fator de Risco Hidrológico**	
	Descrição	Fator de Risco hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_DH_{p,j}$	**Fator de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS/CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_INT_{i,j}$	**Fator de Intercâmbio**	
	Descrição	Fator Intercâmbio vinculado ao ponto de medição "i", que indica se no período de comercialização "j" está ocorrendo importação ou exportação de energia
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo de Perdas Internas das Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_NDH_{p,j}$	**Fator de Não Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Fator de Não Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS/CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFOM_{p,j}$	**Geração Fora da Ordem de Mérito**	
	Descrição	Quantidade de energia produzida por uma parcela de usina "p", fora da ordem de mérito de custo, definida pelo NOS, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_DOMP_{p,j}$	**Geração Final na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GSUB_ONS_{p,j}$	**Geração Substituta Efetiva**	
	Descrição	Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização, "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFIS_2_RRH_{p,j}$	**Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada**	
	Descrição	Garantia Física, para cálculo do repasse do risco hidrológico, modulada e ajustada, em função das perdas internas e indisponibilidade da usina e das perdas da rede básica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Modulação da Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$IMP_CONV_{i*,j}$	**Importação Líquida de Conversora**	
	Descrição	Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS e CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INFLEX_DH_{p,j}$	**Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_TERM_DH_{p,j}$	**Geração Termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Geração termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_CVR_{p,m}$	**Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e Período de Contabilização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_X_j	**Preço do Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Detalhamento do Cálculo do PLD_X)
	Valores Possíveis	Positivos

$QM_GF_RRH_{p,m}$	**Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$XA_DH_{p,j}$	**Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

XP_GLF_j	**Fator de Rateio de Perdas de Geração**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser aplicado aos pontos de geração que participam do rateio de perdas (50% das perdas alocadas para a categoria geração e 50% das perdas alocadas para a categoria consumo), por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5.7. Dados de Saída de Encargos por Deslocamento Hidráulico

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica com parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

ENC_DH_INFLEX_REPASSE $_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

DH_INFLEX_UTE$_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6. Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Objetivo:

Identificar os valores preliminares em reais por MWh para pagamento dos encargos de serviços do sistema às usinas que recebem esses montantes.

Contexto:

A apuração do valor dos encargos a ser aplicado aos agentes leva em conta o total de encargos de serviços do sistema, exceto os Encargos por Segurança Energética, e o total de consumo em que incidem esses custos. Esse valor ainda deve sofrer alívio conforme verificado na etapa Ajuste dos Encargos Apurados. A Figura 16 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 16: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.6.1. Detalhamento da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

O processo de apuração do valor dos encargos não ajustados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

44. Os Encargos de Serviços do Sistema devem ser rateados entre o consumo total atendido pelo SIN. A determinação do Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema depende do perfil do agente na CCEE:

44.1. Se o agente pertencer à categoria de distribuição, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Total determinado no Módulo de Regras "Medição Contábil", expresso por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = TRC_{a,s,j}$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

44.2. Caso contrário, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Atendido pelo SIN considerando uma eventual parcela cativa de consumo. O Consumo Atendido pelo SIN verifica a geração de propriedade do agente, deduzindo essa parcela de geração de seu(s) ponto(s) de consumo. O Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema é expresso, nessa condição, por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = max\left(0; \left(\sum_{\substack{c \in s \\ c \in a}} \boldsymbol{RC_SIN_{c,j}}\right) - TRC_CAT_CL_{a,s,j} + TRC_CAT_D_G_{a,s,j}\right)$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo do perfil de agente "a", Consumidor Livre, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_CAT_D_G_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo Associado ao Distribuidor/Gerador do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

44.2.1. O Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional deve considerar a parcela de geração de propriedade do agente, pois, conforme estabelecido no parágrafo único do Art 59 do Decreto nº 5163, par fins de pagamento des Encargos de Serviço do Sistema, o autoprodutor equipara-se ao consumidor na parcela de seu consumo líquido, calculado pela expressão a seguir:

$$\boldsymbol{RC_SIN_{c,j}} = max\left(0; RC_{c,j} - \sum_{p}\left(\left(G_{p,j} + GFT_{p,j} + FLUXO_MRE_{p,j}\right) * \boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}}\right)\right)$$

Onde:

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$RC_{c,j}$ é o Consumo Reconciliado da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,j}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

44.2.1.1. O Percentual de Geração Alocada da usina para atendimento à carga estabelece a proporção horária de alocação de geração que cada parcela de carga possui, com base no percentual de direito de alocação do agente. No caso do agente Varejista, tal percentual deve se limitar aos agentes representados que possuam participação no respectivo empreendimento de geração, garantindo que os demais representados não usufruam indevidamente de uma energia que não possuam direito, conforme expressão abaixo:

*(I) No caso de agente **Varejista**:*

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_V_{\alpha,rp,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_RP} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c" \in "rp", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ Varejista\ "\alpha"$$

(II) Para os demais agentes:

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_AGP} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ "\alpha"$$

Onde:

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", que possui propriedade da parcela de usina "p"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p"

"CP_ALFA_RP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente Varejista "alfa", vinculadas ao representado "rp", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

45. O ONS deverá informar à CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, para cada restrição de operação ocorrida, a lista de usinas impactadas e o tipo de restrição considerando a forma de rateio que deve ser aplicada para os consumidores.

46. Os Seguintes agrupamentos de submercados são utilizados tanto para o cálculo do Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação (incluindo as restrições por unit commitment) quanto para o cálculo do Valor do Encargos de Outros Seviços Ancilares:

Tabela 1 - Subsistemas

Agrupamentos (SUB_SS)
SE
S
NE
N
S-SE
N-NE
SE-NE
SE-N
S-SE-NE
S-SE-N
SE-NE-N
SIN

46.1. O Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados em cada submercado "s" por período de comercialização "j", em R$/MWh, é expresso por:

$$VE_RO_SUBSIS_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in RO_SS} \left(ENC_REST_UNIT_{p,j} + ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} \right)}{\sum_{s \in SUB_SS} TRC_ESS_{a,s,j}} \right)$$

Onde:

$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados devido à parcela de usina "p", no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

"RO_SS" é o conjunto de parcelas de usinas "p", sujeitas a uma restrição de operação do tipo multi-submercados cujo custo deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS" no período de comercialização "j"

"SUB_SS" é o conjunto submercados "s" compreendidos no agrupamento em que ocorreu a restrição de operação

Importante:

O conjunto "SUB_SS" considerado na expressão deverá ser o mesmo atribuído a parcela de usina "p" pelo ONS.

47. O Valor do Encargo de Compensação Síncrona relaciona a soma dos encargos de compensação síncrona apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_CS_{s,j} = \frac{\sum_{p \in s} ENC_CS_{p,j}}{\sum_{a \in s} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:

$VE_CS_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

48. O Valor do Encargo de Importação relaciona a soma dos encargos de importação apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_IMP_{s,j} = \frac{\sum_{p} \left(ENC_IMP_{p*,j} \right)}{\sum_{a} \sum_{s} \left(TRC_ESS_{a,s,j} \right)}$$

$$\forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

49. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares consolida o valor dos encargos de serviços ancilares apurados para a cobertura do custo de usinas que pestaram tais serviços, acrescido do valor dos encargos de serviços ancilares para cobertura do custo de distribuidoras e consumidores responsáveis pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção. O valor final é apurado de acordo com o submercado dos agentes que devem ser responsáveis pela cobertura desses custos, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago por esses agentes e expresso por:

$$VE_OSA_{s,j} = \boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} + \boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}}$$

Onde:

$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_OSA_DCON_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"

49.1. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas relaciona os encargos de serviços ancilares devido às usinas que prestaram os serviços, com o consumo dos agentes que são responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$\boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in PSA_SS} ENC_OSA_{p,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right)$$

$$\forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_OSA_USI_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"PSA_SS" é o conjunto de usinas "p" cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"
"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

49.2. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores relaciona os encargos de serviços ancilares referentes à implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção, com o consumo dos agentes responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$\boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{a \in DCSA_SS} RSEP_D_{a,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right)$$
$$\forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:
$VE_OSA_DCON_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento ao Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de Apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
"DCSA_SS" é o conjunto de agentes distribuidores ou consumidores cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"
"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

Importante:

Para cada usina ou agente que prestou serviços ancilares, o valor do conjunto "SUB_SS" considerado para determinar o rateio dos pagadores que devem cobrir o seu custo, é informado pela Aneel. Quando esse dado não for informado, será considerado o SIN como agrupamento de submercados.

50. O Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS relaciona o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SALDO_{s,j} = \frac{PAG_SALDO_ESS_m}{\sum_{s \in SIN} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$PAG_SALDO_ESS_m$ é o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

51. O Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico relaciona a soma dos encargos de deslocamento elétrico apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_DH_ELE_{s,j} = \frac{\sum_{p} \left(ENC_DH_ELE_{p,j} \right)}{\sum_{a} \sum_{s} \left(TRC_ESS_{a,s,j} \right)}$$
$$\forall j \in m$$

Onde:
$VE_DH_ELE_{s,j}$ é o Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico no submercado "s", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

52. O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados é um valor em R$/MWh, que consolida os valores apurados em apenas uma informação por submercado e período de comercialização, rateados conforme consumo de referência para fins de ESS, conforme expressão abaixo:

$$VE_ESS_{s,j} = VE_OSA_{s,j} + VE_CS_{s,j} + VE_RO_SUBSIS_{s,j} + VE_SALDO_{s,j} + VE_IMP_{s,j} + VE_DH_ELE_{s,j}$$

Onde:
$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_CS_{s,j}$ é o Preço do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Preço dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_DH_ELE_{s,j}$ é o Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico no submercado "s", no período de comercialização "j"

Importante:

O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados submercados (VE_ESS) não consta o encargo referente a reserva de potência operativa, visto o tratamento distinto para fins de rateio.

53. O Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa determina o valor a ser pago para cada MWh consumido pelo agente consumidor, considerando o rateio de todos os valores a serem recebidos pelas usinas que prestam tal serviço pelo consumo mensal líquido do SIN, entre todos os sbumercados:

$$VE_RESPOP_m = \frac{\sum_{p} \sum_{j \varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}}{\sum_{a} TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.6.2. Dados de Entrada da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On	
$ENC_CONST_ON_p$	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off	
$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina hidrelétrica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo por Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PAG_SALDO_ESS_m$	**Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS**	
	Descrição	Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Anexo II – Cálculo e Utilização do Saldo de Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do agente no respectivo ativo de geração.
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Cadastro do Sistema Elétrico
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do representado no respectivo ativo de geração
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Cadastro do Sistema Elétrico
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_{c,j}$	**Consumo Reconciliado da Carga**	
	Descrição	Consumo de energia ajustado de uma parcela de carga "c", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$	**Total de Consumo Cativo do Consumidor Livre**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo cativo atribuído ao consumidor livre, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6.3. Dados de Saída da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_m	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_IMP_{p,j}$	**Valor dos Encargos de Importações**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7. Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Objetivo:

Calcular o montante financeiro de recursos disponível para alívio de encargos de serviços do sistema.

Contexto:

Esta etapa consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema. Esses recursos são utilizados para ajuste dos valores dos encargos calculados na etapa anterior, reduzindo o montante de encargos a serem rateados pelos consumidores de energia do SIN. A Figura 17 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 17: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.7.1. Detalhamento do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

O processo de cálculo do total de recursos ajustados para alívio de encargos de serviços do sistema é composto pelos seguintes comandos e expressões:

54. Serão utilizados para o alívio dos Encargos de Serviços do Sistema os seguintes recursos:

- Penalidade de Medição;
- Multa por Falta de Combustível;
- Multa pelo não aporte de Garantias Financeiras;
- Multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo;
- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente; e
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico).

55. O Total de Penalidades para Abatimento dos ESS é composto pela soma dos montantes financeiros efetivamente pagos pelos agentes a título de (i) penalidades pela não geração de energia por falta de combustível, (ii) penalidades associadas à coleta de dados de medição, (iii) penalidades por inobservância do aporte de garantias financeiras, nos termos dos Procedimentos de Comercialização vigentes, e (iv) multa por inadimplência na liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. O Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS é expresso por:

$$TDP_ESS_{a,m} = \sum_{k \in AKP} \left(MFEP_PMED_{a,m,k} + MFEP_FC_{a,m,k} + MFEP_MGFIN_{a,m,k} + MFEP_INAD_{a,m,k} \right)$$

Onde:

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de De mais Penalidades para Abatimento dos ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$MFEP_PMED_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_FC_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à inobservância do aporte de garantias financeiras apurada no mês "k"

$MFEP_INAD_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", relativa à inadimplência no mês "k"

"AKP" é o conjunto de penalidades de cada perfil de agente "a", a serem aplicadas no mês de apuração "m", referentes às penalidades apuradas nos meses "k"

56. O Total das Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS consolida o Total de Penalidades para Abatimento dos ESS, por mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$TPAP_ESS_m = \sum_a \left(TDP_ESS_{a,m} \right)$$

Onde:

$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de Demais Penalidades para Abatimento do ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

57. O Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia corresponde à somatória dos valores referente aos custos por importação, e o excedente financeiro de importação, tais valores são revertidos em benefício da conta de Encargos de Serviços de Sistemas - ESS, expresso por:

$$REC_IMP_m = \sum_a \left(\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} + EXCD_FIN_IMP_M_{a,m} \right)$$

Onde:
REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"
V_CUSTO_IMP_$M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
EXCD_FIN_IMP_$M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

57.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelo agente no mês vigente em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p*\in a}\sum_{j\in m}\left(\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}}\right)$$

Onde:
V_CUSTO_IMP_$M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
V_CUSTO_IMP_$TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

57.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação total, identifica os montantes totais financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}} = \boldsymbol{V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}} + \boldsymbol{V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}}$$

Onde:
V_CUSTO_IMP_$TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j
V_CUSTO_IMP_$A_{p*,j}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
V_CUSTO_IMP_$SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

57.1.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}} = \sum_{P\in PSUB} V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$$

Onde:
V_CUSTO_IMP_$A_{a,m}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", por período de comercialização "j"
V_CUSTO_IMP$_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação
"p*" é a parcela de usina para Importação

58. O Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS considera os recursos remanescentes oriundos do tratamento das exposições em função das eventuais diferenças de preços entre os submercados, os montantes residuais de meses anteriores, além das penalidades utilizadas para alívio de ESS. Esse montante mensal é utilizado para determinar o ajuste nos valores apurados na etapa anterior e é expresso por:

$$TRDA_ESS_m = TRU_ESS_m + TPAP_ESS_m + max(0; SF_MA_m - ADDC_SF_MA_m) + REC_IMP_m$$

Onde:
TRDA_ESS_m é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"
TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"
TPAP_ESS_m é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"
SF_MAm é a Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"
ADDC_SF_$MA_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas referente Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"
REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"
Representação Gráfica

Figura 18: Composição do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

2.7.2. Dados de Entrada do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

	Excedente Financeiro de Importação de energia total	
EXCD_FIN_IMP_$M_{a,m}$	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível	
MFEP_$FC_{a,m,k}$	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por energia não gerada por falta de combustível apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_INAD_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por inobservância do aporte de garantias financeiras de acordo com o estabelecido em Procedimentos de Comercializado, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SF_MA_m	**Sobra Financeira do Mês Anterior**	
	Descrição	Montante financeiro referente à sobra do excedente financeiro apurado no mês anterior "m-1", sob gestão da CCEE em conta corrente específica, que retorna no mês de apuração "m" ao processo de contabilização, ajustado pelo resultado de aplicação além da própria movimentação financeira no período. Eventual saldo remanescente da CONER, findo os prazos dos CERs, será acrescido nesta conta corrente
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_PMED_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade associada ao processo de coleta de medição pela CCEE apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da usina de importação "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Descrição	Corresponde aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7.3. Dados de Saída do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

	Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia	
REC_IMP_m	Descrição	Corresponde ao total dos montantes recebíveis de encargos por razão de importação de energia apurados no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS	
$TDP_ESS_{a,m}$	Descrição	Corresponde à soma de valores pagos pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente às demais penalidades destinadas para abatimento de ESS. São incluídos nestas penalidades, os montantes pagos referentes às penalidades de medição, energia não gerada por falta de combustível, as penalidades pagas pelo não aporte das garantias financeiras calculadas e a multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS	
$TRDA_ESS_m$	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE	
$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8. Ajuste dos Encargos Apurados

Objetivo:

Ajustar os valores de encargos apurados em função dos recursos disponíveis para alívio.

Contexto:

O valor dos encargos ajustados corresponde ao valor em R$/MWh efetivamente aplicado à contabilização dos agentes para composição do pagamento de encargos associados às usinas afetadas por restrições de operação, despachadas por razão de segurança energética e/ou que prestam serviços ancilares ao sistema. A Figura 19 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 19: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.8.1. Detalhamento do Ajuste dos Encargos Apurados

O processo de cálculo do ajuste dos encargos apurados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

59. O Total de Encargos de Serviços do Sistema indica o valor em reais a ser pago aos geradores por ESS. O Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema (expresso em termos de energia) multiplicado pelo Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, expresso em R$/MWh, incluindo o encargo para atendimento da reserva de potência operativa,somado ao Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização e sobras financeiras para alívio despesas futuras para fins de recontabilização, fornece o Total de Encargos de Serviços do Sistema, conforme expressão abaixo:

$$T_ESS_m = \sum_s \sum_{j \in m} \left(\left(\sum_a TRC_ESS_{a,s,j} \right) * VE_ESS_{s,j} \right) + \sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_RESPOP_m + \sum_a \boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} + SFM_FUT_RECONT_m$$

Onde:

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", por período de comercialização "j"

VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m".

59.1. O alívio retroativo não é reprocessado em recontabilizações onde houve sobra futura, assim é necessário garantir que sejam mantidos os mesmos efeitos percebidos na contabilização do mês de apuração. O valor referente ao encargo de meses passados já aliviados na contabilização é incluído no total de encargos de serviços do sistema do mês recontabilizado, a fim de serem considerados nos montantes passíveis de alívio:

Se $SFM_FUT_RECONT_m > 0$*, então;*

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = TAR_ENC_{a,m,u-1}$$

Caso contrário:

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = 0$$

Onde:
$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"
"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

60. O ajuste dos valores de encargos depende da relação entre o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS e o Total de Encargos Passíveis de Alívio:

60.1. Caso o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS seja suficiente para atender o Total de Encargos de Serviços do Sistema, então os Encargos de Serviços do Sistema são iguais à zero.

60.2. Os valores dos Encargos de Serviços do Sistema podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_ESS_{s,j} = VE_ESS_{s,j} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VE_ESS_{s,j}$ é o Preço dos Demais Encargos de Serviços do Sistema, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

61. O valor do Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema

$$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} = TAR_ENC_RECONT_{a,m} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

62. O valor da Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema

$$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} = \left(SFM_FUT_RECONT_m * \frac{\sum_s \sum_{j \in m}(TRC_ESS_{a,s,j})}{\sum_a \sum_s \sum_{j \in m}(TRC_ESS_{a,s,j})}\right) * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"
"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"
"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

62.1. Os valores dos Encargos de Reserva de Potência Operativa podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_RESPOP_m = VE_RESPOP_m * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

62.2. $F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m". O Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema considera Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS em relação ao Total de Encargos de Serviços do Sistema por meio da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m} = max\left(0; \frac{T_ESS_m - TRDA_ESS_m}{T_ESS_m}\right)$$

Onde:
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"
T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

2.8.2. Dados de Entrada do Ajuste dos Encargos Apurados

	Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização	
SFF_FUT_RECONTm	Descrição	Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema	
$TRC_ESS_{a,s,j}$	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva	
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS	
$TRDA_ESS_m$	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAR_ENC_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_m	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8.3. Dados de Saída do Ajuste dos Encargos Apurados

T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_m	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9. Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Totalizar os encargos por segurança energética e definir a forma de rateio desses encargos.

Contexto:

O total de encargos por segurança energética é constituído pela soma dos encargos pagos às usinas despachadas por segurança energética e pelos encargos devidos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do despacho fora da ordem de mérito e de importação sem garantia física associada. Esse encargo é assumido pelos agentes de consumo a partir dos critérios estabelecidos nesta etapa das regras de comercialização. A Figura 20 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 20: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.9.1. Totalização dos Encargos por Segurança Energética

O processo de totalização dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

63. O Total de Encargos por Razão de Segurança Energética indica o valor em reais a ser pago pelos agentes de consumo aos agentes proprietários de usinas termelétricas que geraram por razões de segurança energética e também o valor a ser pago aos agentes proprietários de usinas hidrelétricas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função da geração efetuada fora da ordem de mérito e por importação de energia sem lastro associado. Este valor é obtido pela seguinte expressão:

$$T_SEG_ENER_m = \sum_{j \in m} \sum_{p} \left(ENC_SEG_ENER_{p,j} + ENC_DH_ENER_{p,j} \right)$$

Onde:

$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

2.9.2. Detalhamento do Consumo de Referência para o Rateio de Encargos de Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva

64. Os Encargos por Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva devem ser rateados pelo consumo líquido dos agentes:

$$TRC_SEG_ENER_{a,m} = max\left(0; \sum_{s} \sum_{j \in m} TRC_{a,s,j} - \sum_{p} \left(\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} \right) \right)$$

Onde:

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

64.1. A Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pela soma de toda geração utilizada para o abatimento das cargas, modeladas sobre o respectivo perfil de agente, conforme expressão:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} = \sum_{c \in a} \boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}}$$

Onde:

$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

64.1.1. A Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pelo menor valor entre (I) a geração total da usina multiplicada pelo Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga e (ii) Consumo no Ambiente Livre da respectiva carga:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = min\left(\left(\sum_{j \in m} \left(G_{p,j} + GFT_{p,j} \right) + \sum_{j \in m} FLUXO_MRE_{p,j} \right) * \boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} ; \sum_{j \in m} RC_AL_{c,j} \right)$$

Onde:

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,j}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

64.1.1.1. O Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética estabelece a proporção mensal de alocação de geração que cada parcela de carga possui, em relação ao percentual de direto de alocação do agente. No caso do agente Varejista, tal percentual deve se limitar aos agentes representados que possuam participação no respectivo empreendimento de geração, garantindo que os demais representados não usufruam indevidamente de uma energia que não possuam direito, conforme a expressão:

*(I)No caso de agente **Varejista**:*

$$\boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = PGDA_V_{\alpha,rp,p} * \frac{\sum_{j \in m} RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_RP} \sum_{j \in m} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c" \in "rp", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ Varejista\ "\alpha"$$

(II)Para os demais agentes:

$$\boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{\sum_{j \in m} RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_AGP} \sum_{j \in m} RC_AL_{c,j}}$$

$$\forall "c", modelada\ sob\ algum\ perfil\ do\ agente\ "\alpha"$$

Onde:

$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"
$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", vinculado ao representado "rp", que possui propriedade da parcela de usina "p"
$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p"
"CP_ALFA_RP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente Varejista "alfa", vinculadas ao representado "rp", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"
"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

2.9.3. Detalhamento do Valor dos Encargos por Segurança Energética

65. O Valor dos Encargos de Segurança Energética relaciona a soma dos encargos de segurança energética devidos às usinas, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética de todos os agentes no mês, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SEG_ENER_m = \frac{T_SEG_ENER_m}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:
$VE_SEG_ENER_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.9.4. Dados de entrada da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$ENC_DH_ENER_{,p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{,p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{,p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{,p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{,p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente "α", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do agente no respectivo ativo de geração
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_V_{\alpha,rp,p}$	**Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista**	
	Descrição	Percentual de Geração Destinada ao Agente Varejista "α", vinculado ao representado "rp", da parcela de usina "p", que corresponde ao percentual de participação do representado no respectivo ativo de geração
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Alocação de Geração Própria (Anexo I - Definição dos Percentuais de Propriedade do Agente na Usina)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada agente "a", por submercado "s" e período de comercialização
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9.5. Dados de saída da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$T_SEG_ENER_m$	**Total de Encargos pelo Despacho por Segurança Energética**	
	Descrição	Total de pagamentos devidos às parcelas de usinas em função da produção de energia elétrica associada ao despacho por Segurança Energética, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_m$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_SEG_ENER_m$	**Valor dos Encargos de Segurança Energética**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

Objetivo:

Apurar os valores de encargos em função do deslocamento hidráulico por inflexibilidade.

Contexto:

Valor de encargos por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade termoelétrica é apurado com base no total de encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade pelo total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade gerador de ESS. Esse encargo é assumido pelos agentes geradores que originaram o deslocamento. A Figura 21 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 21: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.10.1. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

O processo de cálculo do encargo por deslocamento hidráulico por inflexibilidade é composto pelos seguintes comandos e expressões:

66. O Total de Encargos de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade em um período comercialização é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_ENC_DH_INFLEX_j = \sum_{p \in PMRE} \left(ENC_DH_INFLEX_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} \right)$$

Onde:

$TOT_ENC_DH_INFLEX_j$ é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

67. O montante total de energia que deu origem ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_ESS_j = \sum_{p \in PMRE} DH_INFLEX_UH_{p,j}$$

Onde:
$TOT_DH_INFLEX_ESS_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE_DH" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

68. O Valor Ajustado do Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$VA_DH_INFLEX_j = \frac{TOT_ENC_DH_INFLEX_j}{TOT_DH_INFLEX_ESS_j}$$

Onde:
$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
TOT_ENC_DH_INFLEXj é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$TOT_DH_INFLEX_ESS_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

2.10.2. Dados de Entrada da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica	
$DH_INFLEX_UH_{p,j}$	Descrição	Deslocamento hidráulico de inflexibilidade de uma usina hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repactuação do Risco Hidrológico (Determinação do Montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidráulica)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade	
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse	
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10.3. Dados de Saída da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,	
$VA_DH_INFLEX_j$	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11. Consolidação dos Encargos

Objetivo:
Consolidar os valores a pagar e a receber de agente em função dos encargos apurados no mês.

Contexto:
O valor ajustado dos encargos multiplicado pela energia passível de pagamentos de encargos deve ser consolidado, por agente, de modo a compor o resultado da contabilização de cada agente, no mês de apuração. A Figura 21 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 22 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.11.1. Detalhamento da Consolidação dos Encargos

O processo de consolidação dos encargos é composto pelos seguintes comandos e expressões:

69. O Total de Recebimento por Encargos identifica todos os montantes financeiros de encargos apurados para as usinas do agente, no mês de apuração. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Recebimento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$RECEBIMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m} + R_ENC_SE_{a,m} + R_ENC_CS_{a,m} + R_ENC_OSA_{a,m} + R_ENC_DH_{a,m} + R_ENC_RESPOP_{a,m} + R_ENC_IMP_{a,m}}$$

Onde:
$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_RO_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_SE_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_CS_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_OSA_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_DH_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_RESPOP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_IMP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

69.1. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Restrição de Operação identifica os montantes financeiros a serem recebidos, por restrição de operação (*constrained-on* e *off, e unit commitment*), pelas usinas do agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m}\left(ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} + ENC_REST_UNIT_{p,j}\right)$$

Onde:
$R_ENC_RO_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

69.2. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Razão de Segurança Energética identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função da geração verificada a título de segurança energética no mês de apuração, dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m} ENC_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_SE_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

69.3. O Total de Recebimento do Agente por Encargo de Compensação Síncrona identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função do fornecimento ou absorção de energia reativa, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m} ENC_CS_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_CS_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_CS_{p,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

69.4. O Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente pela prestação de serviços ancilares de suas usinas, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_OSA_{a,m}} = \left(\sum_{p\in a} ENC_OSA_{p,m}\right) + RSEP_D_{a,m}$$

Onde:
$R_ENC_OSA_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

69.5. O Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas hidrelétricas do MRE em função dos deslocamentos hidráulicos de origem energética elétrica e/ou de inflexibilidade:

$$\boldsymbol{R_ENC_DH_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon a}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_ENER_{p,j} + ENC_DH_ELE_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_{p,j}\right) + \boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}}$$

Onde:
$R_ENC_DH_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

69.5.1. O Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor identifica o montante financeiro de deslocamento hidráulico destinado a um distribuidor em virtude do proprietário da usina hidrelétrica ter aderido à Repactuação do Risco Hidrológico do ACR, sendo determinado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon MRE}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}\right) * F_RVRRH_{a,m}$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_RVRRH_{a,m}$ é a o Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"

69.6. O Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas que atendam ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa no mês:

$$\boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_RESPOP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

69.7. O Total de Recebimento por Encargos de Importação, identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo perfil de agente função da importação de energia:

$$\boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}} = \sum_{j\in m}\sum_{p*\in a} ENC_IMP_{p*,j}$$

Onde:
$R_ENC_IMP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação do intercâmbio de energia da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina de energia proveniente de Importação

70. O Total de Pagamento do Agente por Encargos no mês de apuração identifica todos os montantes financeiros de encargos a serem pagos pelo agente. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Pagamento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$PAGAMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} + \boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} + V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$$

Onde:
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

70.1. O Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema identifica o montante financeiro a ser pago, por ESS, pelo agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} = \sum_{s}\sum_{j\in m}\left(TRC_ESS_{a,s,j} * VA_ESS_{s,j}\right) + \boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} + TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} + SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} + TRC_SEG_ENER_{a,m} * VA_RESPOP_m$$

Onde:
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

70.1.1. O Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade é determinado para cada perfil de agente, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} \left(DH_INFLEX_UTE_{p,j} * VA_DH_INFLEX_j \right)$$

Onde:
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

70.2. O Pagamento dos Encargos por Razão de Segurança Energética será rateado proporcionalmente pelo consumo considerando eventual geração de propriedade da carga, calculado conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} = TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_SEG_ENER_m$$

Onde:
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$VE_SEG_ENER_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

70.3. A soma do Excedente financeiro total referente ao valor verificado dos custos por razão de importação, identifica o excedente financeiros a ser pagos pelo agente no mês vigente, expresso por:

$$\boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p* \in a} \sum_{j \in m} \left(EXCD_FIN_IMP_{p*,j} \right)$$

Onde:
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

71. O Total de Encargos Consolidado identifica o valor a ser pago (**negativo**) ou recebido (**positivo**) a ser agregado ao resultado final da contabilização do agente no mês de apuração a título de Encargos, expresso por:

$$ENCARGOS_{a,m} = RECEBIMENTO_ENC_{a,m} - PAGAMENTO_ENC_{a,m}$$

Onde:
$ENCARGOS_{a,m}$ é o Total de Encargos Consolidado, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.11.2. Dados de Entrada da Consolidação dos Encargos

$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EC_CAR_{a,m}$	**Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EC_CAR_TOT_m$	**Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina hidrelétrica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_RVRRH_{a,m}$	**Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR**	
	Descrição	Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
	Unidade	n.a
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j", baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Fornecedor	Encargos (Consolidacao das Informacoes Ajustadas de Consumo e Geracao)
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor ajustado a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s" para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_{m}	**Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_DH_INFLEX_{j}$	**Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,**	
	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11.3. Dados de Saída da Consolidação dos Encargos

$ENCARGOS_{a,m}$	**Total de Encargos Consolidado**	
	Descrição	Informação líquida de todos os montantes a serem pagos ou recebidos em função dos encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Pagamentos por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem pagos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente, "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_CAR_{a,m}$	**Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética rateada proporcionalmente pela energia comercializada**	
	Descrição	Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela rateada proporcionalmente pela energia comercializada, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_ESS_{a,m}$	**Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada dos encargos de serviços do sistema apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem recebidos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$R_ENC_CS_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona**	
	Descrição	Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona do perfil de agente "a", no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3. Anexos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras " 9 – Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

3.1. Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

Objetivo:

Calcular os recursos residuais utilizados no alívio retroativo e ainda sua eventual utilização em futuros ciclos contábeis.

Contexto:

Os recursos financeiros residuais após o alívio dos encargos de serviços do sistema são utilizados para abatimento de exposições e encargos não aliviados nos doze últimos ciclos contábeis. Após esse alívio retroativo, um eventual saldo residual é armazenado para utilização no próximo ciclo contábil. A Figura 23 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 23: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

3.1.1. Detalhamento da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

72. O processo de cálculo da determinação dos recursos utilizados para alívio retroativo é composto pelos seguintes comandos e expressões:

72.1. O Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior corresponde ao montante residual entre o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS oriundo do tratamento das exposições em função da diferença de preços entre os submercados e o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração, utilizado para alívio retroativo das doze últimas contabilizações. Em caso de Recontabilização, este acrônimo não é reapurado, assumindo o mesmo valor obtido na contabilização do mês, expresso por:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$RD_AR12_m = RD_AR12_{m,u-1}$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$RD_AR12_m = max(0; TRU_ESS_m - T_ESS_m)$$

Onde:

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior, no mês de apuração "m"

TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

72.2. A Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS corresponde à sobra residual de recursos disponível para alívio de ESS descontada ainda a parcela utilizada para alívio das doze últimas contabilizações, este último somente nos processamentos de contabilização, utilizada no próximo ciclo contábil e dada pela expressão:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$SF_ESS_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m)$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$SF_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m - RD_AR12_m)$$

Onde:

$SF_ESS_FUT_m$ é a Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS no mês de apuração "m"

$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês, no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

72.3. O Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo refere-se ao total de pagamentos referentes aos encargos de serviços do sistema. Desta forma, a expressão que determina o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo por agente no mês de apuração é dada por:

$$TP_ENC_AR_{a,m} = P_ENC_ESS_{a,m}$$

Onde:
$TP_ENC_AR_{a,m}$ é o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

Importante:

Os perfis de agente das classes de Importação e Exportação para os meses em que for observado exportação de energia elétrica em caráter interruptível não farão jus ao alivio retroativo do total de seus encargos passíveis de alivio, ou seja, o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo ($TP_ENC_AR_{a,m}$) para os referidos meses serão iguais a zero.

3.1.2. Dados de Entrada da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

	Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS	
$TRDA_ESS_m$	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS	
TRU_ESS_m	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Total de Encargos de Serviços do Sistema	
T_ESS_m	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização	
$SFM_FUT_RECONT_m$	Descrição	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.1.3. Dados de Saída da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

	Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior	
RD_AR12_m	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" destinado ao alívio retroativo das exposições financeiras do 12º mês anterior
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS	
$SF_ESS_FUT_m$	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" para eventual alívio de despesa futuras com ESS
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Total de Pagamentos de Encargos Passível de Alívio Retroativo	
$TP_ENC_AR_{a,m}$	Descrição	Montante de encargos apurados passível de alívio retroativo, composto pelos encargos de serviços do sistema e os encargos por razão de segurança energética, por agente perfil de agente "a", calculados no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

9 - Encargos – 2021.5

1. Introdução

Os custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema para atendimento da demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), e que não estão incluídos no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) estabelecido ex-ante pela CCEE para cada semana e patamar de carga, são denominados de Encargos. Esse módulo determina o valor desses encargos e estabelece o critério de rateio destes montantes por todos os agentes de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Os encargos apurados mensalmente pela CCEE consistem basicamente em valores subdivididos em três categorias principais, dentro dos Encargos de Serviço de Sistema (ESS), de acordo com as formas de rateio e alívio desses montantes determinadas pelo poder concedente.

Os Encargos de Segurança Energética são gerados devido ao despacho extraordinário de recursos energéticos adicionais por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, com o objetivo de garantir o suprimento energético.

Os demais Encargos de Serviços de Sistema são rateados pelos agentes de consumo e possuem direito a alívio retroativo.

Por simplicidade de notação, quando houver a citação neste módulo dos "Encargos de Serviços do Sistema (ESS)", o termo será referido aos Encargos de Serviços do Sistema, exceto Encargos por Segurança Energética.

Figura 1: Relação do módulo 9 - Encargos com os demais módulos das Regras de Comercialização

Em linhas gerais, as informações de medição provenientes do módulo de regras "Medição Contábil", a garantia física ajustada no centro de gravidade do sistema, considerando sazonalização flat, proveniente do módulo "Repactuação do Risco Hidrológico do ACR", além de informações da ANEEL e do Operador Nacional do Sistema (ONS) são utilizadas para a formação dos encargos a serem pagos aos agentes geradores com usinas passíveis de recebimento desses montantes. As demais informações advindas dos módulos de "Penalidades", e "Tratamento das Exposições" são utilizadas para alívio e rateio dos encargos apurados neste caderno de regras

1.1. Lista de Termos

Esse módulo utiliza os seguintes termos e expressões, cujas definições são encontradas no módulo de Definições e Interpretações, tratado como anexo das Regras de Comercialização.

- **Acordo Operativo CCEE/ONS**
- **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)**
- **Custo Incremental**
- **Custo Variável Unitário (CVU)**
- **Deslocamento Hidráulico (DH)**
- **Inflexibilidade**
- **Mercado de Curto Prazo ou MCP**
- **Modalidades de Despacho**
- **Preço de Liquidação das Diferenças ou PLD**
- **Preço de Liquidação das Diferenças Estrutural ou PLD_MAX_EST**
- **Preço de Liquidação das Diferenças Máximo Horário ou PLD_MAX_H**
- **Preço do Deslocamento Hidráulico ou PLDx**
- **Serviços Ancilares**

1.2. Conceitos Básicos

1.2.1. O Esquema Geral

O módulo "9 - Encargos", esquematizado na Figura 2, é composto por uma sequência de etapas de cálculo com o objetivo de apurar os montantes de encargos e o rateio desses valores entre os agentes da CCEE, além de determinar os recursos disponíveis para o alívio retroativo das exposições financeiras e dos encargos de serviços de sistema:

Figura 2: Esquema Geral do Módulo de Regras: "9 - Encargos"

São apresentadas a seguir as descrições das etapas do processo que serão detalhadas neste documento:

Encargos por Restrição de Operação

Calcula o montante de encargos por restrição de operação, das usinas não hidráulicas, pela diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE. Além disso, a geração referente às restrições de operação das usinas, cadastradas no modelo de otimização da programação diária, também são classificadas com restrição. Esse encargo é resultante de três situações possíveis:

- **Constrained-On:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios positivos da ordem de mérito);
- **Constrained-Off:** usina termelétrica que tem sua geração reduzida em relação à ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios negativos da ordem de mérito)
- **Unit Commitment:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender as restrições técnicas de operação dos critérios de tomada e descida de carga, e tempo mínimo de acionamento.

Encargos de Serviços Ancilares

Determina os custos incorridos na prestação de serviços ancilares pelos agentes tais como compensação síncrona, ressarcimento de custos de operação e manutenção de equipamentos especiais de supervisão, controle e comunicação autorizados pelo poder concedente, e atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa.

Encargos de Segurança Energética

Determina os encargos oriundos das usinas despachadas por decisão do CMSE com o objetivo de garantir o suprimento energético e dos encargos oriundos do deslocamento hidráulico proporcionado pela geração por segurança energética e por importação de energia sem garantia física associada.

Encargos por Importação

Determina os encargos oriundos das usinas de importação de energia entre o Brasil e países vizinhos despachadas por decisão da ONS, com o objetivo de garantir a redução do custo imediato de operação do SIN.

Encargos de Deslocamento Hidráulico

Determina os custos incorridos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do deslocamento da geração dessas usinas pela ocorrência de geração fora da ordem de mérito do custo e de importação de energia elétrica sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016, sendo que essas usinas hidrelétricas têm direito a ressarcimento através de três tipos de encargos:

- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Energético:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração por segurança energética e da importação de energia sem lastro associado.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Elétrico:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração termelétrica por restrição elétrica, elegível, por critérios estabelecidos pelo ONS, como fonte da redução da geração das usinas hidrelétricas do MRE.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade**: ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas, derivada de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível.

Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Determina os valores preliminares, em R$/MWh, dos encargos de serviços do sistema, formados pelas restrições de operação, prestação de serviços ancilares e deslocamento hidráulico oriundo de restrições elétricas que são passíveis de alívio.

Apuração do Valor de Encargos de Segurança Energética

Determina o total dos custos oriundos da segurança energética, que contempla o ressarcimento dos custos das usinas despachadas por segurança energética e o custo do deslocamento hidráulico provocado por essa geração. A partir desse valor, determina-se o montante, em R$/MWh, do encargo por segurança energética.

Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema.

Ajuste dos Encargos Apurados de Restrição de Operação e Serviços Ancilares

Estabelece os valores finais, em R$/MWh, a serem aplicados a cada MWh consumido no SIN, de modo a compor o montante a ser transferido às usinas recebedoras de encargos via contabilização CCEE.

Consolidação dos Encargos

Estabelece os valores, por agente e mês de apuração, dos montantes a serem pagos e recebidos no âmbito da contabilização da CCEE a título de encargos de serviços do sistema (ESS).

Anexo

- **Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo:** consolida os recursos financeiros residuais a serem utilizados para alívio retroativo de encargos e exposições financeiras negativas (decorrentes do tratamento das exposições em função da eventual diferença de preços entre os submercados), bem como os recursos destinados a alívio futuro de encargos.

1.2.2. Restrições de Operação

O Brasil, em função da predominância hidráulica do parque gerador, decidiu adotar o modelo de despacho centralizado (*tight pool*), em que o ONS decide a quantidade de energia a ser despachada por usina integrante do sistema interligado, com base em cadeia de modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios.

Essa cadeia de modelos de otimização é a mesma utilizada pela CCEE na determinação do PLD. Na determinação do CMO, o ONS considera as restrições de transmissão internas a cada submercado para que o despacho atenda a demanda do mercado e assegure a estabilidade do sistema. Já a CCEE calcula um PLD único para todo o submercado, ou seja, para efeito do cálculo do preço, a CCEE trabalha como se a energia estivesse igualmente disponível em todos os pontos de consumo desse mesmo submercado. Dessa forma, as restrições internas aos submercados não são consideradas. Há, portanto, uma diferença importante entre o despacho econômico calculado pela CCEE e o despacho elétrico operacionalizado pelo ONS. Dessa forma, é possível que as usinas venham a ser despachadas em níveis diferentes dos previstos na CCEE. Essas diferenças são ressarcidas a essas usinas pelos Encargos de Serviços do Sistema.

Os custos associados às restrições de operação correspondem ao ressarcimento para as usinas cuja produção elétrica tenha sido afetada por restrições de operação dentro de um submercado. Têm direito ao recebimento de encargos por restrições de operação apenas as usinas termelétricas com CVU não nulo.

O cálculo dos encargos relativos ao custo de restrição de operação incorpora também as diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *ex-ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado, realizado pelo ONS, como: alterações na configuração do sistema decorrentes da queda de uma linha de transmissão, uma grande chuva que venha a ocorrer após o cálculo do modelo de otimização da programação e que pode alterar substancialmente o planejamento da operação de curto prazo do ONS, dentre outras possibilidades.

A diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE pode resultar em duas situações possíveis, conforme mencionado anteriormente, quais sejam: (i) *constrained-off* e (ii) *constrained-on*.

A Figura 3 ilustra as ambas as condições de restrição operacional:

Figura 3: Tipos de Restrição de Operação: *Constrained-Off* e *Constrained-On*

Devido às restrições técnicas das usinas térmicas, podem ser programados despachos além da ordem de mérito, com o objetivo final de atender uma solicitação de despacho na ordem de mérito do ONS. Tais restrições, denominadas de unit commitment, passam a ser modeladas no DESSEM.

A primeira restrição que deve ser observada é o tempo mínimo de acionamento da usina, ou seja, uma vez acionada, a usina necessita tecnicamente de determinada quantidade de horas ligadas até finalizar o desligamento. Além disso, existem as restrições de tomada e descida de carga (rampa de subida e descida, respectivamente).

Para atender a solicitação de despacho da ordem de mérito é necessário que a usina termelétrica inicie o processo de acionamento das unidades geradoras, em momento anterior para atendimento da potência da usina, ou ainda no nível de despacho programado (respeitado a geração mínima e geração máxima).

Por fim, também é necessário respeitar as restrições de descida de carga da usina para retornar à condição de desligamento total. Destaca-se também a restrição de tempo mínimo de desligamento até um novo acionamento, também cadastrada como parâmetro técnico no DESSEM, porém sem direito a recebimento de encargo.

Figura 4 – Representação das Restrições Operativas por Unit Commitment

1.2.3. Serviços Ancilares

Os serviços ancilares, conforme Resolução nº 697, de 16 de dezembro de 2015, são destinados a garantir a qualidade e a segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN.

Os serviços ancilares informados pela ANEEL e remunerados por meio dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) são compostos por:

a) Compensação Síncrona: O agente de geração recebe o equivalente à energia reativa gerada ou consumida valorada à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), que é revista pela ANEEL anualmente.

b) Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa: As usinas termelétricas que forem acionadas para atenderem ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa recebem essa energia valorada ao preço da oferta realizada, quando o atendimento ao despacho é considerado satisfatório, ou ao seu CVU para despacho na ordem de mérito, quando insatisfatório. A energia gerada é liquidada a PLD a crédito do gerador e o montante financeiro adicional necessário para completar a valoração dessa energia é pago ao gerador por meio de encargos.

c) Os empreendimentos de geração atualmente em operação que venham a ter o provimento de serviços ancilares determinado pela ANEEL, ou que tiveram autorização para reposição dos equipamentos e peças destinadas à prestação de serviços ancilares, terão o custo de implantação ou reposição auditado e aprovado por tal agência e ressarcido via ESS, sendo eles:

- Ressarcimento pelo custo de operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG).
- Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por reposição dos sistemas existentes incorridos por agentes de geração, transmissão e distribuição, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 309/08
- Ressarcimento pelo custo de operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento (*Black Start*).
- Ressarcimento pelo custo fixo de usinas emergenciais
- Ressarcimento por investimentos para prestação de Serviços Ancilares.

1.2.4. Encargos por Importação

Em 15 de agosto de 2018 foi publicada a Portaria nº 339 do Ministério de Minas e Energia (MME), a qual estabelece que, o Operador Nacional do Sistema (ONS) poderá utilizar integralmente ou parcialmente a energia de importação proveniente da República Argentina e do Uruguai, observando as quantidades e as condições passíveis de substituição termelétrica, garantindo a redução do custo imediato de operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Poderão ser autorizados um ou mais Agentes Comercializadores como responsáveis pela importação de energia elétrica perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, desde que adimplentes e autorizados nos termos da Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011.

A declaração dos montantes e dos preços da energia para importação será realizada por meio de ofertas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega da energia no centro de gravidade do SIN e tendo como destino o Mercado de Curto Prazo (MCP). Os montantes e preços da energia ofertados para importação não serão considerados nos processos de planejamento e programação da operação associados ao Programa Mensal da Operação (PMO) e de formação do PLD.

1.2.5. Encargos de Segurança Energética

Em dezembro de 2007 foi publicada a Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a qual estabelece em seu Artigo 2º que, com vistas à garantia do suprimento energético, o ONS poderá despachar recursos energéticos fora da ordem de mérito econômico (em ordem crescente em relação aos custos declarados de geração) ou mudar o sentido do intercâmbio entre os submercados, por decisão do CMSE.

Como o despacho fora da ordem de mérito, para a garantia de suprimento energético, não leva em consideração o custo de operação declarado dessas usinas para a formação do PLD, a Lei 13.360/2016, estabeleceu que o montante financeiro a ser pago para as usinas despachadas adicionalmente para a garantia de suprimento energético será rateado pelos consumidores.

1.2.6. Encargos de Deslocamento Hidráulico

O Artigo 2º da Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, com redação dada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, estabelece que a ANEEL deverá estabelecer para aplicação a partir de 2017, a valoração, o montante elegível e as condições de pagamento para os participantes do MRE do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de:

I – Geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito;

II – Importação de energia elétrica sem garantia física.

Dessa forma, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 764, de 18 de abril de 2017, que estabelece as regras para se determinar o montante de energia que deve ser considerado como deslocamento hidráulico, a forma de apuração do custo desse deslocamento e a forma de ressarcimento aos geradores participantes do MRE.

Assim, definiu-se que o deslocamento hidráulico é composto por duas parcelas:

1. O deslocamento hidráulico energético, constituído pela geração por segurança energética mais a importação de energia sem garantia física associada
2. O deslocamento hidráulico elétrico, constituído pela geração originada por restrições elétricas identificada pelo ONS como indutora de redução de geração das usinas participantes do MRE

Desses dois montantes incialmente apurados deve-se abater a indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. Posteriormente, foi publicado pela Aneel ato normativo que estabeleceu que também devem ser apurados montantes de deslocamento hidráulico provenientes de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo que estes montantes de deslocamento não devem sofrer abatimento da indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. A Figura 5 ilustra a apuração dos montantes de deslocamento hidráulico.

Figura 5: Apuração dos montantes de deslocamento hidráulico

Os montantes de deslocamento hidráulico apurados, inclusive os oriundos de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, são rateados entre todas as usinas participantes do MRE na proporção da garantia física modulada e ajustada, considerando sazonalização flat.

Os montantes de deslocamento hidráulico destinados às usinas do MRE que optaram pela repactuação do risco hidrológico precisam ser ajustados em função do produto escolhido no processo de repactuação e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

A Figura 6 ilustra os pontos anteriores.

Figura 6: Determinação do Deslocamento Hidráulico para usinas que repactuaram

Tendo se determinado os montantes de deslocamento hidráulico que cada usina hidrelétrica participante do MRE têm direito, apura-se o custo desse deslocamento a partir do produto entre o montante de deslocamento e a diferença entre o valor do PLD da hora e do submercado em que houve deslocamento e o chamado PLD_X, valor associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica.

Os custos apurados dos deslocamentos hidráulicos são assumidos por:

- Todos os consumidores do SIN;
- Pelo gerador termelétrico, no caso de de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo assumido pelo agente proprietário da usina termelétrica que deu origem ao deslocamento.

1.2.7. Forma de rateio dos encargos

Os encargos mencionados anteriormente são rateados entre os agentes de formas distintas, conforme apresentado a seguir:

	Forma de Rateio
Restrição de Operação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN,* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado.
Compensação Síncrona	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN de todos os agentes localizados no seu submercado.
Serviços Ancilares	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Importação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Segurança Energética	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN, considerando eventual geração de propriedade da carga, provenientes de usinas localizadas no mesmo ou em outro sítio.*
Deslocamento Hidráulico	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN (Consumo atendido pelo SIN: consumo total subtraído da energia elétrica autoproduzida no SIN, ou seja, independentemente de sua localização),* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado. Referente ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade, seu custo será pago pela usina que deu origem.

Figura 7: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

1.2.8. Consolidação dos Encargos

A consolidação dos encargos consiste em determinar o total de encargos a serem pagos aos agentes com usinas recebedoras de encargos no mês de apuração.

Os encargos de serviços do sistema são compostos por encargos de serviços ancilares, encargos por restrição de operação, encargos por Segurança Energética, encargos por Importação e encargos por Deslocamento Hidráulico, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

Os seguintes recursos podem ser utilizados para abatimento ou alívio do total de encargos de serviços do sistema a ser pago pelos agentes proprietários de pontos de medição de consumo registrados na CCEE:

- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente;
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico); e
- Recursos advindos da aplicação de penalidades anteriores a novembro de 2005 por insuficiência de lastro de comercialização de energia (conforme estabelecido nas Resoluções ANEEL nº 91/2003 e nº 352/2003), acrescido do pagamento de penalidades por falta de combustível, associada aos processos de coleta de dados de medição pela CCEE, multas atribuídas ao não aporte das garantias financeiras e multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.

A Figura 9 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 9: Total de Encargos superior a Reserva para Alívio de ESS

Se o recurso para alívio de ESS for maior que o total de encargos de serviços do sistema, os agentes proprietários de pontos de medição de consumo não pagam ESS e o valor remanescente é alocado da seguinte forma:

- O saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente, caso haja, será utilizado para processar o alívio retroativo de exposições residuais dos geradores em função do tratamento das exposições e os encargos de serviços do sistema de meses anteriores (Vide módulo "Consolidação de Resultados"); e
- Caso haja recursos advindos da aplicação de penalidades e a sobra de receita do mês anterior, seus saldos remanescentes, após o alívio dos ESS do mês de apuração, serão utilizados para alívio de ESS de meses futuros.

A Figura 10 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 10: Total de Encargos inferior a Reserva para Alívio de ESS no mês

Por sua vez, o encargo de segurança energética é constituído pelo custo da geração de segurança energética e pelo deslocamento hidráulico de origem energética. Destaca-se que essa modalidade de encargo não tem direito a alívio como ocorre com os encargos de serviços do sistema.

2. Detalhamento das Etapas de Encargos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 - Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

2.1. Encargos por Restrição de Operação

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas a título de encargos por restrição operacional.

Contexto:

Os Encargos por Restrição de Operação compõem um dos tipos de Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A Figura 11 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 11: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.1.1. Detalhamento dos Encargos por Restrição de Operação

O processo de cálculo relativo aos encargos por restrição de operação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

1. O cálculo dos encargos por restrição de operação incorpora eventuais diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *Ex-Ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado.

2. Os Encargos por Restrição de Operação são calculados para as usinas não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA (não emergenciais) e os interconectores internacionais que atendem restrições operativas do SIN, conforme informado pelo ONS, e são subdivididos em dois tipos *Constrained-On* e *Constrained-Off*.

2.1. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On* são pagos às usinas que não foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, por sua geração ser mais cara, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem acima do que havia sido despachado; e

2.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off* são pagos às usinas que foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem menos do que o despachado.

2.3. Encargos por Restição de Operação por Unit Commitment são pagos às usinas que foram despachadas para atender restrições físicas das usinas para a geração da ordem do mérito.

2.1.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On*

3. As usinas, enquadradas na Linha de Comando 2, acionadas por restrição de operação pelo ONS, em condição *CONSTRAINED-ON*, têm seu Encargo por Restrição de Operação calculado a partir da geração de energia verificada acima da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção da energia e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-On é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_ON_{p,j} = \left(\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}}\right) * max\ \left(0; \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

3.1. O Fator do Encargo por Restrição de Operação estabelece o percentual da produção de energia elétrica, de uma usina acionada por razão de restrição operativa efetivamente realizada, acima da instrução de despacho para o período considerado. Esse fator é expresso por:

$$\boldsymbol{F_REST_OP_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_CONST_ON_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

3.2. A Geração Realizada para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On é determinada pela geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Restrição de Operação, expresso por:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}} = G_{p,j} * F_REST_OP_{p,j}$$

Onde:

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.3. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off*

4. O ajuste da Quantidade de Energia Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é realizado de modo a referenciar essa informação à Rede Básica nos moldes do tratamento dado no caderno de Medição Contábil por meio da aplicação do Fator de Rateio de Perdas da Geração associado à usina além do respectivo Fator de Abatimento das Perdas Internas, sendo assim a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é expressa por:

$$QEA_REST_OP_{p,j} = max\left(0; \left(M_CONST_OFF_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$M_CONST_OFF_{p,j}$ é o Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pelo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p" por período de comercialização "j"

5. Para as usinas passíveis de recebimento de encargos por restrição elétrica devido a situação de Constrained-off, para cada período de comercialização, seu Encargo por Restrição de Operação será calculado a partir da geração de energia verificada abaixo da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_OFF_{p,j} = QEA_REST_OP_{p,j} * max\ \left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

2.1.4. Encargos por Restrição de Operação por *Unit Commitment*

6. O Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment será calculado a partir da geração de energia classificada por esse fim, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia, conforme a seguinte expressão:

$$Se\ INC_{p,j} > PLD_{s,j}\ então:$$

$$ENC_REST_UNIT_{p,j} = \boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} * \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)$$

Onde:

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p

6.1. A Geração por Unit Commitment da usina é definida a partir do Fator de energia gerada por Unit Commitment da usina aplicado na Geração da Final da mesma, de acordo com a expressão a seguir:

$$\boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}}$$

Onde:
$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de Usina "p", no período de comercialização "j"
$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

6.1.1. O cálculo do Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment representa a relação entre a Geração por Unit Commitment, definida pelo ONS, e a geração apurada por este:

$$\boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}} = min\left(1; \frac{UNIT_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:
$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$UNIT_{p,j}$ é o Geração por Unit Commitment de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.5. Dados de Entrada dos Encargos por Restrição de Operação

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p" por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment**	
	Descrição	Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero
$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$	Geração informada pelo ONS para atendimento a uma restrição de operação Constrained-On	
	Descrição	Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero
$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$M_CONST_OFF_{p,j}$	**Montante de geração frustrada por Constrained-Off**	
	Descrição	Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pleo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment da Usina**	
	Descrição	Volume de energia gerada por Unit Commitment verificada pelo ONS para a parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.1.6. Dados de Saída dos Encargos por Restrição de Operação

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_UNIT_C_{p,j}$	**Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment**	
	Descrição	Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.2. Encargos de Serviços Ancilares

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas por prestação de serviços ancilares.

Contexto:

Os serviços ancilares são destinados a garantir a qualidade e segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN. Os custos incorridos na prestação desses serviços são ressarcidos por meio dos Encargos de Serviços Ancilares, sendo esse um componente dos Encargos de Serviços do Sistema. A Figura 12 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 12: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.2.1. Detalhamento dos Encargos de Serviços Ancilares

O processo de determinação dos encargos de serviços ancilares é composto pelos seguintes comandos e expressões:

7. A determinação do Encargo de Compensação Síncrona da usina refere-se ao fornecimento ou absorção de energia reativa e será remunerado à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), estabelecida pela ANEEL em resolução específica. O Encargo de Compensação Síncrona é dado pela expressão:

$$ENC_CS_{p,j} = MER_CS_{p,j} * TSA_{p,m}$$

Onde:

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo por Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$MER_CS_{p,j}$ é a Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TSA_{p,m}$ é a Tarifa de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

8. O Encargo por Outros Serviços Ancilares atribuído a uma usina é determinado pela relação de todos os ressarcimentos autorizados pelo regulador em função de investimentos realizados para prestação de serviços ancilares ao sistema, operação e manutenção de equipamentos necessários à participação do Controle Automático de Geração (CAG), do Sistema Especial de Proteção (SEP), equipamentos de autorrestabelecimento e por contratação de usinas emergenciais. O Encargo por Outros Serviços Ancilares é expresso por:

$$ENC_OSA_{p,m} = RISA_{p,m} + RCAG_{p,m} + RSEP_{p,m} + RART_{p,m} + RCUE_{p,m}$$

Onde:

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RISA_{p,m}$ é o Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCAG_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação Necessários à Participação no CAG (Controle Automático de Geração) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RSEP_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP (Sistema Especial de Proteção) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RART_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCUE_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

9. O Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, é determinado pela geração realizada no cumprimento desse serviço ao sistema, valorado pela diferença entre o preço determinado para essa energia, com base no critério de atendimento satisfatório ao despacho, e o PLD verificado no momento da geração:

Se a usina estiver atendendo o despachado complementar para manutenção de reserva de potência operativa

$$ENC_RESPOP_{p,j} = G_RESPOP_{p,j} * max(0; \boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} - PLD_{s,j})$$

Onde:

$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$G_RESPOP_{p,j}$ é a Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Compelmentar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

9.1. O Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa é determinado em função do atendimento satisfatório ou não do despacho pela usina. Em caso de atendimento satisfatório, a usina tem direito ao preço ofertado no mecanismo. Caso o atendimento seja insatisfatório, a usina terá direito apenas ao seu custo declarado para fins de despacho por ordem de mérito. Para determinar se o despacho foi satisfatório, é observado se a proporção da geração realizada foi superior às indisponibilidades forçada e programada da usina:

Se o atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva operativa foi satisfatório pela usina "p"

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$$

Caso contrário

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = INC_{p,j}$$

Onde:

$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$ é o Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

2.2.2. Dados de Entrada dos Encargos de Serviços Ancilares

	Geração Final da Usina	
$G_{p,j}$	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_RESPOP_{p,j}$	**Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica “p”, ajustada por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MER_CS_{p,j}$	**Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona**	
	Descrição	Parcela de energia reativa da usina “p” associada à prestação de serviços ancilares por compensação síncrona, por período de comercialização “j”. O ressarcimento em si é calculado no Módulo de Regras relativo aos Encargos
	Unidade	MVArh
	Fornecedor	Medição Contábil (Anexo III)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado “s” e período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$	**Preço Ofertado pelo agente Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos

$RART_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCAG_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCUE_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais**	
	Descrição	Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RISA_{p,m}$	**Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Montante a ser ressarcido para a usina pelo investimento para prestação de serviços ancilares
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TSA_{p,m}$	**Tarifa de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Valor para ressarcimento de custos adicionais de operação e manutenção referente ao suporte de reativo provido pelas parcelas de usinas "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MVArh
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos

2.2.3. Dados de Saída dos Encargos de Serviços Ancilares

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3. Encargos por Importação

Objetivo:

Apurar os montantes devidos às usinas a título de encargos por importação.

Contexto:

A energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai poderão ser ofertadas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega de energia no Centro de Gravidade do SIN e sendo liquidado no MCP. Tal energia poderá ser utilizada de forma integral ou parcial pelo ONS, desde que essa importação viabilize a redução do custo imediato de operação do SIN.

Figura 13: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.3.1. Detalhamento dos Encargos por Importação

O processamento dos encargos por importação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

10. A importação de energia realizada através de estações conversoras, para efeito de operacionalização na CCEE, será representada pela modelagem de uma usina térmica com modalidade de despacho tipo IA ou tipo IIA.

11. Esta usina estará modelada sob um perfil de agente comercializador importador, e é vedado a modelagem de qualquer outro tipo de ativo sob este mesmo perfil de agente.

12. Eventuais créditos relativos ao processo de importação de energia da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai são isentos do processo de rateio de inadimplência.

13. Os custos relativos à importação da energia elétrica serão determinados pela Geração de energia, em função do despacho de importação, valorada pela diferença entre o Preço de Oferta de Importação e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Razão de Importação é expresso por:

$$ENC_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(P_IMP_{p*,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

∀ s onde está localizada a estação conversora

Onde:

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

14. Nos casos em que houver substituição de Geração térmica por Importação e o PLD for maior que o Preço de Oferta para Importação será apurado uma diferença financeira destinada para alívio de ESS. Esta diferença deverá ser determinada a partir da geração de energia verificada valorada entre o PLD e o Preço de Oferta de Importação. O cálculo será expresso por:

$$EXCD_FIN_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - P_IMP_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15. Quando o montante de energia efetivamente importado for inferior ao montante definido pelo ONS, os agentes comercializadores responsáveis pela importação deverão arcar com os custos dessa diferença de energia, que será valorada de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

15.1. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja inferior ao PLD, a valoração se dará pela diferença entre o PLD vigente no submercado da usina termelétrica substituída e seu CVU, de acordo com a seguinte expressão:

Se $INC_{p,j} < PLD_{s,j}$, então:

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja superior ao PLD, a valoração será de 5% do Limite Máximo Estrutural do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

Se INC p,j ≥ $PLD_{s,j}$ então:

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * \left(0{,}05 * PLD_MAX_EST_f\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_MAX_EST_f$ é o Limite Estrutural do Preço de Liquidação das Diferenças determinado para o ano de apuração "f"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1. Para definição dos custos da diferença entre a importação efetiva e a definida pelo ONS é necessário a determinação da Quantidade de Energia não entregue rateada para cada usina térmica substituída, pois, as usinas de importação podem substituir uma ou mais usinas. O cálculo se dará pelo rateio do montante de importação não entregue de cada usina importadora proporcionalizado pela disponibilidade verificada da usina e o despacho sem restrição das usinas substituídas. A determinação desse volume é expressa por:

$$\boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} = \boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} * \frac{DOMP_ONS_{p,j}}{\sum_{psub} DOMP_ONS_{p,j}}$$

Onde:

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1.1. O Montante de Importação definido pelo ONS e não entregue será calculado pela diferença entre o Despacho de Importação para o período e o Montante de Importação Verificado pelo ONS da usina substituta de acordo com a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} = max\left(0; \left(\left(MONT_IMP_ONS_{p*,j} - MONT_IMP_VOP_{p*j}\right) * UXP_GLF_{p*,j} * F_PRC_GF_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o Montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_ONS_{p*,j}$ é o Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_VOP_{p*,j}$ é o Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", no período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"

$F_PRC_GF_{p,j}$ é o Fator de Ajuste da Garantia Física em função das Perdas da Rede Compartilhada da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.3. Para o caso em que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE decidir por considerar a importação como recurso adicional ao SIN, sem substituição de geração de usinas termelétricas, a valoração será de 5% do Limite Máximo Estrutural do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j} = MONT_IMP_NE_{p*,j} * (0{,}05 * PLD_MAX_EST_f)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$PLD_MAX_EST_f$ é o Limite Estrutural do Preço de Liquidação das Diferenças determinado para o ano de apuração "f"

2.3.2. Dados de Entrada dos Encargos por Importação

	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS	
$DOMP_ONS_{p,j}$	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_PRC_GF_{p,j}$	**Fator de Ajuste da Garantia Física em Função das Perdas da Rede Compartilhada**	
	Descrição	Fator de Ajuste da Garantia Física em função das Perdas da Rede Compartilhada da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas e Perdas da Rede Compartilhada de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração de energia**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Substituida**	
	Descrição	Encargo de Importação do intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos da parcela de usina substituta "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_IMP_ONS_{p,j}$	**Montante de Importação definido pelo ONS**	
	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

MONT_IMP_VOP	**Montante de Importação Verificado pelo Operador**	
	Descrição	Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_IMP_{p*,j}$	**Preço de Oferta de Importação de Energia**	
	Descrição	Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças definido por submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

$PLD_MAX_EST_f$	**Preço de Liquidação das Diferenças Máximo Estrutural**	
	Descrição	Limite máximo Estrutural do PLD no dia. Esse valor, estipulado pela Aneel, é atualizado anualmente pelo IPCA e válido para todo o ano de apuração "f"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Aneel
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3.3. Dados de Saída dos Encargos por Importação

	Encargo de Importação de energia	
$ENC_IMP_{p*,j}$	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p*", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de importação de energia
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Excedente Financeiro de Importação do intercâmbio de energia	
$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS	
$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue	
$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$	Descrição	Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Montante de importação definido pelo ONS e não entregue	
$MONT_IMP_NE_{p*,j}$	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE	
$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.4. Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas despachadas pelo ONS por razão de segurança energética.

Contexto:

Os Encargos por Segurança Energética são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas não hidráulicas despachadas por decisão CMSE. A Figura 14 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 14 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.4.1. Detalhamento dos Encargos por Segurança Energética

O processo de apuração dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

16. O ONS deverá informar a CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, a lista de usinas e os períodos em que foram despachadas por razões de segurança energética.

17. O Encargo por Razão de Segurança Energética a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, no período de comercialização é determinado pela produção de energia despachada por razão de segurança energética a ser efetivamente ressarcida, valorada pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção de energia da usina e o Preço de Liquidação das Diferenças ex-ante apurado pela CCEE. O Encargo por Razão de Segurança Energética é expresso por:

$$ENC_SEG_ENER_{p,j} = \left(\boldsymbol{G_SE_{p,j}}\right) * max\ \left(0; \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"
"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

17.1. O Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética é utilizado para determinar a geração de energia passível de ressarcimento por razão de segurança energética e é dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_SEG_ENER_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_SEG_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:
$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$G_ONS_SEG_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

17.2. A Geração realizada por segurança energética corresponde à geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética:

$$\boldsymbol{G_SE_{p,j}} = G_{p,j} * F_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:
$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.4.2. Dados de Entrada dos Encargos por Segurança Energética

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_ONS_SEG_{p,j}$	**Geração informada pelo Operador do Sistema por Razões de Segurança Energética**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

2.4.3. Dados de Saída dos Encargos por Segurança Energética

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5. Encargos por Deslocamento Hidráulico

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas hidráulicas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função de despacho de usinas termelétricas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016.

Contexto:

Os Encargos por Deslocamento Hidráulico são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas hidráulicas participantes do MRE em função da redução de sua geração originada pela geração de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia. A Figura 15 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 15: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.5.1. Determinação dos montantes de deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE

O processo de apuração dos montantes de energia vinculados ao deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

18. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar é determinado pela soma da geração por segurança energética e da importação líquida de energia sem garantia física associada, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_j = \sum_p G_SE_{p,j} + (\boldsymbol{IMP_j} * XP_GLF_j)$$

Onde:

$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada, por período de comercialização "j'

XP_GLF_j é o Fator de Rateio de Perdas de Geração, por período de comercialização "j"

18.1. O montante de Importação Líquida sem Garantia Física Associada é determinado pela soma da importação líquida dos pontos de medição de todas as conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre Brasil e os países vizinhos. Este montante é definido a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{IMP_j} = \sum_{CONV} IMP_CONV_{i*,j}$$

Onde:

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada por período de comercialização "j'

$IMP_CONV_{i*,j}$ é a Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'

"CONV" refere-se ao conjunto de conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos

"i*" representa todos os pontos de medição "i" de uma unidade conversora

Importante:

A Importação Líquida de Conversora (IMP_CONV) será apurada através dos valores registrados no SCDE, abatidos dos montantes de importação com garantia física programada por ordem de mérito que causem substituição de usinas do bloco térmico.

19. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar é determinado considerando as parcelas de usinas termelétricas despachadas por restrição elétrica, cuja geração foi indicada pelo ONS como elegível à composição do deslocamento hidráulico de usinas do MRE, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_j = \sum_p (G_CONST_ON_{p,j} * F_DH_{p,j})$$

Onde:

$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

$F_DH_{p,j}$ Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

Importante:

A princípio, a geração por *constrained-on* que desloca o MRE é aquela associada a uma restrição que afeta todo o SIN, ou seja, restrições que afetam somente um submercado, ou grupos de submercados, não causam deslocamento hidráulico por restrição elétrica. Contudo, dentre as restrições que afetam todo o SIN, devem ser desconsideradas as que estiverem:

i) representadas nos modelos computacionais de programação da operação Newave, Decomp e Dessem ou resultantes deles;

ii) associadas à necessidade de recuperação de reserva de potência operativa classificados como restrição elétrica;

iii) relacionadas a aplicação do Título III da Resolução Normativa nº 1.030, de 26 de julho de 2022, no que se refere ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa;

iv) enquadradas no atendimento às Portarias do MME nº 41/2015; nº 15/2016; nº 179/2016; nº 180/2016; nº 492/2017; e nº 406/2020;

v) vinculadas ao despacho excepcional e temporário de usinas termelétricas para o atendimento a circuitos elétricos em condições operativas de ilhamento; e

vi) com inflexibilidade.

Por exemplo, supondo que em um determinado período de comercialização há 10 usinas despachadas por contrained-on que afetem todo o SIN. A princípio, toda essa geração deslocou o MRE. Todavia, se duas já estavam previstas no Deck do Decomp e uma foi indicada pelo ONS que não deve ser considerada, apenas a geração de 7 dessas usinas despachadas por *constrained-on* causam deslocamento ao MRE.

20. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Energético é determinada a partir da alocação do total de indisponibilidade de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito de forma proporcional ao montante de deslocamento hidráulico de origem energética, em relação ao total de deslocamento hidráulico apurado, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ENER_j = \boldsymbol{TOT_IND_j} * \frac{DH_ENER_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + DH_ELE_PRE_j + \boldsymbol{G_CONST_ON_NDH_j}}$$

Onde:
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que Não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"

20.1. O Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico é determinada a partir da soma das indisponibilidades, subtraído a Geração Substituta no centro de gravidade, apuradas para as usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito econômico, a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{TOT_IND_j} = max\left(0; \sum_{\boldsymbol{p}} \boldsymbol{IND_{p,j}} - \sum_{p}\left(GSUB_ONS_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização "j"
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito Econômico, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo "p", por período de comercialização "j"
$GSUB_ONS_{p,j}$ é a Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"

20.1.1. A Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS deve ser calculada para usinas não hidráulicas despachadas por ordem de mérito, sendo determinada a partir da diferença entre o despacho efetivo do ONS e a geração efetivamente realizada, a partir da seguinte expressão:

Se $DOMP_ONS_{p,j} = 0$

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = 0$$

Caso Contrário

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = \left(DOMP_DECK_DESSEM_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right) - G_DOMP_{p,j} - QEA_REST_OP_{p,j}$$

Onde:
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo, "p", por período de comercialização, "j"
$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
$G_DOMP_{,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

Importante:

Somente haverá valores para DOMP_DECK_DESSEM em períodos em que o CVU é menor CMO do barramento da usina, exceto para usinas a GNL, para as quais será utilizado o despacho realizado pelo DECOMP.

20.1. A Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico é pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{_CONST_ON_NDH_j} = \sum_{p}\left(G_CONST_ON_{p,j} * F_NDH_{p,j}\right)$$

Onde:
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$F_NDH_{p,j}$ Fator de Não Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

Importante:

A geração por constrained-on que não desloca o MRE é aquela associada a uma restrição que afeta um determinado submercado ou subsistema (grupo de submercados).

21. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinada a partir da diferença entre a indisponibilidade total apurada das usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito e o montante de indisponibilidade alocado para o deslocamento hidráulico de origem energética e elétrica, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ELE_j = TOT_IND_j * \frac{DH_ELE_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + DH_ELE_PRE_j + G_CONST_ON_NDH_{,j}}$$

Onde:
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica, por período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$G_CONST_ON_NDH_j$ é a Geração Associada a Restrição de Operação Constrained-On que não causa Deslocamento Hidráulico no período de comercialização "j"

22. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico energético preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa usina termelétrica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_j = max\left(0;\ \left(DH_ENER_PRE_j - IND_DH_ENER_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico Energético, por período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"

23. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico elétrico preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa parcela de deslocamento, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_j = max\left(0;\ \left(DH_ELE_PRE_j - IND_DH_ELE_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ELE_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica no período de comercialização "j"

24. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica é determinado pela inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UTE_{p,j} = min\left(1; \frac{INFLEX_DH_{p,j} + GFOM_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right) * G_{p,j}$$

Onde:
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$INFLEX_DH_{p,j}$ é a Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$GFOM_{p,j}$ é a Geração Fora da Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

25. O montante Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado pela soma dos deslocamentos hidráulicos de inflexibilidade associados às usinas termelétricas, a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_j = \sum_p DH_INFLEX_UTE_{p,j}$$

Onde:
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

2.5.2. Destinação do Deslocamento Hidráulico às Usinas Hidrelétricas do MRE

O processo de destinação dos montantes de deslocamento hidráulico às usinas hidrelétricas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

26. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico energético total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_UH_{p,j} = DH_ENER_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\ p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

27. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico elétrico total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (flat), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_UH_{p,j} = DH_ELE_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\ p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Elétrica no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

28. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} = TOT_DH_INFLEX_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\ p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.3. Tratamento das usinas hidrelétricas que repactuaram o risco hidrológico no ACR

O processo de tratamento das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no ACR é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

29. Os proprietários das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no âmbito do ACR podem ter escolhido repactuar a não totalidade da garantia física dessas usinas. Dessa forma, é necessário segregar os montantes de deslocamento hidráulico associados a essas usinas em duas parcelas: a parcela associada à repactuação do risco hidrológico e a parcela não associada à repactuação, sendo que para os volumes de deslocamento hidráulico associados à repactuação existe um tratamento que depende do produto de repactuação escolhido e do Ajuste MRE (GSF) verificado.

29.1. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\ j \in m$$
$$\forall\ p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

29.2. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_NREP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} - DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

29.3. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

29.4. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_NREP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,j} - DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

29.5. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

29.6. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} - DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE
hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo DH_INFLEX_PRE_REP_UH será zero

30. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR é necessário ajustar os valores dos montantes de deslocamento hidrológico energético e elétrico repactuados em função do produto de repactuação escolhido e pelo valor do Ajuste MRE (GSF) apurado, sendo que as usinas só têm direito a receber a parcela de deslocamento hidráulico repactuado com o não acionamento do produto.

31. Em relação ao deslocamento hidrelétrico de inflexibilidade, todo o montante irá gerar encargo; todavia, uma parte do encargo será percebido pelo proprietário da usina e outra parte pelos agentes de distribuição, em função do produto escolhido e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado. Para o produto P, no qual o proprietário de uma usina optou por não repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, quando o Ajuste MRE for superior a um, situação que denota a presença de energia secundária, as usinas terão direito integral aos montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado, de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, que optaram por repactuar o risco hidrológico em um produto classe "P", para cada período de comercialização, são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Onde:
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto P

32. Para os produtos SPR e SP, como o proprietário da usina optou em repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, sempre que o Ajuste MRE for superior a um, o que denota uma situação de presença de energia secundária, os valores de deslocamentos hidráulicos repactuados serão zerados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE.

33. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado e de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento por Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, que optaram por repactuar o risco hidrológico em produtos das classes SPR ou SP, para cada período de comercialização, são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Onde:
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto SP ou produto SPR

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela repactuação em produto da classe SPR, o Fator de Risco Hidrológico assumido pela usina ($F_{p,j}$) é sempre zero.

2.5.4. Determinação do montante final de deslocamento hidráulico de usinas hidrelétricas participantes do MRE

O processo de determinação dos montantes de deslocamento hidráulico consolidados das usinas hidrelétricas participantes do MRE é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

34. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_UH_{p,j} = DH_ENER_REP_UH_{p,j} + DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_ENER_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

35. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_UH_{p,j} = DH_ELE_REP_UH_{p,j} + DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_ELE_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", no período de comercialização "j"
DH_ELE_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

36. No que se refere ao deslocamento hidráulico por inflexibilidade, deve-se determinar o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo percebido pelo proprietário da usina e o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo que será transferido aos agentes de distribuição.

37. Dessa forma, o montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UH_{p,j} = DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} + DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_INFLEX_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

38. O montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da diferença entre o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado e o montante Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} - DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.5. Determinação dos Encargos por Deslocamento Hidráulico

O processo de determinação dos montantes de encargos oriundos do deslocamento hidráulico é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

39. O montante de Encargo por Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento energético da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, para cada período de comercialização, a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = max\left(0; DH_ENER_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" e período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

40. O montante de Encargo porDeslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento elétrico da usina hidrelétrica, e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, no período de comercialização, a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ELE_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ELE_{p,j} = max\left(0; DH_ELE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_j\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" e período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"p" é a usina hidráulica para a qual é determinado o custo do deslocamento hidráulico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

41. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

42. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de repasse da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.6. Dados de Entrada de Encargos por Deslocamento Hidráulico

	Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico	
$AJUSTE_MRE_RRH_j$	Descrição	Representa a relação entre a Geração Total Agregada e a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, ambas referentes ao MRE. Calculado por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Detalhamento Ajuste da Garantia Física para Fins de Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Despacho por Ordem de Mérito Enviado pelo ONS	
$DOMP_ONS_{p,j}$	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS para cada parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito Efetivo do Deck do ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_{p,j}$	**Fator de Risco Hidrológico**	
	Descrição	Fator de Risco hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_INT_{i,j}$	**Fator de Intercâmbio**	
	Descrição	Fator Intercâmbio vinculado ao ponto de medição "i", que indica se no período de comercialização "j" está ocorrendo importação ou exportação de energia
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_DH_{p,j}$	**Fator de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS/CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo de Perdas Internas das Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_NDH_{p,j}$	**Fator de Não Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Fator de Não Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS/CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFOM_{p,j}$	**Geração Fora da Ordem de Mérito**	
	Descrição	Quantidade de energia produzida por uma parcela de usina "p", fora da ordem de mérito de custo, definida pelo NOS, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_DOMP_{p,j}$	**Geração Final na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GSUB_ONS_{p,j}$	**Geração Substituta Efetiva**	
	Descrição	Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização, "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_TERM_DH_{p,j}$	**Geração Termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Geração termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFIS_2_RRH_{p,j}$	**Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada**	
	Descrição	Garantia Física, para cálculo do repasse do risco hidrológico, modulada e ajustada, em função das perdas internas e indisponibilidade da usina e das perdas da rede básica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Modulação da Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$IMP_CONV_{i*,j}$	**Importação Líquida de Conversora**	
	Descrição	Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS e CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INFLEX_DH_{p,j}$	**Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_CVR_{p,m}$	**Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e Período de Contabilização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação do PLD)
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_X_j	**Preço do Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Detalhamento do Cálculo do PLD_X)
	Valores Possíveis	Positivos

$QM_GF_RRH_{p,m}$	**Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$XA_DH_{p,j}$	**Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

XP_GLF_j	**Fator de Rateio de Perdas de Geração**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser aplicado aos pontos de geração que participam do rateio de perdas (50% das perdas alocadas para a categoria geração e 50% das perdas alocadas para a categoria consumo), por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5.7. Dados de Saída de Encargos por Deslocamento Hidráulico

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica com parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

ENC_DH_INFLEX_REPASSE $_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

DH_INFLEX_UTE$_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6. Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Objetivo:

Identificar os valores preliminares em reais por MWh para pagamento dos encargos de serviços do sistema às usinas que recebem esses montantes.

Contexto:

A apuração do valor dos encargos a ser aplicado aos agentes leva em conta o total de encargos de serviços do sistema, exceto os Encargos por Segurança Energética, e o total de consumo em que incidem esses custos. Esse valor ainda deve sofrer alívio conforme verificado na etapa Ajuste dos Encargos Apurados. A Figura 16 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 16: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.6.1. Detalhamento da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

O processo de apuração do valor dos encargos não ajustados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

43. Os Encargos de Serviços do Sistema devem ser rateados entre o consumo total atendido pelo SIN. A determinação do Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema depende do perfil do agente na CCEE:

43.1. Se o agente pertencer à categoria de distribuição, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Total determinado no Módulo de Regras "Medição Contábil", expresso por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = TRC_{a,s,j}$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

43.2. Caso contrário, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Atendido pelo SIN considerando uma eventual parcela cativa de consumo. O Consumo Atendido pelo SIN verifica a geração de propriedade do agente, deduzindo essa parcela de geração de seu(s) ponto(s) de consumo. O Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema é expresso, nessa condição, por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = max\left(0; \left(\sum_{\substack{c \in s \\ c \in a}} \boldsymbol{RC_SIN_{c,j}}\right) - TRC_CAT_CL_{a,s,j} + TRC_CAT_D_G_{a,s,j}\right)$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo do perfil de agente "a", Consumidor Livre, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_CAT_D_G_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo Associado ao Distribuidor/Gerador do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

43.2.1. O Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional deve considerar a parcela de geração de propriedade do agente, expresso por:

$$\boldsymbol{RC_SIN_{c,j}} = max\left(0; RC_{c,j} - \sum_{p}\left(\left(G_{p,j} + GFT_{p,j} + FLUXO_MRE_{p,j}\right) * \boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}}\right)\right)$$

Onde:

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$RC_{c,j}$ é o Consumo Reconciliado da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

43.2.1.1. O Percentual de Geração Alocada da usina para atendimento à carga estabelece a proporção de alocação de geração que cada parcela de carga possui, com base no percentual de direito de alocação do agente, conforme expressão abaixo:

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_AGP} RC_AL_{c,j}}$$

Onde:

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", localizada no mesmo sítio, por período de comercialização "j"

$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente, da parcela de usina "p", atribuído ao agente "α"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

44. O ONS deverá informar à CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, para cada restrição de operação ocorrida, a lista de usinas impactadas e o tipo de restrição considerando a forma de rateio que deve ser aplicada para os consumidores.

45. Os Seguintes agrupamentos de submercados são utilizados tanto para o cálculo do Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação (incluindo as restrições por unit commitment) quanto para o cálculo do Valor do Encargos de Outros Seviços Ancilares:

Tabela 1 - Subsistemas

Agrupamentos (SUB_SS)
SE
S
NE
N
S-SE
N-NE
SE-NE
SE-N
S-SE-NE
S-SE-N
SE-NE-N
SIN

45.1. O Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados em cada submercado "s" por período de comercialização "j", em R$/MWh, é expresso por:

$$VE_RO_SUBSIS_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in RO_SS} \left(ENC_REST_UNIT_{p,j} + ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} \right)}{\sum_{s \in SUB_SS} TRC_ESS_{a,s,j}} \right)$$

Onde:

$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados devido à parcela de usina "p", no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

"RO_SS" é o conjunto de parcelas de usinas "p", sujeitas a uma restrição de operação do tipo multi-submercados cujo custo deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS" no período de comercialização "j"

"SUB_SS" é o conjunto submercados "s" compreendidos no agrupamento em que ocorreu a restrição de operação

Importante:

O conjunto "SUB_SS" considerado na expressão deverá ser o mesmo atribuído a parcela de usina "p" pelo ONS.

46. O Valor do Encargo de Compensação Síncrona relaciona a soma dos encargos de compensação síncrona apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_CS_{s,j} = \frac{\sum_{p \in s} ENC_CS_{p,j}}{\sum_{a \in s} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:

$VE_CS_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

47. O Valor do Encargo de Importação relaciona a soma dos encargos de importação apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_IMP_{s,j} = \frac{\sum_{p} \left(ENC_IMP_{p*,j} \right)}{\sum_{a} \sum_{s} \left(TRC_ESS_{a,s,j} \right)} \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

48. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares consolida o valor dos encargos de serviços ancilares apurados para a cobertura do custo de usinas que pestaram tais serviços, acrescido do valor dos encargos de serviços ancilares para cobertura do custo de distribuidoras e consumidores responsáveis pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção. O valor final é apurado de acordo com o submercado dos agentes que devem ser responsáveis pela cobertura desses custos, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago por esses agentes e expresso por:

$$VE_OSA_{s,j} = \boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} + \boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}}$$

Onde:

$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_OSA_DCON_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"

48.1. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas relaciona os encargos de serviços ancilares devido às usinas que prestaram os serviços, com o consumo dos agentes que são responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$\boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in PSA_SS} ENC_OSA_{p,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right) \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_OSA_USI_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"PSA_SS" é o conjunto de usinas "p" cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"

"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

48.2. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores relaciona os encargos de serviços ancilares referentes à implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção, com o consumo dos agentes responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$\boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{a \in DCSA_SS} RSEP_D_{a,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right) \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_OSA_DCON_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento ao Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de Apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"DCSA_SS" é o conjunto de agentes distribuidores ou consumidores cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"

"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

Importante:

Para cada usina ou agente que prestou serviços ancilares, o valor do conjunto "SUB_SS" considerado para determinar o rateio dos pagadores que devem cobrir o seu custo, é informado pela Aneel. Quando esse dado não for informado, será considerado o SIN como agrupamento de submercados.

49. O Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS relaciona o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SALDO_{s,j} = \frac{PAG_SALDO_ESS_m}{\sum_{s \in SIN} \sum_{j \in m} \sum_a TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:

$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$PAG_SALDO_ESS_m$ é o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

50. O Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico relaciona a soma dos encargos de deslocamento elétrico apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_DH_ELE_{s,j} = \frac{\sum_p (ENC_DH_ELE_{p,j})}{\sum_a \sum_s (TRC_ESS_{a,s,j})} \quad \forall j \in m$$

Onde:

$VE_DH_ELE_{s,j}$ é o Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico no submercado "s", no período de comercialização "j"

$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

51. O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados é um valor em R$/MWh, que consolida os valores apurados em apenas uma informação por submercado e período de comercialização, rateados conforme consumo de referência para fins de ESS, conforme expressão abaixo:

$$VE_ESS_{s,j} = VE_OSA_{s,j} + VE_CS_{s,j} + VE_RO_SUBSIS_{s,j} + VE_SALDO_{s,j} + VE_IMP_{s,j} + VE_DH_ELE_{s,j}$$

Onde:

$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_CS_{s,j}$ é o Preço do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Preço dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados, no submercado "s", no período de comercialização "j

$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_DH_ELE_{s,j}$ é o Valor de Encargo de Deslocamento Elétrico no submercado "s", no período de comercialização "j"

Importante:

O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados submercados (VE_ESS) não consta o encargo referente a reserva de potência operativa, visto o tratamento distinto para fins de rateio.

52. O Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa determina o valor a ser pago para cada MWh consumido pelo agente consumidor, considerando o rateio de todos os valores a serem recebidos pelas usinas que prestam tal serviço pelo consumo mensal líquido do SIN, entre todos os sbumercados:

$$VE_RESPOP_m = \frac{\sum_p \sum_{j \varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:

VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.6.2. Dados de Entrada da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

$ENC_CONST_ON_p$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina hidrelétrica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo por Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Alocada da Usina para o Agente**	
	Descrição	Percentual de geração alocada da parcela de usina "p", atribuído ao agente, "α", independentemente do fato de as usinas estarem ou não localizadas no mesmo ponto de consumo, sendo esse percentual utilizado para definição da participação do perfil de agente "a" no rateio dos custos de geração associados ao despacho por razão de segurança energética.
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Cadastro do Sistema Elétrico
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PAG_SALDO_ESS_m$	**Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS**	
	Descrição	Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Anexo II – Cálculo e Utilização do Saldo de Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_{c,j}$	**Consumo Reconciliado da Carga**	
	Descrição	Consumo de energia ajustado de uma parcela de carga "c", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$	**Total de Consumo Cativo do Consumidor Livre**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo cativo atribuído ao consumidor livre, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6.3. Dados de Saída da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_m	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_IMP_{p,j}$	**Valor dos Encargos de Importações**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7. Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Objetivo:

Calcular o montante financeiro de recursos disponível para alívio de encargos de serviços do sistema.

Contexto:

Esta etapa consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema. Esses recursos são utilizados para ajuste dos valores dos encargos calculados na etapa anterior, reduzindo o montante de encargos a serem rateados pelos consumidores de energia do SIN. A Figura 17 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 17: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.7.1. Detalhamento do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

O processo de cálculo do total de recursos ajustados para alívio de encargos de serviços do sistema é composto pelos seguintes comandos e expressões:

53. Serão utilizados para o alívio dos Encargos de Serviços do Sistema os seguintes recursos:

- Penalidade de Medição;
- Multa por Falta de Combustível;
- Multa pelo não aporte de Garantias Financeiras;
- Multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo;
- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente; e
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico).

54. O Total de Penalidades para Abatimento dos ESS é composto pela soma dos montantes financeiros efetivamente pagos pelos agentes a título de (i) penalidades pela não geração de energia por falta de combustível, (ii) penalidades associadas à coleta de dados de medição, (iii) penalidades por inobservância do aporte de garantias financeiras, nos termos dos Procedimentos de Comercialização vigentes, e (iv) multa por inadimplência na liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. O Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS é expresso por:

$$TDP_ESS_{a,m} = \sum_{k \in AKP} \left(MFEP_PMED_{a,m,k} + MFEP_FC_{a,m,k} + MFEP_MGFIN_{a,m,k} + MFEP_INAD_{a,m,k} \right)$$

Onde:

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de De mais Penalidades para Abatimento dos ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$MFEP_PMED_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_FC_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à inobservância do aporte de garantias financeiras apurada no mês "k"

$MFEP_INAD_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", relativa à inadimplência no mês "k"

"AKP" é o conjunto de penalidades de cada perfil de agente "a", a serem aplicadas no mês de apuração "m", referentes às penalidades apuradas nos meses "k"

55. O Total das Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS consolida o Total de Penalidades para Abatimento dos ESS, por mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$TPAP_ESS_m = \sum_a \left(TDP_ESS_{a,m} \right)$$

Onde:

$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de Demais Penalidades para Abatimento do ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

56. O Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia corresponde à somatória dos valores referente aos custos por importação, e o excedente financeiro de importação, tais valores são revertidos em benefício da conta de Encargos de Serviços de Sistemas - ESS, expresso por:

$$REC_IMP_m = \sum_a \left(\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} + EXCD_FIN_IMP_M_{a,m} \right)$$

Onde:

REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

56.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelo agente no mês vigente em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p* \in a} \sum_{j \in m} \left(\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}} \right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

56.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação total, identifica os montantes totais financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j} = V_CUSTO_IMP_A_{p*,j} + V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}}$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j

$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

56.1.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}} = \sum_{P \in PSUB} V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_A_{a,m}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", por período de comercialização "j"

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação

"p*" é a parcela de usina para Importação

57. O Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS considera os recursos remanescentes oriundos do tratamento das exposições em função das eventuais diferenças de preços entre os submercados, os montantes residuais de meses anteriores, além das penalidades utilizadas para alívio de ESS. Esse montante mensal é utilizado para determinar o ajuste nos valores apurados na etapa anterior e é expresso por:

$$TRDA_ESS_m = TRU_ESS_m + TPAP_ESS_m + max(0; SF_MA_m - ADDC_SF_MA_m) + REC_IMP_m$$

Onde:

$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"

SF_MAm é a Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"Representação Gráfica

$ADDC_SF_MA_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas referente Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"

REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"

Representação Gráfica

Figura 18: Composição do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

2.7.2. Dados de Entrada do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

	Excedente Financeiro de Importação de energia total	
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível	
$MFEP_FC_{a,m,k}$	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por energia não gerada por falta de combustível apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP	
$MFEP_INAD_{a,m,k}$	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras	
$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por inobservância do aporte de garantias financeiras de acordo com o estabelecido em Procedimentos de Comercializado, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição	
$MFEP_PMED_{a,m,k}$	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade associada ao processo de coleta de medição pela CCEE apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SF_MA_m	**Sobra Financeira do Mês Anterior**	
	Descrição	Montante financeiro referente à sobra do excedente financeiro apurado no mês anterior "m-1", sob gestão da CCEE em conta corrente específica, que retorna no mês de apuração "m" ao processo de contabilização, ajustado pelo resultado de aplicação além da própria movimentação financeira no período. Eventual saldo remanescente da CONER, findo os prazos dos CERs, será acrescido nesta conta corrente
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da usina de importação "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$	**Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética**	
	Descrição	Corresponde aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7.3. Dados de Saída do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

REC_IMP_m	**Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Corresponde ao total dos montantes recebíveis de encargos por razão de importação de energia apurados no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TDP_ESS_{a,m}$	**Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS**	
	Descrição	Corresponde à soma de valores pagos pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente às demais penalidades destinadas para abatimento de ESS. São incluídos nestas penalidades, os montantes pagos referentes às penalidades de medição, energia não gerada por falta de combustível, as penalidades pagas pelo não aporte das garantias financeiras calculadas e a multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8. Ajuste dos Encargos Apurados

Objetivo:

Ajustar os valores de encargos apurados em função dos recursos disponíveis para alívio.

Contexto:

O valor dos encargos ajustados corresponde ao valor em R$/MWh efetivamente aplicado à contabilização dos agentes para composição do pagamento de encargos associados às usinas afetadas por restrições de operação, despachadas por razão de segurança energética e/ou que prestam serviços ancilares ao sistema. A Figura 19 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 19: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.8.1. Detalhamento do Ajuste dos Encargos Apurados

O processo de cálculo do ajuste dos encargos apurados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

58. O Total de Encargos de Serviços do Sistema indica o valor em reais a ser pago aos geradores por ESS. O Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema (expresso em termos de energia) multiplicado pelo Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, expresso em R$/MWh, incluindo o encargo para atendimento da reserva de potência operativa,somado ao Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização e sobras financeiras para alívio despesas futuras para fins de recontabilização, fornece o Total de Encargos de Serviços do Sistema, conforme expressão abaixo:

$$T_ESS_m = \sum_s \sum_{j \in m} \left(\left(\sum_a TRC_ESS_{a,s,j} \right) * VE_ESS_{s,j} \right) + \sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_RESPOP_m + \sum_a \boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} + SFM_FUT_RECONT_m$$

Onde:

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", por período de comercialização "j"

VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m".

58.1. O alívio retroativo não é reprocessado em recontabilizações onde houve sobra futura, assim é necessário garantir que sejam mantidos os mesmos efeitos percebidos na contabilização do mês de apuração. O valor referente ao encargo de meses passados já aliviados na contabilização é incluído no total de encargos de serviços do sistema do mês recontabilizado, a fim de serem considerados nos montantes passíveis de alívio:

Se $SFM_FUT_RECONT_m > 0$*, então;*

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = TAR_ENC_{a,m,u-1}$$

Caso contrário:

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = 0$$

Onde:

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

59. O ajuste dos valores de encargos depende da relação entre o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS e o Total de Encargos Passíveis de Alívio:

59.1. Caso o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS seja suficiente para atender o Total de Encargos de Serviços do Sistema, então os Encargos de Serviços do Sistema são iguais à zero.

59.2. Os valores dos Encargos de Serviços do Sistema podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_ESS_{s,j} = VE_ESS_{s,j} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:

$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"

$VE_ESS_{s,j}$ é o Preço dos Demais Encargos de Serviços do Sistema, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

60. O valor do Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema

$$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} = TAR_ENC_RECONT_{a,m} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:

$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

61. O valor da Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema

$$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} = \left(SFM_FUT_RECONT_m * \frac{\sum_s \sum_{j \in m} (TRC_ESS_{a,s,j})}{\sum_a \sum_s \sum_{j \in m} (TRC_ESS_{a,s,j})} \right) * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:

$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"
"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"
"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

61.1. Os valores dos Encargos de Reserva de Potência Operativa podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_RESPOP_m = VE_RESPOP_m * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
F_AJUSTE_ESSm é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m".

61.2. O Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema considera Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS em relação ao Total de Encargos de Serviços do Sistema por meio da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m} = max\left(0; \frac{T_ESS_m - TRDA_ESS_m}{T_ESS_m}\right)$$

Onde:
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"
T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

2.8.2. Dados de Entrada do Ajuste dos Encargos Apurados

SFF_FUT_RECONTm	**Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TAR_ENC_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
VA_RESPOP_m	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8.3. Dados de Saída do Ajuste dos Encargos Apurados

T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_m	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9. Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Totalizar os encargos por segurança energética e definir a forma de rateio desses encargos.

Contexto:

O total de encargos por segurança energética é constituído pela soma dos encargos pagos às usinas despachadas por segurança energética e pelos encargos devidos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do despacho fora da ordem de mérito e de importação sem garantia física associada. Esse encargo é assumido pelos agentes de consumo a partir dos critérios estabelecidos nesta etapa das regras de comercialização. A Figura 20 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 20: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.9.1. Totalização dos Encargos por Segurança Energética

O processo de totalização dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

62. O Total de Encargos por Razão de Segurança Energética indica o valor em reais a ser pago pelos agentes de consumo aos agentes proprietários de usinas termelétricas que geraram por razões de segurança energética e também o valor a ser pago aos agentes proprietários de usinas hidrelétricas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função da geração efetuada fora da ordem de mérito e por importação de energia sem lastro associado. Este valor é obtido pela seguinte expressão:

$$T_SEG_ENER_m = \sum_{j \in m} \sum_{p} \left(ENC_SEG_ENER_{p,j} + ENC_DH_ENER_{p,j} \right)$$

Onde:

$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

2.9.2. Detalhamento do Consumo de Referência para o Rateio de Encargos de Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva

63. Os Encargos por Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva devem ser rateados pelo consumo líquido dos agentes:

$$TRC_SEG_ENER_{a,m} = max\left(0; \sum_{s} \sum_{j \in m} TRC_{a,s,j} - \sum_{p} \left(\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} \right) \right)$$

Onde:

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

63.1. A Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pela soma de toda geração utilizada para o abatimento das cargas, modeladas sobre o respectivo perfil de agente, conforme expressão:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} = \sum_{c \in a} \boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}}$$

Onde:

$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

63.1.1. A Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pelo menor valor entre (I) a geração total da usina multiplicada pelo Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga e (ii) Consumo no Ambiente Livre da respectiva carga:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = min\left(\left(\sum_{j\in m}(G_{p,j} + GFT_{p,j}) + \sum_{j\in m} FLUXO_MRE_{p,j}\right) * \boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}}\,;\ \sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}\right)$$

Onde:

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,j}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

63.1.1.1. O Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética estabelece o percentual de alocação de geração que cada parcela de carga possui, em relação ao percentual de direto de alocação do agente, conforme a expressão:

$$\boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{\sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}}{\sum_{c\in CP_ALFA_AGP}\sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}}$$

Onde:

$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente, da parcela de usina "p", atribuído ao agente "α"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

"α" é o agente no qual possui perfis onde as cargas "c", que possuem direito alocação da geração da parcela de usina "p", estão modelas

2.9.3. Detalhamento do Valor dos Encargos por Segurança Energética

64. O Valor dos Encargos de Segurança Energética relaciona a soma dos encargos de segurança energética devidos às usinas, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética de todos os agentes no mês, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SEG_ENER_m = \frac{T_SEG_ENER_m}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:

$VE_SEG_ENER_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"

$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.9.4. Dados de entrada da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$ENC_DH_ENER_{,p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{,p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{,p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{,p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{,p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada agente "a", por submercado "s" e período de comercialização
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9.5. Dados de saída da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$T_SEG_ENER_m$	**Total de Encargos pelo Despacho por Segurança Energética**	
	Descrição	Total de pagamentos devidos às parcelas de usinas em função da produção de energia elétrica associada ao despacho por Segurança Energética, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_m$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_SEG_ENER_m$	**Valor dos Encargos de Segurança Energética**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

Objetivo:

Apurar os valores de encargos em função do deslocamento hidráulico por inflexibilidade.

Contexto:

Valor de encargos por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade termoelétrica é apurado com base no total de encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade pelo total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade gerador de ESS. Esse encargo é assumido pelos agentes geradores que originaram o deslocamento. A Figura 21 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 21: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.10.1. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

O processo de cálculo do encargo por deslocamento hidráulico por inflexibilidade é composto pelos seguintes comandos e expressões:

65. O Total de Encargos de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade em um período comercialização é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_ENC_DH_INFLEX_j = \sum_{p \in PMRE} \left(ENC_DH_INFLEX_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} \right)$$

Onde:

$TOT_ENC_DH_INFLEX_j$ é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

66. O montante total de energia que deu origem ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_ESS_j = \sum_{p \in PMRE} DH_INFLEX_UH_{p,j}$$

Onde:

$TOT_DH_INFLEX_ESS_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE_DH" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

67. O Valor Ajustado do Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$VA_DH_INFLEX_j = \frac{TOT_ENC_DH_INFLEX_j}{TOT_DH_INFLEX_ESS_j}$$

Onde:

$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

TOT_ENC_DH_INFLEXj é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

TOT_DH_INFLEX_ESS$_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

2.10.2. Dados de Entrada da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica	
DH_INFLEX_UH$_{p,j}$	Descrição	Deslocamento hidráulico de inflexibilidade de uma usina hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repactuação do Risco Hidrológico (Determinação do Montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidráulica)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade	
ENC_DH_INFLEX$_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse	
ENC_DH_INFLEX_REPASSE$_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10.3. Dados de Saída da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,	
VA_DH_INFLEX$_j$	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11. Consolidação dos Encargos

Objetivo:

Consolidar os valores a pagar e a receber de agente em função dos encargos apurados no mês.

Contexto:

O valor ajustado dos encargos multiplicado pela energia passível de pagamentos de encargos deve ser consolidado, por agente, de modo a compor o resultado da contabilização de cada agente, no mês de apuração. A Figura 21 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 22 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.11.1. Detalhamento da Consolidação dos Encargos

O processo de consolidação dos encargos é composto pelos seguintes comandos e expressões:

68. O Total de Recebimento por Encargos identifica todos os montantes financeiros de encargos apurados para as usinas do agente, no mês de apuração. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Recebimento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$RECEBIMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_OSA_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_DH_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}}$$

Onde:

RECEBIMENTO_ENC$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_RO$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_SE$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_CS$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_OSA$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_DH$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_RESPOP$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_IMP$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

68.1. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Restrição de Operação identifica os montantes financeiros a serem recebidos, por restrição de operação (*constrained-on* e *off, e unit commitment*), pelas usinas do agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} \left(ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} + ENC_REST_UNIT_{p,j} \right)$$

Onde:

R_ENC_RO$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

68.2. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Razão de Segurança Energética identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função da geração verificada a título de segurança energética no mês de apuração, dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m} ENC_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_SE_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

68.3. O Total de Recebimento do Agente por Encargo de Compensação Síncrona identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função do fornecimento ou absorção de energia reativa, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m} ENC_CS_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_CS_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_CS_{p,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

68.4. O Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente pela prestação de serviços ancilares de suas usinas, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_OSA_{a,m}} = \left(\sum_{p\in a} ENC_OSA_{p,m}\right) + RSEP_D_{a,m}$$

Onde:
$R_ENC_OSA_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

68.5. O Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas hidrelétricas do MRE em função dos deslocamentos hidráulicos de origem energética, elétrica e/ou de inflexibilidade:

$$\boldsymbol{R_ENC_DH_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon a}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_ENER_{p,j} + ENC_DH_ELE_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_{p,j}\right) + \boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}}$$

Onde:
$R_ENC_DH_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

68.5.1. O Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor identifica o montante financeiro de deslocamemento hidráulico destinado a um distribuidor em virtude do proprietário da usina hidrelétrica ter aderido à Repactuação do Risco Hidrológico do ACR, sendo determinado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon MRE}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}\right) * F_RVRRH_{a,m}$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_RVRRH_{a,m}$ é a o Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"

68.6. O Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas que atendam ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa no mês:

$$\boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_RESPOP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

68.7. O Total de Recebimento por Encargos de Importação, identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo perfil de agente função da importação de energia:

$$\boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}} = \sum_{j\in m}\sum_{p*\in a} ENC_IMP_{p*,j}$$

Onde:
$R_ENC_IMP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação do intercâmbio de energia da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina de energia proveniente de Importação

69. O Total de Pagamento do Agente por Encargos no mês de apuração identifica todos os montantes financeiros de encargos a serem pagos pelo agente. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Pagamento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$PAGAMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} + \boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} + V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$$

Onde:
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

69.1. O Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema identifica o montante financeiro a ser pago, por ESS, pelo agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} = \sum_{s}\sum_{j\in m}\left(TRC_ESS_{a,s,j} * VA_ESS_{s,j}\right) + \boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} + TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} + SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} + TRC_SEG_ENER_{a,m} * VA_RESPOP_{m}$$

Onde:
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_A_{m}$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
VA_RESPOP_{m} é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

69.1.1. O Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade é determinado para cada perfil de agente, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m}\left(DH_INFLEX_UTE_{p,j} * VA_DH_INFLEX_{j}\right)$$

Onde:
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$VA_DH_INFLEX_{j}$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

69.2. O Pagamento dos Encargos por Razão de Segurança Energética será rateado proporcionalmente pelo consumo considerando eventual geração de propriedade da carga, calculado conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} = TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_SEG_ENER_{m}$$

Onde:

$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$VE_SEG_ENER_{m}$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

69.3. A soma do Excedente financeiro total referente ao valor verificado dos custos por razão de importação, identifica o excedente financeiros a ser pagos pelo agente no mês vigente, expresso por:

$$\boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p*\in a}\sum_{j\in m}\left(EXCD_FIN_IMP_{p*,j}\right)$$

Onde:
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

70. O Total de Encargos Consolidado identifica o valor a ser pago (**negativo**) ou recebido (**positivo**) a ser agregado ao resultado final da contabilização do agente no mês de apuração a título de Encargos, expresso por:

$$ENCARGOS_{a,m} = RECEBIMENTO_ENC_{a,m} - PAGAMENTO_ENC_{a,m}$$

Onde:
$ENCARGOS_{a,m}$ é o Total de Encargos Consolidado, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.11.2. Dados de Entrada da Consolidação dos Encargos

$EC_CAR_{a,m}$	**Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EC_CAR_TOT_{m}$	**Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Elétrico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina hidrelétrica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_RVRRH_{a,m}$	**Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR**	
	Descrição	Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
	Unidade	n.a
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j", baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidacao das Informacoes Ajustadas de Consumo e Geracao)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor ajustado a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s" para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_DH_INFLEX_{j}$	**Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,**	
	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_{m}	**Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11.3. Dados de Saída da Consolidação dos Encargos

$ENCARGOS_{a,m}$	**Total de Encargos Consolidado**	
	Descrição	Informação líquida de todos os montantes a serem pagos ou recebidos em função dos encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Pagamentos por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem pagos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente, "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_CAR_{a,m}$	**Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética rateada proporcionalmente pela energia comercializada**	
	Descrição	Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela rateada proporcionalmente pela energia comercializada, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_ESS_{a,m}$	**Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada dos encargos de serviços do sistema apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem recebidos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona	
$R_ENC_CS_{a,m}$	Descrição	Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona do perfil de agente "a", no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3. Anexos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 - Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

3.1. Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

Objetivo:

Calcular os recursos residuais utilizados no alívio retroativo e ainda sua eventual utilização em futuros ciclos contábeis.

Contexto:

Os recursos financeiros residuais após o alívio dos encargos de serviços do sistema são utilizados para abatimento de exposições e encargos não aliviados nos doze últimos ciclos contábeis. Após esse alívio retroativo, um eventual saldo residual é armazenado para utilização no próximo ciclo contábil. A Figura 23 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 23: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

3.1.1. Detalhamento da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

71. O processo de cálculo da determinação dos recursos utilizados para alívio retroativo é composto pelos seguintes comandos e expressões:

71.1. O Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior corresponde ao montante residual entre o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS oriundo do tratamento das exposições em função da diferença de preços entre os submercados e o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração, utilizado para alívio retroativo das doze últimas contabilizações. Em caso de Recontabilização, este acrônimo não é reapurado, assumindo o mesmo valor obtido na contabilização do mês, expresso por:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$RD_AR12_m = RD_AR12_{m,u-1}$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$RD_AR12_m = max(0; TRU_ESS_m - T_ESS_m)$$

Onde:

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior, no mês de apuração "m"

TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

71.2. A Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS corresponde à sobra residual de recursos disponível para alívio de ESS descontada ainda a parcela utilizada para alívio das doze últimas contabilizações, este último somente nos processamentos de contabilização, utilizada no próximo ciclo contábil e dada pela expressão:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$SF_ESS_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m)$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$SF_ESS_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m - RD_AR12_m)$$

Onde:

$SF_ESS_FUT_m$ é a Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS no mês de apuração "m"

$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês, no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

71.3. O Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo refere-se ao total de pagamentos referentes aos encargos de serviços do sistema. Desta forma, a expressão que determina o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo por agente no mês de apuração é dada por:

$$TP_ENC_AR_{a,m} = P_ENC_ESS_{a,m}$$

Onde:

$TP_ENC_AR_{a,m}$ é o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

Importante:

Os perfis de agente das classes de Importação e Exportação para os meses em que for observado exportação de energia elétrica em caráter interruptível não farão jus ao alivio retroativo do total de seus encargos passíveis de alivio, ou seja, o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo ($TP_ENC_AR_{a,m}$) para os referidos meses serão iguais a zero.

3.1.2. Dados de Entrada da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

$SFM_FUT_RECONT_m$	**Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.1.3. Dados de Saída da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

RD_AR12_m	**Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" destinado ao alívio retroativo das exposições financeiras do 12º mês anterior
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$SF_ESS_FUT_m$	**Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" para eventual alívio de despesa futuras com ESS
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$TP_ENC_AR_{a,m}$	**Total de Pagamentos de Encargos Passível de Alívio Retroativo**	
	Descrição	Montante de encargos apurados passível de alívio retroativo, composto pelos encargos de serviços do sistema e os encargos por razão de segurança energética, por agente perfil de agente "a", calculados no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

9 – Encargos 2020.8

1. Introdução

Os custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema para atendimento da demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), e que não estão incluídos no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) estabelecido ex-ante pela CCEE para cada semana e patamar de carga, são denominados de Encargos. Esse módulo determina o valor desses encargos e estabelece o critério de rateio destes montantes por todos os agentes de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Os encargos apurados mensalmente pela CCEE consistem basicamente em valores subdivididos em três categorias principais, dentro dos Encargos de Serviço de Sistema (ESS), de acordo com as formas de rateio e alívio desses montantes determinadas pelo poder concedente.

Os Encargos de Segurança Energética são gerados devido ao despacho extraordinário de recursos energéticos adicionais por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, com o objetivo de garantir o suprimento energético.

Os demais Encargos de Serviços de Sistema são rateados pelos agentes de consumo e possuem direito a alívio retroativo.

Por simplicidade de notação, quando houver a citação neste módulo dos "Encargos de Serviços do Sistema (ESS)", o termo será referido aos Encargos de Serviços do Sistema, exceto Encargos por Segurança Energética.

Figura 1: Relação do módulo 9 – Encargos com os demais módulos das Regras de Comercialização

Em linhas gerais, as informações de medição provenientes do módulo de regras "Medição Contábil", a garantia física ajustada no centro de gravidade do sistema, considerando sazonalização flat, proveniente do módulo "Repactuação do Risco Hidrológico do ACR", além de informações da ANEEL e do Operador Nacional do Sistema (ONS) são utilizadas para a formação dos encargos a serem pagos aos agentes geradores com usinas passíveis de recebimento desses montantes. As demais informações advindas dos módulos de "Penalidades", e "Tratamento das Exposições" são utilizadas para alívio e rateio dos encargos apurados neste caderno de regras

1.1. Lista de Termos

Esse módulo utiliza os seguintes termos e expressões, cujas definições são encontradas no módulo de Definições e Interpretações, tratado como anexo das Regras de Comercialização.

- **Acordo Operativo CCEE/ONS**
- **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)**
- **Custo Incremental**
- **Custo Variável Unitário (CVU)**
- **Deslocamento Hidráulico (DH)**
- **Inflexibilidade**
- **Mercado de Curto Prazo ou MCP**
- **Modalidades de Despacho**
- **Preço de Liquidação das Diferenças ou PLD**
- **PLDx**
- **Serviços Ancilares**

1.2. Conceitos Básicos

1.2.1. O Esquema Geral

O módulo "9 – Encargos", esquematizado na Figura 2, é composto por uma sequência de etapas de cálculo com o objetivo de apurar os montantes de encargos e o rateio desses valores entre os agentes da CCEE, além de determinar os recursos disponíveis para o alívio retroativo das exposições financeiras e dos encargos de serviços de sistema:

Figura 2: Esquema Geral do Módulo de Regras: "9 – Encargos"

São apresentadas a seguir as descrições das etapas do processo que serão detalhadas neste documento:

Encargos por Restrição de Operação

Calcula o montante de encargos por restrição de operação, das usinas não hidráulicas, pela diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE. Além disso, a geração referente às restrições de operação das usinas, cadastradas no modelo de otimização da programação diária, também são classificadas com restrição. Esse encargo é resultante de três situações possíveis:

- **Constrained-On:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios positivos da ordem de mérito);
- **Constrained-Off:** usina termelétrica que tem sua geração reduzida em relação à ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios negativos da ordem de mérito)
- **Unit Commitment:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender as restrições técnicas de operação dos critérios de tomada e descida de carga, e tempo mínimo de acionamento.

Encargos de Serviços Ancilares

Determina os custos incorridos na prestação de serviços ancilares pelos agentes tais como compensação síncrona, ressarcimento de custos de operação e manutenção de equipamentos especiais de supervisão, controle e comunicação autorizados pelo poder concedente, e atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa.

Encargos de Segurança Energética

Determina os encargos oriundos das usinas despachadas por decisão do CMSE com o objetivo de garantir o suprimento energético e dos encargos oriundos do deslocamento hidráulico proporcionado pela geração por segurança energética e por importação de energia sem garantia física associada.

Encargos por Importação

Determina os encargos oriundos das usinas de importação de energia entre o Brasil e países vizinhos despachadas por decisão da ONS, com o objetivo de garantir a redução do custo imediato de operação do SIN.

Encargos de Deslocamento Hidráulico

Determina os custos incorridos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do deslocamento da geração dessas usinas pela ocorrência de geração fora da ordem de mérito do custo e de importação de energia elétrica sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016, sendo que essas usinas hidrelétricas têm direito a ressarcimento através de três tipos de encargos:

- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Energético:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração por segurança energética e da importação de energia sem lastro associado.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Elétrico:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração termelétrica por restrição elétrica, elegível, por critérios estabelecidos pelo ONS, como fonte da redução da geração das usinas hidrelétricas do MRE.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade**: ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas, derivada de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível.

Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Determina os valores preliminares, em R$/MWh, dos encargos de serviços do sistema, formados pelas restrições de operação, prestação de serviços ancilares e deslocamento hidráulico oriundo de restrições elétricas que são passíveis de alívio.

Apuração do Valor de Encargos de Segurança Energética

Determina o total dos custos oriundos da segurança energética, que contempla o ressarcimento dos custos das usinas despachadas por segurança energética e o custo do deslocamento hidráulico provocado por essa geração. A partir desse valor, determina-se o montante, em R$/MWh, do encargo por segurança energética.

Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema.

Ajuste dos Encargos Apurados de Restrição de Operação e Serviços Ancilares

Estabelece os valores finais, em R$/MWh, a serem aplicados a cada MWh consumido no SIN, de modo a compor o montante a ser transferido às usinas recebedoras de encargos via contabilização CCEE.

Consolidação dos Encargos

Estabelece os valores, por agente e mês de apuração, dos montantes a serem pagos e recebidos no âmbito da contabilização da CCEE a título de encargos de serviços do sistema (ESS).

Anexo

- **Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo:** consolida os recursos financeiros residuais a serem utilizados para alívio retroativo de encargos e exposições financeiras negativas (decorrentes do tratamento das exposições em função da eventual diferença de preços entre os submercados), bem como os recursos destinados a alívio futuro de encargos.

1.2.2. Restrições de Operação

O Brasil, em função da predominância hidráulica do parque gerador, decidiu adotar o modelo de despacho centralizado (*tight pool*), em que o ONS decide a quantidade de energia a ser despachada por usina integrante do sistema interligado, com base em cadeia de modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios.

Essa cadeia de modelos de otimização é a mesma utilizada pela CCEE na determinação do PLD. Na determinação do CMO, o ONS considera as restrições de transmissão internas a cada submercado para que o despacho atenda a demanda do mercado e assegure a estabilidade do sistema. Já a CCEE calcula um PLD único para todo o submercado, ou seja, para efeito do cálculo do preço, a CCEE trabalha como se a energia estivesse igualmente disponível em todos os pontos de consumo desse mesmo submercado. Dessa forma, as restrições internas aos submercados não são consideradas. Há, portanto, uma diferença importante entre o despacho econômico calculado pela CCEE e o despacho elétrico operacionalizado pelo ONS. Dessa forma, é possível que as usinas venham a ser despachadas em níveis diferentes dos previstos na CCEE. Essas diferenças são ressarcidas a essas usinas pelos Encargos de Serviços do Sistema.

Os custos associados às restrições de operação correspondem ao ressarcimento para as usinas cuja produção elétrica tenha sido afetada por restrições de operação dentro de um submercado. Têm direito ao recebimento de encargos por restrições de operação apenas as usinas termelétricas com CVU não nulo.

O cálculo dos encargos relativos ao custo de restrição de operação incorpora também as diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *ex-ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado, realizado pelo ONS, como: alterações na configuração do sistema decorrentes da queda de uma linha de transmissão, uma grande chuva que venha a ocorrer após o cálculo do modelo de otimização da programação e que pode alterar substancialmente o planejamento da operação de curto prazo do ONS, dentre outras possibilidades.

A diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE pode resultar em duas situações possíveis, conforme mencionado anteriormente, quais sejam: (i) *constrained-off* e (ii) *constrained-on*.

A Figura 3 ilustra as ambas as condições de restrição operacional:

Figura 3: Tipos de Restrição de Operação: *Constrained-Off* e *Constrained-On*

Devido às restrições técnicas das usinas térmicas, podem ser programados despachos além da ordem de mérito, com o objetivo final de atender uma solicitação de despacho na ordem de mérito do ONS. Tais restrições, denominadas de unit commitment, passam a ser modeladas no DESSEM.

A primeira restrição que deve ser observada é o tempo mínimo de acionamento da usina, ou seja, uma vez acionada, a usina necessita tecnicamente de determinada quantidade de horas ligadas até finalizar o desligamento. Além disso, existem as restrições de tomada e descida de carga (rampa de subida e descida, respectivamente).

Para atender a solicitação de despacho da ordem de mérito é necessário que a usina termelétrica inicie o processo de acionamento das unidades geradoras, em momento anterior para atendimento da potência da usina, ou ainda no nível de despacho programado (respeitado a geração mínima e geração máxima).

Por fim, também é necessário respeitar as restrições de descida de carga da usina para retornar à condição de desligamento total. Destaca-se também a restrição de tempo mínimo de desligamento até um novo acionamento, também cadastrada como parâmetro técnico no DESSEM, porém sem direito a recebimento de encargo.

Figura 4 – Representação das Restrições Operativas por Unit Commitment

1.2.3. Serviços Ancilares

Os serviços ancilares, conforme Resolução nº 697, de 16 de dezembro de 2015, são destinados a garantir a qualidade e a segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN.

Os serviços ancilares informados pela ANEEL e remunerados por meio dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) são compostos por:

a) Compensação Síncrona: O agente de geração recebe o equivalente à energia reativa gerada ou consumida valorada à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), que é revista pela ANEEL anualmente.

b) Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa: As usinas termelétricas que forem acionadas para atenderem ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa recebem essa energia valorada ao preço da oferta realizada, quando o atendimento ao despacho é considerado satisfatório, ou ao seu CVU para despacho na ordem de mérito, quando insatisfatório. A energia gerada é liquidada a PLD a crédito do gerador e o montante financeiro adicional necessário para completar a valoração dessa energia é pago ao gerador por meio de encargos.

c) Os empreendimentos de geração atualmente em operação que venham a ter o provimento de serviços ancilares determinado pela ANEEL, ou que tiveram autorização para reposição dos equipamentos e peças destinadas à prestação de serviços ancilares, terão o custo de implantação ou reposição auditado e aprovado por tal agência e ressarcido via ESS, sendo eles:

- Ressarcimento pelo custo de operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG).
- Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por reposição dos sistemas existentes incorridos por agentes de geração, transmissão e distribuição, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 309/08
- Ressarcimento pelo custo de operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento (*Black Start*).
- Ressarcimento pelo custo fixo de usinas emergenciais
- Ressarcimento por investimentos para prestação de Serviços Ancilares.

1.2.4. Encargos por Importação

Em 15 de agosto de 2018 foi publicada a Portaria nº 339 do Ministério de Minas e Energia (MME), a qual estabelece que, o Operador Nacional do Sistema (ONS) poderá utilizar integralmente ou parcialmente a energia de importação proveniente da República Argentina e do Uruguai, observando as quantidades e as condições passíveis de substituição termelétrica, garantindo a redução do custo imediato de operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Poderão ser autorizados um ou mais Agentes Comercializadores como responsáveis pela importação de energia elétrica perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, desde que adimplentes e autorizados nos termos da Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011.

A declaração dos montantes e dos preços da energia para importação será realizada por meio de ofertas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega da energia no centro de gravidade do SIN e tendo como destino o Mercado de Curto Prazo (MCP). Os montantes e preços da energia ofertados para importação não serão considerados nos processos de planejamento e programação da operação associados ao Programa Mensal da Operação (PMO) e de formação do PLD.

1.2.5. Encargos de Segurança Energética

Em dezembro de 2007 foi publicada a Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a qual estabelece em seu Artigo 2º que, com vistas à garantia do suprimento energético, o ONS poderá despachar recursos energéticos fora da ordem de mérito econômico (em ordem crescente em relação aos custos declarados de geração) ou mudar o sentido do intercâmbio entre os submercados, por decisão do CMSE.

Como o despacho fora da ordem de mérito, para a garantia de suprimento energético, não leva em consideração o custo de operação declarado dessas usinas para a formação do PLD, a Lei 13.360/2016, estabeleceu que o montante financeiro a ser pago para as usinas despachadas adicionalmente para a garantia de suprimento energético será rateado pelos consumidores.

1.2.6. Encargos de Deslocamento Hidráulico

O Artigo 2º da Lei n º 13.203, de 08 de dezembro de 2015, com redação dada pela Lei n º 13.360, de 17 de novembro de 2016, estabelece que a ANEEL deverá estabelecer para aplicação a partir de 2017, a valoração, o montante elegível e as condições de pagamento para os participantes do MRE do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de:

I – Geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito;

II – Importação de energia elétrica sem garantia física.

Dessa forma, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 764, de 18 de abril de 2017, que estabelece as regras para se determinar o montante de energia que deve ser considerado como deslocamento hidráulico, a forma de apuração do custo desse deslocamento e a forma de ressarcimento aos geradores participantes do MRE.

Assim, definiu-se que o deslocamento hidráulico é composto por duas parcelas:

1. O deslocamento hidráulico energético, constituído pela geração por segurança energética mais a importação de energia sem garantia física associada
2. O deslocamento hidráulico elétrico, constituído pela geração originada por restrições elétricas identificada pelo ONS como indutora de redução de geração das usinas participantes do MRE

Desses dois montantes incialmente apurados deve-se abater a indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. Posteriormente, foi publicado pela Aneel ato normativo que estabeleceu que também devem ser apurados montantes de deslocamento hidráulico provenientes de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo que estes montantes de deslocamento não devem sofrer abatimento da indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. A Figura 5 ilustra a apuração dos montantes de deslocamento hidráulico.

Figura 5: Apuração dos montantes de deslocamento hidráulico

Os montantes de deslocamento hidráulico apurados, inclusive os oriundos de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, são rateados entre todas as usinas participantes do MRE na proporção da garantia física modulada e ajustada, considerando sazonalização flat.

Os montantes de deslocamento hidráulico destinados às usinas do MRE que optaram pela repactuação do risco hidrológico precisam ser ajustados em função do produto escolhido no processo de repactuação e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

A Figura 6 ilustra os pontos anteriores.

Figura 6: Determinação do Deslocamento Hidráulico para usinas que repactuaram

Tendo se determinado os montantes de deslocamento hidráulico que cada usina hidrelétrica participante do MRE têm direito, apura-se o custo desse deslocamento a partir do produto entre o montante de deslocamento e a diferença entre o valor do PLD da hora e do submercado em que houve deslocamento e o chamado PLDx, valor associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica.

Os custos apurados dos deslocamentos hidráulicos são assumidos por:

- Todos os consumidores do SIN, no caso de deslocamento hidráulico de origem energética.
- Os mesmos consumidores que assumem o encargo da restrição de operação que deu origem ao deslocamento hidráulico de origem elétrica.
- Pelo gerador termelétrico, no caso de de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo assumido pelo agente proprietário da usina termelétrica que deu origem ao deslocamento.

1.2.7. Forma de rateio dos encargos

Os encargos mencionados anteriormente são rateados entre os agentes de formas distintas, conforme apresentado a seguir:

	Forma de Rateio
Restrição de Operação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN,* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado.
Compensação Síncrona	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN de todos os agentes localizados no seu submercado.

Serviços Ancilares	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Importação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Segurança Energética	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN, considerando eventual geração de propriedade da carga, provenientes de usinas localizadas no mesmo ou em outro sítio.*
Deslocamento Hidráulico	O encargo de deslocamento hidráulico energético é rateado entre todos os consumidores do SIN, enquanto que encargo de deslocamento hidráulico de origem elétrica é rateada pelos mesmos consumidores que arcam com os custos da restrição elétrica que originou o deslocamento hidráulico. Referente ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade, seu custo será pago pela usina que deu origem.

Figura 7: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

1.2.8. Consolidação dos Encargos

A consolidação dos encargos consiste em determinar o total de encargos a serem pagos aos agentes com usinas recebedoras de encargos no mês de apuração.

Os encargos de serviços do sistema são compostos por encargos de serviços ancilares, encargos por restrição de operação, encargos por Segurança Energética, encargos por Importação e encargos por Deslocamento Hidráulico, conforme ilustrado na

Figura 8.

Figura 8: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

Os seguintes recursos podem ser utilizados para abatimento ou alívio do total de encargos de serviços do sistema a ser pago pelos agentes proprietários de pontos de medição de consumo registrados na CCEE:

- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente;
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico); e
- Recursos advindos da aplicação de penalidades anteriores a novembro de 2005 por insuficiência de lastro de comercialização de energia (conforme estabelecido nas Resoluções ANEEL nº 91/2003 e nº 352/2003), acrescido do pagamento de penalidades por falta de combustível, associada aos processos de coleta de dados de medição pela CCEE, multas atribuídas ao não aporte das garantias financeiras e multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.

A Figura 9 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 9: Total de Encargos superior a Reserva para Alívio de ESS

Se o recurso para alívio de ESS for maior que o total de encargos de serviços do sistema, os agentes proprietários de pontos de medição de consumo não pagam ESS e o valor remanescente é alocado da seguinte forma:

- O saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente, caso haja, será utilizado para processar o alívio retroativo de exposições residuais dos geradores em função do tratamento das exposições e os encargos de serviços do sistema de meses anteriores (Vide módulo "Consolidação de Resultados"); e
- Caso haja recursos advindos da aplicação de penalidades e a sobra de receita do mês anterior, seus saldos remanescentes, após o alívio dos ESS do mês de apuração, serão utilizados para alívio de ESS de meses futuros.

A Figura 10 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 10: Total de Encargos inferior à Reserva para Alívio de ESS no mês

Por sua vez, o encargo de segurança energética é constituído pelo custo da geração de segurança energética e pelo deslocamento hidráulico de origem energética. Destaca-se que essa modalidade de encargo não tem direito a alívio como ocorre com os encargos de serviços do sistema.

2. Detalhamento das Etapas de Encargos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 – Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

2.1. Encargos por Restrição de Operação

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas a título de encargos por restrição operacional.

Contexto:

Os Encargos por Restrição de Operação compõem um dos tipos de Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A Figura 11 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 11: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.1.1. Detalhamento dos Encargos por Restrição de Operação

O processo de cálculo relativo aos encargos por restrição de operação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

1. O cálculo dos encargos por restrição de operação incorpora eventuais diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *Ex-Ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado.

2. Os Encargos por Restrição de Operação são calculados para as usinas não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA (não emergenciais) e os interconectores internacionais que atendem restrições operativas do SIN, conforme informado pelo ONS, e são subdivididos em dois tipos *Constrained-On* e *Constrained-Off*.

2.1. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On* são pagos às usinas que não foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, por sua geração ser mais cara, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem acima do que havia sido despachado; e

2.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off* são pagos às usinas que foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem menos do que o despachado.

2.3. Encargos por Restição de Operação por Unit Commitment são pagos às usinas que foram despachadas para atender restrições físicas das usinas para a geração da ordem do mérito.

2.1.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On*

3. As usinas, enquadradas na Linha de Comando 2, acionadas por restrição de operação pelo ONS, em condição *CONSTRAINED-ON*, têm seu Encargo por Restrição de Operação calculado a partir da geração de energia verificada acima da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção da energia e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-On é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_ON_{p,j} = \left(\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}}\right) * max\ \left(0; \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

3.1. O Fator do Encargo por Restrição de Operação estabelece o percentual da produção de energia elétrica, de uma usina acionada por razão de restrição operativa efetivamente realizada, acima da instrução de despacho para o período considerado. Esse fator é expresso por:

Se:

$$\boldsymbol{F_REST_OP_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_CONST_ON_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

3.2. A Geração Realizada para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On é determinada pela geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Restrição de Operação, expresso por:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}} = G_{p,j} * F_REST_OP_{p,j}$$

Onde:

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.3. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off*

4. O ajuste da Quantidade de Energia Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é realizado de modo a referenciar essa informação à Rede Básica nos moldes do tratamento dado no caderno de Medição Contábil por meio da aplicação do Fator de Rateio de Perdas da Geração associado à usina além do respectivo Fator de Abatimento das Perdas Internas, sendo assim a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é expressa por:

$$QEA_REST_OP_{p,j} = max\left(0; \left(M_CONST_OFF_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$M_CONST_OFF_{p,j}$ é o Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pelo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p" por período de comercialização "j"

5. Para as usinas passíveis de recebimento de encargos por restrição elétrica devido a situação de Constrained-off, para cada período de comercialização, seu Encargo por Restrição de Operação será calculado a partir da geração de energia verificada abaixo da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_OFF_{p,j} = QEA_REST_OP_{p,j} * max\ \left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"
"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

6. O Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment será calculado a partir da geração de energia classificada por esse fim, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia, conforme a seguinte expressão:

$$Se\ INC_{p,j} > PLD_{s,j}\ então:$$
$$ENC_REST_UNIT_{p,j} = \boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} * \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)$$

Onde:
$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"
$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p

6.1. A Geração por Unit Commitment da usina é definida a partir do Fator de energia gerada por Unit Commitment da usina aplicado na Geração da Final da mesma, de acordo com a expressão a seguir:

$$\boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}}$$

Onde:
$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de Usina "p", no período de comercialização "j"
$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

6.1.1. O cálculo do Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment representa a relação entre a Geração por Unit Commitment, definida pelo ONS, e a geração apurada por este:

$$\boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}} = min\left(1, \frac{UNIT_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:
$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$UNIT_{p,j}$ é o Geração por Unit Commitment de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.4. Dados de Entrada dos Encargos por Restrição de Operação

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p" por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment**	
	Descrição	Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$	Geração informada pelo ONS para atendimento a uma restrição de operação Constrained-On	
	Descrição	Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment da Usina**	
	Descrição	Volume de energia gerada por Unit Commitment verificada pelo ONS para a parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$M_CONST_OFF_{p,j}$	**Montante de geração frustrada por Constrained-Off**	
	Descrição	Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pleo ONS da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado “s” e período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina “p”, por período de comercialização “j”. Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.1.5. Dados de Saída dos Encargos por Restrição de Operação

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_UNIT_C_{p,j}$	**Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment**	
	Descrição	Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.2. Encargos de Serviços Ancilares

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas por prestação de serviços ancilares.

Contexto:
Os serviços ancilares são destinados a garantir a qualidade e segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN. Os custos incorridos na prestação desses serviços são ressarcidos por meio dos Encargos de Serviços Ancilares, sendo esse um componente dos Encargos de Serviços do Sistema. A Figura 12 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 12: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.2.1. Detalhamento dos Encargos de Serviços Ancilares

O processo de determinação dos encargos de serviços ancilares é composto pelos seguintes comandos e expressões:

7. A determinação do Encargo de Compensação Síncrona da usina refere-se ao fornecimento ou absorção de energia reativa e será remunerado à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), estabelecida pela ANEEL em resolução específica. O Encargo de Compensação Síncrona é dado pela expressão:

$$ENC_CS_{p,j} = MER_CS_{p,j} * TSA_{p,m}$$

Onde:
$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo por Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$MER_CS_{p,j}$ é a Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$TSA_{p,m}$ é a Tarifa de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

8. O Encargo por Outros Serviços Ancilares atribuído a uma usina é determinado pela relação de todos os ressarcimentos autorizados pelo regulador em função de investimentos realizados para prestação de serviços ancilares ao sistema, operação e manutenção de equipamentos necessários à participação do Controle Automático de Geração (CAG), do Sistema Especial de Proteção (SEP), equipamentos de autorrestabelecimento e por contratação de usinas emergenciais. O Encargo por Outros Serviços Ancilares é expresso por:

$$ENC_OSA_{p,m} = RISA_{p,m} + RCAG_{p,m} + RSEP_{p,m} + RART_{p,m} + RCUE_{p,m}$$

Onde:
$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RISA_{p,m}$ é o Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RCAG_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação Necessários à Participação no CAG (Controle Automático de Geração) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RSEP_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP (Sistema Especial de Proteção) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RART_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RCUE_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

9. O Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, é determinado pela geração realizada no cumprimento desse serviço ao sistema, valorado pela diferença entre o preço determinado para essa energia, com base no critério de atendimento satisfatório ao despacho, e o PLD verificado no momento da geração:

Se a usina estiver atendendo o despachado complementar para manutenção de reserva de potência operativa

$$ENC_RESPOP_{p,j} = G_RESPOP_{p,j} * max(0; \boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} - PLD_{s,j})$$

Onde:
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$G_RESPOP_{p,j}$ é a Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Compelmentar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

9.1. O Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa é determinado em função do atendimento satisfatório ou não do despacho pela usina. Em caso de atendimento satisfatório, a usina tem direito ao preço ofertado no mecanismo. Caso o atendimento seja insatisfatório, a usina terá direito apenas ao seu custo declarado para fins de despacho por ordem de mérito. Para determinar se o despacho foi satisfatório, é observado se a proporção da geração realizada foi superior às indisponibilidades forçada e programada da usina:

Se o atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva operativa foi satisfatório pela usina "p"

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$$

Caso contrário

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = INC_{p,j}$$

Onde:
$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$ é o Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

2.2.2. Dados de Entrada dos Encargos de Serviços Ancilares

	Geração Final da Usina	
$G_{p,j}$	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_RESPOP_{p,j}$	**Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica “p”, ajustada por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MER_CS_{p,j}$	**Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona**	
	Descrição	Parcela de energia reativa da usina “p” associada à prestação de serviços ancilares por compensação síncrona, por período de comercialização “j”. O ressarcimento em si é calculado no Módulo de Regras relativo aos Encargos
	Unidade	MVArh
	Fornecedor	Medição Contábil (Anexo III)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado “s” e período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$	**Preço Ofertado pelo agente Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos

$RART_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCAG_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCUE_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais**	
	Descrição	Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RISA_{p,m}$	**Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Montante a ser ressarcido para a usina pelo investimento para prestação de serviços ancilares
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TSA_{p,m}$	**Tarifa de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Valor para ressarcimento de custos adicionais de operação e manutenção referente ao suporte de reativo provido pelas parcelas de usinas "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MVArh
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos

2.2.3. Dados de Saída dos Encargos de Serviços Ancilares

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3. Encargos por Importação

Objetivo:

Apurar os montantes devidos às usinas a título de encargos por importação.

Contexto:

A energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai poderão ser ofertadas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega de energia no Centro de Gravidade do SIN e sendo liquidado no MCP. Tal energia poderá ser utilizada de forma integral ou parcial pelo ONS, desde que essa importação viabilize a redução do custo imediato de operação do SIN.

Figura 13: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.3.1. Detalhamento dos Encargos por Importação

2.3.2. O processamento dos encargos por importação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

10. A importação de energia realizada através de estações conversoras, para efeito de operacionalização na CCEE, será representada pela modelagem de uma usina térmica com modalidade de despacho tipo IA ou tipo IIA.

11. Esta usina estará modelada sob um perfil de agente comercializador importador, e é vedado a modelagem de qualquer outro tipo de ativo sob este mesmo perfil de agente.

12. Eventuais créditos relativos ao processo de importação de energia da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai são isentos do processo de rateio de inadimplência

13. Os custos relativos à importação da energia elétrica serão determinados pela Geração de energia, em função do despacho de importação, valorada pela diferença entre o Preço de Oferta de Importação e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Razão de Importação é expresso por:

$$ENC_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(P_IMP_{p*,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

$$\forall\ s \text{ onde está localizada a estação conversora}$$

Onde:

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

14. Nos casos em que houver substituição de Geração térmica por Importação e o Preço de liquidação das diferenças – PLD for maior que o preço de oferta para importação será apurado uma diferença financeira destinada para alívio de ESS. Esta diferença deverá ser determinada a partir da geração de energia verificada valorada entre o Preço de Liquidação das Diferenças e o Preço de Oferta de Importação. O cálculo será expresso por:

$$EXCD_FIN_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - P_IMP_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15. Quando o montante de energia efetivamente importado for inferior ao montante definido pelo ONS, os agentes comercializadores responsáveis pela importação deverão arcar com os custos dessa diferença de energia, que será valorada de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

15.1. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja inferior ao limite máximo do PLD, a valoração se dará pela diferença entre o PLD médio semanal vigente no submercado da usina termelétrica substituída e seu CVU, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * max\left(0; \left(PLD_MS_H_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

PLD_MS_Hs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário de um submercado "s", por período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja superior ao limite máximo do PLD, a valoração será de 5% do limite máximo do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * (0{,}05 * PLD_MAX_m)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

PLD_MAX_m é o Preço Máximo de Liquidação das Diferenças no mês de apuração, "m"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1. Para definição dos custos da diferença entre a importação efetiva e a definida pelo ONS é necessário a determinação da Quantidade de Energia não entregue rateada para cada usina térmica substituída, pois, as usinas de importação podem substituir uma ou mais usinas. O cálculo se dará pelo rateio do montante de importação não entregue de cada usina importadora proporcionalizado pela disponibilidade verificada da usina e o despacho sem restrição das usinas substituídas. A determinação desse volume é expressa por:

$$\boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} = \boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} * \frac{DOMP_ONS_{p,j}}{\sum_{psub} DOMP_ONS_{p,j}}$$

Onde:

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

"PSUB" são as usinas que foram substituídas para realização da importação

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1.1. O Montante de Importação definido pelo ONS e não entregue será calculado pela diferença entre o Despacho de Importação para o período e o Montante de Importação Verificado pelo ONS da usina substituta de acordo com a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} = max\left(0; \left(\left(MONT_IMP_ONS_{p*,j} - MONT_IMP_VOP_{p*,j}\right) * UXP_GLF_{p*,j} * F_PRC_GF_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o Montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_ONS_{p*,j}$ é o Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_VOP_{p*,j}$ é o Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", no período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"

$F_PRC_GF_{p,j}$ é o Fator de Ajuste da Garantia Física em função das Perdas da Rede Compartilhada da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.3. Para o caso em que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE decidir por considerar a importação como recurso adicional ao SIN, sem substituição de geração de usinas termelétricas, a valoração será de 5% do limite máximo do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j} = MONT_IMP_NE_{p*,j} * (0{,}05 * PLD_MAX_m)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLD_MAX_m é o Preço Máximo de Liquidação das Diferenças no mês de apuração, "m"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p", por período de comercialização "j""p*" é a parcela de usina para Importação

2.3.3. Dados de Entrada dos Encargos por Importação

$DOMP_ONS_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_{p,j}$	**Geração de energia**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$F_PRC_GF_{p,j}$	**Fator de Ajuste da Garantia Física em Função das Perdas da Rede Compartilhada**	
	Descrição	Fator de Ajuste da Garantia Física em função das Perdas da Rede Compartilhada da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas e Perdas da Rede Compartilhada de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Substituida**	
	Descrição	Encargo de Importação do intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos da parcela de usina substituta "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$MONT_IMP_ONS_{p,j}$	**Montante de Importação definido pelo ONS**	
	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
MONT_IMP_VOP	**Montante de Importação Verificado pelo Operador**	
	Descrição	Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$P_IMP_{p*,j}$	**Preço de Oferta de Importação de Energia**	
	Descrição	Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação)
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_MAX_m	**Preço Máximo de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço Máximo de Liquidação das Diferenças no mês de apuração, "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_MS_H	**Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário de um submercado "s", por período de comercializaçãoa "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Anexo II)
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3.4. Dados de Saída dos Encargos por Importação

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo de Importação de energia**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p*", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de importação de energia
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$	**Excedente Financeiro de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$	**Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue**	
	Descrição	Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$	**Montante de importação definido pelo ONS e não entregue**	
	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.4. Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas despachadas pelo ONS por razão de segurança energética.

Contexto:

Os Encargos por Segurança Energética são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas não hidráulicas despachadas por decisão CMSE. A Figura 14 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 14 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.4.1. Detalhamento dos Encargos por Segurança Energética

O processo de apuração dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

16. O ONS deverá informar a CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, a lista de usinas e os períodos em que foram despachadas por razões de segurança energética.

17. O Encargo por Razão de Segurança Energética a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, no período de comercialização é determinado pela produção de energia despachada por razão de segurança energética a ser efetivamente ressarcida, valorada pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção de energia da usina e o Preço de Liquidação das Diferenças ex-ante apurado pela CCEE. O Encargo por Razão de Segurança Energética é expresso por:

$$ENC_SEG_ENER_{p,j} = (\boldsymbol{G_SE_{p,j}}) * max\ \left(0; (INC_{p,j} - PLD_{s,j})\right)$$

Onde:

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

17.1. O Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética é utilizado para determinar a geração de energia passível de ressarcimento por razão de segurança energética e é dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_SEG_ENER_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_SEG_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_SEG_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

17.2. A Geração realizada por segurança energética corresponde à geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética:

$$\boldsymbol{G_SE_{p,j}} = G_{p,j} * F_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.4.2. Dados de Entrada dos Encargos por Segurança Energética

	Geração Final da Usina	
$G_{p,j}$	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração Verificada pelo Operador do Sistema	
$G_VOP_{p,j}$	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_ONS_SEG_{p,j}$	**Geração informada pelo Operador do Sistema por Razões de Segurança Energética**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica “p”, ajustada por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado “s” e período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

2.4.3. Dados de Saída dos Encargos por Segurança Energética

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina “p”, no período de comercialização “j”, por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5. Encargos por Deslocamento Hidráulico

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas hidráulicas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função de despacho de usinas termelétricas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016.

Contexto:

Os Encargos por Deslocamento Hidráulico são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas hidráulicas participantes do MRE em função da redução de sua geração originada pela geração de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia. A Figura 15 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 15: Esquema Geral do Módulo de Regras: “Encargos”

2.5.1. Determinação dos montantes de deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE

O processo de apuração dos montantes de energia vinculados ao deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

18. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar é determinado pela soma da geração por segurança energética e da importação líquida de energia sem garantia física associada, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_j = \sum_p G_SE_{p,j} + (\boldsymbol{IMP_j} * XP_GLF_j)$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada, por período de comercialização "j'
XP_GLF_j é o Fator de Rateio de Perdas de Geração, por período de comercialização "j"
18.1. O montante de Importação Líquida sem Garantia Física Associada é determinado pela soma da importação líquida dos pontos de medição de todas as conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre Brasil e os países vizinho. Este montante é definido a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{IMP_j} = \sum_{CONV} IMP_CONV_{i*,j}$$

Onde:
IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada por período de comercialização "j'
$IMP_CONV_{i*,j}$ é a Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'
"CONV" refere-se ao conjunto de conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos
"i*" representa todos os pontos de medição "i" de uma unidade conversora

Importante:

A Importação Líquida de Conversora (IMP_CONV) será apurada através dos valores registrados no SCDE, abatidos dos montantes de importação com garantia física programada por ordem de mérito que causem substituição de usinas do bloco térmico.

19. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Vinculado à Usina Termelétrica é determinado para parcelas de usinas termelétricas despachadas por restrição elétrica, "p", cuja geração foi indicada pelo ONS como elegível à composição do deslocamento hidráulico de usinas do MRE, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_UTE_{p,j} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_DH_{p,j}}$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica Vinculado à Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$F_DH_{p,j}$ Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j'
19.1. O Fator de Deslocamento Hidráulico indica qual o percentual de uma geração termelétrica realizada por restrições elétricas que efetivamente contribuiu para o deslocamento hidráulico das usinas do MRE, sendo determinado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_DH_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_TERM_DH_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:
$F_DH_{p,j}$ é o Fator de Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$G_TERM_DH_{p,j}$ é a Geração Termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
20. O Total de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar é determinado pela soma dos deslocamentos hidráulicos preliminares associados a parcelas de usinas termelétricas despachadas por restrição elétrica, cuja geração foi indicada pelo ONS como elegível à composição do deslocamento hidráulico de usinas do MRE, a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_ELE_PRE_j = \sum_p DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}$$

Onde:
$TOT_DH_ELE_PRE_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar, por período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica Vinculado à Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização "j"
21. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Energético é determinada a partir da alocação do total de indisponibilidade de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito de forma proporcional ao montante de deslocamento hidráulico de origem energética, em relação ao total de deslocamento hidráulico apurado, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ENER_j = \boldsymbol{TOT_IND_j} * \frac{DH_ENER_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + TOT_DH_ELE_PRE_j}$$

Onde:
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização, "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$TOT_DH_ELE_PRE_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar, por período de comercialização "j"
21.1. O Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico é determinada a partir da soma das indisponibilidades, subtraído a Geração Substituta no centro de gravidade, apuradas para as usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito econômico, a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{TOT_IND_j} = max\left(\mathbf{0}; \sum_{\boldsymbol{p}} \boldsymbol{IND_{p,j}} - \sum_p (GSUB_ONS_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j})\right)$$

Onde:
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização "j"
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito Econômico, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo "p", por período de comercialização "j"
$GSUB_ONS_{p,j}$ é a Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
21.1.1. A Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS deve ser calculada para usinas não hidráulicas despachadas por ordem de mérito, sendo determinada a partir da diferença entre o despacho efetivo do ONS e a geração efetivamente realizada, a partir da seguinte expressão:

Se $DOMP_ONS_{p,j} = 0$

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = 0$$

Caso Contrário

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = (DOMP_DECK_DESSEM_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}) - G_DOMP_{p,j} - QEA_REST_OP_{p,j}$$

Onde:
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo, "p", por período de comercialização, "j"
$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
$G_DOMP_{,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

Importante:

Somente haverá valores para DOMP_DECK_DESSEM em períodos em que o CVU é menor CMO do barramento da usina, exceto para usinas a GNL, para as quais será utilizado o despacho realizado pelo DECOMP.

22. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinada a partir da diferença entre a indisponibilidade total apurada das usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito e o montante de indisponibilidade alocado para o deslocamento hidráulico de origem energética, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ELE_j = TOT_IND_j - IND_DH_ENER_j$$

Onde:
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica, por período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização, "j"
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"

23. A Indisponibilidade do Deslocamento Hidráulico Elétrico associada a uma Usina Termelétrica é determinada a partir da alocação da indisponibilidade elétrica total de forma proporcional ao deslocamento hidráulico elétrico originado por uma determinada usina termelétrica em relação ao total de deslocamento hidráulico de origem elétrica, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ELE_UTE_{p,j} = IND_DH_ELE_j * \frac{DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}}{TOT_DH_ELE_PRE_j}$$

Onde:
$IND_DH_ELE_UTE_{p,j}$ é a Indisponibilidade do Deslocamento Hidráulico associada a uma Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização, "j"
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica, por período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica Vinculado à Usina Termelétrica, por período de comercialização "j"
$TOT_DH_ELE_PRE_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar, por período de comercialização "j"

24. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico energético preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa usina termelétrica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_j = max\left(0;\ \left(DH_ENER_PRE_j - IND_DH_ENER_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico Energético, por período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"

25. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Associado a uma Usina Termelétrica é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina termelétrica e a indisponibilidade vinculada à questão energética, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_UTE_{p,j} = max\left(0;\ \left(DH_ELE_PRE_UTE_{p,j} - IND_DH_ELE_UTE_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
$DH_ELE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Associado a uma Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização, "j"
$DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica Vinculado à Usina Termelétrica, por período de comercialização "j"
$IND_DH_ELE_UTE_{p,j}$ é a Indisponibilidade do Deslocamento Hidráulico associada a uma Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização, "j"

26. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica é determinado pela inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UTE_{p,j} = min\left(1; \frac{INFLEX_DH_{p,j} + GFOM_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right) * G_{p,j}$$

Onde:
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$INFLEX_DH_{p,j}$ é a Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$GFOM_{p,j}$ é a Geração Fora da Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

27. O montante Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado pela soma dos deslocamentos hidráulicos de inflexibilidade associados às usinas termelétricas, a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_j = \sum_p DH_INFLEX_UTE_{p,j}$$

Onde:
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

2.5.2. Destinação do Deslocamento Hidráulico às Usinas Hidrelétricas do MRE

O processo de destinação dos montantes de deslocamento hidráulico às usinas hidrelétricas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

28. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico energético total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_UH_{p,j} = DH_ENER_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

29. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico elétrico total vinculado a uma usina termelétrica de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (flat), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j} = DH_ELE_UTE_{p*,j} * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Associado a uma Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização, "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

30. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} = TOT_DH_INFLEX_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.3. Tratamento das usinas hidrelétricas que repactuaram o risco hidrológico no ACR

O processo de tratamento das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no ACR é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

31. Os proprietários das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no âmbito do ACR podem ter escolhido repactuar a não totalidade da garantia física dessas usinas. Dessa forma, é necessário segregar os montantes de deslocamento hidráulico associados a essas usinas em duas parcelas: a parcela associada à repactuação do risco hidrológico e a parcela não associada à repactuação, sendo que para os volumes de deslocamento hidráulico associados à repactuação existe um tratamento que depende do produto de repactuação escolhido e do Ajuste MRE (GSF) verificado.

31.1. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

31.2. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_NREP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} - DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

31.3. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

31.4. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_NREP_UH_{p,p*,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j} - DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

31.5. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

31.6. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} - DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE
hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo DH_INFLEX_PRE_REP_UH será zero

32. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR é necessário ajustar os valores dos montantes de deslocamento hidrológico energético e elétrico repactuados em função do produto de repactuação escolhido e pelo valor do Ajuste MRE (GSF) apurado, sendo que as usinas só têm direito a receber a parcela de deslocamento hidráulico repactuado com o não acionamento do produto.

33. Em relação ao deslocamento hidrelétrico de inflexibilidade, todo o montante irá gerar encargo; todavia, uma parte do encargo será percebido pelo proprietário da usina e outra parte pelos agentes de distribuição, em função do produto escolhido e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

34. Para o produto P, no qual o proprietário de uma usina optou por não repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, quando o Ajuste MRE for superior a um, situação que denota a presença de energia secundária, as usinas terão direito integral aos montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE.

Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado, de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, "p", que optaram por repactuar o risco hidrológico em um produto classe "P", para cada período de comercialização "j", são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,p*j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*j}$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,p*j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Onde:

DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

DH_ELE_REP_UH$_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"

DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"

DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico

"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto P

35. Para os produtos SPR e SP, como o proprietário da usina optou em repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, sempre que o Ajuste MRE for superior a um, o que denota uma situação de presença de energia secundária, os valores de deslocamentos hidráulicos repactuados serão zerados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE.

36. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado e de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento por Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, "p", que optaram por repactuar o risco hidrológico em produtos das classes SPR ou SP, para cada período de comercialização "j", são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,p*,j} = 0$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o AJUSTE_MRE_RRH$_j$ ≤1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,p*,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Onde:

DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

DH_ENER_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

DH_ELE_REP_UH$_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"

DH_ELE_PRE_REP_UH$_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"

DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"

"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto SP ou produto SPR

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela repactuação em produto da classe SPR, o Fator de Risco Hidrológico assumido pela usina ($F_{p,j}$) é sempre zero.

2.5.4. Determinação do montante final de deslocamento hidráulico de usinas hidrelétricas participantes do MRE

O processo de determinação dos montantes de deslocamento hidráulico consolidados das usinas hidrelétricas participantes do MRE é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

37. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_UH_{p,j} = DH_ENER_REP_UH_{p,j} + DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

DH_ENER_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

DH_ENER_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

38. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_UH_{p,p*,j} = DH_ELE_REP_UH_{p,p*,j} + DH_ELE_NREP_UH_{p,p*,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:

DH_ELE_UH$_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"

DH_ELE_REP_UH$_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"

DH_ELE_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico

"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

39. No que se refere ao deslocamento hidráulico por inflexibilidade, deve-se determinar o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo percebido pelo proprietário da usina e o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo que será transferido aos agentes de distribuição.

40. Dessa forma, o montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UH_{p,j} = DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} + DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

41. O montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da diferença entre o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado e o montante Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} - DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.5. Determinação dos Encargos por Deslocamento Hidráulico

O processo de determinação dos montantes de encargos oriundos do deslocamento hidráulico é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

42. O montante de Encargo por Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento energético da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, "p", para cada período de comercialização "j", a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = max\left(0; DH_ENER_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" e período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

43. O Custo do Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento elétrico da usina hidrelétrica, originado por uma usina termelétrica, e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, "p", por período de comercialização "j", a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$CUSTO_DH_ELE_{p,p*j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$CUSTO_DH_ELE_{p,p*,j} = max\left(0; DH_ELE_UH_{p,p*,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_j\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$CUSTO_DH_ELE_{p,p*,j}$ é o Custo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" e período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"p" é a usina hidráulica para a qual é determinado o custo do deslocamento hidráulico
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

44. O Encargo de Deslocamento Hidráulico Elétrico Originado por uma Usina Termelétrica é determinado a partir da soma de todos os custos de deslocamentos elétricos originados por uma usina não hidráulica para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_ELE_{p*,j} = \sum_{p} CUSTO_DH_ELE_{p,p*j}$$

Onde:
$ENC_DH_ELE_{p*,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$CUSTO_DH_ELE_{p,p*,j}$ é o Custo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
"p" é a usina hidráulica para a qual é determinado o custo do deslocamento hidráulico
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico

45. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

46. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de repasse da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

47. O Valor do Ressarcimento de Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma usina hidráulica é determinado a partir da soma de todos os custos de deslocamentos elétricos originados por usinas não hidráulicas para cada parcela de usina hidráulica, "p", para cada período de comercialização "j", a partir da seguinte expressão:

$$VR_DH_ELE_{p,j} = \sum_{p*} CUSTO_DH_ELE_{p,p*j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$VR_DH_ELE_{p,j}$ é o Valor de Ressarcimento de Deslocamento Elétrico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$CUSTO_DH_ELE_{p,p*,j}$ é o Custo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
"p" é a parcela de usina hidráulica para a qual é determinado o valor do ressarcimento do deslocamento hidráulico
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.6. Dados de Entrada de Encargos por Deslocamento Hidráulico

	Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico	
$AJUSTE_MRE_RRH_j$	Descrição	Representa a relação entre a Geração Total Agregada e a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, ambas referentes ao MRE. Calculado por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Detalhamento Ajuste da Garantia Física para Fins de Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Despacho por Ordem de Mérito Enviado pelo ONS	
$DOMP_ONS_{p,j}$	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS para cada parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Despacho por Ordem de Mérito Efetivo do Deck do ONS	
$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Fator de Risco Hidrológico	
$F_{p,j}$	Descrição	Fator de Risco hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Fator de Intercâmbio	
$F_INT_{i,j}$	Descrição	Fator Intercâmbio vinculado ao ponto de medição "i", que indica se no período de comercialização "j" está ocorrendo importação ou exportação de energia
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Fator de Abatimento das Perdas Internas	
$F_PDI_{p,j}$	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo de Perdas Internas das Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração Final na Ordem de Mérito	
$G_DOMP_{p,j}$	Descrição	Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração Substituta Efetiva	
$GSUB_ONS_{p,j}$	Descrição	Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização, "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFIS_2_RRH_{p,j}$	**Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada**	
	Descrição	Garantia Física, para cálculo do repasse do risco hidrológico, modulada e ajustada, em função das perdas internas e indisponibilidade da usina e das perdas da rede básica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Modulação da Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFOM_{p,j}$	**Geração Fora da Ordem de Mérito**	
	Descrição	Quantidade de energia produzida por uma parcela de usina "p", fora da ordem de mérito de custo, definida pelo NOS, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_TERM_DH_{p,j}$	**Geração Termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Geração termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$IMP_CONV_{i*,j}$	**Importação Líquida de Conversora**	
	Descrição	Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS e CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INFLEX_DH_{p,j}$	**Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_CVR_{p,m}$	**Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e Período de Contabilização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_X_j	**PLD_X**	
	Descrição	Preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

$QM_GF_RRH_{p,m}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração**	
	Descrição	Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$XA_DH_{p,j}$	**Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

XP_GLF_j	**Fator de Rateio de Perdas de Geração**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser aplicado aos pontos de geração que participam do rateio de perdas (50% das perdas alocadas para a categoria geração e 50% das perdas alocadas para a categoria consumo), por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5.7. Dados de Saída de Encargos por Deslocamento Hidráulico

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico Elétrico Originado por uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina não hidráulica, p, no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VR_DH_ELE_{p,j}$	**Valor do Ressarcimento de Deslocamento Hidráulico Elétrico**	
	Descrição	Valor de Ressarcimento de Deslocamento Elétrico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6. Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Objetivo:

Identificar os valores preliminares em reais por MWh para pagamento dos encargos de serviços do sistema às usinas que recebem esses montantes.

Contexto:

A apuração do valor dos encargos a ser aplicado aos agentes leva em conta o total de encargos de serviços do sistema, exceto os Encargos por Segurança Energética, e o total de consumo em que incidem esses custos. Esse valor ainda deve sofrer alívio conforme verificado na etapa Ajuste dos Encargos Apurados. A Figura 16 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 16: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.6.1. Detalhamento da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

O processo de apuração do valor dos encargos não ajustados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

48. Os Encargos de Serviços do Sistema devem ser rateados entre o consumo total atendido pelo SIN. A determinação do Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema depende do perfil do agente na CCEE:

48.1. Se o agente pertencer à categoria de distribuição, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Total determinado no Módulo de Regras "Medição Contábil", expresso por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = TRC_{a,s,j}$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

48.2. Caso contrário, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Atendido pelo SIN considerando uma eventual parcela cativa de consumo. O Consumo Atendido pelo SIN verifica a geração de propriedade do agente, deduzindo essa parcela de geração de seu(s) ponto(s) de consumo. O Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema é expresso, nessa condição, por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = max\left(0; \left(\sum_{\substack{c \in s \\ c \in a}} \boldsymbol{RC_SIN_{c,j}}\right) - TRC_CAT_CL_{a,s,j} + TRC_CAT_D_G_{a,s,j}\right)$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo do perfil de agente "a", Consumidor Livre, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_CAT_D_G_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo Associado ao Distribuidor/Gerador do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

48.2.1. O Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional deve considerar a parcela de geração de propriedade do agente, expresso por:

$$\boldsymbol{RC_SIN_{c,j}} = max\left(0; RC_{c,j} - \sum_{p}\left(\left(G_{p,j} + GFT_{p,j} + FLUXO_MRE_{p,j}\right) * \boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}}\right)\right)$$

Onde:

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$RC_{c,j}$ é o Consumo Reconciliado da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,j}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", localizada no mesmo sítio, por período de comercialização "j"

48.2.1.1. O Percentual de Geração Alocada da usina para atendimento à carga estabelece a proporção de alocação de geração que cada parcela de carga possui, com base no percentual de direito de alocação do agente, conforme expressão abaixo:

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_AGP} RC_AL_{c,j}}$$

Onde:

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", localizada no mesmo sítio, por período de comercialização "j"

$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente, da parcela de usina "p", atribuído ao agente "α"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

49. O ONS deverá informar à CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, para cada restrição de operação ocorrida, a lista de usinas impactadas e o tipo de restrição considerando a forma de rateio que deve ser aplicada para os consumidores.

50. Os Seguintes agrupamentos de submercados são utilizados tanto para o cálculo do Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação (incluindo as restrições por unit commitment) quanto para o cálculo do Valor do Encargos de Outros Seviços Ancilares:

Tabela 1 - Subsistemas

Agrupamentos (SUB_SS)
SE
S
NE
N
S-SE
N-NE
SE-NE
SE-N
S-SE-NE
S-SE-N
SE-NE-N
SIN

50.1. O Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados em cada submercado "s" por período de comercialização "j", em R$/MWh, é expresso por:

$$VE_RO_SUBSIS_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s}\left(\frac{\sum_{p \in RO_SS}\left(ENC_REST_UNIT_{p,j} + ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} + ENC_DH_ELE_{p,j}\right)}{\sum_{s \in SUB_SS} TRC_ESS_{a,s,j}}\right)$$

Onde:

$VE_RO_SUBSIS_{,s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados devido à parcela de usina "p", no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina não hidráulica, p, no período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

"RO_SS" é o conjunto de parcelas de usinas "p", sujeitas a uma restrição de operação do tipo multi-submercados cujo custo deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS" no período de comercialização "j"

"SUB_SS" é o conjunto submercados "s" compreendidos no agrupamento em que ocorreu a restrição de operação

Importante:

O conjunto "SUB_SS" considerado na expressão deverá ser o mesmo atribuído a parcela de usina "p" pelo ONS.

51. O Valor do Encargo de Compensação Síncrona relaciona a soma dos encargos de compensação síncrona apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_CS_{s,j} = \frac{\sum_{p \in s} ENC_CS_{p,j}}{\sum_{a \in s} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:

$VE_CS_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

52. O Valor do Encargo de Importação relaciona a soma dos encargos de importação apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_IMP_{s,j} = \frac{\sum_{p}\left(ENC_IMP_{p*,j}\right)}{\sum_{a}\sum_{s}\left(TRC_ESS_{a,s,j}\right)} \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

53. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares consolida o valor dos encargos de serviços ancilares apurados para a cobertura do custo de usinas que pestaram tais serviços, acrescido do valor dos encargos de serviços ancilares para cobertura do custo de distribuidoras e consumidores responsáveis pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção. O valor final é apurado de acordo com o submercado dos agentes que devem ser responsáveis pela cobertura desses custos, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago por esses agentes e expresso por:

$$VE_OSA_{s,j} = \boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} + \boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}}$$

Onde:

$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_OSA_DCON_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"

53.1. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas relaciona os encargos de serviços ancilares devido às usinas que prestaram os serviços, com o consumo dos agentes que são responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$\boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} = \sum_{SUB_SS \supset s}\left(\frac{\sum_{p \in PSA_SS} ENC_OSA_{p,m}}{\sum_{s \in SUB_SS}\sum_{j \in m}\sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}}\right) \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_OSA_USI_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
"PSA_SS" é o conjunto de usinas "p" cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"
"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

53.2. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores relaciona os encargos de serviços ancilares referentes à implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção, com o consumo dos agentes responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$\boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{a \in DCSA_SS} RSEP_D_{a,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right) \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:
$VE_OSA_DCON_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento ao Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de Apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
"DCSA_SS" é o conjunto de agentes distribuidores ou consumidores cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"
"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

Importante:

Para cada usina ou agente que prestou serviços ancilares, o valor do conjunto "SUB_SS" considerado para determinar o rateio dos pagadores que devem cobrir o seu custo, é informado pela Aneel. Quando esse dado não for informado, será considerado o SIN como agrupamento de submercados.

54. O Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS relaciona o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SALDO_{s,j} = \frac{PAG_SALDO_ESS_m}{\sum_{s \in SIN} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$PAG_SALDO_ESS_m$ é o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

55. O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados é um valor em R$/MWh, que consolida os valores apurados em apenas uma informação por submercado e período de comercialização, rateados conforme consumo de referência para fins de ESS, conforme expressão abaixo:

$$VE_ESS_{s,j} = VE_OSA_{s,j} + VE_CS_{s,j} + VE_RO_SUBSIS_{s,j} + VE_SALDO_{s,j} + VE_IMP_{s,j}$$

Onde:
$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_CS_{s,j}$ é o Preço do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Preço dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados, no submercado "s", por período de comercialização "j
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", por período de comercialização "j"

Importante:

O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados submercados (VE_ESS) não consta o encargo referente a reserva de potência operativa, visto o tratamento distinto para fins de rateio.

56. O Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa determina o valor a ser pago para cada MWh consumido pelo agente consumidor, considerando o rateio de todos os valores a serem recebidos pelas usinas que prestam tal serviço pelo consumo mensal líquido do SIN, entre todos os sbumercados:

$$VE_RESPOP_m = \frac{\sum_p \sum_{j \varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.6.2. Dados de Entrada da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On	
$ENC_CONST_ON_p$	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off	
$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo por Compensação Síncrona	
$ENC_CS_{p,j}$	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo por Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina não hidráulica, p, no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PAG_SALDO_ESS_m$	**Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS**	
	Descrição	Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Anexo II – Cálculo e Utilização do Saldo de Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Alocada da Usina para o Agente**	
	Descrição	Percentual de geração alocada da parcela de usina "p", atribuído ao agente, "α", independentemente do fato de as usinas estarem ou não localizadas no mesmo ponto de consumo, sendo esse percentual utilizado para definição da participação do perfil de agente "a" no rateio dos custos de geração associados ao despacho por razão de segurança energética.
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Cadastro do Sistema Elétrico
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_{c,j}$	**Consumo Reconciliado da Carga**	
	Descrição	Consumo de energia ajustado de uma parcela de carga "c", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$	**Total de Consumo Cativo do Consumidor Livre**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo cativo atribuído ao consumidor livre, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6.3. Dados de Saída da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_{m}	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_IMP_{p,j}$	**Valor dos Encargos de Importações**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7. Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Objetivo:

Calcular o montante financeiro de recursos disponível para alívio de encargos de serviços do sistema.

Contexto:

Esta etapa consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema. Esses recursos são utilizados para ajuste dos valores dos encargos calculados na etapa anterior, reduzindo o montante de encargos a serem rateados pelos consumidores de energia do SIN. A Figura 17 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 17: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.7.1. Detalhamento do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

O processo de cálculo do total de recursos ajustados para alívio de encargos de serviços do sistema é composto pelos seguintes comandos e expressões:

57. Serão utilizados para o alívio dos Encargos de Serviços do Sistema os seguintes recursos:

- Penalidade de Medição;
- Penalidade por Falta de Combustível;
- Multa pelo não aporte de Garantias Financeiras;
- Multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo;
- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente; e
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico).

58. O Total de Penalidades para Abatimento dos ESS é composto pela soma dos montantes financeiros efetivamente pagos pelos agentes a título de (i) penalidades pela não geração de energia por falta de combustível, (ii) penalidades associadas à coleta de dados de medição, (iii) penalidades por inobservância do aporte de garantias financeiras, nos termos dos Procedimentos de Comercialização vigentes, e (iv) multa por inadimplência na liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. O Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS é expresso por:

$$TDP_ESS_{a,m} = \sum_{k \in AKP} \left(MFEP_PMED_{a,m,k} + MFEP_FC_{a,m,k} + MFEP_MGFIN_{a,m,k} + MFEP_INAD_{a,m,k} \right)$$

Onde:

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de De mais Penalidades para Abatimento dos ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$MFEP_PMED_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_FC_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à inobservância do aporte de garantias financeiras apurada no mês "k"

$MFEP_INAD_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", relativa à inadimplência no mês "k"

"AKP" é o conjunto de penalidades de cada perfil de agente "a", a serem aplicadas no mês de apuração "m", referentes às penalidades apuradas nos meses "k"

59. O Total das Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS consolida o Total de Penalidades para Abatimento dos ESS, por mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$TPAP_ESS_m = \sum_a (TDP_ESS_{a,m})$$

Onde:
$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"
$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de Demais Penalidades para Abatimento do ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

60. O Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia corresponde à somatória dos valores referente aos custos por importação, e o excedente financeiro de importação, tais valores são revertidos em benefício da conta de Encargos de Serviços de Sistemas - ESS, expresso por:

$$REC_IMP_m = \sum_a (\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} + EXCD_FIN_IMP_M_{a,m})$$

Onde:
REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"
$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

60.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelo agente no mês vigente em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p*\in a} \sum_{j\in m} (\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}})$$

Onde:
$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

60.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação total, identifica os montantes totais financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}} = \boldsymbol{V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}} + \boldsymbol{V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}}$$

Onde:
$V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j
$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

60.1.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}} = \sum_{P\in PSUB} V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$$

Onde:
$V_CUSTO_IMP_A_{a,m}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", por período de comercialização "j"
$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação
"p*" é a parcela de usina para Importação

61. O Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS considera os recursos remanescentes oriundos do tratamento das exposições em função das eventuais diferenças de preços entre os submercados, os montantes residuais de meses anteriores, além das penalidades utilizadas para alívio de ESS. Esse montante mensal é utilizado para determinar o ajuste nos valores apurados na etapa anterior e é expresso por:

$$TRDA_ESS_m = TRU_ESS_m + TPAP_ESS_m + max(0; SF_MA_m - ADDC_SF_MA_m) + REC_IMP_m$$

Onde:
$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"
TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"
$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"
SF_MA_m é a Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"
$ADDC_SF_MA_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas referente Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"
REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"

Representação Gráfica

Figura 18: Composição do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

2.7.2. Dados de Entrada do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

	Excedente Financeiro de Importação de energia total	
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_FC_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por energia não gerada por falta de combustível apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_INAD_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por inobservância do aporte de garantias financeiras de acordo com o estabelecido em Procedimentos de Comercializado, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_PMED_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade associada ao processo de coleta de medição pela CCEE apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SF_MA_m	**Sobra Financeira do Mês Anterior**	
	Descrição	Montante financeiro referente à sobra do excedente financeiro apurado no mês anterior "m-1", sob gestão da CCEE em conta corrente específica, que retorna no mês de apuração "m" ao processo de contabilização, ajustado pelo resultado de aplicação além da própria movimentação financeira no período. Eventual saldo remanescente da CONER, findo os prazos dos CERs, será acrescido nesta conta corrente
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da usina de importação "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$	**Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética**	
	Descrição	Corresponde aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7.3. Dados de Saída do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

$TDP_ESS_{a,m}$	**Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS**	
	Descrição	Corresponde à soma de valores pagos pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente às demais penalidades destinadas para abatimento de ESS. São incluídos nestas penalidades, os montantes pagos referentes às penalidades de medição, energia não gerada por falta de combustível, as penalidades pagas pelo não aporte das garantias financeiras calculadas e a multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_{m}$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

REC_IMP_{m}	**Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Corresponde ao total dos montantes recebíveis de encargos por razão de importação de energia apurados no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8. Ajuste dos Encargos Apurados

Objetivo:

Ajustar os valores de encargos apurados em função dos recursos disponíveis para alívio.

Contexto:

O valor dos encargos ajustados corresponde ao valor em R$/MWh efetivamente aplicado à contabilização dos agentes para composição do pagamento de encargos associados às usinas afetadas por restrições de operação, despachadas por razão de segurança energética e/ou que prestam serviços ancilares ao sistema. A Figura 19 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 19: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.8.1. Detalhamento do Ajuste dos Encargos Apurados

O processo de cálculo do ajuste dos encargos apurados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

62. O Total de Encargos de Serviços do Sistema indica o valor em reais a ser pago aos geradores por ESS. O Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema (expresso em termos de energia) multiplicado pelo Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, expresso em R$/MWh, incluindo o encargo para atendimento da reserva de potência operativa, somado ao Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização e sobras financeiras para alívio despesas futuras para fins de recontabilização, fornece o Total de Encargos de Serviços do Sistema, conforme expressão abaixo:

$$T_ESS_m = \sum_s \sum_{j \in m} \left(\left(\sum_a TRC_ESS_{a,s,j} \right) * VE_ESS_{s,j} \right) + \sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_RESPOP_m + \sum_a \boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} + SFM_FUT_RECONT_m$$

Onde:
T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"
$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", por período de comercialização "j"
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

62.1. O alívio retroativo não é reprocessado em recontabilizações onde houve sobra futura, assim é necessário garantir que sejam mantidos os mesmos efeitos percebidos na contabilização do mês de apuração. O valor referente ao encargo de meses passados já aliviados na contabilização é incluído no total de encargos de serviços do sistema do mês recontabilizado, a fim de serem considerados nos montantes passíveis de alívio:

Se $SFM_FUT_RECONT_m > 0$, *então;*

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = TAR_ENC_{a,m,u-1}$$

Caso contrário:

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = 0$$

Onde:
$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"
"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

63. O ajuste dos valores de encargos depende da relação entre o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS e o Total de Encargos Passíveis de Alívio:

63.1. Caso o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS seja suficiente para atender o Total de Encargos de Serviços do Sistema, então os Encargos de Serviços do Sistema são iguais à zero.

63.2. Os valores dos Encargos de Serviços do Sistema podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_ESS_{s,j} = VE_ESS_{s,j} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VE_ESS_{s,j}$ é o Preço dos Demais Encargos de Serviços do Sistema, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

64. O valor do Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema

$$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} = TAR_ENC_RECONT_{a,m} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

65. O valor da Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema

$$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} = \left(SFM_FUT_RECONT_m * \frac{\sum_s \sum_{j \in m} (TRC_ESS_{a,s,j})}{\sum_a \sum_s \sum_{j \in m} (TRC_ESS_{a,s,j})} \right) * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"
"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"
"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

65.1. Os valores dos Encargos de Reserva de Potência Operativa podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_RESPOP_m = VE_RESPOP_m * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:
VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

65.2. O Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema considera Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS em relação ao Total de Encargos de Serviços do Sistema por meio da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m} = max\left(0; \frac{T_ESS_m - TRDA_ESS_m}{T_ESS_m}\right)$$

Onde:
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"
T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

2.8.2. Dados de Entrada do Ajuste dos Encargos Apurados

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_m	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAR_ENC_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SFF_FUT_RECONTm	**Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8.3. Dados de Saída do Ajuste dos Encargos Apurados

T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_m	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9. Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Totalizar os encargos por segurança energética e definir a forma de rateio desses encargos.

Contexto:

O total de encargos por segurança energética é constituído pela soma dos encargos pagos às usinas despachadas por segurança energética e pelos encargos devidos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do despacho fora da ordem de mérito e de importação sem garantia física associada. Esse encargo é assumido pelos agentes de consumo a partir dos critérios estabelecidos nesta etapa das regras de comercialização. A Figura 20 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 20: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.9.1. Totalização dos Encargos por Segurança Energética

O processo de totalização dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

66. O Total de Encargos por Razão de Segurança Energética indica o valor em reais a ser pago pelos agentes de consumo aos agentes proprietários de usinas termelétricas que geraram por razões de segurança energética e também o valor a ser pago aos agentes proprietários de usinas hidrelétricas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função da geração efetuada fora da ordem de mérito e por importação de energia sem lastro associado. Este valor é obtido pela seguinte expressão:

$$T_SEG_ENER_m = \sum_{j \in m} \sum_{p} \left(ENC_SEG_ENER_{p,j} + ENC_DH_ENER_{p,j} \right)$$

Onde:

$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

2.9.2. Detalhamento do Consumo de Referência para o Rateio de Encargos de Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva

67. Os Encargos por Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva devem ser rateados pelo consumo líquido dos agentes:

$$TRC_SEG_ENER_{a,m} = max\left(0; \sum_{s} \sum_{j \in m} TRC_{a,s,j} - \sum_{p} \left(\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} \right) \right)$$

Onde:

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

67.1. A Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pela soma de toda geração utilizada para o abatimento das cargas, modeladas sobre o respectivo perfil de agente, conforme expressão:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} = \sum_{c \in a} \boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}}$$

Onde:

$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

67.1.1. A Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pelo menor valor entre (I) a geração total da usina multiplicada pelo Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga e (ii) Consumo no Ambiente Livre da respectiva carga:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = min\left(\left(\sum_{j \in m} \left(G_{p,j} + GFT_{p,j} \right) + \sum_{[r,w]j \in m} FLUXO_MRE_{p,r,wj} \right) * \boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} ; \sum_{j \in m} RC_AL_{c,j} \right)$$

Onde:

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,jr,w}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", no período de comercialização "j"patamar "r" da semana "w"

$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

67.1.1.1. O Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética estabelece o percentual de alocação de geração que cada parcela de carga possui, em relação ao percentual de direto de alocação do agente, conforme a expressão:

$$\boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{\sum_{j \in m} RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_AGP} \sum_{j \in m} RC_AL_{c,j}}$$

Onde:

$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente, da parcela de usina "p", atribuído ao agente "α"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

"α" é o agente no qual possui perfis onde as cargas "c", que possuem direito alocação da geração da parcela de usina "p", estão modelas

2.9.3. Detalhamento do Valor dos Encargos por Segurança Energética

68. O Valor dos Encargos de Segurança Energética relaciona a soma dos encargos de segurança energética devidos às usinas, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética de todos os agentes no mês, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SEG_ENER_m = \frac{T_SEG_ENER_m}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:
$VE_SEG_ENER_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.9.4. Dados de entrada da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$ENC_DH_ENER_{,p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$ENC_SEG_ENER_{,p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$FLUXO_MRE_{,p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero
$G_{,p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$GFT_{,p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada agente "a", por submercado "s" e período de comercialização
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9.5. Dados de saída da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$T_SEG_ENER_m$	**Total de Encargos pelo Despacho por Segurança Energética**	
	Descrição	Total de pagamentos devidos às parcelas de usinas em função da produção de energia elétrica associada ao despacho por Segurança Energética, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TRC_SEG_ENER_m$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$VE_SEG_ENER_m$	**Valor dos Encargos de Segurança Energética**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

Objetivo:

Apurar os valores de encargos em função do deslocamento hidráulico por inflexibilidade.

Contexto:

Valor de encargos por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade termoelétrica é apurado com base no total de encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade pelo total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade gerador de ESS. Esse encargo é assumido pelos agentes geradores que originaram o deslocamento. A Figura 21 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 21: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.10.1. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

O processo de cálculo do encargo por deslocamento hidráulico por inflexibilidade é composto pelos seguintes comandos e expressões:

69. O Total de Encargos de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade em um período comercialização é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_ENC_DH_INFLEX_j = \sum_{p \in PMRE} \left(ENC_DH_INFLEX_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} \right)$$

Onde:

$TOT_ENC_DH_INFLEX_j$ é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

70. O montante total de energia que deu origem ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_ESS_j = \sum_{p \in PMRE} DH_INFLEX_UH_{p,j}$$

Onde:

$TOT_DH_INFLEX_ESS_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE_DH" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

71. O Valor Ajustado do Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$VA_DH_INFLEX_j = \frac{TOT_ENC_DH_INFLEX_j}{TOT_DH_INFLEX_ESS_j}$$

Onde:

$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

TOT_ENC_DH_INFLEXj é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

$TOT_DH_INFLEX_ESS_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

2.10.2. Dados de Entrada da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica	
$DH_INFLEX_UH_{p,j}$	Descrição	Deslocamento hidráulico de inflexibilidade de uma usina hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repactuação do Risco Hidrológico (Determinação do Montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidráulica)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade	
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse	
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10.3. Dados de Saída da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,	
VA_DH_INFLEX$_j$	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11. Consolidação dos Encargos

Objetivo:

Consolidar os valores a pagar e a receber de agente em função dos encargos apurados no mês.

Contexto:

O valor ajustado dos encargos multiplicado pela energia passível de pagamentos de encargos deve ser consolidado, por agente, de modo a compor o resultado da contabilização de cada agente, no mês de apuração. A Figura 20 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 22 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.11.1. Detalhamento da Consolidação dos Encargos

O processo de consolidação dos encargos é composto pelos seguintes comandos e expressões:

72. O Total de Recebimento por Encargos identifica todos os montantes financeiros de encargos apurados para as usinas do agente, no mês de apuração. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Recebimento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$RECEBIMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_OSA_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_DH_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} + \boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}}$$

Onde:

RECEBIMENTO_ENC$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_RO$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_SE$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_CS$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_OSA$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_DH$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_RESPOP$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

R_ENC_IMP$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

72.1. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Restrição de Operação identifica os montantes financeiros a serem recebidos, por restrição de operação (*constrained-on* e *off, e unit commitment*), pelas usinas do agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} \left(ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} + ENC_REST_UNIT_{p,j} \right)$$

Onde:

R_ENC_RO$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

ENC_CONST_ON$_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

ENC_CONST_OFF$_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

ENC_REST_UNIT$_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

72.2. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Razão de Segurança Energética identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função da geração verificada a título de segurança energética no mês de apuração, dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} ENC_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:

R_ENC_SE$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

ENC_SEG_ENER$_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

72.3. O Total de Recebimento do Agente por Encargo de Compensação Síncrona identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função do fornecimento ou absorção de energia reativa, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} ENC_CS_{p,j}$$

Onde:

R_ENC_CS$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

ENC_CS$_{p,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

72.4. O Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente pela prestação de serviços ancilares de suas usinas, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_OSA_{a,m}} = \left(\sum_{p \in a} ENC_OSA_{p,m} \right) + RSEP_D_{a,m}$$

Onde:
$R_ENC_OSA_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
72.5. O Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas hidrelétricas do MRE em função dos deslocamentos hidráulicos de origem energética e/ou elétrica:

$$\boldsymbol{R_ENC_DH_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon a}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_ENER_{p,j} + VR_DH_ELE_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_{p,j}\right) + \boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}}$$

Onde:
$R_ENC_DH_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$VR_DH_ELE_{p,j}$ é o Valor de Ressarcimento de Deslocamento Elétrico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
72.5.1. O Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor identifica o montante financeiro de deslocamento hidráulico destinado a um distribuidor em virtude do proprietário da usina hidrelétrica ter aderido à Repactuação do Risco Hidrológico do ACR, sendo determinado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon MRE}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}\right) * F_RVRRH_{a,m}$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_RVRRH_{a,m}$ é a o Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
72.6. O Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas que atendam ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa no mês:

$$\boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_RESPOP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
72.7. O Total de Recebimento por Encargos de Importação, identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo perfil de agente função da importação de energia:

$$\boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}} = \sum_{j\in m}\sum_{p*\in a} ENC_IMP_{p*,j}$$

Onde:
$R_ENC_IMP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação do intercâmbio de energia da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina de energia proveniente de Importação
73. O Total de Pagamento do Agente por Encargos no mês de apuração identifica todos os montantes financeiros de encargos a serem pagos pelo agente. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Pagamento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$PAGAMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} + \boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} + V_CUSTO_IMP_M_{\boldsymbol{a,m}}$$

Onde:
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
73.1. O Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema identifica o montante financeiro a ser pago, por ESS, pelo agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} = \sum_{s}\sum_{j\in m}\left(TRC_ESS_{a,s,j} * VA_ESS_{s,j}\right) + \boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} + TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} + SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} + TRC_SEG_ENER_{a,m} * VA_RESPOP_m$$

Onde:
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
73.1.1. O Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade é determinado para cada perfil de agente, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m}\left(DH_INFLEX_UTE_{p,j} * VA_DH_INFLEX_j\right)$$

Onde:
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
73.2. O Pagamento dos Encargos por Razão de Segurança Energética será rateado proporcionalmente pelo consumo considerando eventual geração de propriedade da carga, calculado conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} = TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_SEG_ENER_m$$

Onde:
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$VE_SEG_ENER_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
73.3. A soma do Excedente financeiro total referente ao valor verificado dos custos por razão de importação, identifica o excedente financeiros a ser pagos pelo agente no mês vigente, expresso por:

$$\boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p*\in a}\sum_{j\in m}\left(EXCD_FIN_IMP_{p*,j}\right)$$

Onde:
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação
74. O Total de Encargos Consolidado identifica o valor a ser pago (**negativo**) ou recebido (**positivo**) a ser agregado ao resultado final da contabilização do agente no mês de apuração a título de Encargos, expresso por:

$$ENCARGOS_{a,m} = RECEBIMENTO_ENC_{a,m} - PAGAMENTO_ENC_{a,m}$$

Onde:
$ENCARGOS_{a,m}$ é o Total de Encargos Consolidado, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.11.2. Dados de Entrada da Consolidação dos Encargos

$EC_CAR_{a,m}$	**Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EC_CAR_TOT_{m}$	**Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_RVRRH_{a,m}$	**Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR**	
	Descrição	Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
	Unidade	n.a
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_DH_INFLEX_j$	**Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,**	
	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j", baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Fornecedor	Encargos (Consolidacao das Informacoes Ajustadas de Consumo e Geracao)
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor ajustado a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s" para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_{m}	**Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_SEG_ENER_{m}$	**Valor dos Encargos de Segurança Energética**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VR_DH_ELE_{p,j}$	**Valor do Ressarcimento de Deslocamento Hidráulico Elétrico**	
	Descrição	Descrição
	Unidade	Unidade
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11.3. Dados de Saída da Consolidação dos Encargos

$ENCARGOS_{a,m}$	**Total de Encargos Consolidado**	
	Descrição	Informação líquida de todos os montantes a serem pagos ou recebidos em função dos encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Pagamentos por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem pagos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente, "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_CAR_{a,m}$	**Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética rateada proporcionalmente pela energia comercializada**	
	Descrição	Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela rateada proporcionalmente pela energia comercializada, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_ENC_ESS_{a,m}$	**Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada dos encargos de serviços do sistema apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem recebidos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$R_ENC_CS_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona**	
	Descrição	Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona do perfil de agente "a", no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3. Anexos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 – Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

3.1. Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

Objetivo:

Calcular os recursos residuais utilizados no alívio retroativo e ainda sua eventual utilização em futuros ciclos contábeis.

Contexto:

Os recursos financeiros residuais após o alívio dos encargos de serviços do sistema são utilizados para abatimento de exposições e encargos não aliviados nos doze últimos ciclos contábeis. Após esse alívio retroativo, um eventual saldo residual é armazenado para utilização no próximo ciclo contábil. A Figura 23 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 23: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

3.1.1. Detalhamento da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

75. O processo de cálculo da determinação dos recursos utilizados para alívio retroativo é composto pelos seguintes comandos e expressões:

75.1. O Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior corresponde ao montante residual entre o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS oriundo do tratamento das exposições em função da diferença de preços entre os submercados e o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração, utilizado para alívio retroativo das doze últimas contabilizações. Em caso de Recontabilização, este acrônimo não é reapurado, assumindo o mesmo valor obtido na contabilização do mês, expresso por:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$RD_AR12_m = RD_AR12_{m,u-1}$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$RD_AR12_m = max(0; TRU_ESS_m - T_ESS_m)$$

Onde:

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior, no mês de apuração "m"

TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

75.2. A Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras corresponde à sobra residual de recursos disponível para alívio descontada ainda a parcela utilizada para alívio das doze últimas contabilizações, este último somente nos processamentos de contabilização, utilizada no próximo ciclo contábil e dada pela expressão:

$$\textit{Se } SFM_FUT_RECONT_m > 0\textit{, então;}$$
$$SF_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m)$$
$$\textit{Caso contrário:}$$
$$SF_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m - RD_AR12_m)$$

Onde:

SF_FUT_m é a Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras no mês de apuração "m"

$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês, no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

75.3. O Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo refere-se ao total de pagamentos referentes aos encargos de serviços do sistema. Desta forma, a expressão que determina o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo por agente no mês de apuração é dada por:

$$TP_ENC_AR_{a,m} = P_ENC_ESS_{a,m}$$

Onde:

$TP_ENC_AR_{a,m}$ é o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

Importante:

Os perfis de agente das classes de Importação e Exportação para os meses em que for observado exportação de energia elétrica em caráter interruptível não farão jus ao alivio retroativo do total de seus encargos passíveis de alivio, ou seja, o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo ($TP_ENC_AR_{a,m}$) para os referidos meses serão iguais a zero.

3.1.2. Dados de Entrada da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

$P_ENC_ESS_{a,m}$	**Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada dos encargos de serviços do sistema apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$SFM_FUT_RECONT_m$	**Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.1.3. Dados de Saída da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

RD_AR12_m	**Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" destinado ao alívio retroativo das exposições financeiras do 12º mês anterior
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$SF_ESS_FUT_m$	**Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" para eventual alívio de despesa futuras com ESS
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$TP_ENC_AR_{a,m}$	**Total de Pagamentos de Encargos Passível de Alívio Retroativo**	
	Descrição	Montante de encargos apurados passível de alívio retroativo, composto pelos encargos de serviços do sistema e os encargos por razão de segurança energética, por agente perfil de agente "a", calculados no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.2. Anexo II – Determinação do Preço Médio Semanal Utilizado para Encargos por Importação

Objetivo:

Calcular o Preço Médio Semanal de Liquidação das Diferenças utilizado em Encargos por Importação.

Contexto:

Este anexo detalha as etapas de cálculos do PLD_MS_H, que se define como o Preço de Liquidação das Diferenças Mensal Semanal em periodicidade horária.

A Figura 24 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 24 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

3.2.1. Detalhamento do cálculo do Preço Médio Semanal utilizado para encargos por importação

76. O processo de cálculo da determinação do Preço Médio Semanal é composto pelos seguintes comandos e expressões:

76.1. O cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças médio semanal, em periodicidade horária, para efeito da determinação dos custos originados pela diferença entre o montante efetivamente importado e o definido pelo ONS, será calculado conforme expressão abaixo:

$$PLD_MS_H_{s,j} = \boldsymbol{PLD_MS_S_{s,w}} * SPD_m$$
$$\forall\, j \in w$$

Onde:

PLD_MS_Hs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário de um submercado "s", por período de comercializaçãoa "j"

PLD_MS_$S_{s,w}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças médio semanal do submercado "s", da semana "w"

SPD_m é a duração de um período de comercialização em horas, no mês de apuração "m"

76.2. O cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças médio semanal será determinado, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{PLD_MS_S_{s,w}} = \frac{\sum_{j \in w} PLD_{s,j}}{W_HORAS_w}$$

Onde:

PLD_MS_$S_{s,w}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças médio semanal do submercado "s", da semana "w"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

W_$HORAS_w$ é a Quantidade de horas da semana "w"

3.2.2. Dados de Entrada do cálculo do Preço Médio Semanal utilizado para encargos por importação

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças de um submercado "s", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação)
	Valores Possíveis	Positivos
W_HORAS	**Quantidade de horas**	
	Descrição	Quantidade de horas da semana "w"
	Unidade	Hora
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou zero
PLD_MS_$S_{s,w}$	**Preço de Liquidação das Diferenças médio semanal**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças médio semanal do submercado "s", da semana "w"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Anexo II)
	Valores Possíveis	Positivos

3.2.3. Dados de Saída do cálculo do Preço Médio Semanal utilizado para encargos por importação

PLD_MS_$H_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário de um submercado "s", por período de comercialização "j"
	Unidade	Encargos (Anexo II)
	Valores Possíveis	Positivos

9 – Encargos 2020.7

1. Introdução

Os custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema para atendimento da demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), e que não estão incluídos no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) estabelecido ex-ante pela CCEE para cada semana e patamar de carga, são denominados de Encargos. Esse módulo determina o valor desses encargos e estabelece o critério de rateio destes montantes por todos os agentes de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Os encargos apurados mensalmente pela CCEE consistem basicamente em valores subdivididos em três categorias principais, dentro dos Encargos de Serviço de Sistema (ESS), de acordo com as formas de rateio e alívio desses montantes determinadas pelo poder concedente.

Os Encargos de Segurança Energética são gerados devido ao despacho extraordinário de recursos energéticos adicionais por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, com o objetivo de garantir o suprimento energético.

Os demais Encargos de Serviços de Sistema são rateados pelos agentes de consumo e possuem direito a alívio retroativo.

Por simplicidade de notação, quando houver a citação neste módulo dos "Encargos de Serviços do Sistema (ESS)", o termo será referido aos Encargos de Serviços do Sistema, exceto Encargos por Segurança Energética.

Figura 1: Relação do módulo 9 – Encargos com os demais módulos das Regras de Comercialização

Em linhas gerais, as informações de medição provenientes do módulo de regras "Medição Contábil", a garantia física ajustada no centro de gravidade do sistema, considerando sazonalização flat, proveniente do módulo "Repactuação do Risco Hidrológico do ACR", além de informações da ANEEL e do Operador Nacional do Sistema (ONS) são utilizadas para a formação dos encargos a serem pagos aos agentes geradores com usinas passíveis de recebimento desses montantes. As demais informações advindas dos módulos de "Penalidades", e "Tratamento das Exposições" são utilizadas para alívio e rateio dos encargos apurados neste caderno de regras

1.1. Lista de Termos

Esse módulo utiliza os seguintes termos e expressões, cujas definições são encontradas no módulo de Definições e Interpretações, tratado como anexo das Regras de Comercialização.

- **Acordo Operativo CCEE/ONS**
- **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)**
- **Custo Incremental**
- **Custo Variável Unitário (CVU)**
- **Deslocamento Hidráulico (DH)**
- **Inflexibilidade**
- **Mercado de Curto Prazo ou MCP**
- **Modalidades de Despacho**
- **Preço de Liquidação das Diferenças ou PLD**
- **PLDx**
- **Serviços Ancilares**

1.2. Conceitos Básicos

1.2.1. O Esquema Geral

O módulo "9 – Encargos", esquematizado na Figura 2, é composto por uma sequência de etapas de cálculo com o objetivo de apurar os montantes de encargos e o rateio desses valores entre os agentes da CCEE, além de determinar os recursos disponíveis para o alívio retroativo das exposições financeiras e dos encargos de serviços de sistema:

Figura 2: Esquema Geral do Módulo de Regras: "9 – Encargos"

São apresentadas a seguir as descrições das etapas do processo que serão detalhadas neste documento:

Encargos por Restrição de Operação

Calcula o montante de encargos por restrição de operação, das usinas não hidráulicas, pela diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE. Além disso, a geração referente às restrições de operação das usinas, cadastradas no modelo de otimização da programação diária, também são classificadas com restrição. Esse encargo é resultante de três situações possíveis:

- **Constrained-On:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios positivos da ordem de mérito);
- **Constrained-Off:** usina termelétrica que tem sua geração reduzida em relação à ordem de mérito para atender a critérios energéticos ou operacionais (desvios negativos da ordem de mérito)
- **Unit Commitment:** usina termelétrica despachada fora de ordem de mérito para atender as restrições técnicas de operação dos critérios de tomada e descida de carga, e tempo mínimo de acionamento.

Encargos de Serviços Ancilares

Determina os custos incorridos na prestação de serviços ancilares pelos agentes tais como compensação síncrona, ressarcimento de custos de operação e manutenção de equipamentos especiais de supervisão, controle e comunicação autorizados pelo poder concedente, e atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa.

Encargos de Segurança Energética

Determina os encargos oriundos das usinas despachadas por decisão do CMSE com o objetivo de garantir o suprimento energético e dos encargos oriundos do deslocamento hidráulico proporcionado pela geração por segurança energética e por importação de energia sem garantia física associada.

Encargos por Importação

Determina os encargos oriundos das usinas de importação de energia entre o Brasil e países vizinhos despachadas por decisão da ONS, com o objetivo de garantir a redução do custo imediato de operação do SIN.

Encargos de Deslocamento Hidráulico

Determina os custos incorridos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do deslocamento da geração dessas usinas pela ocorrência de geração fora da ordem de mérito do custo e de importação de energia elétrica sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016, sendo que essas usinas hidrelétricas têm direito a ressarcimento através de dois tipos de encargos:

- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Energético:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração por segurança energética e da importação de energia sem lastro associado.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico Elétrico:** ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas derivada da geração termelétrica por restrição elétrica, elegível, por critérios estabelecidos pelo ONS, como fonte da redução da geração das usinas hidrelétricas do MRE.
- **Encargo associado ao Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade**: ressarce os custos das usinas hidrelétricas em função da redução da geração dessas usinas, derivada de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível.

Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Determina os valores preliminares, em R$/MWh, dos encargos de serviços do sistema, formados pelas restrições de operação, prestação de serviços ancilares e deslocamento hidráulico oriundo de restrições elétricas que são passíveis de alívio.

Apuração do Valor de Encargos de Segurança Energética

Determina o total dos custos oriundos da segurança energética, que contempla o ressarcimento dos custos das usinas despachadas por segurança energética e o custo do deslocamento hidráulico provocado por essa geração. A partir desse valor, determina-se o montante, em R$/MWh, do encargo por segurança energética.

Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema.

Ajuste dos Encargos Apurados de Restrição de Operação e Serviços Ancilares

Estabelece os valores finais, em R$/MWh, a serem aplicados a cada MWh consumido no SIN, de modo a compor o montante a ser transferido às usinas recebedoras de encargos via contabilização CCEE.

Consolidação dos Encargos

Estabelece os valores, por agente e mês de apuração, dos montantes a serem pagos e recebidos no âmbito da contabilização da CCEE a título de encargos de serviços do sistema (ESS).

Anexo

- **Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo:** consolida os recursos financeiros residuais a serem utilizados para alívio retroativo de encargos e exposições financeiras negativas (decorrentes do tratamento das exposições em função da eventual diferença de preços entre os submercados), bem como os recursos destinados a alívio futuro de encargos.

1.2.2. Restrições de Operação

O Brasil, em função da predominância hidráulica do parque gerador, decidiu adotar o modelo de despacho centralizado (*tight pool*), em que o ONS decide a quantidade de energia a ser despachada por usina integrante do sistema interligado, com base em cadeia de modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios.

Essa cadeia de modelos de otimização é a mesma utilizada pela CCEE na determinação do PLD. Na determinação do CMO, o ONS considera as restrições de transmissão internas a cada submercado para que o despacho atenda a demanda do mercado e assegure a estabilidade do sistema. Já a CCEE calcula um PLD único para todo o submercado, ou seja, para efeito do cálculo do preço, a CCEE trabalha como se a energia estivesse igualmente disponível em todos os pontos de consumo desse mesmo submercado. Dessa forma, as restrições internas aos submercados não são consideradas. Há, portanto, uma diferença importante entre o despacho econômico calculado pela CCEE e o despacho elétrico operacionalizado pelo ONS. Dessa forma, é possível que as usinas venham a ser despachadas em níveis diferentes dos previstos na CCEE. Essas diferenças são ressarcidas a essas usinas pelos Encargos de Serviços do Sistema.

Os custos associados às restrições de operação correspondem ao ressarcimento para as usinas cuja produção elétrica tenha sido afetada por restrições de operação dentro de um submercado. Têm direito ao recebimento de encargos por restrições de operação apenas as usinas termelétricas com CVU não nulo.

O cálculo dos encargos relativos ao custo de restrição de operação incorpora também as diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *ex-ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado, realizado pelo ONS, como: alterações na configuração do sistema decorrentes da queda de uma linha de transmissão, uma grande chuva que venha a ocorrer após o cálculo do modelo de otimização da programação e que pode alterar substancialmente o planejamento da operação de curto prazo do ONS, dentre outras possibilidades.

A diferença entre a geração realizada/instruída pelo ONS e a geração prevista na programação sem restrições da CCEE pode resultar em duas situações possíveis, conforme mencionado anteriormente, quais sejam: (i) *constrained-off* e (ii) *constrained-on*.

A Figura 3 ilustra as ambas as condições de restrição operacional:

Figura 3: Tipos de Restrição de Operação: *Constrained-Off* e *Constrained-On*

Devido às restrições técnicas das usinas térmicas, podem ser programados despachos além da ordem de mérito, com o objetivo final de atender uma solicitação de despacho na ordem de mérito do ONS. Tais restrições, denominadas de unit commitment, passam a ser modeladas no DESSEM.

A primeira restrição que deve ser observada é o tempo mínimo de acionamento da usina, ou seja, uma vez acionada, a usina necessita tecnicamente de determinada quantidade de horas ligadas até finalizar o desligamento. Além disso, existem as restrições de tomada e descida de carga (rampa de subida e descida, respectivamente).

Para atender a solicitação de despacho da ordem de mérito é necessário que a usina termelétrica inicie o processo de acionamento das unidades geradoras, em momento anterior para atendimento da potência da usina, ou ainda no nível de despacho programado (respeitado a geração mínima e geração máxima).

Por fim, também é necessário respeitar as restrições de descida de carga da usina para retornar à condição de desligamento total. Destaca-se também a restrição de tempo mínimo de desligamento até um novo acionamento, também cadastrada como parâmetro técnico no DESSEM, porém sem direito a recebimento de encargo.

Figura 4 – Representação das Restrições Operativas por Unit Commitment

1.2.3. Serviços Ancilares

Os serviços ancilares, conforme Resolução nº 697, de 16 de dezembro de 2015, são destinados a garantir a qualidade e a segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN.

Os serviços ancilares informados pela ANEEL e remunerados por meio dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) são compostos por:

a) Compensação Síncrona: O agente de geração recebe o equivalente à energia reativa gerada ou consumida valorada à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), que é revista pela ANEEL anualmente.

b) Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa: As usinas termelétricas que forem acionadas para atenderem ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa recebem essa energia valorada ao preço da oferta realizada, quando o atendimento ao despacho é considerado satisfatório, ou ao seu CVU para despacho na ordem de mérito, quando insatisfatório. A energia gerada é liquidada a PLD a crédito do gerador e o montante financeiro adicional necessário para completar a valoração dessa energia é pago ao gerador por meio de encargos.

c) Os empreendimentos de geração atualmente em operação que venham a ter o provimento de serviços ancilares determinado pela ANEEL, ou que tiveram autorização para reposição dos equipamentos e peças destinadas à prestação de serviços ancilares, terão o custo de implantação ou reposição auditado e aprovado por tal agência e ressarcido via ESS, sendo eles:

- Ressarcimento pelo custo de operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG).
- Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por reposição dos sistemas existentes incorridos por agentes de geração, transmissão e distribuição, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 309/08
- Ressarcimento pelo custo de operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento (*Black Start*).
- Ressarcimento pelo custo fixo de usinas emergenciais
- Ressarcimento por investimentos para prestação de Serviços Ancilares.

1.2.4. Encargos por Importação

Em 15 de agosto de 2018 foi publicada a Portaria nº 339 do Ministério de Minas e Energia (MME), a qual estabelece que, o Operador Nacional do Sistema (ONS) poderá utilizar integralmente ou parcialmente a energia de importação proveniente da República Argentina e do Uruguai, observando as quantidades e as condições passíveis de substituição termelétrica, garantindo a redução do custo imediato de operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Poderão ser autorizados um ou mais Agentes Comercializadores como responsáveis pela importação de energia elétrica perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, desde que adimplentes e autorizados nos termos da Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011.

A declaração dos montantes e dos preços da energia para importação será realizada por meio de ofertas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega da energia no centro de gravidade do SIN e tendo como destino o Mercado de Curto Prazo (MCP). Os montantes e preços da energia ofertados para importação não serão considerados nos processos de planejamento e programação da operação associados ao Programa Mensal da Operação (PMO) e de formação do PLD.

1.2.5. Encargos de Segurança Energética

Em dezembro de 2007 foi publicada a Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a qual estabelece em seu Artigo 2º que, com vistas à garantia do suprimento energético, o ONS poderá despachar recursos energéticos fora da ordem de mérito econômico (em ordem crescente em relação aos custos declarados de geração) ou mudar o sentido do intercâmbio entre os submercados, por decisão do CMSE.

Como o despacho fora da ordem de mérito, para a garantia de suprimento energético, não leva em consideração o custo de operação declarado dessas usinas para a formação do PLD, a Lei 13.360/2016, estabeleceu que o montante financeiro a ser pago para as usinas despachadas adicionalmente para a garantia de suprimento energético será rateado pelos consumidores.

1.2.6. Encargos de Deslocamento Hidráulico

O Artigo 2º da Lei n º 13.203, de 08 de dezembro de 2015, com redação dada pela Lei n º 13.360, de 17 de novembro de 2016, estabelece que a ANEEL deverá estabelecer para aplicação a partir de 2017, a valoração, o montante elegível e as condições de pagamento para os participantes do MRE do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente de:

I – Geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito;

II – Importação de energia elétrica sem garantia física.

Dessa forma, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 764, de 18 de abril de 2017, que estabelece as regras para se determinar o montante de energia que deve ser considerado como deslocamento hidráulico, a forma de apuração do custo desse deslocamento e a forma de ressarcimento aos geradores participantes do MRE.

Assim, definiu-se que o deslocamento hidráulico é composto por duas parcelas:

1. O deslocamento hidráulico energético, constituído pela geração por segurança energética mais a importação de energia sem garantia física associada
2. O deslocamento hidráulico elétrico, constituído pela geração originada por restrições elétricas identificada pelo ONS como indutora de redução de geração das usinas participantes do MRE

Desses dois montantes incialmente apurados deve-se abater a indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. Posteriormente, foi publicado pela Aneel ato normativo que estabeleceu que também devem ser apurados montantes de deslocamento hidráulico provenientes de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo que estes montantes de deslocamento não devem sofrer abatimento da indisponibilidade verificada de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito. A Figura 5 ilustra a apuração dos montantes de deslocamento hidráulico.

Figura 5: Apuração dos montantes de deslocamento hidráulico

Os montantes de deslocamento hidráulico apurados, inclusive os oriundos de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, são rateados entre todas as usinas participantes do MRE na proporção da garantia física modulada e ajustada, considerando sazonalização flat.

Os montantes de deslocamento hidráulico destinados às usinas do MRE que optaram pela repactuação do risco hidrológico precisam ser ajustados em função do produto escolhido no processo de repactuação e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

A Figura 6 ilustra os pontos anteriores.

Figura 6: Determinação do Deslocamento Hidráulico para usinas que repactuaram

Tendo se determinado os montantes de deslocamento hidráulico que cada usina hidrelétrica participante do MRE têm direito, apura-se o custo desse deslocamento a partir do produto entre o montante de deslocamento e a diferença entre o valor do PLD da hora e do submercado em que houve deslocamento e o chamado PLDx, valor associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica.

Os custos apurados dos deslocamentos hidráulicos são assumidos por:

- Todos os consumidores do SIN, no caso de deslocamento hidráulico de origem energética.
- Os mesmos consumidores que assumem o encargo da restrição de operação que deu origem ao deslocamento hidráulico de origem elétrica.
- lo gerador termelétrico, no caso de de inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, sendo assumido pelo agente proprietário da usina termelétrica que deu origem ao deslocamento.

1.2.7. Forma de rateio dos encargos

Os encargos mencionados anteriormente são rateados entre os agentes de formas distintas, conforme apresentado a seguir:

	Forma de Rateio
Restrição de Operação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN,* de cada agente em relação a todos os agentes, respeitando o tipo de restrição, multi-submercados ou submercado único, onde para encargos por restrição de operação do tipo multi-submercados será rateado entre os agentes localizados nos submercados do agrupamento, e para encargos por restrição de operação do tipo submercado único será rateado pelos agentes localizados no mesmo submercado.
Compensação Síncrona	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN de todos os agentes localizados no seu submercado.

Serviços Ancilares	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Importação	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN*[1], de cada agente, em relação ao consumo atendido pelo SIN todos os agentes de todos os submercados.
Segurança Energética	Rateado na proporção do *consumo atendido pelo SIN, considerando eventual geração de propriedade da carga, provenientes de usinas localizadas no mesmo ou em outro sítio.*
Deslocamento Hidráulico	O encargo de deslocamento hidráulico energético é rateado entre todos os consumidores do SIN, enquanto que encargo de deslocamento hidráulico de origem elétrica é rateada pelos mesmos consumidores que arcam com os custos da restrição elétrica que originou o deslocamento hidráulico. Referente ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade, seu custo será pago pela usina que deu origem.

Figura 7: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

1.2.8. Consolidação dos Encargos

A consolidação dos encargos consiste em determinar o total de encargos a serem pagos aos agentes com usinas recebedoras de encargos no mês de apuração.

Os encargos de serviços do sistema são compostos por encargos de serviços ancilares, encargos por restrição de operação, encargos por Segurança Energética, encargos por Importação e encargos por Deslocamento Hidráulico, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8: Formação dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS)

Os seguintes recursos podem ser utilizados para abatimento ou alívio do total de encargos de serviços do sistema a ser pago pelos agentes proprietários de pontos de medição de consumo registrados na CCEE:

- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente;
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico); e
- Recursos advindos da aplicação de penalidades anteriores a novembro de 2005 por insuficiência de lastro de comercialização de energia (conforme estabelecido nas Resoluções ANEEL nº 91/2003 e nº 352/2003), acrescido do pagamento de penalidades por falta de combustível, associada aos processos de coleta de dados de medição pela CCEE, multas atribuídas ao não aporte das garantias financeiras e multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.

A Figura 9 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 9: Total de Encargos superior a Reserva para Alívio de ESS

Se o recurso para alívio de ESS for maior que o total de encargos de serviços do sistema, os agentes proprietários de pontos de medição de consumo não pagam ESS e o valor remanescente é alocado da seguinte forma:

- O saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente, caso haja, será utilizado para processar o alívio retroativo de exposições residuais dos geradores em função do tratamento das exposições e os encargos de serviços do sistema de meses anteriores (Vide módulo "Consolidação de Resultados"); e
- Caso haja recursos advindos da aplicação de penalidades e a sobra de receita do mês anterior, seus saldos remanescentes, após o alívio dos ESS do mês de apuração, serão utilizados para alívio de ESS de meses futuros.

A Figura 10 ilustra essa etapa de alívio de encargos:

Figura 10: Total de Encargos inferior a Reserva para Alívio de ESS no mês

Por sua vez, o encargo de segurança energética é constituído pelo custo da geração de segurança energética e pelo deslocamento hidráulico de origem energética. Destaca-se que essa modalidade de encargo não tem direito a alívio como ocorre com os encargos de serviços do sistema.

2. Detalhamento das Etapas de Encargos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 – Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

2.1. Encargos por Restrição de Operação

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas a título de encargos por restrição operacional.

Contexto:

Os Encargos por Restrição de Operação compõem um dos tipos de Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A Figura 11 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 11: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.1.1. Detalhamento dos Encargos por Restrição de Operação

O processo de cálculo relativo aos encargos por restrição de operação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

1. O cálculo dos encargos por restrição de operação incorpora eventuais diferenças não previstas pelo despacho sem restrição *Ex-Ante* da CCEE e captadas pelo despacho real verificado.

2. Os Encargos por Restrição de Operação são calculados para as usinas não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA (não emergenciais) e os interconectores internacionais que atendem restrições operativas do SIN, conforme informado pelo ONS, e são subdivididos em dois tipos *Constrained-On* e *Constrained-Off*.

2.1. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On* são pagos às usinas que não foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, por sua geração ser mais cara, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem acima do que havia sido despachado; e

2.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off* são pagos às usinas que foram despachadas para atender os requisitos de demanda e de estabilidade do sistema, entretanto em função de restrições operativas o ONS faz essas usinas produzirem menos do que o despachado.

2.3. Encargos por Restição de Operação por Unit Commitment são pagos às usinas que foram despachadas para atender restrições físicas das usinas para a geração da ordem do mérito.

2.1.2. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-On*

3. As usinas, enquadradas na Linha de Comando 2, acionadas por restrição de operação pelo ONS, em condição *CONSTRAINED-ON*, têm seu Encargo por Restrição de Operação calculado a partir da geração de energia verificada acima da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção da energia e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-On é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_ON_{p,j} = \left(\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}}\right) * max\ \left(0; \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

3.1. O Fator do Encargo por Restrição de Operação estabelece o percentual da produção de energia elétrica, de uma usina acionada por razão de restrição operativa efetivamente realizada, acima da instrução de despacho para o período considerado. Esse fator é expresso por:

Se:

$$\boldsymbol{F_REST_OP_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_CONST_ON_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

3.2. A Geração Realizada para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On é determinada pela geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Restrição de Operação, expresso por:

$$\boldsymbol{G_CONST_ON_{p,j}} = G_{p,j} * F_REST_OP_{p,j}$$

Onde:

$G_CONST_ON_{p,j}$ é a Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_REST_OP_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.3. Encargos por Restrição de Operação por *Constrained-Off*

4. O ajuste da Quantidade de Energia Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é realizado de modo a referenciar essa informação à Rede Básica nos moldes do tratamento dado no caderno de Medição Contábil por meio da aplicação do Fator de Rateio de Perdas da Geração associado à usina além do respectivo Fator de Abatimento das Perdas Internas, sendo assim a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação é expressa por:

$$QEA_REST_OP_{p,j} = max\left(0; \left(M_CONST_OFF_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$M_CONST_OFF_{p,j}$ é o Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pelo ONS da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p" por período de comercialização "j"

5. Para as usinas passíveis de recebimento de encargos por restrição elétrica devido a situação de Constrained-off, para cada período de comercialização, seu Encargo por Restrição de Operação será calculado a partir da geração de energia verificada abaixo da respectiva instrução de despacho para o período, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia. O Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off é determinado conforme a seguinte expressão:

$$ENC_CONST_OFF_{p,j} = QEA_REST_OP_{p,j} * max\left(0; \left(PLD_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"
"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

6. O Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment será calculado a partir da geração de energia classificada por esse fim, valorado pela diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças Final e o Custo Declarado associado à produção da energia, conforme a seguinte expressão:

$$Se\ INC_{p,j} > PLD_{s,j}\ então:$$
$$ENC_REST_UNIT_{p,j} = \boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} * \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)$$

Onde:
$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
PLDs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"
$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p

6.1. A Geração por Unit Commitment da usina é definida a partir do Fator de energia gerada por Unit Commitment da usina aplicado na Geração da Final da mesma, de acordo com a expressão a seguir:

$$\boldsymbol{G_UNIT_{p,j}} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}}$$

Onde:
$G_UNIT_{p,j}$ é a Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de Usina "p", no período de comercialização "j"
$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

6.1.1. O cálculo do Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment representa a relação entre a Geração por Unit Commitment, definida pelo ONS, e a geração apurada por este:

$$\boldsymbol{F_UNIT_C_{p,j}} = min\left(1, \frac{UNIT_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:
$F_UNIT_C_{p,j}$ é o Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$UNIT_{p,j}$ é o Geração por Unit Commitment de cada parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.1.4. Dados de Entrada dos Encargos por Restrição de Operação

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p" por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment**	
	Descrição	Geração por Unit Commitment da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

$G_ONS_CONST_ON_{p,j}$	**Geração informada pelo ONS para atendimento a uma restrição de operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador do Sistema para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UNIT_{p,j}$	**Geração por Unit Commitment da Usina**	
	Descrição	Volume de energia gerada por Unit Commitment verificada pelo ONS para a parcela de usina “p”, no período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$M_CONST_OFF_{p,j}$	**Montante de geração frustrada por Constrained-Off**	
	Descrição	Montante de geração frustrada por Constrained-Off determinado pleo ONS da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado “s” e período de comercialização “j”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina “p”, por período de comercialização “j”. Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.1.5. Dados de Saída dos Encargos por Restrição de Operação

$ENC_CONST_ON_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_UNIT_C_{p,j}$	**Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment**	
	Descrição	Fator de Determinação da Energia gerada por Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica “p”, por período de comercialização “j”
	Unidade	
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On	
$G_CONST_ON_{p,j}$	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

2.2. Encargos de Serviços Ancilares

Objetivo:

Apurar os montantes em reais devidos às usinas por prestação de serviços ancilares.

Contexto:

Os serviços ancilares são destinados a garantir a qualidade e segurança da energia gerada, contribuindo para a confiabilidade do SIN. Os custos incorridos na prestação desses serviços são ressarcidos por meio dos Encargos de Serviços Ancilares, sendo esse um componente dos Encargos de Serviços do Sistema. A Figura 12 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 12: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.2.1. Detalhamento dos Encargos de Serviços Ancilares

O processo de determinação dos encargos de serviços ancilares é composto pelos seguintes comandos e expressões:

7. A determinação do Encargo de Compensação Síncrona da usina refere-se ao fornecimento ou absorção de energia reativa e será remunerado à Tarifa de Serviços Ancilares (TSA), estabelecida pela ANEEL em resolução específica. O Encargo de Compensação Síncrona é dado pela expressão:

$$ENC_CS_{p,j} = MER_CS_{p,j} * TSA_{p,m}$$

Onde:

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo por Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$MER_CS_{p,j}$ é a Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TSA_{p,m}$ é a Tarifa de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

8. O Encargo por Outros Serviços Ancilares atribuído a uma usina é determinado pela relação de todos os ressarcimentos autorizados pelo regulador em função de investimentos realizados para prestação de serviços ancilares ao sistema, operação e manutenção de equipamentos necessários à participação do Controle Automático de Geração (CAG), do Sistema Especial de Proteção (SEP), equipamentos de autorrestabelecimento e por contratação de usinas emergenciais. O Encargo por Outros Serviços Ancilares é expresso por:

$$ENC_OSA_{p,m} = RISA_{p,m} + RCAG_{p,m} + RSEP_{p,m} + RART_{p,m} + RCUE_{p,m}$$

Onde:

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RISA_{p,m}$ é o Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCAG_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação Necessários à Participação no CAG (Controle Automático de Geração) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RSEP_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP (Sistema Especial de Proteção) da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RART_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$RCUE_{p,m}$ é o Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

9. O Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, é determinado pela geração realizada no cumprimento desse serviço ao sistema, valorado pela diferença entre o preço determinado para essa energia, com base no critério de atendimento satisfatório ao despacho, e o PLD verificado no momento da geração:

Se a usina estiver atendendo o despachado complementar para manutenção de reserva de potência operativa

$$ENC_RESPOP_{p,j} = G_RESPOP_{p,j} * max(0; \boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} - PLD_{s,j})$$

Onde:

$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$G_RESPOP_{p,j}$ é a Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Compelmentar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

9.1. O Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa é determinado em função do atendimento satisfatório ou não do despacho pela usina. Em caso de atendimento satisfatório, a usina tem direito ao preço ofertado no mecanismo. Caso o atendimento seja insatisfatório, a usina terá direito apenas ao seu custo declarado para fins de despacho por ordem de mérito. Para determinar se o despacho foi satisfatório, é observado se a proporção da geração realizada foi superior às indisponibilidades forçada e programada da usina:

Se o atendimento ao despacho complementar para manutenção da reserva operativa foi satisfatório pela usina "p"

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$$

Caso contrário

$$\boldsymbol{PRECO_RESPOP_{p,j}} = INC_{p,j}$$

Onde:

$PRECO_RESPOP_{p,j}$ é o Preço para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$ é o Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

2.2.2. Dados de Entrada dos Encargos de Serviços Ancilares

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_RESPOP_{p,j}$	**Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Geração Realizada para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$MER_CS_{p,j}$	**Medição de Energia Reativa Associada à Compensação Síncrona**	
	Descrição	Parcela de energia reativa da usina "p" associada à prestação de serviços ancilares por compensação síncrona, por período de comercialização "j". O ressarcimento em si é calculado no Módulo de Regras relativo aos Encargos
	Unidade	MVArh
	Fornecedor	Medição Contábil (Anexo III)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos
$PRECO_OF_RESPOP_{p,j}$	**Preço Ofertado pelo agente Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Preço Ofertado pelo agente para Valoração do Encargo Referente ao Despacho Complementar Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos
$RART_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Autorrestabelecimento**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de autorrestabelecimento
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300397

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

$RCAG_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Operação e Manutenção dos Equipamentos de Supervisão e Controle e de Comunicação**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela operação e manutenção dos equipamentos de supervisão e controle e de comunicação necessários à participação da usina no Controle Automático de Geração (CAG)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RCUE_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais**	
	Descrição	Ressarcimento pelo Custo de Usinas Emergenciais da parcela de usina “p”, no mês de apuração “m”
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RISA_{p,m}$	**Ressarcimento por Investimentos para Prestação de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Montante a ser ressarcido para a usina pelo investimento para prestação de serviços ancilares
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_{p,m}$	**Ressarcimento pelo Custo de Implantação, Operação e Manutenção de SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que a usina deverá ser ressarcida referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TSA_{p,m}$	**Tarifa de Serviços Ancilares**	
	Descrição	Valor para ressarcimento de custos adicionais de operação e manutenção referente ao suporte de reativo provido pelas parcelas de usinas “p”, no mês de apuração “m”
	Unidade	R$/MVArh
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos

2.2.3. Dados de Saída dos Encargos de Serviços Ancilares

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina “p”, no período de comercialização “j”, por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina “p”, no mês de apuração “m”, por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3. Encargos por Importação

Objetivo:

Apurar os montantes devidos às usinas a título de encargos por importação.

Contexto:

A energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai poderão ser ofertadas ao ONS, anteriormente à programação da operação e à formação do PLD, com entrega de energia no Centro de Gravidade do SIN e sendo liquidado no MCP. Tal energia poderá ser utilizada de forma integral ou parcial pelo ONS, desde que essa importação viabilize a redução do custo imediato de operação do SIN.

Figura 13: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.3.1. Detalhamento dos Encargos por Importação

O processamento dos encargos por importação é composto pelos seguintes comandos e expressões:

10. A importação de energia realizada através de estações conversoras, para efeito de operacionalização na CCEE, será representada pela modelagem de uma usina térmica com modalidade de despacho tipo IA ou tipo IIA.

11. Esta usina estará modelada sob um perfil de agente comercializador importador, e é vedado a modelagem de qualquer outro tipo de ativo sob este mesmo perfil de agente.

12. Eventuais créditos relativos ao processo de importação de energia da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai são isentos do processo de rateio de inadimplência.

13. Os custos relativos à importação da energia elétrica serão determinados pela Geração de energia, em função do despacho de importação, valorada pela diferença entre o Preço de Oferta de Importação e o Preço de Liquidação das Diferenças. O Encargo por Razão de Importação é expresso por:

$$ENC_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * máx\left(0; \left(P_IMP_{p*,j} - PLD_H_{s,j}\right)\right)$$

$$\forall\ s \text{ onde está localizada a estação conversora}$$

Onde:

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLD_Hs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças Horário de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

14. Nos casos em que houver substituição de Geração térmica por Importação e o Preço de liquidação das diferenças – PLD for maior que o preço de oferta para importação será apurado uma diferença financeira destinada para alívio de ESS. Esta diferença deverá ser determinada a partir da geração de energia verificada valorada entre o Preço de Liquidação das Diferenças e o Preço de Oferta de Importação. O cálculo será expresso por:

$$EXCD_FIN_IMP_{p*,j} = G_{p*,j} * máx\left(0; \left(PLD_H_{s,j} - P_IMP_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$G_{p*,j}$ é Geração de energia de uma parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

PLD_Hs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças Horário de um submercado "s", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15. Quando o montante de energia efetivamente importado for inferior ao montante definido pelo ONS, os agentes comercializadores responsáveis pela importação deverão arcar com os custos dessa diferença de energia, que será valorada de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

15.1. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja inferior ao limite máximo do PLD, a valoração se dará pela diferença entre o PLD médio semanal vigente no submercado da usina termelétrica substituída e seu CVU, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * máx\left(0; \left(PLD_MS_H_{s,j} - INC_{p,j}\right)\right)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

PLD_MS_Hs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário de um submercado "s", por período de comercialização "j"

INCp,j é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2. Para o caso em que o CVU da usina termelétrica substituída seja superior ao limite máximo do PLD, a valoração será de 5% do limite máximo do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j} = \boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} * (0{,}05 * PLD_MAX_m)$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

PLD_MAX_m é o Preço Máximo de Liquidação das Diferenças no mês de apuração, "m"

"p*" é a parcela de usina para Importação

15.2.1. Para definição dos custos da diferença entre a importação efetiva e a definida pelo ONS é necessário a determinação da Quantidade de Energia não entregue rateada para cada usina térmica substituída, pois, as usinas de importação podem substituir uma ou mais usinas. O cálculo se dará pelo rateio do montante de importação não entregue de cada usina importadora proporcionalizado pela disponibilidade verificada da usina e o despacho sem restrição das usinas substituídas. A determinação desse volume é expressa por:

$$\boldsymbol{QE_IMP_NE_{p,p*,j}} = \boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} * \frac{DOMP_ONS_{p,j}}{\sum_{psub} DOMP_ONS_{p,j}}$$

Onde:

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$ é a Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação
"p*" é a parcela de usina para Importação
15.2.1.1. O Montante de Importação definido pelo ONS e não entregue será calculado pela diferença entre o Despacho de Importação para o período e o Montante de Importação Verificado pelo ONS da usina substituta de acordo com a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{MONT_IMP_NE_{p*,j}} = max\left(0, \left(\left(MONT_IMP_ONS_{p*,j} - MONT_IMP_VOP_{p*,j}\right) * UXP_GLF_{p*,j} * \ F_PRC_GF_{p*,j}\right)\right)$$

Onde:
$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o Montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$MONT_IMP_ONS_{p*,j}$ é o Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
$MONT_IMP_VOP_{p*,j}$ é o Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", no período de comercialização "j"
$F_PRC_GF_{p,j}$ é o Fator de Ajuste da Garantia Física em função das Perdas da Rede Compartilhada da parcela de usina "p", no período de comercialização "j""p*" é a parcela de usina para Importação
15.3. Para o caso em que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE decidir por considerar a importação como recurso adicional ao SIN, sem substituição de geração de usinas termelétricas, a valoração será de 5% do limite máximo do PLD, de acordo com a seguinte expressão:

$$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j} = MONT_IMP_NE_{p*,j} * (0{,}05 * PLD_MAX_m)$$

Onde:
$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$MONT_IMP_NE_{p*,j}$ é o montante de importação definido pelo ONS e não entregue da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
$PLD_H_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças Horário determinado por submercado "s" e período de contabilização "j"
$P_IMP_{p*,j}$ é o Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p", por período de comercialização "j""p*" é a parcela de usina para Importação

Importante:

De janeiro de 2019 a abril de 2020, período entre a publicação da PRT 339/2018 e da REN 879/2020, o cálculo da não entrega para o despacho do CMSE se dará com percentual 0 em substituição aos 5%.

2.3.2. Dados de Entrada dos Encargos por Importação

	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS	
$DOMP_ONS_{p,j}$	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
	Geração de energia	
$G_{p,j}$	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
	Fator de Ajuste da Garantia Física em Função das Perdas da Rede Compartilhada	
$F_PRC_GF_{p,j}$	Descrição	Fator de Ajuste da Garantia Física em função das Perdas da Rede Compartilhada da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo das Perdas Internas e Perdas da Rede Compartilhada de Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
	Custo Declarado da Parcela de Usina Substituida	
$INC_{p,j}$	Descrição	Encargo de Importação do intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos da parcela de usina substituta "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
	Montante de Importação definido pelo ONS	
$MONT_IMP_ONS_{p,j}$	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
	Montante de Importação Verificado pelo Operador	
MONT_IMP_VOP	Descrição	Montante de Importação Verificado pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$P_IMP_{p*,j}$	**Preço de Oferta de Importação de Energia**	
	Descrição	Preço de Oferta de Importação de Energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_H_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças Horário**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças Horário de um submercado "s", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação)
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_MAX_m	**Preço Máximo de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço Máximo de Liquidação das Diferenças no mês de apuração, "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_MS_H	**Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário**	
	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário de um submercado "s", por período de comercializaçãoa "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Anexo II)
	Valores Possíveis	Positivos

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1.
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.3.3. Dados de Saída dos Encargos por Importação

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo de Importação de energia**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p*", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de importação de energia
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$EXCD_FIN_IMP_{p*,j}$	**Excedente Financeiro de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$QE_IMP_NE_{p,p*,j}$	**Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue**	
	Descrição	Quantidade de importação definida pelo ONS e não entregue, proporcionalizada para parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_IMP_NE_{p*,j}$	**Montante de importação definido pelo ONS e não entregue**	
	Descrição	Montante de Importação definido pelo ONS da parcela de usina de energia proveniente de Importação "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.4. Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas despachadas pelo ONS por razão de segurança energética.

Contexto:

Os Encargos por Segurança Energética são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas não hidráulicas despachadas por decisão CMSE. A Figura 14 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 14 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.4.1. Detalhamento dos Encargos por Segurança Energética

O processo de apuração dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

16. O ONS deverá informar a CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, a lista de usinas e os períodos em que foram despachadas por razões de segurança energética.

17. O Encargo por Razão de Segurança Energética a ser pago às usinas, informadas pelo ONS, não hidráulicas com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, no período de comercialização é determinado pela produção de energia despachada por razão de segurança energética a ser efetivamente ressarcida, valorada pela diferença entre o Custo Declarado associado à produção de energia da usina e o Preço de Liquidação das Diferenças ex-ante apurado pela CCEE. O Encargo por Razão de Segurança Energética é expresso por:

$$ENC_SEG_ENER_{p,j} = \left(\boldsymbol{G_SE_{p,j}}\right) * max\left(0; \left(INC_{p,j} - PLD_{s,j}\right)\right)$$

Onde:

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$INC_{p,j}$ é o Custo Declarado da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças, determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

"s" refere-se ao submercado onde está localizada a parcela de usina "p"

17.1. O Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética é utilizado para determinar a geração de energia passível de ressarcimento por razão de segurança energética e é dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_SEG_ENER_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_ONS_SEG_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_ONS_SEG_{p,j}$ é a Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

17.2. A Geração realizada por segurança energética corresponde à geração da usina multiplicada pelo Fator do Encargo por Razão de Segurança Energética:

$$\boldsymbol{G_SE_{p,j}} = G_{p,j} * F_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_SEG_ENER_{p,j}$ é o Fator do Encargo por Razões de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

2.4.2. Dados de Entrada dos Encargos por Segurança Energética

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_ONS_SEG_{p,j}$	**Geração informada pelo Operador do Sistema por Razões de Segurança Energética**	
	Descrição	Geração informada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) por Razões de Segurança Energética de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INC_{p,j}$	**Custo Declarado da Parcela de Usina Não Hidráulica**	
	Descrição	Declaração do custo associado à produção de cada MWh produzido pela parcela de usina não hidráulica "p", com modalidade de despacho tipo IA ou IIA, por período de comercialização "j". O valor dessa declaração deverá incorporar todos os diferentes componentes da declaração de preço da usina não-hidráulica.
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

2.4.3. Dados de Saída dos Encargos por Segurança Energética

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5. Encargos por Deslocamento Hidráulico

Objetivo:

Identificar os montantes, em reais, devidos às usinas hidráulicas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função de despacho de usinas termelétricas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia sem garantia física associada, de acordo com a Lei 13.360/2016.

Contexto:

Os Encargos por Deslocamento Hidráulico são responsáveis pelo ressarcimento dos custos incorridos pelas usinas hidráulicas participantes do MRE em função da redução de sua geração originada pela geração de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito de custo e por importação de energia. A Figura 15 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 15: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.5.1. Determinação dos montantes de deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE

O processo de apuração dos montantes de energia vinculados ao deslocamento hidráulico das usinas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

18. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar é determinado pela soma da geração por segurança energética e da importação líquida de energia sem garantia física associada, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_j = \sum_p G_SE_{p,j} + (\boldsymbol{IMP_j} * XP_GLF_j)$$

Onde:

$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"

$G_SE_{p,j}$ é a Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada, por período de comercialização "j'

XP_GLF_j é o Fator de Rateio de Perdas de Geração, por período de comercialização "j"

18.1. O montante de Importação Líquida sem Garantia Física Associada é determinado pela soma da importação líquida dos pontos de medição de todas as conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre Brasil e os países vizinho. Este montante é definido a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{IMP_j} = \sum_{CONV} IMP_CONV_{i*,j}$$

Onde:

IMP_j é a Importação Líquida sem Garantia Física Associada por período de comercialização "j'

$IMP_CONV_{i*,j}$ é a Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'

"CONV" refere-se ao conjunto de conversoras que viabilizam o intercâmbio de energia entre o Brasil e países vizinhos

"i*" representa todos os pontos de medição "i" de uma unidade conversora

Importante:

A Importação Líquida de Conversora (IMP_CONV) será apurada através dos valores registrados no SCDE, abatidos dos montantes de importação com garantia física programada por ordem de mérito que causem substituição de usinas do bloco térmico.

19. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Vinculado à Usina Termelétrica é determinado para parcelas de usinas termelétricas despachadas por restrição elétrica, "p", cuja geração foi indicada pelo ONS como elegível à composição do deslocamento hidráulico de usinas do MRE, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_UTE_{p,j} = G_{p,j} * \boldsymbol{F_DH_{p,j}}$$

Onde:

$DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica Vinculado à Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$F_DH_{p,j}$ Fator de Deslocamento Hidráulico da usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j'

19.1. O Fator de Deslocamento Hidráulico indica qual o percentual de uma geração termelétrica realizada por restrições elétricas que efetivamente contribuiu para o deslocamento hidráulico das usinas do MRE, sendo determinado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_DH_{p,j}} = min\left(1; \frac{G_TERM_DH_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right)$$

Onde:

$F_DH_{p,j}$ é o Fator de Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$G_TERM_DH_{p,j}$ é a Geração Termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

20. O Total de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar é determinado pela soma dos deslocamentos hidráulicos preliminares associados a parcelas de usinas termelétricas despachadas por restrição elétrica, cuja geração foi indicada pelo ONS como elegível à composição do deslocamento hidráulico de usinas do MRE, a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_ELE_PRE_j = \sum_p DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}$$

Onde:

$TOT_DH_ELE_PRE_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar, por período de comercialização "j"

$DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica Vinculado à Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização "j"

21. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Energético é determinada a partir da alocação do total de indisponibilidade de usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito de forma proporcional ao montante de deslocamento hidráulico de origem energética, em relação ao total de deslocamento hidráulico apurado, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ENER_j = \boldsymbol{TOT_IND_j} * \frac{DH_ENER_PRE_j}{DH_ENER_PRE_j + TOT_DH_ELE_PRE_j}$$

Onde:

$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"

TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização, "j"

$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"

$TOT_DH_ELE_PRE_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar, por período de comercialização "j"

21.1. O Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico é determinada a partir da soma das indisponibilidades, subtraído a Geração Substituta no centro de gravidade, apuradas para as usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito econômico, a partir da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{TOT_IND_j} = max\left(\mathbf{0}; \sum_{\boldsymbol{p}} \boldsymbol{IND_{p,j}} - \sum_{p}\left(GSUB_ONS_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização "j"
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito Econômico, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo "p", por período de comercialização "j"
$GSUB_ONS_{p,j}$ é a Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"

21.1.1. A Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS deve ser calculada para usinas não hidráulicas despachadas por ordem de mérito, sendo determinada a partir da diferença entre o despacho efetivo do ONS e a geração efetivamente realizada, a partir da seguinte expressão:

Se $DOMP_ONS_{p,j} = 0$

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = 0$$

Caso Contrário

$$\boldsymbol{IND_{p,j}} = \left(DOMP_DECK_DESSEM_{p,j} * F_PDI_{p,j} * UXP_GLF_{p,j}\right) - G_DOMP_{p,j} - QEA_REST_OP_{p,j}$$

Onde:
$IND_{p,j}$ é a Indisponibilidade de Usina Termelétrica Despachada por Ordem de Mérito do ONS, da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo, "p", por período de comercialização, "j"
$DOMP_DECK_DESSEM_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$QEA_REST_OP_{p,j}$ é a Quantidade de Energia Ajustada Utilizada para Determinação de Encargos por Restrição de Operação da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$DOMP_ONS_{p,j}$ é o Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$F_PDI_{p,j}$ é o Fator de Abatimento das Perdas Internas Instantâneas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
$UXP_GLF_{p,j}$ é o Fator de Rateio de Perdas de Geração associado à usina "p", por período de comercialização "j"
$G_DOMP_{,j}$ é a Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

Importante:

Somente haverá valores para DOMP_DECK_DESSEM em períodos em que o CVU é menor CMO do barramento da usina, exceto para usinas a GNL, para as quais será utilizado o despacho realizado pelo DECOMP.

22. A Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico Elétrico é determinada a partir da diferença entre a indisponibilidade total apurada das usinas termelétricas despachadas por ordem de mérito e o montante de indisponibilidade alocado para o deslocamento hidráulico de origem energética, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ELE_j = TOT_IND_j - IND_DH_ENER_j$$

Onde:
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica, por período de comercialização "j"
TOT_IND_j é o Total de Indisponibilidade de Usinas Termelétricas Despachadas por Ordem de Mérito Econômico, por período de comercialização, "j"
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"

23. A Indisponibilidade do Deslocamento Hidráulico Elétrico associada a uma Usina Termelétrica é determinada a partir da alocação da indisponibilidade elétrica total de forma proporcional ao deslocamento hidráulico elétrico originado por uma determinada usina termelétrica em relação ao total de deslocamento hidráulico de origem elétrica, a partir da seguinte expressão:

$$IND_DH_ELE_UTE_{p,j} = IND_DH_ELE_j * \frac{DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}}{TOT_DH_ELE_PRE_j}$$

Onde:
$IND_DH_ELE_UTE_{p,j}$ é a Indisponibilidade do Deslocamento Hidráulico associada a uma Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização, "j"
$IND_DH_ELE_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Elétrica, por período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica Vinculado à Usina Termelétrica, por período de comercialização "j"
$TOT_DH_ELE_PRE_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar, por período de comercialização "j"

24. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico energético preliminar e a indisponibilidade vinculada a essa usina termelétrica, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_j = max\left(0;\ \left(DH_ENER_PRE_j - IND_DH_ENER_j\right)\right)$$

Onde:
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico Energético, por período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_j$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Energética, por período de comercialização "j"
$IND_DH_ENER_j$ é a Indisponibilidade Associada ao Deslocamento Hidráulico de Origem Energética, por período de comercialização "j"

25. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Associado a uma Usina Termelétrica é determinado pela diferença entre o deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina termelétrica e a indisponibilidade vinculada à questão energética, a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_UTE_{p,j} = max\left(0;\ \left(DH_ELE_PRE_UTE_{p,j} - IND_DH_ELE_UTE_{p,j}\right)\right)$$

Onde:
$DH_ELE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Associado a uma Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização, "j"
$DH_ELE_PRE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar de origem Elétrica Vinculado à Usina Termelétrica, por período de comercialização "j"
$IND_DH_ELE_UTE_{p,j}$ é a Indisponibilidade do Deslocamento Hidráulico associada a uma Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização, "j"

26. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica é determinado pela inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico e por geração fora da ordem de mérito de custo para compensar falta de combustível, a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UTE_{p,j} = min\left(1; \frac{INFLEX_DH_{p,j} + GFOM_{p,j}}{G_VOP_{p,j}}\right) * G_{p,j}$$

Onde:
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$INFLEX_DH_{p,j}$ é a Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$GFOM_{p,j}$ é a Geração Fora da Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$G_VOP_{p,j}$ é a Geração Verificada pelo Operador do Sistema da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

27. O montante Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado pela soma dos deslocamentos hidráulicos de inflexibilidade associados às usinas termelétricas, a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_j = \sum_{p} DH_INFLEX_UTE_{p,j}$$

Onde:
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"

2.5.2. Destinação do Deslocamento Hidráulico às Usinas Hidrelétricas do MRE

O processo de destinação dos montantes de deslocamento hidráulico às usinas hidrelétricas participantes do MRE é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

28. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico energético total de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_UH_{p,j} = DH_ENER_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$

$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_j é o Deslocamento Hidráulico de origem Energética, por período de comercialização "j"

$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

29. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do deslocamento hidráulico elétrico total vinculado a uma usina termelétrica de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (flat), a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j} = DH_ELE_UTE_{p*,j} * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_UTE_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Associado a uma Usina Termelétrica, da parcela de usina não hidráulica, "p", por período de comercialização, "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

30. O montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da alocação do total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de forma proporcional à garantia física modulada e ajustada com sazonalização uniforme (*flat*), a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} = TOT_DH_INFLEX_j * \frac{GFIS_2_RRH_{p,j}}{\sum_p GFIS_2_RRH_{p,j}}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$TOT_DH_INFLEX_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$GFIS_2_RRH_{p,j}$ é a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada da parcela de usina "p", participante do MRE, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.3. Tratamento das usinas hidrelétricas que repactuaram o risco hidrológico no ACR

O processo de tratamento das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no ACR é obtido a partir dos seguintes comandos e expressões.

31. Os proprietários das usinas que optaram pela repactuação do risco hidrológico no âmbito do ACR podem ter escolhido repactuar a não totalidade da garantia física dessas usinas. Dessa forma, é necessário segregar os montantes de deslocamento hidráulico associados a essas usinas em duas parcelas: a parcela associada à repactuação do risco hidrológico e a parcela não associada à repactuação, sendo que para os volumes de deslocamento hidráulico associados à repactuação existe um tratamento que depende do produto de repactuação escolhido e do Ajuste MRE (GSF) verificado.

31.1. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

31.2. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Energético não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ENER_NREP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_UH_{p,j} - DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

31.3. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

31.4. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico elétrico preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_ELE_NREP_UH_{p,p*,j} = DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j} - DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_ELE_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo $DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j}$ será zero

31.5. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico energético preliminar da usina associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{MONT_CVR_{p,m}}{QM_GF_RRH_{p,m}}\right)$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR$$

Onde:
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$MONT_CVR_{p,m}$ é o Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$QM_GF_RRH_{p,m}$ é a Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
"PMRE_RRH_ACR" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR

31.6. Para todas as usinas participantes do MRE, o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado, que corresponde ao total de deslocamento hidráulico de inflexibilidade preliminar da usina que não está associado ao volume de garantia física comprometido no processo de repactuação, é determinado pela seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j} - DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, j \in m$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE
hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela não repactuação no ACR, o valor do acrônimo DH_INFLEX_PRE_REP_UH será zero

32. Para as usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR é necessário ajustar os valores dos montantes de deslocamento hidrológico energético e elétrico repactuados em função do produto de repactuação escolhido e pelo valor do Ajuste MRE (GSF) apurado, sendo que as usinas só têm direito a receber a parcela de deslocamento hidráulico repactuado com o não acionamento do produto.

33. Em relação ao deslocamento hidrelétrico de inflexibilidade, todo o montante irá gerar encargo; todavia, uma parte do encargo será percebido pelo proprietário da usina e outra parte pelos agentes de distribuição, em função do produto escolhido e do valor do Ajuste MRE (GSF) apurado.

34. Para o produto P, no qual o proprietário de uma usina optou por não repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, quando o Ajuste MRE for superior a um, situação que denota a presença de energia secundária, as usinas terão direito integral aos montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado e de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, "p", que optaram por repactuar o risco hidrológico em um produto classe "P", para cada período de comercialização "j", são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o $AJUSTE_MRE_RRH_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,p*j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*j}$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "P" e o $AJUSTE_MRE_RRH_j \leq 1$

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,p*j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_P$$

Onde:
$DH_ENER_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_REP_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$AJUSTE_MRE_RRH_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto P

35. Para os produtos SPR e SP, como o proprietário da usina optou em repassar eventual energia secundária à Conta Bandeiras, sempre que o Ajuste MRE for superior a um, o que denota uma situação de presença de energia secundária, os valores de deslocamentos hidráulicos repactuados serão zerados. Em situações com Ajuste MRE inferior a um, os montantes de deslocamentos hidráulicos repactuados que as usinas terão direito irão variar em função do valor do fator "f", vinculado ao produto de repactuação escolhido, e do valor apurado do Ajuste_MRE.

36. Dessa forma, os montantes de Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado e de Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado e de Deslocamento por Inflexibilidade Repactuado de parcelas de usinas, "p", que optaram por repactuar o risco hidrológico em produtos das classes SPR ou SP, para cada período de comercialização "j", são determinados pelas seguintes expressões:

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o $AJUSTE_MRE_RRH_j$>1

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,p*,j} = 0$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = 0$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Para parcela da usina hidráulica que repactuou o risco hidrológico do ACR em um produto da classe "SP" ou produto "SPR" e o $AJUSTE_MRE_RRH_j \leq 1$

$$DH_ENER_REP_UH_{p,j} = DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_ELE_REP_UH_{p,p*,j} = DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} * min\left(1; \frac{F_{p,j}}{1 - AJUSTE_MRE_RRH_j}\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE_RRH_ACR_SP_SPR$$

Onde:
$DH_ENER_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ENER_PRE_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_ELE_REP_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_ELE_PRE_REP_UH_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_{p,j}$ é o Fator de Risco Hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
AJUSTE_MRE_RRH$_j$ é o Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico no período de comercialização "j"
"PMRE_RRH_ACR_P" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE e cujos proprietários optaram por repassar o risco hidrológico do ACR na classe de produto SP ou produto SPR

Importante:

Para as parcelas de usinas cujos proprietários optaram pela repactuação em produto da classe SPR, o Fator de Risco Hidrológico assumido pela usina ($F_{p,j}$) é sempre zero.

2.5.4. Determinação do montante final de deslocamento hidráulico de usinas hidrelétricas participantes do MRE

O processo de determinação dos montantes de deslocamento hidráulico consolidados das usinas hidrelétricas participantes do MRE é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

37. O montante de Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_ENER_UH_{p,j} = DH_ENER_REP_UH_{p,j} + DH_ENER_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_ENER_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Preliminar Energético não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

38. O montante de Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_ELE_UH_{p,p*,j} = DH_ELE_REP_UH_{p,p*,j} + DH_ELE_NREP_UH_{p,p*,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_ELE_UH$_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
DH_ELE_REP_UH$_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
DH_ELE_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina hidráulica, "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

39. No que se refere ao deslocamento hidráulico por inflexibilidade, deve-se determinar o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo percebido pelo proprietário da usina e o montante de deslocamento hidráulico que irá produzir encargo que será transferido aos agentes de distribuição.

40. Dessa forma, o montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da soma dos montantes de deslocamento repactuado e não repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_UH_{p,j} = DH_INFLEX_REP_UH_{p,j} + DH_INFLEX_NREP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_INFLEX_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_NREP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade não Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

41. O montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir da diferença entre o montante de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado e o montante Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado, para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} = DH_INFLEX_PRE_REP_UH_{p,j} - DH_INFLEX_REP_UH_{p,j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
DH_INFLEX_REPASSE_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_PRE_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Preliminar Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_INFLEX_REP_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repactuado de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.5. Determinação dos Encargos por Deslocamento Hidráulico

O processo de determinação dos montantes de encargos oriundos do deslocamento hidráulico é determinado a partir dos seguintes comandos e expressões.

42. O montante de Encargo por Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento energético da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, "p", para cada período de comercialização "j", a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$ENC_DH_ENER_{p,j} = max\left(0; DH_ENER_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
ENC_DH_ENER$_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
DH_ENER_UH$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
PLD$_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" e período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X$_f$ é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

43. O Custo do Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento elétrico da usina hidrelétrica, originado por uma usina termelétrica, e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica, "p", por período de comercialização "j", a partir das seguintes expressões:

Para a parcela da usina de Itaipu e para parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE e que façam parte do regime de Cotas de Garantia Física:

$$CUSTO_DH_ELE_{p,p*j} = 0$$

Para as demais parcelas de usinas hidráulicas participantes do MRE:

$$CUSTO_DH_ELE_{p,p*,j} = max\left(0; DH_ELE_UH_{p,p*,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_j\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
CUSTO_DH_ELE$_{p,p*,j}$ é o Custo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
DH_ELE_UH$_{p,p*,j}$ é o Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
PLD$_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s" e período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X$_f$ é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"p" é a usina hidráulica para a qual é determinado o custo do deslocamento hidráulico
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

44. O Encargo de Deslocamento Hidráulico Elétrico Originado por uma Usina Termelétrica é determinado a partir da soma de todos os custos de deslocamentos elétricos originados por uma usina não hidráulica para cada parcela de usina hidráulica, "p", a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_ELE_{p*,j} = \sum_{p} CUSTO_DH_ELE_{p,p*j}$$

Onde:
$ENC_DH_ELE_{p*,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
$CUSTO_DH_ELE_{p,p*,j}$ é o Custo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
"p" é a usina hidráulica para a qual é determinado o custo do deslocamento hidráulico
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico

45. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

46. O Encargo por Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica é determinado a partir do produto entre o montante de deslocamento hidráulico de inflexibilidade de repasse da usina hidrelétrica e a diferença entre o PLD do submercado da usina hidrelétrica e o PLD_X, preço associado ao custo de oportunidade da geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios em virtude do deslocamento hidráulico, para cada parcela de usina hidráulica e para cada período de comercialização, a partir da seguinte expressão:

$$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} = max\left(0; DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j} * \left(PLD_{s,j} - PLD_X_f\right)\right)$$
$$\forall\, p \in PMRE$$
$$p \in s$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$DH_INFLEX_REPASSE_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação de Diferenças do submercado "s", no período de contabilização "j" em que está localizada a parcela de usina hidráulica "p"
PLD_X_f é o preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, no ano de apuração "f"
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

47. O Valor do Ressarcimento de Deslocamento Hidráulico Elétrico de uma usina hidráulica é determinado a partir da soma de todos os custos de deslocamentos elétricos originados por usinas não hidráulicas para cada parcela de usina hidráulica, "p", para cada período de comercialização "j", a partir da seguinte expressão:

$$VR_DH_ELE_{p,j} = \sum_{p*} CUSTO_DH_ELE_{p,p*j}$$
$$\forall\, p \in PMRE$$

Onde:
$VR_DH_ELE_{p,j}$ é o Valor de Ressarcimento de Deslocamento Elétrico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$CUSTO_DH_ELE_{p,p*,j}$ é o Custo do Deslocamento Elétrico de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", originado por uma usina não hidráulica, p*, no período de comercialização "j"
"p" é a parcela de usina hidráulica para a qual é determinado o valor do ressarcimento do deslocamento hidráulico
"p*" é a parcela de usina não hidráulica que deu origem ao deslocamento hidráulico elétrico
"PMRE" é o Conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

2.5.6. Dados de Entrada de Encargos por Deslocamento Hidráulico

AJUSTE_MRE_RRH$_j$	**Ajuste do MRE para Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Representa a relação entre a Geração Total Agregada e a Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, ambas referentes ao MRE. Calculado por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Detalhamento Ajuste da Garantia Física para Fins de Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

DOMP_ONS$_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito Enviado pelo ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito enviado pelo ONS para cada parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

DOMP_DECK_DESSEM$_{p,j}$	**Despacho por Ordem de Mérito Efetivo do Deck do ONS**	
	Descrição	Despacho por Ordem de Mérito baseado no Deck do ONS por parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

F$_{p,j}$	**Fator de Risco Hidrológico**	
	Descrição	Fator de Risco hidrológico aceito pelo gerador, variando entre zero e 11%, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_INT_{i,j}$	**Fator de Intercâmbio**	
	Descrição	Fator Intercâmbio vinculado ao ponto de medição "i", que indica se no período de comercialização "j" está ocorrendo importação ou exportação de energia
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_PDI_{p,j}$	**Fator de Abatimento das Perdas Internas**	
	Descrição	Fator utilizado para abater as perdas internas da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo de Perdas Internas das Usinas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_DOMP_{p,j}$	**Geração Final na Ordem de Mérito**	
	Descrição	Geração Final na Ordem de Mérito da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Comprometimento de Usinasl (Determinação da Geração para Atendimento dos Contratos por Disponibilidade, CER Quantidade, Contratos de Cota de Garantia Física e Contratos de Cotas de Energia Nuclear)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GSUB_ONS_{p,j}$	**Geração Substituta Efetiva**	
	Descrição	Geração Substituta para fins de Compensação da Indisponibilidade da parcela de usina não hidráulica despachada por mérito de custo por período de comercialização, "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_CONST_ON_{p,j}$	**Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Geração para atendimento a uma Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_SE_{p,j}$	**Geração por Segurança Energética**	
	Descrição	Geração por Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFIS_2_RRH_{p,j}$	**Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico Modulada e Ajustada**	
	Descrição	Garantia Física, para cálculo do repasse do risco hidrológico, modulada e ajustada, em função das perdas internas e indisponibilidade da usina e das perdas da rede básica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Modulação da Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_VOP_{p,j}$	**Geração Verificada pelo Operador do Sistema**	
	Descrição	Geração Verificada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) de uma parcela de usina não hidráulica "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$IMP_CONV_{i*,j}$	**Importação Líquida de Conversora**	
	Descrição	Importação Líquida de Conversora, de todos os pontos de medição da conversora, i*, por período de comercialização "j'
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS e CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_TERM_DH_{p,j}$	**Geração Termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Geração termelétrica Associada ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFOM_{p,j}$	**Geração Fora da Ordem de Mérito**	
	Descrição	Quantidade de energia produzida por uma parcela de usina "p", fora da ordem de mérito de custo, definida pelo NOS, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$INFLEX_DH_{p,j}$	**Inflexibilidade Termelétrica de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Inflexibilidade termelétrica realizada após o fechamento da programação do despacho por mérito econômico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MONT_CVR_{p,m}$	**Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico**	
	Descrição	Montante de Contratos do Ambiente Regulado de Repasse do Risco Hidrológico da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PLD_{s,j}$	**Preço de Liquidação das Diferenças**	
	Descrição	Preço pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo. Definido por submercado "s" e Período de Contabilização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

PLD_X_j	**PLD_X**	
	Descrição	Preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças
	Valores Possíveis	Positivos

$QM_GF_RRH_{p,m}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração**	
	Descrição	Quantidade de Garantia Física de Repasse do Risco Hidrológico, no centro de gravidade do sistema, da parcela da usina "p", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repasse do Risco Hidrológico do ACR (Valor de Repasse do Risco Hidrológico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$UXP_GLF_{p,j}$	**Fator de Rateio de Perdas de Geração Associado à Usina**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser associado à parcela de usina "p", por período de comercialização "j". Caso a parcela da usina não participa do rateio de perdas da Rede Básica, o $UXP_GLF_{p,j}$ é igual a 1
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$XA_DH_{p,j}$	**Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Despacho Associado ao Deslocamento Hidráulico da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	ONS
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

XP_GLF_j	**Fator de Rateio de Perdas de Geração**	
	Descrição	Fator de Perdas da Rede Básica a ser aplicado aos pontos de geração que participam do rateio de perdas (50% das perdas alocadas para a categoria geração e 50% das perdas alocadas para a categoria consumo), por período de comercialização "j"
	Unidade	n.a.
	Fornecedor	Medição Contábil (Cálculo dos Fatores de Perdas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.5.7. Dados de Saída de Encargos por Deslocamento Hidráulico

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico Elétrico Originado por uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina não hidráulica, p, no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VR_DH_ELE_{p,j}$	**Valor do Ressarcimento de Deslocamento Hidráulico Elétrico**	
	Descrição	Valor de Ressarcimento de Deslocamento Elétrico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$DH_INFLEX_UTE_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6. Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

Objetivo:

Identificar os valores preliminares em reais por MWh para pagamento dos encargos de serviços do sistema às usinas que recebem esses montantes.

Contexto:

A apuração do valor dos encargos a ser aplicado aos agentes leva em conta o total de encargos de serviços do sistema, exceto os Encargos por Segurança Energética, e o total de consumo em que incidem esses custos. Esse valor ainda deve sofrer alívio conforme verificado na etapa Ajuste dos Encargos Apurados. A Figura 16 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 16: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.6.1. Detalhamento da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

O processo de apuração do valor dos encargos não ajustados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

48. Os Encargos de Serviços do Sistema devem ser rateados entre o consumo total atendido pelo SIN. A determinação do Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema depende do perfil do agente na CCEE:

48.1. Se o agente pertencer à categoria de distribuição, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Total determinado no Módulo de Regras "Medição Contábil", expresso por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = TRC_{a,s,j}$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

48.2. Caso contrário, o Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema refere-se ao Consumo Atendido pelo SIN considerando uma eventual parcela cativa de consumo. O Consumo Atendido pelo SIN verifica a geração de propriedade do agente, deduzindo essa parcela de geração de seu(s) ponto(s) de consumo. O Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema é expresso, nessa condição, por:

$$TRC_ESS_{a,s,j} = max\left(0; \left(\sum_{\substack{c \in s \\ c \in a}} \boldsymbol{RC_SIN_{c,j}}\right) - TRC_CAT_CL_{a,s,j} + TRC_CAT_D_G_{a,s,j}\right)$$

Onde:

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo do perfil de agente "a", Consumidor Livre, no submercado "s", no período de comercialização "j"

$TRC_CAT_D_G_{a,s,j}$ é o Total de Consumo Cativo Associado ao Distribuidor/Gerador do perfil de agente "a", no submercado "s", no período de comercialização "j"

48.2.1. O Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional deve considerar a parcela de geração de propriedade do agente, expresso por:

$$\boldsymbol{RC_SIN_{c,j}} = max\left(0; RC_{c,j} - \sum_{p}\left(\left(G_{p,j} + GFT_{p,j} + FLUXO_MRE_{p,j}\right) * \boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}}\right)\right)$$

Onde:

$RC_SIN_{c,j}$ é o Consumo Atendido pelo Sistema Interligado Nacional da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$RC_{c,j}$ é o Consumo Reconciliado da parcela de carga "c", por período de comercialização "j"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,j}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", localizada no mesmo sítio, por período de comercialização "j"

48.2.1.1. O Percentual de Geração Alocada da usina para atendimento à carga estabelece a proporção de alocação de geração que cada parcela de carga possui, com base no percentual de direito de alocação do agente, conforme expressão abaixo:

$$\boldsymbol{PG_ALOC_{p,c,j}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{RC_AL_{c,j}}{\sum_{c \in CP_ALFA_AGP} RC_AL_{c,j}}$$

Onde:

$PG_ALOC_{p,c,j}$ é o Percentual de Geração Alocada da parcela de usina "p", para a parcela de carga "c", localizada no mesmo sítio, por período de comercialização "j"

$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente, da parcela de usina "p", atribuído ao agente "α"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

49. O ONS deverá informar à CCEE, conforme estabelecido no Acordo Operativo CCEE/ONS, para cada restrição de operação ocorrida, a lista de usinas impactadas e o tipo de restrição considerando a forma de rateio que deve ser aplicada para os consumidores.

50. Os Seguintes agrupamentos de submercados são utilizados tanto para o cálculo do Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação (incluindo as restrições por unit commitment) quanto para o cálculo do Valor do Encargos de Outros Seviços Ancilares:

Tabela 1 - Subsistemas

Agrupamentos (SUB_SS)
SE
S
NE
N
S-SE
N-NE
SE-NE
SE-N
S-SE-NE
S-SE-N
SE-NE-N
SIN

50.1. O Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados em cada submercado "s" por período de comercialização "j", em R$/MWh, é expresso por:

$$VE_RO_SUBSIS_{s,j} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in RO_SS} \left(ENC_REST_UNIT_{p,j} + ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} + ENC_DH_ELE_{p,j} \right)}{\sum_{s \in SUB_SS} TRC_ESS_{a,s,j}} \right)$$

Onde:

$VE_RO_SUBSIS_{,s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados devido à parcela de usina "p", no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_DH_ELE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina não hidráulica, p, no período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

"RO_SS" é o conjunto de parcelas de usinas "p", sujeitas a uma restrição de operação do tipo multi-submercados cujo custo deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS" no período de comercialização "j"

"SUB_SS" é o conjunto submercados "s" compreendidos no agrupamento em que ocorreu a restrição de operação

Importante:

O conjunto "SUB_SS" considerado na expressão deverá ser o mesmo atribuído a parcela de usina "p" pelo ONS.

51. O Valor do Encargo de Compensação Síncrona relaciona a soma dos encargos de compensação síncrona apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_CS_{s,j} = \frac{\sum_{p \in s} ENC_CS_{p,j}}{\sum_{a \in s} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:

$VE_CS_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_CS_{p,j}$ é o Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

52. O Valor do Encargo de Importação relaciona a soma dos encargos de importação apurados, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_IMP_{s,j} = \frac{\sum_{p} \left(ENC_IMP_{p*,j} \right)}{\sum_{a} \sum_{s} \left(TRC_ESS_{a,s,j} \right)} \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

53. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares consolida o valor dos encargos de serviços ancilares apurados para a cobertura do custo de usinas que pestaram tais serviços, acrescido do valor dos encargos de serviços ancilares para cobertura do custo de distribuidoras e consumidores responsáveis pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção. O valor final é apurado de acordo com o submercado dos agentes que devem ser responsáveis pela cobertura desses custos, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago por esses agentes e expresso por:

$$VE_OSA_{s,j} = \boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} + \boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}}$$

Onde:

$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_OSA_USI_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$VE_OSA_DCON_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"

53.1. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas relaciona os encargos de serviços ancilares devido às usinas que prestaram os serviços, com o consumo dos agentes que são responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$\boldsymbol{VE_OSA_USI_{s,j}} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{p \in PSA_SS} ENC_OSA_{p,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right) \quad \forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:

$VE_OSA_USI_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Usinas, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

"PSA_SS" é o conjunto de usinas "p" cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"

"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

53.2. O Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores relaciona os encargos de serviços ancilares referentes à implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção, com o consumo dos agentes responsáveis pela cobertura desses custos, conforme segue:

$$\boldsymbol{VE_OSA_DCON_{s,j}} = \sum_{SUB_SS \supset s} \left(\frac{\sum_{a \in DCSA_SS} RSEP_D_{a,m}}{\sum_{s \in SUB_SS} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}} \right)$$
$$\forall \boldsymbol{j} \in \boldsymbol{m}$$

Onde:
$VE_OSA_DCON_{s,m}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares para Distribuidoras e Consumidores, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento ao Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP) ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de Apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
"DCSA_SS" é o conjunto de agentes distribuidores ou consumidores cujo custo por outros serviços ancilares deve ser rateado pelo consumo do subsistema "SUB_SS"
"SUB_SS" é agrupamento de submercados "s" utilizado para determinar o rateio de custos entre consumidores

Importante:

Para cada usina ou agente que prestou serviços ancilares, o valor do conjunto "SUB_SS" considerado para determinar o rateio dos pagadores que devem cobrir o seu custo, é informado pela Aneel. Quando esse dado não for informado, será considerado o SIN como agrupamento de submercados.

54. O Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS relaciona o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, pelo Consumo de Referência para Pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh preliminar a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SALDO_{s,j} = \frac{PAG_SALDO_ESS_m}{\sum_{s \in SIN} \sum_{j \in m} \sum_{a} TRC_ESS_{a,s,j}}$$

Onde:
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$PAG_SALDO_ESS_m$ é o Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

55. O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados é um valor em R$/MWh, que consolida os valores apurados em apenas uma informação por submercado e período de comercialização, rateados conforme consumo de referência para fins de ESS, conforme expressão abaixo:

$$VE_ESS_{s,j} = VE_OSA_{s,j} + VE_CS_{s,j} + VE_RO_SUBSIS_{s,j} + VE_SALDO_{s,j} + VE_IMP_{s,j}$$

Onde:
$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_OSA_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Outros Serviços Ancilares, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_CS_{s,j}$ é o Preço do Encargo de Compensação Síncrona, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_RO_SUBSIS_{s,j}$ é o Preço dos Encargos de Serviços de Restrição de Operação de multi-submercados, no submercado "s", por período de comercialização "j
$VE_SALDO_{s,j}$ é o Valor do Encargo de Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS, no submercado "s", por período de comercialização "j"
$VE_IMP_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"

Importante:

O Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados submercados (VE_ESS) não consta o encargo referente a reserva de potência operativa, visto o tratamento distinto para fins de rateio.

56. O Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa determina o valor a ser pago para cada MWh consumido pelo agente consumidor, considerando o rateio de todos os valores a serem recebidos pelas usinas que prestam tal serviço pelo consumo mensal líquido do SIN, entre todos os sbumercados:

$$VE_RESPOP_m = \frac{\sum_p \sum_{j \varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:
VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.6.2. Dados de Entrada da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

$ENC_CONST_ON_p$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CONST_OFF_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_CS_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ELE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Elétrico originado por uma usina não hidráulica, p, no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_IMP_{p*,j}$	**Encargo por Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Encargo de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$ENC_REST_UNIT_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$G_{p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300416

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

$PAG_SALDO_ESS_m$	**Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS**	
	Descrição	Pagamento da Utilização do Saldo de Alívio de ESS no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Anexo II – Cálculo e Utilização do Saldo de Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$PGDA_{\alpha,p}$	**Percentual de Geração Alocada da Usina para o Agente**	
	Descrição	Percentual de geração alocada da parcela de usina "p", atribuído ao agente, "α", independentemente do fato de as usinas estarem ou não localizadas no mesmo ponto de consumo, sendo esse percentual utilizado para definição da participação do perfil de agente "a" no rateio dos custos de geração associados ao despacho por razão de segurança energética.
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Cadastro do Sistema Elétrico
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_{c,j}$	**Consumo Reconciliado da Carga**	
	Descrição	Consumo de energia ajustado de uma parcela de carga "c", por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_CAT_CL_{a,s,j}$	**Total de Consumo Cativo do Consumidor Livre**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo cativo atribuído ao consumidor livre, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.6.3. Dados de Saída da Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por agente, "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_{m}	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_IMP_{p,j}$	**Valor dos Encargos de Importações**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Importações no submercado "s", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7. Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

Objetivo:

Calcular o montante financeiro de recursos disponível para alívio de encargos de serviços do sistema.

Contexto:

Esta etapa consolida o total de recursos financeiros disponíveis para alívio de encargos de serviços do sistema. Esses recursos são utilizados para ajuste dos valores dos encargos calculados na etapa anterior, reduzindo o montante de encargos a serem rateados pelos consumidores de energia do SIN. A Figura 17 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 17: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.7.1. Detalhamento do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

O processo de cálculo do total de recursos ajustados para alívio de encargos de serviços do sistema é composto pelos seguintes comandos e expressões:

57. Serão utilizados para o alívio dos Encargos de Serviços do Sistema os seguintes recursos:

- Penalidade de Medição;
- Multa por Falta de Combustível;
- Multa pelo não aporte de Garantias Financeiras;
- Multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo;
- Saldo remanescente do alívio de exposições do mês vigente; e
- Sobra de receitas advindas do mês anterior, a qual também considera eventual saldo remanescente da Conta de Energia de Reserva (CONER) após o término de suprimento dos Contratos de Energia de Reserva (CER) (Para maiores informações sobre Energia de Reserva consulte o módulo específico).

58. O Total de Penalidades para Abatimento dos ESS é composto pela soma dos montantes financeiros efetivamente pagos pelos agentes a título de (i) penalidades pela não geração de energia por falta de combustível, (ii) penalidades associadas à coleta de dados de medição, (iii) penalidades por inobservância do aporte de garantias financeiras, nos termos dos Procedimentos de Comercialização vigentes, e (iv) multa por inadimplência na liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. O Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS é expresso por:

$$TDP_ESS_{a,m} = \sum_{k \in AKP} \left(MFEP_PMED_{a,m,k} + MFEP_FC_{a,m,k} + MFEP_MGFIN_{a,m,k} + MFEP_INAD_{a,m,k} \right)$$

Onde:

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de De mais Penalidades para Abatimento dos ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$MFEP_PMED_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_FC_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à penalidade apurada no mês "k"

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", referente à inobservância do aporte de garantias financeiras apurada no mês "k"

$MFEP_INAD_{a,m,k}$ é o Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP do perfil de agente "a", no mês de apuração "m", relativa à inadimplência no mês "k"

"AKP" é o conjunto de penalidades de cada perfil de agente "a", a serem aplicadas no mês de apuração "m", referentes às penalidades apuradas nos meses "k"

59. O Total das Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS consolida o Total de Penalidades para Abatimento dos ESS, por mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$TPAP_ESS_m = \sum_a (TDP_ESS_{a,m})$$

Onde:

$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"

$TDP_ESS_{a,m}$ é o Total de Demais Penalidades para Abatimento do ESS, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

60. O Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia corresponde à somatória dos valores referente aos custos por importação, e o excedente financeiro de importação, tais valores são revertidos em benefício da conta de Encargos de Serviços de Sistemas - ESS, expresso por:

$$REC_IMP_m = \sum_a (\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} + EXCD_FIN_IMP_M_{a,m})$$

Onde:

REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

60.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelo agente no mês vigente em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p*\in a} \sum_{j\in m} (\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}})$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

60.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação total, identifica os montantes totais financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j} = V_CUSTO_IMP_A_{p*,j} + V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}}$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_TOT_{p*,j}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética Total da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j

$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

$V_CUSTO_IMP_SS_{p*,j}$ é a Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"

"p*" é a parcela de usina para Importação

60.1.1.1. O valor referente aos custos por razão de importação, identifica os montantes financeiros a serem pagos pelos agentes em função da importação de energia elétrica, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}} = \sum_{P\in PSUB} V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$$

Onde:

$V_CUSTO_IMP_A_{a,m}$ é a Valoração Total das Diferenças de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", por período de comercialização "j"

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$ é a Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da parcela de usina "p*" por período de comercialização "j"

PSUB são as usinas que foram substituídas para realização da importação

"p*" é a parcela de usina para Importação

61. O Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS considera os recursos remanescentes oriundos do tratamento das exposições em função das eventuais diferenças de preços entre os submercados, os montantes residuais de meses anteriores, além das penalidades utilizadas para alívio de ESS. Esse montante mensal é utilizado para determinar o ajuste nos valores apurados na etapa anterior e é expresso por:

$$TRDA_ESS_m = TRU_ESS_m + TPAP_ESS_m + max(0; SF_MA_m - ADDC_SF_MA_m) + REC_IMP_m$$

Onde:

$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

$TPAP_ESS_m$ é o Total de Penalidades Aplicadas para Alívio do ESS no mês de apuração "m"

SF_MAm é a Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"Representação Gráfica

$ADDC_SF_MA_{a,m}$ é o Ajuste Decorrente de Deliberação do CAd, Decisões Judiciais ou Administrativas referente Sobra Financeira do Mês Anterior utilizada no mês de apuração "m"

REC_IMPm é o Recebimento por razão de Importação de energia no mês de apuração "m"

Representação Gráfica

Figura 18: Composição do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

2.7.2. Dados de Entrada do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

	Excedente Financeiro de Importação de energia total	
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$	Descrição	Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_FC_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pela Energia não Gerada por Falta de Combustível**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por energia não gerada por falta de combustível apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_INAD_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à multa por inadimplência no MCP**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_MGFIN_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago pelo Não Aporte das Garantias Financeiras**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade por inobservância do aporte de garantias financeiras de acordo com o estabelecido em Procedimentos de Comercializado, apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$MFEP_PMED_{a,m,k}$	**Montante Financeiro Efetivamente Pago referente à Penalidade de Medição**	
	Descrição	Valor pago pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente à penalidade associada ao processo de coleta de medição pela CCEE apurada no mês "k"
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SF_MA_m	**Sobra Financeira do Mês Anterior**	
	Descrição	Montante financeiro referente à sobra do excedente financeiro apurado no mês anterior "m-1", sob gestão da CCEE em conta corrente específica, que retorna no mês de apuração "m" ao processo de contabilização, ajustado pelo resultado de aplicação além da própria movimentação financeira no período. Eventual saldo remanescente da CONER, findo os prazos dos CERs, será acrescido nesta conta corrente
	Unidade	R$
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições por Diferenças de Preços entre Submercados (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_{p,p*,j}$	**Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS**	
	Descrição	Valoração do Custo da Diferença de Energia entre a importação efetiva e a definida pelo ONS da parcela de usina substituída "p", da usina de importação "p*" por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_SS_{p,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Importação)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$	**Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética**	
	Descrição	Corresponde aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação dos Encargos (Detalhamento da Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.7.3. Dados de Saída do Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS

REC_IMP_m	**Recebimento por razão de Importação do intercâmbio de energia**	
	Descrição	Corresponde ao total dos montantes recebíveis de encargos por razão de importação de energia apurados no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TDP_ESS_{a,m}$	**Total de Demais Penalidades para Abatimento dos ESS**	
	Descrição	Corresponde à soma de valores pagos pelo perfil de agente "a" no mês de apuração "m" referente às demais penalidades destinadas para abatimento de ESS. São incluídos nestas penalidades, os montantes pagos referentes às penalidades de medição, energia não gerada por falta de combustível, as penalidades pagas pelo não aporte das garantias financeiras calculadas e a multa por inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo.
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$V_CUSTO_IMP_A_{p*,j}$	**Valoração do Custo de Energia de Importação definida pelo ONS Sem Substituição por decisão do CMSE**	
	Descrição	Encargo de Importação Sem Substituição por decisão do CMSE da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8. Ajuste dos Encargos Apurados

Objetivo:

Ajustar os valores de encargos apurados em função dos recursos disponíveis para alívio.

Contexto:

O valor dos encargos ajustados corresponde ao valor em R$/MWh efetivamente aplicado à contabilização dos agentes para composição do pagamento de encargos associados às usinas afetadas por restrições de operação, despachadas por razão de segurança energética e/ou que prestam serviços ancilares ao sistema. A Figura 19 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 19: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.8.1. Detalhamento do Ajuste dos Encargos Apurados

O processo de cálculo do ajuste dos encargos apurados é composto pelos seguintes comandos e expressões:

62. O Total de Encargos de Serviços do Sistema indica o valor em reais a ser pago aos geradores por ESS. O Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema (expresso em termos de energia) multiplicado pelo Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, expresso em R$/MWh, incluindo o encargo para atendimento da reserva de potência operativa, somado ao Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização e sobras financeiras para alívio despesas futuras para fins de recontabilização, fornece o Total de Encargos de Serviços do Sistema, conforme expressão abaixo:

$$T_ESS_m = \sum_s \sum_{j \in m} \left(\left(\sum_a TRC_ESS_{a,s,j} \right) * VE_ESS_{s,j} \right) + \sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_RESPOP_m + \sum_a \boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} + SFM_FUT_RECONT_m$$

Onde:

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

$VE_ESS_{s,j}$ é o Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustados, no submercado "s", por período de comercialização "j"

VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

62.1. O alívio retroativo não é reprocessado em recontabilizações onde houve sobra futura, assim é necessário garantir que sejam mantidos os mesmos efeitos percebidos na contabilização do mês de apuração. O valor referente ao encargo de meses passados já aliviados na contabilização é incluído no total de encargos de serviços do sistema do mês recontabilizado, a fim de serem considerados nos montantes passíveis de alívio:

Se $SFM_FUT_RECONT_m > 0$*, então;*

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = TAR_ENC_{a,m,u-1}$$

Caso contrário:

$$\boldsymbol{TAR_ENC_RECONT_{a,m}} = 0$$

Onde:

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

63. O ajuste dos valores de encargos depende da relação entre o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS e o Total de Encargos Passíveis de Alívio:

63.1. Caso o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS seja suficiente para atender o Total de Encargos de Serviços do Sistema, então os Encargos de Serviços do Sistema são iguais à zero.

63.2. Os valores dos Encargos de Serviços do Sistema podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_ESS_{s,j} = VE_ESS_{s,j} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:

$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"

$VE_ESS_{s,j}$ é o Preço dos Demais Encargos de Serviços do Sistema, no submercado "s", por período de comercialização "j"

$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

64. O valor do Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema

$$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} = TAR_ENC_RECONT_{a,m} * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:

$TAR_ENC_RECONT_A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TAR_ENC_RECONT_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"

65. O valor da Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização pode sofrer ajuste em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema

$$SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} = \left(SFM_FUT_RECONT_m * \frac{\sum_s \sum_{j \in m} (TRC_ESS_{a,s,j})}{\sum_a \sum_s \sum_{j \in m} (TRC_ESS_{a,s,j})} \right) * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:

$SFM_FUT_RECONT_A_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de comercialização "j"

"mr" representa o mês de referência para o cálculo do alívio retroativo, compreendendo o intervalo de meses de "m-12" a "m-1"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

65.1. Os valores dos Encargos de Reserva de Potência Operativa podem sofrer ajustes em função dos recursos disponíveis, representado pelo Fator de Ajuste dos Encarogs de Serviços do Sistema, conforme seguinte equação:

$$VA_RESPOP_m = VE_RESPOP_m * \boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m}$$

Onde:

VA_RESPOP_m é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

VE_RESPOP_m é o Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"
65.2. O Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema considera Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS em relação ao Total de Encargos de Serviços do Sistema por meio da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{F_AJUSTE_ESS_m} = max\left(0; \frac{T_ESS_m - TRDA_ESS_m}{T_ESS_m}\right)$$

Onde:
$F_AJUSTE_ESS_m$ é o Fator de Ajuste dos Encargos de Serviços do Sistema do mês de apuração "m"
T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

2.8.2. Dados de Entrada do Ajuste dos Encargos Apurados

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j" baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_m	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_ESS_{s,j}$	**Valor dos Encargos de Serviços do Sistema Não Ajustado**	
	Descrição	Valor preliminar a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TAR_ENC_{a,m}$	**Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos**	
	Descrição	Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Alívio Retroativo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

SFF_FUT_RECONTm	**Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira Final para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.8.3. Dados de Saída do Ajuste dos Encargos Apurados

T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VE_RESPOP_m	**Valor do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor a ser pago, por período de comercialização "j", no submercado "s", para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9. Totalização e Rateio dos Encargos por Segurança Energética

Objetivo:

Totalizar os encargos por segurança energética e definir a forma de rateio desses encargos.

Contexto:

O total de encargos por segurança energética é constituído pela soma dos encargos pagos às usinas despachadas por segurança energética e pelos encargos devidos às usinas hidrelétricas participantes do MRE em função do despacho fora da ordem de mérito e de importação sem garantia física associada. Esse encargo é assumido pelos agentes de consumo a partir dos critérios estabelecidos nesta etapa das regras de comercialização. A Figura 20 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 20: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.9.1. Totalização dos Encargos por Segurança Energética

O processo de totalização dos encargos por segurança energética é composto pelos seguintes comandos e expressões:

66. O Total de Encargos por Razão de Segurança Energética indica o valor em reais a ser pago pelos agentes de consumo aos agentes proprietários de usinas termelétricas que geraram por razões de segurança energética e também o valor a ser pago aos agentes proprietários de usinas hidrelétricas participantes do MRE que tiveram sua geração deslocada em função da geração efetuada fora da ordem de mérito e por importação de energia sem lastro associado. Este valor é obtido pela seguinte expressão:

$$T_SEG_ENER_m = \sum_{j \in m} \sum_{p} \left(ENC_SEG_ENER_{p,j} + ENC_DH_ENER_{p,j} \right)$$

Onde:

$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

2.9.2. Detalhamento do Consumo de Referência para o Rateio de Encargos de Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva

67. Os Encargos por Segurança Energética e Encargos de Energia de Reserva devem ser rateados pelo consumo líquido dos agentes:

$$TRC_SEG_ENER_{a,m} = max\left(0; \sum_{s} \sum_{j \in m} TRC_{a,s,j} - \sum_{p} \left(\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} \right) \right)$$

Onde:

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$TRC_{a,s,j}$ é o Consumo Total do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"

$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

67.1. A Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pela soma de toda geração utilizada para o abatimento das cargas, modeladas sobre o respectivo perfil de agente, conforme expressão:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_{p,a,m}} = \sum_{c \in a} \boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}}$$

Onde:

$G_SEG_ENER_{p,a,m}$ é a Geração Utilizada na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", atribuída ao perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

67.1.1. A Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética é calculada pelo menor valor entre (I) a geração total da usina multiplicada pelo Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga e (ii) Consumo no Ambiente Livre da respectiva carga:

$$\boldsymbol{G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = min\left(\left(\sum_{j\in m}(G_{p,j} + GFT_{p,j}) + \sum_{[r,w]j\in m} FLUXO_MRE_{p,r,wj}\right) * \boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} ; \sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}\right)$$

Onde:

$G_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é a Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$G_{p,j}$ é a Geração Final da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$GFT_{p,j}$ é a Geração Final de Teste da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

$FLUXO_MRE_{p,jr,w}$ é o Fluxo de Energia no MRE por parcela de usina "p", no período de comercialização "j"patamar "r" da semana "w"

$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

67.1.1.1. O Percentual de Geração Utilizado para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética estabelece o percentual de alocação de geração que cada parcela de carga possui, em relação ao percentual de direto de alocação do agente, conforme a expressão:

$$\boldsymbol{PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}} = PGDA_{\alpha,p} * \frac{\sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}}{\sum_{c\in CP_ALFA_AGP}\sum_{j\in m} RC_AL_{c,j}}$$

Onde:

$PG_SEG_ENER_ATIV_{p,c,m}$ é o Percentual de Geração Utilizada para Abatimento de Carga na Determinação do Pagamento dos Encargos de Energia de Reserva e de Segurança Energética da parcela de usina "p", em relação a carga "c", no mês de apuração "m"

$PGDA_{\alpha,p}$ é o Percentual de Geração Destinada ao Agente, da parcela de usina "p", atribuído ao agente "α"

$RC_AL_{c,j}$ é o Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"

"CP_ALFA_AGP" é o conjunto de parcelas de cargas "c", modeladas nos perfis pertencentes ao agente "alfa", que possuem o direito de alocação da geração da parcela de usina "p"

"α" é o agente no qual possui perfis onde as cargas "c", que possuem direito alocação da geração da parcela de usina "p", estão modelas

2.9.3. Detalhamento do Valor dos Encargos por Segurança Energética

68. O Valor dos Encargos de Segurança Energética relaciona a soma dos encargos de segurança energética devidos às usinas, em Reais (R$), pelo Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética de todos os agentes no mês, em MWh, resultando em um valor em R$/MWh a ser pago pelos agentes e expresso por:

$$VE_SEG_ENER_m = \frac{T_SEG_ENER_m}{\sum_a TRC_SEG_ENER_{a,m}}$$

Onde:

$VE_SEG_ENER_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"

$T_SEG_ENER_m$ é o Total de Encargos por Razão de Segurança Energética no mês de apuração "m"

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.9.4. Dados de entrada da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$ENC_DH_ENER_{,p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{,p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$FLUXO_MRE_{,p,j}$	**Cálculo dos Ajustes Totais do MRE**	
	Descrição	Corresponde aos ajustes totais de energia elétrica de uma parcela de usina "p" participante do MRE, no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	MRE (Cálculo dos Ajustes Totais do MRE)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

$G_{,p,j}$	**Geração Final da Usina**	
	Descrição	Geração de energia de uma parcela de usina "p", ajustada por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$GFT_{,p,j}$	**Geração Final de Teste da Usina**	
	Descrição	Geração de teste de uma parcela de usina "p" ajustada, por período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RC_AL_{c,j}$	**Consumo no Ambiente Livre**	
	Descrição	Consumo no Ambiente Livre da parcela de carga "c", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação de Informações Ajustadas de Geração e Consumo)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada agente "a", por submercado "s" e período de comercialização
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.9.5. Dados de saída da Totalização e do Rateio de Encargos por Segurança Energética

$T_SEG_ENER_m$	**Total de Encargos pelo Despacho por Segurança Energética**	
	Descrição	Total de pagamentos devidos às parcelas de usinas em função da produção de energia elétrica associada ao despacho por Segurança Energética, no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_m$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_SEG_ENER_m$	**Valor dos Encargos de Segurança Energética**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

Objetivo:

Apurar os valores de encargos em função do deslocamento hidráulico por inflexibilidade.

Contexto:

Valor de encargos por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade termoelétrica é apurado com base no total de encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade pelo total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade gerador de ESS. Esse encargo é assumido pelos agentes geradores que originaram o deslocamento. A Figura 21 relacionada esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 21: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.10.1. Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

O processo de cálculo do encargo por deslocamento hidráulico por inflexibilidade é composto pelos seguintes comandos e expressões:

69. O Total de Encargos de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade em um período comercialização é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_ENC_DH_INFLEX_j = \sum_{p \in PMRE} \left(ENC_DH_INFLEX_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j} \right)$$

Onde:

$TOT_ENC_DH_INFLEX_j$ é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

70. O montante total de energia que deu origem ao encargo de deslocamento hidráulico por inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$TOT_DH_INFLEX_ESS_j = \sum_{p \in PMRE} DH_INFLEX_UH_{p,j}$$

Onde:

$TOT_DH_INFLEX_ESS_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

$DH_INFLEX_UH_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"

"PMRE_DH" é o conjunto de parcelas de usinas "p" participantes do MRE

71. O Valor Ajustado do Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade é determinado a partir da seguinte expressão:

$$VA_DH_INFLEX_j = \frac{TOT_ENC_DH_INFLEX_j}{TOT_DH_INFLEX_ESS_j}$$

Onde:
$VA_DH_INFLEX_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"
TOT_ENC_DH_INFLEXj é o Total de Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
$TOT_DH_INFLEX_ESS_j$ é o Total de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade Gerador de ESS no período de comercialização "j"

2.10.2. Dados de Entrada da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica	
$DH_INFLEX_UH_{p,j}$	Descrição	Deslocamento hidráulico de inflexibilidade de uma usina hidrelétrica da parcela de usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Repactuação do Risco Hidrológico (Determinação do Montante de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidráulica)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade	
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

	Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse	
ENC_DH_INFLEX_REPASSE p,j	Descrição	Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.10.3. Dados de Saída da Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade

	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,	
$VA_DH_INFLEX_j$	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11. Consolidação dos Encargos
Objetivo:
Consolidar os valores a pagar e a receber de agente em função dos encargos apurados no mês.
Contexto:
O valor ajustado dos encargos multiplicado pela energia passível de pagamentos de encargos deve ser consolidado, por agente, de modo a compor o resultado da contabilização de cada agente, no mês de apuração. A Figura 21relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 22 - Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

2.11.1. Detalhamento da Consolidação dos Encargos
O processo de consolidação dos encargos é composto pelos seguintes comandos e expressões:
72. O Total de Recebimento por Encargos identifica todos os montantes financeiros de encargos apurados para as usinas do agente, no mês de apuração. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Recebimento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$RECEBIMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m} + R_ENC_SE_{a,m} + R_ENC_CS_{a,m} + R_ENC_OSA_{a,m} + R_ENC_DH_{a,m} + R_ENC_RESPOP_{a,m} + R_ENC_IMP_{a,m}}$$

Onde:
$RECEBIMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$R_ENC_RO_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_SE_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_CS_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_OSA_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_DH_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_RESPOP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$R_ENC_IMP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

72.1. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Restrição de Operação identifica os montantes financeiros a serem recebidos, por restrição de operação (*constrained-on* e *off, e unit commitment*), pelas usinas do agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_RO_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m}\left(ENC_CONST_ON_{p,j} + ENC_CONST_OFF_{p,j} + ENC_REST_UNIT_{p,j}\right)$$

Onde:
$R_ENC_RO_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos por Restrição de Operação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_CONST_ON_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_CONST_OFF_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
$ENC_REST_UNIT_{p,j}$ é o Encargo por Restrição de Operação Unit Commitment da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

72.2. O Total de Recebimento do Agente em função dos Encargos por Razão de Segurança Energética identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função da geração verificada a título de segurança energética no mês de apuração, dado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{R_ENC_SE_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m} ENC_SEG_ENER_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_SE_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo por Razão de Segurança Energética, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_SEG_ENER_{p,j}$ é o Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"

72.3. O Total de Recebimento do Agente por Encargo de Compensação Síncrona identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelas usinas do agente em função do fornecimento ou absorção de energia reativa, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_CS_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\in m} ENC_CS_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_CS_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_CS_{p,j}$ é o Valor do Encargo de Compensação Síncrona, da parcela de usina "p", por período de comercialização "j"

72.4. O Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente pela prestação de serviços ancilares de suas usinas, no mês de apuração, expresso por:

$$\boldsymbol{R_ENC_OSA_{a,m}} = \left(\sum_{p\in a} ENC_OSA_{p,m}\right) + RSEP_D_{a,m}$$

Onde:
$R_ENC_OSA_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Outros Serviços Ancilares, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_OSA_{p,m}$ é o Encargo por Outros Serviços Ancilares da parcela de usina "p", no mês de apuração "m"
$RSEP_D_{a,m}$ é o Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção de Sistema Especial de Proteção ou por Reposição dos Sistemas Existentes do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

72.5. O Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas hidrelétricas do MRE em função dos deslocamentos hidráulicos de origem energética e/ou elétrica:

$$\boldsymbol{R_ENC_DH_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon a}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_ENER_{p,j} + VR_DH_ELE_{p,j} + ENC_DH_INFLEX_{p,j}\right) + \boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}}$$

Onde:
$R_ENC_DH_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Deslocamento Hidráulico, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_ENER_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$VR_DH_ELE_{p,j}$ é o Valor de Ressarcimento de Deslocamento Elétrico da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

72.5.1. O Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor identifica o montante financeiro de deslocamento hidráulico destinado a um distribuidor em virtude do proprietário da usina hidrelétrica ter aderido à Repactuação do Risco Hidrológico do ACR, sendo determinado pela seguinte expressão:

$$\boldsymbol{ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}} = \sum_{p\varepsilon MRE}\sum_{j\varepsilon m}\left(ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}\right) * F_RVRRH_{a,m}$$

Onde:
$ENC_DH_INFLEX_D_{a,m}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Repassado ao Distribuidor, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$ é o Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade de Repasse de uma Usina Hidrelétrica da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
$F_RVRRH_{a,m}$ é a o Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"

72.6. O Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo agente proprietário de usinas que atendam ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa no mês:

$$\boldsymbol{R_ENC_RESPOP_{a,m}} = \sum_{p\in a}\sum_{j\varepsilon m} ENC_RESPOP_{p,j}$$

Onde:
$R_ENC_RESPOP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_RESPOP_{p,j}$ é o Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"

72.7. O Total de Recebimento por Encargos de Importação, identifica os montantes financeiros a serem recebidos pelo perfil de agente função da importação de energia:

$$\boldsymbol{R_ENC_IMP_{a,m}} = \sum_{j\in m}\sum_{p*\in a} ENC_IMP_{p*,j}$$

Onde:
$R_ENC_IMP_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos de Importação, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$ENC_IMP_{p*,j}$ é o Encargo de Importação do intercâmbio de energia da parcela de usina substituta "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina de energia proveniente de Importação

73. O Total de Pagamento do Agente por Encargos no mês de apuração identifica todos os montantes financeiros de encargos a serem pagos pelo agente. Esse valor é agregado ao resultado final do agente a título de Encargos. O Total de Pagamento do Agente por Encargos é dado pela expressão:

$$PAGAMENTO_ENC_{a,m} = \boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} + \boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} + \boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} + V_CUSTO_IMP_M_{\boldsymbol{a,m}}$$

Onde:
$PAGAMENTO_ENC_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$P_ENC_SE_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$V_CUSTO_IMP_M_{a,m}$ é o Valor referente aos Custos por Razão de Importação Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

73.1. O Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema identifica o montante financeiro a ser pago, por ESS, pelo agente, no mês de apuração, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_ESS_{a,m}} = \sum_{s}\sum_{j\in m}\left(TRC_ESS_{a,s,j} * VA_ESS_{s,j}\right) + \boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} + TAR_ENC_RECONT_A_{a,m} + SFM_FUT_RECONT_A_{a,m} + TRC_SEG_ENER_{a,m} * VA_RESPOP_{m}$$

Onde:
$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
$TRC_ESS_{a,s,j}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema do perfil de agente "a", por submercado "s", no período de Comercialização "j"
$VA_ESS_{s,j}$ é o Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema do submercado "s", no período de Comercialização "j"
$P_DH_INFLEX_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

TAR_ENC_RECONT_$A_{a,m}$ é o Total de Alívio Retroativo Referente ao Pagamento de Encargos Ajustado para fins de recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
SFM_FUT_RECONT_A_m é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras Ajustado para fins de Recontabilização do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
TRC_SEG_ENER$_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
VA_RESPOP$_m$ é o Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração "m"

73.1.1. O Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade é determinado para cada perfil de agente, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_DH_INFLEX_{a,m}} = \sum_{p \in a} \sum_{j \in m} \left(DH_INFLEX_UTE_{p,j} * VA_DH_INFLEX_j \right)$$

Onde:
P_DH_INFLEX$_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo de Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
DH_INFLEX_UTE$_{p,j}$ é o Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
VA_DH_INFLEX$_j$ é o Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade no período de comercialização "j"

73.2. O Pagamento dos Encargos por Razão de Segurança Energética será rateado proporcionalmente pelo consumo considerando eventual geração de propriedade da carga, calculado conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{P_ENC_SE_{a,m}} = TRC_SEG_ENER_{a,m} * VE_SEG_ENER_m$$

Onde:
P_ENC_SE$_{a,m}$ é o Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
VE_SEG_ENER$_m$ é o Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração "m"
TRC_SEG_ENER$_{a,m}$ é o Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

73.3. A soma do Excedente financeiro total referente ao valor verificado dos custos por razão de importação, identifica o excedente financeiros a ser pagos pelo agente no mês vigente, expresso por:

$$\boldsymbol{EXCD_FIN_IMP_M_{a,m}} = \sum_{p* \in a} \sum_{j \in m} \left(EXCD_FIN_IMP_{p*,j} \right)$$

Onde:
EXCD_FIN_IMP_$M_{a,m}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia total do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
EXCD_FIN_IMP$_{p*,j}$ é o Excedente Financeiro de Importação de energia da parcela de usina "p*", por período de comercialização "j"
"p*" é a parcela de usina para Importação

74. O Total de Encargos Consolidado identifica o valor a ser pago (**negativo**) ou recebido (**positivo**) a ser agregado ao resultado final da contabilização do agente no mês de apuração a título de Encargos, expresso por:

$$ENCARGOS_{a,m} = RECEBIMENTO_ENC_{a,m} - PAGAMENTO_ENC_{a,m}$$

Onde:
ENCARGOS$_{a,m}$ é o Total de Encargos Consolidado, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
RECEBIMENTO_ENC$_{a,m}$ é o Total de Recebimento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
PAGAMENTO_ENC$_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

2.11.2. Dados de Entrada da Consolidação dos Encargos

EC_CAR$_{a,m}$	**Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

DH_INFLEX_UTE$_{p,j}$	**Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica**	
	Descrição	Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade Associado a uma Usina Termelétrica da parcela de usina não hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

EC_CAR_TOT$_m$	**Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética**	
	Descrição	Energia Total Considerada para Rateio dos Encargos por Segurança Energética no mês de apuração "m"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

ENC_CONST_ON$_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-On**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-On da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

ENC_CONST_OFF$_{p,j}$	**Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off**	
	Descrição	Encargo por Restrição de Operação Constrained-Off da parcela de usina não hidráulica "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Restrição de Operação)
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

ENC_CS$_{p,j}$	**Encargo por Compensação Síncrona**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por prestação de serviço de compensação síncrona
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_ENER_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica,**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento Energético de uma Usina Hidrelétrica, da parcela de usina "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_OSA_{p,m}$	**Encargo por Outros Serviços Ancilares**	
	Descrição	Ressarcimento devido à parcela de usina "p", no mês de apuração "m", por outros serviços ancilares autorizados pela ANEEL tais como custos de O&M dos equipamentos de autorrestabelecimento, sistemas especiais de proteção, equipamentos de supervisão e controle de serviços ancilares, além de investimentos realizados pelas usinas para prestação desses serviços ao sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_RESPOP_{p,j}$	**Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa da usina "p", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos de Serviços Ancilares)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_SEG_ENER_{p,j}$	**Encargo por Razão de Segurança Energética**	
	Descrição	Pagamento devido à parcela de usina "p", no período de comercialização "j", por produção de energia elétrica associada ao despacho por razão de segurança energética
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_REPASSE_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de Repasse de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$ENC_DH_INFLEX_{p,j}$	**Encargo de Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade**	
	Descrição	Encargo de Deslocamento de Hidráulico de Inflexibilidade de uma usina hidráulica "p", no período de comercialização "j"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$F_RVRRH_{a,m}$	**Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR**	
	Descrição	Fator de Rateio do Valor Total de Repasse do Risco Hidrológico do ACR de cada perfil de agente de distribuição "a", no mês de referência "m"
	Unidade	n.a
	Fornecedor	Consolidação de Resultados (Determinação dos Ajustes Decorrentes do Repasse do Risco Hidrológico do ACR)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_{a,s,j}$	**Consumo Total do Agente**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de cada perfil de agente "a", por submercado "s" e período de comercialização "j"
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Medição Contábil (Consolidação das Informações Ajustadas de Consumo e Geração)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_DH_INFLEX_{j}$	**Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico de Inflexibilidade,**	
	Descrição	Valor Ajustado do Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade no período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Encargo por Deslocamento Hidráulico por Inflexibilidade)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$RSEP_D_{a,m}$	**Ressarcimento do Agente Distribuidor ou Consumidor pelo Custo de Implementação, Operação e Manutenção do SEP**	
	Descrição	Montante financeiro que o agente distribuidor ou consumidor deverá ser ressarcido referente aos custos incorridos pela implantação, operação e manutenção de Sistema Especial de Proteção (SEP)
	Unidade	R$
	Fornecedor	ANEEL
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_ESS_{a,s,j}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada correspondente ao consumo de referência para pagamento de encargos de serviços do sistema por perfil de agente, “a”, por submercado “s” e período de comercialização “j”, baseada na informação do consumo atendido pelo SIN
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Apuração do Valor dos Encargos Não Ajustados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$TRC_SEG_ENER_{a,m}$	**Consumo de Referência para Pagamento de Encargo Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva**	
	Descrição	Consumo de Referência para Pagamento de Encargos de Segurança Energética e Encargo de Energia de Reserva do perfil de agente “a”, no mês de apuração “m”
	Unidade	MWh
	Fornecedor	Encargos (Consolidacao das Informacoes Ajustadas de Consumo e Geracao)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VA_ESS_{s,j}$	**Valor Ajustado dos Demais Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Valor ajustado a ser pago, por período de comercialização “j”, no submercado “s” para cobrir os encargos de serviços do sistema apurados
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

VA_RESPOP_m	**Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa**	
	Descrição	Valor Ajustado do Encargo para Atendimento ao Despacho Complementar para Manutenção da Reserva de Potência Operativa no mês de apuração “m”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VE_SEG_ENER_m$	**Valor dos Encargos de Segurança Energética**	
	Descrição	Valor dos Encargos de Segurança Energética no mês de apuração “m”
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Segurança Energética)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

$VR_DH_ELE_{p,j}$	**Valor do Ressarcimento de Deslocamento Hidráulico Elétrico**	
	Descrição	Descrição
	Unidade	Unidade
	Fornecedor	Encargos (Encargos por Deslocamento Hidráulico)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

2.11.3. Dados de Saída da Consolidação dos Encargos

$ENCARGOS_{a,m}$	**Total de Encargos Consolidado**	
	Descrição	Informação líquida de todos os montantes a serem pagos ou recebidos em função dos encargos apurados no mês “m”, para o perfil de agente “a”
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

PAGAMENTO_ENC$_{a,m}$	**Total de Pagamentos por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem pagos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente, "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

P_ENC_CAR$_{a,m}$	**Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética rateada proporcionalmente pela energia comercializada**	
	Descrição	Pagamento do Encargo por Razão de Segurança Energética da parcela rateada proporcionalmente pela energia comercializada, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

P_ENC_ESS$_{a,m}$	**Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada dos encargos de serviços do sistema apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

RECEBIMENTO_ENC$_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargos**	
	Descrição	Informação consolidada de todos os montantes a serem recebidos por encargos apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

R_ENC_CS$_{a,m}$	**Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona**	
	Descrição	Total de Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona do perfil de agente "a", no mês de apuração "m".
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3. Anexos

Esta seção detalha as etapas de cálculos do módulo de regras "9 – Encargos", explicitando seus objetivos, comandos, expressões e informações de entrada/saída.

3.1. Anexo I – Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

Objetivo:

Calcular os recursos residuais utilizados no alívio retroativo e ainda sua eventual utilização em futuros ciclos contábeis.

Contexto:

Os recursos financeiros residuais após o alívio dos encargos de serviços do sistema são utilizados para abatimento de exposições e encargos não aliviados nos doze últimos ciclos contábeis. Após esse alívio retroativo, um eventual saldo residual é armazenado para utilização no próximo ciclo contábil. A Figura 23 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 23: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

3.1.1. Detalhamento da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

75. O processo de cálculo da determinação dos recursos utilizados para alívio retroativo é composto pelos seguintes comandos e expressões:

75.1. O Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior corresponde ao montante residual entre o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS oriundo do tratamento das exposições em função da diferença de preços entre os submercados e o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração, utilizado para alívio retroativo das doze últimas contabilizações. Em caso de Recontabilização, este acrônimo não é reapurado, assumindo o mesmo valor obtido na contabilização do mês, expresso por:

Se $SFM_FUT_RECONT_m > 0$*, então;*

$$RD_AR12_m = RD_AR12_{m,u-1}$$

Caso contrário:

$$RD_AR12_m = max(0; TRU_ESS_m - T_ESS_m)$$

Onde:

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior, no mês de apuração "m"

TRU_ESS_m é o Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

"u-1" refere-se ao processamento (contabilização, ou ajuste de contabilização, ou recontabilização), do mês de apuração "m", anterior ao processamento "u"

75.2. A Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras corresponde à sobra residual de recursos disponível para alívio descontada ainda a parcela utilizada para alívio das doze últimas contabilizações, este último somente nos processamentos de contabilização, utilizada no próximo ciclo contábil e dada pela expressão:

Se $SFM_FUT_RECONT_m > 0$*, então;*

$$SF_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m)$$

Caso contrário:

$$SF_FUT_m = max(0; TRDA_ESS_m - T_ESS_m - RD_AR12_m)$$

Onde:

SF_FUT_m é a Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras no mês de apuração "m"

$TRDA_ESS_m$ é o Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS do mês de apuração "m"

T_ESS_m é o Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"

RD_AR12_m é o Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês, no mês de apuração "m"

$SFM_FUT_RECONT_m$ é a Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"

75.3. O Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo refere-se ao total de pagamentos referentes aos encargos de serviços do sistema. Desta forma, a expressão que determina o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo por agente no mês de apuração é dada por:

$$TP_ENC_AR_{a,m} = P_ENC_ESS_{a,m}$$

Onde:

$TP_ENC_AR_{a,m}$ é o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

$P_ENC_ESS_{a,m}$ é o Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema, do perfil de agente "a", no mês de apuração "m"

Importante:

Os perfis de agente das classes de Importação e Exportação para os meses em que for observado exportação de energia elétrica em caráter interruptível não farão jus ao alivio retroativo do total de seus encargos passíveis de alivio, ou seja, o Total de Pagamento de Encargos Passível de Alívio Retroativo ($TP_ENC_AR_{a,m}$) para os referidos meses serão iguais a zero.

3.1.2. Dados de Entrada da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

$P_ENC_ESS_{a,m}$	**Total de Pagamento por Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Informação consolidada dos encargos de serviços do sistema apurados no mês "m", para o perfil de agente "a"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Consolidação dos Encargos)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$TRDA_ESS_m$	**Total de Recurso Disponível para Alívio de ESS**	
	Descrição	Montante financeiro consolidado no mês de apuração "m" para alívio de encargos de serviços do sistema
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Total de Recursos Ajustados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
TRU_ESS_m	**Total de Recursos Utilizados para Alívio de ESS**	
	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS dos agentes com carga modelada na CCEE, mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio de ESS)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
T_ESS_m	**Total de Encargos de Serviços do Sistema**	
	Descrição	Total de Encargos de Serviços do Sistema no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Encargos (Ajuste dos Encargos Apurados)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero
$SFM_FUT_RECONT_m$	**Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização**	
	Descrição	Sobra Financeira do Mês para Alívio das Despesas Futuras para fins de Recontabilização no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Fornecedor	Tratamento das Exposições (Total das Exposições Positivas e Negativas)
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.1.3. Dados de Saída da Determinação dos Recursos Utilizados para Alívio Retroativo

	Recurso Disponível para o Alívio Retroativo do 12º Mês Anterior	
RD_AR12_m	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" destinado ao alívio retroativo das exposições financeiras do 12º mês anterior
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Sobra Financeira para Alívio das Despesas Futuras com ESS	
$SF_ESS_FUT_m$	Descrição	Corresponde à sobra de recursos decorrentes do alívio de encargos de serviços do sistema no mês de apuração "m" para eventual alívio de despesa futuras com ESS
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos, Negativos ou Zero

	Total de Pagamentos de Encargos Passível de Alívio Retroativo	
$TP_ENC_AR_{a,m}$	Descrição	Montante de encargos apurados passível de alívio retroativo, composto pelos encargos de serviços do sistema e os encargos por razão de segurança energética, por agente perfil de agente "a", calculados no mês de apuração "m"
	Unidade	R$
	Valores Possíveis	Positivos ou Zero

3.2. Anexo II – Determinação do Preço Médio Semanal Utilizado para Encargos por Importação

Objetivo:

Calcular o Preço Médio Semanal de Liquidação das Diferenças utilizado em Encargos por Importação.

Contexto:

Este anexo detalha as etapas de cálculos do PLD_MS_H, que se define como o Preço de Liquidação das Diferenças Mensal Semanal em periodicidade horária. A Figura 23 relaciona esta etapa em relação ao módulo completo:

Figura 24: Esquema Geral do Módulo de Regras: "Encargos"

3.2.1. Detalhamento do cálculo do Preço Médio Semanal utilizado para encargos por importação

76. O processo de cálculo da determinação do Preço Médio Semanal é composto pelos seguintes comandos e expressões:

76.1. O cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças médio semanal, em periodicidade horária, para efeito da determinação dos custos originados pela diferença entre o montante efetivamente importado e o definido pelo ONS, será calculado conforme expressão abaixo:

$$PLD_MS_H_{s,j} = \boldsymbol{PLD_MS_S_{s,w}} * SPD_m$$
$$\forall\, j \in w$$

Onde:

PLD_MS_Hs,j é o Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário de um submercado "s", por período de comercializaçãoa "j"

$PLD_MS_S_{s,w}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças médio semanal do submercado "s", da semana "w"

SPD_m é a duração de um período de comercialização em horas, no mês de apuração "m"

76.2. O cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças médio semanal será determinado, conforme a seguinte expressão:

$$\boldsymbol{PLD_MS_S_{s,w}} = \frac{\sum_{j \in w} PLD_{s,j}}{W_HORAS_{r,w}}$$

Onde:

$PLD_MS_S_{s,w}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças médio semanal do submercado "s", da semana "w"

$PLD_{s,j}$ é o Preço de Liquidação das Diferenças determinado por submercado "s", por período de comercialização "j"

W_HORAS_w é a Quantidade de horas da semana operativa "w"

3.2.2. Dados de Entrada do cálculo do Preço Médio Semanal utilizado para encargos por importação

	Preço de Liquidação das Diferenças	
$PLD_{s,j}$	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças Horário de um submercado "s", por período de comercialização "j"
	Unidade	R$/MWh
	Fornecedor	Preço de Liquidação das Diferenças (Determinação)
	Valores Possíveis	Positivos

	Quantidade de horas da semana operativa	
W_HORAS_w	Descrição	Quantidade de horas da semana operativa "w"
	Unidade	Hora
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	Positivos ou zero

	Duração de um período de comercialização em horas	
SPD_m	Descrição	Duração de um período de comercialização em horas, no mês de apuração "m"
	Unidade	Hora
	Fornecedor	CCEE
	Valores Possíveis	0,5 ou 1

3.2.3. Dados de Saída do cálculo do Preço Médio Semanal utilizado para encargos por importação

	Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário	
$PLD_MS_H_{s,j}$	Descrição	Preço de Liquidação das Diferenças Médio Semanal Horário de um submercado "s", por período de comercializaçãoa "j"
	Unidade	R$/MWh
	Valores Possíveis	Positivos

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.326, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005815/2023-75. Interessados: Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - Equatorial AL (CNPJ nº 12.272.084/0001-00), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, BRE3 Implantação de Sistemas de Transmissão Elétrica Sociedade de Propósito Específico LTDA - BRE 3, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da Revisão Tarifária Periódica - RTP de 2024 da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - Equatorial AL, a vigorar a partir de 3 de maio de 2024, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 15.284, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001962/2021-12. Interessado: Riacho da Serra Energia 16 SPE Ltda. Objeto: Revoga a Resolução Autorizativa nº 10.825, de 3 de novembro de 2021, que autorizou a Interessada a explorar a Central Geradora Fotovoltaica Riacho da Serra 4, CEG UFV. RS.PI.046083-4.01, localizada no município de Parnaguá, estado do Piauí. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 15.285, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001903/2021-36. Interessado: Riacho da Serra Energia 18 SPE Ltda. Objeto: Revoga a Resolução Autorizativa nº 10.827, de 3 de novembro de 2021, que autorizou a Interessada a explorar a Central Geradora Fotovoltaica Riacho da Serra 6, CEG UFV. RS.PI.046583-6.01, localizada no município de Parnaguá, estado do Piauí. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 15.286, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001963/2021-59. Interessado: Riacho da Serra Energia 19 SPE Ltda. Objeto: Revoga a Resolução Autorizativa nº 10.828, de 3 de novembro de 2021, que autorizou a Interessada a explorar a Central Geradora Fotovoltaica Riacho da Serra 7, CEG UFV. RS.PI.046584-4.01, localizada no município de Parnaguá, estado do Piauí. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 15.287, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001964/2021-01. Interessado: Riacho da Serra Energia 20 SPE Ltda. Objeto: Revoga a Resolução Autorizativa nº 10.829, de 3 de novembro de 2021, que autorizou a Interessada a explorar a Central Geradora Fotovoltaica Riacho da Serra 8, CEG UFV. RS.PI.046585-2.01, localizada no município de Parnaguá, estado do Piauí. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 15.298, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001904/2021-81. Interessado: Riacho da Serra Energia 17 SPE Ltda. Objeto: Revoga a Resolução Autorizativa nº 10.826, de 3 de novembro de 2021, que autorizou a Interessada a explorar a Central Geradora Fotovoltaica Riacho da Serra 5, CEG UFV. RS.PI.046582-8.01, localizada no município de Parnaguá, estado do Piauí. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br/.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

PORTARIA Nº 6.891, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Aprova a Prestação de Contas Anual da ANEEL do exercício de 2023.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, e com o que consta no Processo nº 48500.000027/2024-73, resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas anual da Aneel do exercício de 2023.

Art. 2º A íntegra desta Portaria e seus anexos constam dos autos e estão disponíveis no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 1.329, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000086/2023-61, decide por:

(i) não conhecer o recurso interposto pela Enel Distribuição São Paulo, cadastrada sob o CNPJ 61.695.227/0001-93 em razão da sua intempestividade; (ii) manter a decisão exarada pela Arsesp; (iii) determinar que a Enel Distribuição São Paulo realize a devolução, em dobro, dos valores cobrados a maior no período de setembro de 2009 a julho de 2019 em decorrência do erro de classificação, inclusive impostos, nos termos do §2º do art. 113 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, podendo abater os valores já devolvidos; (iv) determinar que a Enel Distribuição São Paulo Distribuição envie aos representantes da Water Font Transportes Ltda Me, cadastrada sob o CNPJ 04.823.121/0001-94 o detalhamento dos cálculos dos valores devolvidos, conforme art. 133 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, discriminando os valores faturados incorretamente, atualização e juros incidentes, bem como a parcela referente ao dobro; e (v) determinar que esta decisão seja cumprida num prazo de 15 (quinze) dias.

SANDOVAL FEITORA DE ARAÚJO NETO

DESPACHO Nº 1.330, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº Processo nº 48500.000087/2023-13, decide por:

(i) conhecer do recurso interposto pela distribuidora e, no mérito, negar-lhe provimento; (ii) manter a decisão exarada pela ARSESP, no sentido de determinar à Enel Distribuição São Paulo, cadastrada sob o CNPJ 61.695.227/0001-93 realizar a devolução, em dobro, dos valores faturados incorretamente em decorrência da classificação incorreta da unidade consumidora nº 71201173, pelo período de agosto de 2010 a julho de 2020, com atualização e juros nos termos do inciso II do art. 113 da Resolução Normativa nº 414, de 2010; (iii) determinar à Enel Distribuição São Paulo enviar aos representantes da Leal Serv Comercialização de Alimentos Ltda., cadastrada sob o CNPJ 04.823.121/0001-94 o detalhamento dos cálculos dos valores devolvidos, conforme art. 133 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, discriminando os valores faturados incorretamente, atualização, juros incidentes e a parcela referente ao dobro; (iv) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze).

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 1.332, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000316/2023-91, decide:

Por conhecer o Recurso Administrativo interposto pela Cia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, inscrita no CNPJ sob o nº 92.715.812/0001-31, em face do Despacho nº 186, de 24 de janeiro de 2023 e, no mérito, negar-lhe provimento.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 1.333, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000770/2023-42, decide:

Conhecer e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso interposto pela Amazonas Energia S.A (AmE) cadastrada sob CNPJ 02.341.467/0001-20 em face do Despacho nº 4.712, de 2023, para aplicar a penalidade de redução nos níveis tarifários obtidos na próxima revisão tarifária periódica da Amazonas Energia S.A - AmE, a ser calculada pela Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica - STR, considerando, para o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022: (i) para o Plano de Universalização Rural + PLpT, a partir do total de 7.103 (sete mil, cento e três) ligações não realizadas, para uma meta de 22.191 (vinte e dois mil, cento e noventa e uma) ligações; e (ii) para o Termo de Compromisso Mais Luz para a Amazônia, a partir do total de 4.380 (quatro mil, trezentos e oitenta) ligações não atendidas, para uma meta estabelecida de 4.458 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito) ligações.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 1.335, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 48500.005649/2018-40, 48500.005650/2018-74, 48500.005651/2018-19 e 48500.005652/2018-63, decide:

Por declarar extinto o pedido de reconsideração interposto pela Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE Ltda., cadastrada sob CNPJ/MF nº 31.711.512/0001-90, face ao Despacho nº 2.830, de 4 de outubro de 2022, sem a resolução de seu mérito, tendo em vista a perda de objeto por fato superveniente, na forma do art. 52 da Lei nº 9.784/1999 e art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 2007.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 1.338, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004580/2002-81, decide por:

(i) revogar a outorga de autorização da PCH Palma, de titularidade da Brasil Central Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 24.747.966/0001-55, cadastrada sob o CEG nº PCH.PH.GO.028785-7.01, objeto da Resolução nº 698, de 17 de dezembro de 2002, e da Resolução Autorizativa nº 1.787, de 3 de fevereiro de 2009; e (ii) informar que o eixo inventariado da PCH Palma não se encontra disponível para novas solicitações de DRI-PCH nos termos do art. 57-A da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 1.339, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.005994/2000-47 e 48500.005489/2022-15, decide por:

(i) declarar extinta a instrução processual para adesão da PCH São Jerônimo, de titularidade da Cooperativa Agrária Agroindustrial, inscrita no CNPJ sob o nº 77.890.846/0001-79, cadastrada sob o CEG nº PCH.PH.PR.028791-1.01, ao mecanismo previsto no art. 57-B da Resolução Normativa nº 875, de 2020, tendo em vista a formalização de desistência pelo agente.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 1.358, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no que consta do Processo nº 48500.006262/2023-78, decide:

Conhecer do pedido de efeito suspensivo apresentado pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.552.669/0001-92, no Recurso Administrativo interposto contra o Despacho nº 1.124, de 8 de abril de 2024, e negar-lhe provimento, haja vista que ausentes tanto a aparência do bom direito quanto o perigo na demora.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

GERÊNCIA DE OUTORGAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.361, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Processo nº: 48500.006028/2018-83. Interessada: Msul Energias Renováveis Ltda., CNPJ nº 05.148.449/0001-15.

Decisão: alterar para 8 de novembro de 2024 o prazo estabelecido no Despacho nº 2.547, de 2020, para a Interessada apresentar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Jacutinga, no trecho entre a nascente e o remanso da Usina Hidrelétrica Itá, CINV: INV.73.0072.01-5. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

PAOLA BEMBOM GARCIA TORRES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA GERAÇÃO

DESPACHOS DE 2 DE MAIO DE 2024

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 3 de maio de 2024.

Nº 1.380 - Processo nº: 48500.001969/2021-26. Interessados: Eólica Caetité F S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Caetité F. Unidades Geradoras: UG3 e UG4, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Caetité, no estado da Bahia.

Nº 1.381 - Processo nº: 48500.001894/2021-83. Interessados: USINA EÓLICA PEDRA PINTADA C LTDA. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Pedra Pintada III. Unidades Geradoras: UG10 de 4.500,00 kW. Localização: Município de Ourolândia, no estado da Bahia.

Nº 1.382 - Processo nº: 48500.001895/2021-28. Interessados: USINA EÓLICA PEDRA PINTADA D LTDA. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Pedra Pintada IV. Unidades Geradoras: UG2 de 4.500,00 kW. Localização: Municípios de Ourolândia e Umburanas, no estado da Bahia.

Nº 1.383 - Processo nº: 48500.004369/2020-39. Interessados: Oslo V S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de Santa Eugênia 09. Unidades Geradoras: UG7, de 5.700,00 kW. Localização: Município de Ibipeba, no estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

LUIZ GUSTAVO NASCENTES BAENA
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA E REGULAÇÃO ECONÔMICA

DESPACHO Nº 1.374, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo nº: 48500.000396/2024-66. Interessados: agentes de distribuição de energia elétrica com atualização tarifária no mês de abril de 2024.

Decisão: fixa a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE aos interessados. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

THIAGO ROBERTO MAGALHÃES VELOSO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.379, 2 DE MAIO DE 2024

Processo nº: 48500.006456/2020-21. Interessado: Concessionárias e Permissionárias de Distribuição e Consumidores.

Decisão: Estabelecer a previsão anual de custos de Encargo de Serviço de Sistema - ESS e ao Encargo de Energia de Reserva - EER, para fins de cobertura tarifária das distribuidoras com processo tarifário no segundo quadrimestre de 2024. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em https://biblioteca.aneel.gov.br/.

THIAGO ROBERTO MAGALHÃES VELOSO
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 71/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
873.571/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA- Área de 14,47ha para 6,16ha-Areia-Pau Brasil/Bahia
874.851/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA- Área de 39,94ha para 15,91ha-AREIA-ITANAGRA/BAHIA
873.695/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA- Área de 46,21ha para 8,00ha-Areia-Itanagra/Bahia
871.524/2010-BENTONISA BENTONITA DO NORDESTE S A- Área de 1.999,99ha para 581,21ha-Bentonita-Vitória da Conquista/Bahia
874.841/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA- Área de 48,51ha para 5,4ha-AREIA-ITANAGRA/BAHIA
874.354/2011-ROZENVAN MINERACAO LTDA- Área de 48,91ha para 7,52ha-AREIA-ENTRE RIOS/BAHIA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
870.074/2019-NOVA BAHIA MINERACAO LTDA-QUARTZITO-Pau Brasil/Bahia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.323/2021-VALTER SANTINI
870.322/2021-VALTER SANTINI
870.742/2019-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
870.741/2019-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
870.743/2019-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
870.975/2022-OTTOMAR MINERAÇÃO LTDA
870.909/2018-MINERACAO MARIANELLI LTDA
870.014/2017-MIX MINERACAO EIRELI
870.074/2021-RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA
872.332/2021-CSN CIMENTOS S.A.
872.139/2021-MINERAÇÃO SÃO VICENTE LTDA
870.834/2020-MINERAÇÃO CAPINAN LTDA
872.034/2021-ATENAS MINERACAO LTDA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
871.531/2019-CARLOS TELLES RUI AMORIM-ALVARÁ N°1.367/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
872.137/2013-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-OF. N°13277/2024/DIFIS-BA/ANM
872.279/2010-VALDIR LIMA DA CUNHA-OF. N°13882/2024/DIFIS-BA/ANM
870.014/2017-MIX MINERACAO EIRELI-OF. N°13823/2024/DIFIS-BA/ANM
870.830/2019-ATAIDE & ATAIDE COMERCIO DE PISOS E AZULEJOS PARA REPOSICAO E DECORACAO LTDA-OF. N°11412/2024/DIFIS-BA/ANM
874.317/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-OF. N°14408/2024/DIFIS-BA/ANM
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
871.538/2017-MINERACAO PEDRA CUBICA LTDA
870.172/2015-ASX TERRAPLENAGEM EIRELI
870.831/2018-SUDAMERICA LTDA
Não conhece requerimento protocolizado(270)
871.715/2021-MINAS BAHIA MINERAÇÃO LTDA EPP
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
870.076/2021-RTB GEOLOGIA E MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.286/2021
870.233/2023-MAM MINERACAO LTDA -Alvará N°2.469/2023
870.234/2023-MAM MINERACAO LTDA -Alvará N°2.470/2023
870.453/2023-3D MINERACAO LTDA -Alvará N°6.409/2023
871.970/2016-FERREIRA E FANTI ROCHAS NATURAIS DO BRASIL LTDA -Alvará N°11.778/2016
872.037/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.719/2023
872.035/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.717/2022
872.036/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.718/2023
872.042/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.724/2023
872.043/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.725/2023
871.965/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.673/2023
871.966/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.674/2023
871.967/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.675/2023
872.000/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.696/2023
872.001/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.697/2023
872.006/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.699/2023
872.007/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.700/2023
872.011/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.704/2023
872.022/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.706/2023
872.012/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.705/2023
872.010/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.703/2023
872.009/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.702/2023
872.008/2022-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. -Alvará N°2.701/2023
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
870.096/1988-MAIORCA INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA-OF. N°14004/2024/DIFIS-BA/ANM; 12588/2024/DIFIS-BA/ANM
870.718/2001-MILFONTES AGUAS MINERAIS E BEBIDAS LTDA.-OF. N°13551/2024/DIFIS-BA/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
870.343/1998-EMPRESA DE AGUAS ITAY LIMITADA-OF. N°12735/2024/DIFIS-BA/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
870.718/2001-MILFONTES AGUAS MINERAIS E BEBIDAS LTDA.- Fonte:Humaitá Embalagem:200ml(sem gás), 300ml(s/gás), 510 ml(com e s/gás) e 1,5L(s/gás);- SIMÕES FILHO/BA
870.718/2001-MILFONTES AGUAS MINERAIS E BEBIDAS LTDA.- Fonte:Águas Claras Embalagens:200ml(sem gás), 300ml(s/gás), 510 ml(com e s/gás) e 1,5L(s/gás);- SIMÕES FILHO/BA
Nega aprovação do rótulo de água mineral(480)
870.718/2001-MILFONTES AGUAS MINERAIS E BEBIDAS LTDA.
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
870.500/2004-LEMOS & NEVES LTDA.

CARLA FERREIRA VIEIRA MARTINS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 74/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
872.564/2015-E F DA SILVA FILHO ME - AI N°4/2024 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970010/2024-91
872.944/2015-SCOPEL IND E COM DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - AI N°5/2024 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970011/2024-36
870.847/2016-FERREIRA & FERREIRA AREAL LTDA - AI N°2/2024 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970013/2024-25
870.642/2014-V.M. MINERAÇÃO MURICI LTDA ME - AI N°1243/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970379/2023-13
870.583/2015-MÁRIO SÉRGIO GOMES DE LISBOA - AI N°1245/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970381/2023-92
870.158/2016-SCOPEL IND E COM DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - AI N°1311/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970410/2023-16
870.214/2016-SCOPEL IND E COM DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - AI N°1274/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970411/2023-61
871.006/2014-ANTONIO ROQUE DOS SANTOS DE CONQUISTA ME - AI N°5456/2022 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.973560/2022-09
871.381/2016-GEORGE FABIO DE LARA ANDRADE - AI N°2484/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970913/2023-91
872.869/2015-MONTE ALTO MINERAÇÃO LTDA. - AI N°2506/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970937/2023-41
870.731/2016-SCOPEL IND E COM DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - AI N°2503/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970934/2023-15
870.724/2013-FLÁVIA CRISTINA WILKE ALVES - AI N°2509/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970940/2023-64
872.838/2015-SERGIO BARRETO CARVALHO - AI N°2507/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970938/2023-95
872.872/2015-MARCOS DA SILVA MACHADO - AI N°1256/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970392/2023-72
871.400/2012-MARCIO ALVES CAIRES MINERAÇÃO ME - AI N°2472/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970896/2023-92
870.238/2012-MINERAÇÃO FERROS MGM LTDA - AI N°2458/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970882/2023-79
870.729/2012-ELÁDIO ANTÔNIO NUNES SANTANA - AI N°2468/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970892/2023-12
870.799/2012-OBADIAS NASCIMENTO RODRIGUES - AI N°2470/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970894/2023-01
871.613/2012-GEOLAB SERVICOS GEOLOGICOS LTDA - AI N°2473/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970897/2023-37
870.696/2012-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA - AI N°2466/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970890/2023-15
870.654/2012-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA - AI N°2463/2024 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970887/2023-00
870.695/2012-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA - AI N°2465/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970889/2023-91
871.154/2016-ALEXSANDRO SOARES ALVES - AI N°1681/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970569/2023-31
870.427/2016-AXMOVEIS MOVEIS PARA ESCRITORIOS PRESENTE E DECORAÇÕES EPP - AI N°1645/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970533/2023-57
870.483/2016-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. - AI N°1646/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970534/2023-00
870.504/2016-GENIVALDO BOMFIM DA SILVA - AI N°1649/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970537/2023-35
870.515/2016-NATURAL STONE LTDA - AI N°1651/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970539/2023-24
870.515/2016-NATURAL STONE LTDA - AI N°1651/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970539/2023-24
870.802/2016-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES - AI N°1665/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970554/2023-72
871.949/2016-AREIAL LAGOA DA GIBOIA DE CARAIBAS EIRELI - AI N°2525/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970958/2023-66
870.870/2016-JERIBA MINERACAO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRACAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - AI N°2498/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970929/2023-02
871.379/2016-MINERA BR GRANITOS LTDA - AI N°2512/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970943/2023-06
871.204/2016-MARCELO RIBEIRO - AI N°2494/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970925/2023-16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300437

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

871.896/2016-PAVISERVICE SERVICOS DE PAVIMETACAO LTDA - AI N°2491/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970920/2023-93
871.336/2016-N GREEN MINERAIS LTDA - AI N°2479/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970907/2023-34
874.466/2011-MINERAÇÃO FERROS MGM LTDA - AI N°2451/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970875/2023-77
872.806/2012-MINERADORA UBAX LTDA - AI N°2440/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970863/2023-42
872.283/2012-LUIZ C. TRINDADE ME - AI N°2428/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970855/2023-04
872.408/2015-STELLARIUM PEDRAS E REVESTIMENTOS LTDA. - AI N°1254/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970390/2023-83
870.375/2016-MARCELO DE ALMEIDA NUNES - AI N°1643/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970531/2023-68
870.351/2016-REALMAIS CONSTRUÇÃO E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME - AI N°1640/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970528/2023-44
870.962/2016-CORCOVADO GRANITOS LTDA - AI N°1672/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970560/2023-20
871.942/2015-IEDA FERREIRA DE ALMEIDA - AI N°1629/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970517/2023-64
873.019/2015-PEDREIRA IGUAPE LTDA - AI N°1632/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970520/2023-88
870.238/2016-TERRA & PEDRA MINERAÇÃO LTDA. ME - AI N°1638/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970526/2023-55
871.217/2016-M. R. MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME - AI N°1682/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970570/2023-65
872.123/2016-MUNDIAL GRANITOS MINERIOS EM GERAL LTDA - AI N°1253/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970389/2023-59
870.885/2015-RUI ANTÔNIO MARCHI GODOI - AI N°1249/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970385/2023-71
870.808/2015-EVIDENCIA MINERACAO MARMORES E GRANITOS LTDA - AI N°1627/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970515/2023-75
872.817/2015-GRANVALE GRANITOS VALE DO RIO DOCE LTDA EPP - AI N°1255/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970391/2023-28
870.578/2016-LEANDRO DE SOUZA DALVI - AI N°1654/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970542/2023-48
872.613/2012-GEOLAB SERVICOS GEOLOGICOS LTDA - AI N°2421/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970850/2023-73
871.063/2016-BRASPEDRAS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - AI N°1675/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970563/2023-63
870.693/2016-PEDRO REBLI - AI N°1664/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970552/2023-83
870.053/2016-GRANVALE GRANITOS VALE DO RIO DOCE LTDA EPP - AI N°1635/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970523/2023-11
871.073/2012-KLYNGER MACHADO DE OLIVEIRA - AI N°2420/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970849/2023-49
873.024/2015-CID CARLOS PEREIRA - AI N°1633/2023 - DIFIS-BA/ANM - PAS Nº 48062.970521/2023-22
Multa aplicada-Não início de pesquisa comunicado/prazo para pagamento30 dias(1026)
870.496/2017-EDMILSON FELICIANO DOS SANTOS
870.442/2017-B4F NEFELINA DA BAHIA LTDA.

CARLA FERREIRA VIEIRA MARTINS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 89/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.834/2021-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE- Cessionário:Nilson Guimarães Linhares- CPF ou CNPJ ***.224.096-**- Alvará n°10091/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
866.631/2018-ENCANTADO GOLD MINERACAO LTDA-OF. N°15136/2024-SEOUT
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
867.082/2017-AJAX AUGUSTO MENDES CORREA JUNIOR-ALVARÁ N°4378/2017
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
866.959/2018-VALDINEI MAURO DE SOUZA- Cessionário:Valdinei Mauro de Souza Ltda- CPF ou CNPJ 53.280.790/0001-72- Alvará n°2944/2021
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
866.041/2006-VALDINEI MAURO DE SOUZA- Cessionário:Valdinei Mauro de Souza Ltda- CNPJ 53.280.790/0001-72- PLG n°34/2007
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.559/2012-CAPIXABA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°15392/2024-SEOUT
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
866.187/2005-FIDES GOLD MINERADORA S.A.- Alvará n° 6874 - Cessionário: 2008- CNPJ 52.746.946/0001-03.

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 90/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização - prazo 1 ano(2752)
866.010/2019 - MINERADORA ACORAL LTDA - CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT - Guia n° 188/2024 - Substância(s): Minério de Ouro - Areia - Cascalho e Diamante - Volume(s): 50.000 - 50.000 - 8.500 e 3.000 - ton/ano - ton/ano - ton/ano e ct/ano.

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 91/2024

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso V da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 01 de Julho de 2022, outorga a(s) seguinte(s) PLG(s) com vigência a partir da data de publicação:(513)
PLG n° 88/2024 de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 866.590/2023 - Titular COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - Prazo 5 anos - Substância(s) MINÉRIO DE OURO - Município(s) de NOVO MUNDO/MT
PLG n° 91/2024 de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 866.472/2023 - Titular COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - Prazo 5 anos - Substância(s) OURO - Município(s) de TERRA NOVA DO NORTE/MT
PLG n° 85/2024 de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 866.469/2023 - Titular COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - Prazo 5 anos - Substância(s) MINÉRIO DE OURO - Município(s) de PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, TERRA NOVA DO NORTE/MT
PLG n° 87/2024 de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 866.443/2023 - Titular COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - Prazo 5 anos - Substância(s) MINÉRIO DE OURO - Município(s) de MATUPÁ/MT
PLG n° 93/2024 de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 866.390/2023 - Titular COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - Prazo 5 anos - Substância(s) MINÉRIO DE OURO - Município(s) de GUARANTÃ DO NORTE/MT
PLG n° 86/2024 de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 866.257/2016 - Titular COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - Prazo 5 anos - Substância(s) OURO - Município(s) de TERRA NOVA DO NORTE/MT
PLG n° 89/2024 de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 866.960/2012 - Titular COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - Prazo 5 anos - Substância(s) MINÉRIO DE OURO - Município(s) de NOVA GUARITA/MT
PLG n° 90/2024 de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 866.444/2012 - Titular COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - Prazo 5 anos - Substância(s) MINÉRIO DE OURO - Município(s) de NOVA GUARITA/MT
PLG n° 92/2024 de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 866.078/2023 - Titular COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - Prazo 5 anos - Substância(s) OURO - Município(s) de PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, TERRA NOVA DO NORTE/MT
PLG n° 84/2024 de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 866.649/2023 - Titular COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO - COOGAVEPE - Prazo 5 anos - Substância(s) MINÉRIO DE OURO - Município(s) de MATUPÁ/MT, PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, TERRA NOVA DO NORTE/MT.

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 202/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
832.039/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
832.041/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
832.036/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
832.457/2003-VALE S.A.-MINÉRIO DE FERRO (uso: Industrial).-OURO PRETO/MG
831.875/2015-MINERACAO JAJA LTDA-Grafita-Arcos e Formiga/MG
831.146/2018-AREIAL PRIMAVERA LTDA-AREIA (uso: Agregado).-RIO NOVO/MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.408/2011-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-ALVARÁ N°6681/2019
831.733/2018-MINERACAO CALFENIX LTDA-ALVARÁ N°6818/2019
831.789/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-ALVARÁ N°7100/2019
831.208/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-ALVARÁ N°7087/2019
831.790/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-ALVARÁ N°7101/2019
831.206/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-ALVARÁ N°7086/2019
831.209/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-ALVARÁ N°7088/2019
831.595/2018-VALE S.A.-ALVARÁ N°6696/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.376/2021-MINERADORA GUERRA LTDA-OF. N°14247/2024/UAPM-MG/ANM
831.892/2016-MINAS SERP ADITIVOS MINERAIS LTDA-OF. N°12499-UAPC-GR-ANM/MG
832.336/2021-GRAVIMAR GRANITOS E MARMORES LTDA-OF. N°14975/2024/DIFIP-MG/ANM
830.349/2016-MINERAÇÃO VITÓRIA EIRELI-OF. N°15283/2024/UAPM-MG/ANM
831.749/2006-AGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA-OF. N°15293/2024/DIFIP-MG/ANM
Defere pedido de reconsideração(262)
831.798/2020-JOSE AMILTON ROCHA
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
004.655/1961-MINERACAO POSITIVA LTDA EM-MINÉRIO DE FERRO (uso: Industrial).
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
932.705/2011-GERDAU ACOMINAS S/A-OF. N°15112/2024/DIFIP-MG/ANM
003.889/1963-VALE S.A.-OF. N°15262/2024/DIFIP-MG/ANM
003.457/1937-VALE S.A.-OF. N°15268/2024/DIFIP-MG/ANM
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
830.734/1983-AMARILDA DA SILVA DIAS ME-AREIA e CASCALHO
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
830.076/1986-AGUA MINERAL DA SERRA DA MANTIQUEIRA LTDA-(arrendatária) -Interessado: Nova Água Mantiqueira da Serra Ltda - Nome da Fonte:Rio Claro I- Marca: Leven -Volumetria:1,5L, com gás- DELFIM MOREIRA/MG
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
830.174/2009-SOLO FERTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°4880/2024/DIOUT-MG/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
831.174/2000-AREAL SANTO HILARIO E COMERCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 31506/2000 - Vencimento em 19/03/2031
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.269/2001-VARGINHA MINERACAO LTDA-OF. N°5470/2024/UAPC-MG/ANM
831.383/2014-EXTRAÇÃO DE AREIA SÃO JOSÉ LTDA ME-OF. N°17357/2022/UAPC-MG/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
833.604/2023-ARGILA E BARRO SANTOS LTDA.-OF. N°14945/2024/DIOUT-MG/ANM
830.090/2024-ALTITUDE SERVICOS LTDA-OF. N°15148/2024/DIOUT-MG/ANM
830.413/2024-ANTONIO MIGUEL ESPOLADOR NETO-OF. N°15155/2024/DIOUT-MG/ANM
830.315/2024-BR MINERACOES LTDA-OF. N°15159/2024/DIOUT-MG/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
830.399/2024-GUILHERME FIGUEIREDO DE ANDRADE URBANO
830.349/2024-NT MINERACAO LTDA
830.351/2024-ANDERSON DE MATOS
830.350/2024-ROCHA VIVA MINERACAO LTDA
830.354/2024-JNJ - COMERCIAL - TRANSPORTE - LOCACAO - LTDA
830.132/2024-BORBOREMA MINERACAO LTDA.
830.126/2024-GUILHERME FIGUEIREDO DE ANDRADE URBANO
830.124/2024-SIGMA MINERACAO S.A.
830.109/2024-GUILHERME FIGUEIREDO DE ANDRADE URBANO
831.979/2023-PONTICOR BRASIL HOLDING LTDA
831.979/2023-PONTICOR BRASIL HOLDING LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.131/2024-BORBOREMA MINERACAO LTDA.-OF. N°14824/2024/CAREAS-MG/ANM
830.130/2024-BORBOREMA MINERACAO LTDA.-OF. N°14780/2024/CAREAS-MG/ANM

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 203/2024

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização - prazo 3 anos(2760)
830.821/2005 - GLOBAL ADONAI MINERACAO LTDA - DESTERRO DE ENTRE RIOS/MG - Guia n° 193/2024 - GERÊNCIA REGIONAL/MG - Substância(s): MINÉRIO DE FERRO (uso: Industrial) - Volume(s): 300.000 toneladas/ano.

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 204/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
831.798/2020-JOSE AMILTON ROCHA- DOU de 09/04/2024.

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 17/2024

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
886.034/2019 - MINERACAO BEIRA RIO LTDA-Registro de Licença n° 410/2024 - Vencimento 17/04/2029
886.103/2023 - FRANCISCO DAMASCENO VASCONCELOS JUNIOR-Registro de Licença n° 422/2024 - Vencimento 24/07/2028.

ANTÔNIO TEOTÔNIO DE SOUZA NETO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 50/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
886.125/2012-METALMIG MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO S/A- AI N°2202/2023

ANTÔNIO TEOTÔNIO DE SOUZA NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 45/2024

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de lavra(695)
848.367/2014-V & F MINERACAO LTDA- DOU de 22/04/2024.

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 52/2024

Fase de Requerimento de Lavra
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, II, alínea "e" da Portaria ANM Nº 1.056, de 30 de junho de 2022 - DOU de 01 de julho de 2022, com fundamento no Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967 c/c o art. 2°, inciso XVIII da Lei 13.575/2017, outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2611)
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 194/2024, de 2 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 848.567/2011 - Titular CIMENTO AÇU LTDA - Substância(s) FOLHELHO, ARGILA, CALCÁRIO - Município(s) de MOSSORÓ/RN.

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 53/2024

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.324/2023 - HMG-INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA-Registro de Licença n° 416/2024 - Vencimento Indeterminado
848.101/2024 - FRANCISCO PAIVA DA SILVA-Registro de Licença n° 417/2024 - Vencimento Indeterminado
848.006/2023 - VIALCONEX LTDA-Registro de Licença n° 418/2024 - Vencimento Indeterminado.

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 54/2024

Fase de Requerimento de Pesquisa
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 03 anos, com vigência a partir dessa publicação:(323)
3857/2024-848.035/2024-APEX GOLD LTDA.

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

DESPACHO
Relação Nº 77/2024

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou parcialmente procedente a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança Nº: 48407.974078/2011-87
Titular: MÁRMORES DA BAHIA S/A
CNPJ/CPF: 15.234.859/0001-32
NFLDP Nº: 3.153/2011
Valor: R$ R$ 139.591,64 (Cento e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos).

DANIEL POLLACK
Superintendente

COORDENAÇÃO DE COBRANÇA DE AUTO DE INFRAÇÃO E TAXAS

DESPACHO
Relação nº 73/2024

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA. Multa aplicada-(TAH). Prazo de 30 dias para pagamento ou interposição de recurso - a ser juntado ao NUP do processo, através do protocolo digital: https://app.anm.gov.br/protocolo. (6.41)
Titular ANM NUP "Auto de Infração/ano" UF
LARIMAR MINERADORA LTDA 871963/2021 48062.970747/2022-42 2073/2022 BA.

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 74/2024

A Agência Nacional de Mineração (ANM) comunica ao(s) interessado(s) listados, em razão da frustação da notificação por via postal, que lhe(s) resta pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Taxa Anual por Hectare (TAH) em 10 (dez) dias a contar desta data de publicação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (256)
Titular ANM NUP
ADILSON JOSE SILVA 800.260/2021 48065.900345/2022-51
ALTERFLEX MINERACAO LTDA 871.980/2021 48062.973249/2022-51
Bramelco Mineracao Ltda Me 848.109/2020 48070.948217/2022-19
E F da Silva Filho Me 870.415/2017 48062.970896/2022-10
E M NEVES DISTRIBUIDORA EIRELI 871.458/2018 48062.973132/2021-97
JURANDIR BARBOSA DE SOUZA 870.734/2021 48062.973206/2022-76
KLEIDSON DANTAS DA CRUZ 871.316/2021 48062.973225/2022-01
KORKMAZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA 831.059/2019 48054.931477/2023-34
Leandro Marcos de Camargo 871.138/2019 48062.972144/2022-85
Mineração Itagran Ltda 870.069/2017 48062.971060/2021-43
MUNDO MIL TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA 870.930/2019 48062.972139/2022-72
RAMON TRANSPORTES LTDA 870.619/2021 48062.973200/2022-07
RENATA MEDINA DA SILVA 831.727/2020 48054.933574/2022-81
Sudamerica Ltda. 870.788/2018 48062.971410/2022-52
Sul Mineradora Ltda 832.137/2015 48054.933759/2022-95
TUPA DE FERRO MINERADORA SPE LTDA 870.851/2018 48062.970868/2022-94.

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 75/2024

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar débito ou apresentar defesa (Vistoria). Prazo 30 (trinta) dias. 687
Titular ANM NUP Notificacao/ano ValorR$ UF
Valdeci Batista da Silva Me 800126/2007 48410.900395/2018-84 42/18 R$ 1.037,84 CE.

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO
Relação nº 64/2024

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(2306)
840.152/2022-MARCIA ADRIANA LIMA MUNIZ- DOU de 09/09/2022, Seção 1, Pág. 139
830.142/2021-MINERACAO APOLLO LTDA- DOU de 13/04/2021, Seção 1, Pág. 71

CLÁUDIO ROBERTO FREIRE
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 65/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho publicado(256)
890.228/2022-NATHALIA MELO CRUZ MENDES FORTES ANDRE-O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas na Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, ratifica os atos decisórios constantes no processo 48064.890228/2022-81, até a presente data e determina o arquivamento do processo 48064.890209/2022-55 objetivando correção de erro sistêmico do REPEM.
864.091/2022-IEDA MARIA JABER DE MAGALHAES-O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas na Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, ratifica os atos decisórios constantes no processo 48073.864091/2022-09, até a presente data, bem como ratifica a homologação de desistência do processo 48073.864001/2022-71, publicada no DOU de 21/02/2024, objetivando correção de erro sistêmico do REPEM.
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
830.142/2021-MINERACAO APOLLO LTDA
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
890.209/2022-NATHALIA MELO CRUZ MENDES FORTES ANDRE
896.126/2022-ANTONIO GENTIL GARCIA GOULAR
Despacho publicado(156)
864.001/2022-IEDA MARIA JABER DE MAGALHAES-O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas na Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, ratifica os atos decisórios constantes no processo 48073.864091/2022-09, até a presente data, bem como ratifica a homologação de desistência do processo 48073.864001/2022-71, publicada no DOU de 21/02/2024, objetivando correção de erro sistêmico do REPEM.

CLÁUDIO ROBERTO FREIRE
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 66/2024

Fase de Requerimento de Lavra
Determina o cancelamento da anuência prévia aos atos de cessão de direitos(1038)
866.226/2010-NHANDU PARKENT MINERAÇÃO LTDA- Alvará n°/ - Cessionario:- CNPJ - Publicado no DOU de 04/05/2020-Acolhendo a sentença prolatada nos autos do Processo Judicial nº 5019520-09.2024.8.13.0024 expedido em 26.01.2024 pelo Juiz de Direito Dr. Adilon Claver de Rezende, da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerias, em complemento a Decisão expedida no ID10156080757, da Sentença Arbitral, nº A-350/2021 proferida em 02.02.2023.autoriza o CANCELAMENTO do ato de anuência prévia e averbação do processo minerário nº 48412.866.226/2010-31, despacho publicado no Diário Oficial da União de 04.05.2020, seção 1 - relação - 29/2020 - Gerência Regional/MT, e em consequência, autorizo o cancelamento da averbação efetivada em 06.07.2020, no Livro de Averbações Nº 230 - Fl. 197, firmada entre Graben Mineração Ltda-CNPJ: 11.556.105/0001-48 e cessionária. Nhandu Parkent Mineração Ltda - CNPJ: 27.776128/0001-06.

CLÁUDIO ROBERTO FREIRE
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO

COORDENAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS GEOTÉCNICOS EM BARRAGENS DE MINERAÇÃO,

DESPACHO
Relação nº 23/2024

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
BARRAGEM DE REJEITOS-CIMENTO TUPI S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL-890.613/1998-OF. N°11543/2024/COGRGBM/ANM
BARRAGENS GERMANO, CAVA DO GERMANO E EIXO 1-SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL-933.382/2010-OF. N°14077/2024/COGRGBM/ANM
MBR II SUL-MINERACAO BOM RETIRO II EIRELI-820.853/1996-OF. N°7764/2024/COGRGBM/ANM
MBR II SUL-MINERACAO BOM RETIRO II EIRELI-820.853/1996-OF. N°8611/2024/COGRGBM/ANM
FORQUILHA III-VALE S.A.-930.925/2005-OF. N°14585/2024/COGRGBM/ANM
BARRAGEM SUL SUPERIOR E ECJ SUL SUPERIOR-VALE S.A.-001.791/1961-OF. N°14821/2024/COGRGBM/ANM
BARRAGEM TURMALINA-MINERACAO SERRAS DO OESTE LIMITADA-812.003/1975-OF. N°11041/2024/COGRGBM/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(2367)
BARRAGEM ÁGUA FRIA-TOPAZIO IMPERIAL MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-930.096/2000-OF. N°11268/2024/COGRGBM/ANM- No prazo de 30 dias
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(2022)
BARRAGEM TURMALINA-MINERACAO SERRAS DO OESTE LIMITADA-812.003/1975-OF. N°11041/2024/COGRGBM/ANM.

ELIEZER SENNA GONÇALVES JÚNIOR
Coordenador

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 256, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, para o caso previsto no inciso II do art. 7º, e o que consta do Processo ANP nº 48610.200355/2021-88, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de etanol da AGROPECUÁRIA NOVO MILÊNIO LTDA., CNPJ nº 04.165.520/0001-05, com capacidade de produção de 770 m³/d de etanol hidratado e 470 m³/d de etanol anidro, localizada na Rodovia MT 170, Km 60 Anexo 1, Zona Rural, Lambari D'Oeste - MT, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 200, de 07/03/2018, publicada no DOU de 08/03/2018.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNNO LOBACK ATALLA

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 251, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 960, de 5 de outubro de 2023, e o que consta do processo nº 48610.207157/2022-26, resolve:

Autorizar a empresa MARIENTAL PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 18.813.347/0001-19, a operar a instalação de transportador-revendedor-retalhista (TRR), localizada a Rodovia do Xisto Km 187, Distrito de Mariental, Lapa/PR, 83750-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -25:43:07,300; -49:39:39,400 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 550,0 m³.

TQ	Ø (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
1	6,40	7,50	250,00	II ou III	Vertical aéreo
2	4,50	6,00	100,00	II ou III	Vertical aéreo
3	4,50	6,00	100,00	II ou III	Vertical aéreo
4	4,50	6,00	100,00	II ou III	Vertical aéreo

DIOGO VALERIO

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 252, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 938, de 5 de outubro de 2023, e considerando o que consta no Processo nº 48610.207157/2022-26, resolve:

Autorizar a empresa MARIENTAL PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 18.813.347/0001-19, a exercer a atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

DIOGO VALERIO

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 253, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 959, de 5 de outubro de 2023, e considerando o que consta no Processo nº 48610.211068/2024-46, resolve:

Autorizar a empresa PONTO CERTO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 23.121.658/0001-57, a exercer a atividade de agente de comércio exterior.

DIOGO VALERIO

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 254, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 960, de 5 de outubro de 2023, e o que consta do processo nº 48610.205720/2024-93, resolve:

Autorizar a empresa PETROCAMPOS QUINTANA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 47.545.972/0001-25, a operar a instalação de transportador-revendedor-retalhista (TRR) localizada a Avenida Santa Helena 1.020, Lote Q2 QA, Salão Branco, Quintana/SP, 17670-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:04:13,06 ; -50:19:00,001 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 60,00 m³.

TQ	Ø (m)	Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	2,54	6,00	30,00	II ou III	Horizontal Aéreo
02	2,54	6,00	30,00	II ou III	Horizontal Aéreo

DIOGO VALERIO

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 255, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 938, de 5 de outubro de 2023, e considerando o que consta no Processo nº 48610.205720/2024-93, resolve:

Autorizar a empresa PETROCAMPOS QUINTANA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - CNPJ nº 47.545.972/0001-25, a exercer a atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

DIOGO VALERIO

DESPACHO SDL-ANP Nº 501, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no art. 34, inciso I, alínea c, da Resolução ANP n° 948 de 5 de outubro de 2023, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0015185	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS ABC LTDA	02.177.877/0001-88	48610.011297/2001-76
PR/RS0180711	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS EBENEZER LTDA - EPP	26.470.608/0001-73	48610.003304/2017-23
PR/RS0242826	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS FLORES DA CUNHA LTDA	48.377.730/0001-32	48610.222951/2023-81
PR/RS0194830	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS LUTHEFFA LTDA	21.214.591/0001-70	48610.006343/2019-44
PR/PR0013249	AUTO POSTO BORBA GATO LTDA	01.199.253/0001-07	48610.014625/2001-96
PR/PR0005778	AUTO POSTO ENTRERRIENSE EIRELI	02.811.957/0001-43	48610.008305/2000-16
PR/PR0004379	AUTO POSTO IVATUBA LTDA	76.050.665/0001-71	48610.003396/2001-84
PR/PR0183992	AUTO POSTO MARQUES LTDA. - EPP	27.948.342/0001-94	48610.011248/2017-09
PR/BA0242237	AUTO POSTO METEORITO BENDEGO LTDA	11.733.882/0001-10	48610.219430/2023-46
PR/PE0084164	AUTO POSTO MOURA LTDA	01.935.272/0001-46	48610.008671/2010-47
PR/PE0103342	AUTO POSTO MOURA LTDA	01.935.272/0002-27	48610.013547/2011-84
PR/PR0172625	AUTO POSTO PETROCOMBO LTDA	22.077.999/0001-00	48610.010671/2015-11
PR/SP0071962	AUTO POSTO PORTAL DA RAPOSO LTDA	10.863.400/0001-84	48610.007407/2009-52
PR/MG0091468	AUTO POSTO REDENTOR LTDA. - ME	07.055.764/0001-23	48610.001344/2011-45
PR/PA0192304	AUTO POSTO TAPAJOS LTDA	24.811.602/0001-97	48610.002855/2019-31
PR/MG0209517	COMERCIAL APARECIDA LTDA	28.932.450/0001-31	48610.207832/2021-36
PR/MT0166973	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS ARENAPOLIS LTDA	02.524.985/0002-60	48610.000508/2004-98
PR/PR0182672	ELAINE CRISTINA SZEREMETA	14.451.544/0001-84	48610.009215/2017-91
PR/RS0180217	GARRA LIVRAMENTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	15.638.997/0001-87	48610.002796/2017-30
PR/MA0187137	I F L ERICEIRA	21.944.257/0001-71	48610.002605/2018-11
PR/MA0107742	JOSE EDMAR ARAUJO SOUSA ME	02.251.628/0001-95	48610.001407/2012-44
PR/SC0222796	JR POSTOS LTDA	44.062.240/0001-96	48610.206541/2022-10
PR/RN0030407	M B R COMERCIAL LTDA	70.313.598/0001-54	48610.000713/2003-72
PR/RN0060000	M B R COMERCIAL LTDA	70.313.598/0004-05	48610.007791/2008-11
PR/PE0162179	MASTER POSTO COMBUSTIVEIS LTDA	05.737.605/0001-83	48610.006834/2003-28
PR/SP0007213	MATTARA & CIA LTDA - EPP	69.091.940/0001-30	48610.006931/2001-59
PR/SC0211600	MHC COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	35.694.091/0001-97	48610.206744/2021-17
PR/RN0008326	ON - COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA	04.182.075/0001-91	48610.005714/2001-41
PR/ES0025582	POSTO CAMBURI DO GAS LTDA	31.709.116/0001-28	48610.003992/2002-45
PR/SC0017292	POSTO CEDRO LTDA	82.824.095/0001-22	48610.018865/2001-61
PR/DF0024228	POSTO DA TORRE LTDA	04.473.193/0001-59	48610.017933/2001-73
PR/BA0171826	POSTO DE COMBUSTIVEIS JOAQUIM NETO LTDA	20.405.176/0001-30	48610.008740/2015-27
PR/RS0029951	POSTO DE COMBUSTÍVEIS MORRO REUTER LTDA	05.020.106/0001-70	48600.003742/2002-24
PR/MG0193776	POSTO DE COMBUSTIVEL LIDER VICOSA - EIRELI - EPP	07.392.604/0001-70	48610.001430/2006-91
PR/SC0180293	POSTO DE COMBUSTIVEL SAO MARCOS ORLEANS LTDA	26.995.424/0001-27	48610.002803/2017-01
PR/SP0097263	POSTO PAULISTA DE CANITAR LTDA	13.687.893/0001-37	48610.008266/2011-18
PR/BA0168728	POSTO ROSARINHO COMERCIAL LTDA - ME	20.343.250/0001-31	48610.000249/2015-58
PR/BA0204878	REDE AZUL DE POSTOS ARACI LTDA	35.703.975/0001-60	48610.007104/2020-45
PR/RN0014450	SI COMERCIAL DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	02.797.263/0002-80	48610.010874/2001-11
PR/RS0031537	SOLANGE FATIMA DA ROSA	92.562.271/0001-59	48610.002253/2003-17
PR/RS0204037	SPOLIER LOGISTICA LTDA	03.711.378/0003-53	48610.011832/2006-11
PR/RS0169912	SSM COMBUSTIVEIS LTDA	21.614.280/0001-06	48610.003151/2015-52
PR/SP0014638	TORREZAN AUTO POSTO LTDA	53.570.784/0001-50	48610.016134/2001-81

JARDEL FARIAS DUQUE

DESPACHO SDL-ANP Nº 502, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 958, de 05 de outubro de 2023,

Torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2020 Versão Corrigida: 2021, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPRS0434256	ALEX JUNIOR ZANELA	20.323.944/0004-50	48610.210966/2024-87
GLPMT0434260	ATACAMA SUPERMERCADO ATACAREJO LTDA	20.259.103/0002-69	48610.209889/2024-12
GLPBA0434277	CASA & CIA REVENDEDORA DE GAS LTDA	52.097.660/0001-36	48610.211349/2024-07
GLPCE0434300	CICERO COMERCIO CENTRAL DE GAS LTDA	54.672.543/0001-84	48610.211406/2024-40
GLPAC0434271	D. A. BEZERRA & CIA LTDA	54.285.396/0001-90	48610.211322/2024-14
GLPPR0434279	D T VALERIO LTDA	09.180.966/0002-03	48610.211352/2024-12
GLPGO0434310	DAVISON B DIAS LTDA	42.269.279/0002-34	48610.239459/2023-44
GLPSE0434316	DISTRIBUIDORA VIEIRA LTDA	47.512.287/0001-00	48610.211454/2024-38
GLPMG0434344	FABIO AUGUSTO COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	53.530.534/0001-96	48610.211645/2024-08
GLPSP0434330	FORT GAS E AGUA BRAGANCA LTDA	52.197.463/0001-99	48610.211559/2024-97
GLPBA0434308	IVONETE OLIVEIRA SOUSA	52.647.983/0001-56	48610.211473/2024-64
GLPGO0434338	J VAREJO GAS LTDA	53.672.919/0001-98	48610.211455/2024-82
GLPSP0434333	JD-ROSANA COMERCIO DE GLP LTDA	51.725.152/0001-92	48610.211568/2024-88
GLPPR0434269	J.V COMERCIO DE GAS LTDA	54.369.542/0001-65	48610.211226/2024-68
GLPAC0434321	M. S. DOS SANTOS	52.815.604/0001-90	48610.211446/2024-91
GLPSP0434264	MARCIO SILLES DOS SANTOS	29.178.085/0001-84	48610.209340/2024-28
GLPRN0434266	NELSON MEDEIROS CAMARA	70.048.186/0002-15	48610.210840/2024-11
GLPCE0434314	OLIVEIRA COMERCIO DE GAS GLP LTDA	52.142.019/0001-76	48610.211451/2024-02
GLPSP0434328	OLIVIERI CARDOSO COMERCIO DE GAS LTDA	53.885.098/0001-78	48610.211160/2024-14
GLPMG0434312	OXIMONT GASES E MONTAGEM INDUSTRIAIS LTDA	23.376.715/0001-49	48610.203661/2024-19
GLPSE0434262	PAULO V SILVA	54.063.919/0001-53	48610.210773/2024-26
GLPPA0434298	POSTO CASTELAO LTDA	31.389.755/0001-53	48610.211369/2024-70
GLPSP0434340	RAFAEL MURI SILVA	10.694.714/0001-09	48610.210705/2024-67
GLPBA0434296	RAFFAELE DI FILIPPO	54.107.165/0001-96	48610.211368/2024-25
GLPGO0434294	REIS GAS LIMITADA	53.673.178/0001-60	48610.211367/2024-81
GLPMG0434342	ROTA GAS LTDA	46.436.991/0001-50	48610.210939/2024-12
GLPES0434306	SAMA EXPRESS GAS E AGUA LTDA	49.899.325/0001-47	48610.211467/2024-15
GLPCE0434302	SOBRAL COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	36.521.362/0001-75	48610.211441/2024-69

JARDEL FARIAS DUQUE

DESPACHO SDL-ANP Nº 503, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 948 de 5 de outubro de 2023,

Torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PE0246467	AUTO POSTO AROEIRAS LTDA	43.059.045/0001-44	48610.208031/2024-31
PR/MT0246456	AUTO POSTO NIKKEY LTDA	54.291.808/0001-02	48610.211153/2024-12
PR/PE0246455	AUTO POSTO SANTA BARBARA LTDA	50.121.530/0001-66	48610.211198/2024-89
PR/PA0246463	BRAZAO FLORES & PEREIRA GOMES LTDA	37.663.817/0001-50	48610.218750/2023-89
PR/SC0246464	CARVALHO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	48.303.611/0001-35	48610.207212/2024-40
PR/SP0246454	CELTA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	23.908.506/0001-07	48610.223101/2023-08
PR/SP0246465	CENTRO AUTOMOTIVO GRAND SANTO ANDRE LTDA	50.825.250/0001-39	48610.209285/2024-76
PR/MT0246459	COMERCIAL AMAZONIA DE PETROLEO LTDA	09.001.879/0034-29	48610.211122/2024-53
PR/RS0246468	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CAVALINHO LTDA	26.254.757/0016-81	48610.211633/2024-75
PR/PA0246453	DGB JUNIOR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	51.722.196/0001-69	48610.209162/2024-35
PR/BA0246461	GLG POSTO DE COMBUSTIVEL LTDA	48.103.258/0001-40	48610.211092/2024-85
PR/TO0246466	PETRO PETROLEO 112 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	50.766.604/0001-11	48610.209128/2024-61
PR/MG0246457	POSTO DE COMBUSTIVEL OITTIS LTDA	40.112.194/0001-31	48610.211447/2024-36
PR/PI0246462	POSTO GREEN LTDA	54.024.887/0001-87	48610.211526/2024-47
PR/PA0246460	POSTO SAO JOAO - COHAB LTDA	53.900.227/0001-50	48610.210626/2024-56
PR/GO0246452	REDE EXPRESS POSTO REAL PETRO LTDA	53.774.272/0001-05	48610.211303/2024-80
PR/BA0246458	RIO CENTRO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	43.164.775/0001-05	48610.211334/2024-31

JARDEL FARIAS DUQUE

DESPACHO SDL-ANP Nº 504, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no art. 34, inciso I, alínea d, item 2 da Resolução ANP nº 948 de 5 de outubro de 2023,

Torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SP0171056	CENTRO AUTOMOTIVO DA SAUDADE LTDA	19.462.162/0001-70	48610.006623/2015-29
PR/SP0019556	LORD ABASTECIMENTO E LUBRIFICACAO LTDA	46.542.320/0001-74	48610.000046/2002-47
PR/CE0171722	PROJECAO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.	22.278.355/0001-80	48610.008386/2015-31
PR/GO0073709	REDE TIRADENTES POSTOS DE COMBUSTIVEIS LTDA	73.621.591/0006-00	48610.009240/2009-64

JARDEL FARIAS DUQUE

DESPACHO SDL-ANP Nº 505, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 948 de 5 de outubro de 2023, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu art. 34, inciso I, alínea c,

Torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MG0201004	AM COMERCIO COMBUSTIVEL LTDA	07.265.642/0001-61	48610.009265/2006-15
PR/SP0032088	AUTO POSTO PRIMAVERA LTDA	61.106.860/0001-07	48610.002846/2003-83
PR/PR0147442	POSTO BETTEGA LTDA	18.747.100/0001-41	48610.011592/2013-66
PR/RR0243313	TOMAUMA LTDA	46.567.684/0001-09	48610.225515/2023-63

JARDEL FARIAS DUQUE

DESPACHO SDL-ANP Nº 506, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no art. 34, inciso I, alínea c, da Resolução ANP nº 948 de 5 de outubro de 2023,

Torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0177827	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS INTER PRAIAS LTDA	25.321.482/0001-02	48610.010484/2016-19
PR/PI0152603	AUTO POSTO LIDER LTDA	12.868.867/0001-42	48610.001936/2014-18
PR/PR0007395	AUTO POSTO MACARICO EIRELI	80.797.350/0001-60	48610.005367/2001-57
PR/SE0207684	AUTO POSTO RODA DE CHIMARRAO LTDA	35.720.850/0001-49	48610.007791/2020-07
PR/MT0208541	AUTO POSTO TORINHO LTDA	41.135.970/0002-62	48610.002377/2021-84
PR/MA0024157	CHAPADINHA COMBUSTIVEIS LTDA	04.408.098/0001-71	48610.003977/2002-13
PR/BA0151462	COMERCIAL DE COMBUSTIVEL CRM LTDA - EPP	19.043.481/0001-40	48610.001412/2014-19
PR/PA0182032	E C AGUIAR	83.582.221/0004-95	48610.007308/2017-81
PR/BA0180385	IRMAOS CARNEIRO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	22.848.718/0001-75	48610.001583/2017-91
PR/RN0024244	J MENDES REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA	03.315.118/0005-20	48610.004329/2002-68
PR/PR0060254	NILTON WEILER COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	09.544.536/0001-42	48610.008257/2008-13
PR/BA0001864	PASSARELLA COMERCIO DE DERIVADOS DE COMBUSTIVEIS EIRELI	00.460.507/0003-90	48610.009665/2000-35
PR/TO0026685	PETROLIDER-COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	02.862.352/0003-43	48610.008778/2002-85
PR/RS0026767	POSTO DE SERVICOS ROGLEN LTDA	91.182.527/0001-30	48610.010145/2002-37
PR/MG0088125	POSTO GENTIL GV VILA BRETAS LTDA.	12.576.570/0001-03	48610.016007/2010-71
PR/SC0014796	POSTO PERDIGAO LTDA	03.185.954/0001-04	48610.011627/2001-23
PR/RS0028623	POSTO 70 COMBUSTIVEIS LTDA	90.304.064/0001-79	48610.011710/2002-83
PR/BA0071841	POSTOS RENASCER LTDA.	10.603.039/0005-80	48610.007262/2009-90
PR/GO0243334	REAL PETRO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	37.017.978/0001-76	48610.226485/2023-11

JARDEL FARIAS DUQUE

DESPACHO SDL-ANP Nº 507, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no art. 26, inciso I, alínea c, da Resolução ANP nº 958, de 5 de outubro de 2023,

Torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPMT0387597	ALFA GAS LTDA	35.226.611/0004-80	48610.219043/2021-48
GLPCE0387383	CEARA GAS DISTRIBUIDORA LTDA	42.291.387/0001-22	48610.216793/2021-68
GLPMG0346599	COMERCIAL GAS LI MARTINS LTDA	34.231.268/0001-56	48610.007989/2019-49
GLP/AM0213402	D. P JUNGLKANS - EPP	07.943.549/0002-40	48610.015031/2011-74
GLP/AM0210327	D. P JUNGLKANS - EPP	07.943.549/0003-20	48610.011664/2011-11
GLPSE0416759	L PESSOA GAS LTDA	44.230.383/0004-02	48610.221857/2023-12
001/GLP/SP0011638	MERCEARIA E AÇOUGUE J. A. UCHOA LTDA.	67.718.023/0001-07	48610.001350/2007-16
001/GLP/PA0002644	NEOGAS COMERCIO LTDA	05.304.751/0001-15	48610.010420/2004-84

JARDEL FARIAS DUQUE

DESPACHO SDL-ANP Nº 508, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no art. 26, inciso I, alínea c, da Resolução ANP nº 958 de 5 de outubro de 2023,

Torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPPR0391391	ATACADO DE GAS E AGUA DEUS E FIEL LTDA	43.195.922/0001-04	48610.223656/2021-80
GLPES0391336	AUTO POSTO SCHUENG LTDA	27.664.597/0008-00	48610.225315/2021-49
GLPPR0345449	B. V. FUKAGAWA COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA	11.036.091/0004-84	48610.013572/2018-34
001/GLP/SP0007693	BONFIM CHARLES COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA - ME	05.091.771/0001-55	48610.006572/2006-44
GLPBA0366757	CANDEIAS GAS COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	35.807.893/0001-66	48610.007366/2020-18
GLPPI0374225	CIBELLY ROUSE DE CARVALHO SOUSA	40.987.806/0001-30	48610.002195/2021-11
GLPSP0397580	E DE CASA DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA LTDA	45.159.725/0001-65	48610.205878/2022-00
GLP/PR0235267	FERCAR COMERCIO DE GÁS - ME	21.320.722/0001-01	48610.005935/2016-04
GLPPR0355666	FERNANDES E ORLANDINI COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	36.425.881/0001-30	48610.002348/2020-31
GLP/SP0211606	FRANCISCO ERIVAMA ALVES GAS ME	07.481.367/0001-13	48610.014332/2011-81
GLPMT0412080	G S SAMPAIO & CIA LTDA	42.157.738/0001-07	48610.212431/2023-60
GLP/RN0211611	JOABE G. DE MOURA COMÉRCIO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)	13.330.589/0001-38	48610.014191/2011-04
GLP/PR0225938	LUIZ UBIRATAN FELTRIN & CIA LTDA - ME	18.872.629/0001-97	48610.006386/2014-15
GLP/PR0206698	MANCHUR COMERCIO DE GAS LTDA	13.124.092/0001-63	48610.004289/2011-45
GLPES0379325	POSTO SOMBRA DA TARDE LTDA	08.983.711/0001-35	48610.208950/2021-61
001/GLP/SP0020743	RABELLO E RABELLO DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA. ME.	09.274.062/0001-66	48610.004461/2008-65
GLPGO0400333	SAMGAS LTDA	45.552.994/0001-97	48610.212270/2022-23
GLP/RS0206181	SOLANGE FATIMA DA ROSA	92.562.271/0001-59	48610.003081/2011-17
GLP/PR0213380	VITORIA COMERCIO DE GAS LTDA	08.276.426/0001-84	48610.001374/2012-32

JARDEL FARIAS DUQUE

DESPACHO SDL-ANP Nº 509, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 958, de 5 de outubro de 2023, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu art. 26, inciso I, alínea d, item 2,

Torna público o cancelamento da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SP0201243	ITAQUERUNA COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	10.600.173/0001-02	48610.012037/2010-17

JARDEL FARIAS DUQUE

Ministério de Portos e Aeroportos

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 159, DE 18 DE ABRIL DE 2024

Revoga a Portaria nº 52, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Plano de Outorga Específico para exploração do futuro aeródromo civil público denominado "Arvoredo Fly-In", localizado no Município de Cascavel - CE.

O MINISTRO DE ESTADO DE PORTOS E AEROPORTOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, o art. 41, inciso VI, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, o art. 1º, inciso VI, do Anexo I, do Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, na Portaria SAC-PR nº 183, de 14 de agosto de 2014, bem como considerando o conteúdo do Processo nº 00055.000080/2015-52, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 52, de 18 de novembro de 2015, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, publicada no DOU, p. 3 da Seção 1, nº 221, de 19 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Plano de Outorga Específico para exploração do futuro aeródromo civil público "Arvoredo Fly-In", localizado no Município de Cascavel - CE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO SERAFIM COSTA FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 14.421, DE 23 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 107 - RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.051191/2023-15, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária (Revisão 02) do operador Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S/A, CNPJ nº 42.548.035/0001-00, responsável pela operação do Aeroporto Cruzeiro do Sul (SBCZ), em Cruzeiro do Sul/AC (código CIAD: AC0002), nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 107, Emenda 09 (RBAC nº 107 EMD 09), e da Instrução Suplementar nº 107-001, revisão K (IS nº 107-001K), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-1;

II - Serviços aéreos: voos domésticos e internacionais;

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos;

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 9.817/SIA, de 22 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2022, Seção 1, página 28.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 14.422, DE 23 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.009140/2024-74, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo de uso privativo CIAD TO0139 no cadastro de aeródromos da ANAC.

Art. 2º A manutenção do aeródromo no cadastro está condicionada ao atendimento das normas da ANAC, conforme aplicável.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAVÃ ATAYDE PEDREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 14.424 DE 24 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013382/2024-62, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo de uso privativo CIAD GO0379 no cadastro de aeródromos da ANAC.

Art. 2º A manutenção do aeródromo no cadastro está condicionada ao atendimento das normas da ANAC, conforme aplicável.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HENN BERNARDI

PORTARIA Nº 14.441, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.009140/2024-74, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo de uso privativo CIAD TO0139 no cadastro de aeródromos da ANAC.

Art. 2º A manutenção do aeródromo no cadastro está condicionada ao atendimento das normas da ANAC, conforme aplicável.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HENN BERNARDI

PORTARIA Nº 14.445 DE 29 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700/SIA, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 736, de 9 de fevereiro de 2024, na Portaria nº 14.323/SIA, de 11 de abril de 2024, e na Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.014969/2024-99, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo de uso privativo CIAD MT1034 no cadastro de aeródromos da ANAC.

Art. 2º A manutenção do aeródromo no cadastro está condicionada ao atendimento das normas da ANAC, conforme aplicável.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HENN BERNARDI

PORTARIA Nº 14.447 DE 29 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 10.700, de 9 de março de 2023, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1.422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.016014/2024-76, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto de uso privativo abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: NAMORADO 2 - PNA-2;

II - Indicador de localidade: 9PPY;

III - Indicativo de chamada da EPTA: PNA-2;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Fixa;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 52 metros;

VII - Resistência do pavimento: 12,8 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 19,5 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 1;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 25 de maio de 2027.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 5039/SIA, de 17 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2021, Seção 1, página 172.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HENN BERNARDI

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

PORTARIA Nº 14.452, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 17, inciso IV, da Portaria Nº 13.285/SPO de 5 de dezembro de 2023, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.027046/2023-13, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 202404-05/ANAC, emitido em 29 de ABRIL de 2024, em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico DNA AVIATION & PARTS COMERCIO DE PECAS DE AERONAVES LTDA (CNPJ nº 35.470.310/0001-54).

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/organizacoes-de-manutencao

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LAWRENCE JOSUÁ FERNANDES COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO DG Nº 37-2024-ANTAQ, DE 2 DE MAIO DE 2024

1. Processo: 50300.005558/2024-51
2. Interessado: VPorts Autoridade Portuária S.A.
3. Deliberação:

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, resolve, ad referendum da Diretoria Colegiada:

31.1. conhecer do pedido de medida cautelar (SEI 2220335), protocolado pela VPorts Autoridade Portuária S.A., para, no mérito, indeferi-lo integralmente, eis que ausentes os pressupostos de plausibilidade do direito e do perigo da demora.

3.2. comunicar a interessada acerca da presente decisão.

3.3. esta Deliberação tem vigência imediata, a partir da sua assinatura.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 79, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e os autos do Processo nº 50300.006102/2024-16, resolve:

Art. 1° Expedir Termo de Autorização nº 2185-ANTAQ, em favor da empresa DUDUZÃO TRANSPORTES MARÍTIMOS, APOIO PORTUÁRIO E MARÍTIMO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 42.718.523/0001-18, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na navegação de apoio portuário operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 (dois mil) HP, com fulcro na Resolução Normativa nº 05/ANTAQ, de 23 de fevereiro de 2016.

Art.2º A íntegra do Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: gov.br/antaq.

Art. 3º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA PREVIC Nº 321, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR torna público que a Diretoria Colegiada da PREVIC, em sua 686ª Sessão Ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, com fundamento no inciso VI do artigo 2º e no inciso IX do artigo 12, ambos do Anexo I do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, resolveu:

Art. 1º Prorrogar por 120 (cento e vinte) dias, o prazo de que trata a Portaria Previc nº 32, de 15 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 12, de 17 de janeiro de 2024, seção 1, página 67, referente à Intervenção na OABPrev-RJ - Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO PENA PINHEIRO

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICO

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COOPERAÇÃO JURÍDICA

DIVISÃO DE IMIGRAÇÃO

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O INSTITUTO GUIMARÃES ROSA (IGR) E O CAMÕES, INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I.P

O Instituto Guimarães Rosa (IGR), doravante designado por IGR, CNPJ 00.394.536/0022-63, com sede no Palácio Itamaraty, Anexo II, sala 204, representado pelo Ministro Marco Antonio Nakata, Diretor, nomeado pela portaria nº 2056 de 20 de março de 2023, conforme resolução do Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e

O Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., doravante designado por Camões, I.P., pessoa coletiva de direito público, com o número de identificação fiscal 510322506, com sede na Avenida da Liberdade, 270, 1250-149 Lisboa, Portugal, representado pela Presidente do Conselho Diretivo do Camões, I.P., Ana Paula Fernandes,

Doravante designados por "Signatários", cujas competências se sintetizam:

O IGR é um departamento da administração direta do Estado brasileiro, parte integrante da Secretaria de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores, ao qual compete elaborar, em coordenação com os departamentos geográficos, bem como com órgãos públicos e privados, diretrizes e ações de política externa no âmbito da promoção da língua portuguesa para estrangeiros e para a diáspora brasileira, da internacionalização das instituições acadêmicas, da difusão da cultura brasileira e do fomento às economias criativas brasileiras no exterior.

Os fins do IGR, segundo estabelecido no Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, incluem, entre outros:

I - propor e implantar diretrizes para a difusão da cultura brasileira, para a cooperação educacional e mobilidade acadêmica e para a promoção da língua portuguesa, na variante brasileira, no exterior;

II - propor, ouvidos os postos, a criação e a extinção de unidades do IGR no exterior;

III - acompanhar, dirigir e orientar a política externa do Brasil no que se refere à difusão da língua portuguesa no mundo;

IV - prover às unidades do IGR no exterior recursos regulares para sua manutenção administrativa e gastos correntes, bem como acompanhar a conformidade da aplicação dos recursos a fim de difundir a língua portuguesa na variante brasileira por meio de ações de ensino e atividades culturais pertinentes ao seu propósito;

V - elaborar materiais de apoio ao ensino e à difusão do português no exterior, em formato físico e digital;

VI - apoiar a realização de treinamento de professores de português no exterior;

VII - apoiar e orientar os eventos de promoção da língua portuguesa organizados pelos postos brasileiros no exterior;

VIII - estabelecer os critérios de seleção de propostas de instituições de ensino superior estrangeiras interessadas em participar do Programa de Leitorados e conduzir, em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), missões diplomáticas brasileiras e universidades estrangeiras, editais periódicos de seleção de docentes, bem como enviar regularmente os recursos referentes aos subsídios dos leitores brasileiros.

O Camões, I.P., é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimônio próprio, que prossegue atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) sob superintendência e tutela do respectivo ministro.

O Camões, I.P., tem por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário.

Os fins do Camões, I.P., segundo os seus Estatutos (Decreto-Lei 21/2012, de 30 de janeiro, com a redação em vigor), incluem, entre outros:

I - Analisar e propor a tomada de decisão sobre programas, projetos e ações de apoio ao estudo e à difusão da língua portuguesa enquanto língua global, de cultura, de apoio ao desenvolvimento e de negócios, bem como da cultura portuguesa no estrangeiro; e promover, executar e acompanhar programas, projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento;

II - Coordenar e gerir a rede de ensino português no estrangeiro ao nível da educação pré-escolar, do ensino básico, secundário, superior e do ensino extracurricular, bem como do ensino e formação no âmbito das organizações internacionais;

III - A promoção externa da cultura portuguesa;

IV - Apoiar a atividade de investigação e ensino das cátedras de português junto de instituições estrangeiras de ensino superior, bem como propor a criação e coordenar o funcionamento e as atividades dos centros de língua portuguesa;

V - Desenvolver e propor uma política de bolsas na área da língua e da cultura portuguesas;

VI - Promover a formação a distância e coordenar a produção de conteúdos para divulgação da língua e cultura portuguesas através do portal Camões I.P.;

VII - Apoiar e promover a produção de conteúdos culturais para apresentação e itinerância no estrangeiro;

VIII - Editar materiais de divulgação da língua e da cultura portuguesas em diferentes suportes.

Considerando:

As relações históricas entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa e desejando intensificar os laços de amizade e cooperação já existentes entre os dois povos;

O Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em 22 de abril de 2000, vigente entre os dois Estados;

Que ambas as instituições estão interessadas em criar sinergias e parcerias de cooperação mútua para a prossecução de objetivos partilhados;

Que é do interesse do IGR e do Camões, IP a identificação de entidades com as quais possam ser celebradas parcerias que concorram para o cumprimento da missão que lhes está atribuída;

Reconhecendo-se mutuamente a capacidade legal necessária para, no exercício das funções que lhes estão legalmente atribuídas, instituir projetos colaborativos entre ambos;

Os Signatários decidem assinar o presente Memorando de Entendimento, com base nas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O Memorando de Entendimento entre o IGR e o Camões, I.P. é estabelecido para enquadrar todas as atividades relacionadas com o desenvolvimento de programas e projetos conjuntos, que sejam considerados de interesse mútuo pelos Signatários, predominantemente nos campos da difusão da língua portuguesa, da educação e da cultura lusófona, tendo por base o pluricentrismo.

Cláusula Segunda

(Âmbito)

Os Signatários estabelecerão protocolos específicos e outros instrumentos por meio dos quais as ações a serem executadas serão identificadas e, se necessário, os recursos materiais e humanos para a sua implementação, ficando estabelecidos os compromissos assumidos por cada um dos Signatários.

Cláusula Terceira

(Compromissos Financeiros)

Este Memorando de Entendimento não pressupõe nenhum compromisso financeiro por parte dos Signatários. Em cada projeto de parceria, instrumento específico estabelecerá os correspondentes compromissos, obrigações e direitos de cada um dos Signatários.

Cláusula Quarta

(Comunicação)

Em todas as ações relativas à implementação do presente instrumento, os Signatários zelarão para que o nome, logotipo ou selo oficial do outro Signatário sejam utilizados, com tratamento gráfico equivalente e em conformidade com os respectivos manuais de uso da marca.

Cláusula Quinta

(Resolução de diferendos)

Qualquer diferendo entre os Signatários resultante da aplicação ou interpretação deste Memorando de Entendimento deverá ser resolvido amigavelmente por via de consultas entre os Signatários.

Cláusula Sexta

(Alterações)

O presente Memorando de Entendimento poderá ser alterado por acordo mútuo dos Signatários expresso por escrito.

Cláusula Sétima

(Produção de Efeitos)

1. O presente Memorando de Entendimento produz efeitos a partir da data da sua assinatura e terá a duração de 5 (cinco) anos, automaticamente renovável, até ao momento em que qualquer dos Signatários comunique, com aviso prévio de 6 (seis) meses, por escrito, a sua vontade de lhe pôr termo.

2. A cessação de efeitos do presente Memorando de Entendimento não afetará a conclusão de qualquer projeto em curso, salvo acordo dos Signatários em contrário.

Assinado em Brasília, aos 18 de março de 2024, em dois originais, na língua portuguesa, sendo ambos igualmente válidos.

Pelo Instituto Guimarães Rosa (IGR)

MARCO ANTONIO NAKATA
Diretor

Pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP

ANA PAULA FERNANDES
Presidente

Ministério da Saúde

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA GM/MS Nº 3.688, DE 2 DE MAIO DE 2024

Aprova o repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente a abril, maio e junho de 2024, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.848, de 6 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 02, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o repasse de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, destinado ao financiamento da aquisição de medicamentos previstos no Grupo 06 Subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS no 2º trimestre de 2024, conforme valores descritos no anexo a esta Portaria.

§1º Os valores foram estabelecidos, considerando as informações aprovadas pelas unidades federadas em dezembro de 2023 e janeiro e fevereiro de 2024 no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS).

§2º Para o estado de Rondônia foi feito um ajuste a maior no valor total de R$ 78.281,55 (setenta e oito mil duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), referente ao reprocessamento dos valores apresentados no SIA/SUS no período de setembro, outubro e novembro de 2023. Os valores aprovados e repassados ao estado nesse período foram comparados aos dados consolidados em 05 de abril de 2024 no SIA/SUS, e serão pagos divididos em três parcelas de R$ 26.093,85 (vinte e seis mil noventa e três reais e oitenta e cinco centavos), conforme "Ajuste Mensal a Maior (1)" do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ressalta-se que a ausência de valores aprovados correspondentes às APAC dos meses contemplados nesta Portaria que, por motivos diversos, não foram processadas no SIA/SUS até a consolidação dos dados em 5 de abril de 2024, serão consideradas como ajustes, em caso de reprocessamento dos mesmos, em próxima Portaria de repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

Art. 3º O valor total a ser repassado às unidades é de R$ 317.491.776,06 (trezentos e dezessete milhões, quatrocentos e noventa e um mil setecentos e setenta e seis reais e seis centavos) que corresponde a um valor mensal de R$ 105.830.592,02 (cento e cinco milhões, oitocentos e trinta mil quinhentos e noventa e dois reais e dois centavos).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.5117.4705 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado, pertencente ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Assistência Farmacêutica.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Repasse de recursos financeiros no 2º Trimestre de 2024

Unidade da Federação	Valor médio mensal aprovado em dezembro de 2023, janeiro e fevereiro de 2024	Ajuste Mensal a Maior (1)	Valor de pagamento em abril, maio e junho de 2024
Acre	R$ 61.223,61	R$ -	R$ 61.223,61
Alagoas	R$ 246.821,81	R$ -	R$ 246.821,81
Amapá	R$ 52.248,96	R$ -	R$ 52.248,96
Amazonas	R$ 481.231,09	R$ -	R$ 481.231,09
Bahia	R$ 2.998.514,11	R$ -	R$ 2.998.514,11
Ceará	R$ 3.292.728,09	R$ -	R$ 3.292.728,09
Distrito Federal	R$ 1.077.037,25	R$ -	R$ 1.077.037,25
Espírito Santo	R$ 2.479.769,11	R$ -	R$ 2.479.769,11
Goiás	R$ 4.239.804,86	R$ -	R$ 4.239.804,86
Maranhão	R$ 697.951,15	R$ -	R$ 697.951,15
Mato Grosso	R$ 1.049.992,35	R$ -	R$ 1.049.992,35
Mato Grosso do Sul	R$ 970.270,01	R$ -	R$ 970.270,01
Minas Gerais	R$ 5.464.082,44	R$ -	R$ 5.464.082,44
Pará	R$ 380.212,55	R$ -	R$ 380.212,55
Paraíba	R$ 2.135.877,59	R$ -	R$ 2.135.877,59
Paraná	R$ 13.379.811,81	R$ -	R$ 13.379.811,81
Pernambuco	R$ 2.700.201,29	R$ -	R$ 2.700.201,29
Piauí	R$ 212.897,53	R$ -	R$ 212.897,53
Rio de Janeiro	R$ 3.340.348,16	R$ -	R$ 3.340.348,16
Rio Grande do Norte	R$ 354.382,08	R$ -	R$ 354.382,08
Rio Grande do Sul	R$ 8.689.223,22	R$ -	R$ 8.689.223,22
Rondônia	R$ 108.578,27	R$ 26.093,85	R$ 134.672,12
Roraima	R$ 30.637,34	R$ -	R$ 30.637,34
Santa Catarina	R$ 5.796.941,60	R$ -	R$ 5.796.941,60
São Paulo	R$ 44.433.062,93	R$ -	R$ 44.433.062,93
Sergipe	R$ 970.670,92	R$ -	R$ 970.670,92
Tocantins	R$ 159.978,04	R$ -	R$ 159.978,04
Total	R$ 105.804.498,17	R$ 26.093,85	R$ 105.830.592,02

(1) Conforme §2º do artigo 1º.

RETIFICAÇÃO

No art. 2º da Portaria GM/MS nº 3.524, de 12 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 72, de 15 de abril de 2024, Seção 1, página 241,

ONDE SE LÊ:

Art. 2º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h, do Município, conforme descrito no Anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, conforme Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

LEIA-SE:

Art. 2º Fica alterada a opção e o valor da qualificação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h, do Município, conforme descrito no Anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, conforme Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO OPERACIONAL ANS Nº 2.898, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a instauração do regime especial de Direção Técnica na operadora YOU ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental (RR) nº 21, de 26 de janeiro de 2022, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, na reunião ordinária de 29 de abril de 2024, considerando as anormalidades administrativas e assistenciais graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.040816/2023-67, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime especial de Direção Técnica na operadora YOU ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., registro ANS nº 42.238-0, inscrita no CNPJ sob o nº 37.354.048/0001-08.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTONIO AQUINO LOPES
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 292, DE 2 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre os critérios e procedimentos específicos para definição das Autoridades Reguladoras Estrangeiras Equivalentes do processo de inspeção sanitária de fabricantes de insumos farmacêuticos ativos, produtos de Cannabis para fins medicinais, medicamentos e produtos biológicos e estabelece o procedimento otimizado de análise para fins de Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de abril de 2024, e eu, Diretor-Presidente substituto, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS
Seção I
Objetivo e Abrangência

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 741, de 10 de agosto de 2022:

I - os critérios e os procedimentos específicos para definição da Autoridade Reguladora Estrangeira Equivalente (AREE) para fins de inspeção sanitária e de Certificação de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) de insumos farmacêuticos ativos (IFA), produtos de Cannabis para fins medicinais, medicamentos e produtos biológicos; e

II - os níveis de confiança regulatória e os critérios para o uso do procedimento otimizado de análise dos pedidos de CBPF de IFA, produtos para Cannabis para fins medicinais, medicamentos e produtos biológicos.

Seção II
Definições

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa, são adotadas as seguintes definições:

I - inspeção sanitária: conjunto de procedimentos técnicos e administrativos que visa a proteção da saúde individual e coletiva, por meio da verificação in loco ou, em casos específicos, de forma remota, do cumprimento dos marcos legal e regulatório sanitários relacionados às atividades desenvolvidas e às condições sanitárias de estabelecimentos, processos e produtos, permitindo a adoção de medidas de orientação e correção de situações que possam causar danos à saúde da população; e

II - programa de construção da confiança regulatória: conjunto de etapas com objetivo de fortalecer a confiança regulatória com vistas à avaliação da equivalência regulatória entre Anvisa e outra AREE, com a finalidade de avançar para um Acordo de Reconhecimento Mútuo, da sigla em inglês MRA.

CAPÍTULO II
CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA DEFINIÇÃO DE AUTORIDADE REGULADORA ESTRANGEIRA EQUIVALENTE E NÍVEIS DE CONFIANÇA REGULATÓRIA
Seção I
Designação da AREE pela Anvisa

Art. 3º Ficam estabelecidas como AREE, para fins de inspeção sanitária e de Certificação de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) de IFA, produtos de Cannabis para fins medicinais, medicamentos e produtos biológicos, as autoridades estrangeiras ou entidades que atenderem aos seguintes requisitos:

I - serem autoridades reguladoras ou entidades membros do Esquema de Cooperação em Inspeção Farmacêutica (PIC/S); e

II - serem autoridades reguladoras ou entidades membros do Conselho Internacional de Harmonização de Requisitos Técnicos para Medicamentos de Uso Humano (ICH).

Parágrafo único. A Agência Europeia de Medicamento, da sigla em inglês EMA, na posição de Organização Associada Parceira do PIC/S, com Guias reconhecidamente equivalentes, será classificada como membro do PIC/S para fins desta Instrução Normativa.

Art. 4º A designação de AREE com nível de Confiança Regulatória de Reconhecimento Mútuo será deliberada pela Diretoria Colegiada da Anvisa, que considerará os pareceres da área técnica regimentalmente responsável pela inspeção e emissão do CBPF e da Assessoria em Assuntos Internacionais da Anvisa.

§ 1º As AREE com nível de Confiança Regulatória de Reconhecimento Mútuo aprovadas pela Diretoria Colegiada da Anvisa estão listadas no Anexo desta Instrução Normativa.

§ 2º O Anexo será atualizado de acordo com o fluxo regulatório e os procedimentos para os assuntos de atualização periódica.

Art. 5º A Diretoria Colegiada da Anvisa poderá, a qualquer momento, revisar e ou revogar as designações de AREE com nível de Confiança Regulatória de Reconhecimento Mútuo de qualquer autoridade reguladora estrangeira subsidiada por parecer da área técnica responsável pela emissão de CPBF.

Parágrafo único. A área técnica responsável pela emissão de CPBF deverá disponibilizar inspetores qualificados para participar do processo de reavaliação do membro PIC/S designado AREE com o qual possui Acordo de Reconhecimento Mútuo, no âmbito do Programa de Reavaliação do PIC/S.

Seção II

Níveis de Confiança Regulatória

Art. 6º Para fins de adoção do procedimento otimizado de análise de CBPF poderão ser adotados os seguintes níveis de confiança regulatória:

I - parcial;

II - plena; e

III - reconhecimento mútuo.

§1º A Confiança Regulatória Parcial estabelecida no inciso I é o procedimento otimizado de análise, no qual a decisão para fins de cumprimento das BPF é baseada na revisão completa do relatório de inspeção ou em outras informações provenientes de outra AREE, podendo ser adotada unilateralmente pela Anvisa, conforme procedimento interno específico.

§2º A Confiança Regulatória Plena estabelecida no inciso II é o procedimento otimizado de análise, no qual a decisão para fins de cumprimento de BPF é baseada na revisão simplificada do relatório de inspeção ou no aceite de parte ou todo do certificado de BPF proveniente de outra AREE, podendo ser adotada unilateralmente pela Anvisa, conforme procedimento interno específico.

§3º O Reconhecimento Mútuo estabelecido no inciso III é a prática de confiança regulatória, na qual a decisão de outra autoridade reguladora ou entidade internacional é adotada automaticamente pela Anvisa baseado no certificado de BPF ou do relatório de inspeção proveniente de outra AREE, devendo ser adotado de forma bilateral entre Anvisa e AREE, firmado por meio da assinatura de MRA, após concluído o Programa de Construção de Confiança Regulatória.

Seção III

Programa de Construção da Confiança Regulatória

Art. 7º O Programa de Construção da Confiança Regulatória é composto das seguintes etapas:

I - compartilhamento de informações sobre o processo de trabalho relacionado às inspeções sanitárias;

II - realização de inspeção paralela concomitante; e

III - planejamento de inspeções conjuntas periódicas.

§1° A área técnica responsável pela emissão de CBPF poderá decidir por suprimir ou incluir etapas no programa, em decorrência do relacionamento bilateral com a autoridade reguladora estrangeira em questão.

§2° Ao final de cada programa, a área técnica responsável pela emissão de CBPF deverá elaborar um parecer técnico com relatório do processo e conclusão sobre a equivalência do sistema de inspeção sanitária.

§3º A inspeção paralela concomitante poderá ser substituída pela participação de inspetores qualificados no processo de reavaliação do membro PIC/S, no âmbito do Programa de Reavaliação do PIC/S, candidato a AREE para o nível de Reconhecimento Mútuo.

Seção IV

Acordos de Reconhecimento Mútuo

Art. 8º A prática de confiança regulatória com nível de Reconhecimento Mútuo deve ser formalizada por meio da assinatura de um MRA entre a Anvisa e a AREE.

Art. 9º Os acordos de confiança regulatória mútuos devem prever:

I - a vedação da prática da confiança regulatória de decisões da AREE baseada em confiança regulatória com terceiros;

II - o aceite das inspeções realizadas pelos entes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária membros do PICs em território nacional e internacional; e

III - o escopo do acordo, o resguardo das informações confidenciais, pontos de contato para a troca de informações e documentos entre as partes, salvaguarda para inspeções, dispositivos para entrada em vigor, revisão e término do acordo.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO OTIMIZADO DE ANÁLISE

Art. 10. O procedimento otimizado de análise baseia-se na avaliação dos relatórios de inspeção ou certificados de BPF, assim como toda documentação instrutória emitidas pelas AREE.

Art. 11. O procedimento otimizado de análise de que trata esta Instrução Normativa é opcional e deverá ser peticionado com código de assunto específico.

§ 1º A solicitação de CBPF pelo procedimento otimizado de análise deve ser instruída com os documentos estabelecidos no código de assunto específico.

§ 2º É facultado ao estabelecimento fabricante objeto da certificação enviar diretamente à Anvisa os documentos reconhecidos como confidenciais por este.

§ 3º O prazo para o protocolo dos documentos de que trata o parágrafo anterior é de até 30 (trinta) dias após a data do protocolo da petição de certificação.

§ 4º A não apresentação dos documentos de instrução previstos no código de assunto ensejarão o indeferimento da petição.

§ 5º Não é permitida a solicitação de alteração do código de assunto da via de análise otimizada para a via de análise ordinária por parte da empresa.

§ 6º A Anvisa poderá adotar o procedimento otimizado de análise nas situações em que tenha acesso a documentação instrutória emitida pelas AREEs.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Caberá à área técnica responsável pela emissão de CPBF a decisão sobre a certificação.

Art. 13. A área técnica responsável pela emissão de CPBF pode, a qualquer momento, realizar inspeção sanitária de rotina ou de investigação de denúncia ou possível irregularidade em qualquer fabricante de IFA, produtos de Cannabis para fins medicinais, medicamentos e produtos biológicos utilizado no Brasil, independentemente do processo de certificação e nível de confiança regulatória.

Parágrafo único. A recusa em receber a inspeção da Anvisa pode resultar em alteração da decisão, solicitação de provas adicionais e em qualquer outra medida sanitária necessária, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

Art. 14. As disposições desta Instrução Normativa não impedem a adoção de outras práticas de confiança regulatória já estabelecidas por dispositivos normativos anteriores ou de trabalho colaborativo baseado em acordos já firmados ou em curso.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data 3 de junho de 2024.

RÔMISON RODRIGUES MOTA
Diretor-Presidente Substituto

ANEXO

AUTORIDADE REGULADORA ESTRANGEIRA EQUIVALENTE PARA FINS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E DE CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (CBPF)

Jurisdição e Autoridade

1. Alemanha - Federal Ministry of Health (BMG) e Central Authority of the Laender for Health Protection regarding Medicinal Products and Medical Devices (ZLG);
2. Arábia Saudita - Saudi Food and Drug Authority (SFDA);
3. Austria - Austrian Federal Office for Safety in Healthcare;
4. Bélgica - Federal Agency for Medicines and Health Products;
5. Bulgária - Bulgarian Drug Agency (BDA);
6. Canadá - Heath Canada (HC);
7. Cingapura - Health Sciences Authority (HSA);
8. Chipre - Pharmaceutical Services (CyPHS);
9. Coreia do Sul - Ministry of Food and Drug Safety (MFDS);
10. Croácia - Agency for Medicinal Products and Medical Devices of Croatia (Halmed);
11. Dinamarca - Danish Medicines Agency (DKMA);
12. Eslováquia - State Institute of Drug Control (SIDC);
13. Eslovênia - Agency for Medicinal Products and Medical Devices (JAZMP);
14. Espanha - Spanish Agency of Medicines and Medical Devices (AEMPS);
15. Estado Unidos da América - U.S Food and Drug Administratio (US FDA);
16. Estônia - State Agency of Medicines (SAM);
17. Finlândia - Finnish Medicines Agency (FIMEA);
18. França - French National Agency for Medicines and Health Products Safety (ANSM) e Agency of Food, Environmental & Occupational Health Safety (ANSES);
19. Grécia - Greek National Organisation for Medicines (EOF);
20. Holanda - Health and Youth Care Inspectorate (IGJ);
21. Hungria - National Center for Public Health and Pharmacy (NCPHP);
22. Irlanda - Health Products Regulatory Authority (HPRA);
23. Islândia - Iceland Medicines Agency (IMA);
24. Itália - Italian Medicines Agency (AIFA);
25. Japão - Ministry of Health, Labour and Welfare (MHLW) e Pharmaceuticals and Medical Devices Agency (PMDA);
26. Letônia - State Agency of Medicines (ZVA);
27. Liechtenstein - Office of Healthcare (AG);
28. Lituânia - State Medicines Control Agency (SMCA);
29. Malta - Malta Medicines Authority (MMA);
30. México - Federal Commission for the Protection Against Sanitary Risks (COFEPRIS);
31. Noruega - Norwegian Medical Products Agency (NOMA);
32. Polonia - Chief Pharmaceutical Inspectorate (CPI);
33. Portugal - National Authority of Medicines and Health Products, IP (Infarmed, IP);
34. Reino Unido - Medicines & Healthcare Products Regulatory Agency (MHRA);
35. República Checa - State Institute for Drug Control (SÚKL) e Institute for State Control of Veterinary, Biologicals and Medicines (ISCVBM);
36. Romênia - National Agency for Medicines and Medical Devices of Romania (NAMMDR);
37. Suécia - Swedish Medical Products Agency (MPA);
38. Suíca - Swiss Agency for Therapeutic Products (Swissmedic);
39. Turquia - Turkish Medicines and Medical Devices Agency (TMMDA ou TITCK);
40. Taiwan - Taiwan Food and Drug Administration (TFDA);
41. Ucrânia - State Service of Ukraine on Medicines and Drugs Control (SMDC); e
42. União Européia - European Medicines Agency (EMA).

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 294, DE 2 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre alteração nas monografias dos ingredientes ativos, da Relação de Ingredientes Ativos de agrotóxicos, saneantes desinfestantes e preservativos de madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de abril de 2024, e eu, Diretor-Presidente substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Excluir o emprego domissanitário na monografia do ingrediente ativo S07 - SULFLURAMIDA, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021, em atendimento à Convenção de Estocolmo.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/agrotoxicos/monografias/monografias-autorizadas-por-letra.

Art. 3º As empresas responsáveis por produtos saneantes registrados com o princípio ativo Sulfluramida, deverão adequar a formulação no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados do início da vigência desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A adequação de que trata o caput deste artigo deve ser realizada por meio de petição de modificação de fórmula protocolada no respectivo processo de registro.

Art. 4º O esgotamento de estoque do produto saneante poderá ser realizado até 60 (sessenta) dias após publicação do deferimento da petição que trata o parágrafo único do art. 3º desta Instrução Normativa.

Art. 5º Serão cancelados os processos de registro de produtos saneantes:

I - sem petição de modificação de fórmula protocolada no prazo estabelecido no caput do art. 3º desta Instrução Normativa; ou

II - cuja petição de modificação de fórmula for indeferida.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMISON RODRIGUES MOTA
Diretor-Presidente
Substituto

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 295, DE 2 DE MAIO DE 2024

Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de abril de 2024, e eu, Diretor-Presidente substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Instrução Normativa altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1 de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos.

Art. 2º O Anexo I da Instrução Normativa - IN nº 211, de 2023, passa a vigorar com a alteração que consta no Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º O Anexo III da Instrução Normativa - IN nº 211, de 2023, passa a vigorar com as alterações que constam no Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 4º O Anexo III da Instrução Normativa - IN nº 211, de 2023, passa a vigorar acrescido dos aditivos alimentares, suas respectivas funções tecnológicas, limites máximos e condições de uso que constam no Anexo III desta Instrução Normativa.

Art. 5º O Anexo IV da Instrução Normativa - IN nº 211, de 2023, passa a vigorar acrescido dos coadjuvantes de tecnologia, suas respectivas funções tecnológicas, limites máximos e condições de uso que constam no Anexo IV desta Instrução Normativa.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de junho de 2024.

RÔMISON RODRIGUES MOTA
Diretor-Presidente Substituto

ANEXO I

ALTERAÇÃO NA LISTA DE FUNÇÕES TECNOLÓGICAS DOS ADITIVOS ALIMENTARES DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 211, DE 2023.

Funções tecnológicas	Definições
Antiumectante/Antiaglutinante	Substância capaz de reduzir as características higroscópicas dos alimentos e diminuir a tendência de adesão, umas às outras, das partículas individuais.

ANEXO II

ALTERAÇÕES NA LISTA DE ADITIVOS ALIMENTARES AUTORIZADOS PARA USO EM ALIMENTOS E SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES TECNOLÓGICAS, LIMITES MÁXIMOS E CONDIÇÕES DE USO DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 211, DE 2023.

04.13 Vegetais não submetidos a tratamento térmico em conserva não comercialmente estéreis (incluindo picles, azeitonas e cogumelos comestíveis)				
06.1 Cereais processados Inclui grãos com casca ou descascados, inteiros, partidos, amassados e ou degerminados, e ou polidos				
14.1 Suplementos alimentares líquidos				
Função	INS	Nome aditivo	Limite máximo (mg/kg ou mg/L)	Nota
	551	Dióxido de silício, sílica	Quantum satis	Somente para suspensões, efervescentes e pós para preparo de suplementos alimentares.
Conservante	214	Para-hidroxibenzoato de etila, etilparabeno	1500	Não permitido para efervescentes e pós para preparo de suplementos alimentares. Limite refere-se ao produto pronto para consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.
Edulcorante	954(iv)	Sacarina sódica	800	Não permitido para conteúdo líquido de cápsulas. Limite para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.
15.7 Alimentos e bebidas com alegações nutricionais com substituição total ou parcial de açúcares				
Função	INS	Nome aditivo	Limite máximo (mg/kg ou mg/L)	Nota
Edulcorante	950	Acesulfame de potássio	350	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para alimentos e bebidas, exceto gomas de mascar e micropastilhas de sabor intenso, com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	950	Acesulfame de potássio	5000	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	950	Acesulfame de potássio	2500	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para micropastilhas de sabor intenso com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	950	Acesulfame de potássio	750	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para alimentos e bebidas, exceto gomas de mascar e micropastilhas de sabor intenso, com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	951	Aspartame	750	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para alimentos e bebidas, exceto gomas de mascar e micropastilhas de sabor intenso, com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	951	Aspartame	10000	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	951	Aspartame	6000	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para micropastilhas de sabor intenso com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	951	Aspartame	560	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para alimentos e bebidas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
	952(i)	Ácido ciclâmico	400	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	952(i)	Ácido ciclâmico	750	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para bebidas não alcoólicas gaseificadas e não gaseificadas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.

952(i)	Ácido ciclâmico	300	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
952(i)	Ácido ciclâmico	560	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para bebidas não alcoólicas gaseificadas e não gaseificadas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
952(ii)	Ciclamato de cálcio	400	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
952(ii)	Ciclamato de cálcio	750	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para bebidas não alcoólicas gaseificadas e não gaseificadas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
952(ii)	Ciclamato de cálcio	300	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
952(ii)	Ciclamato de cálcio	560	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para bebidas não alcoólicas gaseificadas e não gaseificadas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
952(iv)	Ciclamato de sódio	400	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
952(iv)	Ciclamato de sódio	750	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para bebidas não alcoólicas gaseificadas e não gaseificadas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
952(iv)	Ciclamato de sódio	300	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
952(iv)	Ciclamato de sódio	560	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 952(i), 952(ii) e 952(iv) sozinhos ou combinados. Somente para bebidas não alcoólicas gaseificadas e não gaseificadas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
954(i)	Sacarina	150	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos e bebidas com alegações nutricionais, exceto goma de mascar, para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
954(i)	Sacarina	1200	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares."
954(i)	Sacarina	100	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos e bebidas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
954(ii)	Sacarina cálcica	150	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos e bebidas com alegações nutricionais, exceto goma de mascar, para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
954(ii)	Sacarina cálcica	1200	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
954(ii)	Sacarina cálcica	100	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos e bebidas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
954(iii)	Sacarina potássica	150	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos e bebidas com alegações nutricionais, exceto goma de mascar, para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
954(iii)	Sacarina potássica	1200	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
954(iii)	Sacarina potássica	100	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos e bebidas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.

954(iv)	Sacarina sódica	150	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos e bebidas com alegações nutricionais, exceto goma de mascar, para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
954(iv)	Sacarina sódica	1200	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
954(iv)	Sacarina sódica	100	Limite refere-se ao produto para consumo para os aditivos INS 954(i), 954(ii), 954(iii) e 954(iv) sozinhos ou combinados. Somente para alimentos e bebidas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
955	Sucralose	400	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para alimentos, exceto para gomas de mascar e micropastilhas de sabor intenso, com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares."
955	Sucralose	3000	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
955	Sucralose	2400	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para micropastilhas de sabor intenso com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
955	Sucralose	250	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
955	Sucralose	300	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para alimentos com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
955	Sucralose	200	Limite refere-se ao produto para consumo. Somente para bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
960a	Glicosídeos de esteviol de Stevia rebaudiana Bertoni	240	Limite expresso como esteviol, equivalente a 600 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificas, exceto gomas de mascar e micropastilhas de sabor intenso, com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
960a	Glicosídeos de esteviol de Stevia rebaudiana Bertoni	3500	Limite expresso como esteviol, equivalente a 8750 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
960a	Glicosídeos de esteviol de Stevia rebaudiana Bertoni	6000	Limite expresso como esteviol, equivalente a 15.000 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para micropastilhas de sabor intenso com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
960a	Glicosídeos de esteviol de Stevia rebaudiana Bertoni	180	Limite expresso como esteviol, equivalente a 450 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
960b	Glicosídeos de esteviol de fermentação	240	Limite expresso como esteviol, equivalente a 600 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificas, exceto gomas de mascar e micropastilhas de sabor intenso, com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
960b	Glicosídeos de esteviol de fermentação	3500	Limite expresso como esteviol, equivalente a 8750 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares."
960b	Glicosídeos de esteviol de fermentação	6000	Limite expresso como esteviol, equivalente a 8750 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para micropastilhas de sabor intenso com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares."
960b	Glicosídeos de esteviol de fermentação	180	Limite expresso como esteviol, equivalente a 450 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
960c	Glicosídeos de esteviol produzidos enzimaticamente	240	Limite expresso como esteviol, equivalente a 600 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificas, exceto gomas de mascar e micropastilhas de sabor intenso, com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
960c	Glicosídeos de esteviol produzidos enzimaticamente	3500	Limite expresso como esteviol, equivalente a 8750 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares."

	960c	Glicosídeos de esteviol produzidos enzimaticamente	6000	Limite expresso como esteviol, equivalente a 15.000 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para micropastilhas de sabor intenso com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	960c	Glicosídeos de esteviol produzidos enzimaticamente	180	Limite expresso como esteviol, equivalente a 450 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
	960d	Glicosídeos de esteviol glicosilados.	240	Limite expresso como esteviol, equivalente a 600 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificas, exceto gomas de mascar e micropastilhas de sabor intenso, com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	960d	Glicosídeos de esteviol glicosilados.	3500	Limite expresso como esteviol, equivalente a 8750 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	960d	Glicosídeos de esteviol glicosilados.	6000	Limite expresso como esteviol, equivalente a 15.000 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para micropastilhas de sabor intenso com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	960d	Glicosídeos de esteviol glicosilados.	180	Limite expresso como esteviol, equivalente a 450 mg/kg de glicosídeos, para os aditivos INS 960a, 960b, 960c e 960d sozinhos ou combinados e refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
	961	Neotame	65	Limite refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificadas, exceto gomas de mascar e micropastilhas de sabor intenso, com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	961	Neotame	1000	Limite refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para gomas de mascar e micropastilhas de sabor intenso com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	961	Neotame	49	Limite refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificadas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
	969	Advantame	50	Limite refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificadas, exceto gomas de mascar, com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	969	Advantame	400	Limite refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para gomas de mascar com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição total dos açúcares.
	969	Advantame	37,5	Limite refere-se ao produto pronto para consumo. Somente para para alimentos e bebidas não alcóolicas gaseificadas e não gaseificadas com alegações nutricionais para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares", "reduzido em açúcares", "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", conforme Resolução - RDC nº 429, de 2020 e Instrução Normativa - IN nº 75, de 2020, que sejam declaradas em decorrência da substituição parcial dos açúcares.
16.2.2 Bebidas não alcoólicas gaseificadas e não gaseificadas				

ANEXO III

INCLUSÕES NA LISTA DE ADITIVOS ALIMENTARES AUTORIZADOS PARA USO EM ALIMENTOS E SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES TECNOLÓGICAS, LIMITES MÁXIMOS E CONDIÇÕES DE USO DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 211, DE 2023.

04.1 Frutas in natura (embaladas e com tratamento de superfície)				
Função	**INS**	**Nome aditivo**	**Limite máximo (mg/kg ou mg/L)**	**Nota**
Conservante	223	Metabissulfito de sódio	10	Limite expresso como SO2 residual. Somente para uvas in natura.
14.2 Suplementos alimentares sólidos e semissólidos (inclusive comprimidos, gomas, drágeas, tabletes, cápsulas, cápsulas gelatinosas, géis, cremes, pós, granulados, pastilhas e formas mastigáveis)				
Função	**INS**	**Nome aditivo**	**Limite máximo (mg/kg ou mg/L)**	**Nota**
Glaceante	1207	Copolímero ácido de metacrilato	100.000	Não permitido para formas mastigáveis. Limite refere-se ao produto pronto para consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.

ANEXO IV

INCLUSÕES NA LISTA DE COADJUVANTES DE TECNOLOGIA AUTORIZADOS PARA USO EM ALIMENTOS E SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES TECNOLÓGICAS, LIMITES MÁXIMOS E CONDIÇÕES DE USO DO ANEXO IV DA INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 211, DE 2023.

02.0 Óleos e gorduras				
Função tecnológica	**Coadjuvante**	**INS**	**Limite máximo de resíduo (mg/kg)**	**Notas**
Gases propelentes, gases para embalagens	Butano	943a	-	Somente para produtos pressurizados, incluindo emulsões gordurosas.
	Isobutano	943b	-	Somente para produtos pressurizados, incluindo emulsões gordurosas.
	Propano	944	-	Somente para produtos pressurizados, incluindo emulsões gordurosas.
21.2 Colágeno e gelatinas				
Função tecnológica	**Coadjuvante**	**INS**	**Limite máximo de resíduo (mg/kg)**	**Notas**
Agente de clarificação ou filtração	Perlita	-	-	-
Enzimas e preparações enzimáticas	Catalase de **Aspergillus niger**	-	-	-
	Protease de **Bacillus subtilis, Bacillus licheniformis, Bacillus amyloliquefaciens** e **Aspergillus oryzae**	-	-	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 296, DE 2 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre alteração nas monografias dos ingredientes ativos, da Relação de Ingredientes Ativos de agrotóxicos, saneantes desinfestantes e preservativos de madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de abril de 2024, e eu, Diretor-Presidente substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Incluir novo tipo de formulação "Emulsão de óleo em água", com a concentração máxima permitida 1,0% p/p na diluição de uso, modalidade de emprego "Entidades especializadas e campanhas de saúde pública", item (m) - Emprego domissanitário, na monografia do ingrediente ativo do F69 - FLUPIRADIFURONE, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 2º Incluir novo tipo de formulação "Emulsão de óleo em água", com a concentração máxima permitida 1,8% p/p na diluição de uso, modalidade de emprego de "Entidades especializadas e campanhas de saúde pública", no item (J) - Emprego domissanitário: autorizado conforme indicado, na monografia do ingrediente ativo do T42 - TRANSFLUTRINA, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

RÔMISON RODRIGUES MOTA
Diretor-Presidente Substituto

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 296, DE 2 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre alteração nas monografias dos ingredientes ativos, da Relação de Ingredientes Ativos de agrotóxicos, saneantes desinfestantes e preservativos de madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de abril de 2024, e eu, Diretor-Presidente substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Incluir novo tipo de formulação "Emulsão de óleo em água", com a concentração máxima permitida 1,0% p/p na diluição de uso, modalidade de emprego "Entidades especializadas e campanhas de saúde pública", item (m) - Emprego domissanitário, na monografia do ingrediente ativo do F69 - FLUPIRADIFURONE, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

Art. 2º Incluir novo tipo de formulação "Emulsão de óleo em água", com a concentração máxima permitida 1,8% p/p na diluição de uso, modalidade de emprego de "Entidades especializadas e campanhas de saúde pública", no item (J) - Emprego domissanitário: autorizado conforme indicado, na monografia do ingrediente ativo do T42 - TRANSFLUTRINA, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021, DOU de 20 de outubro de 2021.

RÔMISON RODRIGUES MOTA
Diretor-Presidente Substituto

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 297, DE 2 DE MAIO DE 2024

Altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1º de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 187, inciso VII e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de abril de 2024, e eu, Diretor-Presidente substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Instrução Normativa altera a Instrução Normativa - IN nº 211, de 1 de março de 2023, que estabelece as funções tecnológicas, os limites máximos e as condições de uso para os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em alimentos.

Art. 2º O Anexo I da Instrução Normativa - IN nº 211, de 2023, passa a vigorar com a alteração que consta no Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º O Anexo III da Instrução Normativa - IN nº 211, de 2023, passa a vigorar com as alterações que constam no Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 4º O Anexo III da Instrução Normativa - IN nº 211, de 2023, passa a vigorar acrescido dos aditivos alimentares, suas respectivas funções tecnológicas, limites máximos e condições de uso que constam no Anexo III desta Instrução Normativa.

Art. 5º O Anexo IV da Instrução Normativa - IN nº 211, de 2023, passa a vigorar acrescido dos coadjuvantes de tecnologia, suas respectivas funções tecnológicas, limites máximos e condições de uso que constam no Anexo IV desta Instrução Normativa.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de junho de 2024.

RÔMISON RODRIGUES MOTA
Diretor-Presidente Substituto

RETIFICAÇÃO

Na RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA -RDC Nº 855, DE 23 DE ABRIL DE 2024, publicada no Diário Oficial da União n° 79, de 24 de abril de 2024, seção 1, pág. 110,

Onde se lê:

"Proíbe a fabricação, a importação, a comercialização, a distribuição, o armazenamento, o transporte e a propaganda de dispositivos eletrônicos"

Leia-se:

"Proíbe a fabricação, a importação, a comercialização, a distribuição, o armazenamento, o transporte e a propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar"

2ª DIRETORIA

COORDENAÇÃO DE PESQUISA CLÍNICA EM MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.706, DE 2 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE PESQUISA CLÍNICA EM MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - 60.318.797/0001-00
Alfa-andexanete
41/2024
25351.502638/2023-26 0811670/23-9
10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
25351.683056/2023-31 1107967/23-3
10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos
---
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Cloridrato de rilpivirina
NA
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético
---
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP - 18.720.938/0001-41
Cabotegravir / Rilpivirina
63/2017
25351.013978/2024-68 0156136/24-7
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
---
ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. - 15.800.545/0001-50
Epcoritamabe
2/2023
25351.323689/2022-11 1228707/23-5
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
---
BAYER S.A. - 18.459.628/0001-15
BAY 2927088
53/2023
25351.579935/2022-89 1273703/23-8
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
---
SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - 10.588.595/0010-92
Amlitelimab
93/2022
25351.792386/2023-17 1318641/23-8
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
---
NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - 82.277.955/0001-55
CagriSema
28/2023
25351.333268/2023-71 1286737/23-3
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
---
IQVIA RDS BRASIL LTDA.
Ripretinibe
97/2023
25351.284878/2023-33 0076111/24-7
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
---
ELI LILLY DO BRASIL LTDA - 43.940.618/0001-44
Retatrutida
101/2023
25351.818469/2023-43 0090322/24-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.666, DE 02 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

27.446.187 LTDA / 27.446.187/0001-08
25351.205101/2024-00 / 5091174
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500735247

RENALSYSTEMS BIOTECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA / 06.241.471/0001-78
25351.201033/2024-00 / 8291142
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIR / 0493006249

FARMARCIA DA FAMILIA- COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 47.615.052/0002-17
25351.205084/2024-01 / 5091157
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500713243

CRM PRODUTOS FARMACÊUTICOS / 37.785.915/0001-60
25351.216749/2024-01 / 5091311
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539257249

COSMOS LOGISTICA LTDA / 49.933.198/0001-55
25351.201097/2024-01 / 4068249
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTAR (SOMENTE MATRIZ) / 0493073248

ROSASFARMA MANIPULACAO LTDA / 53.282.651/0001-88
25351.216611/2024-02 / 5091265
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539107247
---
silva watanabe ltda / 54.283.327/0001-47
25351.216925/2024-05 / 5091416
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539445240

A. M. D. FLEXA LTDA / 53.992.900/0001-29
25351.218111/2024-05 / 5091615
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0541293249

J D DOS SANTOS PEREIRA / 12.999.340/0002-38
25351.204771/2024-09 / 5091097
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500372241

NAZARIO ROSA E RODRIGUES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 10.768.389/0023-89
25351.204931/2024-10 / 5091112
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500550247
---
farmacia popular aeroporto mogi ltda / 50.951.950/0001-70
25351.206865/2024-12 / 5091234
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0508547245

NACH BRASIL PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA / 50.161.001/0001-96
25351.180224/2024-12 / 8291051
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIR / 0458795241

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3444-03
25351.217130/2024-14 / 5091464
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539698245

DROGARIA PREDILETA LTDA / 54.697.694/0001-97
25351.204866/2024-14 / 5091109
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500481245

L FARIAS ALVES SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA / 52.824.913/0001-26
25351.200912/2024-14 / 8291125
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIR / 0492871248
---
bahia atacadista de material hospitalar ltda / 42.560.429/0001-83
25351.201056/2024-14 / 8291156
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIR / 0493032240

C S ARAUJO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA / 54.509.636/0001-92
25351.216826/2024-15 / 5091360
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539342246

B N RODRIGUES CARNEIRO / 40.688.922/0001-58
25351.217148/2024-16 / 5091511
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539719242

CARNEIRO ULTRA DROGARIA LTDA / 29.899.182/0002-47
25351.217067/2024-16 / 5091420
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539602248

FARMÁCIA CONFIANÇA DO ENGENHO PEQUENO LTDA / 54.460.575/0001-16
25351.217902/2024-18 / 5091601
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0540933244

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/3469-61
25351.208830/2024-18 / 5091741
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0511528248

DROGARIA E PERFUMARIA SALUS LTDA / 54.016.773/0001-95
25351.217666/2024-21 / 5091590
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0540546241

M G CABERLINI DAMIANI & CIA LTDA / 53.242.318/0001-45
25351.205018/2024-22 / 5091126
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500640246

VINICIUS RAPINI DISTRIBUIDOR DE COSMETICOS E VARIEDADES LTDA / 10.808.314/0001-79
25351.200725/2024-22 / 4068235
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0492676241

DROGARIA DO CARLITO LTDA / 44.090.141/0001-18
25351.204649/2024-24 / 5091066
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500219249

J E B DA COSTA FARMA - ME / 26.641.560/0001-19
25351.207960/2024-25 / 5091629
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0509822240
---
r2 medical importação, exportação e distribuição ltda / 51.575.049/0001-03
25351.201172/2024-25 / 1310652
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO

702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0493159240

AMMA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E INSUMOS LTDA / 51.496.382/0001-27
25351.200958/2024-25 / 4068252
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0492922241

FARMAPOUPE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 34.560.986/0001-76
25351.208562/2024-26 / 5091663
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0511230249

MAIS NOVA FARMA LTDA / 49.089.814/0001-33
25351.205032/2024-26 / 5091130
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500654247

DROGARIA CASA DO XAROPE LTDA / 53.996.723/0001-59
25351.208604/2024-29 / 5091694
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0511281242

V C D RIOS FARMACIA / 37.950.579/0001-63
25351.205136/2024-31 / 5091203
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500774242

FARMACIA CORDEIRO COM. PROD. FARMACEUTICO LTDA / 54.105.273/0001-20
25351.217142/2024-31 / 5091507
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539712248

MASSIME DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 48.098.171/0001-21
25351.180277/2024-33 / 8291065
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIR / 0458851248
---
pharma mello innovare ltda - epp / 54.089.177/0001-35
25351.217093/2024-36 / 5091447
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539654248

LEAO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 46.731.358/0001-95
25351.217135/2024-39 / 5091495
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539703249

RAFAELA MONTEIRO DA SILVA / 54.593.334/0001-45
25351.205127/2024-40 / 5091188
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500764247

SANIT ALL SERVIÇOS E COMERCIO LTDA / 11.174.805/0001-78
25351.201147/2024-41 / 3131086
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0493128247

MASSIME DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 48.098.171/0001-21
25351.180268/2024-42 / 1310592
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0458842249

DAI ALVES FARMA LTDA / 54.517.660/0001-73
25351.216852/2024-43 / 5091387
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539369241

PINHEIRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA / 52.317.983/0001-98
25351.208696/2024-47 / 5091706
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0511382243
---
edyane macedo cardoso ltda / 48.135.077/0001-03
25351.208720/2024-48 / 5091710
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0511409249

COMERCIO DE MEDICAMENTOS ANDRADE LTDA / 52.403.319/0001-61
25351.217212/2024-51 / 5091569
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539787248

FARMACIA PRECO POPULAR LTDA / 47.611.130/0001-24
25351.217131/2024-51 / 5091478
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539699241

NANDA FARMA COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 54.636.960/0001-71
25351.216794/2024-58 / 5091339
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539307246

COSMOS LOGISTICA LTDA / 49.933.198/0001-55
25351.201096/2024-58 / 8291111
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTAR / 0493072241

FRANCINALDO PETRONIO DE ALENCAR / 42.214.818/0002-38
25351.200952/2024-58 / 8291139
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIR / 0492915245

RTL - RN TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA / 49.311.853/0001-33
25351.200679/2024-61 / 4068221
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTAR (SOMENTE MATRIZ) / 0492624241
25351.201143/2024-63 / 3131072
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - TRANSPORTAR (SOMENTE MATRIZ) / 0493124241
---
almeida farma ltda / 45.835.650/0002-76
25351.208325/2024-65 / 5091646
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0510666248

DROGARIA MAIS BRASIL LTDA / 47.239.232/0005-94
25351.217177/2024-70 / 5091538
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539749249
---
home care luz para a vida enfermagem ltda / 33.209.513/0001-66
25351.208563/2024-71 / 5091677
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0511231245
---
f.j. mergen de paula ltda / 53.865.620/0001-50
25351.205097/2024-71 / 5091161
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500728241

R CARDOSO DOS SANTOS COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS / 05.738.779/0001-60
25351.207753/2024-71 / 5091296
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0509488242

S & M COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 53.851.546/0001-12
25351.217201/2024-71 / 5091541
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539775240
---
cabral produtos farmacêuticos ltda / 54.507.872/0001-70
25351.217219/2024-72 / 5091572
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539794244

DROGARIA BRAGA MOCAJUBA LTDA / 54.398.535/0001-91
25351.216913/2024-72 / 5091391
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539432245

COSMOS LOGISTICA LTDA / 49.933.198/0001-55
25351.200846/2024-74 / 3131069
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - TRANSPORTAR (SOMENTE MATRIZ) / 0492800243

CHARLES LAMARQUES BORGES TAVARES / 39.456.701/0001-75
25351.216920/2024-74 / 5091402
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539440248

BRUPHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 11.709.825/0003-68
25351.217297/2024-77 / 5091586
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539875244
---
bs farma farmacia ltda. / 34.193.564/0001-00
25351.217089/2024-78 / 5091433
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539648248

DSI DROGARIA LTDA / 60.184.751/0039-00
25351.204729/2024-80 / 5091070
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS) / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500326240

SEIVA BRUTTA DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA / 45.249.142/0001-25
25351.202792/2024-81 / 4068266
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0495864242

DROGARIA POPULAR AV TIBIRI LTDA / 47.681.160/0001-07
25351.206941/2024-81 / 5091248
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0508639247

ABC FARMA LTDA / 29.821.327/0001-06
25351.216703/2024-84 / 5091308
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539208248

CONCEITO FORMULAS FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 54.486.497/0001-29
25351.216848/2024-85 / 5091373
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539365246

CLAUDILENE W SILVA / 52.987.437/0001-64
25351.208755/2024-87 / 5091737
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0511448244

RECREIO PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 19.498.361/0001-38
25351.201164/2024-89 / 8291160
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIR / 0493149244

A M GUIMARÃES LTDA / 50.318.853/0001-44
25351.216814/2024-91 / 5091342
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539330248

BP DE OLIVEIRA FARMACLINICA LTDA / 14.927.876/0002-73
25351.217208/2024-92 / 5091555
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539783242

CORE FARMA DROGARIA LTDA / 54.249.915/0001-64
25351.207541/2024-93 / 5091282
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0509350241

JTA MEDICAMENTOS LTDA / 54.652.415/0001-79
25351.204540/2024-97 / 5091052
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500100241

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.667, DE 02 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

LUCIARA DA CUNHA MORALES LTDA / 09.685.970/0001-42
25351.097124/2009-06 / 0587895
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566849241

A R SOARES OLIVEIRA LTDA / 08.857.879/0001-02
25351.102272/2014-06 / 7127300
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566516241

J F DA COSTA FARMACIA LTDA / 06.002.291/0001-33
25351.975705/2016-07 / 7447321
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566845245

G B DE OLIVEIRA & CIA LTDA / 07.909.230/0001-17
25351.037411/2014-13 / 7096381
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566465248

C DA S LIMA LTDA / 24.843.265/0001-10
25351.222943/2016-16 / 7467966
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566736241

FARMACIA MAIS VALE AGRONOMICA LTDA / 08.173.113/0001-09
25351.045439/2014-16 / 7097082
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566730243

JACIANE SAMPAIO COSTA SILVA DROGARIA / 34.015.260/0001-52
25351.667514/2019-17 / 7692516
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566885247

FARMACIA VITALIA CAMPECHE LTDA / 01.665.591/0001-89
25351.185684/2002-21 / 0285156
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566421241

DROGARIA BEM ESTAR DE BARROSO LTDA / 19.741.585/0001-29
25351.145627/2014-43 / 7134128
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566587246

PHEKA INDUSTRIA, COMERCIO DE COSMETICOS E ACESSORIOS LTDA / 15.512.082/0001-20
25351.418834/2018-56 / 4001623
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 0573629242

HORTA ZARDINE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 30.755.093/0001-25
25351.426772/2018-56 / 7601956
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566063247

FARMACIA FARMAVIDA DE QUISSAMA LTDA / 08.824.946/0001-84
25351.636696/2014-61 / 7312908
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566438241

PLL ANJOS COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA / 12.477.847/0001-40
25351.750318/2010-66 / 0725796
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0566635241

SIMONE APARECIDA SOARES DE ARAUJO / 26.900.027/0001-24
25351.793410/2018-78 / 7624219
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0567218244

E C BORGES LTDA / 43.279.610/0001-89
25351.522384/2022-81 / 7900173
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0567324249

HEALTH BRASIL INTELIGENCIA EM SAUDE LTDA / 13.063.746/0001-96
25351.072627/2024-99 / 1308070
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0458577243

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.668, DE 02 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Diledrogas distribuidora de medicamentos ltda / 53.916.439/0001-25
25351.201063/2024-16 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0493039244
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

ANTÃO UMBERTO F. FIGUEIROA - EPP / 11.843.737/0001-92
25351.216655/2024-24 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539156248
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 7.14475-2, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9782/99.

NIPAL TRANSPORTES LTDA / 33.972.146/0001-58
25351.201018/2024-53 /
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - TRANSPORTAR (SOMENTE MATRIZ) / 0492986240
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RECANTOSFARMA DROGARIA LTDA / 54.753.321/0001-96
25351.217115/2024-68 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0539680249
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém a razão social e o CNPJ da empresa, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

S. J. DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 51.294.542/0001-55
25351.204928/2024-98 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0500546240
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do formulário de petição devidamente preenchido, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019. O documento não está assinado pelos representantes da empresa.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.669, DE 02 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

STORE LOG ARMAZENAGEM E LOGISTICA LTDA / 43.229.314/0001-73
25351.200777/2024-07 / 1310649
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0492732248

SANTA CECILIA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. / 53.441.654/0001-17
25351.205156/2024-10 / 1310561
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0500795240
---
drogaria xavier e oliveira ltda / 49.512.529/0001-83
25351.216680/2024-16 / 1310575
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0539185248

OURIFITO LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA / 48.096.343/0001-28
25351.208911/2023-29 / 1310604
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0341481238

MTB FARMáCIA DE MANIPULAçãO E COMéRCIO DE PRODUTOS FARMACêUTICOS LTDA. / 46.011.794/0002-70
25351.216727/2024-33 / 1310589
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0539233242

J P RODRIGUEZ LTDA / 05.363.624/0002-78
25351.208334/2024-56 / 1310618
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0510700241
---
r2 medical importação, exportação e distribuição ltda / 51.575.049/0001-03
25351.200862/2024-67 / 1310666
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0492816247

MGB TRANSPORTES LTDA / 35.436.197/0001-90
25351.204117/2024-97 / 1310670
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0499624246

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.670, DE 02 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MARCONDES COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA / 44.126.224/0001-10
25351.615271/2023-18 / 1299837
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS (VETERINÁRIOS)
70803 - AE - ALTERAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 0566362244

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 2 DE MAIO DE 2024

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1- Em Apreciação de Recurso Voluntário.

1.1 Pela procedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.002312/2019-09	217075584	Marcante Moda Importacao e Comercio Ltda	AM
2	46202.010262/2018-44	216466610	Super Terminais Comercio e Industria Ltda	AM
3	14152.022818/2020-14	219257400	G. A. L. Rios & Cia Ltda	BA
4	14152.022819/2020-51	219257418	G. A. L. Rios & Cia Ltda	BA
5	14152.022820/2020-85	219257426	G. A. L. Rios & Cia Ltda	BA
6	14152.022821/2020-20	219257434	G. A. L. Rios & Cia Ltda	BA
7	14152.030210/2020-55	219330794	Madepar Laminados S/A	BA
8	14152.030211/2020-08	219330808	Madepar Laminados S/A	BA
9	14152.028610/2020-09	219315027	Escudo Vigilancia e Seguranca Ltda Em Recuperacao Judicial	GO
10	14152.028620/2020-36	219315124	Escudo Vigilancia e Seguranca Ltda Em Recuperacao Judicial	GO
11	14152.028625/2020-69	219315175	Escudo Vigilancia e Seguranca Ltda Em Recuperacao Judicial	GO
12	14152.001325/2020-32	219043523	Incorporadora Borges Landeiro S.A.	GO
13	14152.001330/2020-45	219043574	Incorporadora Borges Landeiro S.A.	GO
14	14152.004662/2020-81	219076715	Incorporadora Borges Landeiro S.A.	GO
15	46223.005012/2017-63	212525743	Escola Universo do Aprender Ltda - Me	MA
16	14152.106600/2020-11	220076634	E F Projetos e Engenharia Ltda	MG
17	14152.028568/2020-18	219314608	Frama Confecções Ltda.	MG
18	46236.000829/2019-68	217508782	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
19	46236.000830/2019-92	217508791	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
20	46236.000831/2019-37	217508804	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
21	46236.000832/2019-81	217508812	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
22	46236.000833/2019-26	217508821	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
23	46236.000834/2019-71	217508839	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
24	46236.000835/2019-15	217508847	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
25	46236.000836/2019-60	217508855	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
26	46236.000837/2019-12	217508863	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
27	46236.000838/2019-59	217508871	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
28	46236.000839/2019-01	217509100	Posto Aeroporto de Itauna Ltda	MG
29	14152.105446/2020-52	220065098	Sociedade Radio e Televisao Alterosa S.A	MG
30	14152.105533/2020-18	220065969	Sociedade Radio e Televisao Alterosa S.A	MG
31	14152.105717/2020-70	220067805	Sociedade Radio e Televisao Alterosa S.A	MG
32	14152.106220/2020-79	220072833	Sociedade Radio e Televisao Alterosa S.A	MG
33	14152.112050/2020-61	220131139	Sociedade Radio e Televisao Alterosa S.A	MG
34	14152.112071/2020-87	220131341	Sociedade Radio e Televisao Alterosa S.A	MG
35	14152.112085/2020-09	220131481	Sociedade Radio e Televisao Alterosa S.A	MG
36	14152.112109/2020-11	220131724	Sociedade Radio e Televisao Alterosa S.A	MG
37	46245.003712/2018-46	216010632	TCR Imagiologia Ltda - Me	MG
38	14152.110485/2020-71	220115486	AGG Silvicultura e Serviços Eireli	PA
39	46222.006734/2016-64	209770074	Bela Iaca Polpas de Frutas Industria e Comercio Ltda	PA
40	46222.007794/2017-85	212980203	Fisioterapia Flávia Almeida e Ivana M. de Freitas S/S L	PA
41	14152.087215/2020-50	219882789	Formosa Supermercados e Magazine Ltda	PA
42	14152.087226/2020-30	219882894	Formosa Supermercados e Magazine Ltda	PA
43	14152.113182/2020-19	220142459	Lojas Riachuelo S.A	PA
44	14152.128537/2020-66	220296006	Agroforte Industria, Comercio e Transporte Ltda	SC
45	14152.128538/2020-19	220296014	Agroforte Industria, Comercio e Transporte Ltda	SC
46	14152.128539/2020-55	220296022	Agroforte Industria, Comercio e Transporte Ltda	SC
47	14152.128540/2020-80	220296031	Agroforte Industria, Comercio e Transporte Ltda	SC
48	46260.003740/2017-94	212338641	Gerdau Acos Longos S.A.	SP
49	46254.003883/2019-47	218915608	Pavanello & Diniz Ltda	SP
50	46226.003075/2019-17	218657510	Confederal Vigilancia e Transporte de Valores Ltda	TO
51	46226.003432/2019-47	218924836	Enecol,Construcao,Engenharia e Manutencao Eireli	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46204.008952/2019-02	201524635	COM de Farias Eireli	BA
2	14185.003386/2020-57	201676478	G.A.L. Rios & Cia Ltda.	BA
3	14185.005823/2020-77	201702096	Educandario Nunes Coutinho Ltda.	GO
4	14185.004351/2020-35	201686708	Escudo Vigilância e Segurança Ltda.	GO
5	14185.000268/2021-78	201871106	Hominus Gestao e Tecnologia Ltda	GO
6	14185.002322/2020-39	201665069	Sta Techcana Eireli	GO
7	46223.005016/2017-41	200972855	Escola Universo do Aprender Ltda - Me	MA
8	46223.004683/2018-98	201198029	Safety Cons Emp e Representacao Ltda	MA
9	14185.001004/2021-31	201878691	Centro Infantil Sargento Marizeth Cardoso da Mata	MG
10	14185.003903/2020-98	201681986	Frama Confecções Ltda	MG
11	46245.003903/2019-99	201585014	Kern - Processos Industriais Ltda	MG
12	46243.001358/2019-16	201472759	Padaria Renaut Ltda	MG
13	14185.018478/2020-31	201830442	Papelbras Industria Gráfica Ltda.	MG
14	14185.022065/2020-51	201867478	Sabor da Fruta Indústria e Comércio Ltda.	MG
15	14185.004486/2020-09	201688140	Sky Schopp Ltda	MG
16	14185.018995/2020-19	201835924	Agg Silvicultura e Serviços Eireli	PA
17	46222.002902/2019-95	201378060 - TRet nº 201.620.006	Nordal Norte Modal Transportes Ltda	PA
18	46272.002259/2019-12	201445395	Agroinvvesti Transportes Ltda	RS
19	14185.016260/2020-42	201807351 - TRet nº 202.375.013	Agua Viva Pocos Artesianos Ltda	RS
20	14185.015085/2020-76	201795337	Artecola Extrusao Ltda em Recuperacao Judicial	RS
21	46218.000776/2019-01	201316102	Camem Industria e Comercio de Pecas e Maquinas Ltda	RS
22	14185.009436/2020-18	201739763 - TRet nº 202.422.208	Cavalli Industria e Comercio de Embalagens Ltda	RS
23	14185.016315/2020-14	201807912	Cervejaria Ijui Industria e Comercio Ltda	RS
24	14185.009589/2020-57	201741318 - TRet nº 202.422.194	Chapeacao e Pinturas Palandi Ltda	RS
25	14185.016261/2020-97	201807360 - TRet nº 202.387.895	Cimisa Maquinas Pozzer Ltda	RS
26	14185.015296/2020-17	201797453	Companhia Brasileira de Moagem S/A	RS
27	46271.006292/2019-13	201588200	Distri Air do Brasil - Ar Condicionado e Refrigera	RS
28	47157.001393/2019-77	201568799	Dw Industria Ceramica Ltda	RS
29	14185.009574/2020-99	201741164	Eco Preservacao Ambiental Ltda	RS
30	14185.015172/2020-23	201796201	Fornaglia Pizzaria e Restaurante Ltda	RS
31	46271.006645/2019-85	201615029	Fortaleza Limpeza Conservacao Transporte Servicos Ltda	RS
32	46218.012616/2019-05	201547961 - TRet nº 202.002.004	Gazeta do Sul S A	RS
33	14185.015495/2020-17	201799464	Interdesign Moveis Ltda	RS
34	46271.005875/2019-27	201573296	Kubiak & Martins Ltda	RS
35	14185.011961/2020-95	201764105	Mgf Informatica Eireli	RS
36	46275.001454/2019-97	201512378 TRet nº 202.037.011	Monpar Construcoes Ltda.	RS
37	14185.013284/2020-40	201777592 - TRet nº 202.316.572	Nutriz - Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RS
38	14185.010133/2020-30	201745381	Provincia Urbanismo e Construcoes Ltda	RS
39	47157.001622/2019-53	201635313	Restaurante Manoel Ltda	RS
40	14185.009046/2020-30	201735768 - TRet nº 202.062.074	Restaurante Miltons Buffet Ltda	RS
41	46218.016267/2019-92	201624729	Rodaco Ind com Estofados e Rodas Para Veiculos Ltda	RS
42	46271.002619/2019-88	201424924	Seibt Maquinas para Plasticos Ltda	RS
43	14185.015215/2020-71	201796643	Suspsndual Freios Eireli	RS
44	14185.005803/2020-04	201701880	Tania de Azeredo e Silva	RS
45	14185.016074/2020-11	201805413 - TRet nº 202.315.282	Tatiane Hirsch Caldas Queruz	RS
46	14185.004134/2020-45	201684403	Mulle e Azevedo Oficina Mecanica Ltda.	SC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050300455

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

47	14185.014617/2020-58	201790564	Dionizio & Dionizio Lencois Paulista Ltda	SP
48	46219.012757/2018-29	201213044	Figueiredo Ferraz Advocacia	SP
49	46266.000807/2018-60	201086581	Force One Industria e Comercio de Metais, Plasticos	SP
50	46219.001990/2019-67	201330539	Jota Russo Estacionamentos	SP
51	14185.020217/2020-81	201848368	Marcos Antonio Santi	SP
52	46266.003321/2019-64	201524899	Metalurgica Pressmatic Eireli	SP
53	14185.005000/2020-41	201693470	Santa Casa de Misericordia de Piratininga	SP
54	46474.004114/2018-91	201279169	Tecno Prime Construcoes Ltda	SP
55	46226.002538/2019-23	201504626	Tocantins Empreendimentos e Participacoes Ltda.	TO

1.2 Pela improcedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	14152.048332/2020-06	219511691	Transjc Logistica e Transporte Ltda	GO
2	46243.001166/2019-18	217503331	Minasmaquinas S.A.	MG
3	46222.005387/2019-03	217882951	Transurb Ltda	PA
4	46220.009048/2019-16	218160577	MRV MRL Baia da Babitonga Incorporacoes Ltda	SC
5	46220.008525/2018-37	215958942	RF Reflorestadora Ltda	SC
6	14152.022516/2021-19	220542627	Vigilancia Radar Ltda	SC
7	14152.022545/2021-81	220542911	Weg Drives & Controls - Automacao Ltda	SC
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46208.001193/2019-17	201340861	Posto Mangalo Ltda.	GO

1.3 Pela procedência parcial de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.010716/2018-92	216506956	SPEC - Planejamento Engenharia Consultoria Eireli	MG
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	14185.018526/2020-91	201830965 - TAD nº 201.992.604	Max Limp Administradora e Serviços Ltda.	GO
2	14185.004579/2020-25	201689120 - TAD nº 202.191.001	Madepar Laminados S.A.	BA

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício.

2.1 Pela improcedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	14152.161212/2021-76	219004609	Mape Engenharia Eireli	PA
2	14152.085626/2020-19	219866899	Concessionaria Aeroporto Rio de Janeiro S.A.	RJ
3	46215.016746/2018-58	215879601	Gremio Recreativo Escola de Samba Portela	RJ
4	46228.001809/2019-11	218456867	Lorenge Spe 149 Empreendimento Imobiliario Ltda	RJ
5	14152.000898/2021-20	220330115	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	RJ
6	46228.001338/2017-71	211938408	Realiza Construtora Ltda.	RJ
7	14152.025091/2020-19	219280053	Un Eventos e Servicos Ltda	RJ

2.2 Pela procedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46287.000140/2019-38	217675361	Solivam Rondelli	ES
2	14152.104694/2020-86	220057575	Oficina da Roca Industria de Tecelagem Artesanal Ltda	MG
3	46666.000298/2019-43	216716080	Centro Medico Louis Pasteur Ltda	RJ
4	46666.000300/2019-84	216676894	Centro Medico Louis Pasteur Ltda	RJ
5	46666.000302/2019-73	216676991	Centro Medico Louis Pasteur Ltda	RJ
6	46215.011218/2019-93	217720722	Clube de Regatas do Flamengo	RJ
7	46215.005858/2019-64	217096247	Raio Soldas Inspecoes S/S	RJ

3- Arquivamento:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46222.009305/2015-68	206674856	Arteplan Projetos e Construções Ltda.	PA

3.2 - Incidência da prescrição prevista no art. 1ºA da Lei nº 9.873/99 de 23/11/1999 combinado com Art. 114, inciso VIII, da Lei nº 13.043, de 14/11/2014.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46207.006048/2001-03	4779878	Wendy Maciel Verjovisky	ES

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES DE TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 30 DE ABRIL DE 2024-CGRS

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 662 (0921916), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.107176/2023-26, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SALITRE - CE, CNPJ 00.774.298/0001-97, CNPJ 00.774.298/0001-97, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência Municipal e base territorial no município de Salitre, no Estado do Ceará, nos termos dos arts. 13 e 14 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023, para fins de publicidade e abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 663 (0922472), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária nº 19964.108195/2023-70, de interesse do STTR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Mirador - MA, CNPJ 06.140.859/0001-82, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, com abrangência Municipal e base territorial município de Mirador, no Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 13 e 14 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023, para fins de publicidade e abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 672 (SEI nº 0927629), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.107862/2023-05, de interesse do STTR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Domingos do Azeitão - MA, CNPJ nº 03.435.886/0001-94, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de São Domingos do Azeitão, no Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 13 e 14 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023, para fins de publicidade e abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

ANDRÉ LUIS GRANDIZOLI

Ministério dos Transportes

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 433, DE 2 DE MAIO DE 2024

Autoriza a circulação, em caráter experimental e por período prefixado, das combinações de veículos de carga (CVC) dotados de caminhões-tratores elétricos objetos da Fase 1 do Projeto de Pesquisa sobre Caminhões Elétricos para Transporte Rodoviário de Carga (Projeto BEV) coordenado pelo Instituto Nacional de Projetos para Trânsito e Segurança (INPROTRAN), com apoio da Volvo do Brasil Veículos Ltda. (Volvo), supervisionado pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN).

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e V do art. 19 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e a Deliberação CONTRAN n° 273, de 9 de abril de 2023, com base no que consta no processo administrativo nº 50000.041975/2022-80, resolve:

Art. 1º Autoriza a circulação, em caráter experimental e por período prefixado, das combinações de veículos de carga (CVC) dotados de caminhões-tratores elétricos objetos da Fase 1 do Projeto de Pesquisa sobre Caminhões Elétricos para Transporte Rodoviário de Carga (Projeto BEV) coordenado pelo Instituto Nacional de Projetos para Trânsito e Segurança (INPROTRAN), com apoio da Volvo do Brasil Veículos Ltda. (Volvo), supervisionado pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN).

Art. 2º O objetivo do Projeto BEV é realizar estudos e verificações que possibilitem estabelecer parâmetros específicos para a regulamentação sobre limites de peso por eixo para caminhões e caminhões-tratores que utilizem tração exclusivamente elétrica.

Art. 3º Estão autorizados a circular no âmbito da Fase 1 do Projeto BEV, os seguintes veículos:

I - veículos do tipo caminhão-trator, de designação de marca/modelo/versão I/VOLVO FM ELETRIC 4X2T, dotado de dois eixos, sendo o eixo traseiro de rodado duplo, equipado com pneus 315/80R em todos os rodados e suspensão pneumática integral nos eixos dianteiro e traseiro, com a seguinte identificação:

a) chassi nº YV2XB40A9RA338602 e placa SFD-4C59;
b) chassi nº YV2XB40A4RA339334 e placa SFD-4C57;
c) chassi nº YV2XB40A7RA338582 e placa SFD-4C24;
d) chassi nº YV2XB40AXRA339015 e placa SFD-4C51;
e) chassi nº YV2XB40A0RA339024 e placa SFD-4C53; e
f) chassi nº YV2XB40A9RA339060 e placa SFD-4C52.

II - veículos do tipo caminhão-trator, de designação de marca/modelo/versão I/VOLVO FM ELETRIC 6X2T, dotado de três eixos, sendo o segundo o eixo motriz, o segundo e terceiro eixos de rodado duplo, equipado com pneus 315/80R em todos os rodados e suspensão pneumática integral nos eixos dianteiro e traseiros;

a) chassi nº YV2XB40C4RA339898 e placa SFB-9H16;
b) chassi nº YV2XB40C0RA339879 e placa SFB-9H15;
c) chassi nº YV2XB40C6RA339854 e placa SFB-9H17;
d) chassi nº YV2XB40C4RA339559 e placa SFB-9H22; e
e) chassi nº YV2XB40C2RA339379 e placa SFB-9H14.

III - semirreboques com dois eixos, acoplados aos veículos de que trata o inciso I; e

IV - semirreboques com três eixos, acoplados aos veículos de que trata o inciso II.

§ 1º Os veículos elétricos de que trata esta autorização experimental desta Portaria possuem peso por eixo superior aos requisitos estabelecidos na Resolução CONTRAN nº 882, de 13 de dezembro de 2021, que estabelece os limites de pesos e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres.

§ 2º Os veículos de que trata o caput deverão ser cadastrados no RENAVAM constando no campo de observação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em meio digital (CRLV-e) informação de que se trata de um veículo em caráter experimental e com restrição à sua comercialização.

Art. 4º Os veículos de que trata o art. 3º somente poderão circular nos seguintes trajetos:

I - entre a Rodovia BR-376, km 121, na cidade de Campo Largo/PR, e a Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2600, na cidade de Curitiba/PR, acesso pela rodovia BR-376, km 590;

II - entre a Av. das Indústrias, 206, Eucaliptos, na cidade de Fazenda Rio Grande/PR, e a Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2600, na cidade de Curitiba/PR, acesso pela rodovia BR-376, km 590 com a rota principal pela rodovia BR-116, até o km 12;

III - entre a rodovia BR-277, km 74, na cidade de São José dos Pinhais/PR, e a rodovia BR-116, km 67, na cidade de Registro/SP;

IV - entre a rodovia Parigot de Souza, BR-050, km 65, na cidade de Castro/PR, e a Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 2600, na cidade de Curitiba/PR, acesso pela rodovia BR-376, km 590;

V - entre a rodovia BR-116, km 284, na cidade de Itapecerica da Serra/SP, e a rodovia SP-065, km 91, na cidade de Jarinu/SP;

VI - entre a rodovia BR-116, km 284, na cidade de Itapecerica da Serra/SP, e a rodovia SP-050, km 75, na cidade de Campinas/SP;

VII - entre a rodovia BR-386, km 428, na cidade de Nova Santa Rita/RS, a rodovia BR-448, km 296 e a rodovia BR-090, km 80, na cidade de Gravataí/RS;

VIII - entre a rodovia BR-386, km 428, na cidade de Nova Santa Rita/RS, com saída pela rodovia BR-116, km 296 para a estrada Ismael Chaves Barcelos, 3000, na cidade de Guaíba/RS;

IX - entre a rodovia BR-386, km 428, na cidade de Nova Santa Rita/RS, e a rodovia BR-471, km 150, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS;

X - entre a rodovia BR-386, km 428, na cidade de Nova Santa Rita/RS, e a rodovia BR-36, km 354, na cidade de Passo Fundo/RS.

XI - entre a rodovia BR-381, km 943, na cidade de Extrema/MG, e a rodovia BR-381, km 858, na cidade de Pouso Alegre/MG.

§ 1º Alternativamente, o trajeto estabelecido no inciso II poderá ser realizado pela Rua Nicola Pellanda até o acesso com a rodovia BR-376.

§ 2º Alternativamente, o trajeto estabelecido no inciso VII poderá ser realizado pela rodovia RS-118 até a rodovia BR-020.

§ 3º Alternativamente, o trajeto estabelecido no inciso X poderá ser realizado pela rodovia BR-470 até o lado norte da rodovia BR-386.

Art. 5º Os veículos de que trata o art. 3º poderão circular em caráter experimental nos trajetos definidos no art. 4º pelo período de nove meses contados da publicação desta Portaria.

Art. 6º Os veículos de que trata o art. 3º com peso por eixo superior ao previsto na Resolução CONTRAN nº 882, de 13 de dezembro de 2021, que estabelece os limites de pesos e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres, devem obter anuência dos órgãos rodoviários com circunscrição sobre as vias por onde circularão, de modo a verificar a compatibilidade da infraestrutura viária em razão da sua condição de trânsito.

Art. 7º A Volvo, responsável técnica pela segurança dos veículos utilizados na Fase 1 do Projeto BEV, é a responsável por eventuais danos causados pela circulação dos veículos de que trata esta Portaria em vias públicas.

Art. 8º A Volvo, em coordenação com o Inprotran, deve apresentar trimestralmente à SENATRAN relatório técnico contendo, no mínimo:

I - informações sobre a ocorrência de sinistros, colisões, infrações ou quaisquer intercorrências envolvendo estes veículos e combinação de veículos;

II - dificuldades ou vantagens observadas na circulação destes veículos e combinação de veículos; e

III - avaliação de desempenho do uso destes veículos e combinação de veículos.

§ 1º A SENATRAN poderá solicitar à Volvo e ao Inprotran a apresentação de outros dados que julgar relevantes para o monitoramento e avaliação do Projeto BEV.

§ 2º A Volvo deve conceder à SENATRAN e ao Inprotran acesso aos dados de telemetria dos veículos utilizados no estudo, cujo formato será definido entre as partes, respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

§ 3º A apresentação dos dados, informações e acessos de que trata este artigo não exime a Volvo a apresentar outros dados definidos no âmbito do Projeto BEV.

Art. 9º Os veículos somente poderão ser conduzidos e ocupados por técnicos e engenheiros da Volvo ou por pessoas por eles autorizados, dos quais poderá ser exigida a identificação pessoal e profissional.

Parágrafo único. Os condutores dos veículos autorizados a circular em caráter experimental de que trata o art. 3º deverão portar cópia impressa desta Portaria.

Art. 10. Os veículos elétricos e combinação de veículos autorizados a circular em caráter experimental devem portar identificação externa nas laterais e na traseira.

Parágrafo único. A identificação de que trata o caput deverá ser feita através faixa horizontal na cor branca de quarenta centímetros de largura, à meia altura, ser pintada ou fixada por faixa removível, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico "Veículo em Teste", em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor branca, as cores aqui indicadas devem ser invertidas.

Art. 11. Esta Portaria poderá ser revogada a qualquer tempo se identificado o não cumprimento dos requisitos que geraram essa autorização ou caso seja cometida uma das infrações previstas nos arts. 162, 165, 165-A, 165-B, 165-C, 166, 173, 174, 175, 176, 177, 187, 191, 195, 202, 203, 209, 209-A, 210, 218, 230, incisos II, III, V e XXIII, 231, incisos IV, V, VI, VII, VIII, X, 235, 237, 244, 252, inciso III, 253 ou 253-A, do Código de Trânsito Brasileiro

Art. 12. Os veículos de que trata esta Portaria estarão proibidos de prosseguir transitando caso o Projeto BEV não seja aprovado ou indique a inviabilidade de sua circulação em vias públicas.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRUALDO DE LIMA CATÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 168, DE 24 DE ABRIL DE 2024

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso X do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e com o inciso IV do art. 29, e inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1108057-12.2023.4.01.3400, processo administrativo nº 00424.046161/2024-44, e considerando o que consta no processo nº 50500.024523/2021-11, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A, CNPJ nº 80.227.796/0001-59, por inobservância ao disposto nos artigos 230 e 231, da Resolução ANTT nº 6.033, de 21 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LOUSAN DO NASCIMENTO POUBEL
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS E PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 41, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O Superintendente de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 10 do anexo da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, o Art. 33, IX, da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022 e o Art. 30, V, da Instrução Normativa nº 05, de 23 de abril de 2021, considerando os fatos noticiados nos autos do processo 50500.317845/2023-73 e 50500.101901/2024-31, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria nº 52, de 19.10.2023, publicada no D.O.U. de 20.10.2023, referentes à empresa Norte Sul Transportes e Turismo durante 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta portaria, ou até decisão de mérito no Processo Administrativo Ordinário.

Art. 2º No prazo indicado no Art. 1º a referida empresa será fiscalizada quanto ao efetivo cumprimento da Resolução ANTT 4.499/2014 e as condições estabelecidas na Portaria SUFIS 052/2023 para a reversão da medida cautelar.

Art. 3º Em caso de operação parcial das viagens programadas, conforme quadro de horários vigentes, a empresa deverá atualizá-los a fim de não incorrer em novas infrações.

Art. 4º A contar da publicação desta portaria, a empresa deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, o plano de manutenção atualizado da frota habilitada, conforme legislação vigente, art. 85 e 86 da Resolução 6.033/2023.

Art. 5º O descumprimento dos artigos 2º e 4º ensejará a revogação desta portaria e restabelecimento da medida cautelar de suspensão.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILA MARTINEZ BURGARDT

Banco Central do Brasil

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO BCB Nº 376, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Disciplina o Cadastro de Responsáveis por Regimes de Resolução (Caresp) e a designação dos interventores e dos liquidantes de que trata a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e dos membros do conselho diretor de que trata o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, e revoga a Portaria nº 94.854, de 13 de setembro de 2017.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 30 de abril de 2024, com base no disposto nos arts. 5º e 16 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, nos arts. 3º e 8º do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, e no art. 8º da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução disciplina o Cadastro de Responsáveis por Regimes de Resolução (Caresp) e a designação dos interventores e dos liquidantes de instituição supervisionada pelo Banco Central do Brasil submetida aos regimes de que trata a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e dos membros do conselho diretor de instituição submetida a regime de administração especial temporária, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.

Art. 2º O Caresp destina-se ao registro de informações de pessoas naturais ou jurídicas que manifestarem interesse no exercício dos encargos referidos no art. 1º e que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Resolução e nos demais atos normativos que tratem do assunto.

§ 1º O registro da inscrição não implica certificação da idoneidade ou da capacitação do inscrito nem presume o direito de designação para o exercício do encargo.

§ 2º Não haverá ordem de classificação ou de antiguidade dos inscritos.

Art. 3º O Caresp será gerido pelo Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora (Derad), competindo-lhe:

I - divulgar as instruções, procedimentos e documentos necessários para a inscrição no Caresp;

II - divulgar os critérios a serem observados para a indicação e para a exclusão dos inscritos no Caresp;

III - examinar os pedidos de inscrição de interessados e excluir, a qualquer tempo, o nome de pessoas registradas no Caresp, caso venha a ser apurada circunstância que implique descumprimento das condições de inscrição.

CAPÍTULO II

DESIGNAÇÃO DO INTERVENTOR, DO LIQUIDANTE OU DO MEMBRO DO CONSELHO DIRETOR

Art. 4º Quando for necessária a designação de interventor, de liquidante ou de membro do conselho diretor, o Derad encaminhará à autoridade competente pela designação lista contendo os dez primeiros classificados inscritos no Caresp para atuar na área geográfica cabível, conforme a disponibilidade e compatibilidade com o caso concreto.

§ 1º Havendo empate entre candidatos que extrapole o número previsto no caput, todos os empatados terão seus nomes incluídos na lista.

§ 2º A autoridade competente pela designação poderá requisitar ao Derad o envio de lista com número maior de classificados e com dispensa do requisito da área de atuação geográfica pretendida.

Art. 5º São condições para a designação de pessoas naturais para exercer os encargos de que trata o art. 1º, que devem ser mantidas ao longo de todo o período de exercício:

I - ter graduação em curso de nível superior fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;

II - ter conhecimento técnico;

III - ter experiência profissional compatível com as atribuições do encargo;

IV - ter reputação ilibada;

V - não estar impedido por lei ou por pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

VI - não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargo de administrador ou membro de órgão estatutário ou contratual em:

a) instituições financeiras ou demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

b) entidades sujeitas à supervisão da Superintendência de Seguros Privados e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar; e

c) companhias abertas ou em outras entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;

VII - não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

VIII - não estar declarado falido ou insolvente; e

IX - não ter controlado ou administrado, nos dois anos que antecederem a designação, sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação extrajudicial, falência ou recuperação judicial, salvo na condição de interventor, de liquidante, de membro de conselho diretor de regime de administração especial temporária ou de administrador judicial.

Art. 6º São condições para a designação de pessoas jurídicas para exercer os encargos de que trata o art. 1º, que devem ser mantidas ao longo de todo o período de exercício:

I - a indicação de responsável técnico pelo exercício do encargo de que trata o art. 1º;

II - os requisitos previstos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º;

III - o atendimento, pelo responsável técnico e pelos administradores da pessoa jurídica, dos requisitos previstos no art. 5º, no que couber; e

IV - o atendimento dos requisitos previstos nos incisos III a VIII do art. 5º pelos acionistas ou cotistas que integrem o grupo de controle da pessoa jurídica, assim considerados a pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de votos ou sob controle comum, que detenham direitos de sócio correspondentes à maioria do capital votante de sociedade anônima ou a 75% (setenta e cinco por cento) do capital social de sociedade limitada.

Parágrafo único. Nos casos em que o controle da sociedade não seja identificável na forma do inciso IV do caput, em razão de sua natureza jurídica, o Derad poderá dispensar o atendimento dos requisitos ali previstos.

Art. 7º Escolhido pela autoridade competente pela designação, o Derad comunicará ao indicado, por meio do contato fornecido, para que, prontamente, manifeste sua disponibilidade para o encargo.

§ 1º O indicado será informado sobre a instituição a ser submetida a regime de resolução, o tipo de regime de resolução ao qual será submetida, suas características gerais e a remuneração a ser fixada.

§ 2º Caso o indicado não seja encontrado ou não manifeste prontamente sua disponibilidade, a autoridade competente pela designação escolherá outro inscrito, na forma do art. 4º.

Art. 8º O indicado deverá assinar a declaração de ausência de vínculo com a instituição, conforme modelo definido em ato normativo pelo Derad.

Parágrafo único. No caso de o indicado ser pessoa jurídica, seus administradores, acionistas ou cotistas que detenham mais de 15% (quinze por cento) do capital social e o responsável técnico também deverão assinar declaração de ausência de vínculo.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º O exercício dos encargos de que trata o art. 1º não configura posse em cargo público nem gera vínculo empregatício com o Banco Central do Brasil ou com a instituição na qual o encargo será exercido.

Art. 10. A designação não gera efeitos, se a decretação do regime para o qual o interessado foi designado não for concretizada, não cabendo o ressarcimento de qualquer despesa na qual o indicado tenha incorrido.

Art. 11. A autoridade competente pela designação, considerando as circunstâncias de cada caso concreto e o contexto dos fatos e visando à proteção do interesse público, poderá dispensar, excepcional e motivadamente, o cumprimento de condições estabelecidas nos arts. 5º e 6º para o exercício dos encargos de que trata o art. 1º.

Art. 12. Fica revogada a Portaria nº 94.854, de 13 de setembro de 2017.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor em 3 de junho de 2024.

RENATO DIAS DE BRITO GOMES
Diretor

Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO N° 142, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo nº: 00190.112040/2023-16

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 49 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, pela Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, e pelo Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, e considerando a colaboração e os compromissos assumidos pela pessoa jurídica LG INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 58.068.198/0001-25, nos termos da Portaria Normativa CGU n° 19/2022, adoto, como fundamento desta decisão, a Nota Técnica nº 791/2024/LENIENCIA/DAL/SIPRI, bem como o Parecer nº 00091/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho de Aprovação nº 00121/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União, para DEFERIR o pedido de julgamento antecipado do PAR nº 00190.108943/2020-41, fixando a penalidade de multa do artigo 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013 no valor de R$ 341,90 (trezentos e quarenta e um reais e noventa centavos), em decorrência de sua responsabilidade objetiva.

O descumprimento dos compromissos assumidos resulta na desconstituição de todos os incentivos inerentes ao julgamento antecipado e da concessão dos benefícios previstos no § 1º do art. 5º c/c art. 7º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022.

À Secretaria de Integridade Privada para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão e para acompanhamento do cumprimento do recolhimento da multa.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro

DECISÃO N° 148, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo nº: 00190.101635/2022-57

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 49 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, pela Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, e pelo Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, adoto, como fundamento desta decisão, integralmente, o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, bem como o PARECER n. 00095/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho de Aprovação nº 00122/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União, para, com fulcro no artigo 6º, incisos I e II, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 c/c os artigos 11, inciso I, 19, incisos I e II, 22 e 23, do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, aplicar, à pessoa jurídica CTC SECURITY LLC, inscrita no CNPJ/MF EX1107462:

a) Multa no valor de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) do faturamento bruto da acusada do exercício de 2019, correspondente a R$133.225,73 (cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), por conduta tipificada no art. 5º, inciso IV, alínea "d", da Lei nº 12.846, de 2013;

b) Publicação extraordinária do extrato da decisão condenatória, em meia página, em dia útil, no jornal "O Globo", na cidade do Rio de Janeiro, e no "Miami Herald", em Miami, Flórida, pela prática do mesmo ato lesivo;

c) Afixação do extrato da decisão condenatória em edital em sua sede, bem como em seu endereço eletrônico pelo prazo de sessenta dias, em virtude do mesmo ato lesivo;

d) Multa compensatória de 5% (cinco) sobre o valor do total do contrato, equivalente a R$ 1.835.454,54 (um milhão, oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), por infração aos subitens 9.1.1 e 9.1.3 c/c subitem 9.2.3, todos do TEO, e art. 87, caput, II, da Lei nº 8.666, de1993;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com quaisquer dos entes da Federação, por ato tipificado no art. 88, III, da Lei de Licitações.

À Secretaria de Integridade Privada para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão e para acompanhamento do cumprimento das sanções.

Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no art. 15 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o seu julgamento.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro

DECISÃO N° 151, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo nº 00190.105434/2018-42

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 49 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, pela Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 e pelo Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, adotando, como fundamento deste ato, o Parecer nº 00052/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00114/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU e pelo Despacho de Aprovação nº 00127/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União, CONHEÇO, mas no mérito INDEFIRO o Pedido de Reconsideração formulado pela empresa SEARA ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 02.914.460/0112-76.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 177, DE 2 DE MAIO DE 2024

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 12 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo em vista o disposto no art. 1º, V, §§ 3º a 5º, da Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014,

Considerando a necessidade de ajustes organizacionais essenciais para o aprimoramento contínuo das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o encerramento das atividades de vários Grupos de Trabalho pela conclusão de seus objetivos, sem a respectiva revogação formal;

Considerando que a proteção do direito das crianças e dos adolescentes é um dos pilares de atuação da Presidência para o ano de 2024, que adotará uma estratégia concentrada e unificada de atuação institucional;

Considerando que as ações, projetos e processos em todas as unidades do CNMP devem estar alinhados prioritariamente aos eixos temáticos estratégicos estabelecidos no artigo 2º da Portaria CNMP-PRESI nº 476, datada de 29 de dezembro de 2023;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 19.00.1000.0000120/2024-04, resolve:

Art. 1º Revogar o art. 33 da Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 31 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Ministério Público da União

ATOS DO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 64, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Altera a Portaria PGR/MPU nº 123, de 28 de julho de 2023, que regulamenta a reposição de valores recebidos indevidamente e a indenização decorrente de danos causados ao erário.

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, com fundamento no art. 26, incisos VIII e XIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o constante do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.007444/2023-15, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/MPU nº 123, de 28 de julho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º A reposição ao erário será realizada quando os pagamentos indevidos forem decorrentes de erro operacional da Administração, incluídos nesse conceito:

....." (NR)

"Art. 10. .....

Parágrafo único. A instrução do procedimento de reposição ao erário prevista neste Capítulo poderá ser realizada nos autos do processo administrativo que resultou na concessão da vantagem paga indevidamente.

....." (NR)

"Art. 16. Na forma do art. 46, §2º da Lei 8.112/90, o disposto neste Capítulo não se aplica aos servidores, estagiários e pensionistas quanto à reposição de qualquer pagamento indevido ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, que será realizada imediatamente, em uma única parcela, em folha de pagamento ou GRU.

Parágrafo único. Os descontos legais e automáticos na remuneração, decorrentes de fatos administrativos ocorridos no mês de referência devem ser realizados imediatamente em folha de pagamento, quando houver:

a) faltas injustificadas, atrasos, saídas antecipadas, ausências justificadas sem compensação e cumprimento da penalidade disciplinar de suspensão;

b) acertos financeiros decorrentes das hipóteses de vacância do cargo público, de licenças não remuneradas, de exoneração ou de substituição de cargo em comissão e função de confiança; e

c) outras alterações na situação funcional do interessado com repercussão na remuneração." (NR)

"Art. 17. A reposição ao erário de valores recebidos indevidamente pelos membros, ativos e inativos, no mês anterior ao processamento da folha se sujeita sempre à prévia manifestação do interessado, nos termos deste Capítulo, e deverá ser realizada em parcelas mensais que não excedem a décima parte do subsídio ou provento, na forma do art. 287, §2º da Lei Complementar nº 75/93.

§1º Os descontos legais e automáticos na remuneração, decorrentes de fatos administrativos ocorridos no mês de referência devem ser realizados imediatamente em folha de pagamento, quando houver:

a) faltas injustificadas, cumprimento da penalidade disciplinar de suspensão e outras hipóteses de ausência de prestação do trabalho como licenças não remuneradas, exoneração de cargo em comissão ou suspensão do exercício de cumulação de ofício;

b) outras alterações na situação funcional do membro com repercussão redutiva da remuneração;

c) os acertos financeiros decorrentes das hipóteses de vacância do cargo de membro, exoneração ou demissão;

§2º Nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do parágrafo anterior, se o pagamento houver sido realizado ao membro, deverá se proceder à reposição na forma do caput." (NR)

"Art. 18. Na hipótese prevista no caput do art. 16:

.....

V - sendo a decisão final favorável ao interessado, o desconto cautelar será devolvido imediatamente ao interessado, devidamente corrigido, podendo ser realizado em folha suplementar;" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

PORTARIA PGR/MPU Nº 79, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, e com fundamento no art. 49, incisos XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando as razões apontadas no Ofício nº 98/2024/1ª CCR/MPF, de 21 de fevereiro de 2024, da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, resolve:

Art. 1º Ficam declaradas encerradas as atividades do Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 (GIAC-COVID19), instituído pela Portaria PGR/MPU nº 59, de 16 de março de 2020.

Art. 2º Fica revogada a Portaria PGR/MPU nº 174, de 16 de novembro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

PORTARIA PGR/MPF Nº 384, DE 2 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a designação de Procuradores Regionais da República para atuarem em auxílio à Procuradoria-Geral da República e altera a Portaria PGR/MPF nº 424, de 12 de junho de 2023.

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, e com fundamento no art. 127, § 2º, da Constituição Federal e no art. 26, inciso VIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a designação de Procuradores Regionais da República para atuarem em auxílio à Procuradoria-Geral da República.

Parágrafo único. A designação prevista no caput será realizada sem prejuízo dos vencimentos, vantagens ou qualquer direito relativo ao cargo, ressalvado o disposto nesta Portaria.

Art. 2º O Procurador-Geral da República poderá designar Procurador Regional da República, sem prejuízo de suas funções na unidade de origem, para atuar como auxiliar em:

I - ofícios comuns titularizados por Subprocuradores-Gerais da República; e

II - ofícios especiais titularizados por Subprocuradores-Gerais da República com atuação perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 1º A designação prevista no caput será realizada pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável por igual período sucessivas vezes.

§ 2º A dispensa de designação, a pedido, terá efeitos em 30 (trinta) dias do requerimento, salvo motivo justificado.

Art. 3º A função de auxiliar será exercida por Procurador Regional da República que atenda aos seguintes requisitos:

I - estar em situação regular junto à Corregedoria;

II - não responder a procedimento administrativo disciplinar aberto pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal ou pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

III - não responder a ação penal pública, ação de improbidade administrativa ou ação de perda de cargo; e

IV - não ter sofrido sanção disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos.

Art. 4º A solicitação de designação de que trata a presente Portaria será encaminhada ao Procurador-Geral da República pelo Subprocurador-Geral da República interessado, acompanhada do aceite do Procurador Regional da República convidado.

§ 1º O pedido será encaminhado à Corregedoria-Geral para manifestação acerca do disposto no art. 3º, após o que seguirá concluso para deliberação do Procurador-Geral da República.

§ 2º O Procurador-Geral da República poderá abrir edital para formação de lista de interessados em auxiliar os ofícios de que trata o art. 2º

Art. 5º Os Procuradores Regionais da República designados para auxílio nos termos desta Portaria não terão alteração de lotação e não lhes serão concedidas as vantagens previstas nos incisos I, III e VIII do art. 227 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

§ 1º O auxílio de que trata esta Portaria será prestado de forma remota, sem deslocamento à sede da Procuradoria-Geral da República.

§ 2º Aos Procuradores Regionais da República designados nos termos desta Portaria não se aplica o disposto nos art. 4º-A e 5º da Portaria PGR/MPU nº 825, de 14 de novembro de 2013.

Art. 6º A Portaria PGR/MPF nº 424, de 12 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

IV - a atuação como membro auxiliar da Procuradoria-Geral da República, designado nos termos da Portaria PGR/MPF nº 384, de 30 de abril de 2024."(NR)

Art. 7º Compete ao Procurador-Geral da República dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria e decidir os casos omissos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

PORTARIA PGR/MPF Nº 385, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, e com fundamento nos arts. 46, 49, incisos VI, XX e XXIII, 82 e 276 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o disposto na Resolução nº 227, de 7 de novembro de 2023, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/MPF nº 968, de 16 de novembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A presente Portaria estabelece os parâmetros quantitativos para atuação extraordinária, de que tratam a Resolução nº 227, de 7 de novembro de 2023, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, para os membros do Ministério Público Federal.

Art. 2º Nos ofícios do Ministério Público Federal será considerada atuação extraordinária a responsabilidade do membro por fluxo processual ou procedimental superior à saída de 3.500 (três mil e quinhentos) processos ou procedimentos por ano." (NR)

"Art. 6º Nas hipóteses de afastamento previstas no inciso I do art. 222 e nos incisos I, II, III, IV e V do art. 223 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, será considerada a média do período apurado antes do início do afastamento." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2024.

Parágrafo único. Os parâmetros definidos por esta Portaria serão aplicados para o cálculo do quantitativo relativo ao período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, definindo o direito à percepção de compensação no 3º trimestre de 2024.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 5/2024-3ª PROREG, DE 26 DE ABRIL DE 2024

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e em observância às disposições previstas na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis relativos à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União;

CONSIDERANDO a Resolução nº 90 do CSMPDFT, alterada pela Resolução nº 301, de 27 de janeiro de 2023, a qual determina, em seu artigo 21-A, inc. I, ser de atribuição das PROREGs:

I - apurar as suspeitas de irregularidades administrativas, de natureza cível e criminal, praticadas no contexto das Administrações Regionais do Distrito Federal, nas regiões administrativas de sua atuação e naquelas que venham lhes suceder; (NR - Resolução nº 301, de 27 de janeiro de 2023).

CONSIDERANDO que este Procedimento Preparatório foi instaurado em 12 de outubro de 2023 (ID. 11660341)[1]; que decorridos 90 dias da data de sua instauração, houve prorrogação por mais 90 dias; e que, após análise detida do feito, foi identificada a necessidade do emprego de novas diligências; resolve:

Converter o Procedimento Preparatório nº 08192.106406/2023-00 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos do despacho de ID. 13289229, para que possa prosseguir a apuração das supostas irregularidades relacionadas ao quiosque localizado em frente ao Supermercado Veneza, Cruzeiro Novo.

Dê-se ciência à Câmara de Coordenação e Revisão.

BERNARDO BARBOSA MATOS

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA EXECUTIVA DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA Nº 62, DE 8 DE MARÇO DE 2024

O DIRETOR EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso V do artigo 10 do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF), consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022, e no desempenho das atribuições conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 33/2017 c/c os incisos IV e V do artigo 9º do RASF, e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.020716/2023-71, aplica à empresa BEATRIZ BRUST DE SOUZA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 22.327.937/0001-09, a penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a União pelo período de 120 (cento e vinte) dias cumulada com MULTA no valor de R$ 900,00 (novecentos reais), com fulcro no disposto no inciso III do art. 155 e nos incisos II e III do caput e § 6º do art. 156, ambos da Lei nº 14.133/2021, c/c o subitem 24.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 066/2023, pela inexecução total do objeto da Nota de Empenho 2023NE002794, em transgressão ao que estabelece o item 16.4 do referido instrumento convocatório.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA CJF Nº 204, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a alteração da Portaria CJF n. 121/2021, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2021, seção 2 página 50, que trata da designação do gestor e do gerente nacional e dos gerentes regionais do Projeto Estratégico da Justiça Federal - Depósitos Judiciais.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo SEI n. 0000210-35.2019.4.90.8000, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do inciso III do art. 2º da Portaria CJF n. 121/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º [...]:

[...]

III - na 3ª Região, Juiz Federal Marcio Ferro Catapani." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA CJF Nº 86, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Altera o local de realização das sessões ordinárias do Conselho da Justiça Federal de 27 de maio de 2024 e de 24 de junho de 2024.

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da delegação de competência constante da Portaria CJF n. 407, de 5 de agosto de 2021, e, ainda, tendo em vista o que consta no Processo SEI n. 0000159-10.2024.4.90.8000, resolve:

Art. 1º Alterar o local de realização das sessões ordinárias do Conselho da Justiça Federal de 27 de maio de 2024 e de 24 de junho de 2024, previstas pela Portaria CJF n. 736, de 6 de novembro de 2023.

Art. 2º A sessão ordinária de 27 de maio de 2024 será realizada em Brasília-DF, no Conselho da Justiça Federal; e a sessão ordinária de 24 de junho de 2024 será realizada em Belo Horizonte-MG, na sede do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juiz Federal DANIEL MARCHIONATTI BARBOSA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTA RIA GPR Nº 1.109, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416 de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 19 de dezembro de 2006, conforme contido no processo SEI 0012827/2024, resolve:

Art. 1º Remanejar o Cargo em Comissão abaixo relacionado, conforme quadro a seguir:

item	código CJ/FC	nível, descrição e origem CJ/FC	nível, descrição e destino CJ/FC
1	6859	CJ-01 da Coordenadoria de Apoio Extraordinário - CAE	CJ-01 de Assessor da Secretaria de Administração de Mandados e Guarda de Bens Judiciais - SEAMB

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. WALDIR LEÔNCIO JÚNIOR

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 2.157, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Aprova o Regulamento da XIII Gincana Nacional de Economia 2024.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, pela Lei nº 6.537, de 19 de julho de 1978, pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952 e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução nº 1.832, de 30 de julho de 2010, publicada no DOU nº 149, de 5 de agosto de 2010, Seção 1, Páginas: 85 e 86; CONSIDERANDO a atribuição de contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica e a necessidade de estimular a integração entre as Instituições de Ensino de Ciências Econômicas, os estudantes de Economia e os Conselhos Regionais de Economia - Corecons; CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 110000940.000107/2024-67 e o deliberado durante a 732ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, realizada virtualmente no dia 12 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar o regulamento da XIII Gincana Nacional de Economia, evento instituído pela Resolução nº 1.854, de 10 de junho de 2011, publicada no DOU nº 124, de 30 de junho de 2011, Seção 1, Páginas: 114 e 115, cuja edição será realizada no exercício de 2024, conforme regramento integrante do Anexo desta Resolução.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho

ANEXO
REGULAMENTO DA XIII GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA 2024

Seção I - Dos Objetivos

Art. 1º O Conselho Federal de Economia (Cofecon) promoverá a XIII Gincana Nacional de Economia, em parceria com os Conselhos Regionais de Economia (Corecons), com os seguintes objetivos: I. estimular a integração entre as Instituições de Ensino que ofertem cursos de Ciências Econômicas ou a eles conexos, e seus respectivos discentes; II. desenvolver e aplicar os conceitos econômicos, conciliando a prática com a teoria; III. possibilitar às duplas participantes uma simulação na administração restrita de variáveis macroeconômicas; IV. proporcionar envolvimento dos estudantes de Economia ou de cursos conexos com as atividades do Sistema Cofecon/Corecons.

Seção II - Da Participação

Art. 2º A competição destina-se a estudantes de graduação em Ciências Econômicas, regularmente matriculados em instituições de ensino superior credenciados pelo MEC - Ministério da Educação, não havendo limitações relativas a período ou idade. §1º Além do previsto no caput, poderão participar da competição os estudantes de graduação em grau de bacharelado em cursos conexos ao de Economia devidamente aprovados pelo Cofecon, nos termos da Resolução nº 1.997, de 3 de dezembro de 2018, publicada no DOU nº 239, de 13 de dezembro de 2018, Seção 1, Página: 120. §2º Os participantes de curso a distância serão considerados como alunos inscritos da unidade da Federação de seu domicílio, devendo comprovar a circunstância quando solicitados. §3º Ficam impedidos de participar os empregados, estagiários ou terceirizados com vínculo profissional com o Sistema Cofecon/Corecons, os que possuam parentesco de até 2º grau ou sociedade financeira com os coordenadores e com a equipe envolvida diretamente na execução da Gincana, e os estudantes de cursos conexos ao de Economia ainda não aprovados pelo Cofecon. Art. 3º A participação na XII Gincana Nacional de Economia não implica em nenhum recolhimento de taxa de inscrição ou qualquer outra taxa de participação. Art. 4º A participação no evento implica no aceite integral e irrevogável de todos os termos, condições e cláusulas do presente Regulamento. Art. 5º Os participantes autorizam o tratamento e a cessão de seus dados ao Cofecon e aos Corecons para utilização em futuras ações referentes à Gincana Nacional de Economia, assim como cedem seus direitos e autorizam a veiculação de seus nomes, voz e imagem de forma gratuita para a divulgação da competição, por tempo indeterminado, tanto no Brasil quanto no exterior. Art. 6º As inscrições das duplas ocorrerão de 3 de junho a 12 de julho de 2024, em plataforma própria disponível para acesso pelo site http://gincana.cofecon.org.br/, com ampla divulgação dos prazos nos sítios oficiais e redes sociais do Cofecon e dos Corecons. §1º O Cofecon e os Corecons também providenciarão a divulgação deste regulamento junto às Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC. §2º Todos os documentos e orientações necessárias para a preparação das equipes estarão disponíveis para download no site da Gincana http://gincana.cofecon.org.br/, além das informações contendo as instruções de uso do software relacionadas à competição. §3º O suporte será prestado pelo Cofecon, por meio do e-mail gincana@cofecon.org.br ou pelo telefone (61) 3208-1800, no horário das 9h às 18h. §4º Os integrantes de cada dupla deverão estar matriculados na mesma instituição de ensino, sendo obrigatória a apresentação de documentação comprobatória de matrícula no curso de ambos. §5º Em caso de desistência ou impossibilidade de participação, por qualquer motivo, de um dos integrantes, a dupla deverá previamente apresentar justificativa ou declaração contendo as razões. §6º Em caso de desistência de algum membro da dupla, o outro integrante seguirá a competição sozinho, não sendo permitida a troca de dupla.

Seção III - Da Competição

Art. 7º A XIII Gincana Nacional de Economia será realizada em duas etapas, ambas organizadas e coordenadas pelo Cofecon junto aos Corecons: I. a etapa regional acontecerá em formato on-line, de maneira simultânea em todos os estados do Brasil, com participantes que preencham os requisitos do artigo 2º deste Regulamento; II. a etapa nacional acontecerá em formato presencial, com a participação das duplas de estudantes vencedores da etapa regional, os quais representarão a respectiva unidade da Federação de seu domicílio.

Seção IV - Da Etapa Regional

Art. 8º A etapa regional acontecerá em duas fases, sendo que a primeira consiste em um jogo de cartas a partir do qual os participantes deverão responder a perguntas de múltipla escolha sobre macroeconomia, microeconomia, conjuntura e economia brasileira; e a segunda fase consiste no envio de vídeos, pelas nove duplas que obtiverem maior pontuação na fase anterior, contendo breve análise sobre o tema central "Memórias e futuro da Economia Brasileira". As duplas participantes poderão escolher entre os seguintes subtemas: I. Industrialização, desindustrialização e reindustrialização do País; II. Do Real ao Real: Moedas brasileiras ao longo do tempo e os 30 anos do Real; III. Salário mínimo: Criado pela Lei nº 185/1936 e fixado em 1º de maio de 1940, o papel da instituição do salário mínimo no Brasil; IV. Programas de transferência de renda e a redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil; V. Petrobras: de Vargas ao pré-sal; VI. 60 anos do Banco Central. §1º A primeira fase, composta de perguntas de múltipla escolha a partir de um jogo de cartas, será realizada no dia 25 de agosto de 2024, das 9h às 10h horas (horário de Brasília), em plataforma própria, disponível para acesso pelo site http://gincana.cofecon.org.br/, de forma simultânea em todo o país. §2º A primeira fase será realizada no formato "corrida contra o tempo", devendo a dupla participante responder ao maior número de perguntas no espaço de tempo estabelecido de modo a tentar acumular o maior número de pontos possível, observando-se as seguintes regras: I. apenas as respostas corretas somam pontos; II. cada carta terá um número determinado de pontos; III. as perguntas valerão a mesma pontuação para todos, excluindo-se, portanto, a possibilidade de uma mesma pergunta valer mais para uma dupla participante e menos para outra; IV. as cartas estarão viradas para baixo e caberá às duplas escolherem a carta que deseja virar, sendo possível que os participantes respondam perguntas distintas ou as mesmas perguntas em ordens diferentes; V. as cartas serão distribuídas na área de jogo de maneira aleatória para cada dupla, impossibilitando às duplas o artifício de sugerirem que colegas concorrentes escolham uma carta determinada; VI. o jogo possui três tipos de carta, quais sejam: "Carta Pergunta", "Carta Bônus" e "Carta Revés"; VII. as Cartas Pergunta terão uma questão de múltipla escolha que deverá ser respondida pela dupla participante em até um (1) minuto; ao final desse prazo, a carta é fechada, não somando pontos caso ela seja fechada sem resposta; VIII. a Carta Bônus oferece algum benefício às duplas, podendo ser pontos extras ou a liberação de Cartas Pergunta extras; IX. a Carta Revés pode retirar pontos diretamente da dupla participante ou excluir uma das Cartas Pergunta que estão disponíveis à dupla; X. a dupla só pode abrir uma carta por vez, sendo-lhe permitido abrir a próxima carta após responder à questão da carta já aberta e confirmar a resposta; XI. após a confirmação, a dupla não poderá voltar atrás para modificar a alternativa escolhida. §3º As nove duplas que conseguirem a maior pontuação na primeira fase se classificarão para a segunda fase, que consiste na gravação de vídeo sobre o tema contido no caput do presente artigo. §4º Será exigido comprovante de escolaridade a todos os participantes classificados para a segunda etapa regional, resultando em desclassificação do participante que não apresentar a devida comprovação no prazo estabelecido pela comissão organizadora. §5º Somente será permitido um acesso (login) ao sistema por dupla, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que utilizarem qualquer mecanismo para burlar ou obter vantagens perante os demais competidores. 6º As duplas classificadas e notificadas pela comissão organizadora deverão enviar o vídeo pela própria plataforma no período de 28 a 30 de agosto de 2024. §7º Os vídeos a serem enviados pelas nove duplas classificadas na primeira fase deverão ter a duração máxima de 2 (dois) minutos e deverão versar sobre o tema definido no presente regulamento. §8º Cada Corecon designará uma banca avaliadora para avaliar os vídeos, atribuindo notas de 0 a 100 pontos, de modo que as três duplas com melhores pontuações somadas à nota das perguntas serão habilitadas para representar o estado na etapa nacional. As notas serão divulgadas nos sítios oficiais e redes sociais do Cofecon. §9º O não envio dos vídeos implica automaticamente na desclassificação da competição. §10. A avaliação dos vídeos acontecerá no período de 2 a 5 de setembro de 2024, e a divulgação dos vencedores da etapa regional ocorrerá no dia 10 de setembro de 2024. §11. Apenas as três duplas classificadas nos três primeiros lugares da etapa regional representarão o seu estado na etapa nacional, podendo ser substituídas pelos participantes com colocação imediatamente subsequente no caso de desistência ou impedimento previamente justificado de participação na etapa nacional. §12. Mediante solicitação, será disponibilizada aos estudantes declaração de participação para ser apresentada na instituição de ensino ou no local de trabalho. §13. Os Corecons poderão definir premiações próprias referentes às etapas regionais, mas não haverá qualquer premiação por parte do Cofecon aos estudantes em razão de seu desempenho na etapa regional, exceto a classificação para a etapa nacional e o fornecimento de camiseta e materiais institucionais do Sistema Cofecon/Corecons para a disputa nacional.

Seção V - Da Etapa Nacional

Art. 9º A etapa nacional ocorrerá nos dias 17 e 18 de outubro de 2024, durante a programação do XVIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, na cidade de Balneário Camboriú-SC. § 1º O objetivo do jogo é analisar os impactos de indicadores específicos na economia, por meio de uma abordagem interativa e lúdica, buscando fornecer insights e conhecimentos sobre as interações complexas entre os indicadores e a economia, de modo a propiciar o desenvolvimento de habilidades de análise macroeconômica e tomada de decisões. §2º O jogo acontecerá em formato presencial, da seguinte forma: I. após o Cofecon definir os indicadores que serão gerenciados durante o jogo, serão criados, no início de cada partida, os indicadores pré-definidos com os valores iniciais para cada dupla, valores estes que serão afetados pelas regras dos cartões ao longo da partida; II. as duplas recebem alguns cartões em tipos definidos pelo Cofecon, que serão armazenados no espaço de cartões de cada jogador; III. os cartões correspondem ao impacto de atuação da carta (se afeta todos as duplas, apenas o jogador da vez, todos os oponentes ou um oponente específico) e como o cartão afetará os indicadores e/ou as demais cartões das duplas eventualmente afetadas; IV. os cartões poderão conter ainda uma interface com o jogador, pré-definida pelo Cofecon, com o intuito de obter e verificar uma resposta, em que a dupla participante somente será afetada pelo seu conteúdo caso erre a resposta; V. antes de iniciar a partida, o sistema sorteia a ordem de cada dupla; VI. quando cada dupla iniciar sua jogada, deverá arrastar um dos seus cartões para o espaço de seus oponentes, quando os indicadores serão recalculados, passando a vez à próxima dupla de jogadores; VII. o Cofecon descreverá quais são os critérios (limites) para eliminação da dupla, sendo que cada uma delas, ao atingir o limite pré-estabelecido, será eliminada, até restar apenas uma dupla, que será declarada vencedora; VIII. uma partida poderá encerrar-se também por tempo ou por número de jogadas, sendo vencedora a dupla cujos indicadores se aproximem mais das metas estabelecidas. §3º Na etapa nacional, as duplas disputarão entre si até existir uma única vencedora, não havendo um limite determinado de participantes, pois as métricas são baseadas em proporções matemáticas dos dados de cada jogador no grupo. §4º A responsabilidade pela inscrição da dupla na etapa final será atribuída ao Conselho Regional, independentemente de este ou qualquer instituição assumir os custos de deslocamento da dupla, não sendo aceitas inscrições que não forem realizadas pelos Conselhos Regionais de Economia. §5º Caso o Conselho Regional não assuma os custos de deslocamento da dupla, deverá consultar as duplas para determinar se irão com recursos próprios ou outro tipo de apoio para a inscrição da dupla na gincana.

Seção VI - Das Despesas Com Alimentação, Hospedagem e Deslocamento

Art. 10. Cada Corecon é responsável por arcar com o transporte interestadual e a hospedagem em hotel próximo ao local do evento para as equipes participantes, ficando a cargo do Cofecon a alimentação e o transporte interno do hotel para o local do evento durante o período da competição, além de outras despesas inerentes ao bom andamento da competição. §1º O Cofecon oferece um apoio financeiro no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao CBE/Since, destinado a cobrir despesas como alimentação e transporte interno entre o hotel e o local do evento durante o período da competição, aquisição de equipamentos, contratação de técnico de informática e demais necessidades estruturais para a realização da Gincana. §2º As despesas com transporte e hospedagem, assim como alimentação fora do horário da competição, poderão ser custeadas pela faculdade, alunos participantes, apoiadores ou entidade representativa que se proponha a custear. §3º Havendo indisponibilidade financeira ou orçamentária comprovada, o Corecon poderá declinar de enviar as equipes participantes para a etapa nacional, não gerando vínculo obrigacional perante as duplas classificadas na etapa regional.

Seção VII - Das Premiações

Art. 11. Serão concedidos os seguintes prêmios: I. 1º lugar etapa nacional: R$ 4.000,00 (quatro mil reais), medalhas para a dupla e troféu para a Instituição de Ensino; II. 2º lugar etapa nacional: R$ 3.000,00 (três mil reais), medalhas para a dupla e troféu para a Instituição de Ensino; III. 3º lugar etapa nacional: R$ 2.000,00 (dois mil reais), medalhas para a dupla e troféu para a Instituição de Ensino; IV. 4º lugar etapa nacional R$ 1.000,00 (um mil reais), livro de economia autografado e medalhas para a dupla. Art.

12. As duplas classificadas na etapa regional receberão camiseta e materiais institucionais do Sistema Cofecon/Corecons para utilização na etapa nacional. Art. 13. Serão concedidos aos participantes certificados de participação na XIII Gincana Nacional de Economia, com a seguinte carga horária: 3 (três) horas para estudantes que participarem apenas da primeira fase da etapa regional; 8 (oito) horas para os participantes que se classificarem para a segunda fase da etapa regional, mas não se classificarem à etapa nacional; e 16 (dezesseis) horas para os participantes da etapa nacional.

Seção VIII - Das Penalidades

Art. 14. Será desclassificada a dupla que: I. tentar violar os sistemas do jogo ou tentar, de qualquer forma, obter vantagens através de eventuais falhas no sistema, bem como adulterar os resultados de equipes na competição; II. agir de forma inadequada, irresponsável, desrespeitosa ou antiética em relação aos demais participantes e interlocutores da Coordenação da Gincana do Cofecon e dos Corecons, bem como aqueles que deixarem de comparecer a qualquer das fases ou etapas da competição; III. não apresentar, quando solicitado, o comprovante de matrícula, ou quaisquer outros documentos eventualmente necessários para atestar a veracidade das informações e o preenchimento das condições exigidas para participação no jogo; IV. burlar o sistema tentando fazer a inscrição com o nome de apenas um participante, colocando o mesmo nome nos campos destinados ao participante 1 e ao participante 2 ou, ainda, usando nome fictício; V. Durante as etapas, não será permitido o uso de qualquer mecanismo de consulta; VI. Na etapa nacional, a ausência do participante na primeira rodada dos jogos resultará em sua desclassificação.

Seção IX - Da Comissão Organizadora

Art. 15. Será constituída uma Comissão Organizadora para a edição da XIII Gincana Nacional de Economia 2024, composta por membros da Comissão de Educação e pela equipe de apoio do Cofecon. Art. 16. Caberá à Comissão Organizadora o recebimento, análise e solução de ocorrências apresentadas pelos competidores, à luz do edital deste regulamento. Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, cujas decisões, nos termos desta Resolução, são soberanas e irrecorríveis. Art. 18. Este regulamento é o documento oficial da XIII Gincana Nacional de Economia 2024 para todos os fins de direito, o qual deverá prevalecer caso sejam verificadas divergências entre as informações constantes nos materiais e meios de divulgação da competição.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

PORTARIA 88 - PR/DE/CFMV/SISTEMA, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Regulamenta o disposto na Resolução nº 1.574, de 07 de dezembro de 2023, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 17 da Lei nº 5517, de 23 de outubro de 1968, combinadas o disposto no art. 2º e no inciso VI do artigo 7º da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007;

considerando o disposto na Resolução nº 1574, de 07 de dezembro de 2023, que institui e regulamenta a supervisão e monitoramento da atividade judicante do Sistema CFMV/CRMVs; resolve:

Art. 1º Regulamentar o fornecimento de dados e informações referentes a atividade judicante desempenhada no âmbito de cada Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Art. 2º Para fins do disposto na alínea "d", inciso II, do art. 2º da Resolução CFMV nº 1574/2023, consideram-se:

I - defesas pendentes de julgamento: as defesas administrativas protocoladas em processos administrativos instaurados em decorrência da emissão de Autos de Infração que ainda não foram julgadas pelo Plenário do Regional;

II - prazo de pendência: o tempo decorrido, em dias, desde o protocolo das defesas pendentes de julgamento até a data da atual etapa de tramitação; e,

III - apresentação de justificativa para a pendência: indicação fundamentada dos motivos que levaram à inobservância dos prazos definidos em regulamentação editada pelo CFMV.

a) será considerado excesso de prazo quando verificada a morosidade demasiada em uma determinada etapa da tramitação dos procedimentos que venha a ferir o princípio da eficiência na administração pública.

Art. 3º Para fins do disposto na alínea "d", inciso III, do art. 2º da Resolução CFMV nº 1574/2023, considera-se:

I - recursos pendentes de julgamento: os recursos administrativos, relacionados aos Autos de Multa, recebidas pelos CRMVs e que ainda não foram julgadas pelo Plenário do Regional;

II - prazo de pendência: o tempo decorrido, em dias, dos recursos pendentes de julgamento desde o protocolo até a data da atual etapa de tramitação; e,

III - apresentação de justificativa para a pendência: fundamentação dos motivos que levam um processo a extrapolar o prazo razoável da duração de determinada etapa do mesmo, assim entendido como uma morosidade demasiada que venha a ferir o princípio da eficiência na administração pública.

Art. 4º Para fins do disposto na alínea "d", inciso IV, do art. 2º da Resolução CFMV nº 1574, de 2023, considera-se:

I - pendentes de análise de admissibilidade: as denúncias ou as representações recebidas pelos CRMVs nas quais o Presidente do Regional não deliberou sobre a presença dos elementos necessários à instauração de processo ético-profissional ou não encaminhou à Comissão de Admissibilidade nos prazos definidos em regulamentação editada pelo CFMV; e,

II - prazo de pendência: o tempo decorrido, em dias, desde o protocolo da denúncia ou representação que ultrapassou o prazo determinado no §3º do art. 26 da Resolução CFMV nº 1330/2020.

Art. 5º Para fins do disposto na alínea "e", inciso IV, do art. 2º da Resolução CFMV nº 1574, de 2023, considera-se extrapolação do prazo de instrução quando o tempo decorrido, em dias, desde o recebimento do processo pelo Instrutor designado ultrapassar o prazo definido em regulamentação editada pelo CFMV.

Art. 6º Para fins do disposto na alínea "f", inciso IV, do art. 2º da Resolução CFMV nº 1574, de 2023, consideram-se pendentes de designação de Relator aqueles processos em que o relatório de instrução já tenha sido encaminhado ao Presidente do Regional sem que tenha sido designado Relator no prazo definido em regulamentação editada pelo CFMV.

Art. 7º Para fins do disposto na alínea "j", inciso IV, do art. 2º da Resolução CFMV nº 1574, de 2023, considera-se:

I - prazo de pendência: o tempo decorrido, em dias, desde o julgamento pelo Plenário do CRMV sem que tenha sido encaminhada intimação às partes e/ou, se for o caso, seus procuradores; e,

II - apresentação de justificativa para a pendência: fundamentação dos motivos que levam um processo a extrapolar o prazo razoável entre a decisão do julgamento e a comunicação da mesma aos interessados, assim entendido como uma morosidade demasiada que venha a ferir o princípio da eficiência na administração pública.

Art. 8º Para fins do disposto na alínea "k", inciso IV, do art. 2º da Resolução CFMV nº 1574, de 2023, considera-se:

I - prazo de pendência: o tempo decorrido, em dias, entre o trânsito em julgado da decisão condenatória e a execução da mesma; e,

II - apresentação de justificativa para a pendência: fundamentação dos motivos que levaram ao descumprimento do prazo de execução das penalidades impostas de regulamentação.

Art. 9º Nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução CFMV nº 1574/2023, os dados e as informações previstos na norma serão fornecidos pelos CRMVs quadrimestralmente considerando-se os períodos e prazos a seguir:

I - 1º quadrimestre (compreendido entre 01/01 e 30/04): o fornecimento deverá ocorrer até o dia 10/05 do ano em curso;

II - 2º quadrimestre (compreendido entre 01/05 e 31/08): o fornecimento deverá ocorrer até o dia 10/09 do ano em curso; e,

III - 3º quadrimestre (compreendido entre 01/09 e 31/12): o fornecimento deverá ocorrer até o dia 10/01 do ano subsequente.

Parágrafo único. Os dados e informações referentes ao primeiro e segundo quadrimestre do ano de 2024 deverão ser fornecidas conjuntamente no prazo indicado no inciso II.

Art. 10 Os dados e as informações deverão ser apresentados pelo CRMV mediante preenchimento de planilha eletrônica elaborada e disponibilizada pelo CFMV.

Art. 11 Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 12 Cumpra-se dando ciência aos Conselhos Regionais, à Gerência Administrativa para publicação no Diário Oficial da União e à Gerência de Comunicação para disponibilização na Intranet, no Boletim Informativo Interno e no Portal do CFMV.

ANA ELISA FERNANDES DE SOUZA ALMEIDA

CONSELHO FEDERAL DE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 121, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre meios de destinação de recursos no âmbito do Sistema CONFERP/CONRERPS.

O Presidente do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas - CONFERP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando o Decreto-lei nº 860, de 11 de setembro de 1969, que dispõe sobre a constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas e dá outras providências; Considerando a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral; Considerando a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC; Considerando a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Considerando a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Considerando o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão; Considerando a Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, que estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências; Considerando a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 424/2016, que estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências; Considerando o TC 036.608/2016-5 e os acórdãos 1925/2019 e 1237/2022 do Tribunal de Contas da União - TCU; Considerando, ainda, a aprovação da presente Resolução pelo plenário do CONFERP ocorrido entre 27 de abril de 2024; resolve:

Art. 1º Regulamentar, para o Sistema CONFERP/CONRERPS, os repasses de recursos por meio de convênio ou instrumentos congêneres, as transferências e empréstimos do CONFERP para os CONRERPS. DOS CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES - Art. 2º O CONFERP e os CONRERPS poderão firmar convênios ou instrumentos congêneres com outros órgãos da administração pública e com entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, visando a execução de ações de interesse público e recíproco, em regime de mútua cooperação, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos nos instrumentos firmados, aplicando-se, no que couber, os regulamentos do Poder Executivo federal sobre a matéria. Parágrafo único - Incluem-se entre as parcerias referidas no caput aquelas previstas no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, a Lei nº 13.019/2014. Art. 3º Os convênios ou instrumentos congêneres devem ser devidamente fundamentados, evidenciando-se a aderência do objeto ao cumprimento das funções institucionais do Sistema CONFERP/CONRERPS. Art. 4º Os convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades da sociedade civil sem fins lucrativos serão precedidos de edital com chamamento público, que estabelecerá critérios objetivos de elegibilidade, explicitando-se a comunhão de interesses com os beneficiários. Parágrafo único - Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica. Art. 5º Os convênios ou instrumentos congêneres serão formalizados em instrumento próprio, onde conste obrigatoriamente o objeto, a vigência, o valor, as obrigações das partes, o cronograma de execução, a sistemática de acompanhamento da execução, a forma de prestação de contas, e as consequências em caso de descumprimento do que foi acordado. DOS EMPRÉSTIMOS - Art. 6º Os CONRERPS poderão solicitar empréstimos de valores ao CONFERP, para o atendimento de situação ocasional, desde que demonstre capacidade financeira futura para a devolução dos recursos. § 1º Considera-se situação ocasional aquela de natureza excepcional, que foge do considerado usual, que difere da regra ou do ordinário, não tendo sido originada, total ou parcialmente, por falta de planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis.§ 2º A concessão de empréstimo depende da comprovação de que as prestações de contas e os repasses da cota parte estão em dia, ou após a realização de auditoria.§ 3º Não haverá a cobrança de juros, mas os valores serão devolvidos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou pelo índice oficial que venha a substituí-lo.§ 4º Os empréstimos serão formalizados em instrumento próprio, onde conste obrigatoriamente o objeto, a vigência, o valor, as obrigações das partes, o cronograma de devolução dos valores, e as consequências em caso de descumprimento do que foi acordado. Art. 7º Os pedidos de empréstimo serão necessariamente fundamentados no cumprimento das ações precípuas dos CONRERPS, devendo indicar a forma de aplicação dos recursos e o cumprimento dos requisitos da legislação sobre licitações, quando for o caso.§ 1º O CONFERP poderá requisitar ao CONRERP solicitante a apresentação de documentos complementares necessários à instrução do pedido. § 2º O Conselho Pleno do CONFERP deliberará sobre os pedidos de empréstimo, comunicando ao CONRERP solicitante as razões da decisão. Art. 8º É vedada a concessão de empréstimos de qualquer natureza a terceiros. DAS TRANSFERÊNCIAS A TÍTULO DE DOAÇÃO - Art. 9º O CONFERP poderá efetuar transferências de recursos para os CONRERPS, a título de assistência financeira, por meio de termo de doação. § 1º A transferência vertical a que se refere o caput configura espécie de desconcentração de recursos entre instâncias de uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa (artigo 1º do Decreto-Lei nº 860/1969). § 2º A transferência de recursos dependerá de decisão do Conselho Pleno do CONFERP, após análise da situação financeira e orçamentária do Órgão Federal. § 3º A transferência de recursos prevista neste artigo visa preservar a integridade e o funcionamento regular do Sistema CONFERP/CONRERPS, fortalecendo o cumprimento das funções institucionais. § 4º A transferência de recursos será precedida de edital, onde serão estabelecidos os critérios de solicitação e os valores disponíveis. § 5º Em situações excepcionais, o CONFERP poderá, de maneira fundamentada, decidir pela realização de transferência para o CONRERP sem a expedição de edital, quando ficar configurada a necessidade emergencial da medida. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Art. 10 Não serão firmados contratos para a concessão de patrocínios no âmbito do Sistema CONFERP/CONRERPS. Art. 11 Não serão concedidas bolsas de estudo a conselheiros/as, empregados/as e a profissionais inscritos/as. Art. 12 Os convênios e instrumentos congêneres, os empréstimos e transferências serão obrigatoriamente divulgados no portal da transparência do CONFERP, observadas a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados. Parágrafo único - Os valores recebidos pelos CONRERPS, em qualquer das modalidades previstas nesta Resolução, serão utilizados conforme o instrumento firmado e para cumprimento das funções institucionais dos órgãos, devendo quaisquer desvios serem objeto de comunicação aos órgãos de controle por parte do CONFERP. Art. 13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CONFERP. Art. 14 Esta Resolução entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO MELLO DA SILVA MULLER

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 122, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a concessão de diárias, auxílio de representação, ressarcimentos e transporte no âmbito do Sistema CONFERP/CONRERPS, no País ou no estrangeiro.

O Presidente do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas - CONFERP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando o Decreto-lei nº 860, de 11 de setembro de 1969, que dispõe sobre a constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas e dá outras providências; Considerando a Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, que autoriza os Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a normatizar a concessão de diárias e auxílios de representação; Considerando o TC 036.608/2016-5 e os acórdãos 1925/2019 e 1237/2022 do Tribunal de Contas da União - TCU; Considerando, ainda, a aprovação da presente Resolução pelo plenário do CONFERP ocorrido no dia 27 de abril de 2024; resolve:

DAS DIÁRIAS - Art. 1º Fixar em R$ 500,00 (quinhentos reais) o valor da diária a ser concedida a conselheiros/as, assessores/as, empregados/as e convidados/as do CONFERP, para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e deslocamentos urbanos por ocasião de afastamento: Ida sede da entidade, quando se tratar de empregados/as; do domicílio do beneficiário, quando se tratar de conselheiros/as, assessores/as, e convidados/as. § 1º A diária não configura gratificação ou retribuição pelo exercício de atividade, e não será concedida por afastamento dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas. § 2º A diária será paga pela metade de seu valor quando: I - o afastamento não exigir pernoite; II - houver custeio da hospedagem pelo CONFERP/CONRERP ou outra instituição; III - no dia de retorno. § 3º a diária ou meia diária, conforme o caso, será acrescida de parcela única no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para o pagamento de despesas relativas a traslados para aeroporto, rodoviária, terminal hidroviário e estação ferroviária. § 4º Os valores que excederem à parcela única prevista no parágrafo anterior poderão ser ressarcidos, desde que apresentados os comprovantes em até 5 dias úteis. § 5º Os CONRERPS deverão expedir ato normativo para estabelecer os valores previstos no caput e no § 3º, à luz de suas realidades locais, observando como limite máximo as quantias fixadas para o CONFERP. Art. 2º Fixar em U$ 170,00 (cento e setenta dólares) a diária para viagens internacionais. § 1º Os CONRERPS deverão expedir ato normativo para estabelecer os valores previstos no caput, à luz de suas realidades locais, observando como limite máximo as quantias fixadas para o CONFERP. § 2º O pagamento será feito no valor equivalente em moeda nacional, considerando a taxa de câmbio do fechamento do dia anterior calculada pelo Banco Central do Brasil, aferida na data de depósito da diária. § 3º O CONFERP/CONRERP custeará Seguro Viagem para os beneficiários das viagens internacionais. DO AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO -Art. 3º Fixar em R$ 500,00 (quinhentos reais) o valor do auxílio de representação a ser concedido a conselheiras/os do CONFERP, para cobertura de custos incorridos para a execução de atividades presenciais de interesse do conselho, não acumulável com diária ou ressarcimento. § 1º Os CONRERPS deverão expedir ato normativo para estabelecer os valores previstos no caput, à luz de suas realidades locais, observando como limite máximo as quantias fixadas para o CONFERP. § 2º O auxílio de representação não configura gratificação ou retribuição pelo exercício de atividade.DO RECEBIMENTO DE DIÁRIA, MEIA DIÁRIA E AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO - Art. 4º Os valores de diária, meia diária e auxílio de representação serão creditados na conta bancária da/do beneficiária/o até 48 horas antes da realização da atividade. § 1º A/O beneficiária/o deverá apresentar a comprovação da efetiva realização das atividades autorizadas em até 5 dias úteis da conclusão dos trabalhos. § 2º Os valores de diária, meia diária e auxílio de representação recebidos e não utilizados, em decorrência da não realização da atividade planejada, deverão ser devolvidos ao CONFERP/CONRERP, no prazo de 48 horas do recebimento ou da interrupção do trabalho, não sendo permitido lançamento de crédito ou compensação. DO RESSARCIMENTO - Art. 5º Fica estabelecido o direito de ressarcimento das seguintes despesas a conselheiras/os, assessoras/es, empregadas/os e convidadas/os do CONFERP/CONRERP, quando realizadas a serviço deste: I - correspondências; II - cópia de documentos; III - taxas cartoriais; IV - alimentação; V - transporte. § 1º Excepcionalmente, poderão ser ressarcidas despesas extras, a critério do Conselho Pleno. § 2º O pedido de ressarcimento deverá ser apresentado por meio de formulário específico, onde conste a justificativa da atividade, devendo ser anexada cópia(s) do(s) comprovante(s) da(s) despesa(s). § 3º Serão considerados aptos a comprovar as despesas os documentos fiscais expedidos pelos fornecedores ou prestadores de serviços. DAS PASSAGENS - Art. 6º Receberão passagens, sem prejuízo das diárias, conselheiros/as, assessores/as, empregados/as e convidados/as do CONFERP/CONRERP que se deslocarem nas hipóteses do art. 1º, em uma das seguintes modalidades, conforme o caso: I - aéreas; II - rodoviárias, III - ferroviárias; IV - hidroviárias. Parágrafo único - O transporte a que se refere o caput é aquele regulamentado pelas autoridades públicas, vedada a utilização de meios privados custeados pelo CONFERP/CONRERP. Art. 7º O CONFERP/CONRERP arcará com o pagamento da multa, incidente sobre o bilhete de transporte, quando o conselheiro/a, assessor/a, empregado/a ou convidado/a tiver que adiar a viagem por motivo de doença, por manifesto interesse ou necessidade do CONFERP/CONRERP, ou outro impedimento grave que justifique a medida, sendo vedado o custeio em caso de atrasos ou outros motivos de caráter pessoal. Parágrafo único - O CONFERP/CONRERP custeará a marcação de assento especial de bilhete de transporte para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de forma permanente ou temporária, quando a/o beneficiária/o requerer antecipadamente com a devida justificativa. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS -Art. 8º A concessão de diárias, auxílios de representação, ressarcimentos e passagens dependerão de requerimento formal prévio e expressa aprovação da Diretoria Executiva, que decidirá com base no planejamento orçamentário e na disponibilidade financeira do órgão. Art. 9º Os/as conselheiros/as do Sistema CONFERP/CONRERPS não receberão jetons em razão do cumprimento do mandato. Art. 10 Os casos excepcionais serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CONFERP. Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO MELLO DA SILVA MULLER

ACÓRDÃOS DE 30 DE ABRIL DE 2023

Acórdãos publicados nas 6ª Reunião de Julgamento realizada em 13 de abril de 2023. Processo Nº 977/02/2024 - Conselheiro Relator Marcelo de Barros: Contas do Conrerp/1ª Região - Exercício de 2023. Decisão: opino pela NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS POR IRREGULARIDADE ABSOLUTA do Conrerp 1ª Região para o exercício de 2023, com base no Art. 8º, parágrafo 2º, inciso III da RN 79/2014 em razão do não repasse da cota parte. Opino ainda pelo compartilhamento dessas situações contábeis com o Tribunal de Contas da União, e a posterior comunicação ao Conrerp 1ª Região. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais: Carlos Alberto Mello da Silva Müller; Laury Garcia Job; Marcelo de Barros; André Quiroga; Célia Christina de Almeida; Valmiria Antônia Balbinot e Luiziane Silva Saraiva. Processo Nº 978/03/2024 - Conselheiro Relator Marcelo de Barros: Contas do Conrerp/2ª Região - Exercício de 2023. Decisão: opino pela NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS POR IRREGULARIDADE ABSOLUTA do Conrerp 2ª Região para o exercício de 2023, com base no Art. 8º, parágrafo 2º, inciso III da RN 79/2014 em razão do não repasse da cota parte. Opino ainda pelo compartilhamento dessas situações contábeis com o Tribunal de Contas da União, e a posterior comunicação ao Conrerp 2ª Região. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais: Carlos Alberto Mello da Silva Müller; Laury Garcia Job; Marcelo de Barros; André Quiroga; Célia Christina de Almeida; Valmiria Antônia Balbinot e Luiziane Silva Saraiva. Processo Nº 979/04/2024 - Conselheiro Relator Marcelo de Barros: Contas do Conrerp/3ª Região - Exercício de 2023. Decisão: opino pela NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS POR IRREGULARIDADE ABSOLUTA do Conrerp 3ª Região para o exercício de 2023, com base no Art. 8º, parágrafo 2º, inciso III da RN 79/2014 em razão do não repasse da cota parte. Opino ainda pelo compartilhamento dessas situações contábeis com o Tribunal de Contas da União, e a posterior comunicação ao Conrerp 3ª Região. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais: Carlos Alberto Mello da Silva Müller; Laury Garcia Job; Marcelo de Barros; André Quiroga; Célia Christina de Almeida; Valmiria Antônia Balbinot e Luiziane Silva Saraiva. Processo Nº 980/05/2024 - Conselheiro Relator Marcelo de Barros: Contas do Conrerp/4ª Região - Exercício de 2023. Decisão: opino pela NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS POR IRREGULARIDADE ABSOLUTA do Conrerp 4ª Região para o exercício de 2023, com base no Art. 8º, parágrafo 2º, inciso III da RN 79/2014 em razão do não repasse da cota parte. Opino ainda pelo compartilhamento dessas situações contábeis com o Tribunal de Contas da União, e a posterior comunicação ao Conrerp 4ª Região. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais: Carlos Alberto Mello da Silva Müller; Laury Garcia Job; Marcelo de Barros; André Quiroga; Célia Christina de Almeida; Valmiria Antônia Balbinot e Luiziane Silva Saraiva. Processo Nº 981/06/2024 - Conselheiro Relator Marcelo de Barros: Contas do Conrerp/6ª Região - Exercício de 2023. Decisão: opino pela NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS POR IRREGULARIDADE ABSOLUTA do Conrerp 6ª Região para o exercício de 2023, com base no Art. 8º, parágrafo 2º, inciso III da RN 79/2014 em razão do não repasse da cota parte. Opino ainda pelo compartilhamento dessas situações contábeis com o Tribunal de Contas da União, e a posterior comunicação ao Conrerp 6ª Região. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais: Carlos Alberto Mello da Silva Müller; Laury Garcia Job; Marcelo de Barros; André Quiroga; Célia Christina de Almeida; Valmiria Antônia Balbinot e Luiziane Silva Saraiva. Processo Nº 982/07/2024 - Conselheiro Relator Marcelo de Barros: Contas do Conferp - Exercício de 2023. Decisão: opino pela APROVAÇÃO DAS CONTAS do Conferp para o exercício de 2023. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais: Carlos Alberto Mello da Silva Müller; Laury Garcia Job; Marcelo de Barros; André Quiroga; Célia Christina de Almeida; Valmiria Antônia Balbinot e Luiziane Silva Saraiva.

CARLOS ALBERTO MELLO DA SILVA MÜLLER
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO CRCRS Nº 638, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Altera os anexos da Resolução CRCRS nº 618-2022, que aprova o Regulamento de Pessoal do CRCRS e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Diretor, em reunião realizada no dia 25-04-2024 (Ata CD nº 05-2024);

CONSIDERANDO a necessidade de redimensionar a organização dos diversos setores e serviços, em razão das efetivas necessidades operacionais para cumprimento dos objetivos institucionais do CRCRS;

CONSIDERANDO que o Regulamento Geral dos Conselhos, aprovado pela Resolução CFC nº 1.612-2021, com suas alterações posteriores, em seu art. 18, inciso XVIII outorga competência ao Regional para "aprovar o seu quadro de pessoal, bem como criar plano de cargos, salários e carreira, fixar salários e gratificações;"; resolve:

Art. 1º Alterar o inciso XVI e adicionar o inciso XXXI ao art. 2º do Anexo 1 da Resolução CRCRS nº 618-2022, que passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º (...) XVI. Divisão de Comunicação Integrada; (...) XXXI. Assessoria de Multimídia.

Art. 2º Adicionar a alínea "f' ao § 7º do art. 2º do Anexo 1 da Resolução CRCRS nº 618-2022, com a seguinte redação: Art. 2º (...) § 7º (...) XXXI. Assessoria Jurídica.

Art. 3º Renumerar o atual § 11 do art. 2º para § 12, e dar ao § 11 do art. 2º do Anexo 1 da Resolução CRCRS nº 618-2022 a seguinte redação: Art. 2º (...) § 11. A Assessoria de Multimídia estará a cargo de um(a) Assessor(a) de Multimídia, que será subordinado(a) à Divisão de Comunicação Integrada. § 12. Nos casos de vacância em cargos e funções de apoio e confiança, as atividades nelas atribuídas serão geridas pela chefia imediata.

Art. 4º Revogar o inciso XVII do caput e a alínea "b" do § 6º do art. 2º do Anexo 1 da Resolução CRCRS nº 618-2022.

Art. 5º Inserir a alínea "m" no inciso II do art. 4º do Anexo 1 da Resolução CRCRS nº 618-2022, conforme segue: (...) m) Assessor de Multimídia.

Art. 6º Alterar os incisos VII a X do art. 6º do Anexo 1 da Resolução CRCRS nº 618-2022, que passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 6º (...) VII. Gerente da Divisão de Comunicação Integrada; VIII. Gerente da Divisão de Projetos Especiais; IX. Gerente da Assessoria Jurídica; X. Assessor(a) de Multimídia; (...)

Art. 7º Alterar o § 1º do art. 16 do Anexo 1 da Resolução CRCRS nº 618-2022, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 16. (...) § 1° O Conselho Diretor poderá criar até 8 (oito) Cargos em Comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento nas áreas contempladas pelo artigo 2º da presente Resolução, fixando remuneração, requisitos para ingresso e respectivas atribuições, nos termos do disposto pelo Regimento Interno do CRCRS.

Art. 8º Alterar o Anexo 3 da Resolução CRCRS nº 618-2022, a fim de adequá-lo às alterações constantes nesta Resolução, conforme segue: Anexo 3 (...) 18. Divisão de Comunicação Integrada. 19. Assessoria de Multimídia.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser feitas as necessárias adequações no Anexo 2 da Resolução CRCRS nº 618-2022. Ata nº 05-2024.

MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA- CREF15/PI-MA SECCIONAL MARANHÃO

RESOLUÇÃO CREF21/MA Nº 44, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Aprova o Regimento Eleitoral a ser utilizado pelo Conselho Regional de Educação Física da 21ª Região - CREF21/MA na eleição de seus Membros em 2024

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 21ª REGIÃO - CREF21/MA, no uso de suas atribuições, conforme dispõe o inciso X do artigo 69 do Regimento Interno do CREF21/MA;

CONSIDERANDO o parágrafo 7º do art. 5º-C da Lei nº 9.696/1998 que atribuiu ao CONFEF a competência para editar as normas necessárias para regulamentar os procedimentos relativos às eleições no CONFEF e nos CREF´s;

CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 513/2023 que aprova as Normas Eleitorais do Sistema CONFEF/CREF´s necessárias para regulamentar os procedimentos relativos às eleições no Conselho Federal de Educação Física - CONFEF e nos Conselhos Regionais de Educação Física - CREF´s, em especial o art. 4º;

CONSIDERANDO a deliberação em reunião do Plenário realizada em 26 de abril de 2024; resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I

DA ELEIÇÃO

Art. 1º - O presente Regimento Eleitoral, normatização complementar às normas eleitorais do Sistema CONFEF/CREF´s, destinado à organização e normatização dos procedimentos e do processo eleitoral no Conselho Regional de Educação Física da 21ª Região - CREF21/MA, cujo pleito ocorrerá no dia 08 de novembro de 2024, das 09 horas às 17 horas, conforme dispõe o Edital de Convocação da Eleição.

§ 1º - As eleições reger-se-ão pelos dispositivos estabelecidos na Resolução CONFEF nº 513/2023, neste Regimento Eleitoral e no Regimento Interno do CREF21/MA.

§ 2º - A abertura das eleições e os demais eventos de divulgação necessários, far-se-ão com a publicação obrigatória deste Regimento Eleitoral e do Edital de Convocação das Eleições no Diário Oficial da União, bem como com a veiculação na página eletrônica deste Conselho.

§ 3º - A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior.

Art. 2º - Serão eleitos 20 (vinte) Conselheiros Titulares e 08 (oito) Conselheiros Suplentes, nos termos dispostos na Resolução CONFEF nº 513/2023.

§ 1º - O mandato de Conselheiro Regional terá duração de 04 (quatro) anos, com início em 01 de janeiro de 2025.

§ 2º - É admitida uma reeleição aos Conselheiros Regionais.

Art. 3º - Os Conselheiros Regionais serão escolhidos em eleição direta, por meio de voto pessoal, secreto e obrigatório dos Profissionais de Educação Física registrados neste CREF.

Art. 4º - O direito de votar e de ser votado somente assiste aos Profissionais de Educação Física que possuam registro ativo no Sistema CONFEF/CREF´s, observados os requisitos e restrições consignados nesta Resolução e na Resolução CONFEF nº 513/2023.

Parágrafo único - O Profissional de Educação Física que possua registro principal e registro secundário ativos só poderá votar e ser votado onde possuir o registro principal.

SEÇÃO II

DO VOTO

Art. 5º - O CREF21/MA adotará eleição por votação eletrônica.

Art. 6º - A eleição por votação eletrônica realizar-se-á através da rede mundial de computadores (internet), observada a inviolabilidade, o sigilo e a adoção de mecanismos de segurança, no dia e horário a serem designados, neste Regimento, para a eleição.

§ 1º - Por razões de segurança, a eleição por votação eletrônica não poderá ocorrer nas dependências do CREF21/MA e nem de suas Seccionais e/ou Delegacias e nem poderão ser cedidos equipamentos, por este CREF, para utilização pelos eleitores.

§ 2º - O sistema de votação eletrônica não poderá armazenar em suas bases de dados, planilhas ou qualquer outro meio, informação que possibilite a identificação relacionada ao votante e ao conteúdo do seu voto.

§ 3º - A lista de votantes e o conteúdo dos votos realizados deverão ser armazenados de forma completamente apartada no sistema de sua(s) base(s) de dados, não sendo possível sob nenhuma circunstância relacioná-los.

§ 4º - O CREF21/MA contratará empresa especializada de auditoria com o fim de auditar o sistema utilizado no processo de eleição por votação eletrônica.

§ 5º - A empresa responsável pela elaboração de programação de todo o procedimento de eleição por votação eletrônica deverá permitir acesso à possibilidade de auditagem que garanta o sigilo e a eficácia do referido pleito.

§ 6º - O voto por meio eletrônico não poderá ser alterado, após a confirmação no sistema pelo eleitor.

Art. 7º - Aos Profissionais de Educação Física aptos ao voto que deixarem de exercê-lo, sem causa justificada, o CREF21/MA, com base na relação fornecida pela Comissão Eleitoral, aplicará multa no valor de R$ 3,01 (três reais e um centavo), de acordo com o disposto no parágrafo 6º do art. 5º-C da Lei nº 9.696/1998 c/c art. 6º da Resolução CONFEF nº 513/2023.

§ 1º - O fato gerador da multa prevista no caput deste artigo ocorrerá a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao prazo para apresentação da justificativa de não exercício do voto.

§ 2º - A lista dos Profissionais de Educação Física que exerceram o direito ao voto e/ou justificaram a ausência do voto junto ao CREF21/MA, a ser elaborada nos termos do art. 6º da Resolução CONFEF nº 513/2023, será veiculada no portal eletrônico do CREF21/MA, www.cref21.org.br, até o dia:

I - 10 de dezembro de 2024 a prévia da relação dos Profissionais de Educação Física que exerceram o direito ao voto;

II - 19 de janeiro de 2025 a relação final dos Profissionais de Educação Física que exerceram o direito ao voto;

III - 19 de janeiro de 2025 a relação dos Profissionais de Educação Física que justificaram a ausência do voto.

CAPÍTULO II

DA CANDIDATURA

SEÇÃO I

DA FORMA DO REGISTRO

Art. 8º - O prazo para registro das chapas pleiteantes ao CREF21/MA será aberto no dia 09 de agosto de 2024, encerrando-se dia 23 de agosto de 2024.

Parágrafo único - As condições de elegibilidade dos candidatos restam disciplinadas no artigo 20 e seguintes da Resolução CONFEF nº 513/2023 e deverão ser estritamente observadas e cumpridas para todos os fins desta Resolução.

Art. 9º - O requerimento de registro da candidatura deverá ser protocolizado junto ao CREF21/MA em dia úteis, das 09h às 17h, de forma:

I - presencial, na sede do Conselho, na Avenida Cel. Colares Moreira, Ed. São Luís Multiempresarial, Qd. 23, Lote 10, Salas 1008/1009, Renascença II, São Luís/MA, CEP 65.075-441;

II - virtual, através do endereço eletrônico www.cref21.org.br.

§ 1º - O envio de requerimento em horário ou dia que esteja divergente do disposto no caput deste artigo será considerado intempestivo e não será recebido pela Secretaria da Comissão Eleitoral.

§ 2º - Os candidatos poderão se fazer representar por procurador bastante, munido de poderes, necessariamente através de instrumento público, durante todo o procedimento eleitoral.

§ 3º - No momento do registro da candidatura, os representantes das chapas que concorrerão na eleição do CREF21/MA, receberão todas as informações sobre o procedimento eleitoral, e deverão proceder da seguinte forma:

I - se o registro se der de forma presencial, os representantes das chapas deverão assinar o termo de recebimento da documentação e concordância com os procedimentos para o respectivo pleito eleitoral a ser realizado através das decisões do Plenário do CREF21/MA e da respectiva Comissão Eleitoral, conforme Anexo I;

II - se o registro se der de forma virtual, os representantes das chapas deverão confirmar o recebimento da documentação e declarar concordância com os procedimentos para o respectivo pleito eleitoral a ser realizado através das decisões do Plenário do CREF21/MA e da respectiva Comissão Eleitoral, conforme Anexo I.

§ 4º - Quando do recebimento da documentação dos representantes das chapas pela Secretaria da Comissão Eleitoral, será enviado aos mesmos protocolos de registro, que será numerado de acordo com a ordem de recebimento dos documentos da candidatura.

§ 5º - A denominação numérica das chapas corresponderá ao número de ordem de registro.

§ 6º - Após o recebimento da documentação para candidatura, a Secretaria da Comissão Eleitoral a remeterá à Comissão Eleitoral que a analisará e a deferirá ou não.

Art. 10 - O candidato a Conselheiro Regional poderá registrar-se em, apenas, uma chapa e não poderá se candidatar para Conselheiro Federal.

SEÇÃO II

DA DOCUMENTAÇÃO PARA O REGISTRO

Art. 11 - O requerimento de registro das chapas será composto de:

a) petição, devidamente assinada pelo representante da chapa, direcionada ao Presidente da Comissão Eleitoral requerendo o registro da chapa, onde deverá mencionar o nome fantasia da chapa, a indicação do candidato representante da chapa junto ao Conselho e o endereço eletrônico para contato, conforme Anexo II desta Resolução;

b) nominata completa dos 28 (vinte e oito) candidatos a Conselheiros Regionais, sendo indicado o nome dos 20 (vinte) concorrentes a Membros Titulares e os 08 (oito) a Membros Suplentes, com seus respectivos números de registro no CREF21/MA e, havendo, nome para urna (alcunha do candidato) de cada um, bem como assinatura individual de todos, devendo ser inserido o nome dos Membros Suplentes na ordem a ser utilizada para substituição de Membro Titular, quando necessário durante o mandato, conforme Anexo III desta Resolução.

§ 1º - Deverão ser apresentadas também no ato do registro da candidatura para o CREF21/MA as seguintes certidões de todos os candidatos:

I - certidão negativa de contas julgadas irregulares junto ao TCU;

II - certidão de quitação eleitoral junto ao TRE;

III - certidão negativa cível e criminal da justiça estadual e federal, onde o Profissional possui a sua inscrição no Sistema CONFEF/CREF´s;

IV - certidão negativa de condenação transitada em julgado em processos administrativos e/ou ético-disciplinares do(s) CREF´s em que possuiu registro nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data da publicação da nominata de que trata o art. 10 da Resolução CONFEF nº 513/2023, na forma do Anexo IV desta Resolução;

V - certidão de registro ativo no Sistema CONFEF/CREF´s, gozo de direitos profissionais e situação regular junto ao CREF onde tenha registro ativo, conforme Anexo V;

VI - declaração, sob as penas da legislação vigente, devidamente assinada atestando que cumpre os requisitos elencados no art. 20 da Resolução CONFEF nº 513/2023, nos termos do Anexo VI desta Resolução;

VII - comprovação da renúncia como Conselheiro Federal, caso o seja;

VIII - declaração sobre a concordância de não integrar a Diretoria de entidade sindical relacionada à Educação Física, na data da posse e no curso do mandato, nos termos do Anexo VII desta Resolução.

§ 2º - A inclusão ou omissão de dados de forma inidônea, na declaração de que trata o inciso VI do parágrafo primeiro deste artigo, resultará em instauração de processo ético-disciplinar, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista no Código de Ética Profissional, no Regimento Interno do CREF21/MA e/ou na declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CONFEF/CREF´s, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além das cominações legais pertinentes.

§ 3º - O CREF21/MA poderá, através de decisão motivada da Comissão Eleitoral, tomar diligências necessárias à apuração da veracidade do conteúdo inserido pelos candidatos na declaração de que trata o inciso VI do caput deste artigo.

§ 4º - Os nomes de urna não poderão compor-se de termos pejorativos e/ou contrários ao Código de Ética Profissional, sob pena de sanções descritas na Resolução CONFEF nº 513/2023.

Art. 12 - A documentação integral que compõe o requerimento de candidatura não poderá apresentar rasuras.

Art. 13 - Os documentos de que trata esta Resolução poderão ser apresentados em formato eletrônico e/ou por meio de assinatura eletrônica com certificado digital na forma da MP 2.20-2/2001.

§ 1º - Os documentos em formato eletrônico deverão possuir assinatura digital vinculada a certificado digital válido emitido por Autoridade Certificadora credenciada pelo ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e pertencente à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 2º - Tanto a Autoridade Certificadora "AC" quanto a Autoridade de Registro "AR" deverão estar devidamente credenciadas pelo ITI e deverão ser verificadas através do endereço: https://estrutura.iti.gov.br/.

§ 3º - Os documentos deverão ser enviados em formato PDF e as assinaturas deverão ser realizadas no padrão de assinaturas PAdES, definidos nas normas da ICP-Brasil.

§ 4º - A autoridade certificadora deverá dispor de sistema e/ou portal de assinaturas on-line de forma a viabilizar a verificação de autenticidade dos documentos assinados, inclusive com acesso aos documentos originais arquivados, assinaturas, carimbos de tempo e demais requisitos que permitam a autenticação a qualquer momento ou no futuro.

§ 5º - Documentos impressos e assinados com assinatura digital deverão conter código, número de protocolo, manifesto ou outro indicativo que permita a validação de sua autenticidade em portal e/ou sistema on-line da Autoridade Certificadora emitente do certificado digital utilizado no processo, inclusive possibilitando o acesso on-line à cópia eletrônica do documento arquivada no sistema da certificadora.

§ 6º - Todas as assinaturas digitais deverão possuir carimbo(s) de tempo, de forma que se possa verificar a autenticidade do documento assinado futuramente, mesmo com a expiração dos certificados envolvidos.

Art. 14 - Os candidatos a Conselheiro Regional que cometerem quaisquer irregularidades com referência ao registro de suas candidaturas e outros aspectos formais da candidatura constantes nesta Resolução serão automaticamente desqualificados para concorrerem à eleição.

SEÇÃO III

DA ANÁLISE DO REGISTRO DA CANDIDATURA

Art. 15 - A Comissão Eleitoral analisará o registro das chapas, deferindo-o ou indeferindo-o, no primeiro dia útil após o final do prazo de registro.

§ 1º - Do despacho que indeferir o registro das chapas caberá recurso a ser interposto pelo representante ao Presidente da respectiva Comissão Eleitoral, no prazo de 01 (um) dia útil a contar da veiculação da decisão no portal eletrônico do CREF21/MA.

§ 2º - Os recursos referidos no parágrafo anterior deste artigo serão julgados pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do protocolo dos mesmos.

§ 3° - Após o julgamento de que trata o § 2º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência aos candidatos da decisão do recurso, mediante veiculação no portal eletrônico do CREF21/MA, qual seja, www.cref21.org.br, e envio de mensagem eletrônica aos mesmos, em até 02 (dois) dias úteis a contar da decisão.

§ 4º - Os recursos oriundos de indeferimento do registro das chapas terão efeito somente devolutivo.

§ 5º - São preclusivos os prazos para interposição dos recursos.

Art. 16 - O prazo para apresentação, por terceiros que não integrem a relação eleitoral, de impugnação do registro das chapas no CREF21/MA será de 02 (dois) dias úteis após a publicidade do deferimento do registro das mesmas, através da veiculação no portal eletrônico deste CREF.

§ 1º - A impugnação a que se refere o caput deste artigo será julgada pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do protocolo da mesma.

§ 2° - Após o julgamento de que trata o § 1º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência da decisão através de veiculação no portal eletrônico do CREF21/MA.

§ 3º - As impugnações de que trata o caput deste artigo terão efeito somente devolutivo.

§ 4º - São preclusivos os prazos para interposição da impugnação.

Art. 17 - No prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o deferimento do registro das chapas ou da data da decisão que julgar o último recurso/impugnação interposto, o CREF21/MA encaminhará para publicação no Diário Oficial da União, bem como veiculará em seu portal eletrônico CREF21/MA, a relação dos candidatos à eleição pela ordem de registro das respectivas candidaturas, com o nome e número de registro neste CREF.

SEÇÃO IV

DO CREDENCIAMENTO DE FISCAIS

Art. 18 - Cada chapa com registro deferido junto ao CREF21/MA poderá requerer o credenciamento de até 02 (dois) fiscais para permanecerem na Sede deste CREF junto à urna eleitoral, bem como para o local onde serão instaladas as mesas apuradoras.

Art. 19 - O requerimento para o credenciamento dos fiscais deverá ser direcionado ao Presidente da Comissão Eleitoral e encaminhado ao CREF21/MA até o dia 29 de outubro de 2024, nos termos do Anexo VIII.

Parágrafo único - A credencial fornecida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, a requerimento dos representantes das chapas, autorizará a fiscalização unicamente perante o local, ato e dia para qual for solicitada.

CAPÍTULO III

DA CAMPANHA ELEITORAL

Art. 20 - Os atos e procedimentos da campanha eleitoral restam disciplinados na Resolução CONFEF nº 513/2023, cujo teor deverá ser estritamente observado durante o pleito eleitoral do CREF21/MA no ano de 2024.

SEÇÃO I

DA DISPONIBILIZAÇÃO DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 21 - O CREF21/MA se compromete, mediante solicitação escrita dos representantes das chapas, conforme Anexo IX, possibilitar o envio aos eleitores, via postal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do dia seguinte da entrega, a proposta eleitoral dos chapas que tiverem seu registro deferido pela respectiva Comissão Eleitoral, desde que cumpridas as seguintes condições:

I - entregar na sede do CREF21/MA as etiquetas necessárias para endereçamento, a fim de que o mesmo imprima as etiquetas e envie à agência dos Correios;

II - entregar na agência dos Correios indicada pelo CREF21/MA, os envelopes fechados contendo a proposta eleitoral;

III - os requerentes custearão os serviços de etiquetagem e remessa dessas correspondências.

§ 1º - A solicitação supracitada deverá ser entregue por escrito à Secretaria da Comissão Eleitoral, acompanhada das etiquetas de que trata o inciso I deste artigo.

§ 2º - O não pagamento das despesas previstas no caput deste artigo implicará no cancelamento do envio das propostas pelo CREF21/MA, sem prejuízo das medidas legais cabíveis para reparação dos danos eventualmente causados ao patrimônio deste CREF.

Art. 22 - Poderão ser enviadas, juntamente com o material de votação, as propostas eleitorais das chapas que estiverem em conformidade com esta norma, com a Resolução CONFEF nº 513/2023, com a legislação eleitoral vigente, bem como com o Código de Ética Profissional, e sejam entregues na sede do CREF21/MA, impreterivelmente, antes do dia 09 de setembro de 2024, devendo tal material ser

impresso em 01 (uma) folha A4 (210 x 297 mm) de cor branca e gramatura 75 g/m2, podendo o conteúdo da proposta ser impresso em tinta colorida.

§ 1º - O envio de que trata o caput deste artigo será custeado pelo CREF21/MA e solicitado na forma que dispõe o Anexo X.

§ 2º - Para todos os fins, o envio do material de que trata o caput deste artigo não configura campanha antecipada.

Art. 23 - Todo material impresso de campanha eleitoral deverá conter o nome e número de registro da chapa e a relação nominal de seus integrantes, incluindo o nome do candidato e o nome de urna, caso haja, e o número de registro no CREF.

Art. 24 - Serão disponibilizadas no portal eletrônico do CREF21/MA, no espaço reservado para eleição, as propostas eleitorais dos candidatos encaminhadas ao Conselho, no mínimo, até o dia 09 de outubro de 2024, na forma do Anexo XI, para o endereço eletrônico www.cref21.org.br.

CAPÍTULO IV

DAS CÉDULAS ELEITORAIS

SEÇÃO ÚNICA

DAS CÉDULAS ELEITORAIS VIRTUAIS

Art. 25 - As Cédulas Eleitorais a serem utilizadas na eleição do CREF21/MA serão virtuais, confeccionadas nos moldes aprovados pela Comissão Eleitoral.

§ 1º - As cédulas virtuais serão disponibilizadas, exclusivamente, pelo CREF21/MA, devendo conter, obrigatoriamente as seguintes informações:

I - número de registro e nome da chapa, em ordem crescente;

II - branco;

III - nulo.

§ 2º - O número de registro das chapas, deverá figurar de acordo com a ordem de registro das mesmas no CREF21/MA.

CAPÍTULO IV

DA VOTAÇÃO

Art. 26 - A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior.

SEÇÃO I

DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO

Art. 27 - Deverá ser enviado, aos Profissionais de Educação Física aptos a votar, o material necessário à prática do voto eletrônico, entre os dias 09 de setembro de 2024 e 19 de setembro de 2024 contendo:

I - instruções para votação, incluindo a informação do link de acesso à cédula;

II - lista com o número e nome da chapas registradas concorrentes à eleição, incluindo, o nome de cada candidato e nome de urna, caso haja;

III - propostas eleitorais de que trata a Resolução CONFEF nº 513/2023 e o art. 23 desta Resolução, desde que cumpridas as regras estabelecidas;

IV - senhas individuais para votação eletrônica.

SEÇÃO II

DO VOTO NA ELEIÇÃO ELETRÔNICA

SUBSEÇÃO I

ELEIÇÕES EM CÉDULAS VIRTUAIS

Art. 28 - A eleição por votação eletrônica dar-se-á no dia da eleição, considerando o horário de Brasília, durante o horário estabelecido para eleição neste Regimento, de qualquer parte do Brasil ou do exterior e observará as seguintes normas:

I - o eleitor acessará a página eletrônica do CREF21/MA, qual seja, www.cref21.org.br, onde estará disponibilizado um link para a eleição, que conterá espaço para preenchimento da senha eletrônica já alterada pelo Profissional, do número de registro no CREF e CPF do eleitor;

II - após, o preenchimento dos dados solicitados, aparecerá a cédula eleitoral virtual, com as opções abaixo relacionadas para que o eleitor escolha a de sua preferência:

a) números e nomes das chapas em ordem crescente das respectivas numerações;

b) branco;

c) nulo;

III - o voto será validado com a marcação da opção desejada pelo eleitor e a confirmação através de botão específico para a gravação ou envio do voto;

IV - o sistema emitirá mensagem ao eleitor confirmando a validação e envio do seu voto, finalizando assim o processo de votação do Profissional.

§ 1º - É de inteira responsabilidade do Profissional de Educação Física exercer o direito ao voto eletrônico dentro do prazo estabelecido neste artigo.

§ 2º - Caso o eleitor não esteja em pleno gozo de seus direitos estatutários, o sistema de votação bloqueará o acesso do Profissional.

CAPÍTULO V

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 29 - O procedimento para apuração dos votos resta disciplinado na Resolução CONFEF nº 513/2023 e deverá ser observado e aplicado de forma obrigatória.

Art. 30 - A chapa proclamada vencedora será empossada pelo Plenário do CREF21/MA, para início de mandato em 01 de janeiro de 2025, na primeira Reunião do Plenário em exercício, após a publicação do resultado da eleição no Diário Oficial da União.

Art. 31 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do CREF21/MA.

Art. 32 - Este Regimento Eleitoral foi aprovado em Reunião do Plenário do CREF21/MA realizada no dia 26 de abril de 2024, entrando em vigor nesta data e perdendo sua validade imediatamente após a posse dos novos Membros do Conselho Regional de Educação Física da 21ª Região - CREF21/MA.

Art. 33 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDOW DE JESUS GOIABEIRA FEQUES
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 16, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10ª REGIÃO - CREF10/PB, no uso das suas atribuições legais e regimentais em vigor; CONSIDERANDO a pertinência em possibilitar aos empregados a manutenção do poder de compra de seus vencimentos; CONSIDERANDO a preservação do equilíbrio orçamentário; CONSIDERANDO o que ficou deliberado na reunião da diretoria do CREF10/PB, realizada em 19 de abril de 2024; resolve:

Art. 1º - Estabelecer reajuste linear do salário, a todos os empregados do CREF10/PB, no percentual de 10% (dez por cento), mais 50% (cinquenta por cento) no vale alimentação, aplicando-se a partir do mês de maio de 2024.

Art. 2º - A presente Portaria passa a vigorar nesta data.

PAULO FERREIRA DA SILVA JUNIOR

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO COREN-RS Nº 45, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Aprova Alterações No Manual Para Dispensa de Licitação Por Pequeno Valor No Âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL - COREN-RS, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei nº 5.905/73 e pela Decisão Coren-RS nº 219/2023 e considerando o Regimento Interno da Autarquia, Decisão Coren-RS nº 187/2016, aprovado pela Decisão Cofen nº 091/2017, resolve:

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver atos que promovam o princípio da eficiência e cumpram com o dever de governança dos contratos e de seus efeitos jurídico;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer a padronização dos procedimentos no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.133 de 2021, sobretudo em seu art. 75, §3º;

CONSIDERANDO o módulo Dispensa Eletrônica, instituído pela Instrução Normativa SEGES/ME n° 67, de 8 de julho de 2021;

CONSIDERANDO a regulamentação da dispensa eletrônica de licitação e o Sistema de Dispensa Eletrônica realizado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67 de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação da Diretoria, em sua 7ª Reunião Ordinária realizada no dia 09 de abril de 2024;

CONSIDERANDO a homologação do Plenário, em sua 489ªª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2024; , decide:

Art. 1º Aprovar as alterações no Manual Para Dispensa de Licitação por Pequeno Valor No Âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul, nos seguintes termos:

I - o item nº 4 do referido Manual passa a conter os seguintes acréscimos:

4.1.7º Setor de Compras e Contratações será responsável por efetuar a devolução do DFD - Parte I no caso em que as informações não estiverem devidamente preenchidas, tais como quantidade, descrição e justificativa.

(...)

4.3.2.1.1 Em demandas cujo valor não exceda a quantia de R$1.000,00 (mil reais), mediante justificativa substancial e fundamentada, o Coren-RS poderá dispensar a utilização do formato eletrônico.

4.3.2.1.1.1 As justificativas e fundamentações poderão levar em conta a eficácia da contratação, a agilidade na execução do contrato e a inviabilidade de empregar o método eletrônico devido à natureza do objeto.

4.3.3 Elaborada a análise de riscos simplificada, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, os autos serão remetidos ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, que deverá prestar informações sobre a execução da despesa relativa à categoria do objeto n exercício, considerando o somatório por ramo de atividade, de acordo com o plano de contratações anual e observado ao §1 do art. 75 da Lei nº14.133/2021, declarando se existem recursos orçamentários suficientes e adequados e demanda e, se for o caso, realizar o bloqueio orçamentário, e remeter o processo para CONTROLADORIA-GERAL.

II - o item nº 9 do Anexo I do referido Manual passa a conter os seguintes acréscimos:

9.1.1 o Setor de Compras e Contratações solicitará aos seis primeiros classificados com as melhores propostas de preço, que limitado ao máximo de referência, que enviem a proposta final dentro do prazo estipulado, o qual não poderá ser inferior a uma hora.

9.1.1.1 A critério do SCC, a quantidade poderá ser solicitada aos doze primeiros classificados com as melhores propostas de preço

Art. 3º Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO RICARDO TOLLA DA SILVA
Presidente do Conselho

SÔNIA REGINA CORADINI
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 37, DE 21 DE MARÇO DE 2024

Representação Por Desatualização Cadastral. Declaração de Regularidade de Funcionamento (DRF). Regularização. Absolvição e Extinção do Feito. V.U.

Processo Ético-Disciplinar nº 101/23

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo em epígrafe, em que é representado o profissional fisioterapeuta S.R.M, Adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela absolvição da representada e extinção do feito, visto regularização. Fica designado (a) para elaboração do acórdão o (a) Conselheiro (a) Relator (a), Dr. (a) Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença dos seguintes Conselheiros: o Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, a Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos e da Conselheira Suplente, que neste ato atuou como Efetiva, Dra. Cristiane Ferreira da Silva Carvalho.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Relatora

ACÓRDÃO Nº 38, DE 21 DE MARÇO DE 2024

Representação Por Desatualização Cadastral. Declaração de Regularidade de Funcionamento (DRF). Regularização. Absolvição e Extinção do Feito. V.U.

Processo Ético-Disciplinar nº 114/23

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo em epígrafe, em que é representado o profissional fisioterapeuta D.B. Adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela absolvição da representada e extinção do feito, visto regularização. Fica designado (a) para elaboração do acórdão o (a) Conselheiro (a) Relator (a), Dr. (a) Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença dos seguintes Conselheiros: o Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, a Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos e da Conselheira Suplente, que neste ato atuou como Efetiva, Dra. Cristiane Ferreira da Silva Carvalho.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Relatora

ACÓRDÃO Nº 39, DE 21 DE MARÇO DE 2024

Representação Por Desatualização Cadastral. Declaração de Regularidade de Funcionamento (DRF). Regularização. Absolvição e Extinção do Feito. V.U.

Processo Ético-Disciplinar nº 115/23

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo em epígrafe, em que é representado o profissional fisioterapeuta L.P.M.S. Adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela absolvição do representado e extinção do feito, visto regularização. Fica designado (a) para elaboração do acórdão o (a) Conselheiro (a) Relator (a), Dr. (a) Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença dos seguintes Conselheiros: o Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, a Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos e da Conselheira Suplente, que neste ato atuou como Efetiva, Dra. Cristiane Ferreira da Silva Carvalho.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Relatora

ACÓRDÃO Nº 40, DE 21 DE MARÇO DE 2024

Representação Por Desatualização Cadastral. Declaração de Regularidade de Funcionamento. Infração Caracterizada. Concessão de Derradeiro Prazo Para Regularização, Sob Pena de Repreensão e Multa de Duas Anuidades. V.U.

Processo Ético-Disciplinar nº

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo em epígrafe, em que é representado o profissional fisioterapeuta A.P.F.S.S. Adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela concessão do prazo de 30 (trinta) dias para regularização do processo de solicitação de baixa e, caso não seja feito, que se aplique à representada a penalidade de repreensão e multa de 2 (duas) anuidades. Fica designado (a) para elaboração do acórdão o (a) Conselheiro (a) Relator (a), Dr. (a) Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença dos seguintes Conselheiros: o Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, a Dra. Patrícia Rodrigues Rocha, a Diretora-Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dra. Fernanda Leandro Ribeiro, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos e da Conselheira Suplente, que neste ato atuou como Efetiva, Dra. Cristiane Ferreira da Silva Carvalho.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Relatora

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

RESOLUÇÃO Nº 559, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2024

Institui a Comissão de Tomada de Contas do CRMV-GO.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS - CRMV-GO, em sua 608ª (seiscentésima oitava) Sessão Plenária Ordinária, amparado nos termos dos dispositivos constantes da Lei n° 5.517, de 23 de outubro de 1968 e do Decreto Federal n° 64.704, de 17 de junho de 1969, combinado com as normas regulamentadas pela Resolução CFMV n° 591, de 26 de junho de 1992, especialmente as alíneas "q" e "r", do artigo 4° e demais disposições legais, resolve:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Tomada de Contas do CRMV-GO com o objetivo de fiscalizar, analisar e emitir parecer sobre as contas do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás.

Art. 2º A Comissão de Tomada de Contas terá a seguinte composição:

Presidente: Méd. Vet. Paula Marina de Brito Jorge - CRMV-GO 3730;

Membros Titulares: Méd. Vet. Jordanna de Almeida e Silva - CRMV-GO 5194 e Méd. Vet. Danilo Rezende e Silva - CRMV-GO 5517;

Membros Suplentes: Méd. Vet. Paulo Roberto Lucas Viana Filho - CRMV-GO 3409 e Méd. Vet. Stiwens Roberto Trevisan Orpinelli - CRMV-GO 4308.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CRMVGO 555/2023.

OBS. A Resolução CRMV-GO nº 555/2023 foi publicada no Diário Oficial da União na Edição nº 205, Seção nº 1, página nº 98, de 27 de outubro de 2023.

RAFAEL COSTA VIEIRA
Presidente do Conselho

ADRIANA DA SILVA SANTOS
Secretária-Geral

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 12ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CRP-12 Nº 2, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Define a condição de colaborador, além de estabelecer critérios e fluxos para a nomeação de colaboradores.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais e regimentais, nos termos conferidos pelo art. 3º, incisos III e VIII, e art. 20, inciso XIII, da Resolução nº 10/2016;

CONSIDERANDO o encontro de Colaboradores do CRP-12, realizado no dia 23/02/204; e

CONSIDERANDO a deliberação, tomada em reunião plenária do dia 24/02/2024 e contida no Processo SEI nº 571200189.000034/2024-34; resolve:

Art. 1º. Colaborador é todo a psicóloga, aprovado pelo Plenário do CRP-12, para o exercício de atividade do interesse da Autarquia, como por exemplo: auxiliar o Plenário em demandas específicas, buscando o melhor direcionamento de ações institucionais; participar de eventos e representações; elaborar documentos técnicos ligados à profissão e às atribuições do Conselho, dentre outras.

§1º. Profissionais de outras áreas do conhecimento poderão ser colaboradores, desde que possam contribuir com as funções precípuas do CRP-12 e desde que nomeados pelo Plenário.

§2º. A nomeação do colaborador será formalizada por meio de portaria, a ser assinada pela Presidente do CRP-12.

Art. 2º. Para que ocorra a nomeação, o colaborador deve atender, cumulativamente, aos seguintes critérios gerais:

encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais;

ter inscrição principal, mesmo que provisória, junto ao CRP-12;

inexistir, contra si, processo ético ou ordinário tramitando em seu nome;

inexistir, contra si, condenação, por infração ao Código de Ética, transitada em julgado há menos de 5 (cinco) anos;

inexistir, contra si, condenação, por infração administrativa, transitada em julgado há menos de 5 (cinco) anos; e

estar adimplente com o Conselho Regional de Psicologia relativamente aos exercícios anteriores, ainda que sob a forma de parcelamento de débito.

§1º. Além dos critérios gerais, estabelecidos no caput deste artigo, o Plenário poderá adotar outros requisitos, de acordo com as atividades a serem desempenhadas pelo colaborador.

§2º. Para colaboradores não psicólogos, ou seja, de outras profissões, a avaliação será realizada pelo Plenário, de acordo com a conveniência e oportunidade, pautando-se, por analogia, nos requisitos estabelecidos nesta resolução.

Art. 3º. O fluxo administrativo, para a nomeação de colaborador, passa a ser o seguinte:

I - Nos casos em que o nome do colaborador for apresentado diretamente em Plenário:

O nome pretendido é apresentado em Sessão Plenária, devendo constar em ata a qualificação do colaborador (nome completo, número de inscrição junto ao CRP-12 ou CPF e telefone); além disso, a matéria deve ser direcionada ao Gabinete da Diretoria.

O Gabinete, para realizar a verificação dos requisitos, deverá consultar os seguintes setores, de forma concomitante: Secretaria Geral (para identificar a regularidade e se consta inscrição principal ou secundária); Secretaria COE (existência ou não de processo ético); Financeiro (pagamento das anuidades); Assessoria Jurídica (outros elementos de interesse do CRP-12).

Todos os setores terão prazo comum de 5 (cinco) dias corridos para apresentarem os resultados das verificações ao Gabinete da Diretoria.

Havendo o cumprimento dos requisitos, o Gabinete confeccionará portaria de nomeação, a ser assinada pela Presidência.

Não havendo o cumprimento dos requisitos, o Gabinete informará à Diretoria, que, por sua vez, dará ciência à Plenária. O Plenário poderá atribuir prazo ao pretendente, para que possa regularizar a situação (nos casos em que couber); ou, poderá fazer a indicação de outro nome, seguindo o mesmo trâmite anterior.

II - Nos casos em que a Diretoria já possua uma indicação prévia:

A Diretoria deve encaminhar o nome completo do profissional interessado ao Gabinete, que deverá consultar os seguintes setores, de forma concomitante: Secretaria Geral (para identificar a regularidade e se consta inscrição principal ou secundária); Secretaria COE (existência ou não de processo ético); Financeiro (pagamento das anuidades); Assessoria Jurídica (outros elementos de interesse do CRP-12).

O Gabinete deve informar o resultado da consulta à Diretoria, que, por sua vez, pautará o assunto em Plenária, quando tudo estiver regular.

Caso o interessado possua alguma irregularidade, a Diretoria poderá atribuir prazo para que possa solucionar a situação (nos casos em que couber); ou, poderá indicar outro nome.

Art. 4º. O colaborador receberá diárias e adicional de representação de acordo as regras estabelecidas pela Resolução CRP-12 nº 04/2023 ou outra que a suceder.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YARA MARIA MOREIRA DE FARIA HORNKE

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o pagamento de Gratificações por Participações em Reuniões Deliberativas - JETON

A Presidenta do Conselho Regional de Psicologia - 8a Região - (CRP-08), no uso das atribuições legais que lhe competem, bem como, CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o pagamento de Gratificações por Participações em Reuniões Deliberativas - JETON; em consonância com art. 2º, §3º, da Lei 11.000/2004, arts. 20 e 21 da RESOLUÇÃO CFP Nº 6, DE 23 DE MARÇO DE 2023 e Anexo I da RESOLUÇÃO CFP Nº 1, 19 DE JANEIRO DE 2024, e CONSIDERANDO que é facultado à Plenária do CRP-08, optar pela natureza do pagamento do JETON, sendo ela remuneratória ou indenizatória, conforme preconiza o art. 21 §2º da RESOLUÇÃO CFP Nº 6, DE 23 DE MARÇO DE 2023 e CONSIDERANDO a decisão plenária do dia 08 de dezembro de 2023, por retomar o pagamento da Gratificação por Participações em Reuniões Deliberativas - JETON, anteriormente suspenso em razão da RESOLUÇÃO CRP-08 Nº 06/2019. resolve:

Art. 1º - Fará jus ao recebimento da Gratificação por Participações em Reuniões Deliberativas - JETON, de natureza remuneratória, de acordo com o valor descrito na Resolução do CRP-08 com o tema, a pessoa Conselheira Efetiva ou Suplente em exercício que participar de Reuniões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias híbridas e Reuniões híbridas de Diretoria em horário comercial. § 1º - No caso de Reuniões de Diretoria, será contemplada a mesa diretora e o pagamento da gratificação será realizado apenas para as sessões que não coincidirem no mesmo período do dia com as Plenárias Ordinárias e Extraordinárias híbridas. § 2º - O pagamento de Gratificação por Participações em Reuniões Deliberativas - JETON fica limitado ao máximo de 6 (seis) sessões híbridas de Reunião Plenária e 8 (oito) sessões híbridas de Reunião de Diretoria ao mês, por meio de comprovação de presença nas sessões. Art. 2º - A Pessoa Conselheira Suplente fará jus à percepção de Gratificação por Participações em Reuniões Deliberativas - JETON, quando investida na condição de Conselheira Efetiva. Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da sua publicação, revogando quaisquer disposições anteriores. especialmente a RESOLUÇÃO CRP-08 Nº 06/2019, publicada no Diário Oficial da união em 11/10/2019, Edição: 198, Seção: 1, Página: 87.

GRIZIELE MARTINS FEITOSA

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 22ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF22/ES Nº 33, DE 27 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o mês de comemoração do Dia do Profissional de Educação Física no Estado do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, conforme dispõe o inciso X, do art. 68 do Regimento Interno, e:CONSIDERANDO a Lei 9696/98, de 01º de setembro de 1998 e ratificado pela Lei Federal nº 14.386/22, publicada no Diário Oficial da União em 28 de junho de 2022;CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.342/2026, de 18 de agosto de 2006, que dispõe sobre o do Profissional de Educação Física; CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 11.212, de 29 de outubro de 2020, que institui o Dia do Profissional de Educação Física com data comemorativa oficial no Estado do Espírito Santo; CONSIDERANDO a deliberação da reunião Plenária realizada no dia 27/04/2024; resolve:

Art. 1º - Instituir o mês de setembro no cronograma oficial de comemoração do Dia do Profissional de Educação Física no Estado do Espírito Santo. Art. 2º - Inserir o mês que trata o caput como calendário oficial tem por objetivo: I - Difundir conhecimentos teóricos e práticos sobre questões de educação física, através de planejamento, programação, realização de campanhas educativas, cursos, exposições, pesquisas e seminários; II - Conscientizar a população sobre a importância para saúde da prática de atividade física regularmente, sistematizada e orientada; e, III - Contribuir para a valorização do profissional de educação física. Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

IBSEN LUCAS PETTERSEN PEREIRA.